

**COLLEÇÃO**

DAS

**DECISÕES DO GOVERNO**

DO

**IMPERIO DO BRAZIL**

DE

**1886**



**RIO DE JANEIRO**  
**IMPrensa NACIONAL**  
**1887**

# INDICE DAS DECISÕES

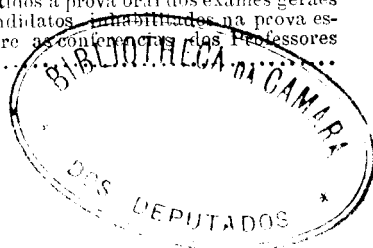
## MINISTERIO DO IMPERIO

	Pags.
N. 1 — Em 12 de Janeiro de 1886. — Declara que a prorrogação dos trabalhos de qualquer aula no Imperial Collegio de Pedro II depende de autorização do Governo.....	1
N. 2 — Em 13 de Janeiro de 1886. — Sobre o anno de morto dos beneficiados da Capella Imperial.....	1
N. 3 — Em 19 de Janeiro de 1886. — O juramento de estrangeiros que obtêm carta de naturalisação pôde tambem ser prestado perante as Camaras Municipaes e Juizes de Paz....	[2
N. 4 — Em 25 de Janeiro de 1886. — Sem permissão do Poder Legislativo não podem os Escrivães encarregados do registro civil, cujos rendimentos forem diminutos, indemnizar a importancia do sello dos respectivos livros, por prestações marcadas pelas Presidencias.....	3
N. 5 — Em 26 de Janeiro de 1886. — Os alumnos approvados na conformidade dos Estatutos de 17 de Janeiro de 1885 devem prestar exames sómente das materias, em que não se tenham mostrado habilitados, do curso de estudos estabelecido nas Faculdades de Direito pelos Estatutos de 28 de Abril de 1854.....	3
N. 6 — Em 26 de Janeiro de 1886. — Declara que deve ser aceito para a matricula na Faculdade de Direito do Recife o exame de historia prestado na Escola Militar da Corte segundo programma analogo aos exames geraes de preparatorios.....	4
N. 7 — Em 27 de Janeiro de 1886. — Adopta providencias relativamente ao curso preparatorio da Faculdade de Direito de S. Paulo, complementares das que foram tomadas quanto ao curso superior para execução do Decreto n. 9522 de 28 de Novembro de 1885.....	



	Pags.
N. 8 — Em 30 de Janeiro de 1886.— Declara que a Congregação da Escola de Minas fallece competencia para resolver sobre pedido concernente á permissão affirm de se estudarem apenas algumas materias do curso, e que é obrigatória a frequencia das aulas do anno em que o alumno está matriculado.....	5
N. 9 — Em 3 de Fevereiro de 1886.— Sujeita os Professores publicos de instrução primaria a responsabilidade pelos estragos causados nos edificios escolares por incuria desses funcionarios.....	6
N. 10 — Em 4 de Fevereiro de 1886.— Suspende na Provincia do Rio Grande do Norte a execução do Decreto n. 5429 de 2 de Outubro de 1873.....	6
N. 11 — Em 4 de Fevereiro de 1886.— Suspende na Provincia de Sergipe a execução do Decreto n. 5429 de 2 de Outubro de 1873.....	7
N. 12 — Em 4 de Fevereiro de 1886.— Sobre os exames geraes de preparatorios a que se procede nas Provincias onde não ha Faculdades.....	7
N. 13 — Em 11 de Fevereiro de 1886.— Sobre a administração dos patrimonios das Igrejas matrizes e capellas filiaes..	8
N. 14 — Em 12 de Fevereiro de 1886.— Declara que deve ficar á disposição do Vigario toda a parte da Igreja de que elle carecer para o serviço parochial, e convem que a irmandade não lhe ponha obstaculos, por si ou por seus empregados.....	9
N. 15 — Em 16 de Fevereiro de 1886.— Sobre a obrigação que têm todos os membros do magisterio de residir na sede dos estabelecimentos a que pertencem.....	10
N. 16 — Em 19 de Fevereiro de 1886.— Concede provisoriamente um auxilio pecuniario aos empregados do Externato do Imperial Collegio de Pedro II que tinham direito a alimentação fornecida pelo mesmo Collegio, e se achavam em exercicio quando foi extincta a despeza com os alumnos meio-pensionistas.....	10
N. 17 — Em 25 de Fevereiro de 1886.— Determina que, no caso de estarem vagos os logares de adjuntos das Faculdades de Medicina e quando se acharem impedidos estes funcionarios, sejam taes logares exercidos cumulativamente pelos Lentes das respectivas cadeiras, excepto emquanto as de clinica; e fixa o vencimento devido por esse encargo.....	11
N. 18 — Em 27 de Fevereiro de 1886.— Declara que, salvo o caso de livre consulta, nenhuma parte tem a Congregação da Escola Polytechnica na escolha das pessoas que possam exercer interinamente o magisterio.....	12
N. 19 — Em 2 de Março de 1886.— Sobre as condições de que depende a declaração da vitaliciedade e a concessão de gratificações addicionaes aos Professores publicos de instrução primaria, e sobre a pratica de passarem attestados, em vez de prestarem informações, os Delegados do Inspector Geral.....	13

N. 20 — Em 5 de Março de 1886. — Sobre os novos limites da diocese do Ceará e o provimento dos logares do Cabido da Cathedral.....	14
N. 21 — Em 12 de Março de 1886. — Sobre o concurso para provimento de beneficcios ecclesiasticos, que foram renunciados, e sobre outras prescripções relativas aos concursos para se preencherem as vagas nas Cathedraes.....	15
N. 22 — Em 12 de Março de 1886. — Recommenda que o programma do casino do Imperial Collegio de Pedro II seja sujeito á approvação do Governo e em a necessaria antecedencia em relação á época da abertura das aulas...	16
N. 23 — Em 19 de Março de 1886. — Declara que, sem embargo do Decreto n. 9522 de 28 de Novembro de 1885, a regra contida na ultima parte do Aviso de 20 de Outubro anterior deve ser observada nos exames que, de conformidade com o art. 29, § 1º, do Decreto n. 7247 de 19 de Abril de 1879, continuam a fazer-se em Março e Outubro de cada anno nas Faculdades de Direito.....	17
N. 24 — Em 20 de Março de 1886. — Sobre a inscripção para o concurso ao logar de Professor de trabalhos graphicos na Escola Polytechnica.....	17
N. 25 — Em 20 de Março de 1886. — Declara que a gratificação adicional concedida por distincção no magisterio não deve ser descontada quando os Professores faltam por motivo justificado ou estão licenciados com vencimento...	18
N. 26 — Em 20 de Março de 1886. — Sobre o pagamento da gratificação adicional concedida por distincção no magisterio.....	20
N. 27 — Em 23 de Março de 1886. — Sobre o vencimento que percebem os substitutos incumbidos de reger aulas supplementares no Imperial Collegio de Pedro II.....	20
N. 28 — Em 30 de Março de 1886. — Declara que para a nomeação interina de adjuntos e preparadores nas Faculdades de Medicina devem observar-se, ainda quando se trate de exercicio não remunerado, as disposições do Aviso de 5 de Agosto de 1884 e do art. 129 dos Estatutos de 25 de Outubro do dito anno.....	21
N. 29 — Em 31 de Março de 1886. — Declara que o Lente licenciado de uma Faculdade não pôde exercer qualquer outro cargo nella, e quaes os vencimentos que nas Faculdades de Medicina competem ao Lente que serve effectiva ou interinamente o logar de Director.....	22
N. 30 — Em 31 de Março de 1886. — Torna extensiva á Faculdade de Medicina da Bahia a providencia adoptada na do Rio de Janeiro sobre o exercicio dos logares de adjuntos.....	22
N. 31 — Em 31 de Março de 1886. — Acerca dos livros que se devem adoptar no curso preparatorio anexo á Faculdade de Direito do Recife e nos respectivos exames, e da prohibição de serem admittidos á prova oral dos exames geraes de preparatorios candidatos inhabilitados na prova escripta; outrossim sobre as conferencias dos Professores daquelle curso.....	23





	Pags.
N. 32 — Em 31 de Março de 1886. — Das demissões de empregados municipaes cabe o recurso de que trata o art. 73 da Lei do 1º de Outubro de 1828.....	24
N. 33 — Em 31 de Março de 1886. — Declara que na importancia da desinfeção do navio sujeito a quarentena de observação comprehende-se a das cargas, quando desinfectadas dentro do proprio navio.....	26
N. 34 — Em 9 de Abril de 1886. — Declara que não deve subsistir a decisão pela qual a Congregação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro considerou os preparadores como membros do magisterio.....	26
N. 35 — Em 9 de Abril de 1886. — Não deve ser admittido a votar o eleitor pronunciado em crime inafiançavel.....	27
N. 36 — Em 12 de Abril de 1886. — Declara que a Escola Polytechnica compete conferir titulo de Agrimensor unicamente aos individuos que se habilitarem perante ella ou perante a Escola Militar do Rio Grande do Sul.....	28
N. 37 — Em 19 de Abril de 1886. — Acerca das linguas sobre que deve versar uma das provas do concurso para matricula no 1º anno do curso superior da Escola de Minas.....	28
N. 38 — Em 30 de Abril de 1886. — Aceita as convenções assignadas em Bruxellas, em 15 de Março do corrente anno, concernentes á permutação de documentos e publicações officiaes.....	29
N. 39 — Em 1 de Maio de 1886. — Os Professores dos Seminarios Episcopaes, além de não serem empregados publicos, ainda como empregados diocesanos não são vitalícios, e as disposições vigentes não lhes dão direito a aposentadoria.....	29
N. 40 — Em 1 de Maio de 1886. — Sobre a permuta de parochias.	30
N. 41 — Em 8 de Maio de 1886. — Declara que os Lentes publicados dos estabelecimentos de ensino superior não podem inscrever-se para qualquer concurso a que se proceda nos mesmos estabelecimentos.....	31
N. 42 — Em 10 de Maio de 1886. — Sobre os dias de festa nacional e os dias santificados de que trata o Regulamento da Escola de Minas.....	31
N. 43 — Em 17 de Maio de 1886. — Sobre o concurso para um lugar de Cónego.....	32
N. 44 — Em 21 de Maio de 1886. — Declara que o exercicio dos commissarios vaccinadores deve cessar, em cada Provincia, logo que pelo respectivo Presid. nte forem nomeados os Delegados de hygiene de que trata o art. 12 do Regulamento annexo ao Decreto n. 9551 de 3 de Fevereiro de 1886.....	32
N. 45 — Em 22 de Maio de 1886. — A habilitação dos alumnos das Faculdades de Medicina nas clinicas especiaes creadas pela Lei n. 3111 d. 30 de Outubro de 1882, deve comecçar a ser exigida nos exames a que se proceder no anno lectivo proximo futuro.....	33
N. 46 — Em 23 de Maio de 1886. — Sobre a questão da venda do Hospicio da rua de Evaristo da Veiga, no municipio da Corte.....	34

Pags.

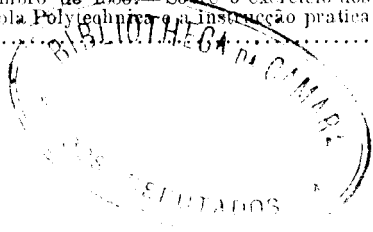
- N. 47 — Em 24 de Maio de 1886. — Approva o procedimento pelo qual foi deferida a reclamação de um Vigario contra o acto que o privára do pagamento da congrua, em razão de se lhe ter applicado o disposto no Decreto n. 9031 de 3 de Outubro de 1883 por haver accitado a nomeação de Lente de geographia em estabelecimento provincial..... 35
- N. 48 — Em 28 de Maio de 1886. — A percepção de vencimentos por parte dos Professores interinos prevalece em todos os casos em que, como no de férias, interrompem o exercicio por motivos independentes de sua vontade..... 35
- N. 49 — Em 29 de Maio de 1886. — Sobre a regencia de Igreja parochial por Conego..... 36
- N. 50 — Em 5 de Junho de 1886. — Resolve a reclamação de um Lente da Faculdade de Medicina da Bahia, concernente a abono de vencimentos por exercicio cumulativo no periodo de férias e na conformidade de disposições ultteriores ao tempo daquelle exercicio..... 37
- N. 51 — Em 5 de Junho de 1886. — Declara que as disposições regulamentares em vigor não permitem que no julgamento de concurso para provimento de uma cadeira da Escola de Minas tomem parte os Lentes interinos e se abstenham de votar Lentes contratados..... 38
- N. 52 — Em 16 de Junho de 1886. — O Vereador que exerce, ainda mesmo interinamente, emprego publico retribuido, deve fazer opção, sob pena de ser demittido..... 38
- N. 53 — Em 17 de Junho de 1886. — Impedido um Vereador de servir na Camara, nos termos do art. 23 da Lei do 1º de Outubro de 1828, deve convocar-se um immediato que o substitua..... 39
- N. 54 — Em 17 de Junho de 1886. — A' villa que, depois de eleita a respectiva Camara Municipal, foi elevada á categoria de cidade, applica-se o art. 22, § 2º, da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881..... 42
- N. 55 — Em 19 de Junho de 1886. — Fixa a interpretação do disposto na 1ª parte do art. 273 dos Estatutos das Faculdades de Medicina..... 42
- N. 56 — Em 22 de Junho de 1886. — Estabelece algumas alterações no processo dos concursos para provimento dos logares do Imperial Observatorio..... 43
- N. 57 — Em 22 de Junho de 1886. — Resolve uma duvida sobre o vencimento que compete ao Presidente de Provincia que deixa o exercicio do cargo, por impedimento legitimo..... 43
- N. 58 — Em 23 de Junho de 1886. — Ao Ministerio do Imperio, mediante concurso feito de accordo com o regulamento provincial, compete resolver sobre o provimento effectivo do logar de Professor da cadeira de arithmetica e geometria da capital da Provincia de Goyaz..... 44
- N. 59 — Em 30 de Junho de 1886. — Sobre a opção de nova freguezia creada em territorio daquelle em que o Parocho era collado..... 45



	Pags.
N. 60 — Em 30 de Junho de 1886. — Os substitutos que servem como Professores supplementares na Escola Normal não percebem remuneração especial.....	45
N. 61 — Em 1 de Julho de 1886. — Declara que para obtenção do diploma do curso de pharmacia são válidos os exames do curso medico da respectiva Faculdade.....	46
N. 62 — Em 3 de Julho de 1886. — Sobre exames prestados no extincto Externato da Escola de Marinha.....	47
N. 63 — Em 9 de Julho de 1886. — Sobre pagamento de vencimentos por accumulção de exercicio na Faculdade de Medicina da Bahia.....	47
N. 64 — Em 13 de Julho de 1886. — Contém regras sobre a classificação dos candidatos em concurso para o provimento dos empregos de alumnos astrónomos do Imperial Observatorio e sobre o numero de nomes que, tratando-se de tres empregos, pôde conter a lista que deve ser apresentada ao Governo.....	48
N. 65 — Em 22 de Julho de 1886. — Pôde servir o emprego de Secretario, ou o de Procurador da Camara Municipal, o cidadão que é parente consanguineo ou affim do Presidente ou de qualquer outro Vereador.....	49
N. 66 — Em 24 de Julho de 1886. — Manda pôr a novo concurso, em vista da insufficiencia das provas exhibidas no primeiro, um lugar de preparador na Faculdade de Medicina da Bahia.....	49
N. 67 — Em 24 de Julho de 1886. — Declara que os lugares de Delegados de hygiene só podem ser exercidos por medicos.....	50
N. 68 — Em 31 de Julho de 1886. — Nas visitas ás boticas homeopathicas deve a autoridade sanitaria limitar-se a verificar si nellas são unicamente aviadas receitas e vendidos medicamentos segundo o systema de Hahnemann.....	50
N. 69 — Em 5 de Agosto de 1886. — Declara que os sacerdotes estrangeiros nomeados para servir de Vigarios encomendados devem ser substituidos por sacerdotes nacionais, logo que estes appareçam, e reitera a recommendação feita no sentido de se abrirem concursos para provimento das parochias vagas.....	52
N. 70 — Em 5 de Agosto de 1886. — Sômente na Escola Polytechnica ou na Escola Militar do Rio Grande do Sul pôde fazer-se o exame para obtenção do título de Agrimensor.....	52
N. 71 — Em 11 de Agosto de 1886. — Providencia para que não se pagueem vencimentos a empregados licenciados sem que sejam preenchidas as formalidades de que depende o cumprimento das portarias respectivas.....	53
N. 72 — Em 11 de Agosto de 1886. — Não havendo substituição entre Lentes substitutos das Faculdades de Direito, não é admissivel que a qualquer delles se abone, por estar prompto para o serviço, a gratificação do que se achar impedido.....	53

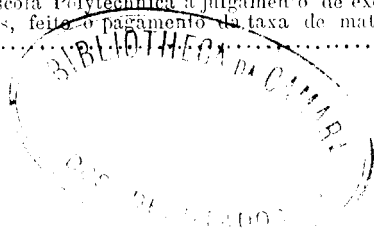
Pags.

N. 73 — Em 11 de Agosto de 1886. — O Director da Faculdade de Direito não é obrigado a remetter a Thesouraria de Fazenda da Provincia o orçamento das despesas da mesma Faculdade.....	51
N. 74 — Em 11 de Agosto de 1886. — Sobre a accitação, para a matricula na Escola de Minas, de exames prestados na Escola Polytechnica.....	55
N. 75 — Em 17 de Agosto de 1886. — Adopta providencias para o primeiro provimento da cadeira de Legislação de Minas, economia politica, direito administrativo e estatística da Escola de Minas.....	55
N. 76 — Em 18 de Agosto de 1886. — Sobre o prazo para apresentação dos manuscritos das theses dos alumnos da 6. <sup>a</sup> serie das Faculdades de Medicina.....	56
N. 77 — Em 20 de Agosto de 1886. — As sala e o material de cada uma das cadeiras na Escola Polytechnica não devem ser utilizados só pelo respectivo Lente e alumnos, com exclusão dos de outras cadeiras.....	57
N. 78 — Em 28 de Agosto de 1886. — Não pôde subsistir a eleição de Vereadores e de Juizes de Paz, cujas actas desappareceram, existindo apenas o edital do resultado da votação.....	58
N. 79 — Em 1 de Setembro de 1886. — Não se pôde considerar substituído a eleição de Vereadores e de Juizes de Paz, da qual não se lavraram actas.....	58
N. 80 — Em 3 de Setembro de 1886. — Deve entender-se de accordo com os meios consignados nas leis de orçamento a faculdade de que trata o art. 12 dos Estatutos dos cursos juridicos, relativa a nomeação de empregados subalternos.....	59
N. 81 — Em 4 de Setembro de 1886. — Declara que o Aviso de 23 de Maio do corrente anno não se refere ás interrupções provenientes de motivos de ordem particular, sinão ás que decorrem de circumstancias relativas ao serviço publico.....	60
N. 82 — Em 9 de Setembro de 1886. — Ao immediato de Vereador, quando chamado ao exercicio, applica-se a disposição do art. 24 da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881.....	60
N. 83 — Em 10 de Setembro de 1886. — Não tem direito a augmento de vencimento a Professora da Escola Normal que, sem excceder o tempo marcado no respectivo Regulamento, dá lições a duas turmas de alumnas.....	61
N. 84 — Em 10 de Setembro de 1886. — Manda observar Instruções relativamente á frequencia do Muséo Escolar Nacional pelos Professores e alumnos da Escola Normal, e aos trabalhos que forem apresentados em relação aos objectos existentes no mesmo Muséo.....	62
N. 85 — Em 10 de Setembro de 1886. — Manda pôr em concurso cada uma das cadeiras urbanas que se acham vagas, para as quaes é inadmissivel remover Professores de escolas suburbanas.....	63
N. 86 — Em 11 de Setembro de 1886. — Sobre o exercicio dos substitutos da Escola Polytechnica e a instrucção pratica dos alumnos.....	63



N. 87 — Em 11 de Setembro de 1886. — Contém providências sobre vantagens relativas ao exercício de logares do magisterio no curso preparatorio annexo à Faculdade de Direito de S. Paulo e declara que ao Governo compete a nomeação interina dos substitutos do mesmo curso.....	64
N. 88 — Em 27 de Setembro de 1886. — Sobre formalidades que se devem observar nas propostas para provimento de cadeiras vagas nas Cathedraes.....	65
N. 89 — Em 29 de Setembro de 1886. — A Administração compete decidir as questões concernentes à incompatibilidade no exercício conjuncto de Vereadores.....	66
N. 90 — Em 5 de Outubro de 1886. — Sobre a execução do art. 392 dos Estatutos das Faculdades de Medicina.....	67
N. 91 — Em 5 de Outubro de 1886. — Sobre a designação dos Professores adjuntos para reger interinamente cadeiras de instrucção primaria.....	68
N. 92 — Em 9 de Outubro de 1886. — Sobre a correspondencia entre os Professores de escolas primarias e o Inspector Geral sem ser por intermedio dos Delegados.....	68
N. 93 — Em 9 de Outubro de 1886. — Providencia acerca da execução do art. 3º do Decreto n. 9517 de 2 do corrente mez e declara que a distribuição dos exames geraes de preparatorios pode ser feita a arbitrio da Inspectoria Geral.....	69
N. 94 — Em 11 de Outubro de 1886. — O numero mui reduzido de electores de um municipio não impede que nelle se proceda à eleição de Vereadores e de Juizes de Paz....	70
N. 95 — Em 12 de Outubro de 1886. — Sobre a preferencia entre Lectes cathedraes e substitutos para a accumulção de cadeiras nas Faculdades de Direito.....	71
N. 96 — Em 12 de Outubro de 1886. — O Vereador ausente do municipio, por motivo de molstia, não perde o seu logar na Camara.....	71
N. 97 — Em 13 de Outubro de 1886. — Os electores do povoado, cujo territorio pertence pelo lado ecclesiastico a um municipio onde foram alistados e pelo civil a outro municipio, devem na eleição municipal votar neste ultimo, si não puderem exercer esse direito no primeiro.....	72
N. 98 — Em 13 de Outubro de 1886. — Sobre exames prestados na Escola Militar do Rio Grande do Sul que devem considerar-se validos para a matricula nos cursos superiores.....	72
N. 99 — Em 13 de Outubro de 1886. — Revoga a primeira parte do Aviso de 22 de Abril de 1885 sobre a validade, para a matricula nos cursos superiores, de exames prestados na Escola Militar do Rio Grande do Sul.....	73
N. 100 — Em 14 de Outubro de 1886. — Contém instneções para execução do Decreto n. 9517 de 2 do corrente mez.....	73
N. 101 — Em 14 de Outubro de 1886. — Sobre os exames geraes de preparatorios a que se procede nas Faculdades de Direito.....	77
N. 102 — Em 14 de Outubro de 1886. — Sobre os exames dos novos preparatorios exigidos para a matricula nas Faculdades de Medicina pelo art. 352 dos Estatutos.....	77

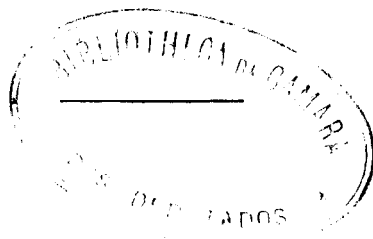
	Pags.
N. 103 — Em 18 de Outubro de 1886. — Sobre a inscripção para os exames de linguas e de sciencias a que se procede nas Faculdades de Direito.....	78
N. 104 — Em 19 de Outubro de 1886. — Manda proceder na Faculdade de Medicina da Bahia a novo concurso de um logar de preparador, por terem sido insufficientes as provas exhibidas no primeiro, e decide que a Congregação pôde deixar de apresentar á escolha do Governo os candidatos, no caso de verificar-se a insufficiencia de suas habilitações.....	79
N. 105 — Em 20 de Outubro de 1886. — Sobre a autorisação e a época dos exames geraes de preparatorios nas Provincias.....	79
N. 106 — Em 20 de Outubro de 1886. — Ao Professor de religião cumpre desempenhar no Internato do Imperial Collegio de Pedro II as funcções de Capellão.....	80
N. 107 — Em 21 de Outubro de 1886. — Recommenda o cumprimento da Resolução de 5 de Outubro de 1864 nos concursos para provimento de dignidades da Cathedral da Bahia.....	81
N. 108 — Em 22 de Outubro de 1886. — Não depende dos preparatorios acrescidos em virtude da disposição do art. 372 dos Estatutos a admissão a exame dos estudantes a quem se houver este anno facultado frequentar laboratorios nas Faculdades de Medicina.....	81
N. 109 — Em 22 de Outubro de 1886. — Resolve reclamações e duvidas concernentes á execução do Decreto n. 9647 de 2 do corrente mez.....	82
N. 110 — Em 22 de Outubro de 1886. — Sobre inscripção para exame na Faculdade de Medicina da Bahia, nos termos do art. 392 e mais disposições vigentes dos Estatutos....	83
N. 111 — Em 22 de Outubro de 1886. — Aos medicos homeopathas applica-se a disposição do art. 41 n. II do Regulamento annexo ao Decreto n. 9554 de 3 de Fevereiro ultimo....	84
N. 112 — Em 22 de Outubro de 1886. — Aos officios que as Camaras Municipaes dirigem aos Presidentes de Provincia applica-se a disposição do art. 64, 1ª parte, da Lei do 1º de Outubro de 1828. ....	85
N. 113 — Em 30 de Outubro de 1886. — Sobre a decretação de um subsidio em cada Provincia para manter no Instituto dos surdos-mudos alguns dos filhos della.....	86
N. 114 — Em 5 de Novembro de 1886. — Approva o projecto do Regimento interno do lazareto da Ilha Grande.....	86
N. 115 — Em 5 de Novembro de 1886. — Approva o projecto de Regimento interno do hospital maritimo de Santa Izabel.....	96
N. 116 — Em 6 de Novembro de 1886. — Sobre admissão de estudante da Escola Polytechnica a julgamento de exercicios praticos, feito o pagamento da taxa de matricula.....	101



	Pags.
N. 117 — Em 6 de Novembro de 1886.— Quando ha mais de um termo sob a jurisdicção de um só Juiz Municipal, a este compete expedir os editaes e receber as petições para o preparo do alistamento eleitoral de todos os termos .....	101
N. 118 — Em 9 de Novembro de 1886.— Sobre a remessa das provas escriptas e do parecer sobre a prova pratica dos candidatos que houverem comparecido a concurso nas Faculdades de Medicina.....	102
N. 119 — Em 10 de Novembro de 1886.— Declara que o Aviso de 16 de Dezembro de 1885 firmou a regra que se deve seguir na Escola Polytechnica sobre a dispensa de pagamento de taxa para exames complementares de materias em que estudantes matriculados em outros cursos superiores hajam obtido approvação.....	102
N. 120 — Em 16 de Novembro de 1886.— Sobre o ingresso dos estudantes no laboratorio das Faculdades de Medicina e a época em que devem executar-se alli os trabalhos.....	103
N. 121 — Em 19 de Novembro de 1886.— Sobre o restabelecimento do serviço de exames geraes de preparatorios nas Provincias do Rio Grande do Norte e de Sergipe.....	104
N. 122 — Em 19 de Novembro de 1886.— Sobre a apresentação das preparações de que depende a admissão a exame nas Faculdades de Medicina.....	104
N. 123 — Em 19 de Novembro de 1886.— As theses para doutoramento devem ser defendidas nas Faculdades a que tenham sido apresentadas.....	105
N. 124 — Em 19 de Novembro de 1886.— Sobre a suspensão de garantias de irmão de uma corporação religiosa, e sobre eliminação na lista dos irmãos.....	106
N. 125 — Em 21 de Novembro de 1886.— Recommenda a observancia do Aviso Circular n. 468 de 4 de Março de 1885 em relação aos Lentes e Professores que houverem completado 25 annos de effectivo exercicio no magisterio.....	106
N. 126 — Em 25 de Novembro de 1886.— Contém, além de decisões relativas á nullidade das preparações feitas nos laboratorios das Faculdades de Medicina e á frequencia de estudantes nas aulas sem pagamento da metade da taxa, a de que se applica somente á matricula nas mesmas Faculdades a authorisação de que trata o Decreto legislativo n. 1195 de 13 de Abril de 1884.....	107
N. 127 — Em 27 de Novembro de 1886.— Não deve prevalecer no regimen do Decreto n. 9617 de 2 de Outubro do corrente anno a pratica de instituirem-se nas Faculdades de Direito mesas especiaes de exames de preparatorios no fim do anno ou no mez de Março.....	109
N. 128 — Em 29 de Novembro de 1886.— Providencia sobre a substituição dos Reitores e Vice-Reitores do Imperial Collegio de Pedro II nas commissões julgadoras dos exames geraes de preparatorios.....	109
N. 129 — Em 3 de Dezembro de 1886.— Sobre nullidade de exame cuja prova escripta foi julgada pela respectiva commissão da Faculdade de Medicina da Bahia.....	110

Pags.

N. 130 — Em 4 de Dezembro de 1886.— Indefere o requerimento de um estudante da Faculdade de Medicina da Bahia que não frequentou os laboratorios durante o anno lectivo, nem apresentou preparações.....	111
N. 131 — Em 4 de Dezembro de 1886.— Sobre a prorrogação do prazo para defesa de these nas Faculdades de Medicina.....	112
N. 132 — Em 4 de Dezembro de 1886.— Sobre a inclusão de funcionarios interinos nas folhas de pagamento.....	113
N. 133 — Em 6 de Dezembro de 1886.— Sobre a infracção da disciplina em collegio particular.....	113
N. 134 — Em 10 de Dezembro de 1886.— Declara que é inadmissivel que um Lente cathedratice accumule dois exercicios no caso de haver substituto desimpedido nas Faculdades de Direito; e que, não estando abertas as aulas, nenhuma designação tem de ser feita para a regencia de cadeira; finalmente que no dia do encerramento dos trabalhos deve cessar o abono de gratificação relativa ao exercicio cumulativo de quaesquer logares cujas funções sejam interrompidas pela superveniencia das férias.....	114
N. 135 — Em 15 de Dezembro de 1886.— Não tem direito a congrua o Vigario encommendado que não apresentou em tempo a respectiva provisão.....	115
N. 136 — Em 18 de Dezembro de 1886.— Declara que o exame preparatorio de geographia deve continuar a ser feito sem separação do de cosmographia.....	115
N. 137 — Em 21 de Dezembro de 1886.— Sobre vantagens inherentes ao servico cumulativo dos logares do magisterio nas Faculdades de Medicina depois de findo o anno lectivo.....	116
N. 138 — Em 27 de Dezembro de 1886.— As Camaras Municipaes, como apuradoras de eleições, applica-se o disposto no Decreto n. 8308 de 17 de Novembro de 1881.....	117
N. 139 — Em 28 de Dezembro de 1886.— Sobre a época dos exames geraes de preparatorios nas Provincias.....	118
N. 140 — Em 29 de Dezembro de 1886.— Sobre providencia tendente a evitar o transtorno de se conservarem na Corte, á espera de occasião para fazerem exames geraes de preparatorios, estudantes que residem em outros logares.....	118
N. 141 — Em 29 de Dezembro de 1886.— Antes de feita a apuração do 2º escrutinio, não podem tomar posse os Vereadores eleitos no 1º.....	119





## MINISTERIO DO IMPERIO

### N. 1 — EM 12 DE JANEIRO DE 1886

Declara que a prorrogação dos trabalhos de qualquer aula no Imperial Collegio de Pedro II depende de authorisação do Governo.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 12 de Janeiro de 1886.

Inteirado do que Vm. informa em officio de 23 de Dezembro ultimo sobre o facto de haver o Professor de mathematicas elementares do Externato do Imperial Collegio de Pedro II, Bacharel Luiz Pedro Drago, continuado a dar lições depois do dia determinado para o encerramento das aulas, declaro-lhe, afim de o fazer constar ao Reitor daquelle estabelecimento, que a providencia extraordinaria da prorrogação dos trabalhos de qualquer aula depende de authorisação opportunamente solicitada ao Governo, a quem cabe apreciar os motivos que tiverem occorrido.

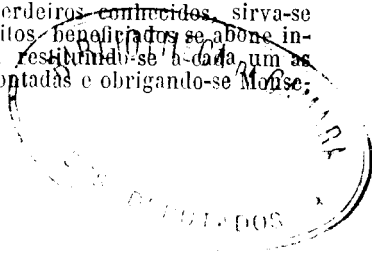
Deus Guarde a Vm. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria do municipio da Côrte.

### N. 2 — EM 13 DE JANEIRO DE 1886

Sobre o anno de morte dos beneficiados da Capella Imperial.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 13 de Janeiro de 1886.

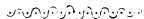
Ilm. e Exm. Sr. — Não sendo obrigado o Conego da Capella Imperial, José Maria Bueno da Rosa, ao pagamento do anno de morto, conforme a decisão constante do Aviso dirigido a esse Ministerio em 28 de Março de 1879, visto haver succedido ao Conego João Pires de Amorim, que foi promovido a Monsenhor, e quanto a este, tendo succedido a Monsenhor Antonio José de Mello, que falleceu sem deixar herdeiros conhecidos, sirva-se V. Ex. de ordenar que aos sobreditos beneficiados se abone integralmente a congrua respectiva, restituindo-se a cada um as quotas que já lhe tiverem sido descontadas e obrigando-se Monsen-



nhor Amorim á restituição da importância que houver recebido do anno de morto de Monsenhor Mello, si apparecer quem legitimamente a reclame.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda.

Remetteu-se cópia deste Aviso ao Inspector da Capella Imperial, para os devidos effeitos.



### N. 3 — EM 19 DE JANEIRO DE 1886

O juramento de estrangeiros que obtêm carta de naturalisação pôde também ser prestado perante as Camaras Municipaes e Juizes de Paz.

Ministerio dos Negocios do Império.— 3ª Directoria.— Rio de Janeiro em 19 de Janeiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Em resposta ao officio n. 29 do 1º de Outubro do anno findo, declaro a V. Ex. que o juramento exigido no art. 6º do Decreto n. 1959 de 12 de Julho de 1871 dos estrangeiros que obtêm carta de naturalisação na conformidade dos arts. 1º e 2º do predito decreto e de outras disposições vigentes, pôde também ser prestado perante as Camaras Municipaes ou os Juizes de Paz, como já se acha estabelecido pelo Aviso n. 294 de 31 de Agosto de 1857 com relação aos colonos que pretendem igual favor; cumprindo, porém, que as ditas Camaras e Juizes remetam a este Ministerio, por intermedio dessa Presidencia, cópia dos termos de juramento, os quaes conterão não só a data em que elle fôr deferido e a da carta de naturalisação, mas também todas as declarações de que trata o art. 6º acima citado.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

Expediu-se circular neste sentido aos demais Presidentes de Provincia.



## N. 4 — EM 25 DE JANEIRO DE 1886

Sem permissão do Poder Legislativo não podem os Escrivães encarregados do registro civil, cujos rendimentos forem diminutos, indemnizar a importância do sello dos respectivos livros, por prestações pagandas pelas Presidencias.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 3.<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 25 de Janeiro de 1886.

Hlm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio n. 102 de 2 de Novembro ultimo, declaro a V. Ex. que, á vista do disposto no Regulamento que baixou com o Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883, não pôde ser adoptado, sem permissão do Poder Legislativo, o alvitre apresentado por V. Ex. de permittir-se que os Escrivães encarregados do registro civil, cujos rendimentos forem diminutos, indemnisem por prestações mareadas pela Presidencia a importância do sello dos respectivos livros.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

~~~~~

## N. 5 — EM 26 DE JANEIRO DE 1886

Os alumnos approvados na conformidade dos Estatutos de 17 de Janeiro de 1885 devem prestar exames sómente das materias, em que não se tenham mostrado habilitados, do curso de estudos estabelecido nas Faculdades de Direito pelos Estatutos de 28 de Abril de 1854.

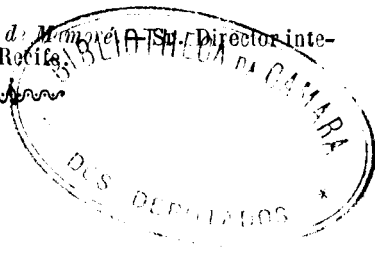
Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2.<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 26 de Janeiro de 1886.

Em officio de 4 do corrente mez consulta V. S. si os alumnos que se matricularem nos differentes annos do curso de estudos estabelecido pelos Estatutos de 28 de Abril de 1854 devem ser novamente submettidos a exames das materias comprehendidas em cada um dos mesmos annos, nas quaes já foram approvados na conformidade dos Estatutos de 17 de Janeiro do anno findo.

Em resposta declaro a V. S. que, sendo válidas para todos os effeitos as approvações a que se refere, devem os alumnos prestar exames sómente das materias em que não se tenham ainda mostrado habilitados.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Director interino da Faculdade de Direito do Recife.

~~~~~



## N. 6 — EM 26 DE JANEIRO DE 1886

Declara que deve ser aceito para a matrícula na Faculdade de Direito do Recife o exame de historia prestado na Escola Militar da Corte segundo programma analogo aos exames geraes de preparatorios.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2.<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 26 de Janeiro de 1886.

Tendo-se verificado que o exame de historia prestado na Escola Militar da Corte em 1879 pelo estudante Antonio Gomes Pereira Junior, a quem se refere o Aviso de 11 de Setembro ultimo, foi feito segundo programma analogo ao dos exames geraes de preparatorios que se realizam perante a Inspectoria Geral da Instrução primaria e secundaria, deve o dito exame ser aceito para a matrícula nessa Faculdade, revogado nesta parte o que dispõe o citado aviso: o que declaro a V. S. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director interino da Faculdade de Direito do Recife.

.....

## N. 7 — EM 27 DE JANEIRO DE 1886

Adopta providencias relativamente ao curso preparatorio da Faculdade de Direito de S. Paulo, complementares das que foram tomadas quanto ao curso superior para execução do Decreto n. 9522 de 28 de Novembro de 1885.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2.<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 27 de Janeiro de 1886.

Em officio de 13 do corrente mez V. S., justificando, com relação ao Curso de preparatorios annexo a essa Faculdade, a necessidade de providencias complementares das que foram tomadas quanto ao Curso superior para execução do Decreto n. 9522 de 28 de Novembro ultimo, propõe:

1.<sup>o</sup> Que as aulas preparatorias se encerrem a 20 de Fevereiro proximo e se reabram no 1.<sup>o</sup> de Março seguinte, começando nessa occasião os respectivos exames;

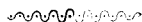
2.<sup>o</sup> Que as inscripções para os ditos exames e para a matrícula se realizem em prazos designados por essa Directoria, tendo em

vista as disposições vigentes e a circumstancia extraordinaria da mudança do tempo dos estudos ;

3.º Que, para presidir as mesas examinadoras, possa V. S. convidar pessoas habilitadas, estranhas á Faculdade, que não exerçam o magisterio particular.

Em resposta ao citado officio declaro a V. S., para os fins convenientes, que approvo a referida proposta.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Mamoré*.—Sr. Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.



### N. 8 — EM 30 DE JANEIRO DE 1886

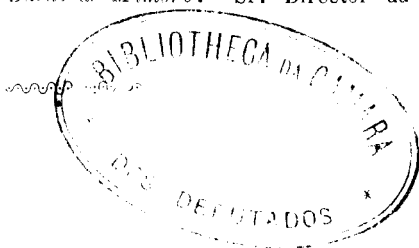
Declara que a Congregação da Escola de Minas fallece competencia para resolver sobre pedido concernente á permissão afim de se esculparem apenas algumas materias do curso, e que é obrigatoria a frequencia das aulas do anno em que o alumno está matriculado.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—2ª Directoria.—Rio de Janeiro em 30 de Janeiro de 1886.

Declaro a V. S., com referencia aos seus officios de 13 de Novembro e 14 e 31 de Dezembro ultimo, que a Congregação dessa Escola, cujas attribuições estão claramente definidas no art. 15 do Regulamento de 27 de Junho de 1883, fallece competencia para resolver sobre o requerimento, que por V. S. já tinha sido indeferido, em que o alumno Francisco Amadée Peret pediu permissão para estudar apenas as materias que lhe faltam afim de obter o titulo de Agrimensor.

E porque o art. 69 do citado regulamento, ao qual se conforma o despacho de V. S., dispõe que os alumnos são obrigados a assistir a todas as aulas dos cursos da Escola e a tomar parte nos exercicios praticos e excursões scientificas, deve o referido estudante continuar a frequentar as aulas do 3º anno, em que está matriculado, e opportunamente fazer exame das alludidas materias

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Mamoré*.—Sr. Director da Escola de Minas.



## N. 9 — EM 3 DE FEVEREIRO DE 1886

Sujeita os Professores publicos de instrucção primaria a responsabilidade pelos estragos causados nos edificios escolares por incuria desses funcionarios.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2.<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 3 de Fevereiro de 1886.

Communico a Vm., para seu conhecimento, que na presente data autorizo o Engenheiro das obras do Ministerio a meu cargo a mandar proceder aos reparos de que carece o esgoto do predio da Praça D. Pedro I, onde se acham estabelecidas duas das escolas publicas da freguezia de S. Christovao.

E, verificando-se que com frequencia precisam de reparos os proprios nacionaes recentemente construidos, e occupados por escolas de instrucção primaria, cumpre que Vm. recomende aos Professores a conservação de taes edificios, e os torne responsaveis pelos estragos que em ulterior exame se reconhecer terem sido causados por incuria dos mesmos funcionarios.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Maracá*. — Sr. Inspector Geral da Instrucção primaria e secundaria do municipio da Corte.

*Reprodução fac-similada*

## N. 10 — EM 4 DE FEVEREIRO DE 1886

Suopelle na Provincia do Rio Grande do Norte a execução do Decreto n. 5429 do 2.º de Outubro de 1873.

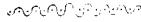
Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2.<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 4 de Fevereiro de 1886.

Hm. e Exm. Sr. — Chegou ao conhecimento do Governo que nessa capital são submittidos a exames geraes de preparatorios e obtêm approvação individuos que, na maior parte, acodem de outras Provincias e completamente desconhecem as materias sobre que versam taes exames, e, ao passo que não são frequentadas as aulas do curso annexo à Faculdade de Direito do Recife, algumas das quaes não contam um só alumno, mais de metade dos estudantes do curso superior se matriculam com certidões de exames de preparatorios ali realizados.

Cumprindo que cesse semelhante abuso, contra o qual representou a Directoria da citada Faculdade em officios de 4 e 18 de Dezembro ultimo, e que consideravelmente prejudica a instrucção

publica, declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que até ulterior deliberação fica suspensa nessa Provincia a execução do Decreto n. 5429 de 2 de Outubro de 1873.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.



#### N. 11 — EM 4 DE FEVEREIRO DE 1886

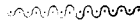
Suspensão na Provincia de Sergipe a execução do Decreto n. 5429 de 2 de Outubro de 1873.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 4 de Fevereiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— De informações prestadas á Inspectoria Geral da Instrução primaria e secundaria do municipio da Corte consta que nessa capital são submettidos a exames geraes de preparatorios e obtêm approvação candidatos que completamente desconhecem as materias sobre que versam os mesmos exames, e muitos dos quaes não são residentes na Provincia; praticando-se além disso outros abusos que exigem prompta providencia do Governo, a quem não podem ser indifferentes semelhantes factos, que tanto offendem os interesses da instrução publica.

Cumprindo, portanto, que cessem taes abusos, resolvi que, até ulterior deliberação, fique suspensa ali a execução do Decreto n. 5429 de 2 de Outubro de 1873: o que communico a V. Ex., para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

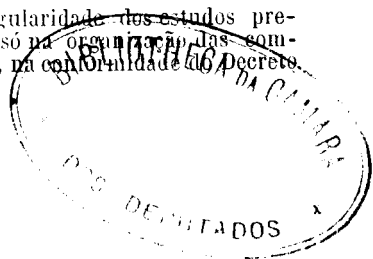


#### N. 12 — EM 4 DE FEVEREIRO DE 1886

Sobre os exames geraes de preparatorios a que se procede nas Provincias onde não ha Faculdades.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Circular.— Rio de Janeiro em 4 de Fevereiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— A bem da regularidade dos estudos preparatorios é imprescindivel que não só na organização das comissões julgadoras dos exames a que, na conformidade do Decreto

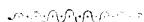


n. 5429 de 2 de Outubro de 1873, se procede nas Províncias onde não ha Faculdades, mas tambem no respectivo julgamento se observem estrictamente as recommendações feitas pelo Aviso Circular n. 373 de 18 do mesmo mez.

Assim é mister que, rigorosamente inspecionada a execução do referido decreto, sómente se instituam mesas para os exames que versaram sobre materias leccionadas de modo regular e que apreciem os actos com severidade, comissões compostas de pessoas que offereçam garantia de idoneidade moral e intellectual.

E porque tenham chegado ao conhecimento do Governo noticia e até participações officiaes de abusos intoleraveis praticados em algumas Províncias naquelle importante ramo do serviço publico, V. Ex., ouvindo o Delegado especial da Inspectoria Geral da Instrucção primaria e secundaria do municipio da Côrte, prestará, com urgencia, quanto aos exames realizados nessa capital, circumstanciadas informações que habilitem o Governo a resolver sobre a sua continuação.

O que tudo tenho por muito recommendado a V. Ex. a quem Deus Guarde.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia de...



#### N. 13 — EM 11 DE FEVEREIRO DE 1886

Sobre a administração dos patrimonios das Igrejas matrizes e capellas filiaes.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2.<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 11 de Fevereiro de 1886.

Exm. e Revm. Sr. — Em solução de seus officios de 6 de Abril de 1883 e 19 de Maio ultimo, relativos á nomeação de fabriqueiros para zelarem os patrimonios das Igrejas e principalmente das matrizes, declaro a V. Ex. Reyma.:

1.<sup>o</sup> Que a administração dos patrimonios das Igrejas matrizes e capellas filiaes, exceptuadas as que estiverem a cargo de irmandades ou confrarias, pertence aos fabriqueiros sob a inspecção do Prelado diocesano, ao qual por costume cabe a sua nomeação, nos termos dos Avisos n. 115 de 27 de Abril de 1855 e n. 196 de 3 de Junho de 1857.

2.<sup>o</sup> Que a administração dos patrimonios das Igrejas e capellas que estiverem a cargo de irmandades ou confrarias pertence a estas, conforme os compromissos, devidamente approvados, pelos quaes se regerem, e é exclusivamente sujeita á fiscalisação do Juiz Provedor de Capellas.

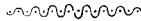


3.º Que nos casos de abusos por parte das referidas corporações religiosas cabe ao Juiz providenciar, segundo os tramites legais, para a boa administração das respectivas Igrejas ou capellas; assim tambem lhe cabe, para precaver os interesses daquellas em que não haja taes corporações legitimamente constituídas, nem fabriqueiros nomeados pelo Prelado diocesano, nomear quem as administre.

4.º Que, si o Prelado diocesano nomear fabriqueiro para Igreja ou capella em que haja administrador nomeado pelo Juiz, deve cessar a acção desse administrador; mas convem que o Prelado o communique ao Juiz, não só para seu conhecimento, sinão ainda para que possa elle expedir quaesquer ordens que sejam indispensaveis, quer quanto á retirada do administrador, quer quanto á entrega de documentos ou prestação de informações concernentes á fabrica.

5.º Que, finalmente, em todos os casos, é attribuição do Juiz tomar as contas ás administrações das Igrejas e capellas, na fórmula das disposições vigentes.

Deus Guardea V. Ex. Revma. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Bispo da diocese de Olinda.

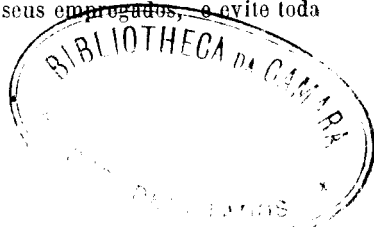


#### N. 44 — EM 12 DE FEVEREIRO DE 1886

Declara que deve ficar á disposição do Vigario toda a parte da Igreja de que elle carecer para o serviço parochial, e convem que a irmandade não lhe ponha obstaculos, por si ou por seus empregados.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 12 de Fevereiro de 1886.

Tendo representado o Protonotario Dr. Manoel da Costa Honorato, Vigario encomendado dessa freguezia, acerca de embarcos que no exercicio de suas funções parochiaes encontra por parte da irmandade do Santissimo Sacramento e de empregados della com relação ao uso da Igreja, cujas chaves allega que lhe são negadas, declaro a V. S., para o fazer constar á mesma irmandade, que deve ficar á disposição do Vigario toda a parte da Igreja de que elle carecer para o serviço parochial, e convem que a irmandade, tendo em consideração a autoridade de que se acha investido o sacerdote que exerce o cargo de Vigario, não lhe ponha obstaculos, por si ou por seus empregados, e evite toda



ocasião de conflicto, de que possa resultar coacção no cumprimento de suas obrigações e offensa ás suas attribuições, quanto á celebração dos actos do culto na sua Igreja.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Provedor da irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia de Nossa Senhora da Gloria.



N. 15 — EM 16 DE FEVEREIRO DE 1886

Sobre a obrigação que têm todos os membros do magisterio de residir na séde dos estabelecimentos a que pertencem.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Circular.— Rio de Janeiro em 16 de Fevereiro de 1886.

Para os devidos effeitos, declaro a Vm. não só que, salvo permissão do Governo, subsiste nas férias a obrigação que têm os membros do magisterio de residir na séde dos estabelecimentos a que pertencem, affim de prestarem os serviços extraordinarios de que possam ser encarregados, mas tambem que a inobservancia deste principio os sujeitará ás penas applicaveis no caso de faltas ou ausencia não justificadas.

Deus Guarde a Vm.— *Barão de Mamoré*.— Sr. ....



N. 16 — EM 19 DE FEVEREIRO DE 1886

Concede provisoriamente um auxilio pecuniario aos empregados do Externato do Imperial Collegio de Pedro II que tinham direito a alimentação fornecida pelo mesmo Collegio, e se achavam em exercicio quando foi extincta a despesa com os alumnos meio-pensionistas.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 19 de Fevereiro de 1886.

Illm. e Exm. Sr.— Pelo Decreto n. 9516 de 7 de Novembro do anno passado foi extincta a classe de alumnos meio-pensionistas do Externato do Imperial Collegio de Pedro II e consequentemente cessou a despesa que alli se fazia á conta das duas

consignações destinadas á alimentação dos alumnos, inspectores e empregados subalternos, dispensado o pessoal que se tornou desnecessario.

Aos inspectores e mais empregados que tinham direito, segundo as disposições vigentes, á alimentação fornecida pelo Collegio e se achavam em exercicio ao tempo da execução do citado decreto, tenho resolvido conceder provisoriamente, como compensação da vantagem que perderam, um auxilio pecuniario que mensalmente lhes será pago á vista da folha respectiva, levada a despeza ás duas referidas consignações.

Nesta conformidade ficam arbitradas, a contar de 1º de Janeiro deste anno, as seguintes quantias :

Aos inspectores de alumnos Alexandre Mondaini, Pedro Pinto Baptista, Joaquim José de Oliveira Alves, Antonio Manoel Pereira dos Santos, Domingos da Silva Lima e Manoel José da Silveira e ao bedel José Pinto da Silva Leal, a de 50\$ a cada um ; ao porteiro Albino José Rodrigues Gomes a de 39\$ ; ao guarda da bibliotheca Affonso Henriques da Silveira Faria, igual quantia ; e aos criados Horacio José Vieira, João Pyrrho, Elyseu Laurindo de Moura e Camera e Joaquim Rodrigues do Nascimento, a de 20\$ tambem a cada um.

Fazendo a V. Ex. esta communicação, rogo-lhe se digne providenciar afim de que se effectue o pagamento das mencionadas quantias.

Deus Guarde a V. Ex.— *Bavão de Mamoré*.— A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda.

Deu-se conhecimento ao Reitor do Externato do Imperial Collegio de Pedro II.

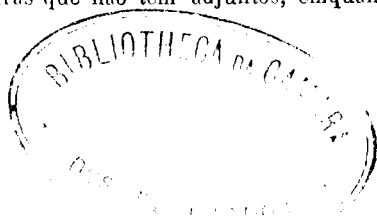


#### N. 17 — EM 25 DE FEVEREIRO DE 1886

Determina que, no caso de estarem vagos os logares de adjuntos das Faculdades de Medicina e quando se acharem impedidos estes funcionarios, sejam taes logares exercidos cumulativamente pelos Lentes das respectivas cadeiras, excepto enquanto ás de clinica ; e fixa o vencimento devido por esse encargo.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—2ª Directoria.—Rio de Janeiro em 25 de Fevereiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.—Em officio de 17 do corrente mez V. Ex. expõe circumstanciadamente as vantagens que para o estudo nessa Faculdade resultarão de incumbir aos Lentes respectivos o ensino pratico das cadeiras que não têm adjuntos, enquanto



não houver pessoal reconhecidamente idoneo para o provimento dos logares vagos.

Em resposta ao citado officio declaro a V. Ex. que, até ulterior deliberação, se deve proceder deste modo com relação ás referidas cadeiras e ás que deixarem de ter adjuntos, exceptuadas as de clinica, em que a accumulacão é impraticavel, bem assim quando se acharem impedidos taes funcionarios.

No caso de vaga pereceberá o Lente que aceitar a indicada incumbencia uma gratificacão correspondente ao vencimento de adjunto, e, no de impedimento, apenas a gratificacão do logar.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

#### N. 48 — EM 27 DE FEVEREIRO DE 1886

Declara que, salvo o caso de livre consulta, nenhuma parte tem a Congregação da Escola Polytechnica na escolha das pessoas que possam exercer interinamente o magisterio.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 27 de Fevereiro de 1886.

Com officio de 41 de Dezembro ultimo, e em cumprimento do Aviso deste Ministerio de 20 de Outubro, enviou-me V. S. cópia do parecer interposto pela competente commissão sobre os artigos que relativamente a essa Escola publicou o Lente substituto interino Dr. Antonio José do Sampaio.

A vista não só do que, por occasião de considerar a parte tecnica daquelle artigos, expôz a commissão no dito parecer, approvado pela Congregação, quanto á necessidade de reorganizar-se o ensino de algumas das materias ali leccionadas e de fazerem-se outras alteraçoes, mas tambem do que V. S. informou sobre este assumpto, tenho resolvido incumbir a Congregação de apresentar ao Ministerio a meu cargo, até 31 de Março vindouro, um projecto de reforma dos Estatutos annexos ao Decreto n. 5600 de 25 de Abril de 1874, consolidando as demais disposições vigentes que entenda deverem continuar a ser observadas.

E porque do mencionado officio e parecer se verifica haver-se tambem apreciado o acto pelo qual o Governo nomeou o referido doutor afim de servir ali na qualidade de substituto interino do curso de artes e manufacturas, para os devidos effeitos declaro a V. S. que foi exorbitante o procedimento da Congregação, assim como da commissão, cujas attribuições estão definidas nos Estatutos e no Regulamento especial da administração da Escola;

outrosim que, salvo o caso de livre consulta de que trata o § 6º do art. 10 dos mesmos Estatutos, nenhuma parte tem a Congregação na escolha das pessoas que possam exercer interinamente o magisterio.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Escola Polytechnica.



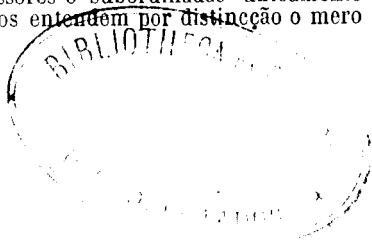
N. 49 — EM 2 DE MARÇO DE 1886

Sobre as condições de que depende a declaração da vitaliciedade e a concessão de gratificações additionaes aos Professores publicos de instrução primaria, e sobre a pratica de passarem attestados, em vez de prestarem informações, os Delegados do Inspector Geral.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 2 de Março de 1886.

Com officio de 25 de Janeiro ultimo remetteu-me Vm. os requerimentos em que os Professores de instrução primaria Adolpho Pereira dos Santos, Guilherme Joaquim da Rocha, Lino dos Santos Rangel e Marianna Angelica de Loureiro Fernandes pedem se declare vitalicio o seu provimento nas respectivas cadeiras, bem assim os dos Professores Agostinho José Soares Brazil, Luiz Augusto dos Reis, Eudoxia dos Santos Marques Dias, Maria Fortunata de Siqueira Amazonas Gomes da Silva, Thereza de Alcantara da Costa Pereira e Armando de Araujo Cintra Vidal, solicitando, os cinco primeiros a gratificação additional correspondente a 10 annos de serviços distinctos, e o ultimo a dos 15 annos.

Depois de expôr que o Conselho Director, a quem foram submettidos todos os referidos requerimentos, opinára pela solução favoravel, á vista dos attestados dos Delegados dessa Inspectoria e dos precedentes estabelecidos, ponderou Vm. que a concessão das vantagens solicitadas deve ficar tambem dependente da effectividade do ensino das materias indicadas no art. 23 do Regulamento de 18 de Janeiro de 1877, as quaes são os Professores obrigados a leccionar, conforme terminantemente declarou o Aviso de 23 de Novembro findo, cuja execução Vm. não pôde verificar por se haver logo seguido o periodo das ferias; e, pelo que respeita aos attestados dos Delegados, que nem sempre são bem explicitos, porquanto uns consideram taes gratificações destinadas a melhorar os vencimentos dos Professores e subordinadas unicamente ao tempo de exercicio, e outros entendem por distincção o mero cumprimento de deveres.



Em resposta ao mencionado officio, declaro a Vm. que, de accôrdo com o que informou, quer para a declaração de vitaliciedade a que se refere o art. 11 do Regulamento de 18 de Janeiro de 1877, quer para a concessão das gratificações addicionaes de que trata o art. 14 do dito regulamento combinado com o art. 19 do Decreto de 30 de Novembro de 1876, não basta o preenchimento da condição do exercicio; outrossim que não se conformam ás disposições regulamentares os fundamentos do parecer do Conselho Director nem as interpretações a que Vm. allude. Assim é necessario no primeiro caso que o Professor tenha bem servido, e, no segundo, que elle se haja distinguido no magisterio por sua proficiencia, zelo e assiduidade.

E porque se torna indispensavel o parecer de Vm. quanto ao pedido dos quatro primeiros Professores, e sua proposta relativamente ao dos demais, devolvo-lhe os requerimentos, afim de que, aquilatando por si mesmo o modo como os peticionarios exercem o magisterio e tendo em vista o Aviso de 23 de Novembro, que declarou obrigatorio o ensino do desenho, musica e gymnastica, informe positivamente si os que requerem a apostilla de vitaliciedade cumprem de modo satisfactorio os seus deveres, e si os que solicitam gratificações por serviços distinctos estão comprehendidos nas disposições anteriormente citadas.

Finalmente, para os devidos effeitos, chamo a attenção de Vm. para a pratica irregular de passarem os Delegados attestados que os Professores annexam a seus requerimentos: aquelles funcionarios cumpre informar sobre as pretensões por officio dirigido a essa Inspectoria.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Inspector Geral da Instrucção primaria e secundaria do municipio da Côrte.



## N. 20 — EM 5 DE MARÇO DE 1886

Sobre os novos limites da diocese do Ceará e o provimento dos logares do Cabido da Cathedral.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 5 de Março de 1886.

Exm. e Revm. Sr. — Quando V. Ex. Revma. esteve ultimamente nesta capital, lembrou a conveniencia de se dar execução na parte ecclesiastica ao Decreto n. 3012 de 22 de Outubro de 1880, que alterou a linha divisoria das Provincias do Ceará e Piahy, e a de organizar-se o Cabido da Cathedral, consultando, quanto a este ponto, si se poderia fazer a nomeação dos Capitulares independentemente de concurso.

Para se poder solicitar da Santa Sé o acto relativo á nova linha divisória ecclesiastica, é mister o assentimento do Revd. Bispo do Maranhão, a cuja diocese pertence a Província do Piauhý. Assim, convem que V. Ex. Revma., entendendo-se com aquelle Prelado, me remetta a declaração do accôrdo a que chegar a tal respeito.

Quanto á organização do Cabido da Cathedral, cabe-me recordar que ao antecessor de V. Ex. Revma. se declarou, em 13 de Março de 1863 e 6 de Dezembro de 1864, que devia abrir concurso para provimento das cadeiras de Capitulares, visto ser isso exigido por lei.

Deus Guarde a V. Ex. Revma.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Bispo da diocese da Fortaleza.

*Supplemento ao nº 21*

# N. 21 — EM 12 DE MARÇO DE 1886

Sobre o concurso para provimento de Benefícios ecclesiasticos, que foram renunciados, e sobre outras prescripções relativas aos concursos para se preencherem as vagas nas Cathedraes.

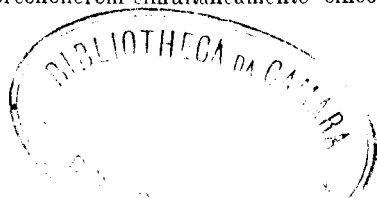
Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro, em 12 de Março de 1886.

Exm. e Revm. Sr.— Como verá V. Ex. Revma. pelas inclusas cartas imperiaes, foram apresentados nas cadeiras da Cathedral dessa diocese, vagas por fallecimento do Conego mestre-escola Raymundo Alves da Fonseca e do beneficiado Severiano José Correia, o Conego Ozorio Athayde Cruz e o Padre Vicente Ferreira Galvão, propostos por V. Ex. Revma. e cujos autos de habilitação em concurso acompanharam o seu officio de 18 de Dezembro ultimo.

Deixaram de ser apresentados os Padres Francisco Hildebrando Gomes Angelim, Francisco José Baptista e José Hemeterio do Rego Brito nas cadeiras que, conforme se depreheende dos papeis a elles relativos, foram renunciadas pelos Conegos José Manoel de Freitas e Carino Nonato da Silva, e beneficiado Gervasio Antonio Nogueira, porquanto, não tendo o Governo Imperial confirmado a renuncia, não podiam essas cadeiras ser consideradas vagas, nem por conseguinte postas em concurso.

Para provimento de cada uma só se poderá abrir concurso depois de cumprido o que a respeito das renunciias determinam os Avisos n. 59 de 23 de Maio de 1812 e n. 372 de 18 de Outubro de 1873.

Releva observar que o officio de V. Ex. Revma. mostra que se deixaram accumular 12 vagas de beneficios na Cathedral e destas abriu-se concurso para se preencherem simultaneamente cinco;



demais nem o citado officio nem os papeis concernentes aos dous oppositores agora apresentados, mencionam quando falleceram os dous Capitulares a que vão elles succeder, do que tambem não ha noticia na Secretaria de Estado dos Negocios a meu cargo, como não ha das outras vagas, apesar de se terem dado algumas ha muito tempo.

Ora, o Alvará das Faculdades e varios avisos do Governo recommendam que, vagando qualquer beneficio, seja aberto o concurso para seu provimento no mais breve prazo possível, salvo razão especial para o não abrir, da qual deve logo ser informado o Governo; que haja um concurso para cada beneficio, e que se communique ao Governo qualquer vaga e qualquer nomeação, logo que se verificar.

Concluindo, chamo a attenção de V. Ex. Reyma. para o que dispõe o Decreto de 16 e a Provisão de 20 de Agosto de 1817 relativamente á attestação que deve acompanhar os autos de habilitação de cada candidato.

Deus Guarde a V. Ex. Reyma.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Bispo da diocese de S. Luiz do Maranhão.

—

#### N. 22 — EM 12 DE MARÇO DE 1886

Recommenda que o programma do ensino do Imperial Collegio de Pedro II seja sujeito á approvação do Governo com a necessaria antecedencia em relação á época da abertura das aulas.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2.<sup>a</sup> Directoria.— Rio de Janeiro em 12 de Março de 1886.

Tenho presente o officio datado de 3 do corrente mez, com que Vm. me submetteu a acta da sessão da Congregação do Imperial Collegio de Pedro II e mais papeis referentes á organização do programma e do horario do mesmo Collegio para o actual anno lectivo.

Em resposta declaro-lhe que, de accordo com o seu parecer, approvo os mencionados programma e horario, substituida a «Selecta franceza» de Bernardo Valentim Moreira de Sá pelo «Curso de litteratura» de Charles André, anteriormente adoptado.

Por esta occasião reitero a Vm. a recommendação feita por Aviso de 26 de Março de 1885 atin de ser o programma sujeito á approvação do Ministerio a meu cargo com a necessaria antecedencia em relação á época da abertura das aulas.

Deus Guarde a Vm.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria do municipio da Côrte.

—



## N. 23 — EM 19 DE MARÇO DE 1886

Declara que, sem embargo do Decreto n. 9522 de 28 de Novembro de 1885, a regra contida na ultima parte do Aviso de 20 de Outubro anterior deve ser observada nos exames que, de conformidade com o art. 20, § 1º, do Decreto n. 7247 de 19 de Abril de 1879, continuam a fazer-se em Março e Outubro de cada anno nas Faculdades de Direito.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 19 de Março de 1886.

A' vista do que representára a Directoria dessa Faculdade sobre os abusos a que dava lugar o disposto no art. 253 dos Estatutos annexos ao Decreto n. 9360 de 17 de Janeiro do anno proximo passado, foi, até ulterior deliberação, suspensa, por Aviso de 20 de Outubro, a execução daquelle artigo para o fim de não poderem os estudantes prestar, no decurso do anno lectivo ou na mesma época, exames de mais de uma serie.

Expedido o Decreto n. 9522 de 28 de Novembro, determinou-se que as Faculdades passassem a reger-se pelas disposições que vigoravam antes da promulgação dos Estatutos de 17 de Janeiro. Por aquelle acto não ficou, porém, prejudicado na sua ultima parte o citado aviso, o qual, tendo firmado a regra que se deve seguir nos exames dos estudantes não matriculados, cumpre seja observado nos que, de conformidade com o art. 20, § 1º, do Decreto n. 7247 de 19 de Abril de 1879, continuam a fazer-se em Março e Outubro de cada anno.

Assim, confirmando o meu telegramma de 15 do corrente mez, declaro a V. S. que só em Outubro vindouro poderão os estudantes que fizeram agora ou completaram os exames de qualquer dos annos, prestar os do seguinte.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director interino da Faculdade de Direito do Recife.



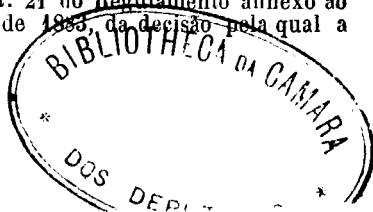
## N. 24 — EM 20 DE MARÇO DE 1886

Sobre a inscripção para o concurso ao logar de Professor de trabalhos graphicos na Escola Polytechnica.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 20 de Março de 1886.

Foi-me presente o recurso interposto pelo Capitão Delphim da Camara, na conformidade do art. 21 do Regulamento annexo ao Decreto n. 8905 de 3 de Março de 1885, da decisão pela qual a

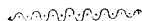
I.— Decisões de 1886 2



Congregação dessa Escola julgou insufficientes os documentos por elle apresentados afim de inscrever-se para o concurso ao logar de Professor da aula de trabalhos graphicos do 3º anno do curso de sciencias physicas e naturaes.

Attendendo a que o § 4º do art. 17 do citado regulamento não se refere ao premio de viagem, que é de natureza especial, visto ser destinado aos alumnos da Academia das Bellas Artes que pretendam aperfeiçoar-se na Europa, com a pensão de que tratam os respectivos Estatutos; outrossim a que o recorrente, além de duas grandes medalhas de ouro e outros premios daquelle estabelecimento, obteve a menção honrosa do 1º grau, que não pôde deixar de ser considerada primeiro premio, conforme tambem entende V. S., que por este motivo mandou admitir o Capitão Delphin da Camara á inscripção e a exame de sufficiencia, no qual foi approvado, e julga inteiramente procedentes as razões do recurso, tenho resolvido que seja este provido: o que, para os devidos effeitos, declaro a V. S., a quem

Deus Guarde. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Escola Polytechnica.



#### N. 25 — EM 20 DE MARÇO DE 1886

Declaro que a gratificação adicional concedida por distincção ao magisterio não deve ser descontada quando os Professores faltam por motivo justificado ou estão licenciados com vencimento.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 20 de Março de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Com officio de 31 de Outubro de 1884 submetten essa Presidencia ao Ministerio ora a meu cargo o despacho pelo qual a Junta de Fazenda, fundando-se no disposto no Aviso n. 446 de 29 de Novembro de 1873, indeferiu o requerimento em que o Dr. Paulo Antonio do Valle, Professor de rhetorica e poetica do curso annexo á Faculdade de Direito, pedira se lhe restituísse a gratificação adicional correspondente á quinta parte do seu vencimento, que lhe tem sido descontada nos dias em que, por motivo justificado, deixa de comparecer para dar aula.

Estando a alludida disposição revogada pelos Avisos de 11 de Agosto de 1881 e 27 de Janeiro de 1882, segundo os quaes não se deve descontar a referida gratificação quando os Professores faltam por aquelle motivo ou estão licenciados com vencimento, declaro a V. Ex., afim de o fazer constar á Thesouraria, que não é approvado o mencionado despacho.

Na presente data requisito do Ministerio da Fazenda a expedição de ordem, a fim de que, feito, á vista dos documentos existentes no Thesouro Nacional, o calculo dos descontos a que se tem procedido desde 11 de Agosto de 1881, se restitua ao Professor a respectiva importancia, realizando-se o pagamento da parte pertencente a exercicios findos pelo credito do § 31 do art. 8º da Lei n. 3230 de 3 de Setembro de 1884.

Para os fins convenientes devolve a V. Ex. o requerimento do Dr. Paulo Antonio do Valle, competentemente informado.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

Dirigiu-se aviso ao Ministerio da Fazenda.

**Aviso de 11 de Agosto de 1881, o que se refere  
o que se acha acima**

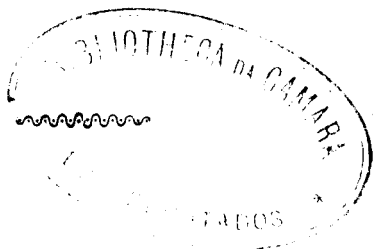
Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 1 de Agosto de 1881.

Ilm. e Exm. Sr.— Accuso o recebimento do Aviso de 22 de Junho ultimo com o qual V. Ex. enviou-me cópia da informação prestada pela 3ª Contadoria do Thesouro Nacional sobre o desconto que alli se fez ao Professor de latim do Internato do Imperial Collegio de Pedro II, Dr. Antonio José de Souza, que se acha no gozo de licença, não só da gratificação *pro labore*, mas tambem da de que tratam os arts. 28 do Regulamento annexo ao Decreto n. 1331 A, de 17 de Fevereiro de 1854, e 50 do que baixou com o de n. 2006 de 24 de Outubro de 1857.

Resolvendo a duvida constante da dita informação, tenho a honra de declarar a V. Ex. que, de accôrdo com a Imperial Resolução de 11 de Novembro de 1854, a que se refere, entre outros, o Aviso do Ministerio, ora a meu cargo, de 10 de Fevereiro de 1874, compete ao mesmo Professor, durante o periodo daquella licença, a segunda das mencionadas gratificações.

Nesta conformidade rogo a V. Ex. se digne expedir as necessarias ordens.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão Homem de Mello*.— A S. Ex. o Sr. José Antonio Saraiva.



## N. 26 — EM 20 DE MARÇO DE 1886

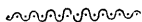
Sobre o pagamento da gratificação adicional concedida por distincção no magisterio.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 20 de Março de 1886.

Illm. e Exm. Sr. — Com officio de 29 de Novembro de 1884 submetteu essa Presidencia ao Ministerio, ora a meu cargo, o despacho pelo qual a Junta de Fazenda indeferiu o requerimento em que o Professor de arithmetica e geometria do curso annexo á Faculdade de Direito de S. Paulo, Bacharel Francisco Aurelio de Souza Carvalho, pedira se não descontasse, no caso de faltas justificadas, a gratificação, correspondente á 3ª parte do seu vencimento, concedida por Decreto de 19 de Julho do mesmo anno, em attenção aos distinctos serviços prestados no magisterio; bem assim que aquella gratificação lhe fosse paga a contar de 19 de Julho de 1868, em que completou 15 annos de exercicio effectivo, e não desde a data do citado decreto.

Em resposta, declaro a V. Ex., afim de o fazer constar á Thesouraria de Fazenda, que, na conformidade da decisão proferida por aviso de hoje, quanto ao Dr. Paulo Antonio do Valle, Professor de rhetorica e poetica, não é approvado, na parte relativa ao desconto da gratificação, o despacho da Junta, o qual, entretanto, procede no que diz respeito á data em que deve começar o respectivo pagamento.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



## N. 27 — EM 23 DE MARÇO DE 1886

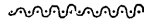
Sobre o vencimento que percebem os substitutos incumbidos de reger aulas supplementares no Imperial Collegio de Pedro II.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 23 de Março de 1886.

Declaro a Vm., em resposta ao seu officio de 11 do corrente mez, e afim de o fazer constar ao Reitor do Externato do Imperial Collegio de Pedro II, que autoriso, conforme propoz o mesmo Reitor, a divisão das aulas do 2º anno, incumbida a regencia das turmas supplementares aos substitutos por elle indicados.

Por este serviço, que é feito em substituição do que teriam de prestar á noite, no Internato, perceberão os referidos substitutos unicamente o vencimento do respectivo emprego, nos termos do Aviso de 28 de Setembro do anno proximo passado.

Deus Guarde a Vm.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria do municipio da Côrte.



### N. 28 — EM 30 DE MARÇO DE 1886

Declara que para a nomeação interina de adjuntos e preparadores nas Faculdades de Medicina devem observar-se, ainda quando se trate de exercicio não remunerado, as disposições do Aviso de 5 de Agosto de 1881 e do art. 129 dos Estatutos de 25 de Outubro do dito anno.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 30 de Março de 1886.

Em officio de 2 do corrente mez V. S. submetten á minha approvação o acto pelo qual designou o Dr. Carlos de Freitas e o Pharmaceutico Aristides Pereira da Silva para servirem interina e gratuitamente, conforme se offereceram : o primeiro, de adjunto á cadeira de clinica obstetrica e gynecologica, e o segundo, de preparador do laboratorio de physica medica.

Approvando as indicadas designações, declaro a V. S. que devem ser observadas, ainda quando se trate de exercicio não remunerado, as disposições do Aviso de 5 de Agosto de 1884 e do art. 129 dos Estatutos de 25 de Outubro do dito anno, segundo as quaes os logares de adjuntos e de preparadores são providos interinamente por pessoas designadas pelo Director da Faculdade, ou nomeadas por este Ministerio, sobre proposta do mesmo Director, no caso de estar vago o logar ou de exceder de 15 dias o impedimento do respectivo serventuário.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.



## N. 29 — EM 31 DE MARÇO DE 1886

Declara que o Lente licenciado de uma Faculdade não pôde exercer qualquer outro cargo nella, e quaes os vencimentos que nas Faculdades de Medicina competem ao Lente que serve effectiva ou interinamente o logar de Director.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 31 de Março de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em Avisos de 19 de Setembro de 1883 e 16 de Abril de 1884 um dos antecessores de V. Ex. solicitou deste Ministerio :

1.º Que declarasse, firmando regra, si o Vice-Director da Faculdade de Medicina, quando licenciado na qualidade de Lente cathedratico e impossibilitado de reger a respectiva cadeira, pôde não obstante exercer as funcções daquelle cargo ;

2.º Que resolvesse as duvidas que occorreram acerca dos vencimentos que se devam abonar aos Lentes da mesma Faculdade no caso de accumularem as funcções de Director.

Cabendo-me responder, declaro a V. Ex. :

Quanto ao primeiro ponto, que o Lente licenciado não pôde exercer qualquer outro cargo na Faculdade ; e quanto ao segundo, que as duvidas ficaram resolvidas pelo art. 21 dos Estatutos das Faculdades de Medicina, annexos ao Decreto n. 9311 de 25 de Outubro de 1884, artigo em virtude do qual o Lente que serve effectivamente de Director recebe os vencimentos integraes dos dous logares, e o que serve interinamente accumula aos seus vencimentos uma gratificação igual á do substituido, ou todos os vencimentos quando o Director effectivo nada percebe.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda.



## N. 30. — EM 31 DE MARÇO DE 1886

Torna extensiva á Faculdade de Medicina da Bahia a providencia adoptada na do Rio de Janeiro sobre o exercicio dos logares de adjuntos.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 31 de Março de 1886.

Accusando o recebimento do officio de V. S. de 6 do corrente mez, declaro-lhe que, á vista do que informou, resolvi tornar extensiva a essa Faculdade a providencia adoptada na do Rio de

Janeiro, de, até ulterior deliberação, incumbir-se aos Lentes respectivos o ensino pratico das cadeiras que não têm adjuntos, enquanto não houver pessoal reconhecidamente idoneo para o provimento dos logares vagos, exceptuados os de clinica, em que a accumulção é impraticavel.

Do mesmo modo se deverá proceder com relação ás cadeiras que deixarem de ter adjuntos, bem assim quando se acharem impedidos taes funcionarios.

No caso de vaga perceberá o Lente que aceitar a indicada incumbencia uma gratificação correspondente ao vencimento de adjunto, e, no de impedimento, apenas a gratificação do logar.

Finalmente declaro a V. S., resolvendo a duvida constante da ultima parte do seu officio, que a medida de que se trata não é applicavel aos logares de adjuntos postos em concurso, que se deverá realizar.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

Espediu-se aviso ao Presidente da Provincia.



#### N. 31 — EM 31 DE MARÇO DE 1886

Acerca dos livros que se devem adoptar no Curso preparatorio annexo á Faculdade de Direito do Recife e nos respectivos exames, e da prohibição de serem admitidos á prova oral dos exames geraes de preparatorios candidatos inhabilitados na prova escripta: outrossim sobre as conferencias dos Professores daquelle curso.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 31 de Março de 1886.

Em officio de 14 de Agosto de 1884, com que enviou a representação formulada por uma commissão em nome dos Professores do Curso preparatorio contra o Aviso de 10 de Março do mesmo anno, concernente aos livros que se devem adoptar naquelle curso e nos respectivos exames, a Directoria desta Faculdade submetten a consideração do Governo diversas indicações no sentido de se alterarem algumas das disposições que regem os exames geraes de preparatorios.

Declaro a V. S. que por ora cumpre manter o que se acha estabelecido com relação ás questões expostas pela Directoria no mencionado officio.

Convem entretanto observar, quanto á alludida representação, que o Aviso de 10 de Março de 1884 nada innovou, apenas explicitou o que está determinado no art. 7º do Regulamento de 5 de

Maio de 1856 e na 7.<sup>a</sup> parte do art. 1.<sup>o</sup> do Decreto n. 4431 de 30 de Outubro de 1869; e quanto á indicação para não serem admittidos á prova oral dos exames de preparatorios candidatos inhabilitados na prova escripta, que é isto mesmo o que prescrevem as Instrucções annexas ao Decreto n. 4430, tambem de 30 de Outubro de 1869, e não foi ainda revogado por acto algum do Governo; por consequente, si o contrario se tem praticado nessa Faculdade, cumpre corrigir semelhante pratica.

Convem ainda observar que as conferencias de que se falla no citado officio, celebradas pelos Professores do curso preparatorio em 23 de Abril e 30 de Julho de 1884, versaram sobre assumptos alheios dos que devem ser tratados em taes reuniões, nos termos dos arts. 84 e 85 do referido regulamento e nos das Instrucções de 11 de Março do dito anno de 1884, ás quaes regulam as conferencias dos Professores primarios do municipio da Côrte.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director interno da Faculdade de Direito do Recife.



#### N. 32 — EM 31 DE MARÇO DE 1886

Das demissões de empregados municipaes cabe o recurso de que trata o art. 73 da Lei do 1.<sup>o</sup> de Outubro de 1828.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1.<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 31 de Março de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo a Camara Municipal da villa de Canindé demittido o seu Secretario, José Rabello Cordeiro da Cruz, recorreu elle para essa Presidencia, que o mandou reintegrar.

Deste acto de um dos antecessores de V. Ex., o Bacharel Domingos Antonio Raiol, interpôz recurso para o Governo a Camara Municipal de Canindé, em conformidade do Aviso n. 49 de 22 de Fevereiro de 1872.

Como consta do acto daquelle antecessor, enviado por cópia ao Governo com o officio de 9 de Maio de 1883, ordenou elle a reintegração do Secretario demittido, por considerar:

Que esse funcionario provára, com attestado fornecido pela propria Camara, bem cumprir os deveres de seu cargo;

Que o art. 110 da Lei provincial n. 2026 de 12 de Outubro de 1882 veda a demissão do Secretario da Camara Municipal que contar 10 ou mais annos de serviço effectivo, permitindo, neste caso, a aposentadoria unica e ente, disposição applicavel ao Secretario demittido, porque havia mais de 10 annos servia o cargo;

Que não havia inconstitucionalidade na disposição citada, como pretendeu a Camara, porque a medida alli decretada decorre do



princípio consagrado no art. 19 § 7.<sup>o</sup> do Acto Additional, e, quando assim não fosse, faltava a Camara competencia para decretar a pretendida inconstitucionalidade;

Que, attendendo-se à míngua da renda do município de Canindé, não convinha que, por motivos menos ponderosos, fosse aposentado o Secretario, afim de não augmentar-se a despesa da Camara com a criação, que teria de iniciar-se, da classe de empregados inactivos;

Que não se podia applicar ao caso vertente, em face do art. 110 citada da referida lei provincial, a theoria, por alguns admittida e invocada pela Camara, de não caber recurso do acto de demissão de empregados municipaes; theoria firmada na opinião que ás Municipalidades se deve deixar inteira liberdade no exercicio deste direito.

O Governo, reconhecendo a procedencia destes fundamentos, resolveu confirmar o acto do referido antecessor, e negar provimento ao recurso interposto pela Camara Municipal da villa de Canindé.

Acceitando e deferindo a petição de recurso do Secretario demittido, o ex-Presidente, Bacharel Domingos Antonio Raíol, usou de uma faculdade conferida aos Presidentes de Provincia pelo art. 73 da Lei do 1.<sup>o</sup> de Outubro de 1828, conforme a intelligencia que tem sido dada por algumas decisões do Governo e especialmente a do Aviso n.<sup>o</sup> 49 de 22 de Fevereiro de 1872, expedido em virtude de uma Imperial Resolução tomada sobre Consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado de 5 de Outubro de 1871.

O que declarou a V. Ex., para os devidos effeitos, observando, de accordo com o parecer exarado na referida consulta, que os Presidentes de Provincia devem ser muito prudentes no uso da mencionada faculdade, não a exercendo sinão em casos raros, e quando tenha havido injustiça notoria no acto de demissão; visto que tal attribuição lhes foi dada, não para a exercerem de modo que concorram para desautorar as Camaras Municipaes, mas sim como mero correctivo contra os abusos destas corporações.

Devolve a V. Ex., conforme solicitou o ex-Presidente no officio de 9 de Maio de 1883, os documentos originaes que acompanharam o mesmo officio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

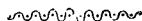
## N. 33 — EM 31 DE MARÇO DE 1886

Declara que na importancia da desinfecção do navio sujeito a quarentena de observação comprehende-se a das cargas, quando desinfectadas dentro do proprio navio.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1ª Directoria. — Rio de Janeiro em 31 de Março de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Approvo a solução dada por V. Ex. á consulta do Inspector da Alfandega de que trata o officio de 11 do corrente mez, declarando que, desinfectadas as cargas dentro do proprio navio sujeito a quarentena de observação, na importancia da desinfecção destas está comprehendida a das cargas, isto é, deve o dono, consignatario ou capitão do navio pagar a importancia dos desinfectantes gastos e as diarias dos desinfectadores, e não as taxas da tabella n. 2 annexa ao Regulamento que baixou com o Decreto n. 9534 de 3 de Fevereiro de 1886, cobraveis somente quando as cargas são desinfectadas fóra do navio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.



## N. 34 — EM 9 DE ABRIL DE 1886

Declara que não deve subsistir a decisão pela qual a Congregação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro considerou os preparadores como membros do magisterio.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 9 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio de 9 de Outubro do anno findo participa V. Ex. que a Congregação dessa Faculdade, a quem submittera o pedido do preparador de histologia Dr. Eugenio Alexandre Poncy relativo á concessão de premio pelo seu trabalho de technica microscopica, depois de approvar por um voto de maioria uma preliminar considerando os preparadores membros do magisterio, adoptou em outra sessão o parecer no qual a commissão de Lentes incumbida de examinar aquelle trabalho não o julgou em condições de ser premiado, embora reconhecesse que é proveitoso aos estudantes que iniciam os estudos praticos do respectivo laboratorio.

Com referencia á indicada preliminar, declaro a V. Ex. que a decisão da Congregação não deve subsistir não só porque o as-

sumpto não se comprehende nas respectivas attribuições, como porque não está ella de accordo com as disposições dos Estatutos segundo os quaes os preparadores, que nos casos especificados no art. 279, podem deixar de ser graduados em medicina, e em nenhuma hypothese substituem os Lentes, são meros auxiliares do ensino, assim como seus ajudantes.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.



N. 35 — EM 9 DE ABRIL DE 1886

Não deve ser admittido a votar o eleitor pronunciado em crime inafiançavel.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1ª Directoria. — Rio de Janeiro em 9 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso de 17 do mez findo, tenho a honra de declarar a V. Ex. que não procedeu acertadamente o Juiz Municipal e de Orphãos do termo do Rio Pardo, em Minas Geraes, permittindo que alli fosse votar na eleição de 15 de Janeiro ultimo o eleitor Camillo Alves de Oliveira, preso e pronunciado em crime inafiançavel, o do art. 205 doCodigo Criminal.

Com quanto, em face dos arts. 8º da Constituição, 29 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, e 2º §§ 2º e 3º, e 84 do Decreto n. 8213 de 13 de Agosto de 1881, se deva entender que o eleitor pronunciado pôde votar, cumpre que esta intelligencia se limite ao caso de pronuncia em crime que admitta fiança porque, prestada esta, o eleitor se conserva em liberdade.

Sendo um dos effeitos da pronuncia nos crimes inafiançaveis a conservação do réo na prisão (Codigo do Processo Criminal, art. 165, n. III), não pôde elle ser d'alli retirado sinão para os fins de sua defesa e julgamento.

Por outro lado, conforme a índole da legislação eleitoral vigente, o eleitor, quando vota, deve estar em plena liberdade, e esta não se concilia com os interesses da Justiça, que exigem a segurança de réo no caso de que se trata, a qual só pôde ser efficaz mediante a intervenção de força publica no recinto onde se reúne a assemblea eleitoral, medida opposta ao disposto no art. 130 do citado Decreto n. 8213 de 1881.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça.



## N. 36 — EM 12 DE ABRIL DE 1886

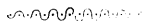
Declara que a Escola Polytechnica compete conferir titulo de Agrimensor unicamente aos individuos que se habilitarem perante ella ou perante a Escola Militar do Rio Grande do Sul.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 12 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Havendo Diogo Felicio dos Santos e Augusto Zittlow requerido que se lhes mandasse passar titulo de Agrimensor, requisitou esse Ministerio, em Avisos de 14 de Agosto de 1885 e 18 de Março do corrente anno, se communicasse a Directoria da Escola Polytechnica terem sido os supplicantes approvados nos exames que prestaram em 1876, afim de que a mesma Escola deferisse o pedido conforme o direito por elles adquirido.

Em resposta declaro a V. Ex. para os fins convenientes, que, na conformidade do disposto no Decreto n. 6922 de 1 de Junho de 1878, a Escola Polytechnica compete conferir titulo de Agrimensor unicamente aos individuos que se habilitarem perante ella ou perante a Escola Militar do Rio Grande do Sul.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.



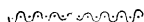
## N. 37 — EM 19 DE ABRIL DE 1886

Acerca das linguas sobre que deve versar uma das provas do concurso para matricula no 1º anno do curso superior da Escola de Minas.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 19 de Abril de 1886.

Declaro a V. S., em resposta ao officio de 9 do corrente mez, que as linguas comprehendidas nas materias sobre que, na conformidade dos arts. 85 e 86 do Regulamento annexo ao Decreto n. 9448 de 27 de Junho de 1885, deve versar uma das provas do concurso para a matricula no 1º anno do curso superior dessa Escola, são as de que tratava o anterior regulamento, isto é, francez, inglez ou allemão.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Escola de Minas.



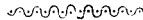
## N. 38 — EM 30 DE ABRIL DE 1886

Aceita as convenções assignadas em Bruxellas, em 15 de Março do corrente anno, concernentes á permutação de documentos e publicações officiaes.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 30 de Abril de 1886.

Illm. e Exm. Sr. — Em solução do Aviso datado de 19 de Abril ultimo, que V. Ex. se dignou dirigir-me relativamente ás convenções assignadas em Bruxellas em 15 de Março proximo findo e concernentes á permutação de documentos e publicações officiaes, cabe-me declarar a V. Ex. que, por estarem de accôrdo com os projectos, que lhes serviram de base e mereceram a aquiescencia deste Ministerio, nenhuma observação tenbo que fazer sobre as mesmas convenções, a cuja ratificação se poderá proceder.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros.



## N. 39 — EM 1 DE MAIO DE 1886

Os Professores dos Seminarios Episcopaes, além de não serem empregados publicos, ainda como empregados diocesanos não são vitalícios, e as disposições vigentes não lhes dão direito a aposentadoria.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 1 de Maio de 1886.

Exm. e Revm. Sr. — Em officio de 7 de Dezembro ultimo propõe V. Ex. Revma. que o Governo mande dar annualmente a quantia de 1:000\$ ao Conego Luiz Barroso de Bastos, considerando-o em posição analoga aos empregados civis aposentados, attenta a impossibilidade em que elle se acha, por velhice e cegueira, de continuar a exercer o logar de Professor de historia sagrada e ecclesiastica do Seminario.

Em resposta tenbo de declarar que os Professores dos Seminarios, além de não serem empregados publicos, ainda como empregados diocesanos não são vitalícios, e as disposições vigentes não lhes dão direito á aposentadoria. O Governo, pois, não pôde attender á proposta de V. Ex. Revma.



Accrescentarei para esclarecimento da questão que algumas concessões de aposentadoria, que se tem feito a Professores de Seminários, têm derivado de autorizações especiaes da Assembléa Geral, á qual póde recorrer o mencionado Conego.

Deus Guarde a V. Ex. Revma. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Bispo da diocese do Pará.

~~~~~

## N. 40 — EM 1 DE MAIO DE 1886

Sobre a permuta de parochias.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2.<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 1 de Maio de 1886.

Exm. e Revm. Sr. — Em officio de 24 de Março communicou-me V. Ex. Revma. que, por termo lavrado aos 4 de Dezembro ultimo na Secretaria do Bispado, os Parochos Dionisio Antonio Pastana e Feliciano José Pereira fizeram permuta das parochias do Acará e de Mocajuba, em que eram collados.

Declaro em resposta que, na conformidade das disposições vigentes, os referidos Parochos devem requerer a permuta, expondo os motivos por que a pretendem, sobre os quaes informará V. Ex. Revma., além de serem apreciados pelo Governo, e sendo considerados justos, expedirem-se as cartas de apresentação nas freguezias para onde são mudados, e em que têm de ser collados depois de renunciarem perante V. Ex. Revma. os beneficios que possuíam; renuncia essa já implicitamente approvada pela permissão da permuta.

Quanto ao pagamento das congruas a que se refere V. Ex. Revma. no citado officio, a Thesouraria de Fazenda procedendo aos devidos assentamentos, á vista das cartas de apresentação e notas de posse, abonará a cada um dos permutantes a congrua respectiva.

Deus Guarde a V. Ex. Revma. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Bispo da diocese do Pará.

~~~~~

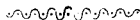
## N. 41 — EM 8 DE MAIO DE 1886

Declara que os Lentes jubilados dos estabelecimentos de ensino superior não podem inscrever-se para qualquer concurso a que se proceda nos mesmos estabelecimentos.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 8 de Maio de 1886.

Confirmando o meu telegramma de hontem, expedido em resposta ao que V. S. me dirigiu na mesma data, declaro-lhe, para os fins convenientes, que os Lentes jubilados dos cursos superiores não podem inscrever-se para qualquer concurso a que nelles se proceda.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.



## N. 42 — EM 10 DE MAIO DE 1886

Sobre os dias de festa nacional e os dias santificados de que trata o Regulamento da Escola de Minas.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 10 de Maio de 1886.

Em officio de 28 de Abril me communicou V. S. que resolvera as duvidas levantadas por um dos Lentes dessa Escola quanto aos dias de festa nacional, mantendo a pratica ali seguida de só considerar como taes os dias 25 de Março, 7 de Setembro e 2 de Dezembro; outrosim que só tem considerado como santificados os dias 1 e 6 de Janeiro, 2 de Fevereiro, o da Anunciação de Nossa Senhora, o da Ascensão do Senhor, o de Corpo de Deus, 24 e 29 de Junho, 15 de Agosto, 8 de Setembro, 1 de Novembro, 8 e 25 de Dezembro.

Declaro em resposta a V. S. que approvo a sua deliberação, por ser conforme ao que se acha estabelecido.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Escola de Minas.



## N. 43 — EM 17 DE MAIO DE 1886

Sobre o concurso para um logar de Conego.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 17 de Maio de 1886.

Exm. e Reym. Sr. — Inclúsa encontrará V. Ex. Revma. a Carta Imperial do 1º do corrente mez, pela qual foi apresentado na cadeira vaga na Cathedral dessa Diocese por fallecimento do Conego Antonio José Bentes, o Padre Antonio Ferreira de Paula, candidato unico no concurso aberto para provimento da mesma cadeira e cujos documentos de habilitação acompanharam a proposta de V. Ex. Revma.

Notando-se, porém, que nos papeis presentes houve falta de esclarecimentos quanto ao concurso, e nem d'elles, nem de officio dirigido em tempo a este Ministerio, consta a data em que se deu a vaga ora preenchida; cabe-me observar que a documentos semelhantes deve juntar-se cópia do edital do concurso, ou certificação de sua abertura e prazo, e igualmente de seu encerramento e de haverem sido julgados habilitados ou não os concorrentes; que, conforme as recommendações do Governo, deve ser communicada, logo que se verificar, qualquer vaga ou nomeação tocante ás parochias e á Cathedral; finalmente que, vagando qualquer beneficio, convem abrir concurso para seu provimento no mais breve prazo possivel, salvo razão especial para o não abrir, da qual deve ser informado o Governo.

Deus Guarde a V. Ex. Revma. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Bispo da diocese do Pará.



## N. 44 — EM 21 DE MAIO DE 1886

Declara que o exercicio dós commissarios vaccinadores deve cessar, em cada Provincia, logo que pelo respectivo Presidente forem nomeados os Delegados de hygiene de que trata o art. 42 do Regulamento annexo ao Decreto n. 9554 de 3 de Fevereiro de 1886.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1ª Directoria. — Circular. — Rio de Janeiro em 21 de Maio de 1886.

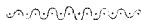
Ilm. e Exm. Sr. — Tendo o Regulamento que baixou com o Decreto n. 9554 de 3 de Fevereiro ultimo, no art. 9º, n. III, commettido á Inspectoria Geral de hygiene a direcção do serviço de vaccinação e o estudo dos meios de melhora-lo e desenvolvimento



vel-o, attribuição que, na conformidade do art. 10, a mencionada Inspectoria exerce por si e por meio dos Delegados de hygiene na Corte, e pelas Inspectorias de hygiene e seus Delegados nas Províncias, e competindo a estes ultimos funcionarios, em virtude do disposto no art. 26, n. I, combinado com o art. 27, a obrigação de praticar nas respectivas circumscripções a vacinação, revaccinação e collecta da lymphá vaccínica, resolveu o Governo que cesse o exercicio dos commissarios vaccinadores, em cada Provincia, logo que pelo respectivo Presidente forem nomeados os Delegados de hygiene que, segundo o art. 12 do citado regulamento, devem existir nas cidades e nas villas mais importantes.

O que declaro a V. Ex., para os devidos effeitos, recommendando a maior brevidade no provimento de taes logares, conforme o pensamento já manifestado pelo Governo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia de....



#### N. 45 — EM 22 DE MAIO DE 1886

A habilitação dos alumnos das Faculdades de Medicina nas clinicas especiaes creadas pela Lei n. 3141 de 30 de Outubro de 1882 deve começar a ser exigida nos exames a que se proceder no anno lectivo proximo futuro.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro em 22 de Maio de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Terminando no decurso dos exames que em Novembro do corrente anno devem fazer-se nessa Faculdade o prazo marcado no art. 562 dos Estatutos vigentes para que se torne obrigatoria a habilitação dos alumnos nas clinicas especiaes creadas pela Lei n. 3141 de 30 de Outubro de 1882, declaro a V. Ex., a vista do que sobre o requerimento dos estudantes da 6ª serie da mesma Faculdade informou em officio de 14 do corrente mez, de accôrdo com o parecer da Congregação, que a disposição do art. 562 dos Estatutos citados só deve começar a ser observada nos exames a que se proceder no anno lectivo proximo futuro.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.



## N. 46 — EM 23 DE MAIO DE 1886

Sobre a questão da venda do Hospício da rua de Evaristo da Veiga, no município da Corte.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 23 de Maio de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Tendo sido ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre o requerimento em que José Pastorino pediu ao Governo Imperial que approvasse a compra, que fizera ao Commissario Geral dos Santos Logares de Jerusalem, dos predios da rua de Evaristo da Veiga ns. 15, 17 e 19, ou se declarasse incompetente para intervir no respectivo contrato, a maioria da mesma Secção interpoz o parecer exarado na Consulta, junta por cópia, de 29 de Novembro de 1883.

E Tendo-se conformado Sua Magestade o Imperador, por Sua Immediata Resolução de 9 de Fevereiro de 1884, com as conclusões 1ª, 3ª e 4ª daquelle parecer, Houve por bem Mandar declarar:

Que não pôde ser deferida a petição de José Pastorino, e deve-se promover perante o Juizo competente a nullidade da compra por elle feita;

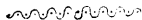
Que pelo Ministerio da Justica se providencie sobre o abuso praticado pelos Tabeliães de Petropolis e desta cidade que lavram as respectivas escripturas;

Que, syndicando-se acerca não só do documento pelo qual o Commissario da Terra Santa, no Rio de Janeiro, obteve permissão de Sua Santidade para a venda dos predios alludidos, como das actuaes condições da administração dos Esmoleres da Terra Santa, sejam tomadas as medidas legaes que es factos averiguados possam aconselhar.

O que tudo submetto ao conhecimento de V. Ex., afim de que a Imperial Resolução seja executada na parte que entende directamente com esse Ministerio.

Devo observar que o documento d'onde consta a permissão de Sua Santidade, do qual só se apresentára a traducção em certidão e a que se refere a 4ª conclusão do parecer, foi depois apresentado em original, que se acha na Secretaria de Estado dos Negocios a meu cargo.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justica.



## N. 47 — EM 24 DE MAIO DE 1886

Approva o procedimento pelo qual foi deferida a reclamação de um Vigário contra o acto que o privava do pagamento da congrua, em razão de se lhe ter applicado o disposto no Decreto n. 9031 de 3 de Outubro de 1883 por haver aceitado a nomeação de Lente de geographia em estabelecimento provincial.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 24 de Maio de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio de 15 de Abril communicou-me V. Ex. ter-se conformado com a decisão da Junta de Fazenda da respectiva Thesouraria, deferindo a reclamação do Conego José Gomes de Azambuja Meirelles, Vigário da freguezia dessa capital, contra o acto do Inspector da mesma Thesouraria que o privava do pagamento da congrua de Vigário desde Outubro de 1885, por entender que o referido Conego, aceitando a nomeação de Lente de geographia do Athenéo Provincial, estava sujeito ao disposto no Decreto n. 9031 de 3 de Outubro de 1883.

Declaro em resposta a V. Ex. que approvo a sua deliberação.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.



## N. 48 — EM 28 DE MAIO DE 1886

A percepção de vencimentos por parte dos Professores interinos prevalece em todos os casos em que, como no de férias, interrompem o exercicio por motivos independentes de sua vontade.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 28 de Maio de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo sido modificado pelo Decreto n. 9337 de 13 de Dezembro de 1884, no sentido de que os Professores interinos não deixam de perceber vencimentos durante as férias, o art. 41 do Decreto n. 8488 de 22 de Abril de 1882, em cuja conformidade aos funcionarios daquella natureza só eram pagos vencimentos quando em effectivo exercicio, deve o principio que dest'arte se adoptou em relação a taes Professores applicar-se a todos os casos em que, como naquelle, por motivos independentes de sua vontade, interrompem o exercicio.

Aos Professores interinos do Instituto dos Surdos-Mudos que não desempenharam seus encargos por haver o Governo resol-

vido, attento o mau estado hygienico do estabelecimento, suspender temporariamente as aulas, applica-se portanto o principio indicado, e assim rogo a V. Ex. que, de accordo com o dito Decreto n. 9337, se digne expedir ordem affim de que, á vista das respectivas folhas, sejam pagos os vencimentos que competem a esses Professores durante o tempo em que extraordinariamente deixaram de leccionar.

Por maioria de razão deve ser pago o vencimento que cabe ao Escriptuario interino, cujo exercicio não foi interrompido, e aos repetidores, que continuaram a servir na qualidade de Inspectores, visto que permaneceram no Instituto alguns alumnos enquanto as aulas se conservaram suspensas; e pois rogo tambem a V. Ex. se sirva mandar effectuar o pagamento devido a taes empregados.

Deste modo fica respondido o Aviso de V. Ex. de 20 de Abril findo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda.

*Referido no Conselho*

#### N. 49 — EM 29 DE MAIO DE 1886

Sobre a regencia de Igreja parochial por Conego.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 29 de Maio de 1886.

Exm. e Revm. Sr. — Em resposta ao officio de 10 do corrente mez, em que V. Ex. Revma., referindo-se á necessidade de continuar a reger a parochia da Sé de Olinda o Padre José Vaz Guiterres, ultimamente collado na cadeira de Conego de meia-prebenda, pede que se lhe abone tambem a congrua de Vigario encomendado, cabe-me declarar que, segundo varias decisões do Governo, não póde um Conego reger Igreja parochial; entretanto, julgando V. Ex. Revma., como allega, que no presente caso a occupação de Vigario não prejudicará o serviço de Conego, visto ser a Cathedral a propria Igreja parochial, poderá o mencionado sacerdote administrar a parochia, mas sem direito á congrua de Vigario.

Deus Guarde a V. Ex. Revma. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Bispo da diocese de Olinda.

*Referido no Conselho*

## N. 50 — EM 5 DE JUNHO DE 1886

Resolve a reclamação de um Lente da Faculdade de Medicina da Bahia, concernente a abono de vencimentos por exercicio cumulativo no periodo de férias e na conformidade de disposições ultteriores ao tempo daquelle exercicio.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 5 de Junho de 1886.

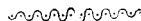
Com o officio da Directoria dessa Faculdade de 4 de Agosto do anno findo foi-me presente o requerimento em que o Lente de anatomia descriptiva, Dr. Alexandre Affonso de Carvalho, a quem, quando exercia o logar de substituto, coube nos annos de 1875 e 1876 a regencia de cadeiras, accumulando as funcções de preparador, reclama não só os vencimentos que deixaram de ser-lhe abonados pela superveniencia de férias, mas tambem que se remunerem aquelles serviços, pagando-se-lhe, além dos vencimentos integraes de Lente e da gratificação de substituto, os quaes em tempo recebera, o ordenado do ultimo destes logares.

Na informação que interpôz, foi de parecer a dita Directoria que o requerente tinha direito ao que pedira, em vista dos Avisos de 17 de Junho de 1861 e de 30 de Junho de 1885, o primeiro dos quaes determinou que fossem pagos vencimentos aos oppositores designados para servir como preparadores, ainda que não tivessem trabalho, e o segundo mandou pagar vencimentos integraes pelo exercicio cumulativo das funcções de Lente e de adjunto no regimen estabelecido pelo Decreto n. 8850 de 13 de Janeiro de 1883.

Não procedem, porém, os fundamentos de tal parecer, porquanto no periodo das férias cessa o exercicio cumulativo, passando o funcionario a perceber só os vencimentos do logar em que se acha effectivamente provido, e a accumulção de que se trata foi remunerada de conformidade com as disposições que então vigoravam.

Por estas razões declaro a V. S., afim de o fazer constar áquelle Lente, que se procedeu regularmente ao pagamento que constitue o objecto de sua reclamação, a qual em nenhum caso poderia ser admittida, visto que qualquer direito que lhe assistisse pelo indicado exercicio estaria prescripto nos termos do Decreto n. 857 de 12 de Novembro de 1851.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.



## N. 51 — EM 5 DE JUNHO DE 1886

Declara que as disposições regulamentares em vigor não permitem que no julgamento de concurso para provimento de uma cadeira da Escola de Minas tomem parte os Lentes interinos e se abstenham de votar Lentes contratados.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 5 de Junho de 1886.

No concurso a que se procedeu ultimamente nessa Escola para provimento do lugar de Lente da 1ª cadeira do 2º anno do Curso geral, conforme consta dos respectivos papeis, tomaram parte no julgamento os Lentes interinos e abstiveram-se de votar dous dos Lentes contratados, o que não permittem as disposições regulamentares em vigor.

Por se verificar que estas circumstancias não influiram no resultado do mesmo concurso, sobre elle resolveu o Governo, sendo por Decreto da presente data nomeado para o referido lugar o Bacharel Archias Euripides da Rocha Medrado.

Convem, entretanto, que em futuros concursos não se reproduzam aquelles factos : o que V. S. terá em attenção.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Escola de Minas.



## N. 52 — EM 16 DE JUNHO DE 1886

O Vereador que exerce, ainda mesmo interinamente, emprego publico retribuido, deve fazer opção, sob pena de ser denunciado.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 1ª Directoria.— Rio de Janeiro em 16 de Junho de 1886.

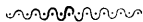
Ilm. e Exm. Sr.— Em resposta ao officio n. 2 de 15 do mez proximo passado, declaro a V. Ex. que, não tendo o Vereador da Camara Municipal da cidade do Paracatú, Manoel Caetano Pereira da Rocha, feito expressa opção do lugar de 1º Tabellião do respectivo termo, que exerceu interinamente, e do qual se acha actualmente exonerado, póde elle reassumir o seu exercicio na Camara, visto que não pediu excusa, no que importaria aquella opção, nem a Camara, como lhe cumpria, o compelliu a fazel-a para o effeito de se considerar vago o seu lugar e proceder-se a nova eleição, afim de preencher-o.

Esta decisão está de accôrdo com a doutrina dos Avisos deste Ministerio de 14 de Fevereiro e 13 de Março de 1883, de 25 de Junho de 1881 e de 19 de Maio de 1885, os quaes interpretaram a disposição do art. 24 da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, e com a do Aviso do Ministerio da Justiça de 20 de Março de 1885.

Conforme estes Avisos, na hypothese de exercer o Vereador emprego publico retribuido, ou emprego cuja retribuição consista em custas, á administração só é permittido demittir-o si recusa fazer a opção. Esta doutrina é a unica que se concilia com o regimen da Lei n. 3029, que só nos casos de morte, excusa, ou mudança de domicilio do Vereador, considera vago o seu lugar e manda fazer nova eleição para preenchê-lo (art. 22, § 3º).

O que, para os devidos effeitos, V. Ex. fará constar á Camara Municipal de Paracatú.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



#### N. 53 — EM 17 DE JUNHO DE 1886

Impedido um Vereador de servir na Camara, nos termos do art. 23 da Lei do 1º de Outubro de 1828, deve convocar-se um immediato que o substitua.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1ª Directoria. — Rio de Janeiro em 17 de Junho de 1886.

Hlm. e Exm. Sr. — Foi ouvida a Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado sobre a seguinte questão, que suggeriu o officio dessa Presidencia de 2 de Março ultimo :

« Si, impedido um Vereador de servir na Camara, nos termos do art. 23 da Lei do 1º de Outubro de 1828, deve convocar-se um immediato que o substitua; ou si a este caso applica-se a disposição do art. 22, § 4º, da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881. »

E a mesma Secção, pelas razões exaradas em Consulta de 9 de Abril ultimo, da qual envio cópia a V. Ex., opinou que devia ser adoptada a primeira alternativa, isto é, convocar-se logo um immediato para substituir o Vereador impedido; e acrescentou que cumpria dar-se opportunamente conhecimento desta deliberação ao Poder Legislativo, para resolver conforme entender, visto ser omissa neste ponto a citada Lei n. 3029.

Com este parecer Sua Magestade o Imperador Houve por bem Conformar-se por Sua Immediata Resolução de 12 do corrente mez, o que declaro a V. Ex., para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

### Consulta a que se refere o Aviso supra

Senhor. — Manda Vossa Magestade Imperial, por Aviso n. 1185 de 26 de Março proximo passado, que a Secção do Imperio do Conselho de Estado consulte com seu parecer, á vista do officio do Presidente da Provincia do Rio de Janeiro, si, impedido um Vereador de servir na Camara, nos termos do art. 23 da Lei do 1º de Outubro de 1828, deve convocar-se um immediato que o substitua, ou si a este caso applica-se a disposição do art. 22, § 4º, da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881.

Sobre esta questão disse a Secretaria de Estado:

« Respondendo á consulta da Camara Municipal de S. João do Principe — si, eleitos dous cunhados para o cargo de Vereador, e estando um delles impedido, na forma da Lei do 1º de Outubro de 1828 (art. 23), de tomar parte nos trabalhos quando o outro estiver presente, póde convocar supplentes, apezar de terem já prestado juramento sete Vereadores effectivos —, declarou-lhe a Presidencia da Provincia que, « estando a Camara em maioria com os sete Vereadores juramentados, podendo por isso celebrar suas sessões com Vereadores effectivos, não deve convocar supplentes, nos termos dos arts. 22, § 4º, da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, e 228 e 229 do Decreto n. 8213 de 13 de Agosto do mesmo anno ».

« Esta decisão póde ser impugnada, attentando-se para a disposição do art. 22, § 4º, da Lei n. 3029 citada.

« Este artigo regula o caso da chamada de immediatos, quando, *em razão d' vagas ou de faltas de comparecimento*, não podem reunir-se Vereadores em numero necessario para celebrarem-se as sessões.

« Na especie não ha vaga, nem tambem ha falta de comparecimento, porque destas ultimas expressões induz-se que o Vereador póde comparecer e deliberar, quando o caso é de impedimento legal por incompatibilidade no exercicio conjuncto dos dous Vereadores cunhados.

« Esta incompatibilidade é permanente, e, a não ser substituido o Vereador impedido, terá a Camara de funcionar com um Vereador de menos durante o quadriennio, o que repugna ao regimen da lei, que, fixando o numero de Vereadores das Camaras, quiz que estas corporações funcionassem com esse numero, salvas as excepções do citado art. 22, § 4.º

« Si, no caso vertente, não se póde fazer eleição de um Vereador, porque não ha vaga, deve-se completar o numero de Vereadores em exercicio, chamando-se um immediato, que servirá enquanto durar o impedimento legal de um dos Vereadores effectivos.

« Assim ficará completa a representação do municipio, e será respeitado o regimen da lei, que fixou o numero de Vereadores que o devem representar em circumstancias normaes (art. 22, § 5º).

« 1ª Directoria em 16 de Março de 1886. — *Monteiro de Barros.* »



« De accôrdo. O caso não está previsto no art. 22, § 4º, da Lei eleitoral, que só cogitou da chamada de supplentes, quando, em razão de *vagas* ou de *faltas de comparecimento*, não puderem reunir-se Vereadores em numero sufficiente para celebrarem-se as sessões; mas a solução indicada, pelos seus fundamentos, parece-me ser a que mais se conforma com o espirito da lei. — *A. Augusto da Silva Junior.* »

A Secção está de perfeito accôrdo com este parecer.

O caso de que se trata não foi previsto pela Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, que, providenciando sobre as vagas de Vereador occasionadas por morte, excusa ou mudança de domicilio, não cogitou de uma outra hypothese, que pôde ser tambem considerada como vaga, visto que trata-se de um impedimento permanente.

Tal é o facto de serem eleitos Vereadores dous cunhados, que, segundo a disposição do art. 23 da Lei do 1º de Outubro de 1828, não podem concorrer simultaneamente no exercicio das funções municipaes.

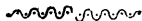
Omissa neste ponto a lei, e não sendo regular que se conserve incompleta uma corporação a quem, para regularidade dos trabalhos, bem como para garantia de acerto nas deliberações, a lei marcou determinado numero de membros, entende a Secção que o unico, ou o mais prudente alvitre a tomar, é recorrer á disposição do art. 28 da lei organica das Camaras, convocando-se logo um immediato em votos para substituir o Vereador incompatibilisado; dando-se desta deliberação opportunamente conhecimento ao Poder Legislativo para resolver conforme entender.

Este é, Senhor, o parecer da Secção.

Vossa Magestade Imperial mandará, porém, como fôr mais acertado. — Rio de Janeiro, 9 de Abril de 1886. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú.* — *José Bento da Cunha e Figueiredo.* — *Afonso Celso de Assis Figueiredo.*

RESOLUÇÃO. — Como parece. — Paço da Boa Vista em 12 de Junho de 1886. — Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. — *Barão de Mamoré.*

Deu-se conhecimento desta decisão á Assembléa Geral.



## N. 54 — EM 17 DE JUNHO DE 1886

A villa que, depois de eleita a respectiva Camara Municipal, foi elevada á categoria de cidade, applica-se o art. 22, § 2º, da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 1ª Directoria.— Rio de Janeiro em 17 de Junho de 1886.

Illm. e Exm. Sr.— Em resposta ao officio n. 12 de 7 do corrente mez, declaro a V. Ex. que, competindo ao Poder Judicial conhecer da validade ou nullidade das eleições de Vereadores, deve a administração abster-se de resolver a seguinte consulta do Presidente da Camara Municipal de S. José d'Além Parahyba :— Si, elevada esta villa á categoria de cidade pela Lei n. 3100 de 28 de Setembro de 1883, quando já tinha os seus Vereadores eleitos e empossados, podem estes ser reeleitos na proxima eleição de Julho.

Observo, entretanto, que, não tendo o art. 22, § 2º, da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881 exceptuado, na regra que estatuiu, o caso de que se trata, não ha razão para a duvida suscitada, que origina-se de uma distincção não estabelecida na mesma lei.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



## N. 55 — EM 19 DE JUNHO DE 1886

Fixa a interpretação do disposto na 1ª parte do art. 273 dos Estatutos das Faculdades de Medicina.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 19 de Junho de 1886.

Constando dos papeis que acompanharam os officios dessa Directoria de 25 e 27 de Maio ultimo que, ao encerrarem-se as inscrições para os concursos ao provimento dos logares de Lente da cadeira de materia medica e therapeutica, especialmente brasileira, de preparador da de anatomia e physiologia pathologica e de adjunto á de histologia theorica e pratica, nomearam-se as respectivas commissões julgadoras, apezar de haverem sido adiados esses concursos na conformidade do Aviso de 1 de Novembro do anno findo, declaro a V. S., para os devidos effeitos, que a disposição da 1ª parte do art. 273 dos Estatutos deve ser entendida de accôrdo com o art. 201, ao qual aquelle se refere na parte 5ª,

de modo que, quando ao encerramento da inscripção se não seguir o concurso, não se contrarie a norma, prescripta nos mesmos Estatutos, de verificar-se antes de se iniciarem as provas a nomeação de taes commissões, a que, entre outras funcções, incumba a de organizar os pontos.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Mamoré*.—Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

~~~~~

#### N. 56 — EM 22 DE JUNHO DE 1886

Estabelece algumas alterações no processo dos concursos para provimento dos lugares do Imperial Observatorio.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—2.<sup>a</sup> Directoria.—Rio de Janeiro em 22 de Junho de 1886.

Em officio de 14 do corrente mez propôz V. S. as seguintes alterações no processo dos concursos ao provimento dos lugares desse Observatorio:

- 1.<sup>a</sup> Que a prova escripta preceda a oral;
- 2.<sup>a</sup> Que seja facultativo arguir tres candidatos em um mesmo dia;
- 3.<sup>a</sup> Que se reduza o intervallo entre as diversas provas a dous dias.

Em resposta declaro a V. S. que approvo o que propôz, ficando nesta conformidade alterados os arts. 12, 15, 16 e 23 das Instrucções de 6 de Outubro de 1883.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Mamoré*.—Sr. Director do Imperial Observatorio.

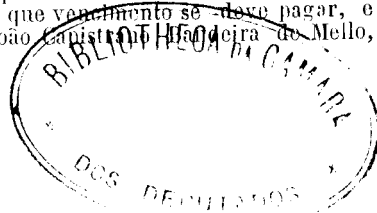
~~~~~

#### N. 57 — EM 22 DE JUNHO DE 1886

Resolve uma duvida sobre o vencimento que compete ao Presidente da Provincia que deixa o exercicio do cargo, por impedimento legitimo.

Ministerio dos Negocios do Imperio.—1.<sup>a</sup> Directoria.—Rio de Janeiro em 22 de Junho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.—Tenho presente o Aviso de 15 do corrente mez, em que V. Ex. consulta que vencimento se deve pagar, e até quando, ao Conselheiro João Baptista Haddad de Mello,



que, com permissão do Governo, deixou o exercício do cargo de Presidente da Província do Maranhão para vir a esta Côrte, onde foi exonerado a seu pedido.

Em solução, cabe-me declarar a V. Ex. que, não se ampliando aos Presidentes e Vice-Presidentes de Província as disposições do Decreto n. 8488 de 22 de Abril de 1882, segundo foi decidido pelo Aviso n. 26 de 22 de Dezembro do mesmo anno, e tendo-se achado o referido Conselheiro legitimamente impedido, compete-lhe, na conformidade do art. 9.º da Lei n. 40 de 3 de Outubro de 1834, o ordenado do cargo, o qual se lhe deve abonar até 29 do mez findo, data da sua exoneração.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda.



#### N. 58 — EM 23 DE JUNHO DE 1886

Ao Ministerio do Imperio, mediante concurso feito de accôrdo com o regulamento provincial, compete resolver sobre o provimento effectivo do logar de Professor da cadeira de arithmetica e geometria da capital da Província de Goyaz.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 23 de Junho de 1886.

Illm. e Exm. Sr. — Inteirado, pelo officio de V. Ex. de 18 de Maio ultimo, de que, havendo o Major Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim deixado o exercício do logar de Professor da cadeira de arithmetica e geometria dessa capital por ter de seguir para a Côrte afim de reunir-se ao corpo a que pertence, foi a regencia da mesma cadeira interinamente incumbida a um dos Professores do Lyceu, declaro a V. Ex., em solução da consulta feita no citado officio, que, na conformidade dos Avisos de 22 de Julho de 1879 e 16 de Fevereiro de 1880, compete ao Ministerio a meu cargo resolver sobre o provimento effectivo do logar de que se trata mediante concurso a que V. Ex. mandará proceder ahi, observadas as disposições do Regulamento provincial approved por acto de 12 de Abril do corrente anno.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Província de Goyaz.



## N. 59 — EM 30 DE JUNHO DE 1886

Sobre a opção de nova freguezia creada em territorio daquelle em que o Parocho era collado.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro, em 30 de Junho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— A Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, como se depreheende de informação que prestou relativamente ao pagamento da congrua do Padre Miguel Venancio da Gloria, Parocho da freguezia de Nossa Senhora da Gloria do Pissarrão, recusa pagar a congrua que lhe compete, por entender, tomando por fundamento o Aviso n. 369 de 18 de Setembro de 1866, que elle não podia fazer opção da nova freguezia creada em territorio da de Nossa Senhora da Conceição de Curimatahy, onde era collado, e tendo passado a administrar aquella, deve ser considerado como encommendado; pelo que só lhe tem abonado ultimamente a congrua fixada para os Vigarios encommendados, e pretende obrigar-o a repôr o que de mais recebeu depois que deixou a antiga freguezia.

Declaro a V. Ex., para o fazer constar á mesma Thesouraria, que a opção foi autorisada por Aviso de 3 de Março de 1876, na conformidade do de n. 423 de 30 de Dezembro de 1871, o qual, expedido em consequencia de consulta das Secções dos Negocios do Imperio e da Justiça do Conselho de Estado de 27 de Setembro do dito anno, tornou de nenhum effeito, em casos analogos ao de que se trata, o citado Aviso de 18 de Setembro de 1866; que portanto o referido sacerdote tem direito á congrua de Parocho collado e não pôde ser obrigado a reposição alguma do que recebeu legitimamente.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



## N. 60 — EM 30 DE JUNHO DE 1886

Os substitutos que servem como Professores supplementares na Escola Normal não percebem remuneração especial.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 30 de Junho de 1886.

De accôrdo com o que, por Aviso de 14 de Agosto do anno passado, resolveu este Ministerio no tocante ao desempenho das funções de preparador de sciencias physicas e biologicas dessa

Escola pelo substituto interino da 4.<sup>a</sup> secção, o qual estava percebendo o vencimento sómente por se achar prompto para o serviço, e outrosim com o que, por Aviso de 28 de Setembro seguinte, determinei em relação aos substitutos do Imperial Collegio de Pedro II para o fim de lhes ser incumbida, sem remuneração especial, a regencia de aulas supplementares, declaro a Vm., para os devidos effeitos, em referencia ao meu Aviso de 14 de Maio ultimo, que, nesta conformidade, devem ser incluídos nas folhas de pagamento os substitutos que servem como Professores supplementares de portuguez e de arithmetica, de que trata o citado aviso.

Deus Guarde a Vm.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Escola Normal da Corte.

Deu-se conhecimento ao Ministerio dos Negocios da Fazenda.

—

#### N. 61 — EM 1 DE JULHO DE 1886

Declara que para obtenção do diploma do curso de pharmacia são válidos os exames do curso medico da respectiva Faculdade.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2.<sup>a</sup> Directoria.— Rio de Janeiro em 1 de Julho de 1886.

Em officio de 18 de Maio ultimo consulta V. S., referindo-se á pretensão de alguns estudantes de series adiantadas do curso medico dessa Faculdade, si podem elles inscrever-se para prestar exame das materias que lhes faltam affin de completar o curso de pharmacia e obter o diploma respectivo.

Em resposta, declaro a V. S. que, não havendo differença substancial entre os exames de pharmacia dos dous cursos, e sendo identicos os das demais materias que lhes são communs, está no caso de ter deferimento a indicada pretensão, aceitos os exames realizados no regimen do Regulamento de 12 de Março de 1881, os quaes não podem invalidar-se pelas disposições dos Estatutos vigentes, cuja retroactividade é inadmissivel.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.



## N. 62 — EM 3 DE JULHO DE 1886

Sobre exames prestados no extinto Externato da Escola de Marinha.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2<sup>a</sup> Directoria.— Rio de Janeiro em 3 de Julho de 1886.

Em solução do que requereu Pedro Domingues Fernandes Godinho, declaro a V. S. que, na conformidade dos Avisos de 11 de Março de 1872 e 19 de Maio de 1880, devem ser accitos para a matricula nessa Faculdade os exames de geographia e de inglez por elle prestados no extinto Externato da Escola de Marinha.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.

~~~~~

## N. 63 — EM 9 DE JULHO DE 1886

Sobre pagamento de vencimentos por accumulção do exercicio na Faculdade de Medicina da Bahia.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2<sup>a</sup> Directoria.— Rio de Janeiro em 9 de Julho de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., a fim de o fazer constar á Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, em solução do officio de 30 de Dezembro do anno passado:

1<sup>o</sup>, que approvo os actos pelos quaes a mesma Thesouraria, fundando-se no Aviso de 30 de Junho do dito anno, pagou o vencimento integral de dous empregos sómente aos adjuntos da Faculdade de Medicina da Bahia que, anteriormente á publicação dos Estatutos mandados observar pelo Decreto n. 9311 de 25 de Outubro de 1884, accumularam ao seu exercicio a regencia de cadeiras vagas ou cujos proprietarios nada percebiam pela verba destinada ás despezas daquelle estabelecimento;

2<sup>o</sup>, que, conforme já foi resolvido por Aviso de 12 de Setembro de 1885, o adjunto não pôde servir de preparador, e que o funcionario que accumular ao exercicio do seu logar o de outro, perceberá, em qualquer hypothese, além do respectivo vencimento, a gratificação do logar accumulado, observados os Avisos de 25 de Fevereiro e 31 de Março do corrente anno, dirigidos este a essa Presidencia e aquelle ao Ministerio dos Negocios da Fazenda, quanto aos Lentes cathedrauticos incumbidos provisoriamente das funcções de adjuntos das cadeiras a que estão ligados laboratorios.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

~~~~~

## N. 64 — EM 13 DE JULHO DE 1886

Contém regras sobre a classificação dos candidatos em concurso para o provimento dos empregos de alumnos astrónomos do Imperial Observatorio e sobre o numero de nomes que, tratando-se de tres empregos, pôde conter a lista que deve ser apresentada ao Governo.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 13 de Julho de 1886.

Em officio de 10 deste mez V. S. me submette a duvida que occorreu a respeito da validade do resultado da votação a que se procedeu afim de classificar-se o concorrente que deve occupar o 3<sup>o</sup> lugar na lista que tem de ser apresentada ao Governo para o provimento dos tres empregos de alumnos astrónomos desse Observatorio.

Do referido officio consta que pelos votos de V. S. e de um dos membros da commissão examinadora foram classificados em igualdade de circumstancias os candidatos Guilherme Calheiros da Graça Filho e Francisco Ferreira Braga, e singularmente o segundo pelos votos dos dous ultimos examinadores.

Em solução, declaro a V. S. :

1.<sup>o</sup> Que na classificação dos candidatos cada um dos membros da commissão deve votar em um só nome ;

2.<sup>o</sup> Que cumpre proceder a nova votação afim de ser designado o concorrente que tenha de occupar o terceiro lugar, observados os arts. 41, 42 e 43 das Instruções de 6 de Outubro de 1883, conforme as quaes, si na primeira votação nenhum candidato obtiver unanimidade ou maioria absoluta de votos, correrá segunda, e, si o resultado fôr o mesmo, será classificado no lugar sobre que versar a votação o concorrente mais votado, salvo o caso de empate em que o presidente terá o voto de qualidade.

3.<sup>o</sup> Que, tratando-se do provimento de tres empregos, a lista poderá conter mais de tres nomes até ao numero de cinco, necessario para que fique completa a proposta em relação ao numero de candidatos que têm de ser apresentados para cada lugar.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mumórê*. — Sr. Director do Imperial Observatorio.





## N. 65 — EM 22 DE JULHO DE 1886

Pôde servir o emprego de Secretario, ou o de Procurador da Camara Municipal, o cidadão que é parente consanguineo ou affim do Presidente ou de qualquer outro Vereador.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 1ª Directoria.— Rio de Janeiro em 22 de Julho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio n. 933 de 7 de Abril ultimo, declaro a V. Ex. que pôde servir o emprego de Secretario ou o de Procurador da Camara Municipal o cidadão que é parente consanguineo ou affim do Vereador Presidente ou de qualquer outro Vereador, visto que a Lei do 1º de Outubro de 1828, nos arts. 79, 80, 82 e 83, deixou ampla liberdade ás Camaras Municipaes na nomeação de seus empregados, exigindo apenas, quanto ao Procurador, que seja este affiançado, ou pela propria Camara debaixo de sua responsabilidade, ou por fiador idoneo (art. 80).

Só com referencia ao exercicio dos Vereadores, estabeleceu a mesma lei a incompatibilidade oriunda do parentesco consanguineo ou affim (art. 23).

Seria, portanto, uma offensa ao direito das Camaras o acto da administração que, mediante recurso interposto nos termos do art. 73 da citada lei, determinasse, no caso de que se trata, a demissão de empregado municipal, inclusive o Procurador, desde que este estivesse affiançado.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.



## N. 66 — EM 24 DE JULHO DE 1886

Manda pôr a novo concurso, em vista da insufficiencia das provas exhibidas no primeiro, um lugar de preparador na Faculdade de Medicina da Bahia.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 24 de Julho de 1886.

Julgando o Governo insufficientes as provas exhibidas no concurso que se effectuou nessa Faculdade para provimento do lugar de preparador de physiologia experimental pelo Dr. Aloysio Mario Alves dos Santos, unico candidato inscripto, e proposto pela Con-

gregação, declaro a V. S., para os fins convenientes e com referencia ao seu officio de 29 de Maio ultimo, que deve ser de novo posto em concurso o mencionado logar.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.



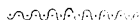
N. 67 — EM 24 DE JULHO DE 1886

Declara que os logares de Delegados de hygiene só podem ser exercidos por medicos.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 24 de Julho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo V. Ex. consultado a este Ministerio si, em falta de medicos, podem ser nomeados para os logares de Delegados de hygiene individuos que não tenham titulo legal para o exercicio da medicina, cabe-me declarar-lhe que, á vista das attribuições conferidas aos Delegados de hygiene pelo Regulamento annexo ao Decreto n. 9554 de 3 de Fevereiro ultimo, com especialidade as de que tratam os ns. IV, XVII e XVIII do art. 26, só devem os mencionados logares ser exercidos por medicos ; providenciando as Camaras Municipaes ou os Presidentes de Provincia, pelo modo que fôr mais conveniente, sobre o serviço de vaccinação nas localidades onde não houver taes Delegados.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.



N. 68 — EM 31 DE JULHO DE 1886

Nas visitas ás boticas homoeopathicas deve a autoridade sanitaria limitar-se a verificar si nellas são unicamente aviadas receitas e vendidos medicamentos segundo o systema de Hahnemann.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 31 de Julho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — A Inspectoria Geral de hygiene solicitou a resolução deste Ministerio sobre a questão de que trata o officio junto por cópia, do Inspector de hygiene dessa Provincia.

Consta deste officio :

Que o mesmo Inspector multára a Silvino José de Moura e o intimára a fechar a botica homœopathica, de sua propriedade, sita á rua do Conselheiro Saraiva n. 40, na capital dessa Provincia, por tel-a encontrado aberta sem licença daquella autoridade ou de seus antecessores, e sem pharmaceutico responsavel ;

Que, tendo aquelle cidadão representado contra os referidos actos a essa Presidencia, fôra sua petição indeferida de accôrdo com a informação do Inspector de hygiene.

Considerando :

Que, em face do art. 50, combinado com os arts. 51, 52 e 54 do Regulamento annexo ao Decreto n. 9554 de 3 de Fevereiro ultimo, a licença para abertura de pharmacias só pôde ser dada mediante a condição de estar a pharmacia sufficientemente provida de drogas, vasilhame, utensis e livros, na conformidade das tabellas approvadas pelo Governo ;

Que estas tabellas, que serão brevemente publicadas, referem-se, como as que se acham annexas aos anteriores regulamentos sanitarios, a substancias, vasilhame, utensilios e livros que devem existir nas pharmacias allopathicas ; de modo que nunca se poderia conceder licença para a abertura de pharmacias homœopathicas, por ser, quanto a estas, inexequivel a referida condição ;

Que, todavia, o citado regulamento reconheceu a existencia de taes pharmacias no Imperio, e deu-lhes o cunho legal no art. 70, que assim dispõe: « As pharmacias homœopathicas terão por objecto unico e exclusivo aviar as receitas dos medicos homœopathas, sendo-lhes absolutamente prohibida a venda de quaesquer medicamentos além dos preparados pelo systema hahnemanianno ; e ficarão submettidas á autoridade e vigilancia da Inspectoria Geral de hygiene, que verificará frequentemente si o presente artigo é observado ; applicando, no caso contrario, as penas deste regulamento » ;

Que, á vista do referido art. 70, deve a autoridade sanitaria, na visita a taes estabelecimentos, limitar-se a verificar si nelles são unicamente aviadas receitas e vendidos medicamentos segundo o systema de Hahnemann :

Declaro a V. Ex., para os devidos effeitos, que os actos do Inspector de hygiene dessa Provincia não podem ser mantidos, visto que, pelas razões expostas, não têm base no mencionado regulamento: o que V. Ex. lhe fará constar.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.



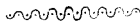
## N. 69 — EM 5 DE AGOSTO DE 1886

Declara que os sacerdotes estrangeiros nomeados para servir de Vi-garios encomendados devem ser substituídos por sacerdotes na-cionaes, logo que estes appareçam, e reitera a recommendação feita no sentido de se abrirem concursos para provimento das parochias vagas.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 5 de Agosto de 1886.

Exm. e Revm. Sr. — Tendo na presente data autorisado o pagamento da congrua que competir ao Padre Jacintho Theophilo Tromberth, cidadão suíço, a quem se refere o officio de V. Ex. Revma. de 4 do mez findo, declaro-lhe que, visto que sómente em falta de sacerdotes nacionaes pôde recahir nos estrangeiros a nomeação para o serviço parochial, devem estes ser substituídos por aquelles, logo que appareçam; outrossim que convem dar cumprimento á recommendação do Governº, reite-rada em Aviso de 31 de Dezembro do anno passado, no sentido de se abrirem concursos para provimento das parochias vagas.

Deus Guarde a V. Ex. Revma. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Bispo da diocese de Marianna.



## N. 70 — EM 5 DE AGOSTO DE 1886

Sómente na Escola Polytechnica ou na Escola Militar do Rio Grande do Sul pôde fazer-se o exame para obtenção do titulo de Agri-mensor.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 5 de Agosto de 1886.

Illm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex.; em resposta ao officio de 22 de Julho ultimo e afim de que o faça constar ao interessado, que não é possível deferir o requerimento em que Alfredo Heister pede seja essa Presidencia autorisada a mandal-o ad-mittir a exame das materias exigidas para a obtenção do titulo de Agrimensor, porquanto, na conformidade das disposições vigentes, só se pôde effectuar o dito exame na Escola Polyte-chnica ou na Escola Militar do Rio Grande do Sul.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia do Paraná.



## N. 71 — EM 11 DE AGOSTO DE 1886

Providência para que não se paguem vencimentos a empregados licenciados sem que sejam preenchidas as formalidades de que depende o cumprimento das portarias respectivas.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 11 de Agosto de 1886.

Illm. e Exm. Sr.— Verificando-se que ao Professor contratado de piano e canto no Instituto dos Meninos Cegos, Guilherme Lourenço Schulze, foi pago vencimento durante Janeiro, Fevereiro e Março do corrente anno, independentemente da apresentação da Portaria de 4 do ultimo dos referidos mezes, que se acha junta, por não haver sido solicitada, e pela qual estendeu-se até o dito mez de Março a prorrogação da licença que lhe fôra concedida em 21 de Março do anno passado, rogo a V. Ex. se digne providenciar como no caso couber, e bem assim no sentido de que não se paguem vencimentos a empregados licenciados sem que sejam preenchidas as formalidades de que depende o cumprimento das portarias respectivas.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda.

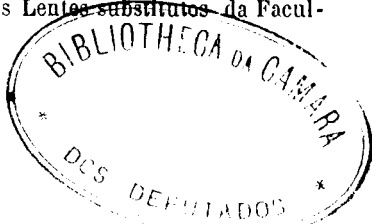


## N. 72 — EM 11 DE AGOSTO DE 1886

Não havendo substituição entre os Lentes substitutos das Faculdades de Direito, não é admissivel que a qualquer delles se abone, por estar prompto para o serviço, a gratificação do que se achar impedido.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 11 de Agosto de 1886.

Illm. e Exm. Sr.— Em officio de 31 de Maio do corrente anno participou-me V. Ex. que, á vista do disposto no Aviso de 3 de Setembro de 1879, em cuja conformidade foram expedidos os de 31 de Janeiro de 1882, 31 de Janeiro e 9 de Março de 1885 e 30 de Abril proximo findo, considerou improcedente a restituição, exigida pela Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, da gratificação que, descontada ao Dr. José Joaquim Seabra, durante o periodo da respectiva licença, reverteu para o Dr. Joaquim de Albuquerque Barros Guimarães, ambos ~~Lentes substitutos~~ da Faculdade de Direito do Recife.



Em resposta declaro a V. Ex., para os devidos effeitos, que, não havendo substituição entre os Lentes substitutos das Faculdades de Direito, visto não desempenharem estes funcionarios nenhum serviço lectivo quando não se acham encarregados de regencia de cadeiras ou fazem parte de commissões examinadoras, não é admissivel que a qualquer dos substitutos, por estar prompto para o serviço, se abone a gratificação do impedido, como se praticou em relação ao Dr. Joaquim de Albuquerque Barros Guimarães, a quem são inapplicaveis os citados avisos, concernentes a casos de substituição ou accumulção.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



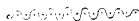
#### N. 73 — EM 11 DE AGOSTO DE 1886

O Director da Faculdade de Direito não é obrigado a remetter á Thesouraria de Fazenda da Provincia o orçamento das despesas da mesma Faculdade.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 11 de Agosto de 1886.

Hlm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., afim de o fazer constar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, em solução do officio que me dirigiu no 1º de Julho ultimo, que o Director da Faculdade de Direito deve corresponder-se com o mesmo Inspector no tocante aos serviços peculiares áquella Repartição, mas não é obrigado a remetter á Thesouraria o orçamento das despesas da Faculdade, o qual tem de ser enviado ao Ministerio dos Negocios a meu cargo, na conformidade do art. 12 § 7º dos Estatutos das Faculdades de Direito, mandados observar pelo Decreto n. 1386 de 28 de Abril de 1854.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



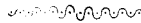
## N. 74 — EM 11 DE AGOSTO DE 1886

Sobre a aceitação, para a matricula na Escola de Minas, de exames prestados na Escola Polytechnica.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 11 de Agosto de 1886.

De accôrdo com o que V. S. informou em officio de 7 do corrente mez sobre o requerimento de Eurico Jacy Monteiro, declaro-lhe, para os fins convenientes, que devem ser aceitos para a matricula daquelle estudante no 2º anno do curso geral do estabelecimento a seu cargo os exames por elle prestados na Escola Polytechnica.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Escola de Minas.



## N. 75 — EM 17 DE AGOSTO DE 1886

Adopta providencias para o primeiro provimento da cadeira de legislação de minas, economia politica, direito administrativo e estatistica da Escola de Minas.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 17 de Agosto de 1886.

Não sendo possivel observar o art. 45 do Regulamento da Escola de Minas annexo ao Decreto n. 9448 de 27 de Junho de 1885 quanto aos Lentes que devam constituir a commissão julgadora do concurso á cadeira de legislação de minas, economia politica, direito administrativo e estatistica do 3º anno do curso superior, pois actualmente nenhum dos membros, effectivos e contratados, do magisterio do referido estabelecimento tem diploma correspondente á habilitação das mencionadas materias, nem executa a disposição do art. 49 na parte em que determina sejam extrahidos do programma de ensino do logar vago os pontos destinados á prelecção oral, porquanto ainda se não organizou o programma da cadeira de que se trata, a qual vai funcionar pela primeira vez no corrente anno lectivo, declaro a V. S., com referencia ao seu officio de 23 de Julho ultimo, que resolvi tomar as seguintes providencias:

1.ª O concurso se effectuará perante uma commissão composta de V. S., a quem cabe a presidencia na conformidade do citado art. 45, e de quatro pessoas idoneas que pela Presidencia da

Provincia, á qual me dirijo na presente data, serão nomeadas, de accôrdo com V. S., tendo-se em vista as habilitações de cada uma para julgar sobre as differentes materias da cadeira;

2.<sup>a</sup> Fica adoptado para organização dos pontos o programma da 2.<sup>a</sup> cadeira do 3.<sup>o</sup> anno dos cursos de engenharia civil, minas e artes e manufacturas da Escola Polytechnica, que corresponde á que se acha em concurso nesse estabelecimento, cumprindo, porém, que, attento o fim especial deste, se desenvolva a parte concernente á legislação de minas.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Escola de Minas.



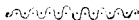
#### N. 76 — EM 18 DE AGOSTO DE 1886

Sobre o prazo para apresentação dos manuscriptos das theses dos alumnos da 6.<sup>a</sup> serie das Faculdades de Medicina.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2.<sup>a</sup> Directoria.— Rio de Janeiro em 18 de Agosto de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Em referencia ao officio de 6 deste mez, com o qual V. Ex. me tran mittiu o requerimento em que alumnos da 6.<sup>a</sup> serie dessa Faculdade pedem se prorogue, até 30 de Setembro vindouro, o prazo marcado no art. 455 dos Estatutos para a apresentação dos manuscriptos das theses, declaro a V. Ex. que, não occorrendo actualmente o motivo extraordinario que no anno findo determinou a prorrogação concedida em 13 de Agosto por terem sido os alumnos então obrigados tambem ao estudo da pharmacia, que em virtude da reforma das Faculdades de Medicina passára a pertencer á 5.<sup>a</sup> serie, cumpre seja observada a disposição do citado artigo, que contém providencia applicavel aos estudantes que não puderem concluir em tempo o trabalho das theses.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.





## N. 77 — EM 20 DE AGOSTO DE 1886

A sala e o material de cada uma das cadeiras na Escola Polytechnica não devem ser utilizados só pelo respectivo Lente e alumnos, com exclusão dos de outras cadeiras.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 20 de Agosto de 1886.

Tenho presente o officio de 19 de Julho ultimo em que V. S. presta informações acerca do que representou o Lente de metalurgia dessa Escola relativamente á insufficiencia dos meios de trabalho para as suas investigações e para o ensino pratico da respectiva cadeira, e ás difficuldades que lhe são oppostas afim de poder utilizar-se da sala e do material que se acham exclusivamente á disposição do Lente de chimica mineral, cuja informação a respeito do objecto daquella reclamação V. S. me transmittiu com o dito officio.

Foi mui desagradavel ao Governo tomar conhecimento da questão em que se acham envolvidos os referidos Lentes, com detrimento do ensino e da boa ordem do estabelecimento, a cujos interesses importa em alto grau que os membros do pessoal docente nas suas relações officiaes não obedeçam a sentimentos e a intuitos que possam perturbar a harmonia geral do serviço, diante da qual não se justifica a pretensão de dispôr qualquer Lente, só para os seus trabalhos e para os dos alumnos, da sala e do material destinados á respectiva cadeira.

Nesta conformidade cunho que V. S. adopte desde já as providencias que forem aconselhadas pela conveniencia do serviço e solicite as que dependerem do Governo afim de que não seja embaraçado, como tem sido, o ensino da cadeira de metalurgia.

Deus Guarde a V. S. — *Bahio de Mamoré*. — Sr. Director da Escola Polytechnica.



## N. 78 — EM 28 DE AGOSTO DE 1886

Não pôde subsistir a eleição de Vereadores e de Juizes de Paz, cujas actas desapareceram, existindo apenas o edital do resultado da votação.

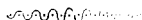
Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1ª Directoria. — Rio de Janeiro em 28 de Agosto de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio n. 2033 de 3 do corrente mez, declaro a V. Ex. que não se pôde considerar subsistente a eleição de Vereadores e de Juizes de Paz effectuada no 3º districto da parochia de Santo Antonio da Palmeira, cujas actas desapareceram, existindo apenas o edital do resultado da votação.

Como, porém, ao Juiz de Direito da comarca compete conhecer da validade ou nullidade da eleição si contra esta receber reclamação dentro do prazo da lei, não deve a administração intervir nesta materia antes de expirar o prazo em que ao mesmo Juiz cabe usar daquella attribuição.

Opportunamente deverá essa Presidencia officiar áquelle magistrado exigindo informações, e si verificar que elle nada decidiu no referido prazo, poderá então marcar dia para nova eleição de Juizes de Paz do mencionado districto.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.



## N. 79 — EM 1 DE SETEMBRO DE 1886

Não se pôde considerar subsistente a eleição de Vereadores e de Juizes de Paz, da qual não se lavraram actas.

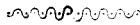
Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1ª Directoria. — Rio de Janeiro em 1 de Setembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio n. 20 de 12 de Julho ultimo, declaro a V. Ex. que, não se podendo considerar subsistente a eleição de Vereadores e de Juizes de Paz a que se procedeu na parochia da Campina Grande, visto que, segundo consta de informações officiaes, não se lavraram actas dessa eleição, está este caso implicitamente comprehendido na disposição do art. 201 do Decreto n. 8213 de 13 de Agosto de 1881, e a elle se applica a doutrina do Aviso n. 9 de 11 de Julho de

1882, para o effeito de se mandar fazer nova eleição naquella parochia.

Antes, porém, de expedir ordem para a nova eleição, deve essa Presidencia, mediante informação da autoridade competente, certificar-se de que no prazo e com as formalidades da lei deixou o Poder Judicial de tomar conhecimento da validade ou nullidade da referida eleição.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.



#### N. 80 — EM 3 DE SETEMBRO DE 1886

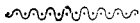
Deve entender-se de accôrdo com os meios consignados nas leis de orçamento a faculdade de que trata o art. 12 dos Estatutos dos cursos juridicos, relativa á nomeação de empregados subalternos.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 3 de Setembro de 1886.

Em officio de 24 de Julho findo V. S., dando conta dos actos de insubordinação e desrespeito praticados por dous individuos não matriculados que frequentavam as aulas do 1º anno dessa Faculdade e das providencias que tomou, communica que, para a fiel execução dos artigos do Regulamento complementar dos Estatutos relativos á manutenção da ordem dentro do edificio da Faculdade e na conformidade do § 9º do art. 12 dos ditos Estatutos, resolveu nomear mais dous continuos, aos quaes arbitrou a gratificação mensal de 60\$000 acto este cuja approvação pede.

Inteirado das providencias por V. S. tomadas, declaro-lhe, para os fins convenientes e em resposta ao citado officio e ao que sobre o mesmo assumpto me dirigiu em 24 de Agosto ultimo, que, devendo entender-se de accôrdo com os meios consignados nas leis de orçamento a faculdade que se confere no mencionado artigo, não pôde ser approvado aquelle acto, visto importar na criação de novos empregos, para o que ao proprio Governo fallece competencia.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director interino da Faculdade de Direito do Recife.



## N. 81 — EM 4 DE SETEMBRO DE 1886

Declara que o Aviso de 23 de Maio do corrente anno não se refere ás interrupções provenientes de motivos de ordem particular, sinão ás que decorrem de circumstancias relativas ao serviço publico.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 4 de Setembro de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Em officio de 10 de Julho ultimo submetteu V. Ex. á minha consideração o acto pelo qual, fundando-se no Aviso do Ministerio a meu cargo de 28 de Maio anterior, mandou pagar ao Bacharel Archias Euripides da Rocha Medrado, na qualidade de Lente interino da 1ª cadeira do 2º anno do curso geral da Escola de Minas, o vencimento correspondente ao mez de Janeiro, em que esteve sem exercicio por haver dado parte de doente e depois obtido licença.

Em resposta declaro a V. Ex., para os devidos effeitos, que á interrupção de exercicio daquelle funcionario, embora proceda de motivo independente de sua vontade, não se applica a decisão constante do Aviso de 28 de Maio, porquanto este não se refere ás interrupções de tal natureza, provenientes de motivos de ordem particular, sinão ás que decorrem de circumstancias relativas ao serviço publico, como é a suspensão temporaria de aulas determinada pelo Governo, de que trata o citado aviso, e á qual se estende o principio estabelecido pelo Decreto n. 9337 de 13 de Dezembro de 1884, concernente ás férias fixadas nos regulamentos que regem as Repartições de ensino.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

*assinado*

## N. 82 — EM 9 DE SETEMBRO DE 1886

Ao immediato de Vereador, quando chamado ao exercicio, applica-se a disposição do art. 24 da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 1ª Directoria.— Rio de Janeiro em 9 de Setembro de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Em resposta ao officio n. 97 de 17 do mez proximo passado, declaro a V. Ex. que foi approvada a solução que, no sentido negativo, deu essa Presidencia á seguinte consulta do Presidente da Camara Municipal de Lages :— Si Manoel Ezequiel da Silva podia, como immediato de Vereador, ser cha-

mado afim de perfazer a maioria dos membros da mesma Camara, exercendo elle o cargo de guarda da Collectoria daquelle cidade;—porquanto a incompatibilidade estabelecida no art. 24 da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881 comprehendendo evidentemente o immediato de Vereador que, sendo empregado publico retribuido, é chamado ao exercicio na Camara.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.



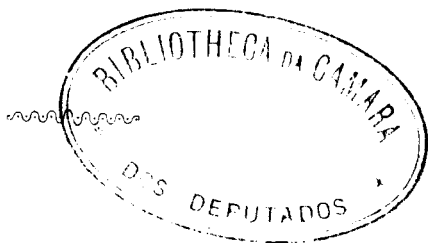
N. 83 — EM 10 DE SETEMBRO DE 1886

Não tem direito a augmento de vencimento a Professora da Escola Normal que, sem exceder o tempo marcado no respectivo regulamento, dá lições a duas turmas de alumnas.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 10 de Setembro de 1886.

Constando do officio de Vm. datado de 6 do corrente, em que prestou as informações exigidas pelo Aviso de 30 do mez anterior, que a Professora interina de gymnastica do sexo feminino dessa Escola, na conformidade do respectivo horario, dá as lições que lhe incumbem, sem exceder o tempo marcado no art. 36 do Regulamento de 16 de Marco de 1881, embora os exercicios sejam feitos alternadamente por duas turmas de alumnas, em razão da falta de espaço, quando avulta a frequencia da aula, declaro a Vm., em referencia ao que informou no seu officio de 12 de Agosto ultimo, que não ha que deferir sobre o pedido da mesma Professora para se lhe conceder augmento de vencimento por estar leccionando a duas turmas.

Deus Guarde a Vm.—*Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Escola Normal da Côrte.



## N. 84 — EM 10 DE SETEMBRO DE 1886

Manda observar Instrucções relativamente á frequencia do Museu Escolar Nacional pelos Professores e alumnos da Escola Normal, e aos trabalhos que forem apresentados em relação aos objectos existentes no mesmo Museu.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro em 10 de Setembro de 1886.

Tendo o conselho superior administrativo da Associação Mantenedora do Museu Escolar Nacional representado ao Governo que se acha completamente organizado o dito Museu, ao qual está annexa uma bibliotheca de obras na maior parte consagrada a questões de ensino, Ha por bem Sua Magestade o Imperador que se observem as seguintes Instrucções :

Art. 1.º Enquanto não for creado o Museu a que se refere o art. 113 do Regulamento annexo ao Decreto n. 8025 de 16 de Março de 1881, os Professores da Escola Normal da Córte, por occasião de tratarem da methodologia especial das materias que leccionam, deverão comparecer, com os alumnos, no Museu Escolar Nacional, para exercital-os no que possa interessar áquella parte do ensino, e chamar-lhes a attenção sobre a bibliographia das disciplinas que constituem o programma das escolas primarias.

Nos mezes de Setembro e Outubro os alumnos da aula de pedagogia, sem prejuizo do disposto nas Instrucções de 28 de Março de 1884, visitarão o Museu e a respectiva bibliotheca, afim de que, sob a direcção do Professor da mesma aula, estudem o que se referir á construcção e decoraçáo das casas escolares ; bem assim tomem conhecimento das obras sobre educação, methodologia, pedagogia, historia da pedagogia, organização material e pedagogica das differentes especies de escolas primarias ; e de quaesquer outros subsidios adequados á instrucção do Professor e á pratica do ensino.

Art. 2.º Serão considerados como serviços distinctos no magisterio, para as vantagens legais, os trabalhos que em relação ao uso, applicação e critica dos objectos existentes no Museu apresentarem os Professores da Escola Normal e os de instrucção primaria e secundaria, o forem julgados favoravelmente pela Congregação daquelle estabelecimento, quanto aos primeiros, e pela Inspectoria Geral, ouvido o Conselho Director, quanto aos ultimos. — *Barão de Mamoré.*

Dirigiram-se Avisos em 11 do mesmo mez ao Presidente da Associação Mantenedora do Museu Escolar Nacional, ao Inspector Geral da Instrucção e ao Director da Escola Normal.



## N. 85 — EM 10 DE SETEMBRO DE 1886

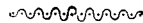
Manda pôr em concurso cada uma das cadeiras urbanas que se acham vagas, para as quaes é inadmissivel remover Professores de escolas suburbanas.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 10 de Setembro de 1886.

Tenho presentes os officios de 16, 17, 19 e 23 de Agosto ultimo em que Vm. informou o pedido que fazem, além de ser transferidas para escolas urbanas que se acham vagas, as Professoras Maria Amelia Fernandes, Catharina Mattoso Forte da Silva e Angelina Sandoval Castrioto Pereira, providas, na fórma do Decreto de 11 de Agosto de 1883, em cadeiras suburbanas, em virtude de concurso no qual a primeira foi classificada em 3º, a segunda em 5º, e a terceira em 8º lugar, na ordem do merecimento relativo.

Por não convir ao serviço publico a remoção de Professores entre escolas de categoria differente, e considerando que é inadmissivel que individuos menos vantajosamente classificados nos concursos que, em razão de se referirem a varias cadeiras, lhes deram accesso ao magisterio, passem, fundados em circumstancia que aliás exprime a inferioridade de suas habilitações, officialmente reconhecida, a reger cadeiras que podem attrahir pessoal melhor preparado, declaro a Vm., de accôrdo com o que informou e com a norma que tenho adoptado, que deve-se proceder a concurso para o provimento de cada uma das cadeiras vagas que foram requeridas por aquellas Professoras.

Deus Guarde a Vm.—*Barão de Mamoré*.— Sr. Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria do municipio da Côrte.



## N. 86 — EM 11 DE SETEMBRO DE 1886

Sobre o exercicio dos substitutos da Escola Polytechnica e a instrução pratica dos alumnos.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 11 de Setembro de 1886.

Em officio de 14 de Julho proximo findo que me dirigiu em virtude do Aviso de 7 do mesmo mez V. S. presta informações sobre os serviços que depois da reforma realizada pelo Decreto

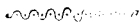
n. 7247 de 49 de Abril de 1879 passaram a executar os Lentes substitutos dessa Escola, sendo encarregados, além da direcção dos exercícios parciaes que se fazem nas differentes cadeiras durante o anno lectivo, de leccionar parte da materia do programma de ensino, em vez de desempenharem o trabalho da repetição ou conjuntamente com esta; e por ultimo indica as medidas que no seu entender convem tomar acerca do exercicio de taes funcionarios.

Em resposta declaro a V. S. que, observadas, relativamente ás funcções dos substitutos, as disposições vigentes, em cuja conformidade é inadmissivel dividir o ensino entre o cathedratico e o seu substituto, cumpre que V. S. chame a attenção da Congregação para a necessidade de que no projecto de Estatutos que tem de ser submettido ao Governo, se regule a instrucção pratica a que os alumnos devem ser obrigados, á semelhança do que se fez quanto ás Faculdades de Medicina, e se determinem os deveres dos substitutos consoante a nova organização dos estudos.

Tendo em vista a importancia da despesa com o serviço dos substitutos no actual exercicio e a condição de não ser excedida em nenhum caso a consignação respectiva, e considerando a necessidade relativa das repetições e a sua effectividade no regimen da livre frequencia, cumpre outrossim que V. S. preste informações positivas, de accordo com o Aviso de 7 de Julho, sobre os cursos em que terá logar autorizar o trabalho accumulativo do que se trata.

Finalmente recommendo-lhe que remetta á Secretaria de Estado uma folha da despesa feita, no periodo decorrido do 1º de Outubro de 1885 a 30 de Junho deste anno, com o serviço que desempenharam os Lentes que tiveram exercicio na falta de substitutos.

Dens Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Escola Polytechnica.



#### N. 87 — EM 11 DE SETEMBRO DE 1886

Contém providencias sobre vantagens relativas ao exercicio de logares do magisterio no curso preparatorio annexo á Faculdade de Direito de S. Paulo e declara que ao Governo compete a nomeação interina dos substitutos do mesmo curso.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 11 de Setembro de 1886.

Declaro a V. S., em referencia ao officio dessa Directoria de 24 de Julho ultimo, que, tendo o Dr. Americo Braziliense de Almeida Mello regido interinamente a cadeira de geographia e historia do



curso de preparatorios annexo a essa Faculdade, quando a dita cadeira estava vaga, nada obsta a que, em vista da respectiva folha e do titulo da nomeação, feita na conformidade do art. 28 do Regulamento de 4 de Maio de 1856, seja pago ao mesmo Doutor na Thesouraria de Fazenda a gratificação marcada no art. 29 desse Regulamento.

Quanto ao Arceidiago Francisco de Paula Rodrigues, Professor de francez daquelle curso, deve ser paga, tambem á vista das respectivas folhas, pela regencia interina da cadeira de rhetorica e poetica, a gratificação de 753000 mensaes, que deixa de receber o substituido, o qual se acha no gozo de licença com ordenado.

Neste sentido expago na presente data as necessarias ordens.

Chamando a attenção de V. S. para o que expressamente dispõe o citado art. 23 no tocante á accumulção de cadeiras em o mencionado curso, declaro-lhe que, si o cidadão incumbido de servir interinamente como substituto de rhetorica, philosophia, historia e geographia não puder assumir com vantagem do ensino a regencia da cadeira da primeira dessas materias, deve V. S. indicar pessoa idonea afim de ser nomeada interinamente pelo Governo para o referido logar de substituto, em relação a cujo provimento não prevalece a faculdade de que trata o Aviso de 16 de Janeiro ultimo, visto que pelo alludido art. 28 do Regulamento de 1856 a competencia dessa Directoria restringe-se á nomeação de pessoas que tenham de reger cadeira na falta dos substitutos.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.

*do Ministério do Imperio*

## N. 88 — EM 27 DE SETEMBRO DE 1886

Sob as formalidades que se devem observar nas propostas para provimento de cadeiras vagas nas Cathedraes.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 27 de Setembro de 1886.

Exm. e Revm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador a proposta de V. Ex. Revma., sem data, ultimamente recebida na Secretaria de Estado dos Negocios a meu cargo, e relativa ao Padre Dr. Antonio de Macedo Costa, unico candidato que se inscreveu no concurso aberto para provimento da cadeira vaga na Cathedral dessa diocese por fallecimento do Conego Eugenio Antonio de Oliveira Pantoja; e o mesmo Augusto Senhor, Attendendo á conveniencia do serviço religioso, Houve por bem, pela Carta Imperial que V. Ex. Revma. receberá com este Aviso, Apresentar na cadeira vaga o referido Padre Costa, não obstante as faltas

que se notam nos papeis que acompanharam a proposta. E' porém mister que V. Ex. Revma. remetta, para se juntarem aos ditos papeis, a certidão de baptismo e a da sentença *de genere* do nomeado, a declaração da data em que falleceu o Conego Pantoja, cópia do edital do concurso ou certificação da abertura e prazo deste e igualmente do termo de seu encerramento.

Deus Guarde a V. Ex. Revma. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Bispo da diocese do Pará.

~~~~~

#### N. 89 — EM 29 DE SETEMBRO DE 1886

A' Administração compete decidir as questões concernentes á incompatibilidade no exercício conjuncto de Vereadores.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1.<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 29 de Setembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Haja V. Ex. de fazer constar ao Juiz de Direito da comarca do Serro, em resposta ao officio que dirigiu ao Governo e se acha junto por cópia :

Que não tem fundamento algum a duvida que suggere, relativamente á competencia dessa Presidencia para decidir a questão da incompatibilidade no exercício conjuncto de dous Vereadores da Camara Municipal de Guanhões, que são cunhados, visto não ser esta materia concernente á validade ou nullidade da eleição de Vereadores e á apuração dos respectivos votos, caso em que o conhecimento do assumpto pertenceria exclusivamente ao Poder Judicial ;

Que essa Presidencia, tendo declarado que os alludidos Vereadores não podiam servir conjunctamente e devia o que ficasse impedido ser substituido na Camara por um immediato de Vereador, decidiu de accôrdo com o art. 23 da Lei do 1.<sup>o</sup> de Outubro de 1828 e Avisos deste Ministerio de 23 de Setembro de 1882 (n. 17) e de 17 de Junho do corrente anno.

Outrosim, haja V. Ex. de devolver ao mesmo magistrado os inclusos documentos, que acompanharam o officio a que respondendo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

~~~~~

## N. 90 — EM 5 DE OUTUBRO DE 1886

Sobre a execução do art. 392 dos Estatutos das Faculdades de Medicina.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 5 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio de 6 do mez findo propõe V. Ex. se determine que, quer os alumnos das Faculdades de Medicina, quer os estudantes não matriculados a quem, nos termos do art. 362 dos Estatutos de 25 de Outubro de 1884, se houver permitido frequentar os laboratorios, só possam ser admittidos a exame das materias da serie respectiva, decorrido o prazo de seis mezes contados da data em que os primeiros se tiverem matriculado e os segundos tiverem obtido a indicada permissão; bem assim que os alumnos de uma Faculdade não poderão transferir-se para outra sinão depois de feito o exame das materias da serie em que se acharem matriculados.

Quanto á primeira medida, observa V. Ex. que se destina a impedir que os estudantes se submettam a exame antes de adquirirem a instrucção pratica que sómente se obtem nos laboratorios, e com relação á segunda, que ella tem por fim obstar a que, mediante transferencia, procurem prestar exame no estabelecimento onde se lhes atigurar que serão favorecidos pela benevolencia de commissões julgadoras.

Em resposta declaro a V. Ex. que, conquanto reconheça que as providencias indicadas muito aproveitariam ao ensino nas Faculdades de Medicina, não é possível adoptal-as por não se harmonisarem com o actual regimen das mesmas Faculdades, cujos Estatutos contêm aliás disposição que, estritamente observada, evitará os inconvenientes apontados, porquanto, desde que os candidatos não se inscreverem para os exames sem se verificar, na conformidade do art. 392, que, dentro do anno lectivo correspondente, executaram no estabelecimento onde houverem de fazer acto as preparações especificadas no dito artigo, não poderão deixar de frequentar os laboratorios do mesmo estabelecimento, nem trasladar-se de uma para outra Faculdade afim de conseguirem prestar mais facilmente os exames.

E nesta conformidade dirijo na presente data aviso á Faculdade de Medicina da Bahia.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.



## N. 91 — EM 5 DE OUTUBRO DE 1886

Sobre a designação dos Professores adjuntos para reger interinamente cadeiras de instrução primaria.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2.<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 5 de Outubro de 1886.

Declaro a Vm. que a disposição do art. 40 do Regulamento anexo ao Decreto n. 1331 A, de 17 de Fevereiro de 1854, pela qual ao Governo compete designar d'entre os adjuntos que houvessem completado o triennio de habilitação os que tivessem de substituir os Professores cathedrauticos, applica-se aos adjuntos de que trata o Regulamento de 18 de Janeiro de 1877, conforme a doutrina do Aviso de 23 de Agosto ultimo.

E porque convem que o ensino não soffra interrupção pela demora de designações feitas em vista de informações ministradas por essa Inspectoria, todas as vezes que se dever providenciar sobre a regencia interina de escolas publicas, autoriso Vm., enquanto não se realizar a revisão do quadro dos Professores adjuntos, por occasião da qual terá logar organizar a lista dos que tenham de incumbir-se da indicada regencia, a proceder ás designações, observada a ordem do merecimento relativo, apreziado conforme as habilitações demonstradas em exames feitos na Escola Normal.

Ficam assim respondidos os officios de Vm. de 24 do dito mez de Agosto e de 22 e 28 de Setembro findo.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria do municipio da Corte.

*Desembargador*

## N. 92 — EM 9 DE OUTUBRO DE 1886

Sobre a correspondencia entre os Professores de escolas primarias e o Inspector Geral sem ser por intermédio dos Delegados.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2.<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 9 de Outubro de 1886.

Pelas informações que prestou relativa mente ao facto de ter o Professor Luiz Augusto dos Reis se correspondido directamente com essa Inspectoria, a vista do qual em Aviso de 21 do mez findo chamei a attenção de Vm. para o disposto no art. 7.<sup>o</sup>, § 4.<sup>o</sup>, do Regulamento de 17 de Fevereiro de 1854, em cuja conformidade compete aos Delegados receber e transmittir ao Inspector Geral,

devidamente informadas, as participações e as reclamações dos Professores, verificou-se que o dito Professor assim se houve, com authorisação de Vm., porque no caso occorrente o serviço publico não exigia que o Delegado da parochia préviamente tomasse conhecimento do objecto da correspondencia e prestasse a competente informação.

Nestas circumstancias approvo o procedimento de Vm., porquanto não ha disposição que obste a correspondencia directa entre os Professores e a Inspectoria nos casos especiaes em que não é necessario que o Delegado tenha sciencia do que respeita aos negocios escolares ou que informe sobre as participações e reclamações dos mesmos Professores, segundo determina o mencionado regulamento no intuito não só de assegurar a boa ordem do serviço, como de manter a disciplina hierarchica: o que declaro a Vm. em referencia ao seu officio de 23 de Setembro ultimo.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Inspector Geral da Instrucção primaria e secundaria do municipio da Côrte.

—

#### N. 93 — EM 9 DE OUTUBRO DE 1886

Providencia acerca da execução do art. 3º do Decreto n. 9647 de 2 do corrente mez e declara que a distribuição dos exames geraes de preparatorios póde ser feita a arbitrio da Inspectoria Geral.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 9 de Outubro de 1886.

Em officio de 6 do corrente communica Vm. que, ouvido o Conselho Director sobre a disposição do art. 3º do Decreto n. 9647 de 2 do mesmo mez, foi elle de parecer, com o qual Vm. concorda, que, não sendo possível estabelecer precedencia no estudo das materias quando todas não são exigidas para a matricula nos cursos superiores, o citado artigo deve entender-se de modo que, além de não poder fazer-se sem approvação em exame de portuguez o de qualquer outra materia, como alli se preceitua, o estudante que não tiver sido habilitado no de arithmetica, não será admittido a prestar o de algebra e o de geometria, e que deste ultimo fica dependente o de geographia e cosmographia; bem assim que convem determinar a ordem da successão do serviço pelo modo seguinte:

Linguas: portuguez, latim, francez, inglez.

Sciencias: mathematicas elementares, geographia e cosmographia, historia, rhetorica e philosophia.

Em resposta declaro a Vm., para os devidos effeitos, que não só approvo a indicação do Conselho Director relativa aos exames de algebra, de geometria e de geographia e cosmographia, mas tambem, tendo em vista que o fundamento do parecer do dito Conselho não obsta que se complete a gradação que nos exames deve corresponder á hierarchia dos estudos, resolvi que o exame de philosophia fique dependente da approvação nos de historia e de mathematicas e não possa fazer-se, assim como o de rhetorica, sinão mediante a approvação nos de linguas.

Quanto á ordem da successão do serviço, não ha que providenciar, visto não ter o Decreto n. 9647 alterado a disposição do art. 5.º do Regulamento de 7 de Dezembro de 1874, em cuja conformidade a distribuição dos exames poderá ser feita a arbitrio dessa Inspectoria, de accordo com as conveniencias do serviço.

Deus Guarde a Vm.—*Barão de Mamoré*.— Sr. Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria do municipio da Côrte.

*Assinada e rubricada*

#### N. 94 — EM 11 DE OUTUBRO DE 1886

O numero não reduzido de eleitores de um municipio não impede que nelle se proceda a eleição do Vereadores e do Juizes de Paz.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 1.ª Directoria.— Rio de Janeiro em 11 de Outubro de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Em resposta ao officio n. 37 de 27 de Agosto ultimo, declaro a V. Ex.:

Que, em face dos arts. 162, 167 e 168 da Constituição, 25 da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, e 191 do respectivo Regulamento (Decreto n. 8213 de 13 de Agosto do mesmo anno), devo-se fazer a eleição de Vereadores e de Juizes de Paz na cidade de Mato Grosso, apesar de alli haver oito eleitores apenas, observando-se da Lei e Decreto de 1881 citados as disposições que forem exequiveis neste caso;

Que ao Poder Judicial caberá, nos termos da referida Lei e Decreto de 1881, julgar da validade ou nullidade da eleição, ou de parte della na hypothese de ficar eleito algum cidadão que não seja eleitor, ou não tenha as qualidades para este cargo;

Que o art. 231 do Decreto n. 8213 applica-se, pelo seu fundamento juridico, ao caso de não estar eleita a nova Camara do municipio de Mato Grosso até 7 de Janeiro, dia de sua posse.

Deus Guarde a V. Ex.—*Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.

*Assinada e rubricada*

## N. 95 — EM 12 DE OUTUBRO DE 1886

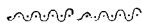
Sobre a preferencia entre Lentes cathedrauticos e substitutos para a accumulacão de cadeiras nas Faculdades de Direito.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2<sup>a</sup> Directoria.— Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1886.

Com o officio de 22 de Setembro proximo passado enviou-me V. S. cópia da proposta que o Dr. João Vieira de Araujo apresentou á Congregação, e esta approvou, alim de consultar-se o Governo si para a accumulacão de cadeiras na Faculdade devem os Lentes cathedrauticos ser preferidos aos substitutos em face do Aviso n. 272 de 10 de Julho de 1877.

Em resposta declaro a V. S. que a referida consulta está resolvida pelo citado aviso, em cuja conformidade para a indicada accumulacão, que, como serviço obrigatorio incumbe propria e exclusivamente aos ultimos daquelles funcionarios, os primeiros não têm em regra preferencia, a qual, entretanto, se verificará com relação ao cathedrautico que, pretendendo encarregar-se da regencia cumulativa de outra cadeira, for considerado pela Congregação mais apto para leccional-a do que qualquer dos substitutos em exercicio.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director interino da Faculdade de Direito do Recife.



## N. 96 — EM 12 DE OUTUBRO DE 1886

O Vereador ausente do municipio, por motivo de molestia, não perde o seu lugar na Camara.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 1<sup>a</sup> Directoria.— Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1886.

Illm. e Exm. Sr.— Achando-se ausente em Caldas, por motivo de molestia, o cidadão Joaquim de Paula Pinto, que foi eleito Vereador do municipio de Tibagy, nessa Provincia, conforme declara a respectiva Camara na consulta que dirigiu a essa Presidencia e cuja cópia acompanhou o officio n. 56 de 2 do corrente mez, a que respondo, não se trata de mudança de domicilio do mesmo cidadão, para que se considere vago o seu lugar e se maude proceder a nova eleição em conformidade do que dispõe o art. 206 do Decreto n. 8213 de 13 de Agosto de 1881: o que V. Ex. fará constar á referida Camara.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia do Paraná.



## N. 97 — EM 13 DE OUTUBRO DE 1886

Os eleitores do povoado, cujo territorio pertence pelo lado ecclesiastico a um municipio onde foram alistados e pelo civil a outro municipio, devem na eleição municipal votar neste ultimo, si não puderem exercer esse direito no primeiro.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1ª Directoria. — Rio de Janeiro em 13 de Outubro de 1886.

Hlm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio n. 43 de 28 do mez proximo passado, declaro a V. Ex. que os eleitores do povoado de Santa Rosa não podem ficar privados de votar na eleição, que ainda não se fez, da Camara do municipio da Divina Pastora, ao qual civilmente pertencem.

Si esses eleitores não podem exercer aquelle direito na parochia de Itabaiana, onde se acham alistados, observando-se o disposto no art. 215 do Decreto n. 8213 de 13 de Agosto de 1881, visto que na mesma parochia já se effectuou a eleição municipal, deverão exercel-o no da Divina Pastora.

O Poder Judicial, ao qual, segundo os tramites legais, caberá apreciar este procedimento, terá em consideração a impossibilidade da adopção de outro alvitro que permittisse aos mesmos eleitores o uso de um direito que a lei lhes conferiu.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barto de Menezes*. — Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

## N. 93 — EM 13 DE OUTUBRO DE 1886

Sobre exames prestados na Escola Militar do Rio Grande do Sul que devem considerar-se válidos para a matricula nos cursos superiores.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 13 de Outubro de 1886.

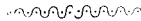
Declaro a V. S., para os fins convenientes e em additamento ao Aviso de 22 de Abril de 1885, que até resolução em contrario devem considerar-se válidos para a matricula nos cursos superiores os exames de portuguez, francez, inglez, geographia,



arithmetica, algebra, geometria e trigonometria prestados na Escola Militar do Rio Grande do Sul, cujo programma de ensino abrange o estudo completo daquellas materias.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director interino da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Expediu-se identico aviso ao Director da Faculdade da Bahia.



#### N. 99 — EM 13 DE OUTUBRO DE 1886

Revoga a primeira parte do Aviso de 22 de Abril de 1885 sobre a validade, para a matricula nos cursos superiores, de exames prestados na Escola Militar do Rio Grande do Sul.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 13 de Outubro de 1886.

Verificando-se que o programma de ensino em vigor na Escola Militar do Rio Grande do Sul abrange o estudo completo de portuguez, francez, inglez, geographia, arithmetica, algebra, geometria e trigonometria, devem, até resolução em contrario, os exames de taes materias alli prestados considerar-se válidos para a matricula nos cursos superiores: o que declaro a V. S. para os fins convenientes e com referencia ao Aviso de 22 de Abril de 1885, cuja primeira parte fica assim revogada.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director interino da Faculdade de Direito do Recife.

Expediu-se identico aviso ao Director interino da Faculdade de S. Paulo.



#### N. 100 — EM 14 DE OUTUBRO DE 1886

Contém Instruções para execução do Decreto n. 9647 de 2 do corrente mez.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Circular. — Rio de Janeiro em 14 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Devendo alterar as disposições por que se regiam os exames geraes de preparatorios, ~~resolvet o Governo~~ procurar remover as causas principaes ~~da desbida~~ que têm

aggravado os defeitos do systema dos mesmos exames, do qual não se poderá prescindir enquanto o Poder Legislativo não deliberar sobre o projecto de lei ultimamente apresentado á Camara dos Deputados para organizarem-se varios ramos da instrucção publica.

Com este intuito foi expedido o Decreto n. 9647 de 2 do corrente mez.

Além das providencias tendentes a dar aos exames a precisa gravidade, as quaes claramente manifestam semelhante pensamento, o decreto contém outras para que deuo chamar a attenção dessa Presidencia, afim de que, compenetrado das idéas do Governo, possa V. EX. auxiliar-lhes a realizção nessa Provincia.

O art. 1º manda proceder a todos os exames em uma só época, começando o serviço no primeiro dia util do mez de Novembro.

A duplicata dos periodos de exames na Corte, e nas Provincias onde não ha Faculdades, favorecia a tendencia para os candidatos precipitarem os estudos com a mira sómente na formalidade da apprvação, que facilmente podiam obter.

Quanto ás Provincias onde ha Faculdades, era notoria a inconveniencia de realizarem-se em Novembro os exames de linguas e em Fevereiro os de sciencias. Os estudantes deixavam de applicar-se a estas ultimas disciplinas durante o anno lectivo, esperando preparar-se no curto espaço das férias. Por outro lado, devendo começar no segundo daquelles mezes os trabalhos dos cursos annexos ás Faculdades, tornava-se impossivel não só a abertura das aulas preparatorias, por se acharem os Professores no serviço de exames, como tambem o regular andamento das aulas superiores, visto estarem as salas occupadas no mesmo serviço.

Todos esses inconvenientes serão removidos por aquella medida, que, além de regularizar os cursos, terá a vantagem de compellir os estudantes a aproveitar o tempo, porque só depois de decorrido um anno poderão repetir os exames em que houverem sido reprovados.

Da adopção official do programma de 8 de Janeiro ultimo, expedido afim de vigorar nos exames proximos, decorria o direito de serem prestados em sua conformidade os mesmos exames, e portanto tornou-se forçoso que em relação a elles subsistisse esta parte do processo anterior, a qual aliás, segundo está geralmente reconhecido, falseava o ensino, convertendo-o muitas vezes em arte de preparar para aquellas provas.

Nas épocas seguintes, porém, em virtude do que dispõe o § 3º do dito art. 1º, deverá servir nas differentes provas o programma do ensino do Imperial Collegio de Pedro II, que tem de comprehender sempre o estudo completo de cada materia.

E porque no regimen da alteração constante do mesmo § 3º o exame de historia e chorographia do Brazil será prestado separadamente dos de historia geral e de geographia e cosmographia, ainda se colherá da observancia das normas instituidas para os

exames do Imperial Collegio a vantagem de dar ao conhecimento das cousas patrias, tão deaurado entre nós, a importancia que lhe compete na educação nacional.

Relativamente ás provas escriptas de linguas, em vez da versão do portuguez para os idiomas estrangeiros, estabelecida em o alludido processo de exames finaes, prevaleceu no recente decreto a prova de composição livre sobre assumpto que a sorte designar d'entre os pontos organizados diariamente.

Esta preferencia procede de que mais consentaneo ao pensamento pratico que deve presidir o estudo das linguas vivas é adoptar o exercicio de composição livre do que o de versão. Pelo primeiro, que muito concorre para o desenvolvimento das faculdades intellectuaes, o estudante habitua-se a enunciar as proprias idéas, ao passo que pelo segundo tem a tarefa, que lhe não desperta tanto interesse, de interpretar o pensamento alheio; accrescendo que este penoso trabalho offerece o inconveniente de prejudicar, por causa do muito tempo que absorve, a leitura abundante dos textos e as explicações conducentes á aquisição de conhecimentos grammaticaes e á comprehensão da indole das linguas e do genio dos escriptores.

No que toca á prova escripta de latim, determina o decreto a versão para o portuguez, em vez da do portuguez para o latim, que se adoptou em o processo que vigora no referido Collegio.

Attendendo a que as condições geraes dos estudos secundarios entre nós não comportam, sem mallogro do que é essencial, os processos difficeis da cultura classica, procurou-se com a substituição indicada promover o preenchimento dos modernos intuitos do ensino daquelle materia, que consistem principalmente em habilitar o estudante para comprehender os modelos litterarios da antiguidade e melhor conhecê-la.

Um dos caracteres do atropello e da anarchia dos exames de preparatorios era a ausencia de gradação congruente á hierarchia das disciplinas.

Atm de remediar este mal o art. 3.<sup>o</sup> do decreto determina que sem approvação em exame de portuguez não é dado fazer outro qualquer, e que na admissão aos de sciencias se observará o principio da dependencia, o qual cumpre respeitar não só nas relações entre umas e outras das mesmas sciencias, como entre estas e o estudo das linguas.

Para execução da segunda parte daquelle artigo tenho resolvido que o estudante que não houver sido habilitado em arithmetica não será admittido ao exame de algebra e ao de geometria; que deste fica dependente o de geographia e cosmographia; e que não pôde prestar exame de philosophia quem não possuir approvação nos de historia e de mathematicas, e além disto não tiver os de linguas, sendo que tambem desta ultima condição depende o de rhetorica.

Quanto aos exames de trigonometria rectilinea e de elementos de physica, chimica e historia natural, que, juntamente com o de allemão, e a contar do proximo anno de 1887, são exigidos, na conformidade dos arts. 372 e 362 dos Estatutos de 25 de Ou-

tubro de 1884, para a matricula nas Faculdades de Medicina, se observará a ordem em que se mencionam aquellas sciencias no plano de estudos do Imperial Collegio.

Não comprehendendo o programma de 8 de Janeiro ultimo os novos preparatorios, aos respectivos exames applica-se desde já a disposição do mencionado § 3.<sup>o</sup> do art. 1.<sup>o</sup> do decreto para o fim de serem feitos segundo o programma do ensino do dito Collegio.

Finalmente, releva notar que a exigencia de possuirem os candidatos a habilitação prévia de que trata o art. 3.<sup>o</sup> não deve verificar-se em referencia á inscripção, mas sim quando elles houverem de ser admittidos aos exames.

A inobservancia das regras contidas no aviso circular n. 373 de 18 de Outubro de 1873, expedido para execução do Decreto de 2 desse mez e anno, que creou nas Provincias onde não ha Faculdades comissões julgadoras de exames geraes de preparatorios, tem produzido as mas consequencias que no mesmo aviso haviam sido previstas, dado o caso de preterir-se o seu severo escopo de não se tornarem os exames meras e inúteis formalidades.

Considerando a correlação que deve haver entre o ensino e os exames e quanto a seriedade destes depende principalmente da boa constituição das comissões julgadoras, preceitua o Decreto n. 9647, no art. 4.<sup>o</sup>, que onde houver Lycées provinciaes se limitem os exames ás materias que ali se leccionarem, e que, para os que forem autorizados, prefiram os Presidentes de Provincia, no exercicio da sua competencia, o pessoal docente dos mesmos Lycées.

De accôrdo com este pensamento, é indeclinavel que nas Provincias em que não ha taes institutos se cumpra escrupulosamente a recommendação do Aviso n. 373, de modo que não se abram exames para materias que não sejam ensinadas regular e permanentemente, e tambem não se proceda a elles quando não fôr possivel que as comissões julgadoras se componham de pessoas que tenham os indispensaveis requisitos intellectuaes e moraes.

O Governo espera da esclarecida solicitude de V. Ex. que o Decreto n. 9647 de 2 do corrente mez será executado nessa Provincia de inteira conformidade com todas estas indicações.

Nesta occasião remetto a V. Ex. exemplares impressos do mesmo decreto e do programma do ensino do Collegio de Pedro II.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia de...

## N. 101 — EM 14 DE OUTUBRO DE 1886

Sobre os exames geraes de preparatorios a que se procede nas Faculdades de Direito.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 14 de Outubro de 1886.

Remetto a V. S. alguns exemplares do Decreto n. 9547 de 2 do corrente, alterando varias disposições relativas aos exames geraes de preparatorios, afim de que o mesmo decreto se execute nessa Faculdade, nos termos do art. 4º, 1ª parte e § 3.º

Por esta occasião tambem remetto a V. S., para os fins convenientes, um exemplar do aviso circular que na presente data expago aos Presidentes de Provincia sobre a execução do citado decreto.

Havendo sido estabelecido o preceito do supradito § 3º do art. 4º com o fim de evitar que se prejudique o serviço dos actos do curso superior, attenta a disposição, que continúa em vigor, da ultima parte do art. 2º do Decreto n. 4623 de 5 de Novembro de 1870, em cuja conformidade os Presidentes das commissões julgadoras dos exames de preparatorios serão nomeados d'entre os Lentes das Faculdades de Direito, declaro a V. S. que, sómente no caso de que da realização dos ditos exames preparatorios no mez de Novembro resulte semelhante inconveniente, poderão elles ficar adiados para quando findarem os do curso superior.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director interino da Faculdade de Direito de S. Paulo.

Expediu-se identico aviso ao Director interino da Faculdade de Direito do Recife.

~~~~~

## N. 102 — EM 14 DE OUTUBRO DE 1886

Sobre os exames dos novos preparatorios exigidos para a matricula nas Faculdades de Medicina pelo art. 372 dos Estatutos.

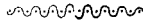
Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 14 de Outubro de 1886.

Findando no proximo mez o prazo marcado no art. 362 dos Estatutos das Faculdades de Medicina relativamente á exigencia dos novos preparatorios de allemão, trigonometria rectilinea e elementos de physica, chimica e historia natural, necessarios, nos

termos do art. 372 dos ditos Estatutos, para a matricula na 1ª serie dos cursos das mesmas Faculdades, cumpre que, com a das disciplinas de que tratam as disposições concernentes aos exames geraes de preparatorios, se abra a inscripção para os daquellas materias.

Por esta occasião declaro a Vm. que os exames de trigonometria rectilinea, physica, chimica e historia natural deverão fazer-se na ordem em que estas materias se mencionam no plano de estudos do Imperial Collegio de Pedro II; bem assim que, não comprehendendo o programma de 8 de Janeiro ultimo os novos preparatorios, aos respectivos exames applica-se desde já a disposição do art. 1º § 3º do Decreto n. 9647 de 2 do corrente, para o fim de serem prestados segundo o programma do ensino do referido Collegio.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Inspector Geral da Instrucção primaria e secundaria do municipio da Côrte.



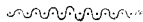
#### N. 403 — EM 18 DE OUTUBRO DE 1886

Sobre a inscripção para os exames de linguas e de sciencias a que se procede nas Faculdades de Direito.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 18 de Outubro de 1886.

Declaro a V. S., em resposta ao seu officio de 11 do corrente, que, nos termos da 1ª parte do art. 4º do Decreto n. 9647 de 2 do mesmo mez, á qual se refere o Aviso de 14 dirigido á Directoria dessa Faculdade, deve realizar-se, na fórma do § 7º do art. 1º do citado decreto, a inscripção para os exames quer de linguas quer de sciencias a que se houver de proceder na dita Faculdade.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director interino da Faculdade de Direito de S. Paulo.



## N. 104 — EM 18 DE OUTUBRO DE 1886

Manda proceder na Faculdade de Medicina da Bahia a novo concurso de um lugar de preparador, por terem sido insufficientes as provas exhibidas no primeiro, e decide que a Congregação pôde deixar de apresentar á escolha do Governo os candidatos, no caso de verificar-se a insufficiencia de suas habilitações.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 18 de Outubro de 1886.

Julgando o Governo insufficientes as provas exhibidas pelo Dr. Eulalio Alvaro de Souza Bello, unico candidato inscripto para o provimento do lugar de preparador do laboratorio de anatomia e physiologia pathologicas dessa Faculdade, declaro a V. S., para os fins convenientes e com referencia ao seu officio de 26 de Agosto ultimo, que deve ser de novo posto em concurso o mencionado lugar.

Consultando V. S. no citado officio si, á vista do disposto no art. 277 dos estatutos vigentes, as attribuições da Congregação, nos concursos aos logares de adjuntos e preparadores, limitam-se a poder alterar a classificação dos candidatos, feita pela commissão julgadora, ou si pôde considerá-los inhabilitados quando as respectivas provas não lhe parecerem satisfactorias, declaro a V. S., em resposta, que, desde que pelo referido artigo tem a Congregação o direito de inverter a classificação dos candidatos, pode deixar de apresentá-los á escolha do Governo, si julgar insufficientes as provas exhibidas, e em tal caso deverá expôr as razões do seu procedimento, para que o mesmo Governo resolva sobre a validade do concurso.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

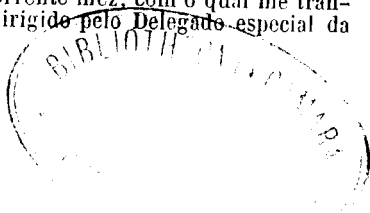


## N. 105 — EM 20 DE OUTUBRO DE 1886

Sobre a authorisação e a época dos exames geraes de preparatorios nas Provincias.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 20 de Outubro de 1886.

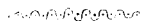
Hlm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex. que, á vista do que informa no seu officio de 14 do corrente mez, com o qual me transmittiu cópia do que lhe foi dirigido pelo Delegado especial da



Inspectoria Geral da Instrução primaria e secundaria nessa Provincia acerca das condições dos estudos secundarios e do que occorre em relação ao pessoal para o serviço de exames geraes de preparatoriosahi, cumpre que se observe a recommendação do Aviso n. 373 de 18 de Outubro de 1873, reiterada pela Circular tambem de 14 deste mez no sentido de não se autorizarem taes exames.

Outrosim declaro a V. Ex. que, em face do disposto no art. 4º do Decreto n. 9647 de 2 do corrente, pelo qual os exames não podem deixar de ser feitos nas Provincias em a mesma época marcada para os que se realizam na Corte, a contar do primeiro dia útil de Novembro, não é admissivel o alvitre, que lembra o referido Delegado para que a elles se proceda no mez de Julho, ainda quando, o que não é provavel, se houvessem removido as causas que, segundo consta dos officios alludidos, autorisam a suspensão dos exames geraes de preparatorios nessa Provincia na conformidade das citadas circulares.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.



#### N. 106 — EM 20 DE OUTUBRO DE 1886

Ao Professor de religião e para desempenhar no Internato do Imperial Collegio de Pedro II as funções de Capellão,

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 20 de Outubro de 1886.

Tendo sido supprimida pelo art. 2º § 29 da Lei n. 3314 de 16 do corrente mez a gratificação de 100\$000 mensaes marcada para o Capellão desse Internato, declaro a Vm., em resposta ao seu officio de 19, que deve considerar-se rescindido o contrato celebrado com o Padre Emilio di Galdi em 2 de Julho findo; outrosim que ao Professor de religião cumpre desempenhar, nos termos do mesmo paragrapho, as funções que áquelle competiam.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Reitor do Internato do Imperial Collegio de Pedro II.





## N. 107 — EM 21 DE OUTUBRO DE 1886

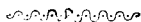
Recommenda o cumprimento da Resolução de 5 de Outubro de 1864 nos concursos para provimento de dignidades da Cathedral da Bahia.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 21 de Outubro de 1886.

Exm. e Revm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador a proposta de V. Ex. Revma. de 1 do corrente mez, relativa ao Arceidiago Monsenhor Manoel dos Santos Pereira, unico candidato que se inscreveu no concurso aberto para o provimento da dignidade de Chantre vaga na Cathedral dessa diocese por fallecimento do Conego Manoel Jorge Franco; e o mesmo Augusto Senhor, Attendendo á conveniencia do serviço da Igreja, Houve por bem, por Carta Imperial de 17, que V. Ex. Revma. receberá com este aviso, Apresentar na dignidade vaga o referido Arceidiago.

Constando, porém, da mencionada proposta que para o concurso foram convidados somente os Conegos de prebenda inteira, quando deviam tel-o sido todos os Conegos, em conformidade da Resolução de 5 de Outubro de 1864, tomada sobre Consulta da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado de 13 de Setembro do mesmo anno, Manda Sua Magestade o Imperador recomendar a V. Ex. Revma. o cumprimento daquella resolução nos concursos que d'ora em diante se abrirem para o provimento de dignidades da Cathedral.

Deus Guarde a V. Ex. Revma. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Arcebispo da Bahia.



## N. 108 — EM 22 DE OUTUBRO DE 1886

Não depende dos preparatorios accrescidos em virtude da disposição do art. 372 dos Estatutos a admissão a exame dos estudantes a quem se houver este anno facultado frequentar laboratorios nas Faculdades de Medicina.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1886.

Segundo o art. 562 dos Estatutos das Faculdades de Medicina, annexos ao Decreto de 25 de Outubro de 1884, publicado no *Diário Oficial* de 16 do mez seguinte, serão exigidos somente dous

annos depois da indicada publicação os novos preparatorios, necessarios, nos termos do art. 372, para a matricula na 1.<sup>a</sup> serie dos cursos das ditas Faculdades, e de que trata o aviso dirigido em 14 do corrente mez ao Inspector Geral da instrucção primaria e secundaria do municipio da Corte.

Visto referir-se a disposiçào do primeiro dos citados artigos aos estudantes que iniciarem seus estudos no proximo anno lectivo, declaro a V. S., para os fins convenientes, que a admissào a exame daquelles a quem, na conformidade do art. 362, se houver este anno facultado frequentar laboratorios, não depende dos preparatorios accrescidos.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director interino da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Expediu-se identico ao Director da Faculdade da Bahia.

• \* \* \* \* \*

#### N. 109 — EM 22 DE OUTUBRO DE 1886

Resolve recondenar e dadas concernentes á execuçào do Decreto n. 9647 de 2 do corrente mez.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2.<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1886.

A este Ministerio têm sido submettidas não só reclamações de alguns estudantes no sentido de adiar-se a execuçào do Decreto n. 9647 de 2 do corrente, na parte em que determinou que na admissào aos exames geraes de preparatorios se guarde o principio da dependencia que deve reger o estudo das diversas matérias, mas tambem algumas duvidas referentes ao Aviso de 9, expedido para cumprimento dessa disposiçào.

Allegam aquelles estudantes que, por falta de prévio conhecimento da indicada exigencia, prepararam-se de modo que não podem prestar agora os exames que dependem dos de outras matérias que ainda não estudaram.

Tendo o Governo resolvido remediar a anarchia que reinava no serviço dos exames geraes de preparatorios, julgou indispensavel acautelar a observancia daquella regra, cujo menos-prezo exclue a garantia que ao poder publico cumpre exigir sempre que se trata de actos que têm por fim a acquisiçào de um direito que interessa á ordem social, caso em que se acha a admissào a exames que dão accesso aos cursos superiores e a logares da administração.

Verificando-se que os mesmos reclamantes confessam achar-se irregularmente preparados, e portanto confirmam a existencia do mal que o Governo procurou remover, aliás sem innovar as prescripções que já eram seguidas, e sim exigindo a effectividade

de uma dellas — a da habilitação do candidato para sujeitar-se ás provas de exame, determinada no art. 7º do Regulamento de 7 de Dezembro de 1871 e no art. 1º, parte 5ª, do Decreto n. 4431 de 30 de Outubro de 1869, é claro que não se justificaria o adiamento pedido; pelo contrario, todas as considerações que se ligam ás conveniências do serviço aconselham a devida observancia da providencia de que se trata.

Quanto ás duvidas a que me referi, as quaes consistem em saber si do exame de latim depende o de francez; si os estudantes que pretendem matricular-se nas Faculdades de Direito são obrigados a fazer o exame de algebra, além de poderem prestar o de philosophia, e si os que se destinam á Escola Polytechnica têm de sujeitar-se aos exames preparatorios de mathematicas nessa Escola, sem embargo de nelles haverem sido approvados perante as commissões julgadoras dos exames geraes de preparatorios, declaro a Vm. que convem fazer constar aos interessados que, segundo o Decreto de 2 e o Aviso de 9 do corrente, qualquer dos exames de linguas estrangeiras, como tambem os de historia e de arithmetica, depende sómente do de portuguez; que, em relação aos candidatos á matricula nas Faculdades de Direito, que tiverem de prestar exame de philosophia, não é exigivel a prévia habilitação no de algebra, por não ser este necessario para a mesma matricula; finalmente que, estando decidido pelo Aviso de 16 de Dezembro do anno passado que a disposição do art. 3º do Decreto de 30 de Novembro de 1882 deve ser entendida e executada de conformidade com o espirito do Decreto legislativo de 30 de Setembro de 1871, os candidatos á matricula na Escola Polytechnica, que ahí apresentarem certidões de approvação em exames feitos perante as referidas commissões julgadoras, serão dispensados de novos exames no todo ou em parte, conforme a doutrina que os programmas abrangerem.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Mumórê*. — Sr. Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria do municipio da Côrte.



#### N. 110 — EM 22 DE OUTUBRO DE 1886

Sobre inscripção para exame na Faculdade de Medicina da Bahia, nos termos do art. 392 e mais disposições vigentes nos Estatutos.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1886.

Em requerimento que por seu procurador me dirigiu pede José Ramos de Oliveira Costa se lho permita prestar exame das materias da 1ª serie dessa Faculdade, a cuja inscripção não foi admittido, apesar de ter não só frequentado os laboratorios e

feito, conforme provam os attestados que possui, as necessárias preparações, entregues no prazo legal e julgadas boas, mas também pago integralmente a taxa no dia 4 do corrente mez.

Expõe o requerente que se lhe denegou a inscrição pelo fundamento de não haver obtido, nos termos do art. 362 dos Estatutos, permissão para ter ingresso nos laboratorios, paga previamente uma quantia igual á primeira prestação de matricula que aliás não realizou no tempo devido, em razão da declaração, que lhe fez competente funcionario do estabelecimento, de que bastaria effectuar no fim do anno lectivo o pagamento total.

Tomando conhecimento deste assumpto, declaro a V. S. que, verificado estarem preenchidas as condições prescriptas no art. 392 e mais disposições vigentes, deve realizar-se a inscrição, e recomendo que cumpra providenciar afim de que se observem rigorosamente as formalidades de que, nos termos do art. 362, depende a frequencia dos laboratorios.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.

*Ex. Sr. Director*

#### N. 111 — EM 22 DE OUTUBRO DE 1886

Aos medicos homeopathas applica-se a disposição do art. 41 n. II do Regulamento annexo ao Decreto n. 9554 de 3 de Fevereiro ultimo.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1.ª Directoria. — Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Sobre a materia do officio n. 53 de 14 do mez proximo passado, observe a V. Ex. que D. Cesario Salinas y Fernandez, que afirma ser titulado homeopatha por uma Faculdade da Hespanha, seu paiz natal, não póde, em face do art. 41 n. II do Regulamento annexo ao Decreto n. 9554 de 3 de Fevereiro ultimo, exercer a medicina no Imperio sem que exhiba seu titulo, provando que a faculdade que o conferiu é officialmente reconhecida, e preste exame de sufficiencia perante alguma das Faculdades do Imperio, na forma dos respectivos Estatutos.

Si estas Faculdades não reconhecem, nem approvam o systema hahnemanniano, nem por isso devem os medicos homeopathas ser dispensados daquelle exame, que versa sobre outras materias além da therapeutica (anatomia descriptiva e cirurgica, operações, physiologia, etc.); e da therapeutica allopathica, embora não a adoptem, convem que elles tenham conhecimento.

A dispensa do referido exame abriria larga porta aos abusos, permittindo que individuos sem habilitações exercessem a medi-

cina, prejudicando os interesses dos legítimos profissionais, e os da sciencia e da humanidade.

A doutrina do Aviso de 31 de Julho ultimo, relativo ás pharmacias homœopathicas, não pôde, á vista do exposto, applicar-se aos medicos homœopathas.

O que, em resposta ao referido officio, declaro a V. Ex. para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia do Amazonas.

N. 112 — EM 22 DE OUTUBRO DE 1886

Aos officios que as Camaras Municipaes dirigem aos Presidentes de Provincia applica-se a disposição do art. 61, 1ª parte, da Lei do 1º de Outubro de 1828.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1ª Directoria.— Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Reccebi o officio n. 63 de 10 de Setembro proximo passado, em que V. Ex. expõe que os officios ultimamente dirigidos a essa Presidencia pela Camara Municipal da capital não têm sido assignados por todos os Vereadores presentes á sessão, em consequencia de se recusarem a fazel-o os Vereadores da minoria, sob o fundamento de intervir nos trabalhos da mesma Camara, como Vereador, o Major Bernardino de Senna Lameira.

Em resposta, declaro a V. Ex. que, applicando-se a taes officios a disposição do art. 61, 1ª parte, da Lei do 1º de Outubro de 1828, procederam illegalmente os Vereadores que se recusaram a assignal-os; e a V. Ex. cabe usar, quanto a elles, da attribuição conferida aos Presidentes de Provincia no art. 5º, § 8º, da Lei n. 38 de 3 de Outubro de 1834.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia do Pará.

## N. 113 — EM 30 DE OUTUBRO DE 1886

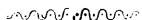
Sobre a decretação de um subsidio em cada Provincia para manter no Instituto dos surdos-mudos alguns dos filhos della.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2.<sup>a</sup> Directoria. — Circular. — Rio de Janeiro em 30 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Considerando que é mui diminuto o numero de surdos-mudos recolhidos no Instituto da Côrte, comparado com o dos que vivem nas differentes Provincias do Imperio privados da educação que proficuamente se ministra naquelle estabelecimento, bem assim que do aproveitamento desse beneficio ao maior numero de taes infelizes resultará a grande vantagem de poder-se diffundir no interior do paiz, por meio delles, quando regressarem ás respectivas Provincias, adequada educação aos que soffrem do mesmo mal, recommendo a V. Ex. que, pelos meios a seu alcance, diligencie obter da Assembléa Legislativa a decretação de um subsidio que permita manter no referido Instituto alguns dos filhos dessa Provincia, que se achem no caso de ser alli admittidos.

Ao Director do Instituto recommendo que sobre este assumpto preste a V. Ex. todas as informações que forem precisas.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia de...



## N. 114. — EM 5 DE NOVEMBRO DE 1886

Approva o projecto de Regimento interno do lazareto da Ilha Grande.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1.<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 5 de Novembro de 1886.

Declaro a V. S., para os fins convenientes, que fica approved o projecto de Regimento interno do lazareto da Ilha Grande, organizado por V. S. na conformidade do disposto no art. 168 do Regulamento annexo ao Decreto n. 9554 de 3 de Fevereiro ultimo.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Inspector Geral de saude dos portos.

## REGIMENTO INTERNO

## CAPITULO I

## DO SERVIÇO DO LAZARETO

Art. 1.º O serviço no lazareto da Ilha Grande divide-se em serviço administrativo e serviço medico.

§ 1.º O serviço administrativo comprehende:

- a) A conservação do edificio e suas dependencias;
- b) O supprimento de viveres, agua e luz, roupa de cama, mesa e banho aos quarentenados;
- c) A distribuição destes pelas secções separadas do edificio, de modo que nenhuma comunicação possa haver entre os quarentenados de época distincta, de procedencia differente e de navios diversos;
- d) A policia interna e externa das quarentenas, de modo a evitar desordens, tumultos e conflictos, empregando-se os meios precisos para reprimil-os, caso se manifestem;
- e) O serviço de remoção de doentes para o hospital de quarentena e enfermarias;
- f) A escripturação do lazareto;
- g) O serviço funerario do lazareto;
- h) A arrecadação, authenticação e guarda dos espolios;
- i) A cobrança das taxas de desinfecção e das taxas de quarentena;
- j) A fiscalisação dos navios ancorados.

§ 2.º O serviço medico comprehende:

- a) A visita medica aos quarentenados;
- b) O tratamento dos enfermos;
- c) A fixação do prazo das quarentenas e sua prorrogação;
- d) O serviço de desinfecções;
- e) A vistoria e apostillamento das cartas de saude;
- f) A concessão de livre pratica ás pessoas, cargas e navios que tenham purgado quarentena.

Para o tratamento dos enfermos haverá:

Um hospital de quarentena, estabelecido a bordo de uma embarcação apropriada e destinado aos doentes de molestia pestilencial;

Uma enfermaria annexa ao lazareto, para os doentes de molestias communs;

Uma enfermaria fluctuante, para os de molestia contagiosa, mas não pestilencial.

Art. 2.º Tanto o serviço administrativo, como o serviço medico, serão immediatamente superintendidos pelo Ajudante do Inspector Geral de saude dos portos, que houver sido destacado para o lazareto.

## CAPITULO II

## DOS EMPREGADOS DO LAZARETO E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3.º Para o serviço administrativo haverá o seguinte pessoal :

- 1 Administrador.
- 1 Almoxarife.
- 1 Escriptuario.
- 1 Fiel do Almoxarife.
- 1 Interprete.
- 2 Feitores.
- 1 Porteiro.

Os guar-las de 1ª e 2ª classe estritamente necessarios.

Art. 4.º Para o serviço medico haverá :

- a) 1 Medico para o hospital de quarentena.
  - 1 Pharmaceutico.
  - Os enfermeiros e serventes que forem indispensaveis.
- b) 1 Medico para a enfermaria annexa.
  - 1 Pharmaceutico.
  - Os enfermeiros e serventes que forem indispensaveis.
- c) 1 Medico para a enfermaria fluctuante.
  - 1 Pharmaceutico.
  - Os enfermeiros e serventes que forem indispensaveis.

Além destes empregados, haverá mais dous pharmaceuticos, encarragados do serviço de desinfecção.

O pessoal do serviço medico ficará subordinado ao Director do mesmo serviço, o qual será o Ajudante do Inspector, que tiver sido destacado para o lazareto.

Art. 5.º Serão nomeados : pelo Ministro do Imperio, sobre proposta do Inspector Geral de saude dos portos, o Administrador, o Almoxarife, o Escriptuario, o Fiel do Almoxarife e os medicos : e pelo Inspector Geral os outros empregados.

Art. 6.º Com excepção do Administrador, o pessoal do lazareto será todo de commissão ; e nomeado ou dispensado conforme as necessidades do serviço.

Art. 7.º Compete ao Administrador :

1.º Velar pela conservação do edificio e suas dependencias, cuidando especialmente no asseio do estabelecimento, propondo as reparações que se tornarem necessarias, e obstando com particular empenho a destruição das matas existentes nos terrenos do lazareto ;

2.º Dirigir, aperfoçoar e tornar progressiva a cultura de vegetaes e a criação de animaes de alimentação na fazenda dos Dois Rios, de modo a poder abastecer o lazareto ;

3.º Requisitar do Almoxarife as roupas de cama, mesa e banho dos quarentenados, e mandar reparar-as quando estragadas ;

4.º Fiscalisar o supprimento da despensa e cozinha, evitando desperdícios, procurando impedir a fraude, e punindo ou promovendo a punição dos defraudadores ;



5.º Fiscalisar a arrecadação e repartições do almoxarifado, abrir e rubricar os livros respectivos, e assignar os balanços trimestres feitos pelo Almoxarife e seu Fiel;

6.º Nomear, advertir, suspender e demittir os feitores e serventes; e representar ao Inspector Geral sobre as faltas dos outros empregados do estabelecimento, para que providencie como no caso couber;

7.º Assignar os pedidos de objectos, viveres, etc., de que o lazareto carecer;

8.º Receber os passageiros que forem recolhidos aos differentes pavilhões, fazendo o competente assentamento de seus nomes, naturalidade, idade, profissão, estado, procedencia e nome do navio em que chegarem;

9.º Distribuir os quarentenaes pelos pavilhões, de modo que fiquem separados os de época, navio e procedencia diversa, e velar sobre a completa sequestração delles;

10. Reunir os quarentenados, logo após a respectiva chegada, e perguntar a cada um delles si experimenta qualquer incommodo de saude e si deseja a presença de medico; e, no caso affirmativo, providenciar para que o medico acuda com promptidão ao chamado;

11. Distribuir, pelos quarentenaes, impressos contendo, traduzidos em varias linguas, os principaes artigos do presente Regulamento cujo conhecimento mais directamente lhes interesse e auxilie a boa ordem do estabelecimento;

12. Mandar remover as bagagens da ponte de desembarque para o armazem de desinfecções, onde cada baú, mala, ou peça de roupa não guardada sob chave será desinfectada pelo processo indicado nas instrucções especiaes que o Inspector Geral formulará; depois do que serão entregues aos respectivos donos;

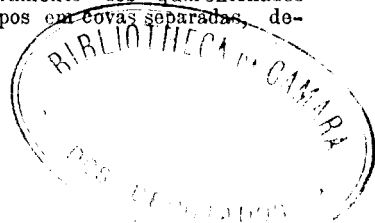
13. Arrolar, pelas respectivas marcas, as cargas recebidas nos armazens de desinfecções, em presença do empregado da Alfandega, e com este rubricar e assignar o rol competente; fiscalisar a guarda das mesmas cargas e cobrar do referido empregado o recibo de desobriga, logo que ellas estiverem desinfectadas e forem entregues ao pessoal aduaneiro;

14. Cuidar, com o maior empenho, em que o tratamento dos quarentenados seja o melhor possivel, esforçar-se por attender ás justas reclamações delles e providenciar para que nada lhes falte daquillo que o lazareto deverá fornecer-lhes;

15. Manter a maior disciplina e a mais severa moralidade nas differentes quarentenas, empregando para tal fim meios de persuasão e conselho, e recorrendo aos coercitivos, quando aquelles se tornarem inefficazes;

16. Fazer remover, com a maxima presteza, qualquer doente para a enfermaria competente; annotando a hora de baixa á enfermaria e enviando ao Director do serviço medico a parte respectiva, na qual se consignem todos os esclarecimentos relativos á pessoa do doente;

17. Providenciar sobre o enterramento dos quarentenados que fallecerem, inhumando-se os corpos em covas separadas, de-



vidamente authenticadas por numero de ordem, e registrando no livro dos obitos todos os esclarecimentos que, a respeito da identidade do morto, lhe deverão ser fornecidos pelo medico da enfermaria em que tiver occorrido o fallecimento ;

18. Recolher e sellar, em presença de testemunhas estranhas ao pessoal do serviço do lazareto, o espolio do fallecido, guardal-o e lavar de tudo, em livro especial, um auto, que deverá ser assignado pelas testemunhas, em numero de tres ; e remetter immediatamente ao Director do serviço medico duas cópias do mesmo auto, afim de que elle as faça chegar ao Inspector Geral de saude dos portos ;

19. Fiscalisar, por si ou pelos guardas de 1.<sup>a</sup> classe, a posição e estado dos navios ancorados, assim como as occurrencias que nelles se derem, e participar qualquer infracção do Regulamento sanitario ao Director do serviço medico, afim de que este providencie e applique, si fôr caso disso, as multas competentes ;

20. Providenciar, fazendo os necessarios pedidos do que lhe requisitar o medico em serviço, para que a pharmacia do estabelecimento esteja sempre provida de todos os medicamentos, apparelhos, instrumentos e utensilios necessarios ;

21. Organizar as folhas de pagamento de todo o pessoal, quer do serviço administrativo, quer do serviço medico, assignal-as e remettel-as ao Director do serviço medico, que as enviará ao Inspector Geral depois de conferidas ;

22. Organizar as contas de despezas dos quarentenados, especificando nellas as despezas extraordinarias ;

23. Cobrar a importancia das mencionadas contas, passando quitação, e recolher lo as quantias respectivas ao cofre do lazareto, afim de que tenham o destino que fôr ordenado ;

24. Tornar effectiva essa cobrança, no caso de recusa de pagamento por parte dos quarentenados, retendo as respectivas bagagens e participando o facto directamente ao Inspector Geral, afim de que este providencie ;

25. Organizar as contas de desinfeção das cargas e remettel-as, assignadas e conferidas pelo empregado da Alfandega, em tres vias differentes, á Inspectoria Geral de saude dos portos, que guardará uma, enviará outra á Alfandega, para fazer effectivo o competente pagamento, e outra á Secretaria do Estado dos Negocios do Imperio.

Art. 8.<sup>o</sup> Ao Almojarife compete :

1.<sup>o</sup> Arrecadar todos os objectos moveis do lazareto, arrolal-os e guardal-os, segundo as ordens do Administrador ;

2.<sup>o</sup> Fazer as listas dos objectos precisos para o abastecimento do lazareto, conferil-os por occasião da entrada, rejeitando os imprestaveis e reclamando os que faltarem ;

3.<sup>o</sup> Fazer a distribuição dos objectos necessarios ao preparo e aseo dos pavilhões e quarentenas, mediante requisição do Administrador ; e recolher os mesmos objectos, quando não mais precisos, consignando em livro especial o estado de conservação em que se acharem e as faltas que houver ;

4.<sup>o</sup> Fazer a distribuição quotidiana das rações, enviando-as ás

cozinhas; e fornecer aos quarentenados os objectos que extraordinariamente pedirem.

Os objectos de fornecimento extraordinario serão remettidos aos quarentenados, que os pedirem, com uma etiqueta collada, na qual se declare o preço delles;

5.º Fiscalisar o serviço dos serventes e o do asseio do estabelecimento;

6.º Dirigir e fiscalisar o serviço das lavanderias, recebendo as roupas sujas e entregando-as lavadas, enviando ao Administrador os respectivos rôos, afim de ser feita a cobrança do importe;

7.º Fiscalisar o serviço da distribuição de agua aos pavilhões e outras dependencias do lazareto, bem como o da remoção das immundicias;

8.º Superintender no serviço da padaria, banheiros e casa de barbear.

Paraphrasis unico. Além das obrigações especificadas neste artigo, o Almojarife terá a seu cargo a guarda dos espolios que forem recolhidos pelo Administrador.

Art. 9.º Ao Fiel do Almojarife compete substituir o Almojarife em seus impedimentos temporarios, e encarregar-se dos trabalhos que lhe forem por elle incumbidos.

Art. 10. Ao Escriptuario cumpre:

1.º Fazer todo o serviço de escripta que pelo Administrador lhe for indicado;

2.º Encarregar-se especialmente da contabilidade do lazareto, a qual será lavrada em livros especiaes, abertos e rubricados pelo Inspector Geral;

3.º Redigir as partes diarias, certidões, e lavrar os termos nos livros da Administração.

Art. 11. Aos Feitores incumbe:

1.º Içar e arriar as bandeiras de quarentena nas pontes do lazareto;

2.º Inspeccionar o serviço de entrada e sahida das cargas e bagagens;

3.º Dirigir as turmas de guardas;

4.º Fazer os serviços de que forem encarregados pelo Administrador.

Art. 12. Ao Porteiro compete:

1.º Abrir e fechar as portas do estabelecimento, guardando as respectivas chaves;

2.º Fiscalisar o serviço das rondas das quarentenas.

Art. 13. Os guardas do lazareto serão distribuidos em duas turmas, cada uma dellas composta de guardas de 1ª e 2ª classe, sob a direcção de um dos feitores.

§ 1.º Os guardas de 1ª classe serão encarregados da policia do estabelecimento, e serão distribuidos pelas diversas quarentenas, onde ficarão sequestrados com os quarentenados, e pelos diversos armazens, que vigiarão.

§ 2.º Os serviços de pavilhões e armazens serão feitos pelas turmas de guardas alternadamente.

§ 3.º Os guardas de 2ª classe serão distribuidos como os de 1ª, mas farão officios de serventes.

Art. 14. Ao Ajudante do Inspector Geral, que fôr destacado para o lazareto, ficarão competindo exclusivamente as attribuições consignadas nas letras c, e e f do art. 1º § 2º deste Regulamento, além da superintendencia em todo o serviço, conforme preceitua o art. 2º.

Art. 15. O medico do hospital de quarentena ficará impedido no mesmo hospital não só durante o tempo preciso para o tratamento de todos os enfermos de molestia pestilencial que apparecerem, como ainda, depois da sahida do ultimo doente, durante os dias necessarios para purgar a devida quarentena.

Igualmente ficará de quarentena rigorosa a bordo do mesmo hospital todo o pessoal do serviço.

Art. 16. Expirado o prazo da quarentena, e feita ao Ajudante, pelo medico do hospital, a declaração de que nenhum dos empregados se acha contaminado, o mesmo Ajudante mandará proceder no dito hospital ás desinfecções necessarias e tão rigorosas como as praticadas nos navios infeccionados; e, terminadas estas, dará livre pratica aos empregados, que deverão recolher-se ao lazareto, onde residirão.

Art. 17. Os pharmaceuticos que servirem nas enfermarias do lazareto, além dos encargos relativos á sua competencia profissional, serão obrigados a prestar os serviços que lhes forem determinados pelo Ajudante do Inspector.

Art. 18. Os pharmaceuticos encarregados dos trabalhos de desinfecção terão ás suas ordens o numero de guardas de 1ª e 2ª classe que forem necessarios para os ditos trabalhos; nos quaes cumprirão integral e fielmente o que se contiver nas instrucções que houverem recebido do Inspector Geral de saude dos portos.

Art. 19. Cada uma das enfermarias do lazareto terá um registro clinico, no qual serão transcriptos os dizeros das papeletas e consignadas as observações convenientes.

Este registro ficará a cargo do medico respectivo, que o guardará sob sua responsabilidade.

Art. 20. O medico de cada enfermaria remetterá diariamente ao Ajudante do Inspector um boletim do movimento do dia, referindo as occurrencias notaveis que se tiverem dado no serviço da enfermaria. Este boletim será remettido ao Inspector Geral.

Art. 21. Logo que a enfermaria receber qualquer doente, o medico o participará ao Ajudante, communicando-lhe o diagnostico da molestia; e do mesmo modo procederá o medico da visita aos quarentenados.

O Ajudante, logo que houver recebido a communicação do medico, tomará as providencias necessarias, de accôrdo com as disposições deste Regulamento.

Art. 22. Sempre que fôr possivel, o Ajudante percorrerá os pavilhões, informando-se das occurrencias havidas e providenciando no sentido da boa ordem dos serviços.

## CAPITULO III

## DOS QUARENTENADOS

Art. 23. Os quarentenados recolhidos ao lazareto serão distribuídos em tres classes, discriminadas por numeros de ordem; cada classe terá alojamentos e tratamento differentes.

A distribuição será feita de modo que os quarentenados venham a occupar pavilhões ou secções de pavilhões distinctos, onde estejam completamente separados os de proveniencia, datas e navios diversos

Art. 24. A sequestração dos quarentenados durará o tempo que tiver sido determinado pela autoridade sanitaria.

Art. 25. Os doentes de molestia pestilencial que apparecerem, quer a bordo dos navios detidos, quer no lazareto, serão sem demora transferidos para o hospital de quarentena e ali tratados; os que não tiverem molestia pestilencial, mas qualquer affecção commum, não contagiosa, serão tratados na enfermaria annexa ao lazareto; e os que tiverem molestia contagiosa, mas não pestilencial, serão tratados na enfermaria fluctuante.

Art. 26. Aos quarentenados cumpre observar as disposições deste Regimento e as recommendações que receberem da Administração do lazareto; e assiste-lhes o direito de reclamar da mesma Administração o que julgar em necessario não só á sua commodidade, como aos seus interesses sanitarios.

Art. 27. Ser-lhes-ha concedido:

1.º Conservar em seu poder os objectos de valor que trouxeram, assim como as suas bagagens, depois de desinfectadas, quando de desinfectações precisarem;

2.º Exigir, sempre que fôr conveniente, a presença de facultativo clinico e tambem os remedios de que carecerem;

3.º Receber, para sua companhia, pessoas de familia ou de amizade, em numero que não exceda de duas, contanto que ellas se submettam a quarentena igual á do detido, pagando tambem taxa igual;

4.º Chamar, no caso de molestia, medico de sua confiança e com elle tratar-se, ficando o dito medico tambem em quarentena;

5.º Pedir transferencia de uma para outra classe, quando assim lhes convenha.

Art. 28. Ser-lhes-ha prohibido:

1.º Fazer disturbios nos alojamentos, provocar motins e effectuar divertimentos ruidosos, assim como jogos de paradas;

2.º Tentar a entrada em pavilhões differentes e sahir do pavilhão em que se acharem, sem prévia licença da autoridade;

3.º Conservar em sua companhia animais vivos;

4.º Guardar armas de fogo, bem assim facas, punhaes, espadas e outras armas brancas;

5.º Dirigir doestos aos empregados do lazareto;

6.º Oppôr-se á retirada de qualquer quarentenado que adoeca e que deva ser tratado nas enfermarias do estabelecimento;

sendo, entretanto, permitido a pessoas da família do doente de molestia commun accompanhar-o á respectiva enfermaria e ahí visital-o;

7.º Negar-se, sob qualquer pretexto, ao pagamento das contas apresentadas pelo Administrador, ficando-lhes salvo o direito de reclamarem, na Inspectoria Geral de saúde dos portos, o excesso, que tiver m pago, sobre o que julgarem devido;

8.º Subtrahir á desinfectão objectos susceptíveis que tenham trazido consigo;

9.º Dissimular qualquer molestia de que se sintam accommettidos.

Art. 29. Os actos especificados nos paragraphos seguintes serão reprimidos p los meios nelles estabelecidos:

§ 1.º A pessoa que, antes de terminada a respectiva quarentena, sahír do lazareto, será a elle reconduzida e sujeita a dobrada quarentena.

§ 2.º A que, sem prévia licença, communicar com pessoa de quarentena differente, ou entrar em secção do lazareto diversa daquella que lhe tiver sido de ignada para alojamento, será sujeita a quarentena dobrada.

§ 3.º A que no lazareto ou em navio impedido perturbar a ordem, ou offender a moral, será retirada do navio ou da secção em que se achar e conservada em logar separado até findar o prazo da quarentena.

Do mesmo modo se procederá com os quarentenados que maltratarem os empregados do lazareto, ou se oppuzorem á execução de qualquer providencia sanitaria e das disposições deste Regimento.

Art. 30. Os moveis e objectos de primeira necessidade de que os quarentenados precisarem ser-lhes-hão fornecidos pela Administração do lazareto.

Art. 31. Os quarentenados ficam sujeitos ao pagamento das taxas consignadas na tabella annexa ao Regulamento que baixou com o Decreto n. 9554 de 3 de Fevereiro do corrente anno; estando incluída nas mesmas taxas a importancia dos soccorros medicos e pharmaceuticos que lhes forem prestados.

Os indigentes, bem como os immigrants e colonos contratados por conta do Estado, serão recebidos gratuitamente no lazareto; e os immigrants, que viajarem por conta de companhias ou empresas particulares, terão como responsaveis pelo pagamento das respectivas taxas de quarentena as mesmas empresas ou companhias.

Art. 32. Além das taxas de que trata o artigo antecedente, os passageiros pagarão em separado os objectos que extraordinariamente pedirem para seu uso ou consumo.

## CAPITULO IV

## DOS GUARDAS DA ALFANDEGA E DO CORREIO

Art. 33. Serão destacados para o lazareto, sempre que houver necessidade, empregados da Alfandega e do Correio, incumbidos de effectuar os serviços que competem ás respectivas repartições.

Quando em serviço no lazareto, ficam taes empregados sujeitos ao regimen sanitario do estabelecimento.

Art. 34. Compete aos guardas da Alfandega :

1.º Fiscalisar o desembarque das cargas, notar as respectivas marcas e numeros, organizar as listas de distribuição dellas pelos armazens do lazareto, assistir á sua desinfecção e guardal-as depois de desinfectadas ;

2.º Receber as bagagens desinfectadas e entregal-as aos respectivos donos, segundo as instrucções especiaes, que houverem recebido da Inspectoria da Alfandega.

Art. 35. Compete aos guardas do Correio :

Assistir ao desembarque das malas postaes, abri-las para serem desinfectadas e expedil-as á Directoria dos Correios, quando a desinfecção estiver terminada.

Art. 36. Nos serviços incumbidos á Alfandega e ao Correio os empregados sanitarios só intervirão para effectuar as desinfecções precisas e cumprir as obrigações que lhes são impostas neste Regimento.

## CAPITULO V

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 37. A escripturação do lazareto se fará segundo o modelo e instrucções que pelo Ministerio do Imperio serão dadas ao Inspector Geral de saude dos portos.

Art. 38. A Administração do lazareto terá á sua ordem a força militar que fór necessaria para a manutenção da disciplina e da policia das quarentenas.

Art. 39. É expressamente prohibido aos empregados do lazareto fazer ajustes e contratos com os quarentenados, sob pena de demissão.

Art. 40. Todos os empregados do lazareto são obrigados a ter para com os quarentenados as maiores deferencias e attendel-os nas reclamações justas que fizerem.

Art. 41. Nos casos omissos no presente Regimento, far-se-ha o que fór indicado pelo Inspector Geral com approvação do Governo.

Inspectoria Geral de saude dos portos em 30 de Outubro de 1886.  
— O Inspector Geral, Dr. *Nuno de Andrade*.



## N. 115 — EM 5 DE NOVEMBRO DE 1886

Approva o projecto de Regimento interno do hospital marítimo de Santa Izabel.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1.<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 5 de Novembro de 1886.

Declaro a V. S., para os fins convenientes, que fica approvedo o projecto de Regimento interno do hospital marítimo de Santa Izabel, organizado por V. S. na conformidade do disposto no art. 173 do Regulamento anexo ao Decreto n. 9554 de 3 de Fevereiro ultimo.

Dens. Guarde a V. S. — *Baptista de Menezes*. — Sr. Inspector Geral de Saude dos portos.

## REGIMENTO INTERNO

## CAPITULO I

## DO FIM DO HOSPITAL MARITIMO

Art. 1.<sup>o</sup> O hospital marítimo de Santa Izabel é destinado ao tratamento das pessoas que, a bordo dos navios surtos no porto do Rio de Janeiro, forem affectadas de molestia pestilencial; bem como das que, affectadas de molestia deste character, e residentes na Corte ou na cidade de Nietheroy:

1.<sup>o</sup> Voluntariamente a isso se prestarem;

2.<sup>o</sup> Forem encontradas sem o conveniente tratamento nos cortiços, estalagens ou outras habitações de igual natureza;

3.<sup>o</sup> Tiverem sido admittidas nas casas de saude, hospitales e enfermarias contra o disposto nas posturas municipaes e ordens do Governo.

## CAPITULO II

## DO HOSPITAL E SUAS REPARTIÇÕES

Art. 2.<sup>o</sup> O hospital marítimo será dividido em enfermarias geraes e particulares.

As primeiras serão recolhidos os marinheiros e as segundas os capitães e pilotos dos navios mercantes.

Haverá tambem quartos onde serão tratados os officiaes dos navios de guerra.

Os doentes de terra serão distribuidos pelas enfermarias e quartos, conforme convier.



Art. 3.º Além dessas accomodações, haverá salas para escriptorio, almoxarifado, arrecadação, refeitórios, pharmacia e deposito de cadáveres; e aposentos para os empregados que devam residir no estabelecimento.

### CAPITULO III

#### DO SERVIÇO DO HOSPITAL E SUA INSPECÇÃO

Art. 4.º O serviço do hospital marítimo de Santa Izabel divide-se em serviço administrativo, sanitario, economico e religioso.

Art. 5.º Ao Inspector Geral de saúde dos portos, como superintendente destes serviços, incumbe :

- 1.º Visitar o hospital todas as vezes que julgar conveniente.
- 2.º Dar, por intermedio do director ou directamente, em caso urgente, todas as providencias que julgar necessarias para que as medidas preventivas contra a propagação de qualquer epidemia sejam escrupulosamente observadas.
- 3.º Solicitar do Governo quaesquer providencias que não estiverem nas suas attribuições.
- 4.º Propôr a nomeação, suspensão e demissão dos empregados de nomeação do Governo.
- 5.º Dar as instrucções que devam ser observadas nas occasiões de epidemia.
- 6.º Apresentar no principio de cada anno ao Ministro do Imperio o relatorio do estado do hospital, com todas as informações necessarias.

### CAPITULO IV

#### DOS EMPREGADOS DO HOSPITAL E SUAS ATTRIBUIÇÕES

Art. 6.º Para a execução dos serviços do hospital marítimo haverá o seguinte pessoal:

- 1 director, que será um medico.
- 1 capellão.
- 1 almoxarife.
- 1 escrivão.
- 1 interprete.
- 1 agente de compras.
- 1 porteiro.
- Os medicos que forem indispensaveis
- 1 pharmaceutico.
- Enfermeiros.
- Cozinheiro.
- Serventes.

§ 1.º O director, o capellão, o almoxarife, o escrivão, o interprete e os medicos serão nomeados pelo Ministro do Imperio, sobre

proposta do Inspector Geral de saúde dos portos; por este serão nomeados o agente de compras, o porteiro, os pharmaceuticos e os enfermeiros; e pelo director os demais empregados.

§ 2.º Com excepção do director, o pessoal do hospital marítimo será todo de commissão e nomeado ou dispensado conforme as necessidades do serviço.

Art. 7.º Ao director compete:

1.º Dirigir o serviço administrativo, sanitario e economico do estabelecimento.

2.º Fazer com que todos os empregados cumpram os seus deveres, admoestando-os quando o julgar necessario, suspendendo ou despedindo os de sua nomeação, e representando ao Inspector Geral sobre as faltas dos outros, para que providencie como no caso couber.

3.º Corresponder-se com o Inspector sobre tudo que disser respeito ao hospital.

4.º Abrir e rubricar os livros de escripturação do estabelecimento.

5.º Assignar as folhas dos vencimentos dos empregados.

6.º Examinar e rubricar os pedidos de fornecimento.

7.º Receber do Thesouro Nacional as quantias que por ordem do Ministerio do Imperio forem applicadas ás despesas do hospital, podendo fazel-o por si ou por proposto seu.

8.º Assistir ao desembarque dos doentes do vapor da visita, e sua condução para as enfermarias, distribui-los por estas e dirigir o tratamento medico dos mesmos doentes.

9.º Fazer arre-adar e guardar todos os objectos de valor que os doentes trouxerem consigo, e entregar-lh'os quando sahirem, ou á pessoa competentemente habilitada para os receber, no caso de morte.

10. Assignar e remetter diariamente ao Inspector de saúde o mappa do movimento do hospital.

11. Remetter mensalmente ao Inspector um inventario das roupas e objectos de valor deixados pelos doentes que fallecerem.

12. Providenciar, nos casos omissoes neste Regimento que devam ser suppridos com urgencia, para que o serviço se faça com regularidade, promptidão e economia, dando immediatamente parte ao Inspector do que determinar neste sentido.

13. Organizar as tabellas das dietas e o horario das refeições, e executal-as depois de approvadas pelo Inspector Geral.

Art. 8.º Ao capellão incumbe:

1.º Fazer missa todos os dias de guarda.

2.º Administrar os Sacramentos aos enfermos catholicos e visitar com frequencia os moribundos.

3.º Encaminhar os corpos dos catholicos fallecidos.

4.º Velar sobre o asseio da Capella e conservação dos vasos e paramentos pertencentes ao culto divino.

Paragrapho unico. A existencia do capellão no hospital não inhibe que pastores espirituaes visitem os doentes de suas crencas, e lhes prestem os soccorros religiosos de que necessitarem.

Art. 9.º Ao almoxarife cumpre :

1.º Arrecadar todos os objectos moveis do hospital, arrolal-os e guardal-os, segundo as ordens que receber do director.

2.º Fazer as listas dos objectos precisos para o abastecimento do hospital, conferil-os por occasião da entrada, rejeitando os impréstaveis e reclamando os que faltarem.

3.º Fazer a distribuição dos objectos necessarios ao preparo e asseio das enfermarias e refeitórios ; recolher os que já não forem precisos, consignando em livro especial o estado de conservação em que se achar-m e as faltas que houver.

4.º Fazer a distribuição quotidiana das rações, e ter sob a sua guarda a despesa do estabelecimento, bem como a arrecadação e a rouparia.

5.º Fiscalisar o serviço dos serventes.

Art. 10.º Ao escriptão compete :

1.º Fazer toda a escripturação do hospital.

2.º Organizar as folhas dos vencimentos dos empregados, e apresental-as ao director no 1.º de cada mez.

3.º Organizar todos os mezes uma conta corrente da despesa do hospital.

Art. 11.º Ao interprete e ao agente de compras incumbe cumprir as ordens do director e do almoxarife.

Art. 12.º E' da obrigação do porteiro :

1.º Abrir e fechar as portas do hospital.

2.º Não permittir que saia empregado algum sem ordem por escripto do chefe do serviço a que pertencer.

3.º Vedar a entrada de qualquer pessoa estranha, que não apresente licença por escripto do Inspector de saúde ou do director.

4.º Não deixar sahir doente algum sem apresentar-lhe nota de ter tido alta, ou licença por escripto do director.

Art. 13.º Ao pharmaceutico cumpre :

1.º Preparar todos os remedios receitados pelos medicos do hospital, á vista do livro do recoituario por elles assignado.

2.º Receber e guardar com cuidado todos os medicamentos.

3.º Fazer por escripto o pedido de todas as substancias necessarias para a pharmacia, bem como dos utensilios que forem precisos.

4.º Examinar a qualidade das substancias e rejeitar as que não forem boas.

5.º Recorrer aos medicos quando lhe pareçam excessivas as doses prescriptas no recoituario.

6.º Transcrever litteralmente nas vasilhas que contiverem os remedios a integra da receita e a maneira de serem applicados.

7.º Tomar nota diaria, em livro proprio, á vista dos recoituarios, da quantidade das diversas substancias que forem gastas no hospital ; devendo no fim de cada mez apresentar essas notas ao escriptão, para a escripturação necessaria.

8.º Conservar em asseio e ordem a pharmacia.

Art. 14.º Os enfermeiros deverão :

1.º Acompanhar os medicos nas visitas, escrever no livro do recoituario as receitas que dictarem, e cumprir as suas ordens.

2.º Applicar aos doentes os remedios por suas proprias mãos.

3.º Distribuir-lhes as dietas ás horas proprias.

4.º Tomar nota de todos os symptomas novos que apresentarem os doentes no intervallo das visitas e participar ao medico logo que volte á enfermaria.

5.º Fazer as camas dos doentes, e mudar-lhes a roupa sempre que fôr necessario.

6.º Fazer a vigilia dos doentes durante a noite que lhes tocar por escala.

7.º Fazer o rol da roupa suja que deva ser enviada á rouparia e tomar conta da lavada que fôr remettida ás enfermarias.

8.º Mandar fazer pelos serventes a limpeza das enfermarias e seus utensilios.

9.º Extrahir diariamente das papeletas o mappa das dietas das enfermarias a seu cargo, e entregal-o ao almoxarife para a organização do mappa geral.

Art. 15. O cozinheiro tem por obrigação:

1.º Receber diariamente do despenseiro os generos necessarios para a preparação das dietas e rações devidas aos enfermos e empregados.

2.º Pedir de vespera ao director as miudezas para o serviço da cozinha, afim de que sejam compradas.

3.º Preparar as refeições para as horas em que devam ser distribuidas.

4.º Conservar a cozinha e seu trem em perfeito estado de asseio e conservação.

5.º Cuidar no asseio e bom serviço dos refeitórios.

A louça, toalhas, talheres e mais objectos de copa, assim como a sua conservação, ficam a cargo do mesmo cozinheiro.

Art. 16. Os serventes serão empregados nos diferentes serviços do hospital.

## CAPÍTULO IV

### DOS ENFERMOS

Art. 17. Todo enfermo que entrar para o hospital deve sujeitar-se aos seguintes preceitos:

1.º Conservar-se sempre, de modo decente, no leito que lhe fôr designado; não alterar, não gritar, nem jogar ou fazer barulho.

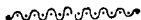
2.º Tratar com respeito e deferencia os medicos e enfermeiros.

3.º Não sahír do leito e enfermaria, sem licença do medico.

4.º Permanecer no seu leito, ou junto a elle, com todo o respeito, quando na enfermaria se estiver praticando qualquer acto religioso.

Art. 18. Os doentes que não forem bem tratados pelos enfermeiros poderão queixar-se ao medico, ou ao director.

Inspectoria Geral de saude dos portos em 30 de Outubro de 1886.— O Inspector Geral, Dr. *Nuno de Andrade*.



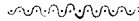
## N. 116 — EM 6 DE NOVEMBRO DE 1886

Sobre admissão de estudante da Escola Polytechnica a julgamento de exercicios praticos, feito o pagamento da taxa de matricula.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 6 de Novembro de 1886.

Attendendo ao que requereu José Antonio Saraiva e a que, como consta da informação prestada por V. S. em 23 do mez findo, elle frequentou os exercicios praticos do curso geral dessa Escola, sendo que, por se achar ausente da Côrte, por motivo de molestia, deixou de pagar naquella occasião a taxa de matricula, tenho resolvido que, preenchida esta condição, seja o dito alumno admitido ao julgamento de taes exercicios : o que declaro a V. S., para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Escola Polytechnica.



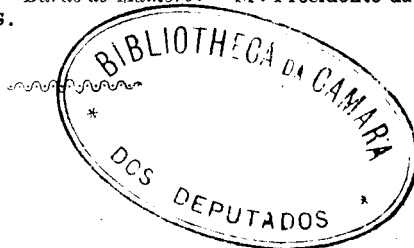
## N. 117 — EM 6 DE NOVEMBRO DE 1886

Quando ha mais de um termo sob a jurisdicção de um só Juiz Municipal, a este compete expedir os editaes e receber as petições para o preparo do alistamento eleitoral de todos os termos.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 6 de Novembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Haja V. Ex. de fazer constar ao Juiz Municipal do termo de Alfenas, em resposta á consulta que dirigiu a essa Presidencia e foi submettida ao Governo por officio de 25 do mez findo, que, á vista dos arts. 19, 27 e 28 do Decreto n. 8213 de 13 de Agosto de 1881, ao mesmo Juiz, e não aos seus supplentes nos termos annexos de Santo Antonio do Machado e Carmo do Rio Claro, compete expedir os editaes e receber as petições para o preparo do alistamento eleitoral de todos os referidos termos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



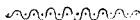
## N. 118 — EM 9 DE NOVEMBRO DE 1886

Sobre a remessa das provas escriptas e do parecer sobre a prova pratica dos candidatos que houverem comparecido a concurso nas Faculdades de Medicina.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 9 de Novembro de 1886.

Devendo, pelo art. 271 dos Estatutos das Faculdades de Medicina, ao qual se refere a ultima parte do art. 277, relativa á proposta para a nomeação de adjuntos, ser presentes ao Governo as provas escriptas e o parecer da commissão sobre as provas practicas de todos os candidatos que houverem comparecido a concurso, haja V. S. de providenciar além de que se envie á Secretaria de Estado do Ministerio a meu cargo os indicados documentos que deixaram de acompanhar a proposta recebida na mesma Secretaria com a data de 29 de Setembro findo.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.



## N. 119 — EM 10 DE NOVEMBRO DE 1886

Declara que o Aviso de 16 de Dezembro de 1885 firmou a regra que se deve seguir na Escola Polytechnica sobre a dispensa de pagamento de taxa para exames complementares de materias em que estudantes matriculados em outros cursos superiores hajam obtido approvação.

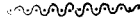
Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 10 de Novembro de 1886.

Em officio de 3 do corrente mez expõe V. S. que varios estudantes, prevalecendo-se da doutrina do Aviso de 16 de Dezembro de 1885, pedem ser admittidos ahí a exame complementar de noções de mineralogia, botanica e zoologia, independentemente de pagamento de taxa, e, porque não se julga autorizado a tornar extensivo a este caso o que se decidiu quanto aos exames de optica e acustica, consulta como deve proceder.

Em resposta declaro a V. S. que o citado aviso, segundo o qual estão dispensados de pagar taxa os estudantes que, matriculados em outros cursos superiores, hajam obtido approvação em qualquer materia de que nesse estabelecimento apenas se exija

exame complementar, firmou a regra que cumpre seguir, pelo que em sua conformidade cabe a V. S. resolver sobre o pedido a que se refere.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Escola Polytechnica.



N. 120 — EM 16 DE NOVEMBRO DE 1886

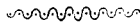
Sobre o ingresso dos estudantes nos laboratorios das Faculdades de Medicina e a época em que devem executar-se alli os trabalhos.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 16 de Novembro de 1886.

A' vista do que preceitua o art. 392 dos Estatutos das Faculdades de Medicina, annexos ao Decreto n. 9311 de 25 de Outubro de 1884, nesta data indefiro, de accôrdo com a informação por V. S. prestada em officio de 8 do corrente mez, o requerimento em que o estudante Alfredo Francisco Lopes, o qual, tendo requerido á Directoria desse estabelecimento, no ultimo dia do prazo marcado para entrega dos trabalhos de que depende a inscripção de exame, licença para frequentar os laboratorios, pede agora que o Ministerio a meu cargo mande passar o unico attestado que lhe falta das preparações de chimica organica e inscrevel-o afim de repetir o exame das materias da 2ª serie do curso pharmaceutico, nas quaes foi reprovado em 1885.

E porque no dito officio se confirma a allegação, feita pelo supplicante naquelle requerimento, datado de 4 deste mez, de que já se achava de posse do attestado relativo ás preparações de botanica, chamo a attenção de V. S. para as disposições dos arts. 361, 362 e 392, que regulam o ingresso nos laboratorios e a época em que devem executar-se alli os trabalhos, cuja apresentação se verificará até 30 de Setembro, afim de que, estritamente observadas as indicadas disposições, na conformidade dos Avisos de 5 de Outubro ultimo, possa produzir o ensino pratico resultados que correspondam aos intuitos da nova organização dada ás mesmas Faculdades.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director interino da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.



## N. 121 — EM 19 DE NOVEMBRO DE 1886

Sobre o restabelecimento do serviço de exames geraes de preparatorios nas Provincias do Rio Grande do Norte e de Sergipe.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 19 de Novembro de 1886.

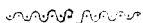
Hlm. e Exm. Sr. — Por Aviso de 4 de Fevereiro do corrente anno determinei que fossem suspensos os exames geraes de preparatorios, que se faziam nessa Provincia, attentos os graves abusos que nelles se commettiam.

Alteradas pelo Decreto n. 9647 de 2 de Outubro ultimo as disposições por que se regiam os exames geraes, resolvi cessasse tal suspensão, confiando na fiel observancia das novas providencias tendentes a debellar as causas principaes da anarchia que se notava naquelle serviço e que particularmente ali deturpavam a instituição creada pelo Decreto n. 5429 de 1873, com o fim de facilitar a carreira litteraria e scientifica aos habitantes das Provincias onde não ha Faculdades e de concorrer para o desenvolvimento do ensino secundario.

Tendo expedido a V. Ex. o Aviso de 14 do dito mez de Outubro que contém instrucções para execução do recente Decreto n. 9647, espero que V. Ex. não poupe esforços no intuito de conseguir, mediante a sua severa inspecção, que o restabelecimento do serviço de exames corresponda ao pensamento que o Governo teve em vista.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.

Expediu-se identico aviso ao Presidente da provincia de Sergipe.



## N. 122 — EM 19 DE NOVEMBRO DE 1886

Sobre a apresentação das preparacões de que depende a admissão a exame nas Faculdades de Medicina.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 19 de Novembro de 1886.

Com officio de 9 do corrente mez transmittiu-me V. S. favoravelmente informado, o requerimento em que Antonio Francisco Ildefonso Emerenciano allega haver frequentado os laboratorios dessa Faculdade e pede ser admittido a prestar exame das ma-



terias da 5ª serie, effectuando agora o pagamento da taxa de inscripção, o que não pôde realizar na época propria.

Visto estar demonstrado, pela certidão que o peticionario exhibiu, que, por haver requerido permissão, afim de frequentar os laboratorios no dia 30 de Setembro, em que termina o prazo marcado nos Estatutos de 25 de Outubro de 1884 para verificar-se a entrega das preparações, não fez alli durante o anno lectivo os exercicios praticos a que, na conformidade dos arts. 363 a 368, se acham obrigados os alumnos e estudantes não matriculados, e no decurso dos quaes devem executar, nos termos do art. 392, obtida quanto aos ultimos com a necessaria antecedencia a licença de que trata o art. 362, as preparações de que depende a admissão a exame, indefiro o mencionado requerimento e reitero a recommendação feita a V. S. em Aviso de 5 de Outubro findo, para que, empregada a mais severa fiscalisação na observancia do citado art. 392, entendido de accôrdo com as disposições que determinam a época e regulam o modo por que deve ser adquirida a instrução pratica, se preencham os fins da nova organização dada ás Faculdades de Medicina.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Mamoré*.—Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.



#### N. 123 — EM 19 DE NOVEMBRO DE 1886

As theses para doutoramento ~~de~~tem ser defendidas nas Faculdades a que tenham sido apresentadas.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 19 de Novembro de 1886.

Devendo, em virtude do disposto no tit. II, cap. V, secção 1ª dos Estatutos de 25 de Outubro de 1884, observar-se na composição e impressão de theses o programma e as disposições adoptadas pela Faculdade a que são presentes, e a acceitação dos trabalhos ser decidida por commissão que a mesma Faculdade nomeie, sómente esta, representada por Lentes de sua escolha, tem competencia para proferir o julgamento final, effectuada perante ella a defesa, pelo que as theses devem ser defendidas no estabelecimento a que tenham sido apresentadas.

Fica assim resolvida a consulta constante do officio de V. S. de 3 do corrente mez.

Deus Guarde a V. S.—*Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.



## ♦ N. 121 — EM 19 DE NOVEMBRO DE 1886.

Sobre a suspensão de garantias de irmão de uma corporação religiosa,  
e sobre eliminação na lista dos irmãos.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 19 de Novembro de 1886.

Illm. e Exm. Sr. — A vista das informações que prestou a mesa administrativa da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da capital dessa Provincia ao Juiz Provedor de Capellas e Resíduos, explicando os fundamentos da deliberação, que a respectiva Junta tomára, de suspender por tres annos ao Barão de Pereira da Motta as garantias de irmão, menos as espirituaes, informações que acompanharam o requerimento no qual o mesmo Barão reclamou perante o Governo Imperial contra aquella deliberação, e que essa Presidencia remetteu com officio de 7 de Outubro ultimo, declaro a V. Ex., para os devidos effeitos, que, quanto ao dito requerimento, não ha que deferir.

Constando, porém, dos papéis que a referida Junta adoptou um acórdão em que se commina a pena de eliminação da lista dos irmãos aos que praticarem actos analogos ao que deu logar á suspensão do reclamante, convém que se faça certo á Ordem Terceira que qualquer deliberação no sentido de se alterarem disposições de seu compromisso, ou accrescentarem-se-lhe novas, não pôde ter vigor sem a approvação dessa Presidencia, a qual ouvirá o Prelado diocesano, quando julgar indispensavel.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

*Assinatura*

## N. 125 — EM 24 DE NOVEMBRO DE 1886

Recommenda a observancia do Aviso Circular n. 108 de 4 de Março de 1865 em relação aos Lentes e Professores que houverem completado 25 annos de effectivo exercicio no magisterio.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Circular. — Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1886.

Illm. e Exm. Sr. — Chamo a attenção de V. Ex., na parte que lhe compete, para a recommendação feita em Aviso Circular n. 108 de 4 de Março de 1865, no sentido de que, logo que os Lentes e Professores dos estabelecimentos de instrucção houverem completado 25 annos de effectivo exercicio no magisterio, assim

se faça constar ao Governo com as informações necessárias, afim de se resolver o que melhor convier a bem do serviço publico, intimando-se-lhes na mesma occasião que requeiram licença para continuar no exercicio dos seus logares, no caso de não preferirem ser jubilados.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr....



N. 126 — EM 25 DE NOVEMBRO DE 1886

Contém, além de decisões relativas á nullidade das preparações feitas nos laboratorios das Faculdades de Medicina e á frequencia de estudantes nas aulas sem pagamento da metade da taxa, a de que se applica sômente á matricula nas mesmas Faculdades a autorisação de que trata o Decreto Legislativo n. 1195 de 13 de Abril de 1864.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 25 de Novembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Acerca do requerimento datado de 4 do corrente mez, em que Fernando Theophanes do Rego Barroca pediu ser admittido a exame das materias da 2ª serie do curso medico dessa Faculdade, informou a respectiva Directoria em officios de 6 e 11:

Que o requerente, inhabilitado a 4 de Junho findo no exame para o qual em 1883 deixara de inscrever-se, e a que fôí sujeito, havendo exhibido opportunamente os attestados das preparações apresentadas no dito anno, continuou a ter ingresso nos laboratorios, visto que a reprovação não determina a perda do direito, adquirido mediante o pagamento da taxa, de continuar o estudante a refrequentar até o fim do anno lectivo as aulas theoricas e praticas ;

Que, tendo concluido outras preparações no prazo legal, não obteve entretanto desde logo o mesmo estudante os necessarios attestados, por se haver então verificado que não solicitara em tempo novo cartão de ingresso nos laboratorios, a cujos trabalhos fôra aliás admittido no presupposto de que estivessem preenchidas todas as exigencias regulamentares ;

Que, havendo pago de novo a taxa integral e já estando de posse dos attestados, foi inscripto o estudante de quem se trata, por achar-se comprehendido na deliberação tomada pela Congregação em 3 do corrente mez, na conformidade do Decreto legislativo n. 1195 de 13 de Abril de 1864, relativamente aos candidatos que na época legal se não inscrevem para exame em virtude de motivos extraordinarios e independentes da sua vontade.

Attendendo a que o peticionario, comquanto não satisfizesse uma das prescripções exigidas para a frequencia dos laboratorios, não só preencheu as que concernem á effectividade dos estudos, mas tambem pagou integralmente a taxa antes do encerramento da inscripção, approvo o acto pelo qual foi a esta admittido o dito estudante.

Considerando a informação que essa Directoria prestou a respeito da validade, para o exame realizado a 4 de Junho, das preparações exhibidas em 1885, outrossim sobre o direito que, quanto á frequencia das aulas theoricas e praticas, ella attribue aos estudantes reprovados no decurso do anno lectivo e sobre a deliberação tomada pela Congregação, declaro a V. Ex.:

1.º Que, á vista do art. 392 dos Estatutos que exige para a inscripção que as preparações tenham sido feitas no anno lectivo correspondente áquelle em que o estudante houver cursado as aulas das materias sobre que deva versar o exame, da falta da mesma inscripção, como bem entende essa Directoria, não resulta a nullidade das preparações, a qual, em face do disposto no art. 394, sómente se verifica nos casos em que, nos termos do art. 5º do Decreto n. 9515 de 31 de Outubro de 1883, é annullada a prova pratica;

2.º Que não deve prevalecer a praxe de continuarem os estudantes inhabilitados no decurso do anno lectivo a frequentar as aulas theoricas e praticas sem o pagamento de metade da taxa, vindo esta a ser integralmente satisfeita ao tratar-se da inscripção para exame, porquanto, além de não harmonizar-se com o disposto no art. 362, que a taes estudantes é applicavel, de facto ella não aproveitará sinão aos reprovados que, continuando a frequentar as aulas e a utilizar-se do material technico, deixarem de requerer inscripção de exame;

3.º Finalmente, que o Decreto legislativo n. 4195 de 13 de Abril de 1864, que autorisa as Congregações das Faculdades do Imperio a admittir a matricula, fóra do prazo marcado pelos Estatutos, contanto que em qualquer das aulas da serie respectiva não tenha havido 40 preleções, os estudantes que próvem impossibilidade proveniente de motivos extraordinarios e alheios á sua vontade, e que está consolidado no art. 371 da secção 1ª, capitulo III, titulo II, em que se compendiam as regras concernentes á matricula, nos casos médios applica-se sómente a esta, accrescendo que o art. 403, pelo qual se mandam observar, no que fór applicavel ás inscripções de exames, varias disposições relativas a mesma matricula, excluiu a do citado art. 371.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

## N. 127 — EM 27 DE NOVEMBRO DE 1886

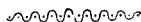
Não deve prevalecer no regimen do Decreto n. 9647 de 2 de Outubro do corrente anno a pratica de instituirem-se nas Faculdades de Direito mesas especiaes de exames de preparatorios no fim do anno ou no mez de Março.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 27 de Novembro de 1886.

Declaro a V. S. para os devidos effeitos, em resposta ao seu officio de 22 do corrente, que resolvi permittir que o estudante Pedro Domingues Fernandes Godinho, approvado nas materias a que se referem os documentos juntos, os quaes acompanharam o requerimento que V. S. me enviou com o dito officio, seja admittido a inscrever-se para poder prestar nessa Faculdade o exame de geometria.

Quanto á pratica de instituirem-se mesas especiaes de exames de preparatorios no fim do anno ou no mez de Março, não deve prevalecer no regimen do Decreto n. 9647 de 2 de Outubro findo, visto prescrever o mesmo decreto que se proceda aos exames em uma só época, conforme foi explicado pelo Aviso de 14 também de Outubro.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr.ª Director da Faculdade de Direito de S. Paulo.



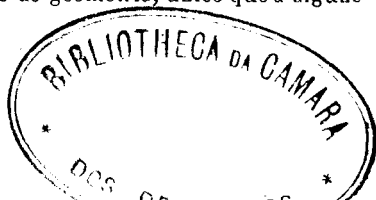
## N. 128 — EM 29 DE NOVEMBRO DE 1886

Providencia sobre a substituição dos Reitores e Vice-Reitores do Imperial Collegio de Pedro II nas comissões julgadoras dos exames geraes de preparatorios:

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 29 de Novembro de 1886.

Tenho presente o officio em que, em cumprimento do meu Aviso de 23 do corrente mez, Vm. presta informações sobre o que se contém no artigo editorial d'O Paiz daquelle dia acerca do serviço de exames de preparatorios a que se está procedendo perante essa Inspectoria.

A' vista do que expõe, fico sciente de que por já haverem sido approvados em annos anteriores em exames de arithmetica candidatos inscriptos agora para os de geometria, unico que a alguns



delles falta para poderem matricular-se nos cursos superiores ou de que dependem os demais que outros têm de prestar, a chamada para os ultimos precedeu a dos primeiros dos referidos exames, os quaes começaram logo que se concluíam os de portuguez.

Quanto ao andamento daquelle serviço no período em que houverem de realizar-se os exames do Imperial Collegio de Pedro II, declaro a Vm. que, de accordo com o que informou, o autoriso a chamar, para substituir os Reitores e Vice-Reitores do mesmo Collegio, nos dias em que se acharem occupados nos alludidos trabalhos, pessoas nas condições do art. 4º do Decreto n. 8973 de 14 de Julho de 1883.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Inspector Geral da Instrucção primaria e secundaria do município da Corte.

*Ass. do P.º de S.º*

#### N. 129 — EM 3 DE DEZEMBRO DE 1886

Sobre nullidade de exame cuja prova escripta foi julgada pela respectiva commissão da Faculdade de Medicina da Bahia.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 3 de Dezembro de 1886.

Com officio de 19 de Novembro ultimo V. S. devolveu-me informado o requerimento em que o alumno da 5ª serie dessa Faculdade Flavio de Souza Mendes, representando contra irregularidades do acto pelo qual foi considerado incurso no art. 432 dos Estatutos e reprovado, pede se providencie para que possa completar o exame oral perante a mesma commissão que julgou as provas anteriores.

Da informação por V. S. prestada consta que não se observou estritamente o citado artigo, em cuja conformidade deve desde logo considerar-se reprovado pela commissão examinadora o estudante que, na occasião de fazer as provas escriptas, é sorprendido em consulta de livros ou apontamentos.

Com effeito, o peticionario, arguido por um dos adjuntos que fiscalisavam os trabalhos de infringir o disposto no art. 430, que veda ao examinando levar consigo subsidios para a composição das provas, não só concluiu as das materias da serie a que pertence, que foram julgadas pela commissão examinadora, da qual o adjunto é simples auxiliar na indicada fiscalisação, mas tambem no dia seguinte foi admittido a exame oral, que, ao ter conhecimento da occurrencia da vespera, V. S. mandou suspender.

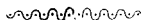
Comquanto o facto que deu lugar á advertencia do adjunto não deya ficar impune, é todavia certo que, além de ter-se

tornado excepcionalmente necessaria a intervenção da Directoria da Faculdade, a inopportuna applicação da pena produziu effeitos de que os Estatutos não cogitaram, invalidando tambem uma das provas oraes que realizára o supplicante, préviamente cumprida a condição legal do julgamento do exame escripto.

A' vista do exposto, resolvi que, neste caso especial, annullada unicamente a prova que occasionou o incidente de que se trata, a qual, segundo allega o alumno Flavio de Souza Mendes, versou sobre ponto de obstetricia, seja elle admittido perante a mesma commissão a fazer nova composição escripta, que substitua a que se acha viciada, e depois a concluir o exame oral, o que, para os fins convenientes, declaro a V. S.

Tomando conhecimento do que V. S. informa a respeito das occurrencias que perturbaram o processo do exame escripto, recommendo-lhe providencie para que se observe rigorosamente o citado art. 432, de modo que se colham as provas do delicto sempre que for possível, e as commissões examinadoras tenham logo sciencia dos factos que reclamem sua deliberação; outrossim para que se communiquem immediatamente á autoridade competente, nos termos do art. 534, as infracções dos preceitos que regulam a disciplina academica, afim de que contra os culpados se proceda de accôrdo com as disposições vigentes.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.



#### N. 130 — EM 4 DE DEZEMBRO DE 1886

Indefere o requerimento de um estudante da Faculdade de Medicina da Bahia que não frequentou os laboratorios durante o anno lectivo, nem apresentou preparações.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 4 de Dezembro de 1886.

A' vista do que V. S. informou em officio de 22 de Novembro ultimo, declaro-lhe, para o fazer constar ao interessado, que, de accôrdo com o disposto nos arts. 362, 372, 384, 390, 392, 402 e 562 dos Estatutos das Faculdades de Medicina annexos ao Decreto n. 9311 de 25 de Outubro de 1884, bem assim com os Avisos de 5 e 22 de Outubro e 16, 19 e 25 do citado mez de Novembro, dirigidos ás Directorias das mesmas Faculdades, indeferi o requerimento em que Francisco de Paula Marques de Oliveira pede que seu filho Euzebio de Athayde Marques de Oliveira, o qual não solicitou este anno licença para frequentar os laboratorios desse

estabelecimento, nem apresentou as preparações, seja admittido a pagar agora a taxa integral afim de que, exhibidos no começo do proximo anno lectivo aquelles trabalhos, possa prestar exame extraordinario das materias da 1ª serie do curso medico indepen-  
dentemente dos preparatorios accrescidos.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.



### N. 131 — EM 4 DE DEZEMBRO DE 1886

Sobre a prorrogação do prazo para defesa de theses nas Faculdades de  
Medicina.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 4 de Dezembro de 1886.

Com officio de 24 de Novembro ultimo enviou-me V. S. informado o requerimento em que José Cactano da Silva Campolina Junior pede ser admittido na presenté época de exames a defesa das theses cujo manuscrito não entregou no tempo proprio.

A' vista do art. 455 dos Estatutos, o qual determina que se adie aquelle acto para o mez de Março quando por motivo justificado não fôr o trabalho exhibido em original até ao fim de Agosto, não é possivel espacar de novo o prazo alli estabelecido, e já prorogado por trinta dias como medida extraordinaria, ficando ao supplicante o recurso de dirigir-se á Congregação dessa Faculdade para que, no exercicio de suas attribuições, resolva sobre o adiamento em conformidade do disposto no mesmo artigo: o que declaro a V. S. afim de o fazer constar ao interessado.

Deus Guarde a V. S. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina da Bahia.





## N. 132 — EM 4 DE DEZEMBRO DE 1886

Sobre a inclusão de funcionarios interinos nas folhas de pagamento.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2ª Directoria. — Rio de Janeiro em 4 de Dezembro de 1886.

Dividindo-se em ordenado e gratificação, nas folhas do pessoal dessa Escola, o vencimento dos Professores e substitutos interinos, a cujas faltas applicam-se entretanto as disposições que regulam o desconto a que ficam elles sujeitos pelo não comparecimento, chamo a attenção de Vm. para aquella pratica que se não conforma com o principio de que a taes funcionarios cabe pelo exercicio dos empregos, que servem provisoriamente, uma gratificação correspondente ao vencimento respectivo.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Escola Normal da Côrte.



## N. 133 — EM 6 DE DEZEMBRO DE 1886

Sobre a infracção da disciplina em collegio particular.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — Gabinete. — Rio de Janeiro em 6 de Dezembro de 1886.

Pelo officio que Vm. me dirigiu em 29 do mez proximo findo e informações que o acompanharam, evidencia-se que o Bacharel Joaquim Abilio Borges, director do Collegio Abilio, estabelecido nesta capital, infringiu a disposição do art. 72 do Decreto n. 1331 A, de 17 de Fevereiro de 1854, combinado com o art. 67 do Regimento de 6 de Novembro de 1883, applicando castigo corporal a um dos alumnos do mesmo collegio, e ficando assim sujeito á sanção penal do art. 115 do referido decreto. E como aquellas disposições são extensivas aos estabelecimentos particulares de instrucção primaria e secundaria, em virtude do Decreto n. 3391 de 10 de Setembro de 1873, compete a Vm. proceder nos termos do art. 116 do primeiro daquelles decretos, applicando-se a pena que no caso couber.

Constando-me, outrossim, que identica infracção da legislação vigente se tem praticado em outros collegios desta cidade, recomendo a Vm. que, procedendo á necessaria syndicancia, traga ao conhecimento deste Ministerio o resultado que colher.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Inspector Geral da Instrucção primaria e secundaria do municipio da Côrte.



## N. 134 — EM 10 DE DEZEMBRO DE 1886

Declara que é inadmissível que um Lente cathedratico accumule dous exercicios no caso de haver substituto desimpedido nas Faculdades de Direito; e que, não estando abertas as aulas, nenhuma designação tem de ser feita para a regencia de cadeira; finalmente que no dia do encerramento dos trabalhos deve cessar o abono de gratificação relativa ao exercicio cumulativo de quaesquer logares cujas funcções sejam interrompidas pela superveniencia das férias.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 10 de Dezembro de 1886.

Em officio de 22 de Novembro tendo consulta V. S., em virtude do que resolveu a Congregação dessa Faculdade, por proposta de um de seus Lentes, approvada em sessão de 30 do mez antecedente, si, não obstante estarem em disponibilidade os substitutos Drs. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos e Augusto Carlos Vaz de Oliveira, pôde o Dr. José Joaquim Seabra accumular, com vencimento, não só no periodo dos exames, mas tambem no das férias, o exercicio de Lente da cadeira de direito ecclesiastico, para a qual fora nomeado, na qualidade de substituto mais antigo, por Decreto de 23 de Setembro ultimo, e de Lente da cadeira de direito constitucional, que durante o anno lectivo regeu, no impedimento do proprietario, ou si, designado de preferencia para esta, apezar de estarem encerradas as aulas, o Dr. Vaz de Oliveira, em razão de ter leccionado a primeira daquellas materias e por isso fazer parte da mesa examinadora dos alumnos do 2º anno, deve continuar a ser-lhe pago o vencimento de cathedratico.

Resolvendo a consulta, declaro a V. S.:

1.º Que, na conformidade do art. 22 dos Estatutos de 28 de Abril de 1854 e do Aviso n. 272 de 10 de Julho de 1877, applicaveis a quaesquer funcções que ao pessoal docente das Faculdades caiba desempenhar, é inadmissível que um Lente cathedratico accumule dous exercicios, no caso de haver substituto desimpedido, pelo que, a contar de 30 de Outubro, em que o Dr. José Joaquim Seabra tomou posse da cadeira de direito ecclesiastico, cessa o vencimento que percebia como Lente interino de direito constitucional;

2.º Que para a regencia da segunda cadeira nenhuma designação tem de ser feita, visto não estarem abertas as aulas e dever o substituto continuar a funcionar na commissão sem augmento de vencimento;

3.º Finalmente, que deve cessar no dia do encerramento dos trabalhos da Faculdade o abono de gratificação relativa ao exercicio cumulativo de quaesquer logares, cujas funcções sejam interrompidas pela superveniencia das férias.

A' vista desta resolução, não póde ser deferido o requerimento incluso, que o Dr. Seabra dirigiu a V. S. e acompanhou o citado officio.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Director interino da Faculdade de Direito do Recife.



N. 133 — EM 15 DE DEZEMBRO DE 1886

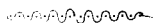
Não tem direito á congrua o Vigario encomendado que não apresentou em tempo a respectiva provisão.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 15 de Dezembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Verificando-se da informação prestada pela Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, em officio n. 42 de 9 de Outubro ultimo, dirigido ao Ministerio dos Negocios da Fazenda, que o Padre José Hermínio da Silveira Borges, Vigario encomendado da freguezia do Natal, por não haver apresentado, em tempo, a respectiva provisão, na conformidade do Aviso n. 264 de 24 de Agosto de 1867, não tem direito á congrua no periodo comprehendido entre o 1º de Janeiro de 1880 e 30 de Junho de 1881, assim o declaro a V. Ex., em additamento ao meu Aviso de 16 de Agosto proximo passado e afim de o fazer constar ao referido sacerdote.

Quanto ao pagamento da congrua relativa ao periodo decorrido do 1º de Janeiro a 30 de Junho de 1882 em que o Padre José Hermínio da Silveira Borges serviu como Vigario encomendado da freguezia de Papary, convem que V. Ex. me informe si o mesmo sacerdote apresentou, em tempo, a respectiva provisão.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.



N. 136 — EM 18 DE DEZEMBRO DE 1886

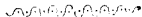
Declara que o exame preparatorio de geographia deve continuar a ser feito sem separação do de cosmographia.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 18 de Dezembro de 1886.

Em referencia ao officio de Vm. de 17 de Novembro ultimo, em que prestou informações sobre o pedido de providencia para que se proceda perante essa Inspectoria, separadamente do de

cosmographia, ao exame de geographia, de modo que possam ser admittidos a este os estudantes que ainda não se tiverem mostrado habilitados em geometria, declaro-lhe que o exame preparatorio de que se trata deve continuar a ser feito, sem a indicada separação, na conformidade do art. 1.<sup>o</sup>, § 6.<sup>o</sup>, do Decreto n. 9647 de 2 de Outubro do corrente anno.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria do municipio da Côrte.



### N. 137 — EM 24 DE DEZEMBRO DE 1886

Sobre vantagens inherentes ao serviço cumulativo dos logares do magisterio nas Faculdades de Medicina depois de findo o anno lectivo.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 2.<sup>a</sup> Directoria. — Rio de Janeiro em 24 de Dezembro de 1886.

Hlm. e Exm. Sr. — Accusando o recebimento do officio de 30 de Novembro ultimo, com o qual V. Ex. enviou a folha, relativa ao citado mez, dos vencimentos do pessoal dessa Faculdade, declaro-lhe para os devidos effeitos:

1.<sup>o</sup> Que aos Lentes de physica, de botanica e de pharmacologia, incumbidos extraordinariamente, na conformidade do Aviso de 25 de Fevereiro do corrente anno, de desempenhar as funções de adjuntos ás suas cadeiras, não se póde pagar, á vista das disposições vigentes, a gratificação adicional arbitrada pelo serviço cumulativo, desde que, concluidos os exames escriptos dos alumnos das series respectivas, cujas provas auxiliam a fiscalisar nos termos do art. 431 dos Estatutos de 25 de Outubro de 1884, cessa o mesmo serviço até a data da reabertura das aulas;

2.<sup>o</sup> Que ao primeiro daquelles Lentes, encarregado tambem de reger cumulativamente a cadeira de chimica mineral, compete, porém, enquanto subsistir a designação, a vantagem que durante o anno lectivo perceber, porque, considerados os preceitos dos arts. 116, n. 3, e 189, 3.<sup>a</sup> parte, dos referidos Estatutos, o encerramento das aulas e a terminação dos exames não interrompem as funções que, em virtude do art. 13, tenha elle de exercer na qualidade de Director, que é provisoriamente, do laboratorio ligado á dita cadeira.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.



N. 438 — EM 27 DE DEZEMBRO DE 1886

A's Camaras Municipaes, como apuradoras de eleições, applica-se o disposto no Decreto n. 8308 de 17 de Novembro de 1881.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 1ª Directoria.— Rio de Janeiro em 27 de Dezembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Tendo em consideração o que expôz essa Presidencia, em officio n. 49 de 27 do mez proximo passado, sobre o procedimento da Camara Municipal de Itabira, que, na apuração da eleição de Vereadores, deixou de contemplar os votos de cinco parochias do municipio sob o fundamento de que as respectivas mesas eleitoraes não foram regularmente organizadas, cabe-me declarar a V. Ex., para os devidos effeitos:

Que a dita Camara deve proceder á apuração geral do primeiro escrutinio dessa eleição, observando o disposto no Decreto n. 8308 de 17 de Novembro de 1881, inteiramente applicavel ás Camaras Municipaes como apuradoras de eleições, visto que esse decreto, fixando a intelligencia do art. 177 do Regulamento eleitoral, *ipso facto* o fez tambem quanto á do art. 159, em cujos termos procedem aquellas corporações á apuração geral de votos na eleição de Senador, e tambem na de Vereadores, *ex vi* do art. 198 ;

Que, no caso de não ficarem eleitos tantos cidadãos quantos são os Vereadores da mesma Camara, cumpre que se proceda a segundo escrutinio ; e só depois da apuração deste, ou final, começará a correr o prazo da competencia do Poder Judicial para conhecer de qualquer reclamação contra a eleição ou a apuração, tudo nos termos dos arts. 199 e 216 e seu § 1º do citado regulamento ;

Que, não sendo possivel, á vista do que occorre, a posse dos novos Vereadores no dia 7 de Janeiro de 1887, cumpre que, na conformidade do art. 231 do referido regulamento, continuem a servir os actuaes Vereadores até que os novos entrem em exercicio.

Deus Guarde a V. Ex.— Barão de Mamoré.— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



## N. 139 — EM 28 DE DEZEMBRO DE 1886

Sobre a época dos exames geraes de preparatorios nas Provincias.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 28 de Dezembro de 1886.

Illm. e Exm. Sr.—Pelo officio de V. Ex. de 4 do corrente, fico sciante que, por terem chegado ao seu conhecimento em meiado de Novembro os actos que o Governo expediu em Outubro ultimo relativamente ao serviço de exames geraes de preparatorios, deliberou V. Ex. que nessa Provincia se proceda durante o mez corrente a taes exames, os quaes serão válidos para a matricula nos cursos superiores do Imperio.

Constando do dito officio que encerram-se a 10 de Dezembro as aulas do Lyceô da mesma Provincia, lembro a V. Ex. a conveniencia de determinar-se ali o tempo das aulas publicas de instrucção secundaria de accordo com o Decreto n. 9647, de modo que no mez de Novembro possam effectuar-se os exames geraes de preparatorios sem prejuizo dos estudos naquelle estabelecimento e sem que a formação das commissões julgadoras com o respectivo pessoal docente seja difficultada pela circumstancia de estar elle impedido em trabalhos lectivos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Mamoré*.— Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.

*Publicado no Officio*

## N. 140 — EM 29 DE DEZEMBRO DE 1886

Sobre providencia tendente a evitar o transtorno de se conservarem na

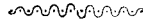
Côrte, á espera de occasião para fazerem exames geraes de preparatorios, estudantes que residem em outros logares.

Ministerio dos Negocios do Imperio.— 2ª Directoria.— Rio de Janeiro em 29 de Dezembro de 1886.

Em vista da publicação inserta na parte editorial do *Jornal do Commercio* de hoje sobre o serviço das chamadas dos candidatos inscriptos afim de prestar exames geraes de preparatorios, autoriso Vm. a adoptar o alvitro de mandar proceder ás mesmas chamadas com alguns dias de antecedencia, alli indicado no intuito de evitar o transtorno de conservarem-se nesta Côrte, á espera de occasião para fazerem os exames, muitos estudantes que

assim poderiam aguardar a sua vez nos logares onde residem, ou qualquer outra medida que, como aquella, não contrarie as disposições vigentes e concilie as exigencias do serviço com o interesse particular.

Deus Guarde a Vm. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria do municipio da Côrte.



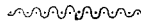
N. 141 — EM 29 DE DEZEMBRO DE 1886

Antes de feita a apuração do 2º escrutinio, não podem tomar posse os Vereadores eleitos no 1.º

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 1ª Directoria. — Rio de Janeiro em 29 de Dezembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Pelo officio n. 9 de 18 do corrente mez, ficou o Governo inteirado de ter essa Presidencia resolvido em sentido negativo a seguinte consulta, que lhe dirigiu o Vice-Presidente em exercicio da Camara Municipal da cidade de Itapericica: — Si devia dar posse aos cinco Vereadores eleitos em primeiro escrutinio para a Camara do proximo quadriennio, não estando feita a apuração de votos do segundo escrutinio, a que se procedeu para o preenchimento de quatro logares vagos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



# INDICE DAS DECISÕES

## MINISTERIO DA JUSTIÇA

|                                                                                                                                                                                                         | PAGS. |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 1 — Em 8 de Janeiro de 1886. — E' desnecessaria a formalidade do visto do Chefe de Policia nos attestados de exercicio passados pelos seus Delegados.....                                            | 1     |
| N. 2 — Em 29 de Janeiro de 1886. — Emolumentos que cabem aos Officiaes do Registro Geral de Hypothecas e qual o valor que regula a inscripção hypothecaria em beneficio de menores.....                 | 1     |
| N. 3 — Em 4 de Fevereiro de 1886. — Sobre audiencias de Juizes de Paz.....                                                                                                                              | 2     |
| N. 4 — Em 11 de Fevereiro de 1886. — Por suspeição do Juiz Municipal e de todos os seus supplentes deve o feito prosseguir perante os Juizes do termo mais vizinho.....                                 | 2     |
| N. 5 — Em 12 de Fevereiro de 1886. — Firma a intelligencia do art. 12, § 1º, da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro, e art. 89, § 1º, do Decreto n. 8213 de 13 de Agosto de 1881.....                           | 3     |
| N. 6 — Em 22 de Fevereiro de 1886. — As Juntas Commerciaes carecem de competencia para denegar o registro de estatutos e contratos que não offendam os interesses da ordem publica e bons costumes..... | 5     |
| N. 7 — Em 24 de Fevereiro de 1886. — A competencia das Inspectorias Commerciaes para concessão de registro às embarcações é restricta ao districto da Provincia.....                                    | 5     |
| N. 8 — Em 27 de Fevereiro de 1886. — Pagamento de impostos do producto das arrecadações de espolios que forem entregues aos Consulados estrangeiros.....                                                | 6     |
| N. 9 — Em 27 de Fevereiro de 1886. — Dissolve a commissão nomeada para organização do Codigo Civil.....                                                                                                 | 6     |
| N. 10 — Em 5 de Março de 1886. — Podem ser feitas pessoalmente ou por escripto as declarações exigidas no art. 303 do Codigo Criminal.....                                                              | 7     |



|                                                                                                                                                                                                                                                                                       | PAGS. |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 11 — Em 11 de Março de 1886. — As attribuições dos Chefes de Policia occorrendo, por motivo de moeda falsa, o caso do art. 60 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1812, limitam-se ás diligencias do art. 3º Secção 1ª do Regulamento n. 4824 de 22 de Novembro de 1871..... | 7     |
| N. 12 — Em 11 de Março de 1886. — A concessão do <i>habeas corpus</i> não põe termo ao processo nem obsta a qualquer procedimento judicial.....                                                                                                                                       | 8     |
| N. 13 — Em 20 de Março de 1886. — Os Juizes Municipaes e de orphãos não têm competencia para concessão ou denegação de licenças para casamento.....                                                                                                                                   | 9     |
| N. 14 — Em 26 de Março de 1886. — O Solicitador de que trata o art. 82 do Decreto n. 2433 de 15 de Junho de 1859 é o da Fazenda Nacional.....                                                                                                                                         | 9     |
| N. 15 — Em 27 de Março de 1886. — É incompativel o cargo de supplente de Juiz Municipal com o de official encarregado das diligencias de Capitania de portos e escrevente de praticagem das barras.....                                                                               | 10    |
| N. 16 — Em 27 de Março de 1886. — Não cabem custas aos Escrevães de orphãos pelo conhecimento que dão ás partes dos despachos que mandam conferir dotes e proceder ás partilhas.....                                                                                                  | 10    |
| N. 17 — Em 29 de Março de 1886. — Os Juizes de Direito são competentes para resolver duvidas occurrentes sobre registro de hypothecas.....                                                                                                                                            | 11    |
| N. 18 — Em 29 de Março de 1886. — Prevalecem as disposições da Lei n. 1237 de 21 de Setembro de 1869 quanto ao modo da inscripção das hypothecas legaes.....                                                                                                                          | 11    |
| N. 19 — Em 1 de Abril de 1886. — Os Contadores geraes não têm direito ás custas dos processos que correm pelo Juizo dos Feitos da Fazenda, onde são Contadores os respectivos Juizes.....                                                                                             | 12    |
| N. 20 — Em 13 de Abril de 1886. — Devem ser enviadas á Secretaria da Justiça por extracto as sentenças proferidas contra criminosos italianos.....                                                                                                                                    | 13    |
| N. 21 — Em 30 de Abril de 1886. — Subsiste a competencia dos Juizes de orphãos para o provimento temporario do cargo de Curador geral.....                                                                                                                                            | 14    |
| N. 22 — Em 30 de Abril de 1886. — Ao Chefe de Policia interino cabe todo vencimento do cargo, quando está vago o logar — e sómente as respectivas gratificações, quando — havendo effectivo nomeado, está este impedido ou não tem entrado em exercicio.....                          | 14    |
| N. 23 — Em 30 de Abril de 1886. — Sobre o provimento temporario e interino dos cargos de Curador geral dos orphãos, de Promotor de Capellas e Resíduos, e de Contador e Partidor.....                                                                                                 | 15    |
| N. 24 — Em 30 de Abril de 1886. — É da competencia dos Juizes de Direito a concessão ou denegação de licença para casamento de orphãos.....                                                                                                                                           | 16    |

|                                                                                                                                                                                                                        | Pags. |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 25 — Em 4 de Maio de 1886. — Não póde a mulher brasileira casada com estrangeiro ser proprietaria e comparte de navios.....                                                                                         | 16    |
| N. 26 — Em 6 de Maio de 1886. — A preferencia do serviço eleitoral refere-se ás funcções ordinarias dos Juizes, e não ao caso de serem chamados para assumir a jurisdicção de 2ª instancia no Tribunal da Relação..... | 17    |
| N. 27 — Em 6 de Maio de 1886. — Prestam novo juramento os Juizes Municipaes reconduzidos.....                                                                                                                          | 17    |
| N. 28 — Em 8 de Maio de 1886. — E' incompativel o cargo de Procurador da Camara Municipal com o de Curador geral, cujo provimento temporario cabe aos Juizes de orphaes.....                                           | 18    |
| N. 29 — Em 8 de Maio de 1886. — Podem servir conjuntamente o Promotor Publico com o Tabelião seu genro, e o Escrivão de orphaes seu irmão.....                                                                         | 19    |
| N. 30 — Em 13 de Maio de 1886. — O Juiz Municipal, com jurisdicção em toda a comarca, deve ratificar perante o Juiz de Direito o juramento deferido pela Camara Municipal...                                           | 19    |
| N. 31 — Em 18 de Maio de 1886. — O art. 6º, § 1º, do Regulamento n. 4824 de 22 de Novembro de 1871 é applicavel tanto ao que abandona o cargo, como áquelle que presta juramento e não assume o exercicio.....         | 20    |
| N. 32 — Em 21 de Maio de 1886. — Providencia sobre a nova matricula de que trata a Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885.....                                                                                          | 20    |
| N. 33 — Em 28 de Maio de 1886. — Os cadaveres dos condemnados não podem ser sepultados sem o attestado original de medico — que certifique o obito.....                                                                | 22    |
| N. 34 — Em 1 de Junho de 1886. — Fóra os casos de suspeição —, transferem os Juizes de Direito a jurisdicção quando passam a seus substitutos a Presidencia do Jury.....                                               | 22    |
| N. 35 — Em 4 de Junho de 1886. — Como medida excepcional póde-se consentir na entrada de commissões medicas na Casa de Detenção para exame de sanidade nos delentos, considerado indispensavel á causa da Justiça..... | 23    |
| N. 36 — Em 10 de Junho de 1886. — Sobre o archivamento de contratos de dissolução de sociedade.....                                                                                                                    | 23    |
| N. 37 — Em 11 de Junho de 1886. — As cartas rogatorias expedidas para fóra do Imperio devem ser acompanhadas de traducção para a lingua do paiz onde têm de ser cumpridas.....                                         | 24    |
| N. 38 — Em 12 de Junho de 1886. — Sobre a nomeação dos Interpretes commerciaes, e as penas em que incorrem pelos actos praticados contra a lei e regulamentos...                                                       | 25    |
| N. 39 — Em 14 de Junho de 1886. — Ao Juiz de Direito chamado a servir na Relação para julgamento dependente de sorteo cabe jurisdicção plena.....                                                                      | 25    |
| N. 40 — Em 15 de Junho de 1886. — Sobre o archivamento de contrato de prorogação de sociedade, apresentado depois de haver expirado a duração do primitivo.....                                                        | 26    |

|                                                                                                                                                                                                                                    | Pags. |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 41 — Em 15 de Junho de 1886. — Da modelação para a communição reciproca das sentenças penaes entre o Brazil e a Italia.....                                                                                                     | 26    |
| N. 42 — Em 15 de Junho de 1886. — Sobre a recusa da Junta Commercial ao archivamento dos estatutos de Banco —, e da carta imperial autorizando a estabelecer caixas filiaes.....                                                   | 28    |
| N. 43 — Em 19 de Junho de 1886. — Sobre a nomeação interina de Contador e Partidor.....                                                                                                                                            | 28    |
| N. 44 — Em 30 de Junho de 1886. — A inscripção das escripturas de penhor agricola é feita no livro 6º do Regulamento n. 3453 de 26 de Abril de 1886.....                                                                           | 29    |
| N. 45 — Em 2 de Julho de 1886. — Os officiaes do Exercito, empregados no Presidio de Fernando de Noronha, não têm direito a vantagens militares.....                                                                               | 30    |
| N. 46 — Em 2 de Julho de 1886. — Os Fiscos das Camaras Municipaes, como empregados publicos, estão comprehendidos no art. 2º, § 3º, da Lei n. 1090 de 1 de Setembro de 1869.                                                       | 30    |
| N. 47 — Em 7 de Julho de 1886. — Estabelecer as regras que devem ser observadas pelos senhores de escravos que assentarem praça no Corpo Militar da Policia da Corte, quando requeiram indemnização do valor de taes escravos..... | 31    |
| N. 48 — Em 10 de Julho de 1886. — Não podem os Juizes de Direito recusar-se a dar attestado da frequencia, sob o pretexto de não haver o empregado que perante elles serve cumprido os seus deveres.....                           | 31    |
| N. 49 — Em 10 de Julho de 1886. — Os agravos de petição e instrumento e as cartas testemunháveis continuam a ser julgados depois das appellações civeis.....                                                                       | 32    |
| N. 50 — Em 13 de Julho de 1886. — Sobre o exame da lingua portugueza e arithmetica, que prestam os concorrentes ao provimento de officio de Justica.....                                                                           | 33    |
| N. 51 — Em 17 de Julho de 1886. — Sobre a venda dos bens de espólios arrecadados.....                                                                                                                                              | 33    |
| N. 52 — Em 3 de Agosto de 1886. — Sobre a falta do <i>cumpra-se</i> nas licenças.....                                                                                                                                              | 34    |
| N. 53 — Em 17 de Agosto de 1886. — Sobre o caso de impedimento de Juiz de Paz de um districto por molestia, suspensão, ausencia, ou suspeição.....                                                                                 | 35    |
| N. 54 — Em 11 de Setembro de 1886. — Podem os Presidentes de Provincia nomear outro concorrente, quando o primeiro nomeado não aceitar a nomeação provisoria de um officio.....                                                    | 36    |
| N. 55 — Em 11 de Setembro de 1886. — Os condemnados no Fôro Criminal, não sendo escravos, mantêm intacta a capacidade civil, salvo os casos de incapacidade superveniente previstos na lei.....                                    | 36    |
| N. 56 — Em 17 de Setembro de 1886. — São incompativeis o cargo de Juiz Municipal e de orphãos, e o de Lente de geographia e historia do Lyceu.....                                                                                 | 37    |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Pags. |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 57 — Em 20 de Setembro de 1886. — Podem as Juntas Com-<br>merciaes alterar por nova fixação o valor da fiança<br>dos Agentes de leilões.....                                                                                                                                          | 38    |
| N. 58 — Em 5 de Outubro de 1886. — Declara que a autoridade,<br>que nomear peritos para corpos de delicto, pôde constran-<br>gel-os ao cumprimento desse dever.....                                                                                                                      | 38    |
| N. 59 — Em 5 de Outubro de 1886. — Só no caso de absoluta ne-<br>cessidade se deve dar passagens para condução aos<br>presos de justiça.....                                                                                                                                             | 39    |
| N. 60 — Em 12 de Outubro de 1886. — A prohibição de com-<br>merciar é restricta aos Juizes Municipaes, e não se es-<br>tende aos seus supplentes.....                                                                                                                                    | 39    |
| N. 61 — Em 15 de Outubro de 1886. — Sobre a concessão e paga-<br>mento de emolumentos e sello das licenças para casa-<br>mento de menores.....                                                                                                                                           | 40    |
| N. 62 — Em 20 de Outubro de 1886. — Os Commandantes Superi-<br>ores da Guarda Nacional devem passar o Cominando<br>aos seus substitutos quando se ausentarem do districto..                                                                                                              | 41    |
| N. 63 — Em 22 de Outubro de 1886. — Fixa a competencia para<br>instruir e informar as petições de graça nos casos que<br>não forem de pena capital.....                                                                                                                                  | 41    |
| N. 64 — Em 22 de Outubro de 1886. — A parte vencida não pôde<br>ser obrigada a pagar os honorarios a que se compro-<br>metteu por contrato a parte vencedora.....                                                                                                                        | 42    |
| N. 65 — Em 22 de Outubro de 1886. — Sobre as sociedades ano-<br>nymas estrangeiras e o registro dos estatutos das caixas<br>filiaes nas Juntas Commerciaes.....                                                                                                                          | 43    |
| N. 66 — Em 23 de Outubro de 1886. — A suspensão administra-<br>tiva não produz effeito sem a clausula de responsabili-<br>dade.....                                                                                                                                                      | 43    |
| N. 67 — Em 3 de Novembro de 1886. — Os Escrivães de orphãos<br>são obrigados a prestar fiança, por cuja falta incorrem<br>na sancção penal do art. 138 do Codice Criminal.....                                                                                                           | 44    |
| N. 68 — Em 4 de Novembro de 1886. — Cessando a impossi-<br>bilidade, podem voltar ao exercicio das funções os<br>serventuarios de officio de Justiça que obtiveram suc-<br>cessor, e cujos impedimentos por parentesco não compre-<br>hendem os serventuarios de Juizos differentes..... | 45    |
| N. 69 — Em 4 de Novembro de 1886. — Sobre a obrigação, que<br>têm os empregados das visitas de policia dos portos, de<br>inscreverem nas cartas de saude o numero de passageiros<br>com que sahem as embarcações.....                                                                    | 45    |
| N. 70 — Em 4 de Novembro de 1886. — Recommenda a maior<br>celeridade no cumprimento das cartas rogatorias de di-<br>versos paizes, sobre materia penal.....                                                                                                                              | 46    |
| N. 71 — Em 9 de Novembro de 1886. — Não corre o prazo para<br>os serventuarios de Justiça assumirem o exercicio em<br>quanto os officios não estiverem lotados.....                                                                                                                      | 46    |
| N. 72 — Em 10 de Novembro de 1886. — Providencia quanto ás<br>informações semestraes prestadas pelos Juizes de Direito.                                                                                                                                                                  | 47    |

|                                                                                                                                                                                                                        | PAGS. |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 73 — Em 17 de Novembro de 1885. — As autoridades de comarcas differentes devem auxiliar-se reciprocamente na prevenção e repressão dos crimes.....                                                                  | 47    |
| N. 74 — Em 25 de Novembro de 1886. — Os Avaliadores commerciaes creados para as execuções commerciaes só podem servir nos processos de fallencia quando aceitos pelos Juizes sobre propostas dos Curadores fiscaes.... | 48    |
| N. 75 — Em 26 de Novembro de 1886. — Aos Agentes Consulares falta competencia para dar determinações ás autoridades judiciarias.....                                                                                   | 49    |
| N. 76 — Em 14 de Dezembro de 1886. — Sobre a nomeação dos Curadores geraes de orphãos.....                                                                                                                             | 50    |

---

## MINISTERIO DA JUSTIÇA

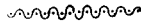
### N. 1 — EM 8 DE JANEIRO DE 1886

É desnecessaria a formalidade do visto do Chefe de Policia nos attestados de exercicio passados pelos seus Delegados.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 4ª Secção. — Rio de Janeiro, 8 de Janeiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., para o fazer constar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia, em solução á duvida exposta no officio n. 23 de 28 de Novembro ultimo, que o Chefe de Policia não tem a obrigação de visar os attestados de exercicio que, nos respectivos termos o districtos passarem os Delegados ou Subdelegados de Policia e que tal formalidade é escusada para authenticar semelhante documento já assignado pela competente autoridade local, e não poderia supprir o reconhecimento por tabellião publico, no caso de duvida sobre a assignatura.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*. — Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.



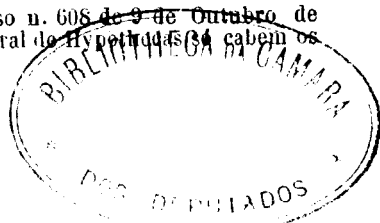
### N. 2 — EM 29 DE JANEIRO DE 1886

Emolumentos que cabem aos Officiaes do Registro Geral de Hypothecas e qual o valor que regula a inscripção hypothecaria em beneficio de menores.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 29 de Janeiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução ás duvidas suscitadas pelo Juiz Municipal do termo de Santa Quiteria, no officio junto ao dessa Presidencia n. 1710 de 7 de Maio do anno passado, declaro a V. Ex.

Que, conforme decidiu o Aviso n. 608 de 9 de Outubro de 1875, aos Officiaes do Registro Geral de Hypothecas cabem os



nhor Amorim á restituição da importancia que houver recebido do anno de morto de Monsenhor Mello, si apparecer quem legitimamente a reclame.

Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — A S. Ex. o Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda.

Remetteu-se cópia deste Aviso ao Inspector da Capella Imperial, para os devidos effeitos.



### N. 3 — EM 19 DE JANEIRO DE 1886

O juramento de estrangeiros que obtêm carta de naturalisação pôde tambem ser prestado perante as Camaras Municipaes e Juizes de Paz.

Ministerio dos Negocios do Imperio. — 3ª Directoria. — Rio de Janeiro em 19 de Janeiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio n. 29 do 1º de Outubro do anno findo, declaro a V. Ex. que o juramento exigido no art. 6º do Decreto n. 1959 de 12 de Julho de 1871 dos estrangeiros que obtêm carta de naturalisação na conformidade dos arts. 1º e 2º do predito decreto e de outras disposições vigentes, pôde tambem ser prestado perante as Camaras Municipaes ou os Juizes de Paz, como já se acha estabelecido pelo Aviso n. 294 de 31 de Agosto de 1857 com relação aos colonos que pretendem igual favor; cumprindo, porém, que as ditas Camaras e Juizes remetam a este Ministerio, por intermedio dessa Presidencia, cópia dos termos de juramento, os quaes conterão não só a data em que elle fôr deferido e a da carta de naturalisação, mas tambem todas as declarações de que trata o art. 6º acima citado.

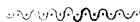
Deus Guarde a V. Ex. — *Barão de Mamoré*. — Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

Expediu-se circular neste sentido aos demais Presidentes de Provincia.



Bananalense consta terem-se dado de suspeitos o Juiz Municipal, seus supplentes e todos os Vereadores da Camara Municipal, declaro a V. Ex., em resposta ao Aviso de 5 de Novembro ultimo, que a acção executiva promovida contra a referida companhia deve proseguir perante os Juizes do termo mais vizinhô, *ad instar* do que está determinado no Aviso n. 207 de 16 de Agosto de 1849 e art. 9º do Decreto n. 2012 de 4 de Novembro de 1857.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*—  
A S. Ex. o Sr. Conselheiro Ministro o Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda.



### N. 5 — EM 12 DE FEVEREIRO DE 1886.

Firma a intelligencia do art. 12, § 1º, da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro, e art. 89, § 1º, do Decreto n. 8213 de 13 de Agosto de 1881.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 4ª Secção.— Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Sua Magestade o Imperador, Tendo ouvido as Secções reunidas de Justiça e Imperio do Conselho de Estado quanto á intelligencia que se deve dar ao art. 12 § 1º da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, e art. 89 § 1º do Decreto n. 8213 de 13 de Agosto do mesmo anno, e Attendendo a

Que o novo regimen eleitoral não alterou as disposições dos arts. 2º, 3º e 5º da Lei n. 560 de 28 de Junho e do art. 25 § 3º do Decreto n. 687 de 26 de Julho de 1850, porque o pensamento manifesto do legislador foi arredar o Juiz da carreira politica, incompatibilizando o exercicio da magistratura com as funções legislativas, como se vê do art. 12 § 1º da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881, pela qual os Juizes de Direito ficarão avulsos durante o periodo da legislatura, e, findo este, voltarão para ás comarcas em que se achavam, si estiverem vagas, ou irão servir em outras equivalentes que o Governo lhes designar ;

Que a ultima parte desta disposição é a mesma que está estabelecida no art. 23 § 2º do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, o qual, tratando dos casos de exoneração dos Chefes de Policia, dispõe que os que forem Desembargadores regressarão para as Relações nas quaes se achavam em exercicio, e os Juizes para os logares dos quaes haviam sido tirados ou para outros equivalentes, sem comtudo poderem ser declarados avulsos, nos termos da Lei de 1850 ;

Que destes preceitos a conclusão logica e natural é que o Juiz de Direito, qualquer que seja a sua posição anterior ao acto de



ser reconhecido Deputado, não se colloca nas mesmas condições do que deixou de ser Chefe de Policia e fica por aquelle facto avulso; neste caso lhe assiste somente o direito á comarca d'onde foi tirado ou a outra equivalente que o Governo lhe designar;

Que, findo o mandato legislativo, não póde o Juiz de Direito sem ferir a lei continuar a perceber ordenado do cargo, sob o fundamento de que antes de ser eleito o percebia na qualidade de ex-Chefe de Policia sem comarca designada;

Que primitivamente, quando exonerados a pedido ou por deliberação do Governo, os Chefes de Policia não recebiam ordenado algum, até que lhes fosse designada uma comarca; regimen que foi interrompido pela disposição do Decreto n. 1296 de 16 de Dezembro de 1853, fundado na Resolução de Consulta de 10 do mesmo mez; medida esta plenamente justificada pela falta de disposição legal applicavel ao caso e pela circumstancia de ser então obrigatoria a aceitação do cargo e dever pertencer o nomeado á classe da magistratura, que pela Constituição do Imperio goza do predicamento de perpetuidade, não obstante a nova reforma judiciaria ter dado ao Governo a faculdade de nomear para esse cargo pessoas estranhas á magistratura e declarado livre a sua aceitação;

Ha por hem o mesmo Augusto Senhor, por Sua Imperial Resolução de 6 do corrente. Mandar declarar para os devidos effeitos que:

1.º O Chefe de Policia tirado da classe dos Juizes de Direito e quando exonerado das funções policiaes, a pedido ou por deliberação do Governo, não póde ser considerado avulso nos termos do art. 5.º da Lei n. 560 de 28 de Junho de 1850 e Regulamento n. 687 de 26 de Julho do mesmo anno, mas sim Juiz em disponibilidade, e a elle compete ordenado de Juiz de Direito até regressar para o logar de que foi tirado ou para outro equivalente (Decreto n. 1296 de 16 de Dezembro de 1853);

2.º Ao Juiz de Direito que fór exonerado das funções policiaes, deve o Governo conceder de novo a comarca d'onde foi tirado, si estiver vaga, ou designar outra equivalente (Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842);

3.º Ficam avulsos os Juizes de Direito eleitos Deputados, durante o periodo da legislatura, e findo este voltarão para as comarcas em que se achavam, si estiverem vagas, ou irão servir em outras equivalentes que o Governo lhes designar (Lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881 e Decreto de 13 de Agosto do mesmo anno);

4.º Desde que um Juiz de Direito fór considerado avulso, sua comarca reputar-se-ha vaga, e ainda que seja novamente nomeado para a mesma comarca, nem por isso adquire direito a ajuda de custo, ordenado e antiguidade que tiver deixado de vencer (art. 5º da Lei n. 560 de 28 de Junho e Regulamento n. 687 de 26 de Julho de 1850).

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delphin Ribeiro da Luz*.—  
Sr. Conselheiro Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.



## N. 6 — EM 22 DE FEVEREIRO DE 1886

As Juntas Commerciaes carecem de competencia para denegar o registro de estatutos e contratos que não offendam os interesses da ordem publica e bons costumes.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Em solução ás duvidas suscitadas pela Junta Commercial dessa capital em officios de 16 de Julho e 10 de Setembro ultimos, declaro a V. Ex., para o fazer constar á referida Junta:

1.º Que, nos termos das Resoluções de Consultas de 22 de Setembro e 17 de Dezembro de 1859, 1º de Dezembro de 1877, 1º de Junho de 1878 e Avisos ns. 343 de 6 de Junho desse anno e 48 de 10 de Setembro de 1883, as Juntas Commerciaes carecem de competencia para denegar o registro de estatutos e contratos que não offendam os interesses de ordem publica e bons costumes.

2.º Que a disposição do Decreto n. 9369 de 31 de Janeiro de 1885, sobre o modo da prestação de fiança dos agentes de leilões, só é applicavel aos nomeados depois da publicação do mesmo decreto.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*—  
Sr. Presidente da Provincia do Pará.



## N. 7 — EM 24 DE FEVEREIRO DE 1886

A competencia das Inspectorias Commerciaes para concessão de registro ás embarcações é restricta ao districto da Provincia.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 24 de Fevereiro de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Tendo a Inspectoria Commercial dessa Provincia concedido carta de registro ao hiate nacional *Anna Martins*, de propriedade de Antonio José Ferreira Martins Filho, domiciliado na cidade de S. João da Barra, Provincia do Rio de Janeiro, convem que V. Ex. recomende áquella Inspectoria que se abstenha de ordenar o registro em casos identicos por ser exorbitante de suas attribuições, restrictas ao districto da Provincia.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*—  
Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.



## N. 8 — EM 27 DE FEVEREIRO DE 1886

Pagamento de impostos do producto das arrecadações de espolios que forem entregues aos Consulados estrangeiros.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Para satisfazer ao que solicitou o Ministerio dos Negocios da Fazenda, recommendo a V. Ex. que providencie para que os Juizes de orphãos e ausentes dessa Provincia não entreguem aos Consulados estrangeiros o producto das arrecadações dos espolios dos subditos das respectivas nações que fallecerem em suas comarcas, sem que seja exhibido o documento de haverem sido pagos na localidade os impostos geraes e provinciaes.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia de...

Na mesma conformidade aos Juizes de orphãos e ausentes da Corte.



## N. 9 — EM 27 DE FEVEREIRO DE 1886

Dissolve a commissão nomeada para organização do Codigo Civil.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Sua Magestade o Imperador Ha por bem, attenta a falta de credito, Dissolver a commissão nomeada por Aviso de 4 de Julho de 1884 para a organização do Codigo Civil, sobre a qual se providenciara logo que o Poder Legislativo conceder os meios necessarios, que serão opportunamente pedidos. O que communico a V. Ex. para os effeitos legais.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— A S. Ex. o Sr. Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira.



N. 10 — EM 5 DE MARÇO DE 1886

Podem ser feitas pessoalmente ou por escripto as declarações exigidas no art. 303 do Código Criminal.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 5 de Março de 1886.

Illm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., em solução á consulta da Camara Municipal de Paranaguá, a que se refere o officio dessa Presidencia de 6 de Julho ultimo, e para o fazer constar á referida Camara, que as declarações exigidas no art. 303 do Código Criminal para o estabelecimento de officinas de impressão, lithographia ou gravura, podem ser feitas pessoalmente ou por escripto, cabendo ás Camaras Municipaes inseril-as no livro proprio, com a assignatura do Presidente.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.* — Sr. Presidente da Provincia do Paraná.



N. 11 — EM 11 DE MARÇO DE 1886

As attribuições dos Chefes de Policia occorrendo, por motivo de moeda falsa, o caso do art. 60 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, limitam-se ás diligencias do art. 3º Secção 1ª do Regulamento n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 3ª Secção. — Rio de Janeiro, 11 de Março de 1886.

Illm. e Exm. Sr. — Em solução á duvida proposta por V. Ex. em telegramma de 10 do mez recentemente findo, declaro :

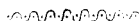
1.º Que as attribuições dos Chefes de Policia estão claramente definidas nos arts. 40, 41 e 42 do Regulamento n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

2.º Que, em vista do art. 9º, paragrapho unico, da Lei n. 2033 de 20 de Setembro do mesmo anno, só formam culpa e pronunciam, dada a hypothese do art. 60 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, nos crimes communs.

3.º Que para o crime de moeda falsa, considerado especial, permanecem em inteiro vigor a Lei n. 562 de 2 de Julho e o Decreto n. 707 de 9 de Outubro de 1850, continuando o mesmo crime a ser processado e julgado pelo Juiz Municipal, ou, segundo a classificação da comarca, pelo Juiz de Direito em virtude do art. 13, n. 2, do Regulamento n. 4824 de 22 de Novembro de 1871, unica modificação feita naquella lei pela ultima reforma judiciaria.

4.º Finalmente que, occorrendo por motivo de moeda falsa o caso do art. 60 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, as funções dos Chefes de Policia limitam-se ás diligencias do processo de instrucção especificadas no capitulo 3ª secção 1ª do Regulamento n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.



#### N. 12 — EM 11 DE MARÇO DE 1886

A concessão do *habeas corpus* não põe termo ao processo, nem obsta a qualquer procedimento judicial.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 3ª Secção.— Rio de Janeiro, 11 de Março de 1886.

Illm. e Exm. Sr.— Recommendo a V. Ex., em resposta ao officio n. 64 de 26 do mez findo, que faça o Chefe de Policia proseguir nas diligencias para a instauração do processo dos individuos implicados no crime de moeda falsa, promovendo a prisão dos mesmos depois da pronuncia: visto que a concessão de *habeas corpus* não põe termo ao processo nem obsta a qualquer procedimento judicial que possa ter no Juizo competente, como é expresso no art. 48, § 7º, da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



## N. 13 — EM 20 DE MARÇO DE 1886

Os Juizes Municipaes e de orphãos não têm competencia para concessão ou denegação de licenças para casamento.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 20 de Março de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Com officio n. 24, de 17 de Janeiro do anno findo, submetteu essa Presidencia e decisão do Governo a consulta do Juiz Municipal e de orphãos do termo de Santa Luzia sobre competencia para a concessão de licença para casamento de orphãos, quando não se produza contestação nem dependencia de prova, limitando-se a questão ao processo administrativo ordinario.

Em resposta, declaro a V. Ex. que os juizes de orphãos conservam nas comarcas geraes as attribuições marcadas no Decreto n. 143 de 15 de Março de 1842, art. 5º — que nesta parte não se considera revogado pela generalidade do art. 24, § 1º, da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871; menos, porém, quanto à concessão ou denegação de licenças para casamento, porque esta faculdade foi expressamente concedida aos Juizes de Direito pelo art. 4º do Decreto n. 5467 de 12 de Novembro de 1873 em que se fundaram os Avisos ns. 457 e 465, de 26 e 27 de Outubro de 1875, e n. 468 de 9 de Agosto de 1876.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*. — Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.

## N. 14 — EM 26 DE MARÇO DE 1886

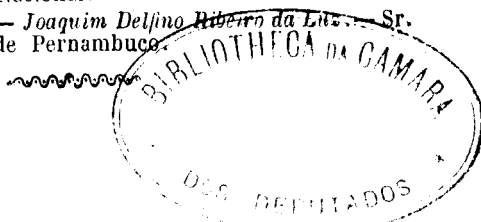
O Solicitador de que trata o art. 82 do Decreto n. 2433 de 15 de Junho de 1859 é o da Fazenda Nacional.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 26 de Março de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Com officio n. 431 de 23 de Julho ultimo transmittiu essa Presidencia a reclamação do Solicitador de capellas e residuos da capital, Domingos José Marques, quanto ao modo de distribuir-se a percentagem de que trata o art. 82 do Decreto n. 2433 de 15 de Junho de 1859.

Em resposta declaro a V. Ex. que não procede a reclamação, porquanto, nos termos do Aviso n. 82 de 19 de Fevereiro de 1876, o Solicitador para o qual o art. 82 do decreto citado marcou percentagem é o da Fazenda Nacional.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*. — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



## N. 15 — EM 27 DE MARÇO DE 1886

É incompatível o cargo de supplente de Juiz Municipal com o de official encarregado das diligencias de Capitania de portos e escrevente de praticagem das barras.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 27 de Março de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Consultou essa Presidencia, em officio de 26 do mez findo, si é ou não incompatível o cargo de supplente de Juiz Municipal com o de official encarregado das diligencias de Capitania de portos e escrevente da praticagem das barras.

Em resposta declaro a V. Ex., de accôrdo com a doutrina do Aviso n. 89 de 4 de Junho de 1847, que, cooperando o supplente activo e continuamente com o Juiz Municipal (Decreto n. 4824 de 22 de Novembro de 1871, art. 6º § 3º), são os referidos cargos incompatíveis, attenta a impossibilidade de ser cada um delles servido e desempenhado satisfactoriamente.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

~~~~~

## N. 16 — EM 27 DE MARÇO DE 1886

Não cabem custas aos Escrivães de orphãos pelo conhecimento que dão ás partes dos despachos que mandam conferir dotes e proceder ás partilhas.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 27 de Março de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Em solução ás duvidas suscitadas pelo Escrivão de orphãos do termo de Tatuhy, de que trata o officio dessa Presidencia n. 42 de 16 de Janeiro ultimo, declaro a V. Ex. que, nos termos dos Avisos ns. 20 de 13 de Janeiro e 547 de 19 de Setembro de 1876, 517 de 30 de Abril de 1877, 135 de 8 de Março e 486 de 12 de Setembro de 1879, 225 de 30 de Abril e 581 de 27 de Novembro de 1880, é fora de duvida que os actos pelos quaes os Escrivães dão conhecimento aos herdeiros dos despachos que mandam conferir dotes e proceder ás partilhas, são verdadeiras intimações e dellas não cabem custas áquelles funcionarios que a taes diligencias são obrigados *ex officio*.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

~~~~~

## N. 17 — EM 29 DE MARÇO DE 1886

Os Juizes de Direito são competentes para resolver duvidas occurrentes sobre registro de hypothecas.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 29 de Março de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Com referencia ao officio n. 6 de 9 de Janeiro ultimo a que acompanhou a petição do Bacharel Feliciano do Rego Barros Araujo pedindo providencias no sentido de ser registrada uma escriptura de hypotheca de partes da propriedade Githay e do Engenho Dourado, communico a V. Ex. que a mencionada petição teve o seguinte despacho : — « Não ha que deferir por parte do Poder Executivo á vista das disposições dos arts. 68 e seguintes do Regulamento annexo ao Decreto n. 3453 de 23 de Abril de 1865 que dão competencia aos Juizes de Direito para resolver as duvidas occurrentes sobre o registro e da doutrina do Aviso n. 382 de 14 de Setembro de 1868 fundado em resolução de consulta que reconhecerem depender de prova da divisibilidade o registro de uma hypotheca feita em parte da propriedade possuida em commun. »

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



## N. 18 — EM 29 DE MARÇO DE 1886

Prevalecem as disposições da Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1869 quanto ao modo da inscripção das hypothecas legaes.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 29 de Março de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Com officio n. 109 de 19 do mez findo, remetteu essa Presidencia cópia do que lhe dirigiu o Juiz de orphãos e da Provedoria dessa capital, sobre o modo de interpretar as disposições do Regulamento n. 9549 de 23 de Janeiro deste anno, com relação ao art. 7º da Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885 quanto ás hypothecas legaes que recahem sobre os bens dos pais quando administram os de legitimas maternas ou adventicios.

Em resposta declaro a V. Ex., para o fazer constar ao referido Juiz, que prevalecem as disposições da Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864 e do Decreto n. 3453 de 26 de Abril de 1865



quanto ao modo da inscripção das hypothecas legaes não só anteriores como posteriores á lei ora em execução, que nesta parte apenas tornou obrigatoria a formalidade da mesma inscripção; devendo, portanto, ser entendidas e executadas as disposições do Tit. 2º, Cap. I, Secção 2ª do Regulamento n. 9549 de 23 de Janeiro ultimo, de accôrdo com as do Tit. 2º, Cap. 6º do Decreto citado n. 3453 de 26 de Abril de 1865.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.—  
Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

*—*

#### N. 19 — EM 1 DE ABRIL DE 1886

Os Contadores peraes não têm direito ás custas dos processos que correm pelo Juizo dos Feitos da Fazenda, onde são Contadores os respectivos Juizes.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 1 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Com as informações do Presidente da Relação e do Juiz dos Feitos da Fazenda submetteu V. Ex. á decisão deste Ministerio o requerimento que a essa Presidencia dirigiu o Contador do termo da capital, Francisco dos Santos Pinto, sobre a contagem das custas dos processos que correm naquelle Juizo.

Em resposta declaro a V. Ex. que a reclamação do supplicante não tem fundamento, á vista do Aviso de 16 de Abril de 1847, constante da cópia junta.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.—  
Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

*—*

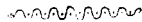
Cópia.— Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro em 16 de Abril de 1847.

Ilm. e Exm. Sr.— Tendo sido presente a Sua Magestade o Imperador, com o officio de V. Ex. de 27 de Janeiro ultimo, a informação dada pelo Juiz dos Feitos da Fazenda dessa Provincia sobre o requerimento de José Joaquim Pereira de Oliveira, Contador das varas do civil, crime e municipaes da comarca do Recife, Houve o mesmo Augusto Senhor por bem Approvar o procedi-

mento do dito Juiz, uando fez cessar a tolerancia que tivera em consentir que o supplicante contasse os feitos fiscaes, pois que é regra geral fundada nas disposições de direito, que nos auditorios de justiça privilegiados e separados do foro commum, sejam Contadores os proprios Juizes ou aquelles a quem elles, por delegação, commettem esse encargo, salvo quando ha Contadores especialmente creados para esses auditorios; e é por isso que nesta Corte o Juiz dos Feitos é o Contador do seu Juizo, sem embargo de haver um Contador geral para os Juizes da 1ª instancia.

Consequentemente, si o mencionado José Joaquim Pereira de Oliveira não tem nomeação especial para servir no Juizo dos Feitos, nenhum fundamento lhe assiste para disputar ao Juiz as funções de Contador desse auditorio, embora seja Contador geral de todos os outros. O que communico a V. Ex. para seu conhecimento e para que assim o faça constar a quem convier.

Deus Guarde a V. Ex.— *J. J. Fernandes Torres*.— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



N. 20 — EM 13 DE ABRIL DE 1886

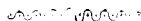
Devem ser enviadas á Secretaria da Justiça por extracto as sentenças proferidas contra criminosos italianos.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 3ª Secção. — Rio de Janeiro 13 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Convem que V. Ex. expeça as necessarias ordens afim de que, em cumprimento do accôrdo promulgado pelo Decreto n. 7779 de 28 de Julho de 1880, seja regularmente remetido a esta Secretaria de Estado o extracto das sentenças que forem proferidas contra criminosos italianos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia de....

Idêntico aos Juizes Criminaes da Corte.



## N. 21 — EM 30 DE ABRIL DE 1886

Subaiste a competencia dos Juizes de orphaos para o provimento temporario do cargo de Curador geral.

Ministerio dos Negocios da Justica. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Communicou essa Presidencia em officio de 26 de Março de 1884 haver decidido, sobre consulta do Juiz de Direito da comarca do Rio Grande, que a competencia dos Juizes de orphaos para o provimento temporario do cargo de Curador geral de orphaos, firmada pela Imperial Resolução de Consulta de 21 de Abril de 1855, mandada observar pelo Aviso n. 115 de 27 do dito mez e anno, subsistia em seu inteiro vigor, á vista da disposição do art. 5º do Regulamento n. 4824 de 22 de Novembro de 1871, explicado na parte final do Aviso n. 99 de 6 de Abril de 1872; não procedendo o argumento de serem aquelles Juizes meros preparadores, já porque elles têm plena jurisdicção nas causas de sua alçada, já porque não se trata de acto de jurisdicção contenciosa mas de Jurisdicção voluntaria ou graciosas pertencente por sua natureza á constituição do Juizo de que faz parte o Curador geral de orphaos e que nenhuma analogia tem com as sentenças interlocutorias ou definitivas.

Em resposta declaro a V. Ex. que é approvada essa decisão, por estar de accordo com o disposto nos arts. 92 e 262 § 2º, do Decreto n. 9120 de 28 de Abril de 1885.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

*et non est in officio*

## N. 22 — EM 30 DE ABRIL DE 1886

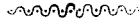
Ao Chefe de Policia interino cabe todo vencimento do cargo, quando está vago o lugar — e somente as respectivas gratificações, quando — havendo effectivo nomeado, está este impedido ou não tem entrado em exercicio.

Ministerio dos Negocios da Justica. — 4ª Secção. — Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Com Aviso de 19 de Janeiro findo remetteu a este Ministerio o da Fazenda o officio da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia de 30 de Novembro ultimo, sobre o pagamento do vencimento devido ao Bacharel Samuel Tertuliano Henriques.

durante o tempo que serviu como Chefe de Policia interino. Em solução á duvida occorrida declaro que a decisão dessa Presidencia foi correcta, por isso que, não sendo aquelle Bacharel Chefe de Policia effectivo, está fóra da hypothese do Decreto n. 4906 de 20 de Março de 1872 e cabem-lhe consequentemente apenas as gratificações de Juiz de Direito de 30 de Outubro de 1885 em diante, dia em que o nomeado effectivo, Bacharel Manoel do Nascimento Teixeira, que é magistrado deixou o exercicio da comarca para assumir o cargo policial.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.* — Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.



N. 23 — EM 30 DE ABRIL DE 1886

Sobre o provimento temporario e interino dos cargos de Curador geral dos orphãos, de Promotor de Capellas e Resíduos, e de Contador e Partidor.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1886.

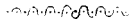
Mm. e Exm. Sr. — Com o officio n. 148 de 26 de Dezembro ultimo submetten essa Presidencia á deliberação deste Ministerio a solução que dera á consulta do Juiz Municipal e de Orphãos dessa capital, relativamente a nomeações interinas de funcionarios de justiça.

Em resposta declaro a V. Ex. :

1.º Que o provimento temporario dos cargos de Curador geral de orphãos e Promotor de Capellas e Resíduos cabe nas comarcas geraes aos Juizes Municipaes e de orphãos, como é expresso nos arts. 92 e 262 § 2º do Decreto n. 9420 de 28 de Abril de 1885 ;

2.º Que, na conformidade do art. 248 do mesmo decreto e art. 8º do de n. 817 de 30 de Agosto de 1854, a nomeação interina de Contador e Partidor compete aos Juizes de Direito nos termos em que estes residirem e aos Juizes Municipaes nos demais termos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.* — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.



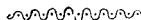
## N. 24 — EM 30 DE ABRIL DE 1886

É da competência dos Juizes de Direito a concessão ou denegação de licença para casamento de orphãos.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Com referencia ao officio, por essa Presidencia enviado ao Ministerio dos Negocios do Imperio, em que o Vigario da freguezia de Santo Antonio da Encruzilhada representa sobre a questão de competencia entre o Juiz de Direito e o Juiz Municipal e de orphãos da comarca e termo da Parahyba do Sul, quanto á concessão ou denegação de licença para casamento, convem que V. Ex. recomende ao segundo daquelles Juizes que se abstenha de conceder ou negar semelhantes licenças, porque essa faculdade foi expressamente concedida aos Juizes de Direito pelo art. 4º do Decreto n. 3467 de 12 de Novembro de 1873, em que se fundaram os Avisos ns. 437 e 465 de 26 e 27 de Outubro de 1875, 468 de 9 de Agosto de 1876 e os de 24 de Fevereiro de 1885 e 20 de Março ultimo, constantes das cópias juntas.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.



## N. 25 — EM 4 DE MAIO DE 1886

Não pôde a mulher brasileira casada com estrangeiro ser proprietaria e comparte de navios.

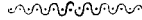
Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 4 de Maio de 1886.

Respondendo ao officio de 28 de Novembro ultimo, declaro a V. S., em solução á consulta do Inspector commercial de Paranaguá :

1.º Que só podem ser proprietarias de navios a mulher brasileira casada com brasileiro e autorizada por este para commerciar, e a mulher brasileira viuva que se achar na livre administração de sua pessoa e bens, quer tenha sido casada com brasileiro, quer com estrangeiro, contando que neste ultimo caso conste ter declarado fixar seu domicilio no Imperio.

2.º Que não podendo a mulher brasileira casada com estrangeiro ser proprietária ou comparte de embarcação nos termos do Aviso n. 1 de 8 de Janeiro de 1883, incorre na comminação do art. 457, segunda parte, do Código Commercial si a fizer registrar debaixo do nome de brasileira.

Deus Guarde a V. S.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*—  
Sr. Presidente da Junta Commercial da Côrte.



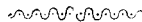
#### N. 26 — EM 6 DE MAIO DE 1886

A preferencia do serviço eleitoral refere-se ás funções ordinarias dos Juizes, e não ao caso de serem chamados para assumir a jurisdicção de 2ª instancia no Tribunal da Relação.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 6 de Maio de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Respondendo ao officio n. 73 de 15 de Dezembro ultimo, declaro a V. Ex., em solução á duvida proposta pelo Presidente da Relação, que a preferencia do serviço eleitoral sobre outro qualquer de que trata o art. 239 do Regulamento n. 8213 de 14 de Agosto de 1881, refere-se ás funções ordinarias dos Juizes e não ao caso de serem chamados para assumir a jurisdicção plena de 2ª instancia no Tribunal superior, serviço este de que não podem escusar-se, sob pena de perda de vencimentos, si continuarem no exercicio da 1ª instancia, conforme decidiram os Avisos ns. 411 e 526, de 4 de Agosto e 2 de Outubro de 1879, e n. 7 de 3 de Fevereiro de 1882.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*—  
Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.



#### N. 27 — EM 6 DE MAIO DE 1886

Prestam novo juramento os Juizes Municipaes reconduzidos.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 6 de Maio de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Em solução á consulta feita por essa Presidencia em telegramma de 31 de Março ultimo declaro a V. Ex.:  
1.º Que, nos termos do Aviso de 23 de Junho de 1870, constante da cópia junta, os Juizes Municipaes reconduzidos são obrigados a prestar novo juramento.

J.—Decisões de 1886 2

2.º Que, achando-se no exercício de suas funções algum Juiz Municipal reconduzido sem ter prestado juramento, deve deixar o mesmo exercício para preencher essa formalidade e assumil-o de novo, de accôrdo com a doutrina do Aviso n. 173 de 26 de Março de 1879.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.

### **Cópia a que se refere o Aviso supra**

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 23 de Junho de 1879.

Ilm. e Exm. Sr.— Foi presente a Sua Magestade o Imperador o officio de 29 de Janeiro ultimo, em que V. Ex. consulta si, á vista dos arts. 138 do Código Criminal e 50 do Código do Processo, os Juizes Municipaes removidos de uns para outros termos estão dispensados de prestar novo juramento.

E o mesmo Augusto Senhor Manda declarar a V. Ex. que aquellas disposições têm applicação unicamente aos Juizes Municipaes nomeados ou reconduzidos e não aos removidos que não são obrigados a prestar novo juramento, *ad instar* dos Juizes de Direito quando passam de umas para outras comarcas como determina no art. 1.º da Lei n. 539 de 28 de Junho de 1850. O que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex.— *Barão de Muritiba*.— Sr. Presidente da Provincia do Ceará.

—————

### **N. 28 — EM 8 DE MAIO DE 1886**

É incompativel o cargo de Procurador da Camara Municipal com o de Curador Geral, cujo provimento temporario cabe aos Juizes de orphãos.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 8 de Maio de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Em solução á consulta do Juiz de Direito da comarca de Itabaiana, a que se refere o officio dessa Presidencia n. 102 de 22 de Agosto ultimo, declaro a V. Ex.:

1.º Que, em face do segundo principio estabelecido no Aviso n. 89 de 4 de Julho de 1847, é manifesta a incompatibilidade entre os cargos de Curador geral dos orphãos e Procurador da Camara Municipal, visto que os interesses dos orphãos interdictos podem entender com os da Camara Municipal.

2.º Que, na conformidade do disposto nos arts. 92 e 262 § 2º do Decreto n. 9420 de 28 de Abril de 1885, em que se basearam os Avisos de 30 do mez findo, o provimento temporario do cargo de Curador geral de orphãos cabe nas comarcas geraes aos Juizes Municipaes e de orphãos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.—  
Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.



#### N. 29 — EM 8 DE MAIO DE 1886

Podem servir conjunctamente o Promotor Publico com o Tabellião seu genro, e o Escrivão de orphãos seu irmão.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro, 8 de Maio de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Em solução á consulta do Juiz de Direito interino da comarca do Araxá, de que trata o officio dessa Presidencia n. 114 de 29 do mez findo, Declaro a V. Ex., de accôrdo com o disposto no Decreto n. 6836 de 9 de Fevereiro de 1878 e nos Avisos ns. 546 de 29 de Outubro de 1881, 30 de 24 de Maio de 1882 e 46 de 6 de Setembro de 1883, que não ha incompatibilidade para o Promotor Publico servir conjunctamente com o Tabellião seu genro, e com o Escrivão de orphãos seu irmão.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.—  
Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



#### N. 30 — EM 13 DE MAIO DE 1886

O Juiz Municipal, com jurisdicção em toda a comarca, deve ratificar perante o Juiz de Direito o juramento deferido pela Camara Municipal.

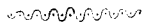
Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 13 de Maio de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., em resposta ao officio n. 119 de 5 do corrente e de accôrdo com o disposto no art. 4º do Decreto n. 4302 de 23 de Dezembro de 1868, art. 5º do Decreto n. 4824 de 22 de Novembro de 1871, e Aviso n. 47 de 8 de



Agosto de 1882, que o Bacharel Miguel Pinto Ribeiro, Juiz Municipal e de orphãos do termo de Baependy, com jurisdição em toda a comarca, deve ratificar perante o Juiz de Direito o juramento que lhe foi deferido pela Camara Municipal.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



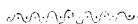
#### N. 31 — EM 18 DE MAIO DE 1886

O art. 6º, § 1º, do Regulamento n. 4824 de 22 de Novembro de 1871 é applicavel tanto ao que abandona o cargo, como áquelle que presta juramento e não assume o exercicio.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 18 de Maio de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Sua Magestade o Imperador, Conformando-se por Immediata Resolução de 15 do corrente com o parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado, em Consulta de 14 do mez findo, Ha por bem Mandar declarar a V. Ex., em resposta ao officio n. 38 de 19 de Fevereiro ultimo, que existindo impedimento prolongado desde que o supplente do Juiz Municipal deixa o exercicio por mais de seis mezes, a disposição do art. 6º, § 1º, do Decreto n. 4824 de 22 de Novembro de 1871 é applicavel tanto ao que abandona o exercicio do cargo que estava servindo, como áquelle que presta juramento e não entra em exercicio decorridos mais de seis mezes.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



#### N. 32 — EM 24 DE MAIO DE 1886

Providencia sobre a nova matricula de que trata a Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— Circular.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 24 de Maio de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Para cumprimento das disposições do art. 11, §§ 3º e 4º, do Decreto n. 9517 de 14 de Novembro ultimo,

expedido para execução do art. 1.<sup>o</sup> da Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885, convem que V. Ex. recomende aos Juizes de orphãos dessa Provincia a fiel observancia dos Avisos do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas ns. 5 de 10, 3 e 6 de 15 e 107 de 29 do mez passado, constantes das cópias juntas, os quaes determinam:

1.<sup>o</sup> Que, durante o prazo da nova matricula, não são os senhores dos escravos, que tiverem completado 60 annos de idade, obrigados a apresentar-se em Juizo e nem a apresentar nelle os mesmos escravos.

2.<sup>o</sup> Que, antes de encerrada a nova matricula e arrolamento, não são applicaveis á falta dessa apresentação as multas comminadas pelo art. 41, § 3.<sup>o</sup>, do Decreto n. 9317 de 14 de Novembro citado.

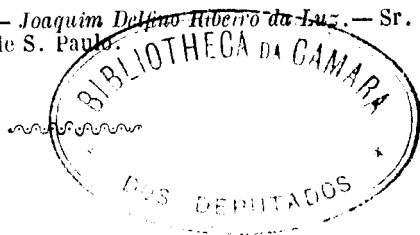
3.<sup>o</sup> Que sómente os libertos actualmente maiores de 65 annos devem comparecer acompanhados de seus ex-senhores, afim de que os Juizes de orphãos, á vista do estado physico delles, possam decidir si estão aptos para adquirirem os meios de subsistencia, ou no caso de gozarem dos favores da lei.

4.<sup>o</sup> Que, finalmente, devem os mesmos Juizes, por meio de editaes publicados na imprensa, ou, onde a não houver, affixados nos logares convenientes, fazer constar as relações dos escravos que houverem completado ou forem completando a idade de 60 annos, declarando que esses individuos são livres, e entrarão logo no gozo de sua liberdade, sem dependencia de titulo algum ou de qualquer outra formalidade nos termos da lei e mediante as clausulas por ella estabelecidas quanto á prestação do serviço.

Esta providencia vigorará até que, encerrado o arrolamento dos libertos, se proceda pelo modo prescripto no art. 41, §§ 2.<sup>o</sup>, 3.<sup>o</sup> e 4.<sup>o</sup>, do Decreto n. 9317 de 14 de Novembro proximo passado, devendo o 1.<sup>o</sup> edital conter os nomes de todos os libertos que houverem attingido a idade de 60 annos, com todas as individuações necessarias, e os editaes posteriores referir-se-hão aos que, em cada trimestre, adquirirem direito á liberdade por terem chegado áquella idade.

Terminando, observe a V. Ex. que as despesas com taes publicações correrão por conta do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, e serão pagas á vista da conta apresentada a essa Presidencia pelos Juizes de orphãos dos respectivos termos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delino Ribeiro da Luz*. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



## N. 33 — EM 28 DE MAIO DE 1886

Os cadáveres dos condemnados não podem ser sepultados sem o attestado original de medico — que certifique o obito.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 3ª Secção.— Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1886.

Declaro a V. S., em resposta ao seu officio n. 80 de 5 do mez findo, que os cadáveres dos condemnados, que desse estabelecimento forem remettidos para os cemiterios publicos, devem ser acompanhados do attestado original do facultativo que certificar o obito, nos termos do disposto no art. 8º do cap. 1º do Regulamento approved pelo Decreto n. 2812 de 3 de Agosto de 1861; não prevalecendo, portanto, a pratica até hoje ahí seguida, e contra a qual reclamou o Provedor da Santa Casa de Misericordia.

Deus Guarde a V. S.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Director da Casa de Correção da Côte.

.....

## N. 34 — EM 1 DE JUNHO DE 1886

Fóra os casos de suspeição —, transferem os Juizes de Direito a jurisdicção quando passam a seus substitutos a Presidencia do Jury.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 1 de Junho de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Respondendo ao officio n. 92, de 28 de Abril proximo passado, declaro a V. Ex., em solução á consulta do Juiz Municipal e de orphãos do termo de Marvão, que, de conformidade com o Decreto n. 824 de 20 de Setembro de 1851 e Aviso n. 52 de 24 de Agosto de 1882, não podem os Juizes de Direito mandar os seus substitutos presidir o Jury sem passar-lhes a jurisdicção plena.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia do Piauhy.

~~~~~

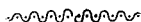
## N. 35 — EM 4 DE JUNHO DE 1886

Como medida excepcional pôde-se consentir na entrada de commissões medicas na Casa de Detenção para exame de sanidade nos detentos, considerado indispensavel á causa da Justiça.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 3ª Secção.— Rio de Janeiro, 4 de Junho de 1886.

Declaro a V. S., em resposta ao seu officio n. 166 de 15 do mez findo, que, como medida excepcional, pôde autorizar a commissão medica, nomeada pelo Juiz do 9º districto criminal da Côrte, a entrar de noite na Casa de Detenção afim de proceder na accusada D. Francisca de Souza Castro, alli detenta, ao exame que o dito Juiz considera indispensavel á causa da Justiça, ainda mesmo depois de fechadas as portas do estabelecimento, sempre que V. S. tenha, de cada vez que fôr precisa aquella entrada, aviso prévio do referido Juiz, designando a hora para serem tomadas as providencias e cautelas indispensaveis á manutenção do regimen e da disciplina que devem ser severamente guardados.

Deus Guarde a V. S.— *Joaquim Delino Ribeiro da Luz*. — Sr. Desembargador Chefe de Policia da Côrte.



## N. 36 — EM 10 DE JUNHO DE 1886

Sobre o archivamento de contratos de dissolução de sociedade.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 10 de Junho de 1886.

Illm. e Exm. Sr.— A Sua Magestade o Imperador foi presente o recurso interposto pelo Secretario da Junta Commercial de Belém da decisão da mesma Junta que mandou archivar o contrato de dissolução da sociedade de Valente & Henriques.

Funda-se o recorrente nos seguintes pontos:

1.º Não ter sido archivado o contrato da instituição da sociedade do qual conste a época em que foi a mesma sociedade organizada, a sua especie e a quota da entrada de cada socio.

2.º Declarar o contrato de dissolução englobadamente o capital e os lucros pertencentes a um dos socios sobre cuja quota

apenas foi satisfeito o sello proporcional do art. 2º, n. 8, do Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883.

3.º Não constar nem o valor dos terrenos comprados pela sociedade nem a importancia do imposto de transmissão paga quando foram os mesmos terrenos adquiridos.

E o mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Immediata Resolução de 29 do mez findo com o parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado, em Consulta de 6 do dito mez, Houve por bem não tomar conhecimento do mencionado recurso, não só por ter sido apresentado fóra do prazo legal (arts. 39 e 45 do Regulamento n. 124 de 5 de Fevereiro de 1842), como tambem porque o deposito ou entrega do acto da dissolução da sociedade de que se trata, dispensando o respectivo registro de conformidade com o disposto no Decreto n. 4394 de 19 de Julho de 1869, não perime nem prejudica o procedimento fiscal, quando se verifique a falta de pagamento de uma parte do imposto devido.

O que commuico a V. Ex. para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*. — Sr. Presidente da Provincia do Pará.



#### N. 37 — EM 11 DE JUNHO DE 1886

As cartas rogatorias expedidas para fóra do Imperio devem ser acompanhadas de traducção para a lingua do paiz onde têm de ser cumpridas.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Circular. — Rio de Janeiro, 11 de Junho de 1886.

Hlm. e Exm. Sr. — Convindo que as cartas rogatorias expedidas para fóra do Imperio sejam sempre acompanhadas de uma traducção em lingua do paiz onde tiverem de ser cumpridas, ou pelo menos em lingua franceza, recommendo a V. Ex. que assim o faça constar ás Justiças dessa Provincia.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*. — Sr. Presidente da Provincia de...



## N. 38 — EM 12 DE JUNHO DE 1886

Sobre a nomeação dos Interpretes commerciaes, e as penas em que incorrem pelos actos praticados contra a lei e regulamentos.

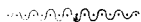
Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 12 de Junho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para o fazer constar á Junta Commercial de Porto Alegre, com referencia ao officio n. 933 de 16 de Maio do anno passado :

Que as Inspectorias Commerciaes não têm competencia para demittir os Interpretes, e a mesma Junta só o pôde fazer nos casos e pela fórma estabelecida no Decreto n. 863 de 17 de Novembro de 1851, art. 3º § 2º da Lei n. 3230 de 3 de Setembro de 1884.

Que, de accôrdo com o art. 21 do citado decreto e Aviso n. 148 de 28 de Março de 1881, incorre nas disposições penaes o Interprete que pratica qualquer acto contra as leis e regulamentos, como seja o uso de estampilha já servida.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*—  
Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.



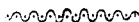
## N. 39 — EM 14 DE JUNHO DE 1886

Ao Juiz de Direito chamado a servir na Relação para julgamento dependente de sorteio cabe jurisdicção plena.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 14 de Junho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Com referencia ao officio dessa Presidencia n. 154 de 23 de Junho do anno passado, sobre a consulta do Juiz de Direito da comarca do Rio das Almas, declaro a V. Ex., de accôrdo com a doutrina dos Avisos ns. 241 de 20 de Julho de 1874, 98 de 29 de Fevereiro de 1875, 117 de 28 de Março de 1877, 625 de 19 de Setembro de 1878 e 411 de 4 de Agosto de 1879, que ao Juiz de Direito, chamado pelo Presidente da Relação para um julgamento dependente de sorteio e não para substituir Desembargador impedido, cabe jurisdicção plena, embora esteja o Tribunal com a totalidade de seus membros.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*—  
Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.



## N. 40 — EM 15 DE JUNHO DE 1886

Sobre o archivamento de contrato de prorrogação de sociedade, apresentado depois de haver expirado a duração do primitivo.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 15 de Junho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Foi presente a Sua Magestade o Imperador o recurso de Jacob Arnt & Comp., socios na empresa para a exploração do rio Taquary, nessa Provincia, interposto do despacho da Junta Commercial de Porto Alegre, a qual recusou archivar o instrumento de prorrogação da sociedade entre os recorrentes, por ter sido apresentado depois de haver expirado a duração do primitivo contrato.

E o mesmo Augusto Senhor, Conformando-se por Immediata Resolução de 29 do mez proximo findo com o parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado de 10 de Março anterior, Ha por bem Indeferir o recurso e Mandar que subsista a decisão da Junta, devendo os recorrentes apresentar instrumento de nova sociedade depois de pago o sello proporcional, ou pagar a correspondente revalidação, visto terem requerido a prorrogação fóra do prazo da lei.

O que communico a V. Ex. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

— 1886-1887 —

## N. 41 — EM 15 DE JUNHO DE 1886

Dá modelo para a communicação reciproca das sentenças penaes entre o Brazil e a Italia.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 3ª Secção.— Rio de Janeiro, 15 de Junho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Haça V. Ex. de expedir as convenientes ordens para que a communicação das sentenças penaes, a que se refere o Decreto n. 7779 de 28 de Junho de 1880, seja sempre feita de accôrdo com o modelo junto, como já foi recommendado no Aviso-Circular de 4 de Abril de 1881.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia de...

COGNOME, NOME  SOPRANOME	Anno	
	Se recidivo	
	N. progressivo al medesimo nome.	
NOME DEL PADRE	ESTRATTO DELLA DECISIONE	
COGNOME E NOME DELLA MADRE		
DATA E LUOGO DI NASCITA Giorno Mese Anno Comune Circondario Provincia		
COGNOME E NOME DEL CONJUGE		
ULTIMO DONICILIO		
PROFESSIONE		
CONNOTATI Statura Capelli Occhi Naso Colorito SEGNİ PARTICOLARI		





## N. 42 — EM 15 DE JUNHO DE 1886

Sobre a recusa da Junta Commercial ao archivamento dos estatutos do Banco —, e da carta imperial autorizando a estabelecer caixas filiaes.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2.<sup>a</sup> Secção. — Rio de Janeiro, 15 de Junho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador o recurso do *English Bank of Rio de Janeiro, Limited*, interposto por seus procuradores, na cidade da Bahia, da decisão da Junta Commercial de S. Salvador, a qual negou o archivamento dos estatutos do mesmo Banco e da carta imperial expedida em virtude do Decreto n. 8610 de 23 de Junho de 1882 que autorizou a estabelecer caixas filiaes em algumas Provincias do Imperio.

Fundou-se a recusa da Junta Commercial nos motivos seguintes :

1.<sup>o</sup> Não conter a procuração poderes especiaes para o estabelecimento da caixa filial que pretendia o *English Bank of Rio de Janeiro, Limited*, crear naquella cidade.

2.<sup>o</sup> Não ter sido approvada a emenda de diversos artigos dos ditos estatutos.

3.<sup>o</sup> Não estar declarado o valor do capital effectivo da dotação que a caixa filial devia ter no Imperio para responder por suas operações.

E o mesmo Augusto Senhor, Conformando-se, por Immediata Resolução de 15 de Maio ultimo, com o parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado em Consulta de 27 de Março anterior, Ha por bem Negar provimento ao recurso e Mandar que seja mantida por taes fundamentos a decisão da Junta Commercial: o que communico a V. Ex. para os devidos effectos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delino Ribeiro da Luz*. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

*Imperial Typograph*

## N. 43 — EM 19 DE JUNHO DE 1886

Sobre a nomeação interina do Contador e Partidor.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2.<sup>a</sup> Secção. — Rio de Janeiro, 19 de Junho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução á consulta do Juiz Municipal e de orphãos do termo de Santo Antonio da Patrulha, a que se

refere o officio dessa Presidencia n. 1762 de 29 do mez findo, declaro a V. Ex.:

Que a nomeação interina de Contador do geral e de Partidor em logares em que esses officios forem annexos, cabe nas comarcas geraes aos Juizes de Direito nos termos em que estes residirem e aos Juizes Municipaes nos demais termos, conforme decidiu o Aviso de 30 de Abril ultimo.

Estando, porém, separado o officio de Partidor, compete a nomeação interina ao Juiz Municipal e de orphãos, de accordo com o disposto nos arts. 218, 259 e 262 § 2º do Decreto n. 9420 de 28 de Abril de 1885.

Que só no caso de vaga ou impedimento dos que tiverem sido nomeados anteriormente, póde o Juiz de Direito exercer a attribuição conferida no citado art. 262, § 3.º

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.



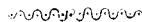
#### N. 44 — EM 30 DE JUNHO DE 1886

A inscripção das escripturas de penhor agricola é feita no livro 6º do Regulamento n. 3453 de 26 de Abril de 1886.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Circular.— Rio de Janeiro, 30 de Junho de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Tendo sido nesta data approvada a deliberação que tomou o Juiz de Direito da comarca de Macahé, na Provincia do Rio de Janeiro, de mandar fazer a inscripção das escripturas de penhor agricola no livro n. 6, destinado pelo art. 13 do Regulamento n. 3453 de 26 de Abril de 1885, para a do penhor de escravos, collocando-se na casa dos nomes e caracteristicos destes a declaração do objecto do penhor agricola; assim o communico a V. Ex. para o fazer constar aos Juizes de Direito dessa Provincia.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*— Sr. Presidente da Provincia de...



## N. 45 — EM 2 DE JULHO DE 1886

Os officiaes do Exército, empregados no Presidio de Fernando de Noronha, não têm direito a vantagens militares.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 4ª Secção.— Rio de Janeiro, 2 de Julho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., em resposta ao officio de 27 de Abril ultimo, que, não annuindo o Ministerio da Guerra, por falta de verba, no abono de vantagens militares aos officiaes do Exército effectivos, reformados ou honorarios actualmente empregados ou que forem nomeados para o Presidio de Fernando de Noronha, e não havendo no orçamento deste Ministerio quota, por onde se faça o pagamento, fica approvedo o acto da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia decidindo não ter direito á percepção de vantagens militares o actual Secretario do Presidio, depois do Decreto n. 9356 de 10 de Janeiro de 1885, que deu novo regulamento áquelles estabelecimentos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

*João Baptista de Aguiar*

## N. 46 — EM 2 DE JULHO DE 1886

Os Fiscaes das Camaras Municipaes, como empregados publicos, estão comprehendidos no art. 2º, § 3º, da Lei n. 1090 de 1 de Setembro de 1860.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 2 de Julho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Sobre representação do Presidente da Camara Municipal de Alfenas, declarou essa Presidencia que o Fiscal da Camara Municipal, sendo empregado publico, á vista do art. 10 n. 7 do Acto Addicional e da Lei da interpretação da reforma constitucional, art. 2º, está comprehendido no art. 2º, § 3º, da Lei n. 1090 de 1 de Setembro de 1860.

Approvando essa decisão, assim o communico a V. Ex. em resposta ao officio n. 45 de 10 do mez findo.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

*João Baptista de Aguiar*

## N. 47 — EM 7 DE JULHO DE 1886

Estabelece as regras que devem ser observadas pelos senhores de escravos que assentarem praça no Corpo Militar de Policia da Côrte, quando requeirarem indemnização do valor de taes escravos.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 3<sup>a</sup> Secção.— Circular.— Rio de Janeiro, 7 de Julho de 1886.

Tendo-se reproduzido o facto de se alistarem escravos nesse corpo, recommendo a V. S. que não transmita a esta Secretaria de Estado requerimento algum de indemnização do valor de taes escravos sem que os senhores, apresentando certidão da matrícula, quitação do imposto e averbação da fuga, si este facto fôr allegado, tenham produzido justificação do dominio e da identidade de pessoa no Juizo dos Feitos da Fazenda, com assistencia do escravo e seu curador e notificação do Promotor Publico e do Fiscal da Fazenda; convindo que este seja ouvido especialmente sobre o valor da indemnização, diligencia feita para accôrdo razoavel e conveniencia do arbitramento.

Deus Guarde a V. S.— *Joaquim Delino Ribeiro da Luz*.— Sr. Coronel Commandante do Corpo Militar de Policia da Côrte.

~~~~~

## N. 48 — EM 10 DE JULHO DE 1886

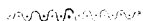
Não podem os Juizes de Direito recusar-se a dar attestado de frequencia, sob o pretexto de não haver o empregado que perante elles serve cumprido os seus deveres.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 4<sup>a</sup> Secção.— Rio de Janeiro, 10 de Julho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Communicou V. Ex., em officio n. 69 de 30 de Abril ultimo, haver mandado abonar ao ex-Promotor Publico da comarca de Iguassú, Bacharel Francisco Xavier Paes Barreto, os vencimentos relativos aos meses de Fevereiro e Março, durante os quaes esteve em exercicio do cargo, e cujo pagamento impugnou a Thesouraria de Fazenda por ter-se recusado o Juiz de Direito da mesma comarca a passar attestado de frequencia, sob pretexto de não ter aquelle funcionario cumprido os seus deveres. Em resposta, declaro que bem procedeu V. Ex., porquanto a falta de exacção no cumprimento dos deveres deve ser punida pelos meios regulares indicados na lei e não com a perda dos vencimentos, uma vez que o empregado se mantinha no

exercício do cargo. Aos Juizes de Direito, como autoridades superiormente incumbidas da jurisdicção criminal, estão subordinados todos os empregados que perante elles servem, e compete, nos termos do art. 339 do Cod. do Proc., advertil-os, conminar em correição as penas disciplinares do art. 50 do Decreto n. 834 de 2 de Outubro de 1851 ou promover-lhes a responsabilidade, e, si não o fizerem, incorrem em censura e são igualmente responsáveis pela tolerancia da desidia, frouxidão, negligencia ou omissão do subalterno, no desempenho das referidas funcções.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Belfino Ribeiro da Luz*.—  
Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



### N. 49 — EM 10 DE JULHO DE 1886

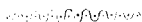
Os agravos de petição e instamento e as cartas testemunháveis continuam a ser julgados depois das appellações cíveis.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 10 de Julho de 1886.

Consultou V. S., em officio de 31 de Março ultimo, si, em vista do artigo unico do Decreto n. 6061 de 18 de Dezembro de 1875, devem ser submettidos a julgamento perante as Relações os agravos de petição e instrumento e as cartas testemunháveis logo depois da decisão das petições de *habeas corpus* e antes de qualquer outro julgamento, ou si subsiste em vigor o art. 1º do Decreto n. 5886 de 13 de Março do mesmo anno, e taes julgamentos são proferidos depois das appellações cíveis.

De accôrdo com o parecer do Conselheiro Presidente da Relação da Côte onde a pratica observada se conforma com a expressa disposição do Decreto n. 5886 de 13 de Março citado, declaro a V. S.:— Que o Decreto n. 6061 de 18 de Dezembro não derogou o de n. 5886 de 13 de Março de 1875, e sim o disposto no Decreto n. 5618 de 2 de Maio de 1871, quanto á fórma e processo dos mesmos julgamentos. Que os fundamentos dessa derogação estão demonstrados no parecer da Secção de Justiça do Conselho de Estado em Consulta de 4 de Dezembro de 1875 que precedeu ao Decreto n. 6061 de 18 do mesmo mez. Que estando em pleno vigor o Decreto n. 5886 de 13 de Março de 1875, os agravos de petição e os instrumentos e as cartas testemunháveis continuam a ser julgados depois das appellações cíveis.

Deus Guarde a V. S.— *Joaquim Belfino Ribeiro da Luz*.—  
Sr. Conselheiro Presidente do Tribunal da Relação de S. Salvador.



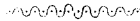
## N. 50 — EM 13 DE JULHO DE 1886

Sobre o exame da lingua portugueza e arithmetica, que prestam os concurrentes ao provimento de officio de Justiça.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 13 de Julho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Em resposta ao telegramma de 7 do corrente mez declaro a V. Ex. que os exames de lingua portugueza e arithmetica que tiverem de ser prestados perante estabelecimentos de instrucção secundaria, para o fim determinado no § 2º do art. 200 do Decreto n. 9420 de 28 de Abril do anno passado, devem ser feitos pela forma prescripta nos regulamentos dos mesmos estabelecimentos; podendo essa Presidencia nomear as comissões examinadoras, si para isso estiver autorizada pelo regulamento do estabelecimento de Instrucção secundaria dessa Provincia.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delino Ribeiro da Luz.*— Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.



## N. 51 — EM 17 DE JULHO DE 1886

Sobre a venda dos bens de espolios arrecadados.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 17 de Julho de 1886.

Pelo art. 3º do Decreto n. 855 de 8 de Novembro de 1851, concluido o inventario de qualquer espolio, os bens da herança são confiados á administração e liquidação do Agente Consular. Em vista de semelhante disposição, consultou V. S., em officio de 25 de Julho de 1884, si o Consul é competente para vender em leilão os bens dos espolios arrecadados, ou si essa diligencia deve ser feita em hasta publica com assistencia do Juiz de ausentes. E sendo a presente duvida levada ao alto conhecimento de Sua Magestade o Imperador, que, attendendo a :

Que o Decreto n. 855 de 8 de Novembro de 1851, confiando a administração e liquidação de taes heranças aos Consules, não excluiu inteiramente a intervenção do Juiz territorial, como se evidencia do art. 2º que firma a competencia da autoridade judiciaria para proceder á arrecadação da herança e ao inventario, apenas acompanhado do respectivo Consul ;

Que o art. 8º do mencionado decreto, vedando aos mesmos Agentes a faculdade de pagarem qualquer divida do defunto, menos as despesas do funeral, sem autorização do Juiz, ainda mais confirma que os actos mencionados no art. 3º são praticados pelos Consules, sem prejuizo, porém, da intervenção da autoridade judiciaria no ponto especial de que se trata ;

Que quando se dá o fallecimento de algum estrangeiro domiciliado no Brazil em lugar onde não haja Agente Consular de sua nação ; o juiz dos defuntos o ausentes arrecada e inventaria a herança na presença de duas testemunhas da nacionalidade do finado, ou brasileiros, e confia-lhes a administração e liquidação da herança, como se vê do art. 6º do mesmo decreto ;

Que este artigo, é certo, omitta a declaração de dependerem do Juiz taes administradores e liquidantes para a venda dos bens ; mas é tambem fóra de duvida que dous particulares, por quem o Governo estrangeiro não responderia em caso de abuso, não podem ter a faculdade de proceder livre e discricionariamente na administração e liquidação da herança ;

Que as disposições citadas, porém, redigidas em termos genericos, não podiam entrar em particularidades e neste caso na sua interpretação não se deve deixar de proceder de Conformidade com o preceito geralmente admittido, segundo o qual as concessões excepçionaes devem ser entendidas restrictamente ;

Que as vendas judiciasrias devem ser em regra feitas em hasta publica, e que o leilão só excepcionalmente tem logar nos casos permitidos pela lei : Houve por bem o mesmo Augusto Senhor Decidir que as disposições do Decreto n. 855 de 8 de Novembro de 1851 são de sua natureza restrictas, e que os bens pertencentes aos espolios arrecadados pelo Consulado portuguez, no caso de necessidade, devem ser apurados em hasta publica, mediante requerimento do Consul ; supprindo e regendo as hypotheses, não previstas pelo Decreto n. 855 citado, o Decreto n. 2433 de 15 de Junho de 1859, que regula a arrecadação dos bens de defuntos e ausentes.

Deus Guarde a V. S.— *Joaquim Delpino Ribeiro da Luz*.— Sr. Juiz de ausentes da 1ª vara da Corte.

*Reprodução da Typographia do Governo*

## N. 52 — EM 3 DE AGOSTO DE 1886

Sobre a falta do *cumpra-se* nas licenças.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— Rio de Janeiro, 3 de Agosto de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Em solução ao Aviso n. 32 de 26 do mez findo, declaro a V. Ex. que, embora não devesse o Juiz de direito da comarca de Cavalcanti, na Provincia de Goyaz, Bacharel

João Vieira da Cunha, entrar no gozo da licença de 17 de Dezembro de 1885 antes do «cumpra-se» da respectiva Presidência, conforme determina o art. 11 do Decreto n. 6857 de 9 de Março de 1878, por não lhe serem applicaveis as excepções dos §§ 1.º e 2.º e a do Aviso n. 121 de 10 de Março de 1881, este Ministerio julgou justificada a falta em razão de haver sido provada a urgencia da licença e verificado que a referida formalidade deixou de ser cumprida por motivo independente da vontade do Juiz, qual o de haver ficado a portaria na Recebedoria da Côrte, em vez de ser remettida ao Presidente da Provincia, que suppriu a falta com a concessão de nova licença, mas não pôde mandar pagar o ordenado correspondente ao mez anterior de 21 de Fevereiro a 21 de Março só autorizado por este Ministerio depois da justificação, e para cujo pagamento rogo a V. Ex. dignar-se expedir a necessaria ordem, com o desconto da 5ª parte.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.* — Ao Exm. Sr. Conselheiro Francisco Belisario Soares de Souza.



#### N. 53 — EM 17 DE AGOSTO DE 1886

Sobre o caso de impedimento de Juiz de Paz de um districto por molestia, suspensão, ausencia, ou suspeição.

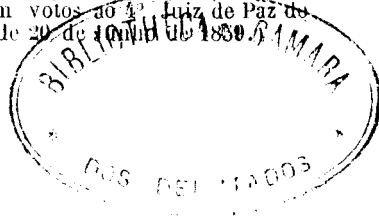
Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 17 de Agosto de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio n. 60 de 12 de Maio ultimo, e tendo em vista a solução dada por essa Presidencia ás duvidas suscitadas pelo Juiz de Paz da parochia da villa do Espirito Santo, declaro a V. Ex.:

1.º Que achando-se os quatro Juizes de Paz de um districto impedidos por molestia, suspensão ou ausencia, cabe á Camara Municipal juramentar o immediato na votação. (Cod. do Proc. Crim. art. 10, Instrucções de 13 de Dezembro de 1832, art. 6º, e Aviso n. 200 de 3 de Agosto de 1835.)

2.º Que sendo o impedimento proveniente de suspeição dos quatro Juizes de Paz de uma freguezia, recorre-se então aos dos districtos mais vizinhos comprehendidos dentro do mesmo termo (Cod. do Proc. Crim. arts. 62 e 63, Avisos ns. 500 de 2 de Setembro de 1833, 200 de 3 de Agosto de 1835 e 272 de 12 de Dezembro de 1840.)

3.º Que dando-se por suspeitos todos os Juizes de Paz dos diversos districtos comprehendidos no mesmo termo, procede-se de conformidade com o principio geral estabelecido no art. 6º das instrucções de 13 de Dezembro de 1832, juramentando a Camara Municipal o cidadão immediato em votos ao 1º Juiz de Paz do districto das partes. (Aviso n. 117 de 20 de Junho de 1880.)





4.º Que, quando por suspeição dos Juizes de Paz de uma freguezia se houver de recorrer aos do districto mais vizinho, deve funcionar o Escrivão do fóro onde teve começo o processo e onde deve ser feita a audiencia. (Aviso n. 96 de 17 de Agosto de 1838.)

5.º Que os Juizes de Paz só têm direito ás custas enumeradas no art. 1.º do Decreto n. 3573 de 2 de Setembro de 1874 e ás do art. 41 pelo julgamento das causas mencionadas na Lei n. 108 de 11 de Outubro de 1837. (Decreto citado, art. 2.º, e Aviso n. 59 de 4 de Fevereiro de 1876.)

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.—  
Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.



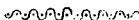
#### N. 54 — EM 11 DE SETEMBRO DE 1886

Podem os Presidentes de Provincia nomear outro concorrente, quando o primeiro nomeado não aceitar a nomeação provisoria de um officio.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 11 de Setembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Em resposta ao telegramma de 28 do mez findo, declaro a V. Ex. que, tendo Benjamin Cruz, nomeado para servir provisoriamente o officio de Tabellião de notas do termo da Conceição do Arroio, desistido da nomeação, póde essa Presidencia nomear outro concorrente que julgar idoneo, observando, porém, as disposições dos arts. 171 a 174 e 180 a 181 do Regulamento annexo ao Decreto n. 9420 de 28 de Abril do anno passado.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.—  
Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.



#### N. 55 — EM 14 DE SETEMBRO DE 1886

Os condemnados no Fóro Criminal, não sendo escravos, mantêm intacta a capacidade civil, salvo os casos de incapacidade super-veniente previstos na lei.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 3ª Secção.— Rio de Janeiro, 14 de Setembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Em officio n. 241 de 18 de Maio ultimo communicou essa Presidencia haver decidido, em solução á

consulta do Chefe de Policia com referencia ao facto de terem adquirido os galés ex-escravos Daniel e Vicente Bonifacio da Silva por meio de loteria a quantia de 5:000\$ cada um, que não devem ser considerados privados da administração de seus bens porque é isto o que se coaduna com os principios do nosso Direito Publico e do Código Criminal, sendo que o art. 179, § 20, da Constituição aboliu a confiscação de bens dos sentenciados e expressamente o art. 53 do dito Código apenas suspende o exercicio dos direitos politicos durante os efeitos da condemnação aos condemnados a galés, á prisão com trabalho, á prisão simples a degredo ou a desterro, e assim podem elles adquirir propriedade, conserva-la e dispôr da mesma segundo as regras da legislação civil.

O Governo Imperial approva esta decisão, por encerrar doutrina juridica e verdadeira, e na sua conformidade declara que os condemnados no Fóro Criminal, não sendo escravos, mantêm intacta a sua capacidade civil, salvo os casos de incapacidade superveniente e previstos nas leis, as quaes inibem que se aggravem as penas com outras restricções de direitos além daquellas que são efeitos naturaes das respectivas penas ou que estiverem explicitamente consignadas em prescripções penaes ou constitucionaes, como fazem certo as citadas disposições combinadas com o art. 33 do Código Criminal e art. 179, principio, e §§ 1º e 22 da Constituição do Imperio.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*—  
Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



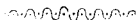
#### N. 56 — EM 17 DE SETEMBRO DE 1886

São incompetíveis o cargo de Juiz Municipal e de orphãos, e o de Lente de geographia e historia do Lyceu.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—2ª Secção.—Rio de Janeiro, 17 de Setembro de 1886.

Illm. e Exm. Sr.—Em solução á duvida suscitada pelo Juiz Municipal e de orphãos dessa capital, no officio que por cópia acompanhou a dessa Presidencia n. 59 de 6 do mez findo, declaro a V. Ex., que á vista da doutrina dos Avisos n. 180 de 3 de Junho de 1867 e n. 6 de 3 de Janeiro de 1873, é manifesta a incompatibilidade na accumulção dos cargos de Juiz Municipal e de orphãos e Lente de geographia e historia do Lyceu.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*—  
Sr. Presidente da Provincia do Piahy.



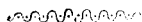
## N. 57 — EM 20 DE SETEMBRO DE 1886

Podem as Juntas Commerciaes alterar por nova fixação o valor da fiança dos Agentes de leilões.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 20 de Setembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para o fazer constar á Junta Commercial de Belém, em resposta á consulta de 14 do mez findo, que, em face do disposto no art. 7º, 2ª parte, do Decreto n. 858 de 10 de Novembro de 1851, é da competencia da mesma Junta alterar por uma nova fixação o valor da fiança dos Agentes de leilões, sempre que julgar conveniente.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia do Pará.



## N. 58 — EM 5 DE OUTUBRO DE 1886

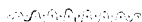
Declara que a autoridade, que nomear peritos para corpos de delicto, pôde constrangel-os ao cumprimento desse dever.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 3ª Secção.— Rio de Janeiro, 5 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— O Governo Imperial manda declarar a V. Ex., em resposta á sua consulta feita por telegramma, que, sendo a exhumação de cadaver, para nelle se proceder a exame de corpo de delicto, acto preparatorio desta diligencia, a qual constitue onus publico para todos os profissionais respectivos, deve a autoridade nomear os peritos competentes e pôde constrangel-os, quando se não prestarem ao cumprimento da obrigação legal definida nos arts. 135 doCodigo do Processo Criminal e 258 e 259 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, com o emprego dos meios coercitivos de multas, não excedentes ás impostas para taes casos na segunda parte do art. 259 do mesmo regulamento, além da comminação e effectiva imposição da pena de desobediencia, procedendo-se no caso della pela fórmula dos arts. 203 e 204 do referidoCodigo, como declara o Aviso n. 160 de 23 de Junho de 1835, guardadas as disposições do Regulamento n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

A despeza, a que allude o telegramma, está comprehendida nas autorizadas pelas Instruções reservadas de 13 de Fevereiro de 1878, §§ 1º e 7.º

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.



## N. 59 — EM 5 DE OUTUBRO DE 1886

Só no caso de absoluta necessidade se deve dar passagens para condução dos presos de justiça.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 4ª Secção.— Circular.— Rio de Janeiro, 5 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Convindo cessar a concessão indebita de passagens por conta do Ministerio a meu cargo, recommendo a V. Ex. a fiel observancia dos Avisos-Circulares de 17 de Junho e 15 de Setembro de 1884.

Outrosim, declaro que, dentro dos limites dessa Provincia, e por conta deste Ministerio só deverão ellas ser concedidas quando houver absoluta necessidade para algum dos fins declarados no art. 2º das Instrucções de 13 de Fevereiro de 1878, conforme preceitua o art. 3º; devendo as autoridades policiaes ou judicias, que as requisitarem, dar immediato conhecimento do motivo justificativo a V. Ex., que o transmittirá a esta Secretaria de Estado.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*— Sr. Presidente da Provincia de...



## N. 60 — EM 12 DE OUTUBRO DE 1886

A prohibição de commerciar é restricta aos Juizes Municipaes, e não se estende aos seus supplentes.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 12 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Com referencia ao officio dessa Presidencia n. 205 de 2 do mez findo, declaro a V. Ex., para o fazer constar ao Juiz de Direito da comarca de Mamanguape em solução ás duvidas suscitadas pelo respectivo Promotor Publico :

Que a prohibição de commerciar imposta no art. 2º, n. 1, do Codigo Commercial é restricta aos Juizes Municipaes e só por lei póde estender-se aos seus supplentes ;

Que no impedimento por mais de seis mezes de que trata o art. 6º, § 1º, do Decreto n. 4824 de 22 de Novembro de 1871, não se comprehende o que é relativo a certa e determinada causa como a suspeição.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*— Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.



## N. 61 — EM 15 DE OUTUBRO DE 1886

Sobre a concessão e pagamento de emolumentos e sello das licenças para casamento de menores.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Seção.— Rio de Janeiro, 15 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— A este Ministerio consultou directamente o Vigário da parochia de Pirangusti, do termo de Itajubá, nessa Província :

1.º Si o menor livre, filho legitimo ou natural de escrava, é obrigado, como orphão, a pedir licença para casar ;

2.º Si o orphão maior de 21 annos com tutor ou orphão menor sem tutor conhecido ou filho-familias pauperrimos precisam tambem de licença para casar ;

3.º No caso affirmativo, quem deve pagar os emolumentos e sello de taes licenças.

Em resposta declaro que :

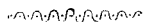
1.º O menor de 21 annos, seja qual fôr a sua condição, não estando emancipado pelos meios estabelecidos na lei, não pôde contrahir casamento sem licença da pessoa sob cujo poder ou jurisdicção estiver, segundo as disposições em vigor ;

2.º Os maiores de 21 annos estão habilitados para todos os actos da vida civil, e, portanto, não são obrigados a apresentar licença para casar ;

3.º Finalmente, a licença e dispensa de impedimento para casar e de prégão concedidas a pessoas pobres, estão isentas de sello, como se vê do art. 13, n. 18, do Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883 ; não se dando o mesmo a respeito das custas, porque destas não as exclue o Regimento n. 5737 de 2 de Setembro de 1874, dependendo dos Juizes e Escrivães a renuncia desses emolumentos, como o declara o Aviso de 7 de Maio de 1878.

O que V. Ex. fará constar ao mencionado Parocho, assim como que, de accôrdo com as disposições vigentes, só se pôde corresponder com o Governo Imperial por intermedio dessa Presidencia.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Deljino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Província de Minas Geraes.



## N. 62 — EM 20 DE OUTUBRO DE 1886

Os Commandantes Superiores da Guarda Nacional devem passar o Commando aos seus substitutos quando se ausentarem do districto.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 3ª Secção.— Rio de Janeiro, 20 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e em resposta ao officio n. 7200 de 31 de Dezembro do anno proximo passado, que nao tem lugar a imposição de pena aos Commandantes Superiores ou de corpos da Guarda Nacional que se retiram do respectivo districto, por tempo que não exceda de seis mezes, sem que tenham feito communicação e passado o Commando ao seu substituto legal. Cumpre, porém, que V. Ex., attendendo à conveniencia do serviço publico e ao estylo geralmente observad., recomende aos mencionados Commandantes que, d'ora em diante, não se ausentem dos districtos dos Commandos Superiores sem que façam communicação ao substituto legal a quem passarão o Commando.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.

*Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*

## N. 63 — EM 22 DE OUTUBRO DE 1886

Fixa a competencia para instruir e informar as petições de graça nos casos que não forem de peza capital.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 3ª Secção.— Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 1886.

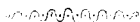
Devolvendo o requerimento em que o réo Gustavo pede perdão da pena de galés perpetuas, imposta em sessão do Jury da Côte, presidida por V. S., aos 14 de Fevereiro de 1879, declaro que não são procedentes as razões que V. S. apresentou em seu officio de 11 do corrente para declinar de si a competencia para fazer instruir e informar a petição de graça, por quanto tendo os Juizes de Direito nas comarcas especiaes competencia cumulativa para julgar no Tribunal do Jury, e exigindo o Aviso n. 287 de 28 de Junho de 1865 que a informação das petições de graça seja prestada pelo Juiz da condemnação, é a este, estando presente no lugar, que assim cumpre preparar os recursos ao Poder Moderador,

e não aos Juizes das execuções, como aliás já foi decidido pelo Aviso de 22 de Março de 1873, n. 113.

Desta obrigação se eximem as autoridades da condemnação sómente quando ausentes do lugar por qualquer motivo, caso em que naturalmente se transferem a quem as tiver substituindo ou lhes succeder nos respectivos Juizes não só a dita obrigação de informar, como a que lhe é inseparavel, de promover a instrução dos referidos recursos com certidões das peças dos processos exigidas pelo Decreto n. 2566 de 28 de Março de 1860 e pela Circular de 27 de Janeiro de 1876.

Aos Juizes executores, quando as sentenças estiverem em execução, compete apenas julgar os actos do Poder Moderador, de que trata o art. 101 § 8º da Constituição, conforme a culpa, na forma dos arts. 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto n. 1458 de 14 de Outubro de 1854.

Deus Guarde a V. S.—*Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*—  
Sr. Desembargador Juiz de Direito do 3º districto criminal da Corte.



#### N. 64 — EM 22 DE OUTUBRO DE 1886

A parte vencida não pôde ser obrigada a pagar os honorarios a que se comprometter por contrato a parte vencedora.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 1886.

Illm. e Exm. Sr.— Com o officio n. 171 de 3 de Junho ultimo, submetteu essa Presidencia á consideração deste Ministerio o requerimento do Bacharel Dario Augusto Ferreira da Silva, consultando si o preço do contrato que o advogado celebra com seu constituinte, nos termos do art. 202 do Regimento de custas, deve ser pago por este ou pela parte vencida.

Em resposta, declaro a V. Ex. que, não podendo a parte vencida ser obrigada a pagar os honorarios a que se comprometter por contrato a vencedora, mas sómente o que fôr contado conforme o regimento citado, é unicamente contra o seu constituinte que o advogado tem a acção de que trata o art. 205 para haver o preço do seu contrato, o qual só constitue prova de divida contra quem o assignou.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*—  
Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



## N. 65 — EM 22 DE OUTUBRO DE 1886

Sobre as sociedades anonymas estrangeiras e o registro dos estatutos das caixas filiaes nas Juntas Commerciaes.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 1886.

Em solução á consulta da Junta Commercial de Porto Alegre, a que se refere o officio n. 1033, de 26 de Agosto ultimo, declaro a V. S.:

Que continuam sujeitas ás disposições da Lei n. 1083, de 22 de Agosto de 1860, regulada pelo Decreto n. 8741 de 19 de Dezembro do mesmo anno, as sociedades anonymas estrangeiras, suas succursaes e caixas filiaes que funcionam no Imperio com autorização do Governo, nos termos do art. 1º n. 3 da Lei n. 3150, de 4 de Novembro de 1882, e art. 130 § 1º do Regulamento de 30 de Dezembro do dito anno;

Que, de accôrdo com o art. 13, § 1º, do Decreto citado de 19 de Dezembro de 1860, embora archivados ou registrados na Junta Commercial da Côte os estatutos das referidas sociedades, devem ser igualmente registrados com as respectivas cartas de organização nas Juntas Commerciaes de cada districto em que se houver de estabelecer caixas filiaes, agencias ou succursaes.

Deus Guarde a V. S.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Junta Commercial de Porto Alegre.

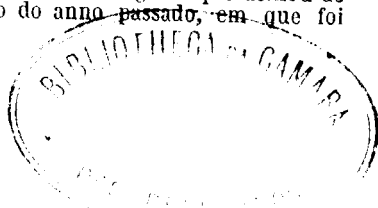


## N. 66 — EM 23 DE OUTUBRO DE 1886

A suspensão administrativa não produz effeito sem a clausula de responsabilidade.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 4ª Secção.— Rio de Janeiro, 23 de Outubro de 1886.

Illm. e Exm. Sr.— Em resposta ao officio da Thesouraria de Fazenda dessa Provincia de 16 de Setembro ultimo, declaro a V. Ex. que fica approvado o acto pelo qual a mesma Thesouraria mandou pagar ao ex-Juiz Municipal dos termos reunidos de Sant'Anna de Mattos e Angicos, Bacharel Manoel Francisco do Nascimento Sobreira, os vencimentos integraes que deixou de receber desde 25 de Novembro do anno passado, em que foi





suspensão, até 29 de Maio do corrente anno, dia em que constou oficialmente a sua exoneração a pedido, porquanto a suspensão administrativa não produz effeito sem a clausula de responsabilidade.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.—  
Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.



#### N. 67 — EM 3 DE NOVEMBRO DE 1886

Os Escrivães de orphãos são obrigados a prestar fiança, por cuja falta incorrem na sanção penal do art. 138 do Código Criminal.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—2.<sup>a</sup> Secção.—Rio de Janeiro, 3 de Novembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de 2 de Julho ultimo, e tendo em vista a solução dada por essa Presidencia á consulta feita pelo Juiz de Direito da comarca do Rio S. Francisco, declaro a V. Ex.:

1.<sup>o</sup> Que por força do disposto no Alvará de 13 de Maio de 1713 e da Ord. Liv. 1.<sup>a</sup>, Tit. 88, §§ 54 e 89, § 1.<sup>o</sup>, já eram os Escrivães de orphãos obrigados á prestação de fiança, não tendo a esse respeito creado direito novo o Regulamento anexo ao Decreto n. 9420 de 28 de Abril do anno passado;

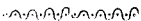
2.<sup>o</sup> Que é obrigado a prestal-a, não tendo-o feito anteriormente, o Escrivão de orphãos daquelle termo, maxime em face do disposto no art. 290 do citado regulamento que consolidou a legislação relativa aos officios da Justiça;

3.<sup>o</sup> Que a falta da prestação da fiança no prazo designado não importa a vacancia do logar, mas faz o Escrivão incorrer na sanção penal do art. 138 do Código Criminal, que pune a omissão com a suspensão do emprego até a satisfação da fiança;

4.<sup>o</sup> Que si fosse caso de ser declarado vago o officio, seria isto da exclusiva competencia do Governo Imperial;

5.<sup>o</sup> Que o Curador dos orphãos é competente para requerer a prestação da fiança representando os orphãos.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.—  
Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



## N. 68 — EM 4 DE NOVEMBRO DE 1886

Cessando a impossibilidade, podem voltar ao exercício das funções os serventuários de officio de Justiça que obtiveram successor, e cujos impedimentos por parentesco não comprehendem os serventuários de Juizos differentes.

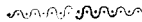
Ministerio dos Negocios da Justiça.—2ª Secção.—Rio de Janeiro, 4 de Novembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.—Com referencia ao officio n. 303 de 23 do Setembro ultimo, declaro a V. Ex.:

1.º Que um Tabellião pôde servir com um Partider, cuja mulher é sobrinha daquelle, visto que, na fórma do Decreto n. 6841 de 16 de Fevereiro de 1878, a incompatibilidade por parentesco, estabelecida pela Ord. Liv. 1.º, Tit. 79, § 45, relativamente aos Escrivães e Tabelliães que funcionam no mesmo termo, não comprehende os serventuários de Juizos differentes, ainda que as respectivas varas sejam exercidas por um só magistrado;

2.º Que, á vista do disposto no art. 129 do Regulamento annexo ao Decreto n. 9420 de 28 de Abril do anno passado, o serventuário de officio de Justiça que obteve successor durante a sua vida e antes da execução dos Decretos ns. 9324 e 9344 de 22 de Novembro e 16 de Dezembro de 1884, pôde voltar ao exercício de suas funções, observando-se, porém, as formalidades prescriptas no referido regulamento, ou desistir do officio, devendo neste caso o mesmo officio ser posto a concurso, porquanto o Aviso n. 586 de 31 de Dezembro de 1877 acha-se revogado pelo já citado regulamento, que consolidou a legislação relativa aos officios de Justiça.

Deus Guarde a V. Ex.—*Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.—Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



## N. 69 — EM 4 DE NOVEMBRO DE 1886

Sobre a obrigação, que têm os empregados das visitas de policia dos portos, de inscreverem nas cartas de saude o numero de passageiros com que sahem as embarcações.

Ministerio dos Negocios da Justiça.—3ª Secção.—Circular.—Rio de Janeiro, 4 de Novembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.—Expeça V. Ex. as convenientes ordens para que o empregado da visita de policia do porto quando fôr a

bordo dos navios, na occasião da sahida, inscreva no logar correspondente da carta de saúde o numero de passageiros que a embarcação conduz, além de averiguar-se si os navios que entram nos portos nacionaes trazem o numero de passageiros com que sahiram do ultimo porto de escala, si falleceu algum a bordo e qual a causa da morte.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.* — Sr. Presidente da Provincia de...



#### N. 70 — EM 4 DE NOVEMBRO DE 1886

Recommenda a maior celeridade no cumprimento das cartas rogatorias de diversos paizes, sobre materia penal.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 3ª Secção. — Circular. — Rio de Janeiro, 4 de Novembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Haja V. Ex. de declarar ás autoridades judicarias dessa Provincia que as cartas rogatorias sobre materia penal procedentes da Allemanha, Austria, Belgica, Bolivia, Hespanha, Italia, Paizes Baixos, Paraguay, Portugal, Republica Argentina e Republica Oriental, devem, pela sua natureza, ser cumpridas com a maior celeridade e gratuitamente, salvo as excepções estabelecidas nos respectivos accordos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.* — Sr. Presidente da Provincia de...



#### N. 71 — EM 9 DE NOVEMBRO DE 1886

Não corre o prazo para os serventuarios de Justiça assumirem o exercicio em quanto os officios não estiverem lotados.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 9 de Novembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Com referencia ao officio n. 234 de 24 de Setembro ultimo, declaro a V. Ex. que fica approvado o acto pelo qual essa Presidencia decidiu que o cidadão Saturnino José da Silva Ramos, provido por Decreto de 11 de Novembro de 1884 na serventia vitalicia dos officios de 1º Tabelião de notas e Escrivão do crime e de orphãos do termo de Alcobaça, não havia perdido o direito á nomeação, visto que, tendo sido lotados os officios a 4 de Abril de 1885, o prazo de cinco mezes marcado no art. 15

do Decreto n. 4302 de 23 de Dezembro de 1868 para o mesmo cidadão assumir o exercicio de suas funcções, na fórma do art. 277 do Regulamento n. 9420 de 28 de Abril do anno passado, principiou a correr daquella data e terminou a 4 de Setembro seguinte.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.



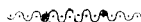
#### N. 72 — EM 10 DE NOVEMBRO DE 1886

Providencia quanto ás informações semestraes prestadas pelos Juizes de Direito.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Circular. — Rio de Janeiro, 10 de Novembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Devendo servir de base para a promoção dos Juizes Municipaes, Juizes de orphãos e Promotores aos logares de Juizes de Direito, as informações exigidas pelos arts. 37, 38 e 39 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, segundo determina o art. 40, recommendo a V. Ex. que chame a attenção dos Juizes de Direito para essa importante incumbencia, na parte que lhes pertence, e cujo exacto desempenho, de conformidade com a Circular de 23 de Março de 1858, habilitará a V. Ex. para cumprir com zelo, que o Governo espera de sua dedicação ao serviço publico, as disposições cuja execução lhe foram commettidas, convindo que, a começar de Janeiro proximo futuro, as informações semestraes sejam remettidas á Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça com a maxima regularidade.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*. — Sr. Presidente da Provincia de...



#### N. 73 — EM 17 DE NOVEMBRO DE 1886

As autoridades de comarcas differentes devem auxiliar-se reciprocamente na prevenção e repressão dos crimes.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 3ª Secção. — Rio de Janeiro, 17 de Novembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Pelo officio n. 226 de 21 de Setembro ultimo do Presidente da Provincia da Parahyba, tive conhecimento dos factos a que se refere o officio dessa Presidencia n. 480, de 6 do mesmo mez, praticados na comarca de Itambé por funcçio-

narios e autoridades policiaes da comarca de Pedras de Fogo, daquella Provincia.

Em resposta, recommendo a V. Ex. que faça sentir ás autoridades da Provincia das referidas comarcas a necessidade em que ellas e as de Pedras de Fogo se acham de auxiliarem-se reciprocamente na prevenção e repressão dos delictos, attendendo promptamente ás requisições que umas dirigirem ás outras e devendo, sempre que se verificar a urgencia da entrada em territorio de jurisdicção alheia, em seguimento de algum réo ou objecto furtado, observar fielmente a disposição do art. 117 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842 e cumprir, immediatamente, na hypothese de effectuarem alguma prisão em flagrante delicto, o preceito do art. 12, § 1º, da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

Neste sentido me dirijo hoje ao Presidente da Provincia da Parahyba.

Quanto ao assassinato de Manoel Pereira da Cunha Rego, commettido no logar Oratorio, pelo soldado Altino do destacamento de Itambé, não se verificou pelo inquerito, a que procedeu o Chefe de Policia da Parahyba, que o réo tivesse acompanhado o agente fiscal de Pedras de Fogo, havendo apenas uma testemunha, de posto que pouco antes fôra visto o Escrivão da Collectoria com o réo.

No processo contra este já instaurado se poderá verificar si cabe ao referido Escrivão responsabilidade no delicto; cumprindo, entretanto, que V. Ex. faça averiguar si alguma autoridade de Itambé forneceu aquelle soldado para diligencia fiscal e quando e de que modo ausentou-se elle do destacamento.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.* — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



#### N. 74 — EM 25 DE NOVEMBRO DE 1886

Os Avaliadores commerciaes creados para as execuções commerciaes só podem servir nos processos de fallencia quando aceitos pelos Juizes sobre propostas dos Curadores fiscaes.

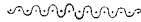
Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 25 de Novembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Com o officio n. 68, de 30 de Abril ultimo, transmittiu essa Presidencia o requerimento dos Avaliadores do Juizo do commercio dessa capital, reclamando providencias, para que como taes sirvam tambem nos processos de fallencia.

Em resposta declaro a V. Ex. que não procede a reclamação, visto achar-se em pleno vigor os arts. 815 do Codigo do Commercio e 153 do Regulamento n. 738 de 25 de Novembro de 1850, cujas

disposições não podiam ter sido revogadas pelo Decreto n. 1056, de 23 de Outubro de 1852, o qual, como é expresso no art. 5º, limitou-se a derogar os arts. 533 e 534 do Regulamento n. 737, de 25 de Novembro de 1850, quanto ao modo e duração das nomeações dos Avaliadores creados para as execuções commerciaes, o que aliás não impede que sejam livremente accitos pelos Juizes, sobre proposta dos Curadores fiscaes.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.* — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



#### N. 75 — EM 26 DE NOVEMBRO DE 1886

Aos Agentes Consulares falta competencia para dar determinações ás autoridades judicias.

Ministerio dos Negocios da Justiça. — 2ª Secção. — Rio de Janeiro, 26 de Novembro de 1886.

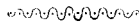
Ilm. e Exm. Sr. — Em solução ao officio n. 33 de 31 de Março ultimo, e com referencia aos incidentes occorridos na liquidação do espolio pertencente ao finado subdito francez João José Assene, declaro a V. Ex., de accôrdo com o parecer do Ministerio dos Negocios Estrangeiros :

Que, de conformidade com o que decidiu essa Presidencia, bem procedeu o Juiz de ausentes do termo de Itajahy deixando de attender ao telegramma que lhe dirigiu o Agente Consular da França, no sentido de mandar suspender qualquer acto de praça para pagamento de credores interessados na liquidação da herança ; porquanto, quer o processo de liquidação pertença no todo á autoridade consular ou ao fóro territorial, não cabe ao Agente Consular faculdade para dar determinações ao Poder Judiciario ;

Que a intervenção consular que se deu no presente caso, depois da arrecadação effectuada pela autoridade local, foi regularmente realzada na fórma do art. 26 da Convenção consular italo-brazileiro, adoptada pela França. Si, porém, o Delegado do Agente Consular nada ainda providenciou para proseguir na liquidação, só ao mesmo Agente compete pedir ao seu representante contas de semelhante procedimento, quando a demora seja prejudicial aos interesses da herança ora a seu cargo ;

Que nada dispondo a referida convenção sobre o destino que, dando-se a hypothese do art. 26, devem ter os autos de arrecadação de um espolio feita pela autoridade local, é de boa praxe, como decidiu essa Presidencia, tratando-se dos bens de Assene, que taes autos fiquem no cartorio, sob a responsabilidade do respectivo Escrivão, não podendo quem quer que seja haver delles senão certidão, conforme a lei.

Deus Guarde a V. Ex. — *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.* — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.



## N. 76 — EM 14 DE DEZEMBRO DE 1886

Sobre a nomeação dos Curadores geraes de orphãos.

Ministerio dos Negocios da Justiça.— 2ª Secção.— Rio de Janeiro, 14 de Dezembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Com o officio n. 333 de 8 de Julho ultimo transmittiu essa Presidencia a consulta do Curador geral de orphãos e Promotor Publico da comarca de S. João do Rio Claro, acerca das difficuldades que encontra para exercer os dous cargos nos processos de que tratam os arts. 4º e 7º do Decreto n. 9602 de 12 de Junho deste anno.

Em resposta, declaro a V. Ex.:

1.º Que continúa em vigor o art. 92 do Decreto n. 9420 de 22 de Abril de 1885, que, de conformidade com a doutrina dos Avisos deste Ministerio n. 415 de 27 de Abril de 1855, n. 13 de 15 de Janeiro de 1858, n. 647 de 3 de Outubro de 1878 e n. 655 de 14 de Outubro de 1879, manda preferir os Promotores Publicos nas nomeações provisórias para o cargo de Curador geral, nos termos em que a lei não tenha creado esse cargo;

2.º Que nos impedimentos que possam dar-se, no caso de ter o funcionario de exercer o seu officio sobre actos de que coparticipou na qualidade de Promotor ou na de Curador, deverá, na primeira destas hypothèses, ser substituido por Curador geral *ad hoc*, que o Juiz nomeará, e na segunda, pelo adjunto ou por pessoa idonea que o Juiz nomear de conformidade com o art. 1º, §§ 7º e 8º, da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871;

3.º Que, no caso de provir o impedimento da iniciativa ou intervenção do Promotor em causa ou processo no qual deve o orphão ou alguém a elle equiparado ser assistido do Curador geral, como acontece nos processos a que se refere o art. 4º, § 18, do Regulamento n. 9602 de 12 de Junho ultimo, cumpre que o Juiz nomeie um Curador geral de orphãos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*.— Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



# INDICE DAS DECISÕES

## MINISTERIO DA MARINHA

|                                                                                                                                                                                                     | Pags. |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 1 — Aviso de 5 de Janeiro de 1886.— Declara como deve ser paga a 2ª prestação do premio concedido ás praças engajadas de conformidade com o Aviso de 30 de Outubro de 1882.....                  | 1     |
| N. 2 — Aviso de 22 de Fevereiro de 1886.— Declara que sobre o reconhecimento das dividas inferiores a 250\$000 deve ser observada a decisão do Ministerio da Fazenda n. 260 de 19 de Julho de 1856. | 1     |
| N. 3 — Aviso de 23 de Fevereiro de 1886.— Declara em que condições devem ser matriculados pilotos habilitados por escolas estrangeiras.....                                                         | 2     |
| N. 4 — Em 24 de Fevereiro de 1886.— Providencia para que seja organizado o serviço da praticagem na barra do Rio S. Francisco, Provincia das Alagoas.....                                           | 2     |
| N. 5 — Em 13 de Março de 1886.— Estabelece a taxa que devem pagar os navios que se utilizarem da praticagem na entrada ou sahida das barras de Cananéa e Icapara.....                               | 32    |
| N. 6 — Aviso de 2 de Abril de 1886.— Designa os distinctivos de que devem usar as praças das companhias de foguistas do corpo de imperiaes marinheiros.....                                         | 33    |
| N. 7 — Aviso de 5 de Abril de 1886.— Manda organizar uma companhia de artilheiros, de conformidade com o art. 22 do Regulamento annexo ao Decreto n. 8737, de 18 de Novembro de 1882.....           | 34    |
| N. 8 — Aviso de 14 de Agosto de 1886.— Approva o procedimento do Ajudante General da Armada mandando alistar, como voluntario, no batalhão naval o liberto Julio.....                               | 34    |
| N. 9 — Em 27 de Novembro de 1886.— Marca os distinctivos que devem usar os machinistas de 3ª e 4ª classe, e os praticantes de machinistas.....                                                      | 35    |
| N. 10 — Aviso de 14 de Dezembro de 1886.— Declara que os estrangeiros podem possuir embarcações do trafego do porto.....                                                                            | 35    |
| N. 11 — Aviso de 27 de Dezembro de 1886.— Declara que os Capitães de portos não têm competencia para fiscalisar a lotação das equipagens dos navios mercantes nacionaes.....                        | 36    |
| N. 12 — Em 28 de Dezembro de 1886.— Determina que nos bonets das praças do corpo de imperiaes marinheiros seja substituido o forro de algodão por um ar de barbatana ou de aço.....                 | 37    |



## MINISTERIO DA MARINHA

### N. 1 — AVISO DE 5 DE JANEIRO DE 1886

Declara como deve ser paga a 2ª prestação do premio concedido ás praças ~~engajadas~~ <sup>engajadas</sup> de conformidade com o Aviso de 30 de Outubro de 1882.

Ministerio dos Negocios da Marinha.— 2ª Secção.— N. 13.—  
Rio de Janeiro em 5 de Janeiro de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— De accôrdo com as informações prestadas por V. Ex. e pela Contadoria em officios ns. 897 e 429, de 27 de Novembro e 7 de Dezembro proximos findos, resolvi que a segunda prestação do premio concedido ás praças engajadas de conformidade com o Aviso de 30 de Outubro de 1882, em vez de ser-lhes abonada integralmente ao concluir a metade do prazo de engajamento como determina a 6ª observação das Instrucções annexas ao citado aviso, seja dividida em tres partes correspondentes a cada um dos tres ultimos annos de serviço; sendo a primeira e a segunda de cem mil réis, e a ultima de cento e cincoenta mil réis ao terminar o tempo de serviço. O que a V. Ex. communico para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*  
— Sr. Ajudante General da Armada.



### N. 2 — AVISO DE 22 DE FEVEREIRO DE 1886

Declara que sobre o reconhecimento das dividas inferiores a 250\$000 deve ser observada a decisão do Ministerio da Fazenda n. 260 de 19 de Julho de 1885.

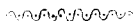
Ministerio dos Negocios da Marinha.— 4ª Secção.— N. 268.—  
Rio de Janeiro em 22 de Fevereiro de 1886.

Resolvendo a duvida suscitada pela 2ª Secção dessa Contadoria em officio n. 198 de 16 do corrente, declaro a V. S., para os devidos effeitos, que, sobre o reconhecimento das dividas inferiores a 250\$000, deve ser observada a decisão do



Ministerio da Fazenda, n. 260 de 19 de Julho de 1856, que dispensa a habilitação judicial dos herdeiros do credor; con-vindo, porém, exigir a prova administrativa, de conformidade com o Aviso de 20 de Fevereiro de 1858.

Deus Guarde a V. S. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Contador da Marinha.



### N. 3 — AVISO DE 23 DE FEVEREIRO DE 1886

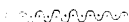
Declara em que condições devem ser matriculados pilotos habilitados por escolas estrangeiras.

Ministerio dos Negocios da Marinha.— 3ª Secção.— N. 282.—  
Rio de Janeiro em 23 de Fevereiro de 1886.

No officio que, sob n. 5, me dirigiu a 5 do corrente, consulta V. S. si deve continuar a admitir á matricula pilotos habilitados por escolas estrangeiras.

Em resposta, declaro a V. S., para os fins convenientes, e de accôrdo com o parecer emitido pelo Conselho Naval em Consulta n. 5478 de 19 de Fevereiro corrente, que pilotos nas alludidas condições não devem ser matriculados, sem que prestem exame de sufficiencia na Escola de Marinha, salvo si provarem, como expressamente determina o Aviso regulamentar de 13 de Outubro de 1862, que já dirigiram navios na qualidade de capitães ou pilotos, para os portos da Europa e Asia, antes da promulgação do Código Commercial.

Deus Guarde a V. S. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Capitão do Porto da Província da Bahia.



### N. 4 — EM 24 DE FEVEREIRO DE 1886

Providencia para que seja organizado o serviço da praticagem na barra do Rio S. Francisco, Província das Alagoas.

Ministerio dos Negocios da Marinha.— 3ª Secção.— N. 293.—  
Rio de Janeiro em 24 de Fevereiro de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Haja V. Ex. de providenciar para que seja organizado o serviço da praticagem na barra do Rio S. Francisco, nessa Província, por intermedio de associação de praticos, observadas as disposições do Regulamento anexo ao presente Aviso.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Presidente da Província das Alagoas.

**Regulamento para a Praticagem da foz e curso do Rio S. Francisco até a cidade do Penedo, na Província das Alagoas, a que se refere o Aviso desta data.**

## CAPITULO I

### DO PESSOAL

Art. 1.º A praticagem da barra e curso do Rio S. Francisco até a cidade do Penedo será exercida por uma associação de praticos, composta de um pratico-mór, um ajudante do pratico-mór, dous praticos e dous praticantes.

Art. 2.º O effectivo dos empregados da associação constará de um atalaiador e seis remadores.

Art. 3.º O serviço da praticagem ficará sob a inspecção e fiscalização da Capitania do porto das Alagoas, onde deverão ser matriculados não só os praticos e praticantes, como também os empregados da associação.

Art. 4.º O pratico-mór e o seu ajudante serão nomeados pelo Governo Imperial, mediante proposta fundamentada do Capitão do porto ao Presidente da Província, que a transmittirá, com o seu juízo, á Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha.

Taes nomeações deverão recahir sobre os praticos do quadro que mais se recomendarem por seu comportamento, probidade, zelo e proficiencia.

Art. 5.º Ninguém poderá obter o titulo de pratico sem haver provado :

- 1.º Que é cidadão brasileiro e maior de 21 annos ;
- 2.º Que tem bom procedimento ;
- 3.º Que sabe ler, escrever e contar ;
- 4.º Que satisfaz os exames de habilitação profissional prescriptos no presente Regulamento.

Art. 6.º Os logares de pratico do quadro serão preenchidos pelos praticantes que, nos termos do art. 19, se mostrarem habilitados em exame.

Em identidade de circumstancias, terá preferencia o mais antigo e, dada a mesma antiguidade, o mais velho.

Paragrapho unico. Só na carencia absoluta de praticantes cabalmente habilitados é que poderão entrar para o quadro dos praticos individuos estranhos á associação, que satisfizerem as condições estabelecidas no artigo antecedente.

Art. 7.º Ninguém será admittido ao logar de praticante sem haver provado :

- 1.º Que é cidadão brasileiro e maior de 18 annos ;
- 2.º Que sabe ler, escrever e contar ;
- 3.º Que tem noções da arte de marinheiro ;
- 4.º Que conhece os rumos d'agulha e bem assim a navegação do rio desde a foz até a cidade do Penedo.

Em igualdade de condições entre os candidatos, serão preferidos:

- 1.º Os remadores ;
- 2.º Os filhos dos praticos ;
- 3.º Os filhos da gente de mar, em geral.

Art. 8.º Ninguém poderá exercer o cargo de atalaiador sem provar que, além de saber ler, escrever e contar, conhece os signaes peculiares da praticagem e bem assim os do Código internacional, de modo que possa corresponder-se telegraphicamente com os navios que demandarem a barra.

Art. 9.º Os praticos, os praticantes e o atalaiador serão nomeados pela Capitania do porto.

Art. 10. Quando a renda da praticagem o permittir, a associação poderá augmentar o effectivo dos seus empregados com um escrevente para se encarregar de todo e qualquer trabalho de escripta.

Esse escrevente será nomeado pela Capitania do porto, mediante autorização da Presidencia da Provincia.

Art. 11. Os remadores deverão ter, além da robustez necessaria para a vida do mar, a precisa idoneidade e serão contratados pelo pratico-mór com permissão da respectiva Capitania.

Em igualdade de circumstancias, terão preferencia as ex-praças da Armada.

Art. 12. O quadro dos praticos e praticantes e bem assim o effectivo dos mais empregados só poderão ser alterados por acto do Governo, mediante proposta do pratico-mór e informação da Capitania do porto e da Presidencia da Provincia.

Art. 13. Haverá um livro rubricado, aberto e encerrado pelo pratico-mór, onde se fará o assentamento dos praticos e mais empregados da associação, conforme o modelo n. 1.

## CAPITULO II

### DAS PROVAS PARA A ADMISSÃO

Art. 14. Sempre que se der qualquer vaga de pratico ou praticante, o Capitão do porto mandará immediatamente, por meio de annuncio, fixar em 30 dias o prazo para inscripção dos candidatos ao provimento do logar.

Art. 15. Nenhum candidato poderá inscrever-se ou ser considerado inscripto, sem que, em requerimento dirigido ao Capitão do porto, haja apresentado documento comprobatorio de sua idoneidade, nos termos dos arts. 5º e 7.º

Art. 16. Encerrada a inscripção, os candidatos prestarão exame em dia designado pelo Capitão do porto, perante uma comissão presidida por essa autoridade e composta do pratico-mór, ou, no seu impedimento, do respectivo ajudante e de um pratico sorteado pelo Presidente, na presença dos candidatos.

O presidente da comissão poderá arguir os examinandos e terá voto no julgamento.

Na carencia de praticos, serão convidados para examinadores officiaes da marinha de guerra ou mercante que conheçam a localidade.

Art. 17. O exame, para os candidatos ao logar de pratico, será oral e versará sobre os conhecimentos a que se refere a 4ª condição do art. 5º; a saber:

Apparelho e manobra dos navios, quer de vela, quer de vapor; modo de fazer e desfazer as suas amarrações; preceitos para espicar um ferro ou ancorote; meio mais vantajoso de dar ou receber um cabo de reboque.

Rumos d'agulha; indicações barometricas e thermometricas.

Signaes, tanto do Código internacional, como peculiares da praticagem.

Estabelecimento das marés; direcção e velocidade das correntes, quer na foz do rio, quer no seu curso até a cidade do Penedo, quer, finalmente, na parte do littoral comprehendida entre a ponta do Pebas e o rio Japarutuba.

Direcção e largura dos canaes, tanto da foz, como do interior; sua profundidade por occasião das mais baixas marés de syzigias e das grandes vasantes do rio; natureza do solo submarino; marcas, boias ou balizas para guiar a navegação.

Ventos reinantes; sua intensidade; duração relativa e influencia sobre a direcção, largura e profundidade dos canaes.

Bancos existentes na circumscripção da praticagem; sua posição, natureza, extensão e configuração; profundidade d'agua sobre elles, quer nas mais baixas marés de syzigias ou maiores vasantes do rio, quer mesmo nas marés de quadratura ou vasantes ordinarias.

Tracto da costa comprehendido entre o rio Japarutuba e a ponta do Pebas.

Paragrapho unico. A prova referente ao conhecimento dos canaes, bancos, etc. deverá, sempre que fôr possível, realizar-se a bordo do cutter ou embarcação da praticagem, que então será pilotada pelo examinando.

Art. 18. Terminando o acto, durante o qual cada examinando deverá ser arguido por espaço de 30 minutos, se procederá, fôr da presença dos candidatos, ao julgamento, e do resultado se lavrará termo em livro proprio.

O termo será escripto pelo mais moderno dos examinadores e assignado pela commissão.

Art. 19. Si houver mais de um candidato approvedo, se passará o competente titulo, pela Capitania do porto, ao que tiver obtido melhor classificação, nos termos do art. 6º; si, porém, nenhum dos concurrentes fôr julgado sufficientemente habilitado, se mandará abrir nova inscripção, não podendo o concorrente reprovado entrar em outro exame senão tres mezes depois da sua inhabilitação.

Art. 20. O exame, para admissão ao logar de praticante, versará sobre os conhecimentos exigidos no art. 7º e do resultado se lavrará termo em livro proprio.

Si houver mais de um candidato habilitado, a nomeação será

passada pela Capitania do porto, ao que, de accordo com este Regulamento, exhibir melhores titulos de preferencia; si, porém, nenhum dos concurrentes for approved, se mandará abrir nova inscripção, não podendo o concorrente reprovado entrar em exame senão tres mezes depois da sua inhabilitação.

### CAPITULO III

#### DO MATERIAL DA PRATICAGEM

Art. 21. O material para o serviço da praticagem constará de:

Um cutter de coberta com dimensões apropriadas á navegação peculiar da foz do Rio S. Francisco, competentemente apparelhado, e podendo receber á bocca da escotilha uma ancora de 7 a 9 quintaes metricos, com amarra correspondente.

Este cutter servirá para prestar soccorros de foz em fóra, sondar os canaes e aquartelar os remadores.

Uma balceira de 4 remos, armada de mastros e velas.

Uma jangada com mastro e competente vela.

Uma canoa apropriada á navegação do rio, com capacidade para receber quatro pessoas.

Duas ancoras de 7 a 9 quintaes metricos e amarras correspondentes; dous ancorotes de peso apropriado; um virador; duas espías; uma estralheira; duas talhas e dous busca-vidas.

Uma atalaia composta de mastro e verga e collocada em sitio bem visivel para poder satisfazer o fim a que se destina.

Dous regimentos de signaes doCodigo internacional com os livros correspondentes, sendo um para a atalaia e outro para o cutter, quando em serviço foz em fóra.

Emblemas semaphoricos e duas espheras de côr preta e 1 metro de diametro e duas pyramides de tamanho proporcionado ao das espheras e da mesma côr) para os signaes da praticagem nos canaes da barra; e dous oculos de alcance.

Um barometro; um thermometer; uma escala de marés; prumos e varas graduadas, e 10 boias de salvagão.

Uma agulha de marcar para o cutter.

Art. 22. O Governo fornecerá todo o material necessario para montar-se o serviço da praticagem; mas a associação obrigar-se-ha a indemnizal-o do valor desse material gradualmente, na razão de 10 % da sua renda mensal, deduzidos os ordenados dos praticos e mais empregados e a gratificação de dez mil réis ao praticante incumbido do serviço da escripturação.

A quota destinada á amortização da divida deverá augmentar logo que a renda da associação o permitta.

Art. 23. A aquisição de novo material para substituir o que estiver imprestavel ou melhor attender ás exigencias do serviço e bem assim o custeio ou reparo de todo elle, será feito a expensas do cofre da associação.

Art. 24. O Governo, sem embargo do disposto no artigo antecedente, poderá, sempre que as necessidades do serviço assim o aconselharem, fornecer novo material, mediante uma indemnização razoavel e em proporção com os recursos da associação.

Art. 25. Todo o material da associação será entregue em livro proprio (modelo n. 2) ao pratico-mór que, mediante relação enviada em officio explicativo ao Capitão do porto, obterá despeza dos objectos perdidos ou inutilizados.

Art. 26. O cutter e a baleeira serão pintados de encarnado e usarão, como as demais embarcações, de uma bandeira também encarnada, tendo no centro um P. de côr preta, bandeira que servirá de distinctivo da praticagem.

## CAPITULO IV

### DAS ATRIBUIÇÕES E DEVERES DOS PRATICOS E MAIS PESSOAL

Art. 27. Ao pratico-mór, como chefe da associação e principal responsável pelo serviço da praticagem, compete:

1.º Detalhar o serviço diario dos praticos e mais pessoal, tendo em vista não retardar a entrada ou sahida dos navios cujos capitães ou consignatarios requisitarem a presença de um pratico a bordo para transpôr os canaes da barra ou os do interior do rio.

2.º Providenciar para que na eventualidade de perigo ou sinistro sejam prestados os soccorros que o caso exigir ou as circumstancias permittirem.

3.º Ter as embarcações sempre promptas para serem utilizadas em qualquer emergencia, empregando-as do modo por que lhe parecer mais conveniente.

4.º Fazer com que todo o pessoal de promptidão se conserve, desde o romper do dia até o pôr do sol, e sempre que fôr necessario, na estação do pontal da barra; e obrigar, em casos urgentes, todos os empregados da associação a acudirem, sob suas ordens ou do seu ajudante, a qualquer sinistro que se dê.

5.º Manter todo o pessoal da praticagem no cumprimento exacto dos seus deveres, dando parte ao Capitão do porto, de qualquer infracção, falta ou delicto commettido pelos seus subordinados.

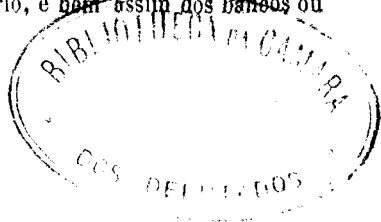
6.º Apontar diariamente, por si ou por seu ajudante, todo o pessoal que comparecer para o serviço, organizando uma relação nominal que servirá de base para a feitura da folha de pagamento.

7.º Propôr ao Capitão do porto qualquer medida que se lhe afigure de utilidade para o serviço, tanto com referencia aos praticos e mais empregados, como ao material.

8.º Pilotear os navios da Armada que tenham de transpôr os canaes da barra.

9.º Habilitar os praticantes no conhecimento da praticagem.

10. Observar ou fazer observar amudadamente o estado dos canaes na barra e no interior do rio, e bem assim dos bancos ou



escolhos que os formam, maxime depois das mudanças dos ventos que maior influencia exercem sobre elles, nas occasiões da preamar e baixa-mar das syzigias e das grandes enchentes e vassantas do rio; e lancar ou fazer lancar em livro proprio todas as observações collidas com referencia aos ventos reinantes, á direcção, profundidade e largura dos canaes e á sondagem dos bancos, etc.

11. Organizar e remetter, mensalmente, ao Capitão do porto, não só o resultado das observações que tiverem sido feitas, de accordo com o modelo annexo a este Regulamento, como tambem uma relação nominal de todos os navios que houverem entrado ou sahido a barra.

12. Fazer registrar em livro especial, como, a classe, o calado d'agua, a tonelagem, a procedencia, o destino e a nacionalidade dos navios que transpuzerem a barra.

13. Ter especial cuidado em que as boias, balisas ou quaesquer outras marcas que tenham sido collocadas para guiar a navegação nos canaes, conservem-se em suas respectivas posições.

14. Designar os logares do ancoradouro em que deverão, com segurança e segundo as prescripções da Capitania do porto e da Alfandega, fundear os navios que requisitarem o auxilio da praticagem e aconsellar-lhes remocão quando correrem risco de ficar detidos pelo baixamento do rio.

15. Informar trimestralmente ao Capitão do porto sobre o comportamento, assiduidade, zelo e aptidão dos praticos e mais pessoal da associação.

16. Verificar ou fazer verificar o calado d'agua dos navios que pretenderem sair a barra, afim de impedir que sejam auxiliados pela praticagem aquelles que, por sobrecarregados, não puderem transpôr os canaes sem risco de encalhar ou bater; e entender-se com o Inspector da Alfandega do Penedo, quando lhe parecer que a sahida não deva realizar-se sem prévio alijamento do navio.

17. Prohibir que as embarcações da associação transportem pessoas ou mercadorias que não estejam legalmente desimpedidas ou despachadas pela Policia e Alfandega.

18. Administrar a renda da praticagem e o seu material, sob a inspecção do Capitão do porto.

Art. 28. Ao ajudante do pratico-mór compete :

1.º Coadjuvar o chefe da associação no desempenho das obrigações do seu cargo.

2.º Substitui-lo em suas faltas e impedimentos, sem que por isso deixe de entrar na escala do serviço com os outros praticos, salvo quando receba incumbencia especial.

Art. 29. Em geral, a todos os praticos compete :

1.º Comparecer na estação da praticagem, conforme o detalhe feito pelo pratico-mór, e, além disso, sempre que este os mande chamar para objecto de serviço.

2.º Dar a conveniente direcção não só aos navios que quizerem entrar ou sair a barra, observando os signaes da atalaia, como tambem aos que requisitarem a presenca de um pratico a bordo, nao o fazendo, porém, enquanto não reconhecerem que os sobre-ditos navios, atento o seu calado, possam transpôr os canaes.



3.º Aconselhar, por meio de signaes, qualquer medida attinente a segurança dos navios que, de momento, não possam entrar a barra.

4.º Dirigir a amarração e desamarração dos navios que pilotarem no interior do rio.

5.º Dar conta ao pratico-mór, das occurrencias havidas durante o serviço de que tenham sido encarregados.

6.º Auxiliar o pratico-mór em todos os misteres da profissão, cumprindo com o maior zelo as instrucções que receberem, e concorrer com o seu contingente para a instrucção dos praticantes.

7.º Esperar, no lagamar, os navios que entrarem guiados pelas indicações da atalaia, no intuito de dirigil-os, si os seus serviços forem solicitados para a navegação do interior do rio.

8.º Permanecer no pontal da barra promptos para o serviço que lhes tocar, não podendo afastar-se d'ahi ou do lugar que lhes fór indicado, sem prévia licença do pratico-mór.

9.º Inquirir, antes de atracar a qualquer navio que tenha de entrar, si elle traz carta de saude limpa e si não tem a bordo molestia contagiosa, afim de regularem o seu proceder de accordo com as disposições quarentenárias.

10. Indagar si o navio que quer ser pilotado no interior do rio traz substancias explosivas ou inflammaveis, em cujo caso o deixará no ancoradouro de franquia ou no que, para esse fim, estiver designado.

Art. 30. São deveres dos praticantes :

1.º Auxiliar os praticos nas operações de sondagem para o reconhecimento dos canaes e dos bancos ou baixios, e bem assim de qualquer outro serviço de que elles sejam encarregados.

2.º Pilotar os navios de pequeno porte desde o pontal da barra até o porto do Penedo.

3.º Esforçar-se não só para bem cumprir as ordens dos seus superiores, como também para adquirirem os conhecimentos indispensaveis á profissão a que se destinam.

Art. 31. O atalaia é obrigado :

1.º A residir o mais perto possível da atalaia, onde deverá subir frequentemente, desde o amanhecer até o pôr do sol, para correr o horisonte a ver si ha ou não algum navio á vista.

2.º A dar parte, no caso affirmativo, ao pratico-mór ou a quem o substituir, do resultado da sua observação, afim de que este providencie sobre o auxillio que a praticagem deva prestar.

3.º A fazer todos os signaes da praticagem e do Código internacional que lhe forem ordenados pelo pratico-mór ou pelo pratico que estiver de serviço na occasião, bem como a traduzir tudo quanto disserem os navios.

Art. 32. Ao escrevente, quando a associação o tiver, caberá escripturar (segundo os modelos 1, 2, 3, 4 e 6) o livro dos assentamentos de todo o pessoal, o de carga ou inventario do material, o de talão, o da receita e despeza, e o do fundo de soccorros, além das ordens (modelos 7 e 8) do registro das entradas e sahidas dos navios, das folhas de pagamento (modelo 9), e de todo e qualquer trabalho de escripta que lhe fór ordenado pelo pratico-mór.

Paragrapho unico. Todos estes livros serão rubricados, abertos e encerrados pelo pratico-mór.

Art. 33. Os remadores deverão não só guardar as embarcações da praticagem, como dar cumprimento ás ordens que receberem do pratico-mór e mais praticos com referencia ao serviço da associação.

## CAPITULO V

### DOS VENCIMENTOS DOS PRATICOS E MAIS PESSOAL DA ASSOCIAÇÃO

Art. 34. Os vencimentos dos praticos e mais pessoal da praticagem serão pagos pela renda da associação e constarão de ordenado e gratificação.

Art. 35. Os ordenados serão mensalmente :

|                                   |         |
|-----------------------------------|---------|
| o do pratico-mór.....             | 30\$000 |
| o do ajudante do pratico-mór..... | 25\$000 |
| o dos praticos, cada um.....      | 22\$000 |
| o dos praticantes, cada um.....   | 17\$600 |
| o do atalaiador.....              | 18\$000 |
| o dos remadores, cada um.....     | 11\$000 |

Art. 36. A gratificação dependerá do valor da renda mensalmente arrecadada e será paga pelo modo indicado no art. 59.

Art. 37. O escrevente, sendo empregado avulso, não poderá receber outro vencimento, senão a gratificação de 40\$000 mensalmente.

Art. 38. Nenhum pratico ou empregado da associação terá direito a outras vantagens ou vencimentos, além dos consignados no presente Regulamento.

## CAPITULO VI

### DOS IMPEDIMENTOS E LICENÇAS

Art. 39. O pratico que, por impossibilidade comprovada de regressar ao pontal da barra, sair para fóra da Província no navio que pilotear ou ficar retido em qualquer ponto do interior do rio, continuará a perceber vencimento como si presente fóra.

Art. 40. Todo pratico, praticante ou empregado da associação que, sem motivo justificado, deixar de comparecer ao serviço ordinario, perderá o vencimento correspondente do dia ou dias em que faltar.

Art. 41. Todo pratico, praticante ou empregado da associação que se achar impedido por molestia comprovada, mas curavel, perceberá até 60 dias o ordenado; si, porém, o impedimento provier de desastre occorrido em acto de serviço e não exceder de 20 dias, continuará a receber todo o vencimento.

Findo esse prazo, vencerá unicamente o ordenado.

Art. 42. Salvo o caso de molestia, nenhum pratico, praticante ou empregado da associação poderá obter licença para ausentar-se da estação do pontal, senão por motivo justificado.

Tal licença poderá ser concedida:

Até oito dias — pelo Capitão do porto vencendo apenas o ordenado.

Até quinze dias — pelo Presidente da Provincia — tão sómente com o ordenado.

Art. 43. Por ausencia, excesso de licença ou quando esta fôr concedida por mais de 15 dias, nada perceberão os membros da associação ou qualquer dos seus empregados.

Art. 44. Os praticos e praticantes que, embora por molestia, ficarem impedidos por mais de dois mezes, deverão, á requisição do Capitão do porto, ser inspecionados por uma Junta medica nomeada pelo Presidente da Provincia, afim de verificar si elles podem ou não permanecer no serviço da associação.

No caso affirmativo, continuarão a fazer parte do respectivo quadro, mas nada perceberão enquanto durar o impedimento; no caso contrario, serão despedidos ou aposentados, conforme o disposto a esse respeito no presente Regulamento.

Art. 45. O atalajador e os remadores, quando doentes, poderão ser despedidos: o primeiro, si a enfermidade prolongar-se por mais de trinta dias; os outros, nos termos dos seus contratos de engajamento ou segundo as conveniencias do serviço.

## CAPITULO VII

### DA ABRECADÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONTABILIDADE DA RENDA DA PRATICAGEM

Art. 46. A receita da associação constará do rendimento do serviço da praticagem propriamente dito, do de socorros aos navios em perigo, do aluguel do seu material e das multas em que incorrerem os contraventores das disposições deste Regulamento.

Art. 47. A retribuição de todo e qualquer serviço da praticagem será regulada segundo as taxas especificadas no capitulo IX, as quaes não poderão ser alteradas sem autorização do Governo.

Art. 48. Haverá um cofre com duas chaves, no qual se recolherá todo o rendimento da associação.

Art. 49. D'entre os praticos será escolhido um, á pluralidade de votos, para exercer o cargo de thesoureiro por espaço de cada anno.

Art. 50. O thesoureiro e o pratico-mór serão os clavicularios do cofre, cuja fiscalisação ficará a cargo deste ultimo.

Art. 51. É da rigorosa obrigação do pratico-mór fazer effectiva a cobrança de todos os pagamentos devidos á associação em troca dos serviços prestados pelos praticos ou mais empregados.

Art. 52. Logo que qualquer pratico tiver concluido o serviço da praticagem de um navio, quer dirigindo-o directamente, quer por meio dos signaes da atalaia, ou algum outro trabalho cujo producto faça parte do rendimento da associação, organizar-se-ha a devida conta que, depois de assignada pelo dito pratico e rubricada pelo pratico-mór, será debitada em livro proprio ao navio a que se referir, com declaração do nome do commandante, capitão ou mestre, armador ou consignatario, dia, mez e anno em que o serviço fôr prestado, e, finalmente, a sua tonelagem e calado em metros.

Art. 53. Nenhuma cobrança por serviço feito pela associação será demorada além de tres dias; e, no caso de se não ter realzado nesse prazo, sem justo motivo, far-se-ha peremptoriamente, por intermedio da respectiva autoridade.

Si, porém, o navio fôr de guerra, ter-se-ha para com o commandante a devida attenção.

Art. 54. O navio que pretender sair a barra pagará a taxa da praticagem antes de receber o auxilio da atalaia ou do pratico que o deva pilotear; mas, si fôr de guerra, poderá effectuar o pagamento na occasião em que o pratico retirar-se de bordo.

Art. 55. Feita a cobrança, creditar-se-ha o devedor, e, recolhendo-se o dinheiro ao cofre, se extrahirá do livro de talão (modelo n. 3) o competente conhecimento em forma e, ao mesmo tempo, se lançará a quantia arrecadada em carga ao thesoureiro para servir de documento comprobatorio da receita.

Art. 56. A receita será ainda escripturada em livro especial (modelo n. 4) rubricado, aberto e encerrado pelo pratico-mór, onde tambem se lançará toda a despesa da associação.

Art. 57. No dia 1.º de cada mez se procederá á verificação do estado do cofre, e do resultado se lavrará um termo, conforme o modelo n. 5, que será rubricado pelo pratico-mór e assignado, não só pelo thesoureiro, como tambem por um outro pratico que deverá assistir ao acto.

Deste termo, que servirá de base para a distribuição a que se refere o artigo seguinte, se extrahirá cópia para ser presente ao Capitão do porto.

Art. 58. A distribuição mensal da renda da associação será feita em tres partes; a saber: 1.ª ordenado; 2.ª gratificação; 3.ª fundo de custeio e soccorro.

Art. 59. A parte concernente ao ordenado será deduzida do rendimento total; o que restar, depois do desconto de 10 % para amortização da divida do material, subdividir-se-ha em tres quotas, na razão seguinte: 60 %, 15 %, 25 %.

A primeira, para se distribuir pelo pratico-mór, seu ajudante, praticos e praticantes, como gratificação em partes proporcionaes aos respectivos ordenados:

A segunda, para, semelhantemente, ser distribuida pelo atalizador e remadores;

A terceira, para occorrer ás despezas da associação; entrando o resto para o fundo de uma caixa de soccorros em beneficio dos praticos que, por velhice, molestia adquirida no exercicio das suas funcções ou desastre em acto de serviço, ficarem impossibilitados de continuar no trabalho da associação.

Art. 60. O *quantum* destinado ao fundo de soccorros será carregado em livro proprio ao thesoureiro (modelo n. 6. e, sempre que fór possível, recolhido a um estabelecimento do Governo para vencer o juro da lei.

Art. 61. No fim de cada anno financeiro organizar-se-ha em duplicata um balanço de todo o rendimento arrecadado e sua distribuição, com declaração da divida activa e passiva (si a houver) e da quantia paga para amortizar a divida do material, devendo um destes balanços ficar archivado e o outro ser remetido ao Capitão do porto.

Art. 62. Além deste balanço, poder-se-ha proceder a um recenseamento no cofre da associação por occasião das inspecções, quer do Capitão do porto, quer do official que para isso fór comissionado pelo Governo.

Do resultado se lavrará termo, que ficará archivado.

Art. 63. Toda a escripturação de praticagem, enquanto não houver escrevente, poderá ser feita pelo praticante a quem o pratico-mór incumbir desse serviço, arbitrando-lhe um acrescimo de 105000 na gratificação mensal.

## CAPITULO VII

### Das CONTRIBUIÇÕES E INDEMNIZAÇÕES, APOSENTADORIAS E PENSÕES

Art. 64. Todo pratico que fór admittido na associação, quer para substituir algum que tenha fallecido, quer em virtude de augmento do respectivo quadro, deverá depositar no cofre da praticagem importancia igual ao valor do material existente dividido pelo numero de praticos antigos e mais um.

Si, porém, a associação ainda não tiver adquirido a propriedade desse material, a contribuição do novo pratico será igual á somma com que a praticagem houver concorrido para indemnizar o Estado, dividida pelo numero dos mesmos praticos antigos e mais um.

Art. 65. Em todo o caso, o novo pratico entrará para o cofre com a importancia da sua contribuição, no prazo de trinta dias, ou soffrerá mensalmente desconto correspondente a  $\frac{1}{3}$  da gratificação que lhe competir até completar aquella totalidade.

Art. 66. Acontecendo fallecer algum pratico ou empregado da associação, será entregue a seus legitimos herdeiros a parte do vencimento que até então lhe caberia.

Além disto o cofre da associação, si o fallecido fôr um pratico, indemnizará os herdeiros da quantia equivalente ao valor do material existente ou á somma despendida para adquiril-o, dividida pelo numero de praticos que a constituem e mais o proprio fallecido.

Art. 67. Tal indemnização poderá ser feita integralmente dentro de um mez, a partir da data do fallecimento ou em cinco prestações mensaes e successivas, contando que a primeira dessas prestações se realize antes dos trinta dias que immediatamente se seguirém.

Art. 68. Para se conhecer o valor do material proceder-se-ha a inventario por meio de peritos nomeados *ad hoc* pela Capitania do porto.

Art. 69. Não havendo legitimos herdeiros, o quinhão do fallecido, seja elle pratico ou qualquer outro empregado, reverterá em beneficio do fundo de soccorro.

Art. 70. O pratico que espontaneamente se retirar do serviço não terá direito a outra indemnização senão a concernente ao vencimento.

Art. 71. O pratico que achar-se impossibilitado de continuar no serviço da praticagem por velhice ou molestia adquirida no exercicio das suas funcções será aposentado — vencendo anualmente uma quantia equivalente a tantas vezes 1,25 do seu ordenado, quantos forem os annos que tiver de effectivo serviço na associação, de sorte que, si contar vinte e cinco annos completos ou mais do que isso, terá jus ao ordenado por inteiro.

Art. 72. O pratico, praticante, atalaiador ou remador que ficar inutilizado por desastre occorrido em acto de serviço e por motivo alheio á sua vontade, terá direito a uma pensão igual ao ordenado, independentemente do numero de annos que tenha servido na associação.

Art. 73. Nenhum dos favores a que se referem os dous artigos antecedentes poderá ser concedido sem que preceda favoravel opinião da Junta medica nomeada *ad hoc* pelo Capitão do porto ou Presidente da Provincia.

Art. 74. Enquanto o rendimento do fundo de soccorros não puder fazer face ao pagamento das pensões, serão ellas suppridas: pela primeira quota da gratificação, si o pensionista fôr pratico ou praticante; e pela segunda quota, si fôr atalaiador ou tripulante.

Art. 75. Quando o rendimento do fundo capitalizado o permittir, se estenderá o beneficio da pensão, no valor da metade do ordenado, ás viúvas, filhas solteiras e filhos menores dos praticos e, na falta desses herdeiros, ás mães, e irmãs solteiras que não dispuzerem de outro amparo.

Si algum dos herdeiros fallecer, si passar á maioridade herdeiro varão, e si casar alguma das viúvas, filhas ou irmãs solteiras, a quota que cada um deveria perceber reverterá em favor do fundo de soccorro.

## CAPITULO IX

## DA TAXA DE PRATICAGEM

Art. 76. Todo navio que entrar ou sair a barra do Rio S. Francisco e cujo calado exceder de 1<sup>m</sup>,5 d'agua, será obrigado a receber o auxilio da associação, mediante o pagamento da taxa correspondente á sua tonelagem.

§ 1.º Aquelle que infringir esta disposição incorrerá em multa (art. 98), salvo si provar, com documento authenticico dirigido ao Capitão do porto, que a entrada ou sahida foi motivada por força maior.

§ 2.º Os navios da Armada serão dispensados de todo e qualquer pagamento por serviços que forem prestados pela associação.

Art. 77. As embarcações cujo calado for igual ou menor do que 1<sup>m</sup>,5, quando se utilisarem do serviço da associação, serão obrigadas ao pagamento da taxa estatuida neste capitulo.

Art. 78. O pagamento da taxa será regulado do seguinte modo :

*Praticagem da barra*

Por meio de signaes da atalaia

## Navios de vapor

Entrada ou sahida..... 70 réis por tonelada metrica de arqueação.

## Navios de vela

Entrada ou sahida..... 90 réis por tonelada metrica de arqueação.

Pela presença de um pratico a bordo

## Navios de vapor

Entrada ou sahida..... 80 réis por tonelada metrica de arqueação.

## Navios de vela

Entrada ou sahida..... 110 réis por tonelada metrica de arqueação.

§ 1.º O navio de vela que entrar ou sair a reboque de embarcação de vapor será considerado vapor.

§ 2.º O rebocador que entrar ou sair a barra pagará a taxa correspondente á sua tonelagem, salva a disposição do art. 76, ou si conduzir a bordo algum pratico que vá pilotear qualquer navio ou regresso dessa commissão.

Art. 79. A praticagem do interior do rio é livre e como tal po-

derá ser exercida, não só pelos praticos da associação, quando os seus serviços forem requisitados, como por quaesquer outros que tenham o competente titulo.

Em todo caso, a taxa será a seguinte :

*Praticagem do interior do rio*

**Navios de vapor**

Do lagamar ao Penedo e vice-versa.. 120 réis por tonelada metrica de arqueação.

**Navios de vela**

Do lagamar ao Penedo e vice-versa.. 240 réis por tonelada metrica de arqueação.

§ 1.º Neste pagamento está incluído o do serviço de amarração e desamarração dos navios.

§ 2.º O navio de vela que subir ou descer a reboque de embarcação de vapor será considerado vapor.

Art. 80. Por qualquer serviço extraordinario ou de soccorro receberá o pessoal da praticagem, durante um dia ou fracção de dia, o seguinte pagamento :

**Fóra da barra**

|                                |         |
|--------------------------------|---------|
| Pratico-mór.....               | 10\$000 |
| Um pratico.....                | 8\$000  |
| Um praticante.....             | 5\$000  |
| Um remador ou matriculado..... | 4\$000  |

**No interior do rio**

|                                |        |
|--------------------------------|--------|
| Pratico-mór.....               | 7\$500 |
| Um pratico.....                | 6\$000 |
| Um praticante.....             | 3\$500 |
| Um remador ou matriculado..... | 2\$500 |

Art. 81. O material da associação, quando utilisado em qualquer serviço pelos particulares, vencerá por dia ou fracção de dia a seguinte taxa :

**Fóra da barra**

|                            |         |
|----------------------------|---------|
| O cutter guarnecido.....   | 25\$000 |
| A baleeira guarnecida..... | 8\$000  |
| A jangada » .....          | 5\$000  |

**Dentro do rio**

|                            |         |
|----------------------------|---------|
| O cutter guarnecido.....   | 15\$000 |
| A baleeira guarnecida..... | 5\$000  |
| A jangada » .....          | 2\$500  |



## Quer fóra da barra, quer no interior do rio

|                      |         |
|----------------------|---------|
| Uma ancora.....      | 10\$000 |
| Uma amarra.....      | 10\$000 |
| Um virador.....      | 50\$000 |
| Uma espia.....       | 25\$000 |
| Um ancorote.....     | 6\$000  |
| Uma estralheira..... | 15\$000 |

§ 1.º Estes valores serão duplicados si os objectos se perderem ou se inutilisarem.

§ 2.º O dia será contado desde o momento em que o objecto sahir do deposito até o da restituição.

## CAPITULO X

## DAS PENAS A QUE FICAM SUJEITOS OS PRATICOS E MAIS EMPREGADOS DA ASSOCIAÇÃO

Art. 82. Todos os praticos ou empregados da associação serão responsáveis pelas faltas e delictos que commetterem no desempenho dos seus deveres, assim como pelos erros de officio no exercicio das suas funcções.

As faltas serão punidas pelo Capitão do porto, segundo as attribuições que lhe conferem o presente Regulamento e o da sua Repartição ;

Os delictos pelas autoridades competentes ;

Os erros de officio ainda pelo Capitão do porto, com recurso para o conselho da Capitania, seguindo-se processo analogo ao estabelecido no titulo 7º do Regulamento de 19 de Maio de 1846.

Art. 83. Todo e qualquer pratico ou empregado da associação, que transgredir as disposições dos regulamentos da policia naval, fiscal das Alfandegas e de sanidade, ficará sujeito, além das multas ou penas estatuidas nos ditos regulamentos, á suspensão do exercicio por espaço de um a 15 dias, imposta pelo Capitão do porto ; e, quando o delicto fôr grave, será demittido por sentença do conselho da Capitania do porto.

Art. 84. Todo e qualquer pratico ou empregado da associação que, sem causa justificada, recusar-se ao serviço que lhe tenha sido ordenado, será punido : a primeira vez — com suspensão por 15 dias ; a segunda — ainda com suspensão por espaço de 30 dias ; a terceira, finalmente — com demissão, precedendo julgamento do conselho da Capitania do porto, na fôrma do art. 82.

Art. 85. O pratico ou praticante que se apresentar a bordo de qualquer navio para dirigil-o, estando embriagado, será punido com as mesmas penas do artigo antecedente.

Paraphrasis unico. Identicas penas serão applicaveis ao pratico ou praticante que maltratar de palavras o commandante, capitão ou mestre do navio, ou faltar-lhes com o devido respeito.

Si, porém, a offensa fôr physica, será preso o delinquente e entregue á autoridade competente para punil-o, segundo a gra-

vidade do caso, e conforme a legislação respectiva em presença do corpo de delicto e exame de sanidade.

Art. 86. O pratico ou praticante que, estando incumbido de dirigir qualquer navio, o encalhar ou perder, entrará em processo pela Capitania do porto, afim de reconhecer-se :

1.º Si o sinistro deu-se em consequencia de força maior ou por outras causas alheias á vontade do mesmo pratico ou praticante ;

2.º Si por erro de officio ;

3.º Si de proposito ou por outro qualquer motivo reprovado.

§ 1.º Provando-se pelo processo que o sinistro está comprehendido no primeiro caso, será o pratico ou praticante considerado como justificado, e continuará no livre exercicio das suas funcções.

§ 2.º Provando-se que as circumstancias determinativas do sinistro recahem no dominio do segundo caso, será o pratico ou praticante sujeito a multa, prisão e mesmo demissão, pelo julgamento do conselho da Capitania ; ficando, além disso, o direito salvo ás partes prejudicadas de haverem a indemnização, pelo Juizo competente, do prejuizo soffrido.

§ 3.º Provando-se, finalmente, que a causa do sinistro é alguma das mencionadas no terceiro caso, será o pratico ou praticante demittido, preso e entregue ás autoridades criminaes para procederem na fórma da lei.

Art. 87. Si algum navio encalhar ou perder-se sobre qualquer dos bancos da foz do Rio S. Francisco e provar-se que tal encalhe ou perda proveio de haver cessado o auxilio da praticagem antes que o mesmo navio estivesse em posição conveniente para poder navegar livre de perigo, submeter-se-ha a processo, na fórma do artigo antecedente, o pratico que o houver pilotado, quer directamente, quer por meio dos signaes da atalaia.

Art. 88. Da mesma fórma se procederá quando algum navio encalhar, perder-se, depois que o pratico ou praticante o houver fundeado, uma vez que se prove que o sinistro resultou da circumstancia de ter esse navio ancorado ou sido collocado em posição não conveniente, sem que para isso concorresse motivo de força maior.

Art. 89. A suspensão de qualquer membro ou empregado da associação acarretará consigo multa correspondente ao valor da gratificação que lhe puder caber durante os dias em que estiver cumprindo a pena.

## CAPITULO XI

### DOS DEVERES DOS COMMANDANTES, CAPITÃES OU MESTRES DOS NAVIOS QUE TIVEREM DE RECEBER O AUXILIO DA PRATICAGEM

Art. 90. Todo commandante, capitão ou mestre de qualquer embarcação que demande a barra do Rio S. Francisco, ao approximar-se, fará mostrar em logar bem visivel, servindo-se dos

signaes telegraphicos do Codigo internacional, o calado d'agua do seu navio expresso em decimetros; e só investirá a mesma barra si a atalaia o chamar por meio de uma esphera de côr preta içada no tope do mastro, devendo, quanto á direcção, observar fielmente os signaes convencionaes da praticagem, que se acham annexos ao presente Regulamento.

Art. 91. O commandante, capitão ou mestre que, não obstante as indicações da atalaia, precisar do auxilio de um pratico para transpôr os canaes da barra, o pedirá por meio dos signaes do Codigo internacional.

Neste caso, logo que o pratico entrar a bordo, o mesmo commandante, capitão ou mestre deverá declarar-lhe, com a maior publicidade, os decimetros d'agua que calar o navio.

Art. 92. Todo commandante, capitão ou mestre é obrigado a satisfazer a quaesquer requisições do pratico tendentes á boa direcção e segurança do navio, bem como a ter safos e promptos o ancorote, virador, ancoras, amarras, etc.

Art. 93. Nenhum commandante, capitão ou mestre poderá maltratar a qualquer pratico; devendo, quando este se comporte mal, dirigir ao Capitão do porto uma queixa em regra logo que dê fundo, para que o mesmo Capitão do porto proceda na forma das disposições do regulamento das Capitánias e do presente.

Art. 94. O commandante, capitão ou mestre de qualquer navio, onde se apresentar um pratico em estado de embriaguez, o fará voltar para a embarcação que o tiver conduzido e pedirá novo pratico; cumprindo-lhe levar essa occurrencia ao conhecimento do Capitão do porto.

Art. 95. Todo commandante, capitão ou mestre que por força maior levar consigo o pratico que o tiver pilotado, contrahirá a obrigação de fazel-o regressar a expensas do dono ou consignatario do navio, na primeira oportunidade que se offereça, além do pagamento da gratificação diaria que lhe competir.

Art. 96. Nenhum commandante, capitão ou mestre de qualquer navio que demande mais de 1<sup>m</sup>,5 d'agua poderá sahir a barra sem que préviamente se tenha entendido com o pratico-mór, declarando por escripto o calado em que se acha a embarcação.

## CAPITULO XII

### DAS PENAS A QUE FICAM SUJEITOS OS COMMANDANTES, CAPITÃES OU MESTRES DOS NAVIOS QUE TIVEREM DE RECEBER O AUXILIO DA PRATICAGEM

Art. 97. Todo commandante, capitão ou mestre que, ao approximar-se da barra, não içar o signal indicativo do numero de decimetros d'agua que calar o seu navio ou o fizer sem exactidão — será multado em 100\$000, além de ficar responsavel pelos danos ou prejuizos que d'ahi possam resultar.

Art. 98. O commandante, capitão ou mestre que, na entrada ou saída, investir a barra sem que a atalaia o tenha chamado, além de ser responsável pelos prejuizos que causar, incorrerá na multa de 200\$000, salvo o caso previsto no art. 76 § 1.º

Art. 99. O commandante, capitão ou mestre que ameaçar, espancar ou maltratar por palavras, em acto de serviço, a qualquer pratico, será por isso responsabilizado, precedendo queixa do offendido.

Art. 100. As multas mencionadas neste capitulo serão impostas pelo pratico-mór, que é o administrador da praticagem.

### CAPITULO XIII

#### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 101. Só quem tiver nomeação de pratico poderá responsabilisar-se pelo serviço da praticagem na barra e curso do Rio S. Francisco.

Todo aquelle que, sem ter a competente nomeação, se apresentar a bordo de qualquer navio para desempenhar as funções de pratico, incorrerá no crime de exercer misteres que lhe são vedados.

Art. 102. Os praticos usarão dos uniformes autorisados no plano annexo ao Decreto n. 5268 de 26 de Abril de 1873.

Paragrapho unico. Ao pratico-mór, depois de cinco annos de bons serviços, poder-se-ha conceder o uso das divisas de 2º Tenente da Armada.

Art. 103. E' prohibida a collocação de qualquer mastro nas proximidades da atalaia.

Art. 104. Por occasião de qualquer sinistro o pratico-mór poderá chamar, de accordo com o commandante, capitão, mestre ou consignatario do navio soccorrido, os matriculados que forem necessarios para o serviço.

Art. 105. A associação deverá rocegar e suspender as ancoras e amarras perdidas, quer na foz, quer no interior do rio; e, si dentro de 15 dias ninguem as reclamar ou si o reclamante não a indemnizar das despezas que tiver feito com a suspensão, taes ancoras e amarras ficarão para o serviço da mesma associação ou serão vendidas e o seu producto recolhido ao cofre, em beneficio da renda da praticagem.

Art. 106. As autoridades prestarão aos praticos toda a coadjuvação e auxilio que fôr necessario, a bem do serviço publico.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha em 24 de Fevereiro de 1886.

*Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*

**Praticagem da barra do Rio S. Francisco****SIGNAES PECULIARES DA ATALAIA****NO TOPO DO MASTRO**

*Uma esphera de cor preta e 1 metro de diametro: Chama o navio que pretende entrar ou sair.*

*Uma pyramide tambem de cor preta, tamanho proporcional á esphera e suspensa pelo vertice: A barra está impraticavel.*

*Uma esphera preta, tendo na mesma vertical, com o intervallo de um metro, uma pyramide preta suspensa pelo vertice: Viro de bordo.*

*Este mesmo signal com a pyramide invertida, isto é, suspensa pela base: Dê fundo.*

*Duas pyramides pretas suspensas pelos vertices e sobre a mesma vertical com o intervallo de um metro: Espere o pratico.*

*Duas espheras pretas, na mesma vertical, e distanciadas entre si, de um metro: Governe direito á atalaia.*

**NO LAES DA VERGA**

*Braço do norte. Uma esphera preta: Orça ou arribe para esse lado até que se arrie o signal.*

*Braço do sul. Uma esphera preta: Orça ou arribe para esse lado até que se retire o signal.*



Rubrica do pratico-mór.

## MODELO N. 1

## PRATICO-MÓR

F. . . . .

Filho. . . . . natural de. . . . . nasceu a. . . . .

| HISTÓRICO                                                                                                                                                                 | NOTAS EXPLICATIVAS DO DÉBITO<br>E CRÉDITO                                                                                                          |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Nomeado por.....</p> <p>F. F.</p> <p>Prático-mór. Escrevente.</p> <p>Tomou posse e entrou em exercício</p> <p>em.....</p> <p>F. F.</p> <p>Prático-mór. Escrevente.</p> | <p>EXERCÍCIO</p> <p>Ordenado e gratificação do mez de...</p> <p>F.</p> <p>Escrevente.</p> <p>Idem, idem, idem....</p> <p>F.</p> <p>Escrevente.</p> |

**Observação.**— Este livro será numerado seguidamente, rubricado, aberto e encerrado pelo pratico-mór.

Na parte denominada historico se lançará tudo quanto fôr referente a nomeação, admissão, multas, prisões, ou suspensão, louvores ou reprehensões e serviços extraordinarios dos praticos e mais empregados; e no que diz respeito ás notas explicativas do debito e credito, tudo quanto fôr concernente ao abono de vencimentos.

MODELO N. 2

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                   |            |                     |          |                   |          |          |  |                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------|---------------------|----------|-------------------|----------|----------|--|-------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p style="text-align: center;">N. 1</p> <p style="text-align: center;">Rubrica do pratico-mór</p> <p style="text-align: center;">EXERCICIO DE .....</p> <p style="text-align: center;">ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS</p> <p style="text-align: center;"><i>Inventario de material</i></p> <p>Ao pratico-mór desta barra fica carregado e sob sua immediata responsabilidade o seguinte material pertencente á associação de praticos:</p> <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 80%;">4 Lancha por.....</td> <td style="width: 20%; text-align: right;">2:000\$000</td> </tr> <tr> <td>4 Baleeira por.....</td> <td style="text-align: right;">800\$000</td> </tr> <tr> <td>18 Remos por.....</td> <td style="text-align: right;">200\$000</td> </tr> <tr> <td>etc.....</td> <td></td> </tr> </table> <div style="display: flex; justify-content: space-around; margin-top: 20px;"> <span>P.</span> <span>F.</span> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around; margin-top: 20px;"> <span>Pratico-mór</span> <span>Escrevente</span> </div> | 4 Lancha por..... | 2:000\$000 | 4 Baleeira por..... | 800\$000 | 18 Remos por..... | 200\$000 | etc..... |  | Associação de praticos da barra do Rio S. Francisco, na Provincia das Alagôas | <p style="text-align: center;">N. 1</p> <p style="text-align: center;">Rubrico do pratico-mór</p> <p style="text-align: center;">EXERCICIO DE .....</p> <p style="text-align: center;">ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS</p> <p style="text-align: center;"><i>Reserva de material inutilisado</i></p> <p>Para reserva do pratico-mór, e por ordem do Capitão do porto, se elimina deste inventario uma baleeira inutilisada em serviço conforme o officio.....</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; margin-top: 20px;"> <span>P.</span> <span>F.</span> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around; margin-top: 20px;"> <span>Pratico-mór</span> <span>Escrevente</span> </div> <p style="margin-top: 40px;">Livro do inventario do material.<br/>         Este livro, que deve ser numerado seguidamente, rubricado, aberto e encerrado pelo pratico-mór, servirá para a carga de todo o material pertencente á associação, e bem assim para sua descarga quando fór inutilisado ou perdido.</p> |
| 4 Lancha por.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 2:000\$000        |            |                     |          |                   |          |          |  |                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| 4 Baleeira por.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 800\$000          |            |                     |          |                   |          |          |  |                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| 18 Remos por.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 200\$000          |            |                     |          |                   |          |          |  |                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| etc.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                   |            |                     |          |                   |          |          |  |                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

### MODELO N. 3

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p style="text-align: center;">N.</p> <p style="text-align: center;">Rubrica do pratico-mór</p> <p style="text-align: center;">EXERCICIO DE .....</p> <p style="text-align: center;">ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS</p> <p style="text-align: center;">1</p> <p>Fica carregado em reculta ao The-<br/>soureiro da associação a quantia<br/>de..... proveniente<br/>da praticagem do navio.....<br/>de..... toneladas metricas<br/>e calado d'agua de..... metros<br/>de nacionalidade..... cuja entrada<br/>ou sahida se realizou no dia.....</p> <p style="text-align: center;">F.                      P.</p> <p style="text-align: center;">Escrivente                      Thesoureiro</p> | Associação de praticos da barra do Rio S. Francisco, na Provincia das Alagoas | <p style="text-align: center;">N.</p> <p style="text-align: center;">Rubrica do pratico-mór</p> <p style="text-align: center;">EXERCICIO DE .....</p> <p style="text-align: center;">ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS D.</p> <p>Recebi de Sr. F..... com-<br/>mandante do navio.....<br/>de..... toneladas e calado d'agua<br/>de..... metros, de nacionali-<br/>dade..... a quantia<br/>de..... pela praticagem do mesmo<br/>navio nesta barra de.....</p> <p style="text-align: center;">Em.....</p> <p style="text-align: center;">F.                      P.</p> <p style="text-align: center;">Escrivente                      Thesoureiro</p> <p style="text-align: center;">Livro de talão. Deve ser numerado<br/>seguidamente, rubricado, aberto e<br/>encerrado pelo pratico-mór.</p> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|



# MODELO N. 4

Rubrica do pratico-mór.

## Exercicio

Deve O Thesoureiro da Associação de praticos da barra de S. Francisco em conta-corrente com o cofre da praticagem Haver

|         |   |                                                                        |          |         |    |                                                                                                                                                      |          |
|---------|---|------------------------------------------------------------------------|----------|---------|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| 488     |   |                                                                        |          | 488     |    |                                                                                                                                                      |          |
| Janeiro | 4 | A importancia arrecadada pelo talão n..... pela praticagem do navio... | 200\$000 | Janeiro | 3  | Pela compra de remos, conforme o documento n.....                                                                                                    | 30\$000  |
|         | 6 | Idem idem idem pelo de n. do navio                                     | 300\$000 | "       | 5  | Pela importancia despendida com o pagamento dos vencimentos do pessoal da praticagem relativo ao mez de Dezembro ultimo, conforme o documento n..... | 300\$000 |
|         | 8 | Idem idem idem pelo de n. do navio                                     | 450\$000 | "       | 12 | Amortização da divida da praticagem na razão de 10 % sobre.....                                                                                      | 450\$000 |
|         |   |                                                                        |          | "       | 31 | Dinheiro retirado para o fundo do soccorro, na razão de 5 % sobre...                                                                                 | 25\$000  |
|         |   |                                                                        |          |         |    | Saldo que passa para o mez seguinte.                                                                                                                 | 145\$000 |
|         |   |                                                                        | 650\$000 |         |    |                                                                                                                                                      | 650\$000 |
|         |   |                                                                        | 650\$000 |         |    |                                                                                                                                                      |          |

Praticagem da barra de.....

F.

Thesoureiro.

F.

Escrvente.

Está conforme, F.

Pratico-mór.

**Observação.**— Este livro, que deve ser numerado seguidamente, rubricado, abortido e encerrado pelo pratico-mór, servirá para o lançamento de toda a receita e despesa da associação.

O saldo verificado no fim de cada mez, constituirá a primeira receita do mez seguinte.

## MODELO N. 5

*P.*

Pratico-mór.

Ao primeiro dia do mez de Janeiro do anno de 188... achando-se presentes o pratico-mór F. . . . . o pratico F. . . . ., e o thesoureiro F. . . . . foi por este apresentado o livro de receita e despesa da praticagem do Rio S. Francisco; e examinados todos os lançamentos, verificou-se haver a dita praticagem arrecadado, durante o mez ultimo, a quantia de oitocentos mil réis, a qual, confrontada com a despesa feita no mesmo periodo, produz o saldo de cem mil réis, que fica recolhido ao cofre para ter o competente destino.

E como se reconheceu estar a escripturação feita de accôrdo com o regulamento vigente, lavrou-se este termo que é rubricado pelo pratico-mór e por nos assignado.

*P.*

Pratico.

*P.*

Thesoureiro.

MODELO N. 6

Exercicio de.....

Deve

O Thesoureiro da praticagem da barra de S. Francisco em conta-corrente com o fundo de soccorro

Haver

| 188       |                                                                                                                                                                               |         |  | 188       |                                                                                   |         |  |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|--|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------|---------|--|
| Janeiro   | A importancia de..... arrecadada para o fundo de soccorro no mez de..... conforme o livro de conta-corrente e documento n. , e que foi depositado em....., como se vê do..... | 235000  |  | Fevereiro | Pela compra da apolice n....., do valor de 2005000, agio, sello e corretagem..... | 2145000 |  |
|           | F. F.                                                                                                                                                                         |         |  |           | Thesoureiro. Escrevente.                                                          |         |  |
|           | Thesoureiro. Escrevente.                                                                                                                                                      |         |  |           | Dinheiro retirado para a compra de romos, conforme a ordem do pratico-mór, n..... | 305000  |  |
| Fevereiro | Idem de..... arrecadada no mez de....., conforme o livro de conta-corrente e que foi depositada..... como se vê do.....                                                       | 5005000 |  |           | F. F.                                                                             |         |  |
|           | F. F.                                                                                                                                                                         |         |  | Março     | Thesoureiro. Escrevente.                                                          |         |  |
|           | Thesoureiro. Escrevente.                                                                                                                                                      |         |  |           | Pela importancia dos pensões pagas neste mez.....                                 | 2005000 |  |
|           | A importancia de 2005000 proveniente do valor da apolice n.....                                                                                                               | 2005000 |  |           |                                                                                   |         |  |

**Observação.** — Este livro será numerado seguidamente, rubricado, aberto e encerrado pelo pratico-mór.  
A sua escripturação só deverá ser fechada no fim do exercicio com um termo semelhante ao de que trata o art. 57.

## MODELO N. 7

## Ordem n. 1

O Sr. Thesoureiro fica autorizado a despendar a quantia de . . . . .  
para aquisição dos remos precisos ás embarcações desta praticagem; devendo  
fazer os necessarios lançamentos e notas.

Praticagem em. . . . .

*F.*

Pratico-mór.

## MODELO N. 8

## Ordem n. 2

O Sr. Thesoureiro fica autorizado a recolher ao cofre da praticagem a impor-  
tancia de. . . . . de fundo do soccorro que se accumula  
nesta mez; devendo fazer os precisos lançamentos e notas.

Praticagem em. . . . .

*F.*

Pratico-mór.

Estas ordens serão numeradas e guardadas como resalvas para a prestação de  
contas do Thesoureiro.

MODELO N. 9

Despacho.— Pague-se e abone-se em despeza ao Thesoureiro.

F.

Pratico-mór.

N.

ASSOCIAÇÃO DE PRATICOS DA BARRA DE S. FRANCISCO

Exercicio de. . . . .

Folha para pagamento dos ordenados e gratificações vencidas pelo pessoal empregado na praticagem desta barra no mez de. . . . .

| FOLHAS DO LIVRO DE SOCCORROS | CLASSES E NOMES                           | VENCIMENTOS |              | TOTAL DOS VENCIMENTOS | DESCONTO POR FALTAS OU MULTAS | IMPORTANCIA A PAGAR |
|------------------------------|-------------------------------------------|-------------|--------------|-----------------------|-------------------------------|---------------------|
|                              |                                           | ORDENADO    | GRATIFICAÇÃO |                       |                               |                     |
|                              | Pratico-mór:                              |             |              |                       |                               |                     |
| 1                            | F.<br>Ordenado e gratificação do mez..... |             |              |                       |                               |                     |
|                              | Pratico:                                  |             |              |                       |                               |                     |
| 2                            | F.<br>Idem, idem, idem.....               |             |              |                       |                               |                     |
|                              | Remadores:                                |             |              |                       |                               |                     |
| 3                            | F.<br>Idem.....                           |             |              |                       |                               |                     |
| 4                            | F.<br>Idem.....                           |             |              |                       |                               |                     |

Praticagem da barra em. . . . .



## (VERSO DO MODELO N. 9)

Certifico que foi pago o pessoal constante desta folha.

*F.*

Thesoureiro

*F.*

Escrivente

Lançado em despesa a folhas, . . . do livro de  $\frac{1}{2}$ .

*F.*

Thesour~~e~~iro.

**Praticagem da barra e curso do Rio S. Francisco**

Mappa das observações feitas na estação do pontal da barra

| DATA |          |      | BAROMETRO<br>—<br>(Termo médio) | THERMOMETRO<br>—<br>(Termo médio) | ESTADO DO CÉU | VENTOS   |             | OSCILLAÇÃO DO NIVEL DO RIO |             | ESTADO DA BARRA | PROFUNDIDADE DA AGUA NA BARRA | OBSERVAÇÕES           |
|------|----------|------|---------------------------------|-----------------------------------|---------------|----------|-------------|----------------------------|-------------|-----------------|-------------------------------|-----------------------|
| Dias | Mez      | Anno |                                 |                                   |               | Direcção | Intensidade | Ascendente                 | Descendente |                 |                               |                       |
| 1    | Janeiro. | 188  | 756 m/m                         | 29º c.                            | Limpo         | S. S. E. | Fracos...   | 0m,42                      | 0m,2        | Bom             | 3m,2                          | Choveu continuamente. |
| 2    |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 3    |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 4    |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 5    |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 6    |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 7    |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 8    |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 9    |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 10   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 11   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 12   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 13   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 14   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 15   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 16   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 17   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 18   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 19   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 20   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 21   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 22   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 23   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 24   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 25   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 26   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 27   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 28   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 29   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 30   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |
| 31   |          |      |                                 |                                   |               |          |             |                            |             |                 |                               |                       |

## N. 5 — EM 13 DE MARÇO DE 1886

Estabelece a taxa que devem pagar os navios que se utilizarem da praticagem na entrada ou sahida das barras do Cananéa e Icapara.

Ministerio dos Negocios da Marinha.— 3ª Secção.— N. 380.— Rio de Janeiro, 13 de Março de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Para os fins convenientes, remetto a V. Ex. a inclusa tabella da taxa que deverão pagar os navios que se utilizarem do auxilio da praticagem na entrada ou sahida das barras de Cananéa e Icapara.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.— Sr. Presidente da Província de S. Paulo.

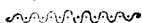
Tabella da taxa que deverão pagar os navios que se utilizarem do auxilio da praticagem na entrada ou sahida das barras de Cananéa e Icapara, conforme o disposto no aviso.

| CALADO D'AUCA EM METROS | TONELADAS METRICAS DE ARQUEAÇÃO |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
|-------------------------|---------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
|                         | PAGAMENTO EM MIL RÉIS           |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
|                         | 100                             | 150 | 200 | 250 | 300 | 350 | 400 | 450 | 500 | 550 | 600 | 650 | 700 | 750 | 800 | 850 | 900 |
| 1 <sup>m</sup> ,98      | 10½                             | 12½ | 14½ | 16½ | 18½ | 20½ | 22½ | 24½ | 26½ | 28½ | 30½ | 32½ | 34½ | 36½ | 38½ | 40½ | 42½ |
| 2 <sup>m</sup> ,31      | 12½                             | 14½ | 16½ | 18½ | 20½ | 22½ | 24½ | 26½ | 28½ | 30½ | 32½ | 34½ | 36½ | 38½ | 40½ | 42½ | 44½ |
| 2 <sup>m</sup> ,64      | 14½                             | 16½ | 18½ | 20½ | 22½ | 24½ | 26½ | 28½ | 30½ | 32½ | 34½ | 36½ | 38½ | 40½ | 42½ | 44½ | 46½ |
| 2 <sup>m</sup> ,97      | 16½                             | 18½ | 20½ | 22½ | 24½ | 26½ | 28½ | 30½ | 32½ | 34½ | 36½ | 38½ | 40½ | 42½ | 44½ | 46½ | 48½ |
| 3 <sup>m</sup> ,30      | 18½                             | 20½ | 22½ | 24½ | 26½ | 28½ | 30½ | 32½ | 34½ | 36½ | 38½ | 40½ | 42½ | 44½ | 46½ | 48½ | 50½ |
| 3 <sup>m</sup> ,63      | 20½                             | 22½ | 24½ | 26½ | 28½ | 30½ | 32½ | 34½ | 36½ | 38½ | 40½ | 42½ | 44½ | 46½ | 48½ | 50½ | 52½ |
| 3 <sup>m</sup> ,96      | ...                             | 24½ | 26½ | 28½ | 30½ | 32½ | 34½ | 36½ | 38½ | 40½ | 42½ | 44½ | 46½ | 48½ | 50½ | 52½ | 54½ |
| 4 <sup>m</sup> ,29      | ...                             | ... | 28½ | 30½ | 32½ | 34½ | 36½ | 38½ | 40½ | 42½ | 44½ | 46½ | 48½ | 50½ | 52½ | 54½ | 56½ |
| 4 <sup>m</sup> ,62      | ...                             | ... | ... | 32½ | 34½ | 36½ | 38½ | 40½ | 42½ | 44½ | 46½ | 48½ | 50½ | 52½ | 54½ | 56½ | 58½ |
| 4 <sup>m</sup> ,95      | ...                             | ... | ... | ... | 36½ | 38½ | 40½ | 42½ | 44½ | 46½ | 48½ | 50½ | 52½ | 54½ | 56½ | 58½ | 60½ |

## OBSERVAÇÕES

As embarcações que calarem menos de 1<sup>m</sup>,98, ou cuja arqueação não attingir a 400 toneladas, pagarão, quando se utilizarem do serviço da praticagem, a mesma taxa estatuida nesta tabella.

Secretaria da Marinha, 13 de Março de 1886.— *Sabino Eloy Pessoa*.





## N. 6 — AVISO DE 2 DE ABRIL DE 1885

Designa os distinctivos de que devem usar as praças das companhias de foguistas do corpo de imperiaes marinheiros.

Ministerio dos Negocios da Marinha. — 2ª Secção. — N. 508. — Rio de Janeiro, 2 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Approvando a proposta por V. Ex. apresentada em officio n. 225, de 10 do mez proximo preterito, resolvi que as praças das companhias de foguistas do corpo de imperiaes marinheiros usem dos seguintes distinctivos:

## FOGUISTAS DA 3ª CLASSE

Uma helice, de casimira encarnada, de duas pás, cosida na manga esquerda da farda, na camisa de panno ou de flanela, no lugar em que actualmente está collocada a ancora, que fica supprimida. Este emblema deve ter seis centimetros de comprimento e tres millimetros de relevo sómente no tronco da helice.

## FOGUISTAS DA 2ª CLASSE

O mesmo distinctivo na manga direita.

## FOGUISTAS DA 1ª CLASSE

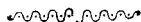
Igual distinctivo em ambas as mangas.

## CABOS E FORRIEIS

O mesmo distinctivo em ambas as mangas, independentemente das divisas de seus postos.

Com relação a todas as praças aqui mencionadas, identicos distinctivos, sem relevo, nas camisas brancas e nas de ganga azul. O que a V. Ex. communico para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*  
— Sr. Conselheiro de Guerra Ajudante General da Armada.



## N. 7 — AVISO DE 5 DE ABRIL DE 1886

Manda organizar uma companhia de artilheiros, de conformidade com o art. 22 do Regulamento anexo ao Decreto n. 8737, de 18 de Novembro de 1882.

Ministerio dos Negocios da Marinha.— 2ª Secção.— N. 515.— Rio de Janeiro, 5 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— De accordo com a proposta feita por V. Ex. em officio n. 224, de 10 do mez proximo preterito, resolvei que seja organizada uma companhia de artilheiros, na forma do disposto no art. 22 do Regulamento anexo ao Decreto n. 8737, de 18 de Novembro de 1882, ficando com aquella denominação a 4ª companhia do corpo de imperiaes marinheiros, e sendo para ella transferidas as setenta e cinco praças do mesmo corpo approvadas nas materias do curso da Escola pratica de artilharia e torpedos.

Usarão dos seguintes distinctivos:

*Os 2<sup>as</sup> artilheiros*

Um canhão raiado de seis centimetros de comprimento, de casimira encarnada, em relevo de tres millimetros de altura, cosido na manga esquerda da farda e da camisa de panno e de flanela, no logar em que actualmente se acha collocada a ancora, que fica supprimida.

*Os 1<sup>os</sup> artilheiros*

Igual distinctivo em ambas as mangas daquelle vestuario.

Nas camisas brancas os distinctivos serão de ganga azul, sem relevo.

O que a V. Ex. communico para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Conselheiro de Guerra Ajudante General da Armada.



## N. 8 — AVISO DE 14 DE AGOSTO DE 1886

Approva o procedimento do Ajudante General da Armada mandando alistar, como voluntario, no batalhão naval, o liberto Julio.

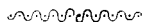
Ministerio dos Negocios da Marinha.— 2ª Secção.— N. 1299.— Rio de Janeiro, 14 de Agosto de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Em officio n. 723, de 6 do corrente, V. Ex. participa haver providenciado para que Julio, vindo da

Provincia do Rio Grande do Sul, libertado por D. Amelia Nunes da Silveira, para servir, como voluntario, no batalhão naval, fosse neste alistado, depois de ter o mesmo Julio declarado a isso annuir.

Approvo o dito alistamento, nos termos da Imperial Resolução de Consulta de 19 de Junho ultimo, que por seu objecto é extensiva á Marinha; não tendo, portanto, vigor a clausula, inserta na carta de liberdade, de não receber esse individuo premio de engajamento. O que a V. Ex. communico para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Samuel Wallace Mac-Dowell*.—  
Sr. Ajudante General da Armada.



#### N. 9 — EM 27 DE NOVEMBRO DE 1886

Marca os distinctivos que devem usar os machinistas de 3ª e 4ª classe, e os praticantes de machinistas.

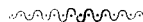
Ministerio dos Negocios da Marinha.— 2ª Secção.— N. 1919.  
— Rio de Janeiro, 27 de Novembro de 1886.

Illm. e Exm. Sr. — De conformidade com o disposto na Imperial Resolução de 28 de Junho de 1864 e nos arts. 2º e 3º do Regulamento annexo ao Decreto n. 6386, de 30 de Novembro de 1876, e de accôrdo com o parecer do Conselho Naval, declaro a V. Ex., para os devidos effeitos, e com referencia ao seu officio n. 982, de 11 do corrente:

1.º Que os machinistas de 3ª e 4ª classe, equiparados respectivamente aos mestres de 1ª e 2ª classe, têm os distinctivos, estes ultimos, de 2ª Sargentos, e aquelles de 1.ª

2.º Que aos praticantes de machinistas, equiparados aos guardiães, compete o distinctivo de forriel.

Deus Guarde a V. Ex.— *Samuel Wallace Mac-Dowell*.— Sr.  
Ajudante General da Armada.

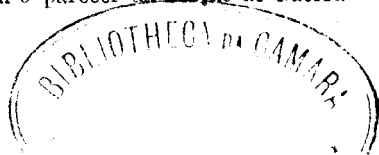


#### N. 10 — AVISO DE 14 DE DEZEMBRO DE 1886

Declara que os estrangeiros podem possuir embarcações do trafego do porto.

Ministerio dos Negocios da Marinha.— 3ª Secção.— N. 1652.  
— Rio de Janeiro em 14 de Dezembro de 1886.

Sua Magestade o Imperador, por Immediata Resolução de 11 deste mez, Conformando-se com o parecer da Secção de Guerra



e Marinha do Conselho de Estado, enunciado em Consulta de 2 de Outubro do corrente anno, sobre a duvida suscitada por V. S., a saber :— si aos estrangeiros é permittido possuirem alvarengas e vapores de reboque, empregados no trafego do porto em proveito proprio — Manda declarar-lhe para os devidos effeitos :

1.º Que o vapor de reboque, de coberta ou não, que se empregue no serviço interior dos portos e rios navegaveis, é por excellencia uma embarcação do trafego do porto, e como tal tem todos os privilegios, no mesmo tempo que está sujeito a todas as prescripções constantes do Regulamento das Capitánias dos portos.

2.º Que pôde qualquer estrangeiro domiciliado no Imperio, isolado ou collectivamente, possuir embarcações do trafego do porto, afim de aproveitar-se da liberdade que as leis lhe facultam, de commerciar nas aguas interiores do paiz, e portanto, é-lhe licito tambem utilizar taes embarcações em proveito proprio.

3.º Que toda embarcação do trafego dos portos e rios navegaveis, qualquer que seja o seu proprietario, é essencialmente uma embarcação nacional, e, por conseguinte, não pôde em caso algum izar outra bandeira, que não seja a que é lida como emblema na Nação.

Deus Guarde a V. S.— *Samuel Wallace Mac-Dowell*.— Sr. Capitão do porto da Província das Alagoás.

*assinado e rubricado*

#### N. 11 — AVISO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1886

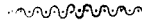
Declara que os Capitães de portos não têm competencia para fiscalisar a lotação das equipagens dos navios mercantes nacionaes.

Ministério dos Negocios da Marinha.— 3ª Secção.— N. 1755.— Rio de Janeiro, 27 de Dezembro de 1886.

Por Immediata Resolucão de 24 do corrente, Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o parecer da Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado de 3 de Outubro proximo findo, sobre o officio n. 227 de 8 de Maio do anno passado, em que V. S. consulta si tem competencia para fixar as lotações ou equipagens das embarcações sujeitas á sua fiscalisação, Houve por bem Mandar declarar-lhe, que o art. 2º, § 3º, do Regulamento annexo ao Decreto n. 5585 de 11 de Abril de 1874 dispensou ás embarcações brasileiras, que se empregam no commercio de cabotagem, das formalidades de entrada e sahida, de que tratam os arts. 18 e 19 do Regulamento de 19 de Maio de 1846; que o art. 3º

daquelle mesmo regulamento autorizou aos capitães ou mestres a contratarem livremente os individuos que devam compôr as respectivas tripolações; e dispondo o art. 4º que o rol de equipagem seja enviado pelo official do registro do porto às Capitánias, para os devidos effeitos, não seria razoavel que a essas Repartições competisse a attribuição de fixar lotações aos navios, difficultando assim o expediente para seu facil movimento; sendo certo que nem o regulamento das Capitánias, nem algum outro acto official lhes confere tal attribuição; o que a V. S. communico, para seu conhecimento e os fins convenientes.

Deus Guarde a V. S. — *Samuel Wallace Mac-Dowell.* —  
Sr. Capitão do Porto da Provincia de Pernambuco.



N. 12 — EM 28 DE DEZEMBRO DE 1886

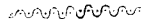
Determina que nos bonets das praças do corpo de imperiaes marinheiros seja substituido o ferro de algodão por um aro de barbatana ou de aço.

Ministerio dos Negocios da Marinha. — 2ª Secção. — N. 2109.  
— Rio de Janeiro, 28 de Dezembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, tendo em consideração o que ponderou o Commandante Geral do corpo de imperiaes marinheiros no officio a que se refere o de V. Ex., n. 1076, de 18 do corrente, Determina que nos bonets das referidas praças seja substituido o ferro de algodão por um aro de barbatana ou de aço.

O que a V. Ex. communico para que neste sentido dê as necessarias providencias.

Deus Guarde a V. Ex. — *Samuel Wallace Mac-Dowell.* —  
Sr. Ajudante General da Armada.



# INDICE DAS DECISÕES

## MINISTERIO DA GUERRA

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | PAGS |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| N. 1 — Em 2 de Janeiro de 1886.— Reitera disposições já publicadas sobre nomeações e exonerações de officiaes que constituem o estado-maior dos corpos.....                                                                                                                                                                                                                | 1    |
| N. 2 — Em 4 de Janeiro de 1886.— Determina que, quando os officiaes, que se destinam a qualquer Provincia, se demorarem nas Provincias intermediarias, sem ser por motivo de molestia, deve correr por conta dos mesmos officiaes a despeza do resto da viagem.....                                                                                                        | 1    |
| N. 3 — Em 4 de Janeiro de 1886.— Ao Conselho de Estado (Secções reunidas dos Negocios da Guerra e Marinha e de Fazenda) — Communicando a Immediata e Imperial Resolução de Consulta de 11 de Dezembro ultimo, sobre a prescripção quinquennal quanto ao soldo e vencimentos das praças de prot.....                                                                        | 2    |
| N. 4 — Em 12 de Janeiro de 1886.— Resolve duvidas sobre a execução do Aviso de 2 de Maio de 1885, que mandou adoptar o modelo de pedidos de armamento, arreamento e equipamento.....                                                                                                                                                                                       | 3    |
| N. 5 — Em 19 de Janeiro de 1886.— Declara que as praças desertoras do Exercito, remettidas de uma para outra Provincia, bem assim a escolta que as acompanha, não têm direito a abono para transporte, devendo a importância deste ser descontada pela terça parte do soldo das mesmas praças.....                                                                         | 3    |
| N. 6 — Em 19 de Janeiro de 1886.— Chama a attenção da Presidência de Mato Grosso para o facto, com prejuizo dos cofres publicos, de mandar dar passagem ao Major que devia ir reunir-se ao esquadraão de cavallaria de Goyaz, e a familia do mesmo Major, para a Côrte: sendo muito menor a despeza do transporte si seguissem directamente para a Provincia de Goyaz..... | 4    |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| N. 7 — Em 21 de Janeiro de 1886.— Determina que um soldado do 1º regimento de cavallaria ligeira, reclamado como escravo por um individuo residente em Pernambuco, não siga para aquella Provincia, devendo o reclamante provar na Corte o seu direito, para se decidir como for de justiça.....                                  | 5  |
| N. 8 — Em 23 de Janeiro de 1886.— Não têm direito a abono para transporte os officiaes que são transferidos por troca de corpos entre si.....                                                                                                                                                                                     | 5  |
| N. 9 — Em 26 de Janeiro de 1886.— Declara ao Commando Geral da arma de artilharia poder ser admittido um menor na escola de aprendizes artilheiros; e como se deverá proceder para a admissão de menores em identicas circumstancias.....                                                                                         | 6  |
| N. 10 — Em 29 de Janeiro de 1886.— Declara que a despeza de expediente dos Ajudantes de ordens do Presidencias, onde não houver Commandos de Armas, deve correr pela Secretaria do Governo da Provincia.....                                                                                                                      | 6  |
| N. 11 — Em 30 de Janeiro de 1886.— Disposições relativas a officiaes que concluíram na Escola Militar da Corte o curso de engenharia militar, e aos que finalisarem os respectivos cursos, tendo manifestado decidida propensão para o estudo de alguma especialidade.....                                                        | 7  |
| N. 12 — Em 6 de Fevereiro de 1886.— Sobre a conveniencia de serem annexados à Fabrica de Polvora da Estrella os terrenos que alli têm sido dados em arrendamento, á proporção que se forem terminando os respectivos prazos.....                                                                                                  | 8  |
| N. 13 — Em 6 de Fevereiro de 1886.— Contém disposições relativas á aquisição do panno para confecção de fardamento para os officiaes do Exército e os alumnos da Escola Militar.....                                                                                                                                              | 9  |
| N. 14 — Em 6 de Fevereiro de 1886.— Declara que, para que possa ter lugar o reconhecimento de cadete, é necessario que a praça reponha o premio que tiver recebido.....                                                                                                                                                           | 10 |
| N. 15 — Em 9 de Fevereiro de 1886.— Fixa o prazo de seis mezes para a duração das comissões em que se acham os officiaes de diferentes armas do Exército, habilitando-se na pratica: de pyrotechnia, do fabrico de polvora e de ferro, de trabalhos hydraulicos, observações astronomicas, telegraphicas e estradas de ferro..... | 10 |
| N. 16 — Em 9 de Fevereiro de 1886.— Não têm direito a abono para transporte os officiaes em gozo de licença.....                                                                                                                                                                                                                  | 11 |
| N. 17 — Em 10 de Fevereiro de 1886.— Resolve sobre a representação do Secretario da Intendencia da Guerra, contra o desconto que tem soffrido em seus vencimentos, nos dias em que, por exigencia do serviço da Subdelegacia a seu cargo, tem deixado de comparecer aos trabalhos daquelle Repartição.....                        | 11 |
| N. 18 — Em 10 de Fevereiro de 1886.— Declara que, sendo prejudicial á disciplina e á saúde do soldado o tratamento das praças do Exército em hospitales e enfermarias ci-                                                                                                                                                         |    |

Pags.

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| vis, não é aceita a proposta da Santa Casa de Misericórdia da capital da Província do Maranhão para tomar a seu cargo o serviço que é feito pela enfermaria militar.                                                                                                                                                                                                                              | 12 |
| N. 19 — Em 23 de Fevereiro de 1886. — Autoriza o Commando Geral da arma de artilharia a mandar pôr em pratica na escola de aprendizes artilheiros o art. 53 das Instruções, já revogadas, de 21 de Março de 1867; expendo os fundamentos desta disposição.....                                                                                                                                    | 12 |
| N. 20 — Em 4 de Março de 1886. — Recommenda a observancia do Aviso-Circular de 24 de Julho de 1884, sobre o desligamento, dos respectivos corpos, de officiaes e praças para se matricularem na Escola Militar da Corte.....                                                                                                                                                                      | 13 |
| N. 21 — Em 19 de Março de 1886. — Resolve a consulta relativa ao modo de contar o tempo de praça, e ao tempo que devem servir os alumnos da escola de aprendizes artilheiros, em diversas hypotheses.....                                                                                                                                                                                         | 14 |
| N. 22 — Em 30 de Março de 1886. — Manda observar provisoriamente as Instruções, approvadas nesta data, para o exercicio de tiro nos corpos de infantaria e cavallaria.                                                                                                                                                                                                                            | 14 |
| N. 23 — Em 11 de Abril de 1886. — Dá providencias sobre o destino que devem ter os livros e papeis inúteis recolhidos aos archivados dos corpos.....                                                                                                                                                                                                                                              | 23 |
| N. 24 — Em 15 de Abril de 1886. — Determina que continuem a ser feitos no Arsenal de Guerra da Corte os concertos de armamento dos corpos e estabelecimentos da Corte, sendo remetida, pelo Director do mesmo Arsenal, a nota da importancia de taes concertos, para ser descontada ás praças, quando não se prove a sua inculpaabilidade pelo desarranjo ou extravio das peças de armamento..... | 24 |
| N. 25 — Em 26 de Abril de 1886. — Declara que a manutenção das praças destacadas no deposito de polvora do Boqueirão deve continuar, como sempre tem estado, a cargo do respectivo batalhão.....                                                                                                                                                                                                  | 25 |
| N. 26 — Em 28 de Abril de 1886. — Resolve a consulta do Commandante da escola de aprendizes artilheiros sobre a interpretação do art. 48 do Regulamento da mesma escola                                                                                                                                                                                                                           | 25 |
| N. 27 — Em 29 de Abril de 1886. — Dá solução ao telegramma da Presidencia da Província do Rio Grande do Norte sobre a nomeação de um Cirurgião do Corpo de Saude para substituir nas respectivas funções o pharmaceutico contratado, por ter este adoecido.....                                                                                                                                   | 26 |
| N. 28 — Em 3 de Maio de 1886. — Resolve a consulta do Capitão nomeado Auditor de um conselho de guerra de deserção, declarando que o respectivo processo deve ser escripto por um cadete ou inferior, na conformidade do Decreto n. 2932 de 25 de Outubro de 1879.....                                                                                                                            | 27 |
| N. 29 — Em 11 de Maio de 1886. — Disposições relativas ao aluguel do predio em que deve funcionar o Quartel-General do Commando das Armas da Província do Pará, e declaração de não ter o Commandante das Armas direito a predio para sua residencia.....                                                                                                                                         | 27 |



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| N. 30 — Em 20 de Maio de 1886. — Resolve pela negativa a consulta sobre o pagamento da primeira prestação do premio de voluntario, a um soldado que teve baixa por incapacidade physica em Dezembro de 1885, tendo assentado praça em Outubro do mesmo anno; e determina que a Junta de saúde que o inspecionou ao assentar praça, seja advertida e compellida a indemnizar os cofres publicos das despesas feitas com o referido soldado..... | 28 |
| N. 31 — Em 22 de Maio de 1886. — Resolve a consulta relativa á substituição do Commandante da Escola Militar em seus impedimentos, na Presidencia das sessões da Congregação de lentes e de conselhos escolares.....                                                                                                                                                                                                                           | 29 |
| N. 32 — Em 27 de Maio de 1886. — Resolve a consulta relativa ao titulo de divida que tinha de ser passado a um auspçada, si somente do premio de 300\$, por ter sido voluntario da patria, ou si com addição da gratificação de 300 réis diários, á qual tambem tinha direito.....                                                                                                                                                             | 29 |
| N. 33 — Em 28 de Maio de 1886. — Recommenda o disposto na Circular de 26 de Agosto de 1879, visto ser excessiva a despesa que se faz com o transporte de officiaes de uns para outros pontos do Imperio.....                                                                                                                                                                                                                                   | 30 |
| N. 34 — Em 2 de Junho de 1886. — Approva os modelos de mapas que devem ser apresentados por occasião de uma revista, parada ou formatura de forças.....                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 31 |
| N. 35 — Em 4 de Junho de 1886. — Faz extensivo aos Arsenaes de Guerra das Provincias o Aviso de 7 de Dezembro de 1879, dirigido á Intendencia da Guerra, determinando como se deve proceder quando entre as peças de fardamento, que tiver de ser fornecido aos corpos, houver algumas que não estejam em perfeito estado..                                                                                                                    | 34 |
| N. 36 — Em 9 de Junho de 1886. — Declara que, para o accesso dos officiaes do Exército á graduação do posto immediato, é indispensavel que tenham o intersticio exigido para a effectividade desse posto.....                                                                                                                                                                                                                                  | 34 |
| N. 37 — Em 10 de Junho de 1886. — Declara, em solução á consulta de um Inspector de corpos, a quem compete effectuar as compras precisas para as bandas de musica dos mesmos corpos.....                                                                                                                                                                                                                                                       | 35 |
| N. 38 — Em 22 de Junho de 1886. — Approva a deliberação do Ajudante General mandando cessar o abuso de se matricularem praças do 1. <sup>o</sup> batalhão de infantaria, sem permissão do respectivo Commandante, no curso de leitura abreviada, aberto pelo Barão de Macalubas; e permite que se applique esse methodo, por experiencias nas escolas regimentaes.....                                                                         | 35 |
| N. 39 — Em 22 de Junho de 1886. — Resolve a consulta relativa aos vencimentos que devem ser abonados ao mestre de musica de um corpo do Exército, estando em conselho de guerra.....                                                                                                                                                                                                                                                           | 36 |
| N. 40 — Em 15 de Julho de 1886. — Declara que os alumnos da Escola de Tiro do Campo Grande visitarão o Labora-                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |    |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| torio do Campinho no correr do anno, e á medida que<br>taes visitas forem julgadas necessarias pelos Instructo-<br>res da dita Escola.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 37 |
| N. 41 — Em 21 de Julho de 1886. — Estabelece o modo por que<br>devem ser pagos os vencimentos dos medicos clinicos e<br>dos pharmaceuticos do Hospital Militar da Corte.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 37 |
| N. 42 — Em 29 de Julho de 1886. — Manda incluir nos contrat-<br>tos celebrados com pharmaceuticos civis para servirem<br>no Exercito, a clausula de que serao elles obrigados a<br>indemnizar toda a despeza que se hoiver feito e não<br>seja propriamente vencimentos, no caso de rescisão de<br>contrato a seu pedido.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 38 |
| N. 43 — Em 5 de Agosto de 1886. — Declara que não é lícito aos<br>officiaes do Exercito recorrerem á imprensa para trar-<br>tar, por qualquer fórma, de assumptos do serviço mi-<br>litar, sem previa licença do Ministerio da Guerra.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 38 |
| N. 44 — Em 9 de Agosto de 1886. — Manda fazer carga a um<br>soldado de cavallaria da importancia de um cavallo,<br>que extraviou: sendo a dita importancia a da avalia-<br>ção pela commissão que julgou o animal em estado de<br>não prestar serviço, e no caso de ser vendido em hasta<br>publica.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 39 |
| N. 45 — Em 25 de Agosto de 1886. — Declara que só em casos<br>especiaes e falta absoluta de outro medico é permitido<br>aos officiaes do Corpo de Saude do Exercito accumula-<br>rem empregos, ainda que provisoriamente.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 39 |
| N. 46 — Em 25 de Agosto de 1886. — Declara que um Tenente<br>reformado do Exercito que exerce o cargo de Adjuncto<br>de ordens de Presidencia de Provincia, deve perceber<br>os vencimentos a que tem direito por esse exercicio, não<br>obstante ser Capitão do corpo policial, visto que não<br>accumula o exercicio dos dous cargos.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 40 |
| N. 47 — Em 25 de Agosto de 1886. — Declara que a praça con-<br>damnada pelas Tribunaes civis a pena que importa ex-<br>clusão temporaria do Exercito, só tem direito nos ali-<br>mentos caritativos e ao preciso vestuario pelas Repar-<br>tições a que são entregues, nos termos das Provisões de<br>21 de Março de 1829 e 29 de Fevereiro de 1844, e Aviso<br>de 11 de Novembro de 1847.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 40 |
| N. 48 — Em 26 de Agosto de 1886. — Manda que os 2 <sup>os</sup> Cirur-<br>giões do Corpo de Saude do Exercito Drs. Guilherme<br>Pereira Rabello e Eutychio Soledade, este Preparador e<br>aquele Adjuncto da Faculdade de Medicina da Bahia,<br>nomeados para servirem nas guarnições do Ceará e<br>Goyaz, sigam os seus destinos, onde aguardarão, no<br>exercicio de suas commissões, a decisão do Governo<br>sobre a incompatibilidade dos cargos de medico do<br>Exercito com os de Adjuncto e Preparador da dita Fa-<br>culdade, por isso que o facto de exercerem taes empregos,<br>ainda quando fossem vitalicios, não inhiibe o Ministerio<br>da Guerra de designal-os para qualquer commissão... | 41 |
| N. 49 — Em 26 de Agosto de 1886. — Declara que dous Cirur-<br>giões-môres de brigada em serviço na guarnição da Ba-                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |    |

- hia, que foram designados para outra guarnição, devem quanto antes seguir o seu destino, não procedendo a allegação de um delles, para alli ser conservado, de estar servindo como adjunto do encarregado da enfermaria militar; e estabelece que para o serviço medico da guarnição da Bahia são sufficientes oito facultativos... 42
- N. 50 — Em 26 de Agosto de 1886. — Declara que um Tenente honorario do Exército, encarregado de deposito de artigos bellicos, que pediu pagamento dos vencimentos, que não recebeu, de 22 de Dezembro de 1885 a 21 de Janeiro de 1886, em que esteve no gozo de licença para tratamento de saude, e de 18 de Fevereiro a 17 de Março, tambem de 1886, em que esteve doente em seu quartel, só tem direito a soldo e etapa durante 30 dias, nos termos da Circular de 28 de Abril de 1882..... 43
- N. 51 — Em 28 de Agosto de 1886. — Declara que os Cirurgiões do Corpo de Saude do Exército em serviço na colonia militar de Itapara devem ser substituidos de seis em seis mezes, e não de tres em tres como está determinado..... 43
- N. 52 — Em 17 de Setembro de 1886. — Declara que foi regular o procedimento da Thesouraria de Fazenda do Amazonas, para com o Juiz de Direito da capital, por isso que ao referido Juiz de Direito até a data em que foi privativamente nomeado Auditor de Guerra, só competia a gratificação desse cargo durante os dias em que como tal funcionou em conselhos..... 44
- N. 53 — Em 20 de Setembro de 1886. — Manda adoptar para a Escola Militar da Provincia do Rio Grande do Sul a mesma tabella de distribuição de fardamento para a da Corte; e dá providencias para a indemnização dos cofres publicos do valor do capote que tiverem recebido os alumnos que forem transferidos daquelle Escola para a da Corte..... 44
- N. 54 — Em 21 de Setembro de 1886. — Declara que um Capitão honorario do Exército, encarregado de deposito de artigos bellicos, que requeru abono de vencimentos de estado-maior de 2ª classe, com o soldo da tabella annexa ao Decreto n. 2405 de 8 de Fevereiro de 1873, tem direito aos mencionados vencimentos, devendo, porém, o soldo ser o da antiga tabella..... 45
- N. 55 — Em 22 de Setembro de 1886. — Declara que as informações prestadas, em requerimentos, pelos Commandantes de corpos devem ser registradas no livro de officios expedidos pelos referidos Commandantes..... 45
- N. 56 — Em 23 de Setembro de 1886. — Declara que bem procedeu o Commandante do 1º batalhão de artilharia a pé mandando cessar o abono da gratificação de tempo acabado, que percebia um 2º cadete 1º sargento do dito batalhão; e providencia acerca de outras gratificações identicas tambem illegalmente pagas..... 46
- N. 57 — Em 23 de Setembro de 1886. — Determina que deve ser julgada perempta a divida proveniente de peças de far-

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| damento que o recruta, por qualquer circumstancia, tiver deixado de receber em tempo.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 47 |
| N. 58 — Em 21 de Setembro de 1886. — Estabelece os casos em que as administrações das caixas das musicas do Exército podem exercer a faculdade conferida no Regulamento de 6 de Março de 1886 para a substituição do instrumental das musicas.....                                                                                                                                                                                                                                                | 47 |
| N. 59 — Em 21 de Setembro de 1886. — Manda rescindir o contrato do Enfermeiro-mór do Hospital Militar da Corte, subsistindo a nomeação feita pelo Ajudante General de um anseçada do 1º batalhão de artilharia a pé para exercer aquelle cargo, com a graduação de 2º sargento.                                                                                                                                                                                                                   | 48 |
| N. 60 — Em 27 de Setembro de 1886. — Declara que o abono de fardamento a praças reformadas e com honras de officiaes, que se acham no Asylo de Invalidos da Patria, só compete ás praças em taes condições que estão em serviço no dito Asylo, e não ás que são alli admittidas afim de receberem a etapa, devendo um Alferes honorario que alli se acha nestas condições, indemnizar os cofres publicos do valor das peças de fardamento que lhe têm sido fornecidas pelo mencionado Asylo ..... | 48 |
| N. 61 — Em 28 de Setembro de 1886. — Resolve a consulta do Commando das Armas da Provincia do Rio Grande do Sul relativamente á nomeação de um official honorario para o cargo de Ajudante de ordens do Commando da guarnição da fronteira de S. Borja, declarando que deve o referido cargo ser exercido por um dos officiaes subalternos dos corpos do Exército, a juizo do dito Commandante das Armas.....                                                                                     | 49 |
| N. 62 — Em 30 de Setembro de 1886. — Approva a decisão do Presidente do Maranhão, mandando que ficasse pertencendo ao 5º batalhão de infantaria, porém com baixa do posto, por falta de vaga, um 2º Cadete, cuja baixa do serviço do Exército como 1º Sargento do 11º batalhão da dita arma ficou sem effeito, e dá outras providencias quanto ao pret da referida praça.....                                                                                                                     | 50 |
| N. 63 — Em 1 de Outubro de 1886. — Resolve duvidas sobre a nomeação do Enfermeiro-mór das Enfermarias militares.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 50 |
| N. 64 — Em 13 de Outubro de 1886. — Declara que os encarregados das obras militares nas Provincias não têm direito a ordenança, devendo elles, entretanto, requisitar das Presidencias que sejam postas á sua disposição as praças de que necessitarem para o desempenho de suas commissões.....                                                                                                                                                                                                  | 51 |
| N. 65 — Em 13 de Outubro de 1886. — Declara que é incompativel a accumulção dos cargos de Enfermeiro-mór e de Amanuense nas Enfermarias militares, por serem diversas as obrigações de cada um.....                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 52 |
| N. 66 — Em 14 de Outubro de 1886. — Declara que, de conformidade com o Aviso de 13 de Novembro de 1884, ficam supprimidos os abonos aos operarios dos Arsenaes da Guerra das Provincias, de gratificações provenientes de séstas, serões ou outros quaesquer serviços extraordinarios por elles executados.....                                                                                                                                                                                   | 52 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Pags. |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 67 — Em 18 de Outubro de 1886. — Declara que os soldados particulares têm direito á passagem de 1. <sup>a</sup> classe em seus transportes por terra ou por agua, como os 1. <sup>os</sup> e 2. <sup>os</sup> cadetes do Exército.....                                                                                                                                    | 53    |
| N. 68 — Em 22 de Outubro de 1886. — Declara sem effeito o Aviso de 21 de Janeiro de 1885 sobre remessa de relações nominaes dos alumnos que frequentarem as escolas regimentaes, e manda que os corpos do Exército remetam annualmente o mappa numerico dos referidos alumnos.....                                                                                           | 53    |
| N. 69 — Em 27 de Outubro de 1886. — Resolve a consulta do Commandante de um corpo do Exército sobre si, quando terminada qualquer formatura, pôde o mesmo Commandante ordenar que se debande o dito corpo, ou si deve, para esse fim, pedir licença á autoridade mais graduada que porventura esteja presente.....                                                           | 54    |
| N. 70 — Em 29 de Outubro de 1886. — Declara quaes as vantagens que têm direito os Enfermeiros-mores, paisanos, das Enfermarias militares.....                                                                                                                                                                                                                                | 55    |
| N. 71 — Em 30 de Outubro de 1886. — Declara quaes os vencimentos a que tem direito um Major do Exército presidindo conselho de investigação.....                                                                                                                                                                                                                             | 55    |
| N. 72 — Em 25 de Novembro de 1886. — Resolve a consulta de um Inspector de corpos sobre o abono de fardamento a um sargento que, achando-se doente no hospital, teve baixa do serviço do Exército por incapacidade physica e conclusão de tempo.....                                                                                                                         | 56    |
| N. 73 — Em 26 de Novembro de 1886. — Determina que os Inspectores de corpos e estabelecimentos militares, no correr dos seus trabalhos, proponham logo as providencias que julgarem dever ser adoptadas a bem do serviço, e estabelece outras medidas para o melhor desempenho das inspecções militares.....                                                                 | 56    |
| N. 74 — Em 26 de Novembro de 1886. — Determina que sejam designados pelos corpos ou companhias isoladas, nas Províncias em que ha Depósitos de artigos bellicos, um cabo de esquadra e dous serventes para servirem nos mesmos depósitos em substituição dos guardas-fleis e serventes cujas gratificações e diarias foram supprimidas pela Lei de 16 de Outubro ultimo..... | 57    |
| N. 75 — Em 20 de Dezembro de 1886. — Declara sem effeito a designação de um Alferes para o cargo de agente da companhia de infantaria do Piauí, visto ser o Commandante da mesma companhia sogro do alludido Alferes.....                                                                                                                                                    | 57    |
| N. 76 — Em 29 de Dezembro de 1886. — Determina o modo por que devem ser pagos de suas gratificações e diarias os guardas-fleis e serventes dos Depósitos de artigos bellicos, enquanto não forem substituidos por praças do Exército, nos termos do Aviso de 26 de Novembro ultimo.....                                                                                      | 58    |

## MINISTERIO DA GUERRA

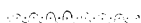
### N. 1 — AVISO DE 2 DE JANEIRO DE 1886

Para disposições já publicadas sobre nomeações e exonerações de officiaes que constituem o estado-maior dos corpos.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 2 de Janeiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Trauxe V. Ex. ao conhecimento deste Ministerio, com a sua informação n. 336 de 22 de Dezembro proximo findo, o officio n. 688 de 23 de Outubro anterior, do Commandante do 2º batalhão de infantaria, communicando haver nomeado para o lugar de Secretario do mesmo batalhão o Alferes Miguel Gonçalves do Castro Mascarenhas. Sendo, porém, da competencia do Governo Imperial as nomeações e dispensas dos officiaes que constituem o estado-maior dos corpos, como já foi explicado por Aviso de 23 de Junho ultimo, publicado na Ordem do dia n. 1923 da repartição a seu cargo, declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que deve chamar de novo a attenção dos Commandantes dos diles corpos para a disposição daquelle aviso, ficando entretanto approvada a nomeação de que se trata.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira*.— Sr. Conselheiro Ajudante General.



### N. 2 — CIRCULAR DE 4 DE JANEIRO DE 1886

Determina que, quando os officiaes, que se destinam a qualquer Provincia, se demorarem nas Provincias intermediarias, sem ser por motivo de molestia, deve correr por conta dos mesmos officiaes a despesa do resto da viagem.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Circular.— Rio de Janeiro, 4 de Janeiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Reproduzindo-se com frequencia o facto de se demorarem por mais ou menos tempo nas Provincias inter-

mediarias áquellas a que se destinam, os officiaes, que seguem desta Côte para o norte e sul do Imperio e vice-versi; e sendo essa pratica prejudicial não só á disciplina como aos cofres publicos, declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que, quando o desembarque dos officiaes em viagem não fór justificado por motivo de molestia, deverá correr por conta delles a importancia correspondente ao resto da passagem.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira*.—  
Sr. Presidente da Provincia de...



### N. 3 — AVISO DE 1 DE JANEIRO DE 1886

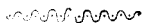
Ao Conselho de Estado (Secções reunidas dos Negocios da Guerra e Marinha e de Fazenda) — Comunicando a Immediata e Imperial Resolução de Consulta de 11 de Dezembro ultimo, sobre a prescripção quinquennial quanto ao soldo e vencimentos das praças de pret.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 4 de Janeiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Communico a V. Ex. para seu conhecimento, que Sua Magestade o Imperador, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 11 de Dezembro ultimo, Houve por bem Conformar-se com o parecer das Secções reunidas de Guerra e Marinha e de Fazenda do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 13 de Janeiro do anno passado, declarando que a prescripção quinquennial, de que goza a Fazenda Nacional, não podendo applicar-se ao soldo e vencimentos de uma praça de pret em effectividade de serviço, comprehende todavia os das praças reformadas.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira*.—  
A S. Ex. o Sr. Conselheiro Affonso Celso de Assis Figueiredo.

Identicos aos Srs. Conselheiros de Estado Visconde de Muritiba, Visconde de Bom Retiro, Paulino José Soares de Souza e Manoel Pinto de Souza Dantas.



## N. 4 — AVISO DE 12 DE JANEIRO DE 1886

Resolve duvidas sobre a execução do Aviso de 2 de Maio de 1885, que mandou adoptar o modelo de pedidos de armamento, arreamento e equipamento.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 12 de Janeiro de 1886.

Illm. o Exm. Sr.— Não tendo sido bem comprehendidas por alguns Commandantes de corpos as disposições do Aviso de 2 de Maio ultimo, publicarlo na Ordem do dia n. 1925 de 15 do dito mez, declaro a V. Ex., em solução ás duvidas propostas :

1.º Que no livro de registro de pedidos, cujo modelo acompanhou o mencionado Aviso de 2 de Maio, devem ser lançados, immediatamente, os pedidos feitos, quer pelos corpos, quer pelos Commandantes de companhias, observando-se o que declara a nota, que se lê abaixo do dito modelo.

2.º Que, para o ajuste de contas de fardamento no fim do anno, basta que cada Commandante de companhia, á vista dos pedidos feitos á arrecação geral, organize uma relação especial, escripturando ahi o que tiver pedido. Estas relações, que substituem, com grande economia, os livros de distribuição de fardamento, mandados supprimir por Aviso de 23 de Setembro de 1878, devem ter o mesmo destino que áquelles era dado.

3.º Finalmente, que a ultima parte do alludido Aviso de 2 de Maio, mandando relacionar e remetter á Repartição Fiscal os documentos em que se nota falta de pagamento de sello afim, de proceder-se á respectiva cobrança, não é medida geral, refere-se tão sómente aos documentos do conselho economico do 10º batalhão de infantaria; convido, entretanto, que os Commandantes dos corpos providenciem de modo a evitar que nestes se dê aquella falta.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira*.— Sr. Conselheiro Ajudante General.

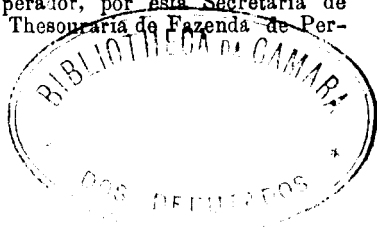


## N. 5 — PORTARIA DE 19 DE JANEIRO DE 1886

Declara que as praças desertoras do Exército, remettidas de uma para outra Provincia, bem assim a escolta que as acompanha, não têm direito a abono para transporte, devendo a importancia deste ser descontada pela terça parte do soldo das mesmas praças.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1886.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda de Per-





nambuco, para seu conhecimento e execução, que aos soldados addidos ao 14.º batalhão de infantaria Manoel José do Oliveira e Manoel Ferreira de Carvalho deve a mesma Thesouraria fazer carga da quantia de vinte e oito mil seiscentos oitenta e oito réis (28\$688), proveniente de seu transporte e do da escolta que os acompanhou do Ceará para a dita Provincia, pois que, como desertores, não tinham direito a semelhante abono; devendo o desconto para indemnização dos cofres publicos ser feito pela terça parte do respectivo soldo. — *João José de Oliveira Junqueira.*

~\*~\*~\*~\*~

#### N. 6 — AVISO DE 19 DE JANEIRO DE 1886

Chama a attenção da Presidencia de Mato Grosso para o facto, com prejuizo dos cofres publicos, de mandar dar passagem ao Major que devia ir reunir-se ao esquadrão de cavallaria de Goyaz, e á familia do mesmo Major, para a Corte; sendo muito menor a despeza do transporte si seguissem directamente para a Provincia de Goyaz.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1886.

Hlm. e Exm. Sr. — Constando das contas apresentadas pela Companhia Nacional de navegação a vapor, haver essa Presidencia mandado dar passagem para esta Corte ao Major Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, afim de seguir d'aqui a reunir-se ao esquadrão de cavallaria de Goyaz, a que pertencia, resultando de semelhante acto despendarem os cofres publicos a quantia 1:173\$500 com transporte desse official e do sua familia, quando tal despeza se elevava apenas a 536\$, observadas as disposições das Instrucções de 24 de Julho de 1857, si tivesse elle seguido d'ahi directamente para Goyaz, chamo a attenção de V. Ex. para esse facto, afim do que se sirva providenciar de modo a evitar-se a sua reproducção.

Deus Guarde a V. Ex. — *João José de Oliveira Junqueira.* — Sr. Presidente da Provincia de Mato Grosso.

~\*~\*~\*~\*~

## N. 7 — AVISO DE 21 DE JANEIRO DE 1886

Determina que um soldado do 1º regimento de cavallaria ligeira, reclamado como escravo por um individuo residente em Pernambuco, não siga para aquella Provincia, devendo o reclamante provar na Córte o seu direito, para se decidir como fôr de justiça.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 21 de Janeiro de 1886.

Ilm. o Exm. Sr. — Em additamento ao Aviso de 23 de Dezembro proximo passado, no qual communiquei a V. Ex. ter expedido ordem para seguir para essa Provincia o soldado do 1º regimento de cavallaria ligeira Manoel Felix de Almeida reclamado por Antonio Gonçalves d' Azevedo, como seu escravo de nome Felix, afim de ser produzida pelo reclamante a prova da identidade de pessoa do alludido escravo, no intuito de esclarecer o ponto questionado; declaro a V. Ex., para seu conhecimento e para fazer constar ao interessado, que este Ministerio tem resolvido, ante as allegações que surgem do direito em favor da liberdade, não fazer seguir o referido soldado, e sim conservá-lo no corpo em que se acha nesta Córte; devendo o reclamante, uma vez que persiste na sua pretensão, fazer-se representar nesta cidade, onde exhibirá documentos, que porventura possua, e que fundamentem a mesma pretensão, para afinal se decidir como fôr de justiça.

Deus Guarde a V. Ex. — *João José de Oliveira Junqueira.* — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.

Deu-se conhecimento á Repartição de Ajudante General.



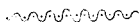
## N. 8 — PORTARIA DE 23 DE JANEIRO DE 1886

Não têm direito a abono para transporte os officies que são transferidos por troca de corpos entre si.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 1886.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda do Ceará, para seu conhecimento e execução, que ao Major do 11º batalhão de infantaria Pedro Luiz Manoel de Jesus deve a mesma Thesouraria fazer carga, para lhe ser descontada pela quinta parte do respe-

ctivo soldo, da quantia de cento e treze mil e quatrocentos réis (113\$400), importancia do seu transporte e do de sua mulher e um criado, de Pernambuco para a dita Provincia, visto que, tendo feito troca de corpo com o Major Bento Luiz da Gama, não lhe assistia direito aquelle abono. — *João José de Oliveira Junqueira*.



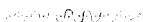
#### N. 9 — AVISO DE 26 DE JANEIRO DE 1886

Declara ao Commando Geral da arma de artilharia poder ser admittido um menor na escola de aprendizes artilheiros: e como se deverá proceder para a admissão de menores em identicas circumstancias.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 26 de Janeiro de 1886.

Senhor. — Tenho a honra de communicar a Vossa Alteza Real que, de accôrdo com a informação junta por cópia, prestada pela secção de exame desta Secretaria de Estado, o menor Francisco Antonio da Costa, apresentado a esse Commando Geral pelo Juiz de orphãos da 2.<sup>a</sup> vara, com destino á escola de aprendizes artilheiros, e de quem trata Vossa Alteza Real em seu officio n. 9 de 9 do corrente, pôde ser admittido na mesma escola, visto achar-se comprehendido no § 4.<sup>o</sup> do art. 32 do respectivo regulamento; procedendo-se desta fórma com os menores em identicas condições, e que para esse fim forem apresentados pelo pai, mãe, avô ou avó, uma vez que exhibam documentos, que provem seu estado de pobreza ou pelo tutor do menor, com a precisa justificação de ser este pobre, ainda pela autoridade competente, isto é, pelo Juiz de orphãos, que allegue achar-se o menor abandonado.

Deus Guarde a Vossa Alteza Real. — A Sua Alteza Real o Sr. Marechal de Exército Conde d'Eu. — *João José de Oliveira Junqueira*.



#### N. 10 — AVISO DE 29 DE JANEIRO DE 1886

Declara que a despesa do expediente dos Ajudantes de ordens de Presidencias, sendo não houver Commandos de Armas, deve correr pela Secretaria do Governo da Provincia.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 29 de Janeiro de 1886.

Illm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e em resposta ao seu officio n. 3 de 30 de Outubro ultimo, que a

despeza de expediente dos Ajudantes de ordens de Presidencias, onde não houver Commando de Armas, deve correr pela Secretaria do Governo da Provincia, de conformidade com o disposto na Imperial Resolução de 7 de Abril de 1865 e Aviso de 19 do mesmo mez e anno.

Deus Guarde a V. Ex. — *João José de Oliveira Jurqueira.* —  
Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.



#### N. 11 — AVISO DE 30 DE JANEIRO DE 1886

Disposições relativas a officiaes que concluíram na Escola Militar da Corte o curso de engenharia militar, e aos que finalisarem os respectivos cursos, tendo manifestado decidida propensão para o estudo de alguma especialidade.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 30 de Janeiro de 1886.

Ilha. o Exm. Sr. — Tendo em consideração o que pondera V. Ex. em seu officio n. 428 de 19 do corrente, informando sobre a proposta que faz o Commandante da Escola Militar da Corte em officio n. 14 de 9 do dito mez, de praticarem em algumas especialidades que cursaram na mesma Escola 14 officiaes, que concluíram o curso de engenharia militar, e cujos nomes constam da relação enviada pelo mencionado Commandante com o seu referido officio, declaro a V. Ex. que, com excepção do Tenente do corpo de estado-maior de 1ª classe Araripe Meirelles, que deve ir praticar no Laboratorio Pyrotechnico do Campinho, e para o que expedirá V. Ex. as necessarias ordens cumpre que se recolham a seus corpos os demais officiaes incluídos na alludida relação, e são os seguintes: Capitães do 17º batalhão de infantaria Severiano Carneiro da Silva Rego e Luiz Manoel Martins da Silva; Tenente do 5º regimento de cavallaria João de Deus Martins; 1ºs Tenentes: do 1º regimento de artilharia, Eugenio Luiz Franco Filho; do 3º batalhão da mesma arma, Antonio José Dias de Oliveira; do 4º batalhão idem, Octaviano de Brito Galvão; 2ºs Tenentes: do 1º regimento de artilharia, Adalberto Augusto dos Reis Petrazzi; do 3º dito idem, Saturnino Nicolau Cardoso e José Maria de Beaurepaire Pinto Peixoto; do 3º batalhão da mesma arma: José Eulalio da Silva Oliveira, Antonio Carlos Brandão e Americo de Andrade Almada; e do 2º batalhão idem, Pedro de Almeida Godinho.

Havendo elles frequentado aquella Escola, da qual sahiram tão dignamente, tendo concluído o curso militar, é obvio que a melhor pratica consistirá em ir para o seu batalhão ou regimento prestar os serviços que o Exercito e o Paiz estão esperando. Con-

seguintemente nas fronteiras e outros logares, e no campo em que se acham alguns desses corpos, terão os novos laureados occasiões frequentes de se amestrarem nas praticas da arto militar.

Quando houver, entre esses officiaes que finalizarem os estudos, algum ou alguns com decidida propensão para o estudo de especialidades, como a alta astronomia, ou outra desta ordem, o Governo, sobre proposta do digno Commandante da Escola Militar, enviará para os estabelecimentos proprios esses officiaes, para cultivarem taes sciencias; deixando que o maior, o grande numero dos que assentarem praça para defender o Paiz, e prestar bons serviços, se dedique ao exercicio das armas, ao conhecimento pratico das evoluções e da vida militar, e se prepare para cumprir os seus deveres.

Deus Guarde a V. Ex. — *João José de Oliveira Junqueira.* — Sr. Conselheiro Ajudante General.

*Acta do Conselho*

#### N. 12 — AVISO DE 6 DE FEVEREIRO DE 1886

Sobre a conveniencia de serem annexados á Fabrica da Polvora da Estrella os terrenos que alli têm sido dados em arrendamento, á proporção que se forem terminando os respectivos prazos.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 6 de Fevereiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Ouvida a Directoria da Fabrica da Polvora da Estrella, conforme V. Ex. requisitou em seu Aviso de 19 de Dezembro ultimo, sobre a conveniencia de se annexarem áquelle proprio nacional os terrenos alli existentes, dados em arrendamento; e informando a dita Directoria que tem-se notado nos ultimos annos sensivel decrescimento dos mananciaes, que são os unicos motores das diversas machinas da referida fabrica, sendo a causa reconhecida desse empobrecimento a — derrubada das matas feita pelos arrendatarios; declaro a V. Ex. que, á vista dessas razões, que justificam plenamente aquella medida, é de toda a conveniencia que ella seja adoptada, incorporando-se á fabrica os prazos de terra de que se trata, á proporção que forem terminando os respectivos arrendamentos, conforme V. Ex. lembra em seu citado aviso.

Deus Guarde a V. Ex. — *João José de Oliveira Junqueira.* — A S. Ex. o Sr. Francisco Belisario Soares de Souza.

*Acta do Conselho*

## N. 13 — AVISO DE 6 DE FEVEREIRO DE 1886

Contém disposições relativas á aquisição de panno para confecção do fardamento para os officios do Exercito e os alumnos da Escola Militar.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Gabinete do Ministro da Guerra.— Rio de Janeiro, 6 de Fevereiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Com seu officio sob n. 207 de 22 de Dezembro proximo passado submetteu V. Ex. á consideração deste Ministerio a proposta e quatro amostras que, para cumprimento do que determinou a ultima parte do despacho de 12 de Novembro transacto, requisitou elle foram apresentadas pela fabrica nacional de tecidos do Rink, para fornecimento de pannos finos destinados á confecção do fardamento para os alumnos da Escola Militar e dos officiaes do Exercito; e informando que pelo conselho de compras, que os examinou, foram tves pannos recusados por se ter reconhecido que são de qualidade inferior aos que té a até agora sêlo comprados, e não podem ser convenientemente empregados na manufacturação do fardamento alludido, e nem mesmo no dos musicos e officiaes inferiores do estado-menor dos corpos; no qual, entretanto, pôde ter emprego panno menos fino que o exigido para aquelles; consulta V. Ex. si, á vista do expellido, deve continuar, como lhe parece mais conveniente, a chamar concorrência perante o mencionado conselho de compras para provimento de pannos finos, de que carece para fardamento de officiaes e alumnos, ou si deve proceder de outro modo.

Em resposta declaro a V. Ex. que, visto terem sido os pannos finos da fabrica Rink julgados pelo conselho de compras impróprios para o fim a que se allude, o que tambem foi verificado pela Repartição de Quartel-Mestre General nos exames e estudos a que, em confrontação com as amostras dos pannos importados do estrangeiro, e que acompanharam seu officio n. 10 de 23 de Janeiro ultimo, procedeu nos daquella fabrica, e de cujo resultado deu conta a este Ministerio em 4 de Fevereiro corrente, conforme se vê da informação junta por cópia; deve, como V. Ex. propõe, continuar a ser feita a aquisição de tal artigo pelo dito conselho de compras, mediante concorrência publica, até que a mesma fabrica, melhorando os pannos finos para o fardamento dos officiaes e alumnos, como é do seu interesse fazel-o, habilite-se a entrar nessas especiaes concorrências da industria, osendada com as vantagens que a esse importante estabelecimento e outros nacionaes que se apresentem, assegura o trabalho nacional, o que deve, em igualdade de condições, ser animado pelos poderes do Estado.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira*.— Sr. General Intendente da Guerra.



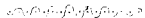
## N. 14 — AVISO DE 6 DE FEVEREIRO DE 1886

Declara que, para que possa ter logar o reconhecimento de cadete, é necessario que a praça reponha o premio que tiver recebido.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 6 de Fevereiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Confirmando o meu telegramma desta data, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e em resposta ao que me dirigiu em 2 deste mez, que para poder ter logar o reconhecimento de cadete é necessario que a praça reponha o premio que tiver recebido, nos termos do Aviso de 17 de Outubro de 1861.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.



## N. 15 — AVISO DE 9 DE FEVEREIRO DE 1886

Fixa o prazo de seis mezos para a duração das commissões em que se acham os officiaes de differentes armas do Exército, habilitando-se na pratica : de pyrotechnia, do fabrico de polvora e de ferro, de trabalhos hydraulicos, observações astronomicas, telegraphicas e estradas de ferro.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 9 de Fevereiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Convinde limitar o tempo de duração das commissões em que se chamam differentes officiaes do Exército com o fim de habilitarem-se na pratica de pyrotechnia, do fabrico de polvora e de ferro, de trabalhos hydraulicos, de observações astronomicas e telegraphia e estradas de ferro, de conformidade com as disposições contidas nos arts. 1º § 1º do Regulamento approvedo pelo Decreto n. 6984 de 27 de Julho de 1878 e 158 de 24 de Dezembro de 1881, e no Aviso de 26 de Novembro de 1883 ; declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que é fixado em seis mezos o prazo para a pratica em cada uma dessas especialidades ; devendo recolher-se a s corpos a que pertencem os officiaes que estiverem em taes commissões e tenham completado aquelle prazo.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira*.— Sr. Conselheiro Ajudante General.



## N. 16 — PORTARIA DE 9 DE FEVEREIRO DE 1886

Não têm direito a abono para transporte os officiaes em gozo de licença.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 9 de Fevereiro de 1886.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda do Ceará, para seu conhecimento e execução, que ao Tenente do 11º batalhão de infantaria Francisco Pedro dos Santos deve a mesma Repartição fazer carga, para lhe ser descontada pela quinta parte do soldo, da quantia de cento e oitenta e tres mil e seiscentos réis (183\$600), importância de seu transporte, do de sua mulher e tres filhos menores, da Parahyba para a dita Provincia; por isso que, achando-se elle em gozo de licença, não lhe assistia direito a semelhante abono.

*João José de Oliveira Junqueira.*



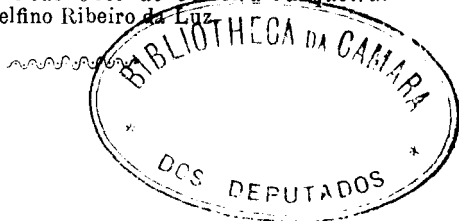
## N. 17 — AVISO DE 10 DE FEVEREIRO DE 1886

Resolve sobre a representação do Secretario da Intendencia da Guerra, contra o desconto que tem soffrido em seus vencimentos, nos dias em que, por exigencia do serviço da Subdelegacia a seu cargo, tem deixado de comparecer aos trabalhos daquella Repartição.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1886.

Illm. e Exm. Sr.— Em resposta ao Aviso de 12 de Janeiro ultimo, com que V. Ex. me transmittiu cópia do officio que lhe foi remettido com o do Desembargador Chefe de Policia da Corte em 2 daquelle mez, e no qual Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Secretario da Intendencia da Guerra, representa contra o facto de ter soffrido desconto em seus vencimentos, nos dias em que, por exigencias do serviço da Subdelegacia da Lagôa, deixou de comparecer aos trabalhos da sua Repartição; communico a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que, si o exercicio da subdelegacia é tambem durante o dia, como é certo, não pôde deixar de prejudicar o exercicio do emprego na Intendencia: não podendo, portanto, haver acquiescencia legal nesses casos.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira.*—  
A S. Ex. o Sr. Joaquim Delfino Ribeiro da Luz





## N. 18 — AVISO DE 10 DE FEVEREIRO DE 1886

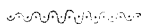
Declara que, sendo prejudicial á disciplina e á saúde do soldado o tratamento das praças do Exército em hospitaes e enfermarias civis, não é aceita a proposta da Santa Casa de Misericórdia da capital da Provincia do Maranhão para tomar a seu cargo o serviço que é feito pela enfermaria militar.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Informando si nessa Provincia havia hospitaes ou enfermarias civis, que pu-lessem incumbir-se do tratamento das praças de linha enfermas, e si da extincção da enfermaria e pharmacia militares ali existentes resultariam vantagens e economia para o serviço publico, remetteu V. Ex., com seu officio n. 169, de 11 de Novembro ultimo, cópia do do mordomo dos hospitaes da Santa Casa da Misericórdia dessa capital, apresentando uma proposta para aquelle estabelecimento tomar a seu cargo todo o serviço feito pela enfermaria militar, percebendo diariamente pelo tratamento de cada official ou cadete 3:5000, pelo de cada inferior 2\$000 e pelo de cada soldado 800 réis.

Onvidos a semelhante respeito o Conselheiro Cirurgião-mór do Exército e a Repartição Fiscal annexa a esta Secretaria do Estado, e sendo seus pareceres concordes em que, além de nenhuma economia trazer para os cofres publicos, o tratamento de praças do Exército em hospitaes e enfermarias civis é prejudicial á disciplina e á saúde do soldado; declara a V. Ex. que não pôde ser aceita, por estas razões a proposta de que se trata.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira.*  
— Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.



## N. 19 — AVISO DE 23 DE FEVEREIRO DE 1886

Autoriza o Commando Geral da arma de artilharia a mandar pôr em pratica na escola de aprendizes artilheiros o art. 53 das Instrucções, já revogadas de 21 de Março de 1867; expondo os fundamentos desta disposição.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 23 de Fevereiro de 1886.

Senhor. — Inteirado do que se dignou Vossa Altoza Real trazer ao conhecimento deste Ministerio, em seu officio n. 63, de 18 do corrente, de haver determinado que o alumno da escola de

aprendizes artilheiros Antonio Mendes Tavares repetisse o 4º anno do respectivo curso e mais as materias de desenho e calligraphia do 3º, unicas em que foi simplificado, visto ter elle apenas 15 annos incompletos; e sendo conveniente que os menores, nas condições deste, não fiquem na ociosidade durante o tempo que são obrigados a permanecer na dita escola por falta de idade para terem outro destino, a Vossa Alteza Real autorizada, conforme solicitou no referido officio, a mandar pôr em pratica naquelle estabelecimento o art. 53 das Instrucções de 21 de Março de 1867, já revogadas; tornando geral a medida applicada ao menor em questão, visto ser nesse ponto omisso o respectivo regulamento.

Deus Guarde a Vossa Alteza Real. — A Sua Alteza Real o Sr. Marechal de Exército Conde d'Eu. — *João José de Oliveira Junqueira.*

#### **Art. 33 das Instrucções a que se refere o precedente Aviso**

Os aprendizes artilheiros que, antes da idade de 19 annos, forem approvados nos exames das differentes classes de todos os ensinos, continuarão, durante a sua permanencia no deposito, a seguir os estudos e exercicios das classes superiores; não sendo porém obrigados a novos exames.



#### **N. 20 — CIRCULAR DE 4 DE MARÇO DE 1886**

Recommenda a observancia do Aviso-Circular de 21 de Julho de 1884, sobre o destigamento, dos respectivos corpos, de officiaes e praças para se matricularem na Escola Militar da Córte.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Circular. — Rio de Janeiro, 4 de Março de 1886.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo-se dado o facto de serem desligados dos corpos e remettidos para esta Córte, sem a competente requisição prévia, officiaes e praças do Exército, que obtiveram licença para se matricularem nas escolas militares, contra o que foi determinalo no Aviso-Circular deste Ministerio de 21 de Julho de 1884, publicado na Ordem do dia da Repartição de Ajudante General n. 1863 de 6 de Agosto do mesmo anno, e não convindo que esse facto se reproduza, recommendo a V. Ex. a observancia do disposto na dita circular.

Deus Guarde a V. Ex. — *João José de Oliveira Junqueira.* — Sr. Presidente da Provincia de...

Deu-se conhecimento á Repartição de Ajudante General.



## N. 21 — AVISO DE 19 DE MARÇO DE 1886

Resolve a consulta relativa ao modo de contar o tempo de praça, e ao tempo que devem servir os alumnos da escola de aprendizes artilheiros, em diversas hypotheses.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 19 de Março de 1886.

Serenissimo Senhor.— Em solução á consulta feita pelo Commanlo da escola de aprendizes artilheiros, no officio que acompanhou o de Vossa Alteza Real, n. 35, de 29 de Janeiro ultimo, acerca do modo de contagem de tempo de praça aos alumnos da dita escola que tiverem sido aprendizes artifices dos Arsenaes de Guerra, quando transferidos para a Escola Militar ou para os corpos de artilharia, e sobre o tempo que devem servir os mesmos aprendizes quando forem transferidos para os corpos de infantaria por castigo, como incursos no art. 68 do respectivo regulamento, tenho a honra de declarar a Vossa Alteza Real que, de accôrdo com o seu parecer, deve-se contar o tempo de serviço dos referidos aprendizes desde a época em que completarem 16 annos de idade, como se pratica com os operarios militares, afim de que possam, quando transferidos da escola, ir completar em um dos corpos do Exercito os 10 annos a que são obrigados pelo art. 263 do Regulamento de 19 de Outubro de 1872, com direito á gratificação marcada pelo art. 88, servindo os mesmos 10 annos os que estiverem incursos no art. 68 do Regulamento da escola quando completarem tambem 16 annos de idade, mas com perda do direito á gratificação de voluntario e aos respectivos peculios, os quaes serão recolhidos á Pagadoria das Tropas da Corte.

Deus Guarde a Vossa Alteza Real.— A Sua Alteza Real o Sr. Marechal de Exercito Conde d'Eu.— *João José de Oliveira Junqueira.*



## N. 22 — PORTARIA DE 30 DE MARÇO DE 1886

Manda observar provisoriamente as Instrucções, approvadas nesta data, para o exercicio de tiro nos corpos de infantaria e cavallaria.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 30 de Março de 1886.

A' Repartição de Ajudante General.— Sejam publicadas em ordem do dia as inclusas Instrucções para o exercicio de tiro nos corpos de infantaria e cavallaria, organizadas pela Commissão de

melhoramentos do material de guerra, e nesta data approvadas, para serem provisoriamente observadas, enquanto não existir para cada uma das referidas armas um corpo completo de doutrina, constituindo regulamento.

*João José de Oliveira Junqueira.*

**Instrucções para o exercicio de tiro nos corpos de infantaria e cavallaria, organizadas pela Comissão de melhoramentos do material de guerra e mandadas publicar por Portaria de 30 de Março de 1886, para serem provisoriamente observadas, enquanto não existir para cada uma das armas, de cavallaria e infantaria, um corpo completo de doutrina, constituindo regulamento.**

Art. 1.º O exercicio do tiro ao alvo, sendo uma das partes essenciaes da instrucção das tropas, e devendo portanto merecer a maior attenção dos officiaes e praças, será o Commandante do corpo o primeiro responsavel pela sua boa execução.

§ 1.º Cada batalhão, regimento, corpo, esquadrão, ou companhia isolada, encarregará a um official subalterno que tenha o curso de uma das escolas de tiro, da instrucção de tiro das praças, tendo para seus auxiliares inferiores e cadetes que tambem possuam o referido curso; e só na falta absoluta de individuos em taes condições serão encarregados deste serviço outros, á escolha dos Commandantes, dando-se preferencia aos que tiverem o curso de suas respectivas armas.

§ 2.º Os Commandantes de armas, nas capitães das Provincias, e Commandantes das guarnições, nos demais pontos, designarão os locais em que devem ser executados os exercicios de tiro ao alvo.

Art. 2.º A instrucção de tiro será dividida em tres periodos, a saber :

1.º Instrucção preparatoria ;

2.º Pratica do tiro ;

3.º Applicação do tiro contra a formação de combate em terreno variado.

§ 1.º Antes de principiar cada secção da instrucção de tiro, por espaço de meia hora o instructor tratará da apreciação da distancia á simples vista ; isto desde a instrucção preparatoria até o ultimo dia do tiro de applicação.

§ 2.º A instrucção de tiro será dada separadamente aos recrutas. As praças de mais de um anno de serviço receberão a instrucção com os cabos de esquadra e os inferiores com os cadetes ; devendo a todos elles ensinar-se a conhecer todas as vantagens de suas armas em qualquer terreno.

§ 3.º Os officiaes assistirão aos exercicios de tiro, em dias determinados, e tomarão parte nelles fazendo uso do revolver Gerard, com assistencia do fiscal do corpo.

Art. 3.º A instrução preparatoria será dada no interior dos quartéis, até chegar-se à parte em que o instructor tem de demonstrar aos aprendizes o poder balístico e a rapidez de carregamento de suas armas, o que fará no local em que tenha de dar a pratica do tiro.

Paraphrasso unico. Na Côrte, as praças que mensalmente destinam para a escola do tiro serão acompanhadas de uma nota do instructor do corpo, declarando o grau de adiantamento de cada uma, para, á vista della, proseguir-se na pratica e applicação do tiro e na avaliação das distancias.

Art. 4.º A instrução preparatoria constará do seguinte:

§ 1.º Nomenclatura, desmontagem, montagem, limpeza e conservação da arma. Funcionamento do systema e importancia de cada uma das peças da arma em uso no corpo.

§ 2.º Noções geraes de tiro, causas dos desvios e meios de corrigil-os.

§ 3.º Pontaria sobre a mesa.

§ 4.º Alça de mira da arma adoptada no corpo, sua importancia e uso.

§ 5.º Manejo do fogo, servindo-se a cavallaria de falsos cartuchos.

§ 6.º Pontaria a braço livre, nas posições do atirador de pé, ajoelhado e deitado.

§ 7.º Demonstração pratica dos effeitos do tiro da arma empregada.

§ 8.º Demonstração da rapidez do tiro, que pôde fornecer o systema da arma adoptada. Nesta parte do ensino o instructor mandará, por um dos coadjuvantes, fazer fogo rapido sobre alvos collocados em distancias de 150 a 200 metros, de modo que a rapidez seja augmentada gradativamente até á maxima, procurando o instructor incutir no espirito do aprendiz de infantaria, que desta rapidez não se faz uso senão em casos excepcionalissimos, casos que só os officiaes conhecem, e que por isso não é ella regulamentada nos exercicios de aprendizagem.

Art. 5.º A instrução pratica do tiro constará do seguinte :

§ 1.º Do tiro individual nas distancias comprehendidas de 50 a 200 metros na posição de pé, com a arma apoiada.

§ 2.º Do tiro individual nas mesmas distancias, na posição de pé a braço livre.

§ 3.º Do tiro individual nas mesmas distancias, na posição ajoelhada com a arma apoiada.

§ 4.º Do tiro individual nas mesmas distancias, e posição ajoelhada a braço livre.

§ 5.º Do tiro individual nas mesmas distancias na posição deitada com a arma apoiada.

§ 6.º Do tiro individual nas mesmas distancias, na posição deitada a braço livre.

§ 7.º Em cada uma das posições e distancias acima empregará cada praça dez cartuchos.

§ 8.º Nas distancias maiores de 200 metros até 1.000, ou 600 pelo menos, serão gastos nas posições já indicadas cinco cartuchos por praça.

§ 9.º Terminada cada sessão diaria da pratica do tiro, o instructor fará leitura em altas vozes dos resultados obtidos por cada aprendiz, apreciando em seguida o resultado geral do exercicio para registral-o em seu caderno e no mappa de tiro.

§ 10. Os aprendizes, segun lo a porcentagem que tenham obtido, serão classificados do seguinte modo :

Na 3ª classe, os que tiverem conseguido porcentagem de 25 a 33 nas distancias comprehendidas de 100 a 300 metros inclusive ; na 2ª classe os que tiverem conseguido a porcentagem de 34 a 45 nas distancias comprehendidas entre 300 a 450 metros ; e na 1ª classe os atiradores que tenham obtido porcentagem de 46 a 60, nas distancias entre 450 a 600 metros.

§ 11. Os atiradores de 2ª classe são os unicos que podem atirar nas distancias comprehendidas entre 450 a 600 metros, e os de 1ª classe nas distancias comprehendidas entre 600 a 1.000 metros, isto no foro individual.

Art. 6.º O tiro de applicação contra a formação de combate em terreno variado se executará :

§ 1.º Em linha de atiradores, com seis passos de intervallo, nas posições de pé, ajoelhada, e deitada, sobre alvos, que representem uma força igual, nas mesmas posições, em distancias, que variem de 300 a 400 metros. O fogo será lento e periodico, gastando cada atirador tres cartuchos em cada *periodo de um minuto*.

§ 2.º Em linha de atiradores, com seis passos de intervallo, nas posições de pé, ajoelhada e deitada sobre alvos que representem uma força igual, em distancias que variem de 300 a 400 metros, avançando e retirando por escalões, tomando os atiradores, nos logares de estação, as posições indicadas acima e procurando apoiar as armas.

§ 3.º Fazendo-se fogo em descargas por grupos de doze a dezeseis homens na ordem extensa, de 400 a 800 metros, sobre alvos que representem o mesmo numero de homens, porém unidos e em linha ; empregando-se cinco cartuchos em cada uma das distancias em que se acharem os alvos. Para a execução destas descargas o instructor só dará as vozes de — *carregar armas e apontar* — deixando aos atiradores a liberdade de disparar quando as suas pontarias estiverem bem feitas.

§ 4.º Empregando-se cinco descargas na ordem cerrada, em alvos collocados em distancias ainda não conhecidas para os atiradores, mas que não excedam de 800 metros.

§ 5.º Fazendo-se dar cinco descargas, por uma esquadra na ordem unida, sobre alvos que representem a frente de uma companhia em columna de secções.

§ 6.º Fazendo-se dar cinco descargas, por uma secção de companhia de guerra, sobre alvos que representem a frente de um meio esquadão de cavallaria, uma divisão de artilharia ou um pelotão de companhia, nas distancias comprehendidas entre 1.000 e 1.200 metros.

§ 7.º A cavallaria a pé, servindo-se da clavina Winchester, fará, em uma só fileira, duas series de tiros sobre alvos, que representem a frente de um pelotão de infantaria, começando o

fogo quando se acharem os depósitos cheios, e um cartucho no conductor e outro na camara; esgotando-se, em cada serie, todos os cartuchos existentes na arma.

§ 8.º Todo o fogo será dirigido pelo instructor e fiscalizado pelos coadjuvantes, de modo que haja verdadeira disciplina em sua execução.

§ 9.º Em todas as phases do tiro de applicação, o instructor procurará convencer os aprendizes de que o fogo, executado no campo de batalha, tem por fim dar um resultado tactico, e que este resultado só será conseguido quando o fogo fôr dirigido com acerto, quando a tropa estiver bem preparada no tiro e a sua disciplina fôr uma realidade. No tiro de combate, a disciplina de fogo deve ser a mais severa possível; atirar sem ordem nos exercicios, importa n'uma falta gravissima do aprendiz.

§ 10. A infantaria fará fogo á vontade por uma secção da companhia de guerra em ordem unida, sobre alvos que representem um pelotão na mesma ordem e na distancia de 200 a 400 metros, gastando cada praça numero certo de cartuchos e a cavallaria por fileira em ordem dispersa e cavallo e a pé na ordem unida.

§ 11. Nesta especie de fogo os atiradores procurarão tirar todo o partido da rapidez de carregamento de sua arma, sem todavia deixar de fazer a necessaria pontaria; empregando os de cavallaria a clavina como arma de tiro simples e como arma de repetição.

§ 12. A instrucção do fogo á vontade será dada para a infantaria na posição de pé e de joelhos; porém nunca estando a praça deitada.

§ 13. O instructor observará si as praças que na apparencia revelam mais calma de espirito, são as que carregam melhor e mais promptamente; si todas fazem funcionar bem o apparelho de fechamento de culatra e o extractor. Todos estes objectos sendo essenciaes, o instructor obrigará os soldados a dar-lhes a maior attenção.

§ 14. Si acontecer que em alguma arma o tiro venha a faltar, o soldado abrirá a culatra, tornará a collocar na camara o mesmo cartucho, e atirá-lo de novo; si, porém, ainda desta vez houver nega, elle deixará o cartucho cahir, como si tivesse dado fogo, e introduzirá outro na camara.

§ 15. O instructor nunca dará a voz ou mandará fazer o toque de — *começar o fogo* — sem primeiro declarar qual a distancia em que o alvo se acha, dando aos atiradores o tempo preciso para que elles possam regular a alça. Dada a referida voz, farão estes immediatamente fogo, carregarão as armas e continuarão a atirar, cada um isoladamente e sem attender aos seus vizinhos. O instructor deverá conhecer perfeitamente a arma, habituar o soldado a ser parco no consumo da munição, e não consentir que elle exceda o limite da rapidez de tiro compativel com efficacia deste, fazendo ver, sempre que tiver occasião, a vantagem que apresenta o fogo por descargas sobre o tiro á vontade.

§ 16. Para habituar o atirador á disciplina do fogo, o instructor dará a voz ou mandará fazer o toque de — *cessar o fogo* — no fim de um a dois minutos, exigindo que nenhum tiro mais seja dado

depois de terminado o referido toque; ordenando depois, inesperadamente, a continuação do fogo, o que poderá fazer mais de uma vez no mesmo dia.

§ 17. O instructor empregará todos os esforços a seu alcance, afim de conhecer, em cada exercicio, a rapidez do tiro e o effeito util obtido no fogo á vontade pelos atiradores, cuja instrucção nesta especie de fogo só será terminada quando elles mostrarem sensivel aproveitamento; e tomando para base do calculo que tiver de fazer, para determinar as duas referidas qualidades do fogo, a rapidez e o effeito util, sempre uma força de 100 praças, qualquer que seja o numero effectivo de atiradores, comparará o resultado obtido nesse exercicio com os dos exercicios anteriores.

§ 18. Contar-se-ha o tempo da duração do fogo á vontade por meio do relógio, a partir do instante em que fôr dada a voz ou feito o toque de — *começar o fogo* — até o signal de — *cessar o fogo* — da lo por um destes dous modos; procedendo-se, sempre que parar o fogo, ao exame dos effeitos do tiro no alvo, á contagem dos cartuchos queimados e falbados, e a tudo quanto possa interessar á confecção dos respectivos mappas de tiro.

Art. 7.º Antes de principiar e ao terminar cada exercicio de tiro, o instructor revistará as armas e mencionará o estado em que as encontrar, na casa competente do respectivo mappa, que será organizado de accôrdo com o modelo publicado na Ordem do dia do Exercito n. 1965, e que apresentará diariamente ao Commandante do corpo por intermedio do fiscal; devendo aquelle mensalmente reunir em um só os referidos mappas, e enval-os pelos canaes competentes ao Governo, para conhecimento da Commissão de melhoramentos do material de guerra.

§ 1.º Do mesmo modo procederá com a munição que lhe fôr fornecida, notando sua procedencia, estado, data de fabricacão, etc. etc. e mais circumstancias que devam ser mencionadas nos mappas.

§ 2.º O instructor, ao chegar ao local do exercicio, registrará a hora, firá as observações necessarias para conhecer as condições atmosphericas, e outras que tiver de mencionar nos mappas; indicações que tambem registrará na casa competente do respectivo caderno de tiro, para, em vista dos dados colhidos, ordenar as correções a fazer-se nas alças e nas pontarias durante o exercicio.

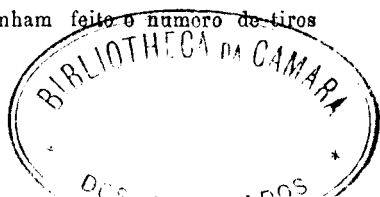
§ 3.º O instructor tomará todas as medidas necessarias para segurança dos transeuntes e marcadores dos alvos; devendo as praças do corpo construir abrigos para estes, afastados pelo menos 50 metros á esquerda do eixo da linha de tiro.

§ 4.º No tiro individual, o instructor ordenará que os marcadores examinem o estado dos alvos, antes e depois de cada serie de tiros dados por um só atirador.

§ 5.º Para principiar cada serie de tiro, o instructor mandará pelo corneteiro fazer o signal de *fogo*.

§ 6.º As armas só serão carregadas no acto de se fazer fogo.

§ 7.º Logo que os atiradores tenham feito o numero de tiros





ordenado pelo instructor, mandará este fazer o signal de — *sentido* — ao qual os marcadores sahem dos seus abrigos, examinam os alvos, dão a conhecer por meio de bandeiras os pontos em que o alvo foi tocado, tapam os furos feitos e recolhem-se de novo aos seus abrigos.

§ 8.º Um dos coadjuvantes registrará no caderno de tiro do instructor os tiros segundo os signaes feitos pelos marcadores, e si tiver havido algum engano, quer dos marcadores quer dos coadjuvantes, sendo elle verificado, corrigir-se-ha o respectivo registro, fazendo-se menção dessa occorrença, que será seguida da rubrica do instructor.

§ 9.º Quando no correr do exercicio houver falha nos cartuchos, o instructor mandará que elles sejam empregados em outras armas; fazendo observar em seu caderno de tiro semelhante circumstancia, que transportará para a casa das observações do mappa, com declaração do numero da arma em que se tiverem dado as negas.

§ 10. No caderno de tiro do instructor serão notados todos os dizeres do mappa.

§ 11. Nos exercicios feitos com as clavinas, o fogo individual e colectivo só será levado até á distancia indicada pela maior gradação da alça.

§ 12. Nas armas de repetição do systema Winchester, quando o extractor não tenha conseguido retirar o estojo vazio, o instructor mandará que o atirador firme com força a cabeça do dedo pollegar da mão esquerda sobre o referido extractor, e mova ao mesmo tempo a alavanca guarda-matto com a direita, até que, abrindo a culatra, consiga o extractor retirar o estojo.

§ 13. O instructor fará que o atirador de cavallaria se habitue a mover a alavanca guarda-matto, de modo que o movimento da culatra, do conductor e do extractor se effectue completamente, para evitar que o estojo retirado da camara seja encontrado pela parte mais larga do vazio superior do referido conductor, o qual prende-o pela virola, dando logar a que não se consiga a sahida do cartucho.

§ 14. Dando-se o caso de que se trata, o instructor mandará que o atirador, com a cabeça dos dedos pollegares, faça descer o conductor, e com uma das partes da vareta, que introduz pela abertura do estojo, obrigue este a gyrrar debaixo para cima sobre a virola, para se conseguir que seja extrahido do conductor.

§ 15. A cavallaria, na pratica do tiro a cavallo, só executará o tiro individual, e nos de applicação, o de atiradores; a pé executará os mesmos que a infantaria, até o limite superior da alça.

§ 16. Antes da pratica do tiro a cavallo o instructor procurará habilitar os cavallos com o estampido do tiro, mandando que homens a pé marchem para elles, fazendo fogo lento com cartuchos desembalados, desde a distancia de 200 até a de 50 metros.

§ 17. As praças de cavallaria se exercitarão no tiro do revolver Nagant nas distancias de 10, 20 e 30 metros; gastando anualmente 12 tiros em cada uma dellas.

§ 18. Finda cada sessão do tiro de applicação, o instructor fará

a apreciação do fogo, observando as normas já indicadas para o fogo individual, e registrará o resultado em seu caderno, para organização do mappa de tiro.

§ 19. No tiro de applicação o exame dos alvos será feito por um dos coadjuvantes, no final do exercicio.

Art. 8.º Em cada companhia haverá um livro riscado segundo o modelo annexo, para o registro de tiros das praças; o qual será escripturado pelos inferiores, sob a inspecção dos respectivos Capitães, em vista dos mappas apresentados pelo instructor ao Commandante.

Art. 9.º Para realização dos exercicios a que se referem as presentes Instrucções haverá, sempre que fôr possível, em cada batalhão, regimento, corpo, esquadrão ou companhia isolada, o material necessario para a instrucção preparatoria e pratica do tiro, a saber: mesas de pontarias, para ensino preliminar, alvos, bandeiras para signaes, trena para medir distancias, catavento e as munições precisas. Nos regimentos, corpos, esquadrões e companhias isoladas de cavallaria, além do material acima, existirá o numero preciso de falsos cartuchos de madeira, para habituar o aprenhiz no manejo de fogo das armas de repetição, antes do emprego do cartucho com bala.



## N. 23 — AVISO DE 14 DE ABRIL DE 1886

Dá providencias sobre o destino que devem ter os livros e papeis inúteis recolhidos aos archivos dos corpos.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 14 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.—Em solução ao alvitre lembrado pelo Marechal de Campo Visconde de Maracaju, com o fim de alliviar os archivos dos corpos de grande numero de livros e papeis sem utilidade, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e execução, que são adoptadas as medidas por V. Ex. propostas a semelhante respeito em sua informação de 15 de Fevereiro ultimo, e que deverão ser publicadas em ordem do dia, para conhecimento do Exercito.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira*.— Sr. Conselheiro Adjunto General.

---

Em cumprimento do Aviso acima transcripto, publico a relação que se segue, dos livros e mais papeis que devem ser queimados logo depois de examinados pelos respectivos Inspectores, nos corpos do Exercito; e dos que devem ser recolhidos á Repartição Fiscal annexa á Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, ou ás Thesourarias de Fazenda.

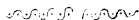
## LIVROS E PAPEIS QUE DEVEM SER QUEIMADOS

Livros:—do registro de folhas de officiaes e pret das praças, uma vez que esteja concluida sua escripturação;—de matricula dos alumnos, desde que esteja tambem concluido, e que as praças nelle matriculadas já não frequente a escola regimental;—do termo do juramento de officiaes;—do registro: de titulos de voluntarios e engajados, — dos conselhos peremptorios, — dos premios e castigos, — de notas semestraes, — do registro geral dos officiaes e praças, por companhias, antigo modelo, visto que sua escripturação está reproduzida no registro geral do corpo, — do da resenha dos cavallos, por companhias, que está nas mesmas condições do precedente, — de carga do armamento, equipamento e mais objectos, tanto o geral como os das companhias, uma vez concluidos, e approvado, pela Repartição competente, o mappa conta geral do anno.

Mappas diarios:—partes do estado maior, — partes de pagamento, — pedidos diversos, desde que estejam registrados nos livros competentes, — relações de conducta dos officiaes, inferiores e cadetes, exceptuando a do ultimo anno antes do encerramento da inspecção, — ordens do dia regimentaes, avulsas, visto que ellas devem ser lançadas no respectivo livro, e assignadas pelos Commandantes, como já se pratica em alguns corpos.

LIVROS QUE DEVEM SER RECOLHIDOS À REPARTIÇÃO FISCAL OU ÀS  
THESOURARIAS DE FAZENDA, CONFORME ESTIVEREM OS CORPOS NA  
CÔRTE OU NAS PROVINCIAS

Dos antigos conselhos administrativos, mais tarde transformados  
em conselhos economicos.



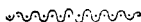
N. 24 — AVISO DE 15 DE ABRIL DE 1886

Determina que continuem a ser feitos no Arsenal de Guerra da Côrte os concertos  
do armamento dos corpos e estabelecimentos da Côrte, sendo remetida, pelo  
Director do mesmo Arsenal, a nota da importancia de taes concertos, para ser  
descontada ás praças, quando não se prove a sua inculpabilidade pelo desarranjo  
ou extravio das peças de armamento.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, 15 de  
Abril de 1886.

Illm. e Exm. Sr. — Devendo continuar a ser feitos nesse Arsenal,  
conforme solicitou a Commissão de melhoramentos do material de  
guerra em officio n. 9 de 3 de Março ultimo, os concertos de  
armamento dos corpos e estabelecimentos militares da Côrte, visto  
não haver nos mesmos corpos e estabelecimentos militares armeiros  
devidamente habilitados, pelos quaes possam ser executados os  
referidos concertos; assim o declaro a V. Ex. para seu conhecimento  
e fins convenientes, remetendo V. Ex. a nota de sua importancia,  
afim de ser descontada á praça que houver quebrado ou extraviado  
as peças do respectivo armamento, salvo o caso, porém, de se  
reconhecer, no acto em que se tiver dado o estrago ou extravio,  
que nenhuma culpabilidade cabe á praça responsavel pela arma, o  
que será certificado pelo official sob cujas ordens estiver servindo.

Deus Guarde a V. Ex. — *João José de Oliveira Junqueira*. —  
Sr. Director do Arsenal de Guerra da Côrte.



## N. 25 — AVISO DE 26 DE ABRIL DE 1886

Declara que a manutenção das praças destacadas no deposito de polvora do Boqueirão deve continuar, como sempre tem estado, a cargo do respectivo batalhão.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 26 de Abril de 1886.

Illm. e Exm. Sr. — Havendo inconveniente em que as praças destacadas no deposito de polvora do Boqueirão, e que têm de ser rendidas de 10 em 10 dias, conforme se determinou em Portaria de 10 do corrente, sejam soccorridas de etapa por meio de um pret especial, organizado pelo encarregado do dito deposito, o qual teria por isso de afastar-se frequentemente do estabelecimento sob sua vigilância; declaro a V. Ex. que a manutenção das referidas praças deve continuar, como sempre tem estado, a cargo do respectivo batalhão, sendo as etapas para as de cada destacamento entregues em generos aos seus Commandantes, que ao regressarem prestarão as competentes contas; convindo tambem que, não só para acautelar a boa administração do rancho das praças, como principalmente para manter a disciplina, sejam sempre os destacamentos commandados por officiaes inferiores, e, só na absoluta falta destes, por cabos de esquadra da maior confiança.

Deus Guarde a V. Ex. — *João José de Oliveira Junqueira.* — Sr. Conselheiro Ajudante General.



## N. 26 — AVISO DE 28 DE ABRIL DE 1886

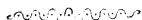
Resolve a consulta do Commandante da escola de aprendizes artilheiros sobre a interpretação do art. 48 do Regulamento da mesma escola.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 28 de Abril de 1886.

Serenissimo Senhor. — Em solução á consulta, que acerca da interpretação do art. 48 do Regulamento em vigor na escola de aprendizes artilheiros, faz o Commandante da mesma escola, no officio que acompanhou o de Vossa Alteza Real, n. 22, de 21 de Janeiro ultimo, tenho a honra de declarar a Vossa Alteza Real que, de accôrdo com o parecer constante do seu dito officio, sendo as materias que constituem o curso daquelle estabelecimento dis-

tribuidas por partes pelos diversos annos, devem as approvações plenas, de que trata o mencionado artigo, ser exigidas, tanto no ensino theorico como no pratico, apenas nos exames finais do 4º anno.

Deus Guarde a Vossa Alteza Real.— A Sua Alteza Real o Sr. Marechal de Exército Conde d'Eu.— *João José de Oliveira Junqueira.*



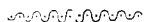
#### N. 27 — AVISO DE 29 DE ABRIL DE 1886

Dá solução ao telegramma da Presidencia da Provincia do Rio Grande do Norte, sobre a nomeação de um Cirurgião do Corpo de Saude para substituir nas respectivas funções o pharmaceutico contratado, por ter este adoecido.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 29 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Em solução ao telegramma, que V. Ex. me dirigiu em 24 do corrente, communicando que, tendo adoecido de beriberi o pharmaceutico contratado, que servia na pharmacia militar dessa Provincia, e não havendo pharmaceutico que se encarregasse da manipulação, nomeou provisoriamente para esse fim um dos Cirurgiões do Corpo de Saude; declaro a V. Ex., para seu conhecimento e devidos effeitos, que, á vista das leis em vigor, não é permittido aos medicos exercer cumulativamente as respectivas funções eas do pharmaceutico; sendo, portanto, de toda a conveniencia que ali mesmo se contrate um pharmaceutico para encarregar-se da referida pharmacia, tanto mais que, pela Circular de 26 de Fevereiro de 1874 e Aviso de 25 de Setembro de 1884, devem ser rescindidos os contratos dos medicos e pharmaceuticos logo que, doentes, excederem o prazo de 30 dias.

Deus Guarde a V. Ex.— *João José de Oliveira Junqueira.*— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.



## N. 28 — AVISO DE 3 DE MAIO DE 1886

Resolve a consulta do Capitão nomeado Auditor de um conselho de guerra de deserção, declarando que o respectivo processo deve ser escripto por um cadete ou inferior, na conformidade do Decreto n. 2932 de 23 de Outubro de 1879.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 3 de Maio de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução á consulta que lhe foi feita pelo Capitão do 1º regimento de cavallaria Victoriano Gomes Maciel da Silva, nomeado Auditor de um conselho de guerra de deserção, si o respectivo processo deve ser por elle escripto, nessa qualidade, ou por um cadete ou inferior, como determina o Decreto n. 2932 de 23 de Outubro de 1879; declaro a V. Ex., para seu conhecimento e execução, que, de accôrdo com as disposições do Alvará de 18 de Fevereiro de 1764, da Provisão de 23 de Março de 1838 e do citado decreto, devem nesto e em casos identicos ser os processos escriptos pelos referidos cadetes ou inferiores, sob a direcção dos officiaes que servem de Auditores, por isso que se acham estes officiaes comprehendidos na generica disposição daquelle decreto.

Deus Guarde a V. Ex. — *João José de Oliveira Junqueira.* — Sr. Conselheiro Adjuncto General.

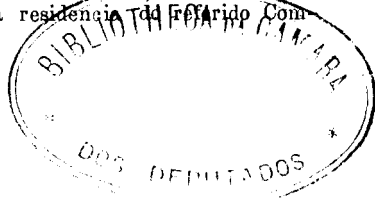


## N. 29 — AVISO DE 11 DE MAIO DE 1886

Disposições relativas ao aluguel do predio em deve funcionar o Quartel-General do Commando das Armas da Provincia do Pará, e declaração de não ter o Commandante das Armas direito a predio para sua residencia.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 11 de Maio de 1886.

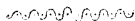
Ilm. e Exm. Sr. — Em solução ao seu officio n. 64, de 26 de Março ultimo, tratando da reclamação que faz o proprietario da casa em que funciona o Quartel-General do Commando das Armas nessa Provincia, da entrega das respectivas chaves, até ao fim do corrente mez, em que termina o contrato da mesma casa, e da impossibilidade de encontrar-se outra nas condições precisas; declaro a V. Ex. que deve ser alugado um predio de menores proporções, para ser nelle accommodada unicamente a Repartição do mesmo Commando; não tendo, porém, valor algum qualquer contrato sem prévia approvação dessa Presidencia, visto não haver outro que se preste tambem para residencia do referido Com





mandante das Armas, que, aliás, não tem direito a esta vantagem, por isso que a taes autoridades, nas Províncias, se aboam bons vencimentos e outros recursos, além da casa para o exercício das funções próprias de suas secretarias.

Deus Guarde a V. Ex. — *João José de Oliveira Junqueira*. — Sr. Presidente da Província do Pará.



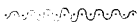
N. 30 — AVISO DE 20 DE MAIO DE 1886

Resolve pela negativa a consulta sobre o pagamento da primeira prestação do premio de voluntario, a um soldado que teve baixa por incapacidade physica em Dezembro de 1885, tendo assentado praça em Outubro do mesmo anno; e determina que a Junta de saude que o inspecionou ao assentar praça, seja advertida e compellida a indemnizar os cofres publicos das despesas feitas com o referido soldado.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 20 de Maio de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução ao officio n. 115 de 15 de Fevereiro ultimo, por V. Ex. informado em 1 do corrente, no qual consulta o Commandante do 1º batalhão de artilharia a pé, si deve pagar ao ex-soldado Izidro José da Silva a primeira prestação do premio de voluntario; declarou V. Ex. que, tendo elle verificado praça na Província de Pernambuco a 19 de Outubro do anno proximo passado, á vista do termo de inspecção de saude, e obtido baixa do serviço do Exército, por incapacidade physica, por Portaria de 22 de Dezembro do mesmo anno, tambem á vista de inspecção por que passou nesta Corte, e sem que houvesse soffrido desastre que motivasse o defeito que apresenta no braço esquerdo, não lhe deve ser paga a citada prestação: convido que sejam advertidos os membros que fizeram parte da Junta que o inspecionou naquella Província, quando verificou praça, e compellidos a indemnizar os cofres publicos da despoza feita com o transporte desta ex-praça e com o pagamento dos vencimentos que percebeu até á data da baixa.

Deus Guarde a V. Ex. — *João José de Oliveira Junqueira*. — Sr. Conselheiro Ajudante General.



## N. 31 — AVISO DE 22 DE MAIO DE 1886

Resolve a consulta relativa á substituição do Commandante da Escola Militar em seus impedimentos, na Presidencia das sessões da Congregação de lentes e de conselhos escolares.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 22 de Maio de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio n. 136, de 23 de Abril proximo passado, consultou V. Ex., afim de prevenir qualquer conflicto sobre attribuições, visto ter muitas vezes de ausentar-se dessa Escola, na qualidade de Veador de Sua Magestade a Imperatriz, si as disposições contidas nos ns. 1 e 2 do art. 2º do Decreto n. 8205 de 30 de Julho de 1881 são simplesmente para os casos em que, por uma circumstancia fortuita, não possa V. Ex. presidir as sessões da Congregação e conselhos que houver convocado, e nesta hypothese, si ao Coronel Carlos Antonio Pereira de Macedo, Commandante do batalhão de engenheiros, a quem compete substituir-o na direcção interna do estabelecimento e na correspondencia externa, por ser o official mais graduado, cabe tambem o direito de convocar, e bem a sim de presidir as sessões da Congregação e dos differentes conselhos.

Em solução á mesma consulta, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que, comquanto o art. 2º do citado decreto não faça distincção dos impedimentos para o caso de substituição do cargo de Commandante dessa Escola, deve o official mais graduado a quem compete a substituição na forma preceituada, assumir em sua plenitude as attribuições do referido cargo, sendo, a seu turno, substituído na Presidencia da Congregação e nos ditos conselhos, quando impedido fortuitamente, pelos funcionarios designados nos ns. 1 e 2 do mencionado artigo.

Deus Guarde a V. Ex. — *João José de Oliveira Junqueira*. — Sr. Commandante da Escola Militar da Córte.



## N. 32 — AVISO DE 27 DE MAIO DE 1886

Resolve a consulta relativa ao titulo de divida que tinha de ser passado a um ampegado, si sómente do premio de 300\$, por ter sido voluntario da patria, ou si com addição da gratificação de 300 réis diarios, á qual tambem tinha direito.

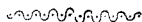
Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 27 de Maio de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em officio n. 119, de 23 de Outubro do anno proximo passado, submetteu essa Presidencia á consideração deste

Ministerio o do Commandante da companhia de infantaria ahi existente, consultando si deve passar titulo de divida sómente do premio de 300\$, a que tem direito o anseçada José Francisco da Cruz Ferreira, por ter sido voluntario da patria, ou si deve addicionar áquella importancia a gratificação de 300 réis diarios desde 1º de Maio de 1868 até 1º de Maio de 1877, da qual é elle credor á vista do Decreto n. 3371 de 7 de Janeiro de 1865.

Em solução á mesma consulta declaro a V. Ex., para seu conhecimento, que, determinando a Circular de 14 de Fevereiro de 1873 que o alludido premio não pôde ser pago pelas estações publicas, sem processo da Repartição Fiscal annexa a esta Secretaria de Estado, deve aquelle anseçada requerer o seu pagamento pelos canaes competentes, juntando o referido Commandante a esse requerimento a respectiva certidão de assentamentos, afim de poder este Ministerio julgar do direito da referida praça e expedir então as necessarias ordens.

Deus Guarde a V. Ex. — *João José de Oliveira Junqueira.* —  
Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.



#### N. 33 — CIRCULAR DE 28 DE MAIO DE 1886

Recommenda o disposto na Circular de 26 de Agosto de 1879, visto ser excessiva a despeza que se faz com o transporte de officiaes de uns para outros pontos do Imperio.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Circular. — Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1886.

Illm. e Exm. Sr. — Sendo excessiva a despeza que se faz com o transporte de officiaes e praças do Exercito, de uns para outros pontos do Imperio, recommendo a V. Ex. o disposto na Circular de 26 de Agosto de 1879.

Deus Guarde a V. Ex. — *João José de Oliveira Junqueira.* —  
Sr. Presidente da Provincia de...

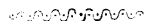
#### Circular a que se refere a precedente

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 26 de Agosto de 1879.

Illm. e Exm. Sr. — Não devendo as Presidencias de Provincia conceder passagem, por conta do Ministerio da Guerra, a officiaes

o praças do Exército, senão de accôrdo com a lei e nos termos dos Avisos de 30 de Outubro de 1860 e 10 de Janeiro de 1861, assim o declaro a V. Ex., para seu conhecimento e execução, na parte que lhe toca.

Deus Guarde a V. Ex. — *Marquez do Heval.* — Sr. Presidente da Provincia de...



N. 31 — AVISO DE 2 DE JUNHO DE 1886

Approva os modelos de mappaes que devam ser apresentados por occasião de uma revista, parada ou formatura de forças.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 2 de Junho de 1886.

Ilm. o Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e em resposta ao seu officio n. 3671 de 28 de Maio proximo passado, que são approveds os modelos que acompanham o mesmo officio, dos mappaes que devem ser apresentados por occasião de uma revista, parada ou formatura para continencia ou para inspecção de forças do Exército em campo de instrucção ou outro analogo, e aos quaes se refere Sua Alteza Real o Senhor Marechal de Exército Conde d'Eu em officio n. 114 de 25 de Julho do anno passado; devendo os referidos modelos ser publicados em ordem do dia da Repartição a seu cargo, para conhecimento do mesmo Exército.

Deus Guarde a V. Ex. — *João José de Oliveira Junqueira.* — Sr. Conselheiro Ajudante General.

1.º corpo de Exército  
1.ª divisão

## 2.ª BRIGADA

### MAPPA DA FORÇA EM DETALHE

| QUARTEL DE ACAMPAMENTO EM<br>TAL LOGAR... DE... | OFFICIAES |                   |         |                              | Estado-menor | Officiaes inferiores | Faltos, ausentes e soldados | Falta fones, elmos e coifados | Total | ARMAS              |          |       |         | Grande total | Cavallos | Metros | Boceta de fogo |
|-------------------------------------------------|-----------|-------------------|---------|------------------------------|--------------|----------------------|-----------------------------|-------------------------------|-------|--------------------|----------|-------|---------|--------------|----------|--------|----------------|
|                                                 | Coroneis  | Tenentes-coroneis | Maiores | Capitães Tenentes e Al-fones |              |                      |                             |                               |       | 2.º e 3.º tenentes | Soldados | Total | Alfones | Total        |          |        |                |
| 2.º regimento de artilharia .....               |           |                   |         |                              |              |                      |                             |                               |       |                    |          |       |         |              |          |        |                |
| 1.º regimento de cavallaria .....               |           |                   |         |                              |              |                      |                             |                               |       |                    |          |       |         |              |          |        |                |
| 2.º batalhão de infantaria .....                |           |                   |         |                              |              |                      |                             |                               |       |                    |          |       |         |              |          |        |                |
| 3.º batalhão de infantaria .....                |           |                   |         |                              |              |                      |                             |                               |       |                    |          |       |         |              |          |        |                |
| Somma .....                                     |           |                   |         |                              |              |                      |                             |                               |       |                    |          |       |         |              |          |        |                |

Nota. — Os mappaes para as divisões o corpos do Exército, comprehendendo as brigadas de que aquelles se compoem e as divisões que formam estas.

(Assinatura do Commandante)

# 1º REGIMENTO DE ARTILHARIA A CAVALLO

Mapa da força, com declaração dos destinos em que se acha

1º corpo de Exército  
2ª div. são  
1ª brigada

| QUARTEL EM TAL<br>LOGAR... DE... DE... | OFFICIAES |                 |       |          |          | ESTADO-MENOR |                   |                         |         |                  | OFFICIAES<br>INTERIORES |               |            |               |                    | AGREGADOS   |                       |         |                |                | ADIDOS                    |           |                   |           |          |            |                    |       |                |       |          |       |          |          |          |       |              |          |        |               |  |  |
|----------------------------------------|-----------|-----------------|-------|----------|----------|--------------|-------------------|-------------------------|---------|------------------|-------------------------|---------------|------------|---------------|--------------------|-------------|-----------------------|---------|----------------|----------------|---------------------------|-----------|-------------------|-----------|----------|------------|--------------------|-------|----------------|-------|----------|-------|----------|----------|----------|-------|--------------|----------|--------|---------------|--|--|
|                                        | Coronel   | Tenente-Coronel | Major | Capitães | Tenentes | Alferezes    | Sargento ajudante | Sargento quartel-mestre | Armeiro | Artífice de fogo | Carpinteiro de sogo     | Topographista | Coronheiro | Espingardeiro | Selleiro e correio | Serralheiro | Clarin ou corneta-mor | Músicos | 1.ºs sargentos | 2.ºs sargentos | 2.ºs sargentos mandadores | Forreiros | Cabos de esquadra | Aspexados | Soldados | Ferradores | Clarin ou cornetas | Total | 2.ºs sargentos | Cabos | Soldados | Total | Capitães | Tenentes | Soldados | Total | Grande total | Cavallos | Muares | Bocas de fogo |  |  |
| Em fôrma.....                          |           |                 |       |          |          |              |                   |                         |         |                  |                         |               |            |               |                    |             |                       |         |                |                |                           |           |                   |           |          |            |                    |       |                |       |          |       |          |          |          |       |              |          |        |               |  |  |
| No serviço interno.....                |           |                 |       |          |          |              |                   |                         |         |                  |                         |               |            |               |                    |             |                       |         |                |                |                           |           |                   |           |          |            |                    |       |                |       |          |       |          |          |          |       |              |          |        |               |  |  |
| No serviço externo.....                |           |                 |       |          |          |              |                   |                         |         |                  |                         |               |            |               |                    |             |                       |         |                |                |                           |           |                   |           |          |            |                    |       |                |       |          |       |          |          |          |       |              |          |        |               |  |  |
| Doentes e com licença....              |           |                 |       |          |          |              |                   |                         |         |                  |                         |               |            |               |                    |             |                       |         |                |                |                           |           |                   |           |          |            |                    |       |                |       |          |       |          |          |          |       |              |          |        |               |  |  |
| Procos.....                            |           |                 |       |          |          |              |                   |                         |         |                  |                         |               |            |               |                    |             |                       |         |                |                |                           |           |                   |           |          |            |                    |       |                |       |          |       |          |          |          |       |              |          |        |               |  |  |
| Fôra da guarnição.....                 |           |                 |       |          |          |              |                   |                         |         |                  |                         |               |            |               |                    |             |                       |         |                |                |                           |           |                   |           |          |            |                    |       |                |       |          |       |          |          |          |       |              |          |        |               |  |  |
| Estado effectivo.....                  |           |                 |       |          |          |              |                   |                         |         |                  |                         |               |            |               |                    |             |                       |         |                |                |                           |           |                   |           |          |            |                    |       |                |       |          |       |          |          |          |       |              |          |        |               |  |  |
| Faltam.....                            |           |                 |       |          |          |              |                   |                         |         |                  |                         |               |            |               |                    |             |                       |         |                |                |                           |           |                   |           |          |            |                    |       |                |       |          |       |          |          |          |       |              |          |        |               |  |  |
| Estado completo.....                   |           |                 |       |          |          |              |                   |                         |         |                  |                         |               |            |               |                    |             |                       |         |                |                |                           |           |                   |           |          |            |                    |       |                |       |          |       |          |          |          |       |              |          |        |               |  |  |

## NOTA

Os corpos consignarão na casa — estado menor e officiaes inferiores — o pessoal, segundo a organização respectiva.

(Assignatura do Commandante)

## N. 35 — CIRCULAR DE 4 DE JUNHO DE 1886

Faz extensivo aos Arsenaes de Guerra das Provincias o Aviso de 7 de Dezembro de 1879, dirigido á Intendencia da Guerra, determinando como se deve proceder quando entre as peças de fardamento, que tiver de ser fornecido aos corpos, houver algumas que não estejam em perfeito estado.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Circular. — Rio de Janeiro, 4 de Junho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Reproduzindo-se o facto de serem fornecidos aos corpos artigos que, pelo seu mau estado, deveriam ser dados em consumo; o que prova serem taes artigos conservados em arrecadações nos Almoxarifatos dos Arsenaes de Guerra, contra o que dispõe o art. 19 do Regulamento de 19 de Outubro de 1872; declaro a V. Ex., para seu conhecimento e execução, que fica extensiva ao Arsenal dessa Provincia a disposição do Aviso de 7 de Dezembro de 1881, junto por cópia, e dirigido á Intendencia da Guerra.

Deus Guarde a V. Ex. — *João José de Oliveira Junqueira.* — Sr. Presidente da Provincia de...

## Aviso a que se refere o precedente

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 7 de Dezembro de 1881.

Ilm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., para seu conhecimento, que, sempre que a Repartição a seu cargo tiver de fornecer aos corpos fardamentos ou quaesquer outros artigos, entre os quaes existam peças que não estejam em perfeito estado, convem que V. Ex. consulte previamente o Governo a tal respeito, afim de evitar-se reclamações.

Deus Guarde a V. Ex. — *Franklin Americo de Menezes Doria.* — Sr. Intendente da Guerra.

## N. 36 — AVISO DE 9 DE JUNHO DE 1886

Declara que, para o acesso dos officiaes do Exército á gradação do posto immediato, é indispensavel que tenham o intersticio exigido para a effectividade desse posto.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 9 de Junho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex., para seu conhecimento e devidos effeitos, que Sua Magestade o Imperador, Conferendo e com o parecer da minoria do Conselho Supremo Militar,

exarado em Consulta de 19 de Outubro de 1885, Houve por bem, por Sua Imperial Resolução de 9 de Janeiro do corrente anno, Declarar que, para a concessão de graduações nos postos immediatos a officiaes do Exercito, é indispensavel que tenham elles o intersticio necessario á effectividade desses postos.

Deus Guarde a V. Ex.—*João José de Oliveira Junqueira*.—  
Sr. Conselheiro Ajudante General.



#### N. 37 — AVISO DE 10 DE JUNHO DE 1886

Declara, em solução á consulta de um Inspector de corpos, a quem compelo effectuar as compras precisas para as bandas de musica dos mesmos corpos.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, 10 de Junho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.—Com informação dessa Repartição, n. 459, de 13 de Maio ultimo. submetto V. Ex. á consideração deste Ministerio o officio de 24 de Abril anterior, em que o Brigadeiro Inspector dos corpos da guarnição da Provincia do Paraná consulta quem deve effectuar as compras precisas para as bandas de musica dos corpos do Exercito: si os agentes do rancho ou os das forragens nos corpos montados, si o official inspector das mesmas musicas.

Em solução á dita consulta declaro a V. Ex., para seu conhecimento e para que o faça publicar em ordem do dia, que em todos os corpos devem os mencionados agentes do rancho ser os encarregados de effectuar aquellas compras, conforme propôz V. Ex.; visto achar-se de accôrdo com o que dispõem os Decretos ns. 1649 de 6 de Outubro de 1855 e 7685 de 6 de Março de 1880.

Deus Guarde a V. Ex.—*João José de Oliveira Junqueira*.—  
Sr. Conselheiro Ajudante General.



#### N. 38 — AVISO DE 22 DE JUNHO DE 1886

Approva a deliberação do Ajudante General mandando cessar o abuso de se matricularem praças do 1º batalhão de infantaria, sem permissão do respectivo Comandante, no curso da leitura abreviada, aberto pelo Barão de Macahubas; e permite que se applique esse methodo, por experiencias nas escolas regimentaes.

Ministerio dos Negocios da Guerra.—Rio de Janeiro, 22 de Junho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e em resposta ao seu officio n. 1127 de 18 do corrente, que é



approvada a deliberação, que V. Ex. tomou, e de que trata no mesmo officio, com relação ás praças do 1º batalhão de infantaria que se matricularam, sem permissão do respectivo Commandante, no curso de leitura abreviada, aberto pelo Barão de Macahubas no Lyceu Litterario Portuguez ; fazendo cessar esse abuso e mandando matricular na escola regimental do batalhão não só essas praças, como todas as que se quizerem applicar.

Outrosim declaro a V. Ex. que, por experiencia, pôde ser applicado nas escolas reginentaes o methodo do mesmo Barão e mais tarde adoptado, si fôr satisfactorio o resultado com elle obtido, como communico ao seu autor em carta desta data.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Conselheiro Ajudante General.

~~~~~

#### N. 39 — AVISO DE 22 DE JUNHO DE 1886

Resolve a consulta relativa aos vencimentos que devem ser assignados ao mestre de musica de um corpo do Exército, estando em conselho de guerra.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 22 de Junho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução á consulta que faz o Commando do 2º corpo de cavallaria estacionado nessa Provincia, no officio que, por cópia, acompanhou o de V. Ex. n. 83 de 10 de Maio ultimo, sobre os vencimentos que competem ao mestre de musica contratado do mesmo corpo. José Vicente Barbosa, que está respondendo a conselho de guerra, declaro a V. Ex., para que o faça constar ao referido Commando, que as praças de prof. quanto em taes condições, têm direito a todos os vencimentos, e só os perdem no caso de serem condemnadas a pena maior de seis annos de prisão, conforme estatuem os Avisos de 17 de Outubro de 1861 e 6 de Agosto de 1866, expedidos á Presidencia de Pernambuco ; aproveitando esse preceito áquelle musico, o qual, não obstante ser contratado, se acha perfeitamente comprehendido nella, visto ter-se sujeitado a todas as disposições das leis e regulamentos militares.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Presidente da Provincia do Paraná.

~~~~~

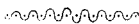
## N. 40 — AVISO DE 15 DE JULHO DE 1886

Declara que os alumnos da Escola de Tiro do Campo Grande visitarão o Laboratorio do Campinho no correr do anno, e á medida que taes visitas forem julgadas necessarias pelos Instructores da dita Escola.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 15 de Julho de 1886.

Senhor.— Communico a Vossa Alteza, para seu conhecimento e em solução ao seu officio n. 189 de 9 do corrente, que é approvada a medida proposta pelo conselho de instrucção da Escola Geral de Tiro do Campo Grande, de visitarem os alumnos da mesma Escola, acompanhados dos respectivos Instructores, o Laboratorio Pyrotechnico do Campinho no correr do anno, e á medida que forem essas visitas julgadas necessarias pelos ditos Instructores, e não na segunda quinzena do mez de Outubro, como preceitua o art. 48 do Regulamento daquella Escola, visto ser tal medida mais conveniente á instrucção pratica ministrada no referido estabelecimento.

Deus Guarde a Vossa Alteza.— A Sua Alteza o Sr. Marechal do Exercito Conde d'Eu.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*



## N. 41 — AVISO DE 21 DE JULHO DE 1886

.

Estabelece o modo por que devem ser pagos os vencimentos dos medicos clinicos e dos pharmaceuticos do Hospital Militar da Côrte.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 21 de Julho de 1886.

Declaro a Vm., para seu conhecimento e execução, que de ora em diante os vencimentos dos medicos clinicos e dos pharmaceuticos do Hospital Militar da Côrte devem ser pagos aos proprios, á vista da folha e attestado de frequencia que mensalmente forem remettidos a essa Repartição pelo Director do mesmo hospital, e não ao respectivo Almoxarife, mediante recibo daquelle Director, como se acha estabelecido.

Deus Guarde a Vm.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*— Sr. Inspector da Pagadoria das Tropas da Côrte.



## N. 42 — PORTARIA DE 29 DE JULHO DE 1886

Manda incluir nos contratos celebrados com pharmaceuticos civis para servirem no Exército, a clausula de que serão elles obrigados a indemnizar toda a despeza que se houver feito e não seja propriamente vencimentos, no caso de rescisão do contrato a seu pedido.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 29 de Julho de 1886.

## A' Repartição de Ajudante General:

Publiqua-se em ordem do dia dessa Repartição que nos contratos que forem celebrados com pharmaceuticos civis para servir no Exército deve ser inserida a clausula de que, no caso de rescisão, sendo esta a pedido dos mesmos pharmaceuticos, serão elles obrigados a indemnizar toda a despeza que se houver feito e que não seja propriamente vencimentos.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*

*cc. do Ministério da Guerra.*

## N. 43 — AVISO DE 5 DE AGOSTO DE 1886

Declara que não é lícito aos officiaes do Exército recorrerem á imprensa para tratar, por qualquer forma, de assumptos do serviço militar, sem prévia licença do Ministerio da Guerra.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Gabinete do Ministro.— Rio de Janeiro, 5 de Agosto de 1886.

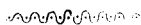
Ilm. e Exm. Sr.— O *Pais* de hoje publica uma carta dirigida á sua redacção pelos officiaes do 1.º batalhão de artilharia a pé, na qual impugnam a procedencia das censuras feitas nessa folha ao Commandante do mesmo batalhão com referencia ao serviço da fortaleza de Santa Cruz, onde se acha elle a quartelado.

Chamando a attenção de V. Ex. para semelhante publicação, que, embora sob a fórma de carta, não póde ser permittida, porque importaria isso invalidar as positivas disposições que regem o assumpto, recomendo a V. Ex. que observe aos signatarios daquella carta que aos officiaes do Exército não é lícito recorrer á imprensa, especialmente para tratar, por qualquer fórma, de assumptos do serviço militar, sem prévia licença deste Ministerio.

Todas as vezes que qualquer official soffrer alguma accusação pela imprensa, com referencia ao desempenho do serviço do que se ache ou tenha sido incumbido, deve produzir sua defesa perante as autoridades militares, e pelos tramites legais, afim de ser levada,

para os devidos effeitos, ao conhecimento do Ministro, como se acha estabelecido na Circular de 16 de Junho de 1881 para as Repartições dependentes deste Ministerio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Conselheiro Ajudante General.



#### N. 44 — AVISO DE 9 DE AGOSTO DE 1886

Manda fazer carga a um soldado de cavallaria da importancia de um cavallo, que extraviou : sendo a dita importancia a da avaliação pela commissão que julgou o animal em estado de não prestar serviço, e no caso de ser vendido em hasta publica.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 9 de Agosto de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e em solução ao seu officio n. 85 de 18 de Junho ultimo, que a importancia de que se deve fazer carga ao soldado da companhia de cavallaria dessa Provincia Manoel Marques de Oliveira Lima, pelo extraviio do cavallo n. 17 da mesma companhia e de que tratou a Portaria de 7 de Março do anno proximo passado, é a da avaliação desse animal pela commissão que o julgou em estado de não prestar serviço e no caso de ser vendido em hasta publica, ficando assim resolvida a consulta feita pelo Commandante da referida companhia no officio que, por cópia, acompanhou o de V. Ex. acima citado.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



#### N. 45 — AVISO DE 25 DE AGOSTO DE 1886

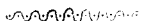
Declara que só em casos especiaes e falta absoluta de outro medico é permitido aos officiaes do Corpo de Saude do Exército accumularem empregos, ainda que provisoriamente.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Em solução ao officio n. 29 de 13 do corrente, no qual me communica que, em virtude da prorogação da licença concedida ao Dr. José do Rego Raposo, continúa a

desempenhar os cargos de Inspector de hygiene publica e da saude do porto o 1.<sup>o</sup> Cirurgião do Corpo da Saude do Exercito Dr. Francisco de Paula Oliveira Guimarães, declaro a V. Ex. que, só em casos especiaes e falta absoluta de outro medico, este Ministerio consente que os officiaes daquelle corpo accumulem empregos, ainda que provisoriamente; devendo, portanto, o referido Cirurgião ser dispensado dos mencionados cargos logo que essa Presidencia possa substitui-lo por um medico civil.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*. — Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina.



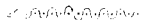
#### N. 46 — AVISO DE 25 DE AGOSTO DE 1886

Declara que um Tenente reformado do Exercito que exerce o cargo de Ajadante de ordens da Presidencia da Provincia, deve perceber os vencimentos a que tem direito por esse exercicio, não obstante ser Capitão do corpo policial, visto que não accumula o exercicio dos dous cargos.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que o Tenente reformado do Exercito Manoel Verissimo da Silva, que exerce o cargo de Ajadante de ordens dessa Presidencia, deve perceber os vencimentos a que tem direito por esse exercicio, não obstante ser Capitão do corpo policial, visto que não accumula o exercicio dos dous cargos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul.



#### N. 47 — AVISO DE 25 DE AGOSTO DE 1886

Declara que a praça condemnada pelos Tribunaes civis a pena que importa exclusão temporaria do Exercito, só tem direito aos alimentos caritativos e ao preciso vestuario pelas Repartições a que são entregues, nos termos das Provisões de 21 de Março de 1829 e 29 de Fevereiro de 1844, e Aviso de 11 de Novembro de 1847.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução ao requerimento que acompanhou o seu officio n. 380 de 13 de Julho ultimo, dirigido ao Conse-

Ibeiro Ajudante General, e em que o soldado do 10.<sup>o</sup> batalhão de infantaria Antonio Alves de Oliveira, que se acha nessa Provincia cumprindo sentença por crime civil, pede se especifique quaes os vencimentos que lhe competem, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que a praça condemnada pelos Tribunaes civis a pena que importa exclusão temporaria do Exercito só tem direito aos alimentos caritativos e preciso vestuario pelas Repartições a que são entregues, nos termos das Provisões de 21 de Março de 1829 e 29 de Fevereiro de 1844, e Aviso de 11 de Novembro de 1847 á Presidencia de Pernambuco.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*. — Sr. Presidente da Provincia das Alagoas.



#### N. 48 — AVISO DE 26 DE AGOSTO DE 1886

Manda que os 2.<sup>os</sup> Cirurgiões do Corpo de Saude do Exercito Drs. Guilherme Pereira Rabello e Eutychio Soledade, este Preparador e aquelle Adjunto da Faculdade de Medicina da Bahia, nomeados para servirem nas guarnições do Ceará e Goyaz, sigam os seus destinos, onde aguardarão, no exercicio de suas commissões, a decisão do Governo sobre a incompatibilidade dos cargos de medico do Exercito com os de Adjunto e Preparador da dita Faculdade, por isso que o facto de exercerem taes empregos, ainda quando fossem vitalícios, não inhibe o Ministerio da Guerra de designal-os para qualquer commissão.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 26 de Agosto de 1886.

Illm. o Exm. Sr. — Tendo sido designado para servir na guarnição da Provincia do Ceará o 2.<sup>o</sup> Cirurgião do Corpo de Saude do Exercito Dr. Guilherme Pereira Rabello, que ahi exerce o cargo de Adjunto da Faculdade de Medicina, e para a de Goyaz o 2.<sup>o</sup> Cirurgião do mesmo corpo Dr. Eutychio Soledade, Preparador da dita Faculdade, communicou-me V. Ex., em seus officios ns. 109 e 111, de 10 e 11 do corrente, haver permittido, á vista do que requereram os referidos officiaes, que elles aguardem nessa Provincia a deliberação deste Ministerio sobre semelhantes designações.

Em solução declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que os referidos Cirurgiões devem seguir a seus destinos como foi determinado, aguardando no exercicio de suas commissões a decisão do Governo Imperial sobre a incompatibilidade dos cargos de medico do Exercito com os de Adjunto e Preparador, sendo que o Dr. Pereira Rabello só o fará depois que terminar a licença de dois mezes que obteve e em cujo gozo se acha, por isso que o facto de exercerem empregos naquella Faculdade, ainda mesmo quando

forem esses vitalícios, não inibe este Ministerio de designal-os para qualquer commissão fóra da Provincia, como foi decidido pela Imperial Resolução de 22 de Outubro de 1873.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

~~~~~

#### N. 49 — AVISO DE 26 DE AGOSTO DE 1886

Declara que dous Cirurgiões-móres de brigada em serviço na guarnição da Bahia, que foram designados para outra guarnição, devem quanto antes seguir o seu destino, não procedendo a allegação de um delles, para alli ser conservado, de estar servindo como adjunto do encarregado da enfermaria militar; o estabelecimento que para o serviço medico da guarnição da Bahia são sufficientes oito facultativos.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 26 de Agosto de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio n. 108 de 7 do corrente, com o qual V. Ex. submette á consideração deste Ministerio cópia do que lhe dirigiu o Commandante das Armas, pedindo que sejam conservados nessa guarnição os Cirurgiões-móres de brigada Drs. Constantino Teixeira Machado e Antonio Pereira da Silva Guimarães, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que não procedem as razões allegadas pelo mesmo Commandante das Armas de achar-se este Cirurgião servindo como adjunto do encarregado da enfermaria militar; porquanto, segundo dispõe o art. 31 do Regulamento do Corpo de Saude, deve a dita enfermaria ficar a cargo de um dos Cirurgiões nomeados pelo Delegado do Cirurgião-mór do Exército dentre os que servem sob sua jurisdição, e que lhe pareça mais habilitado para esse serviço, sem distincção de patente, ao passo que pelo art. 42 do mesmo regulamento aos Cirurgiões-móres de brigada compete exercer nas Provincias o cargo de Delegados.

Quanto ás difficuldades que se apresentarão com a retirada dos Cirurgiões removidos para outras Provincias, declaro outrossim a V. Ex. que semelhante alteração foi feita de accordo com o Chefe do Corpo de Saude, que entende serem sufficientes oito facultativos para o serviço medico dessa guarnição.

Convem, portanto, que V. Ex. providencie para que os ditos Cirurgiões sigam quanto antes a seus destinos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.

~~~~~

## N. 50 — AVISO DE 26 DE AGOSTO DE 1886

Declara que um Tenente honorario do Exercito, encarregado de deposito de artigos bellicos, que pediu pagamento dos vencimentos, que não recebeu, de 22 de Dezembro de 1885 a 21 de Janeiro de 1886, em que esteve no gozo de licença para tratamento de saude, e de 18 de Fevereiro a 17 de Março, também de 1886, em que esteve doente em seu quartel, só tem direito a soldo e etapa durante 30 dias, nos termos da Circular de 28 de Abril de 1882.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 26 de Agosto de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Em solução ao requerimento que acompanhou o officio dessa Presidencia n. 100 de 22 de Julho ultimo, e em que o Tenente honorario do Exercito José Ignacio de Oliveira, encarregado do deposito de artigos bellicos ali existente, pede pagamento dos vencimentos que não recebeu de 22 de Dezembro de 1885 a 21 de Janeiro do corrente anno, em que esteve no gozo de licença para tratamento de saude, e de 18 de Fevereiro a 17 de Março, doente em seu quartel, declaro a V. Ex. para seu conhecimento e execução, que o referido Tenente só tem direito a soldo e etapa durante 30 dias, de accordo com a Circular de 28 de Abril de 1882.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*  
— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

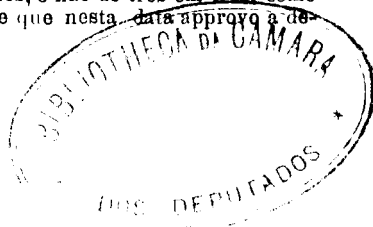


## N. 51 — AVISO DE 28 DE AGOSTO DE 1886

Declara que os Cirurgiões do Corpo de Saude do Exercito em serviço na colonia militar de Itapura devem ser substituidos de seis em seis mezes, e não de tres em tres como está determinado.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e execução, que, attentas as considerações feitas pelo 1º Cirurgião do Corpo de Saude do Exercito Dr. João Thomaz Carvalho, no officio que por cópia acompanhou o de V. Ex. de 11 do corrente, sob n. 26, devem os Cirurgiões em serviço na colonia militar do Itapura ser substituidos de seis em seis mezes, e não de tres em tres, como está determinado; prevenindo-o de que nesta data approvo a de-





signação, do Conselheiro Chefe do mesmo Corpo, do 2º Cirurgião Dr. Francisco Bernardes da Cunha Filho para servir na guarnição dessa Província.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Presidente da Província de S. Paulo.

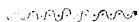


#### N. 52 — PORTARIA DE 17 DE SETEMBRO DE 1886

Declara que foi regular o procedimento da Thesouraria de Fazenda do Amazonas, para com o Juiz de Direito da capital, por isso que ao referido Juiz de Direito até a data em que foi privativamente nomeado Auditor de Guerra, só competia a gratificação desse cargo durante os dias em que como tal funcionou em conselhos.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 17 de Setembro de 1886.

Manda Sua Magestade o Imperador, por esta Secretaria de Estado, declarar ao Inspector da Thesouraria de Fazenda da Província do Amazonas, para seu conhecimento, que foi regular o procedimento da mesma Thesouraria para com o Juiz de Direito da capital, Bacharel José Francisco de Araujo Lima, e de que tratou em seu officio n. 27 de 20 de Abril ultimo, dirigido ao Ministerio da Fazenda, por isso que ao referido Juiz de Direito, até 24 de Julho proximo passado, em que foi privativamente nomeado Auditor de Guerra, só competia a gratificação desse cargo durante os dias em que como tal funcionou em conselhos. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.



#### N. 53 — AVISO DE 20 DE SETEMBRO DE 1886

Manda adoptar para a Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul a mesma tabella de distribuição de fardamento para a da Corte; e dá providencias para a indemnização dos cofres publicos do valor do capote que tiveram recebido os alumnos que forem transferidos daquella Escola para a da Corte.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 20 de Setembro de 1886.

Declaro a V. S., para seu conhecimento o execução, que fica adoptada para a Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul a mesma tabella de distribuição de fardamento para a da Corte,

devenda os alumnos que forem transferidos daquella para esta Escola indemnizar os cofres publicos, por meio de descontos, do valor do capote que tiverem ahi recebido, calculado esse valor pelo tempo que faltar para a duração da referida peça do fardamento.

Deus Guarde a V. S.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Brigadeiro graduado Quartel-Mestre General interino.



#### N. 51 — AVISO DE 21 DE SETEMBRO DE 1886

Declara que um Capitão honorario do Exercito, encarregado de deposito de artigos bellicos, que requereu abono de vencimentos de estado-maior de 2ª classe, com o soldo da tabella annexa ao Decreto n. 2105 de 3 de Fevereiro de 1873, tem direito aos mencionados vencimentos, devendo, porém, o soldo ser o da antiga tabella.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Em solução ao requerimento que acompanhou o seu officio n. 157 de 19 de Agosto ultimo, e em que o Capitão honorario do Exercito Aurelio Ribeiro de Campos, encarregado do deposito de artigos bellicos dessa Provincia, pede o abono de vencimentos de estado-maior de 2ª classe, com o soldo da tabella annexa ao Decreto n. 2105 de 8 de Fevereiro de 1873, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que o referido Capitão tem direito aos mencionados vencimentos; devendo, porém, o soldo ser o da antiga tabella.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
Sr. Presidente da Provincia do Paraná.



#### N. 55 — AVISO DE 22 DE SETEMBRO DE 1886

Declara que as informações prestadas, em requerimentos, pelos Commandantes de corpos devem ser registradas no livro de officios expedidos pelos referidos Commandantes.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 22 de Setembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Com sua informação de 14 do corrente submetteu V. Ex. á decisão deste Ministerio o officio que lhe dirigiu o Inspector do 2º regimento de artilharia a cavallo, e em

que, tratando das informações prestadas, em requerimentos, pelos Commandantes de corpos, julga que devem as mesmas informações ser registradas no livro de officios expedidos pelos referidos Commandantes.

Em solução ao dito officio, declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que, equivalendo taes informações a um officio dirigido á autoridade superior, e em que são prestados esclarecimentos, devem ellas ser effectivamente registradas no alludido livro, conforme V. Ex. propóz.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*. — Sr. Conselheiro Ajudante General.

*Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*

#### N. 56 — AVISO DE 23 DE SETEMBRO DE 1886

Declara que bem procedeu o Commandante do 1º batalhão de artilharia a pé mandando cessar o abono da gratificação de tempo acabado, que percebia um 2º cadete 1º sargento do dito batalhão; e providencia acerca de outras gratificações identicas tambem illegalmente pagas.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 1886.

Illm. e Exm. Sr. — Com a informação da Repartição a seu cargo n. 800, de 30 de Agosto ultimo, submetten V. Ex. á decisão deste Ministerio o officio n. 729 de 6 de Novembro do anno proximo passado, em que o Commandante do 1º batalhão de artilharia a pé lhe communicou haver mandado cessar o abono da gratificação de tempo acabado, que percebia o 2º cadete 1º sargento do mesmo batalhão Leovegildo Valeriano do Araujo, como tal considerado por se ter computado em sua praça o periodo decorrido de 10 de Janeiro de 1879 a 15 de Maio de 1882, em que esteve matriculado na Escola Militar da Corte.

Em solução, declaro a V. Ex. que bem procedeu aquelle Commando, cumprindo-lhe mandar organizar a conta, que deverá ser enviada a esta Secretaria de Estado para ulterior deliberação do Governo, da alludida gratificação, illegalmente paga, não só ao referido cadete, como aos de nomes Alfredo Hemeterio Ribeiro e Joaquim Barbosa Cordeiro de Farias, que se acham em condições identicas.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*. — Sr. Conselheiro Ajudante General.



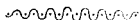
## N. 57 — AVISO DE 23 DE SETEMBRO DE 1886

Determina que deve ser julgada perempta a divida proveniente de peças de fardamento que o recruta, por qualquer circumstancia, tiver deixado de receber em tempo.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 1886.

Declaro a V. S., para seu conhecimento e execução, que deve ser julgada perempta a divida proveniente de peças de fardamento que o recruta, por qualquer circumstancia, tiver deixado de receber em tempo, visto que, sendo gratuitas as que lhe são distribuidas, nenhum direito tem o Estado tambem á sua indemnização por parte do mesmo recruta, como está declarado no Aviso de 15 de Janeiro de 1875.

Deus Guarde a V. S. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Brigadeiro graduado Quartel-Mestre General interino.



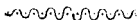
## N. 58 — PORTARIA DE 24 DE SETEMBRO DE 1886

Estabelece os casos em que as administrações das caixas das musicas do Exército podem exercer a faculdade conferida no Regulamento de 6 de Março de 1886 para a substituição do instrumental das musicas.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 1886.

A' Repartição de Ajudante General :

Publique-se em ordem do dia dessa Repartição, para conhecimento dos Commandantes de corpos, que a faculdade conferida pelo art. 44, § 4º, do Regulamento approved pelo Decreto n. 7685 de 6 de Março de 1886, ás administrações das caixas das musicas do Exército para substituição do respectivo instrumental não permite que tal substituição seja feita de uma só vez em todo elle, sem prévia autorização do Governo Imperial, e sem que os mesmos instrumentos tenham attingido o prazo de duração marcado na tabella annexa ao Decreto n. 4572 de 12 de Agosto de 1870, e posta em vigor pelo de 23 de Julho de 1873, devendo os que forem julgados imprestaveis ser recolhidos aos Arsenaes de Guerra ou depositos de artigos bellicos, afim de serem vendidos em hasta publica ou aproveitada a sua materia prima. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.



## N. 59 — AVISO DE 24 DE SETEMBRO DE 1886

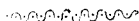
Manda rescindir o contrato do Enfermeiro-mór do Hospital Militar da Corte, substituindo a nomeação feita pelo Ajudante General de um aspeçada do 1º batalhão de artilharia a pé para exercer aquelle cargo, com a gradação de 2º sargento.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 1886.

Declaro a V. S., para seu conhecimento e governo, que deve ser rescindido o contrato do Enfermeiro-mór desse Hospital, Manoel Antonio Gomes Pereira, conforme pediu elle no requerimento por V. S. informado com seu officio n. 2 de 82 do corrente, substituirlo a nomeação feita pelo Ajudante General do aspeçada do 1º batalhão de artilharia a pé João Baptista, para exercer aquelle cargo, com a gradação de 2º sargento, visto estar tal nomeação de accordo com o disposto nos arts. 166 e 167 do Regulamento que baixou com o Decreto n. 1900 de 7 de Março de 1857, ficando assim approvada a solução dada pela referida autoridade á consulta que lhe foi feita pelo Cirurgião-mór do Exercito a semelhante respeito.

Declaro outrossim que deve informar a este Ministerio si com effeito ali existe algum individuo empregado na qualidade de enfermeiro, como se deprehende do seu citado officio, contra o que dispõem as Instruções de 12 de Dezembro de 1868, ou si o mesmo individuo é simplesmente encarregado do arsenal cirurgico.

Deus Guarde a V. S. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Director do Hospital Militar da Corte.



## N. 60 — AVISO DE 27 DE SETEMBRO DE 1886

Declara que o abono de fardamento a praças reformadas com honras de officiaes, que se acham no Asylo de Invalidos da Patria, só compete ás praças em taes condições que estão em serviço no dito Asylo, e não ás que são ali admittidas além de receberem a etapa, devendo um Alfores honorario que alli se acha nestas condições, indemnizar os cofres publicos do valor das pagas de fardamento que lhe têm sido fornecidas pelo mencionado Asylo.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 27 de Setembro de 1886.

Em solução ás consultas que lhe foram feitas pelo Commandante do Asylo dos Invalidos da Patria, em officio n. 134 de 6 de Abril ultimo, com relação ao abono de fardamento a praças reformadas

e com honras de officiaes, que alli se acham, declaro a V. S., para os fins convenientes, que, referindo-se o Aviso de 4 de Março e Circular de 3 de Agosto de 1882 unicamente ás praças em taes condições que estão em serviço no dito Asylo, e não ás que são alli admittidas afim de perceberem a etapa, não compete a estas o abono do fardamento que áquellas é mandado fornecer annualmente; devendo o Alferes honorario Francisco Melchades da Costa, de quem trata o citado Commandante, indemnizar os cofres publicos do valor das peças de fardamento que lhe têm sido fornecidas pelo mencionado Asylo.

Deus Guarde a V. S.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Brigadeiro graduado Quartel-Mestre General interino.



#### N. 61 — AVISO DE 28 DE SETEMBRO DE 1886

Resolve a consulta do Commando das Armas da Provincia do Rio Grande do Sul relativamente á nomeação de um official honorario para o cargo de Ajudante de ordens do Commando da guarnição da fronteira do S. Borja, declarando que deve o referido cargo ser exercido por um dos officiaes subalternos dos corpos do Exercito, a juizo do dito Commandante das Armas.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 28 de Setembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Em solução á consulta que lhe foi feita pelo Commandante das Armas da Provincia do Rio Grande do Sul, em telegramma de 22 de Julho ultimo, relativamente á nomeação de um official honorario para o cargo de Ajudante de ordens do Commando da guarnição e fronteira de S. Borja, declaro a V. Ex., para seu conhecimento, que, de accôrdo com o que informa em seu officio n. 4890 de 26 daquelle mez, deve o referido cargo ser exercido por um dos officiaes subalternos do 3º regimento de cavallaria alli estacionado, e, em falta desses, por outro de qualquer dos corpos, a juizo do mesmo Commandante das Armas.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Conselheiro Ajudante General.



## N. 62 — AVISO DE 30 DE SETEMBRO DE 1886

Approva a decisão do Presidente do Maranhão, mandando que ficasse pertencendo ao 5º batalhão de infantaria, porém com baixa do posto, por falta de vaga, um 2º Cadete, cuja baixa do serviço do Exercito como 1º Sargento do 4º batalhão da dita arma ficou sem effeito, e dá outras providencias quanto ao pret da referida praça.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 30 de Setembro de 1886.

Illm. e Exm. Sr.— Em solução ao officio n. 29 de 20 de Fevereiro ultimo, no qual essa Presidencia communica que, á vista da consulta feita pelo Commandante do 5º batalhão de infantaria acerca do 2º Cadete Joaquim Antonio Bello, cuja baixa do serviço do Exercito como 1º Sargento do 4º batalhão da dita arma foi mandada ficar sem effeito por telegramma deste Ministerio de 15 daquelle mez, decidiu que o referido Cadete ficasse pertencendo ao 5º batalhão, com baixa do posto por falta de vaga, não sendo, porém, incluído no pret como tendo direito á percepção do soldo e gratificação durante o tempo em que esteve fóra do mesmo Exercito, até a decisão do Governo Imperial sobre este assumpto, mas contando-se-lhe esse tempo unicamente para o vencimento de fardamento annual, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que é approvada semelhante decisão, visto estar de accôrdo com as disposições em vigor, e que o mencionado Cadete não tem direito a vencimento algum durante o periodo que vai da data de sua baixa á de sua nova praça.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.



## N. 63 — AVISO DE 1 DE OUTUBRO DE 1886

Resolve duvidas sobre a nomeação de Enfermeiro-mór das Enfermarias militares.

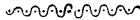
Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 1 de Outubro de 1886.

Illm. e Exm. Sr.— Com informação da Repartição a seu cargo n. 415 de 13 de Abril ultimo, submetteu V. Ex. á consideração deste Ministerio o officio, que por cópia lhe remetteu o Commando das Armas da Provincia do Rio Grande do Sul, e em que o Delegado

do Cirurgião-mór do Exército naquella Provincia julga prejudicial á ordem e á disciplina das enfermarias militares a prohibição constante do final da Portaria de 3 de Julho de 1884, de exercerem commissões nas mesmas enfermarias os inferiores dos corpos e companhias, por isso que, sendo o cargo de Enfermeiro-mór exercido por uma simples praça, não será esta respeitada pelos que forem graduados e se acharem em tratamento.

Em solução ao dito officio, declaro a V. Ex. para seu conhecimento que, não havendo paisano que se queira contratar para o dito cargo de Enfermeiro-mór, pôde ser nomeado um cabo de esquadra, anseçada ou soldado que tenha as habilitações precisas, ao qual compete a graduação de 2º sargento, na fórma do art. 166 do Regulamento approved pelo Decreto n. 1900 de 7 de Março de 1857, desapparecendo, portanto, o inconveniente apontado pelo mesmo Delegado do Cirurgião-mór.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Conselheiro Ajudante General.



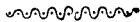
#### N. 64 — AVISO DE 13 DE OUTUBRO DE 1886

Declara que os encarregados das obras militares nas Provincias não têm direito a ordenança, devendo elles, entretanto, requisitar das Presidencias que sejam postas á sua disposição as praças de que necessitarem para o desempenho de suas commissões.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 13 de Outubro de 1886.

Illm. e Exm. Sr.— Em solução á consulta do Capitão do corpo de Engenheiros Manoel Gonçalves Campello França, e que acompanhou o seu officio n. 67 de 24 de Maio ultimo, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que os encarregados das obras militares nas Provincias não têm direito a ordenança, devendo entretanto solicitar das respectivas Presidencias que sejam postas á sua disposição uma ou mais praças quando tiverem disso necessidade para o desempenho de suas commissões.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.— Sr. Presidente da Provincia do Maranhão.





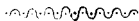
## N. 65 — AVISO DE 13 DE OUTUBRO DE 1886

Declara que é incompativel a accumulção dos cargos de Enfermeiro-mór e de Amanuense nas Enfermarias militares, por serem diversas as obrigações de cada um.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 13 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Sendo incompativel a accumulção dos cargos de Enfermeiro-mór e de Amanuense nas Enfermarias militares, por serem diversas as obrigações de cada um, e ter aquelle de passar quitação a este de todos os objectos e roupas que receber, é nesta data indeferido o requerimento que acompanhou o seu officio n. 44 do 18 de Fevereiro ultimo, e em que Godofredo Xavier da Silva Brito pediu lhe seja concedida uma gratificação por exercer os dous cargos na enfermaria dessa Provincia; o que communico a V. Ex. para seu conhecimento o devidos effeitos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*  
— Sr. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte.



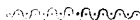
## N. 66 — CIRCULAR DE 11 DE OUTUBRO DE 1886

Declara que, de conformidade com o Aviso de 13 de Novembro de 1884, ficam supprimidos os abonos aos operarios dos Arsenaes de Guerra das Provincias, de gratificações provenientes de sestas, serções ou outros quaesquer serviços extraordinarios por elles executados.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Circular. — Rio de Janeiro, 11 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Sendo de toda a conveniencia que não sejam augmentadas as despesas com jornaes de operarios dos Arsenaes de Guerra, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fim de que o faça constar ao Director do dessa Provincia, que, de conformidade com o Aviso de 13 de Novembro de 1884, publicado no *Diario Official* n. 317, ficam supprimidos os abonos aos respectivos operarios de gratificações provenientes de sestas, serções ou outros quaesquer serviços extraordinarios por elles executados.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*  
— Sr. Presidente da Provincia de...



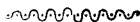
## N. 67 — AVISO DE 18 DE OUTUBRO DE 1886

Declara que os soldados particulares têm direito á passagem de 1ª classe em seus transportes por terra ou por agua, como os 1ºs e 2ºs cadetes do Exercito.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 18 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e em solução á consulta que lhe foi feita pelo Commandante das Armas da Provincia do Rio Grande do Sul em officio n. 1745 de 24 de Agosto ultimo, que os soldados particulares têm direito á passagem de 1ª classe em seus transportes por terra ou por agua, como os 1ºs e 2ºs cadetes do Exercito, devendo entretanto para a concessão de taes passagens ter em vista o que dispõe a circular daquella data.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Conselheiro Ajudante General.



## N. 68 — AVISO DE 22 DE OUTUBRO DE 1886

Declara sem effeito o Aviso de 21 de Janeiro de 1885 sobre remessa de relações nominaes dos alumnos que frequentam as escolas regimentaes, e manda que os corpos do Exercito remetam annualmente o mappa numerico dos referidos alumnos.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio n. 5536 de 27 de Agosto ultimo, em que V. Ex., fazendo diversas considerações sobre a inutilidade das relações nominaes dos alumnos que frequentam as escolas regimentaes dos corpos do Exercito, e que têm de ser enviadas semestralmente em virtude do Aviso de 21 de Janeiro do anno proximo passado, pede a revogação do mesmo aviso, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que fica elle sem effeito, continuando, porém, os ditos corpos a remetter annualmente o mappa numerico dos referidos alumnos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Conselheiro Ajudante General.



## N. 69 — AVISO DE 27 DE OUTUBRO DE 1886

Resolve a consulta do Commandante de um corpo do Exercito sobre si, quando terminada qualquer formatura, pôde o mesmo Commandante ordenar que se debande o dito corpo, ou si deve, para esse fim, pedir licença á autoridade mais graduada que porventura esteja presente.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 27 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Com sua informação de 11 de Maio ultimo, submettou V. Ex. á consideração deste Ministerio a consulta que lhe foi feita pelo Commandante do 1º batalhão de artilharia a pé, si, dada pelo Commandante de um corpo ordem ou autorização para que, quando terminada qualquer formatura, se debande o batalhão, ou fracção deste, deve o Commandante da força dirigir-se ainda a pedir licença para esse fim á autoridade mais graduada que porventura esteja presente, ou fazel-o simplesmente como acto de deferencia ; si a falta de observancia desta formalidade constitue infracção de disciplina, ou falta punivel ; e, finalmente, si, dada a ordem de debandar, pôde a força ser detida em fórma por qualquer motivo.

Em solução, communico a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que Sua Magestade o Imperador, Conformando-se com o parecer do Conselho Supremo Militar a respeito de semelhante consulta, Houve por bem, por Sua Immediata e Imperial Resolução de 2 do corrente, Declarar :

Que é do rigoroso dever de todo o official ou praça, que, commandando uma força, recolher-se ao seu quartel, acampamento ou parada, solicitar das autoridades superiores do corpo a que pertencer, mas sempre por intermedio do official de estado-maior, permissão para debandal-a, recebendo deste as ultimas ordens e dando-lhe parte de qualquer occurrencia ;

Que este preceito regulamentar se infere do art. 52, § 5º, do Regulamento para o serviço interno dos corpos arregimentados, approvedo pelo Decreto n. 6373 de 15 de Novembro de 1876 ;

Que a infracção deste preceito constitue uma transgressão da disciplina militar, prevista no art. 1º, § 2º, e art. 6º do Regulamento que baixou com o Decreto n. 5584 de 8 de Março de 1875 ;

Que, finalmente, o Commandante de uma força qualquer não deve debandal-a em presença de um seu superior sem d'elle solicitar a precisa venia ; o contrario disto, que pôde traduzir-se em desacato, traz o estreamecimento da disciplina e é uma transgressão punivel, conforme o preceito do art. 5º, § 11, deste ultimo regulamento.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*  
— Sr. Conselheiro Ajudante General.



## N. 70 — AVISO DE 29 DE OUTUBRO DE 1886

Declara quaes as vantagens a que têm direito os Enfermeiros-móres, paisanos, das Enfermarias militares.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 29 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Em solução ao requerimento que por cópia acompanhou o seu officio n. 225 de 23 de Setembro ultimo, e em que Francisco Jaborandy de Moraes, Enfermeiro-mór da Enfermaria militar dessa Provincia, pede lhe seja abonada em dinheiro a ração que lhe compete, declaro a V.Ex., para seu conhecimento e execução, que os Enfermeiros-móres, paisanos, devem perceber, além da gratificação marcada na tabella annexa ao Regulamento de 7 de Março de 1857, a importância de uma etapa de praça de pret, quando desarranchadas, ou a ração de n. 2, quando arranchadas.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



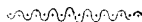
## N. 71 — AVISO DE 30 DE OUTUBRO DE 1886

Declara quaes os vencimentos a que tem direito um Major do Exército presidindo conselho de investigação.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Em solução ao requerimento em que o Major do 2º batalhão de infantaria Luiz Antonio Ferraz, nomeado para presidir o conselho de investigação a que têm de responder tres officiaes nessa Provincia, pediu que fossem designados os vencimentos que lhe competiam por essa comissão, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que, de accôrdo com o disposto nos Avisos de 13 de Junho de 1874 e 25 de Fevereiro de 1876, este dirigido á Presidencia da Provincia do Rio Grande do Sul e aquelle ao Conselheiro Ajudante General, o referido Major tem direito, durante a citada comissão, a todos os vencimentos que perceberia pelo exercicio no respectivo corpo.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Presidente da Provincia do Piahy.



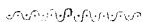
## N. 72 — AVISO DE 25 DE NOVEMBRO DE 1886

Resolve a consulta de um Inspector de corpos sobre o abono de fardamento a um sargento que, achando-se doente no hospital, teve baixa do serviço do Exército por incapacidade physica e conclusão de tempo.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 25 de Novembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em solução á consulta que lhe foi feita pelo Marechal de Campo Inspector do batalhão de Engenheiros, sobre o fardamento que deve ser abonado ao sargento mandador do mesmo batalhão Domingos Rosa da Silva, ao qual, achando-se em tratamento no Hospital Militar da Córte, se mandou, por Portaria de 24 de Maio ultimo, dar baixa do serviço do Exército por incapacidade physica e conclusão de tempo, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e fins convenientes, que o mesmo sargento tem direito a fardamento até a data anterior á da citada portaria, fazendo-se effectiva a baixa quando tiver alta do referido hospital.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*  
— Sr. Conselheiro Ajudante General.



## N. 73 — AVISO DE 26 DE NOVEMBRO DE 1886

Determina que os Inspectores de corpos e estabelecimentos militares, no correr dos seus trabalhos, proponham logo as providencias que julgarem dever ser adoptadas a bem do serviço; e estabeleça outras medidas para o melhor desempenho das inspecções militares.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 26 de Novembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Expeça V. Ex. as necessarias ordens para que, de ora em diante, e sem prejuizo do que determina o Aviso de 4 de Julho de 1857, os Inspectores das differentes armas do Exército e dos estabelecimentos militares, sempre que no exercicio dessa commissão lhes occorrer a necessidade de ser tomada pelo Governo Imperial qualquer providencia que as conveniencias do serviço o exigirem, quer quanto ao pessoal, quer em relação ao material, ou de que possa tambem prover economia para os cofres publicos, sem entretanto prejudicar a marcha regular do mesmo serviço, o comuniquem desde logo á Repartição a cargo do V. Ex., que submeterá o objecto á deliberação deste Ministerio, emittindo V. Ex. seu parecer, si o assumpto fôr da sua competencia.

Esta medida, que tem por fim evitar delongas na solução de propostas contidas nos relatorios dos Inspectores, algumas das quaes, por sua natureza, exigem immediata providencia, não dispensa a apresentação dos mesmos relatorios, que mencionarão tambem, em resumo, as propostas que, no correr da inspecção, tiverem sido sujeitas á deliberação do Governo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Conselheiro Ajudante General.



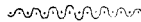
N. 74 — AVISO DE 26 DE NOVEMBRO DE 1886

Determina que sejam designados pelos corpos ou companhias isoladas, nas Províncias em que ha Depositos de artigos bellicos, um cabo de esquadra e dous serventes para servirem nos mesmos depositos em substituição dos guardas-fleis e serventes cujas gratificações e diarias foram supprimidas pela Lei de 16 de Outubro ultimo.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 26 de Novembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo sido supprimidas pelo art. 6º, § 8º, da Lei n. 3314 de 16 de Outubro ultimo, as gratificações dos guardas-fleis e de armazens e a diaria dos serventes dos Depositos de artigos bellicos, providencie V. Ex. para que nas Províncias em que ha semelhantes estabelecimentos sejam designados pelos corpos ou companhias isoladas um cabo de esquadra e dous soldados afin de substituir aquelles empregados, conforme indica o Brigadeiro graduado Quartel-Mestre General interino.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Conselheiro Ajudante General.



N. 75 — AVISO DE 20 DE DEZEMBRO DE 1886

Declara sem effeito a designação de um Alferes para o cargo de Agente da companhia de infantaria do Piahy, visto ser o Commandante da mesma companhia sogro do alludido Alferes.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro, 20 de Dezembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e em resposta ao seu officio n. 169 de 22 de Outubro ultimo, que é

approvado o acto pelo qual V. Ex., considerando ser prejudicial ao serviço publico continuar no cargo de Agente da companhia de infantaria dessa Provincia o Alferes Martiniano Francisco de Oliveira, que no desempenho das respectivas funções não pôde ser fiscalizado pelo Commandante da mesma companhia, Capitão Pedro José de Lima, sogro do referido official, resolveu mandar ficar sem effeito a designação do dito Alferes para o indicado cargo.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

#### N. 76 — CIRCULAR DE 29 DE DEZEMBRO DE 1886

Determina o modo por que devem ser pagos de suas gratificações e diarias os guardas-fieis e serventes dos Depósitos de artigos bellicos, emquanto não forem substituídos por praças do Exército, nos termos do Aviso de 26 de Novembro ultimo.

Ministerio dos Negocios da Guerra.— Circular.— Gabinete do Ministro.— Rio de Janeiro, 29 de Dezembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.—Tendo sido supprimidas pelo art. 6º, § 8º, da Lei n. 3314 de 16 de Outubro proximo passado as gratificações e diarias dos guardas-fieis e de armazens e dos serventes dos Depósitos de artigos bellicos das Provincias, declaro a V. Ex., para seu conhecimento e execução nessa Provincia, que, emquanto não se fizer a substituição de taes guardas e serventes por praças do Exército, conforme se determinou em Aviso de 26 de Novembro ultimo, dirigido ao Conselheiro Ajudante General, devem elles ser pagos de seus vencimentos, sendo até 31 do referido mez de Outubro pelo credito concedido pela Lei n. 3277 de 25 de Junho do corrente anno, e de 1 de Novembro até que esteja realizada a indicada substituição, para o que V. Ex. providenciará com a maxima urgencia, por conta do saldo que nesta Côte exista no mencionado paragrapho, devendo para este fim a Thesouraria de Fazenda solicitar deste Ministerio os necessarios fundos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Presidente da Provincia de...

# INDICE DAS DECISÕES

## MINISTERIO DA AGRICULTURA

|                                                                                                                                                                                                                                                                            | Pags. |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 1 — Em 9 de Janeiro de 1886. — Manda observar o Aviso Circular n. 408 de 13 de Julho de 1885 na remessa, para Londres, da renda líquida das estradas subvencionadas.                                                                                                    | 1     |
| N. 2 — Em 11 de Janeiro de 1886. — Faz extensivo o prazo de 50 horas para os bilhetes de ida e volta às estações de Maxambomba até Belém e no ramal de Santa Cruz, desde Realengo até Santa Cruz, e dá outras providências.                                                | 1     |
| N. 3 — Em 12 de Janeiro de 1886. — Manda observar o Aviso de 20 de Agosto de 1884, nas concessões de gratificações por accumulo de funcções.                                                                                                                               | 2     |
| N. 4 — Em 13 de Janeiro de 1886. — Declara os casos em que as despesas com indemnizações são admittidas entre as de custeio das estradas de ferro subvencionadas.                                                                                                          | 2     |
| N. 5 — Em 14 de Janeiro de 1886. — Reduz de 5 % os fretes dos productos ceramicos de industria nacional, sempre que o peso exceder a 200 kilogrammas.                                                                                                                      | 3     |
| N. 6 — Em 16 de Janeiro de 1886. — Declara que as despesas provenientes da transmissão de poderes pela companhia a seus agentes e outros não podem ser consideradas comprehendidas nas de que trata a clausula 10 <sup>a</sup> do Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878. | 3     |
| N. 7 — Em 16 de Janeiro de 1886. — Declara que nos proprietarios dos animaes esmagados pelos trens incumbe promover a indemnizagão competente.                                                                                                                             | 4     |
| N. 8 — Em 16 de Janeiro de 1886. — Faz extensiva aos Almoxarifes das Repartições subordinadas a este Ministerio a regra estabelecida no Aviso do da Marinha n. 389 de 9 de Dezembro de 1859.                                                                               | 5     |
| N. 9 — Em 19 de Janeiro de 1886. — Manda incluir no custeio da estrada de ferro de Santos a Jundiahy a quantia de £4588730, despendida em excesso da importancia autorisada para o augmento das suas officinas, e approva varias glosas.                                   | 5     |

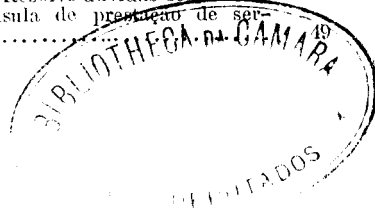


|                                                                                                                                                                                                                                                                                       | PAGS. |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 10 — Em 23 de Janeiro de 1886. — Reduz o frete no transporte dos animais classificados na 3. <sup>a</sup> classe da tarifa n. 6 da Estrada de Ferro D. Pedro II.....                                                                                                               | 6     |
| N. 11 — Em 8 de Fevereiro de 1886. — Autorisa a adopção de columna especial nas folhas de pagamento do pessoal da Estrada de Ferro D. Pedro II, para o desconto dos compromissos dos empregados associados da Sociedade Geral de Auxílios Mutuos alli existente.....                  | 6     |
| N. 12 — Em 11 de Fevereiro de 1886. — Amplia para oito dias o prazo de 60 horas para serem validos os bilhetes de ida e volta entre as estações da Corte e Palmeiras, da Estrada de Ferro D. Pedro II.....                                                                            | 7     |
| N. 13 — Em 11 de Fevereiro de 1886. — Declara os termos em que fica a Companhia da estrada de ferro do Carangola autorizada a levantar um empréstimo de £ 150.000.....                                                                                                                | 7     |
| N. 14 — Em 13 de Fevereiro de 1886. — Resolve a matéria sujeita ao juizo arbitral sobre si cabe à Companhia <i>Rio de Janeiro City Improvements</i> o direito á cobrança do excesso da despeza com a limpeza das galerias de esgoto durante a noite.....                              | 8     |
| N. 15 — Em 16 de Fevereiro de 1886. — Dá regras para o pagamento provisório dos juros garantidos ás companhias de estrada de ferro.....                                                                                                                                               | 9     |
| N. 16 — Em 19 de Fevereiro de 1886. — Approva instrucções sobre as relações entre os agentes das estradas de ferro do Estado e os exatores incumbidos de cobrança de impostos dentro das respectivas estações.....                                                                    | 10    |
| N. 17 — Em 20 de Fevereiro de 1886. — Declara que as despesas judicarias só podem ser incluídas no custo das estradas de ferro subvencionadas no caso especificado no Aviso n. 38 de 20 de Abril de 1882, dirigido ao Engenheiro fiscal da estrada de ferro de Santos a Jundiahy..... | 11    |
| N. 18 — Em 22 de Fevereiro de 1886. — Modifica a tarifa de transporte de mineraes na Estrada de Ferro D. Pedro II.....                                                                                                                                                                | 12    |
| N. 19 — Em 22 de Fevereiro de 1886. — Autorisa o estabelecimento de uma estação entre as de Santa Fé e Chiador, da Estrada de Ferro D. Pedro II, no lugar denominado « Penha Longa ».....                                                                                             | 13    |
| N. 20 — Em 24 de Fevereiro de 1886. — Autorisa modificações e substituições em alguns artigos das tarifas e condições regulamentares da Estrada de Ferro D. Pedro II.....                                                                                                             | 13    |
| N. 21 — Em 26 de Fevereiro de 1886. — Declara que as despesas com a reparação de estragos devidos a desastes para os quaes não concorrer fôrto da companhia, devem ser levadas á conta do custeiro, devendo, porém, ser punidos os responsáveis.....                                  | 15    |
| N. 22 — Em 27 de Fevereiro de 1886. — Declara os termos em que é feito o pagamento dos juros garantidos ao prolongamento da estrada de ferro Mogiana.....                                                                                                                             | 16    |

|                                                                                                                                                                                                                                                          |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| N. 23 — Em 4 de Março de 1886. — Declara que não pôde ser incluída nas contas das estradas de ferro subvencionadas a comissão paga a Bancos por quantias contra elles sacadas, para despezas das mesmas estradas.....                                    | 16 |
| N. 24 — Em 8 de Março de 1886. — Determina como devem ser organizadas as folhas de pagamento do pessoal das estradas de ferro subvencionadas, e manda restituir ao Estado a importancia de despezas indevidamente feitas.....                            | 17 |
| N. 25 — Em 8 de Março de 1886. — Resolve duvidas sobre libertação de escravos.....                                                                                                                                                                       | 17 |
| N. 26 — Em 11 de Março de 1886. — Manda regular a concessão de licenças aos empregados das estradas de ferro do Estado.....                                                                                                                              | 18 |
| N. 27 — Em 16 de Março de 1886. — Declara que as liquidações das contas da estrada de ferro do Paraná são semestrais e que o representante da companhia deve assistir ás ditas liquidações.....                                                          | 19 |
| N. 28 — Em 18 de Março de 1886. — Augmenta para 40 dias o prazo dos bilhetes de ida e volta entre as principaes estações da estrada de ferro <i>Minas and Rio</i> e a estação da Corte da de D. Pedro II.....                                            | 19 |
| N. 29 — Em 19 de Março de 1886. — Resolve duvidas sobre idades de matriculandos e arrolandos e sobre valor dos escravos.....                                                                                                                             | 20 |
| N. 30 — Em 20 de Março de 1886. — Declara que aos Engenheiros fiscaes falta competencia para nomearem Escripturarios da respectiva Repartição, mesmo interinamente.....                                                                                  | 20 |
| N. 31 — Em 20 de Março de 1886. — Manda que a Companhia da estrada de ferro Rio Claro execute o traçado adoptado pelo Decreto n. 9166 de 22 de Março de 1881, para o ramal do Jahu.....                                                                  | 21 |
| N. 32 — Em 20 de Março de 1886. — Manda incluir no custeio a despesa com uma capa impermeavel fornecida ao empregado do desvio do Ypiranga, da estrada de ferro de Santos a Jundiahy, por não haver abrigo no dito desvio, e trata de varias glosas..... | 21 |
| N. 33 — Em 23 de Março de 1886. — Declara que, sem pagamento do sello competente, não podem vigorar as tarifas e instrucções regulamentares das estradas de ferro.....                                                                                   | 22 |
| N. 34 — Em 23 de Março de 1886. — Declara que os serviços dos sexagenarios libertos pela lei são devidos pessoalmente aos ex-senhores, e só transferiveis nos casos de successão necessaria.....                                                         | 22 |
| N. 35 — Em 24 de Março de 1886. — Revoga o Aviso de 2 de Outubro de 1882 sobre venda de terras.....                                                                                                                                                      | 23 |
| N. 36 — Em 24 de Março de 1886. — Sobre remuneração pelo serviço do arrolamento dos sexagenarios.....                                                                                                                                                    | 24 |
| N. 37 — Em 27 de Março de 1886. — São isentos de sello os livros de que trata o art. 11, § 4º, do Regulamento de 14 de Novembro de 1885.....                                                                                                             | 24 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | PAGS. |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 38 — Em 27 de Março de 1886. — São isentos de sello os livros especiaes a que se refere o art. 41, § 4º, do Regulamento de 14 de Novembro de 1885.....                                                                                                                                                                                 | 25    |
| N. 39 — Em 27 de Março de 1886. — Acrescenta ás condições regulamentares da Estrada de Ferro D. Pedro II disposições em favor da introdução de animaes de raça.....                                                                                                                                                                       | 25    |
| N. 40 — Em 31 de Março de 1886. — Sobre citação a ex-senhores de sexagenarios.....                                                                                                                                                                                                                                                        | 26    |
| N. 41 — Em 31 de Março de 1886. — Resolve duvidas sobre sexagenarios declarados livres pela Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885.....                                                                                                                                                                                                    | 27    |
| N. 42 — Em 1 de Abril de 1886. — Resolve duvidas sobre valor de escravos.....                                                                                                                                                                                                                                                             | 27    |
| N. 43 — Em 1 de Abril de 1886. — Nega provimento ao recurso interposto por Manoel Thomaz de Carvalho do despacho da Presidencia do Rio de Janeiro que indeferiu a reclamação do mesmo individuo para ser revogado o acto de desapropriação de um terreno.....                                                                             | 28    |
| N. 44 — Em 5 de Abril de 1886. — Modifica os arts. 199 e 200 das tarifas e condições regulamentares da Estrada de Ferro D. Pedro II.....                                                                                                                                                                                                  | 29    |
| N. 45 — Em 5 de Abril de 1886. — Presta informações acerca da isenção de direitos de que goza a Companhia Paulista...                                                                                                                                                                                                                     | 30    |
| N. 46 — Em 5 de Abril de 1886. — Approva modificações nas tarifas da estrada de ferro D. Thereza Christina, relativamente a passagens de immigrants e ao transporte de sal.....                                                                                                                                                           | 31    |
| N. 47 — Em 6 de Abril de 1886. — Os serviços prestados pelos sexagenarios depois de tres annos da lei não são para indemnização da alforria, mas tão somente a compensação da parte do liberto pelo tratamento que recebe do ex-senhor.....                                                                                               | 31    |
| N. 48 — Em 7 de Abril de 1886. — Declara que o orçamento approved para a construção da 3ª secção da estrada de ferro do Carangola é o proposto pela companhia.....                                                                                                                                                                        | 32    |
| N. 49 — Em 7 de Abril de 1886. — Modifica as tarifas e condições regulamentares da Estrada de Ferro D. Pedro II para conceder-se o abatimento de 2 % em fretes dos transportes de machinas destinadas a estabelecimentos industriaes, e de assucar nacional e outros productos da lavoura, quando despachado do interior para a Côrte.... | 32    |
| N. 50 — Em 7 de Abril de 1886. — Providencia sobre a presteza na transmissão de despachos telegraphicos.....                                                                                                                                                                                                                              | 33    |
| N. 51 — Em 8 de Abril de 1886. — Sobre o cumprimento da Circular de 23 de Dezembro de 1885.....                                                                                                                                                                                                                                           | 34    |
| N. 52 — Em 8 de Abril de 1886. — Sobre a execução da Circular de 23 de Dezembro de 1885.....                                                                                                                                                                                                                                              | 34    |
| N. 53 — Em 10 de Abril de 1886. — Resolve duvidas sobre o cumprimento de algumas das disposições do Regulamento de 14 de Novembro de 1885.....                                                                                                                                                                                            | 35    |

|                                                                                                                                                                                                                                                                            |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| N. 54 — Em 15 de Abril de 1886. — Sobre applicação das multas do art. 11, § 3.º do Regulamento de 14 de Novembro de 1885.....                                                                                                                                              | 36 |
| N. 55 — Em 15 de Abril de 1886. — Resolve duvidas sobre intimação a ex-senhores de sexagenarios, e sobre prazos para prestação de serviços.....                                                                                                                            | 37 |
| N. 56 — Em 15 de Abril de 1886. — Approva o accôrdo entre as Companhias das estradas de ferro de Santos a Jundiaby, Sorocabana, e S. Paulo e Rio de Janeiro, para a ligação das duas ultimas pela ferro-via da primeira.....                                               | 37 |
| N. 57 — Em 16 de Abril de 1886. — Resolve duvidas sobre a avaliação de escravos.....                                                                                                                                                                                       | 38 |
| N. 58 — Em 16 de Abril de 1886. — Declara que os libertos de 63 annos estão sujeitos á prestação de serviços até que completem 65 annos de idade.....                                                                                                                      | 39 |
| N. 59 — Em 16 de Abril de 1886. — Indica providencias para conciliar os interesses da Provincia do Paraná com os da estrada de ferro da mesma Provincia.....                                                                                                               | 39 |
| N. 60 — Em 17 de Abril de 1886. — Communica a negação de provimento ao recurso interposto pela Companhia da estrada de ferro do Natal a Nova Cruz, relativo ao pagamento do prejuizo de 425:235\$50, que a mesma companhia allegou ter tido no exercicio de 1883-1884..... | 40 |
| N. 61 — Em 26 de Abril de 1886. — Mandta que a Companhia carris urbanos liquide o debito que tem com a Fazenda Nacional, como cessionaria de varias emprezas.....                                                                                                          | 41 |
| N. 62 — Em 26 de Abril de 1886. — Autorisa o estabelecimento de um ponto de parada na estrada de ferro do Natal a Nova Cruz.....                                                                                                                                           | 42 |
| N. 63 — Em 27 de Abril de 1886. — Dá instrucções para liquidação e pagamento dos juros garantidos e affiançados pelo Estado.....                                                                                                                                           | 42 |
| N. 64 — Em 29 de Abril de 1886. — Sobre publicação de editaes relativos a sexagenarios.....                                                                                                                                                                                | 46 |
| N. 65 — Em 3 de Maio de 1886. — Declara á Directoria da estrada de ferro do Sobral que as requisições de passagens feitas por autoridades constituidas devem ser satisfeitas.....                                                                                          | 47 |
| N. 66 — Em 3 de Maio de 1886. — Declara que a exclusão dos impostos das despesas de custeio das estradas de ferro subvencionadas está resolvida administrativamente....                                                                                                    | 47 |
| N. 67 — Em 6 de Maio de 1886. — Amplia para oito dias o prazo dos bilhetes de ida e volta entre as estações da Corte, Rodolfo, Mendes e Sant'Anna, da Estrada de Ferro D. Pedro II.....                                                                                    | 48 |
| N. 68 — Em 11 de Maio de 1886. — Declara que a diaria de que trata a ultima parte da Portaria de 30 de Setembro de 1884 só é devida quando o chefe da commissão estiver na sede da mesma.....                                                                              | 48 |
| N. 69 — Em 12 de Maio de 1886. — Resolve duvidas sobre libertação de escravos com clausula de prestação de serviços.....                                                                                                                                                   | 49 |



|                                                                                                                                                                                                                                                                 | Págs. |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 70 — Em 13 de Maio de 1886. — Autorisa modificações nos carros de passageiros da estrada de ferro Central das Alagoas.....                                                                                                                                   | 50    |
| N. 71 — Em 14 de Maio de 1886. — Manda incluír no custeio da estrada de ferro Central das Alagoas a despesa com um girador e cruzamento completos.....                                                                                                          | 50    |
| N. 72 — Em 17 de Maio de 1886. — Manda observar as Instruções constantes do Aviso n. 35 de 27 de Abril deste anno, nos pagamentos effectuados ás estradas de ferro que estão sob a dependência do Ministro Brasileiro em Londres.....                           | 51    |
| N. 73 — Em 19 de Maio de 1886. — Sobre a publicação dos nomes dos sexagenários e dos ex-senhores.....                                                                                                                                                           | 51    |
| N. 74 — Em 25 de Maio de 1885. — Declara que as linhas telegraphicas de 2ª ordem não podem ser essentadas sem que os interesses concorram com a quantia necessaria para tal fim.....                                                                            | 52    |
| N. 75 — Em 27 de Maio de 1886. — Declara o tempo pelo qual deve ser contada a multa de 1% imposta á Companhia da estrada de ferro Central das Alagoas, sobre as sommas despendidas até 21 de Julho de 1881 com a garantia de juros.....                         | 53    |
| N. 76 — Em 27 de Maio de 1886. — Resolve duvidas sobre a execução da Lei n. 3210 de 28 de Setembro de 1885 e do Regulamento de 14 de Novembro do mesmo anno..                                                                                                   | 53    |
| N. 77 — Em 5 de Junho de 1886. — Sobre um requerimento da Companhia <i>Royal Insurance</i> , declara não dever-se suspender a multa imposta á mesma companhia.....                                                                                              | 54    |
| N. 78 — Em 11 de Junho de 1886. — Autorisa a aquisição deapparelhos para as officinas da estrada de ferro Minas e Rio e altera as respectivas tarifas.....                                                                                                      | 55    |
| N. 79 — Em 11 de Junho de 1886. — Declara que é da competencia do Ministerio da Fazenda a fixação das taxas e a approvação do regulamento para o serviço de carga e descarga das mercadorias que procurarem a ponte maritima da estrada de ferro do Paraná..... | 56    |
| N. 80 — Em 15 de Junho de 1886. — Autorisa a classificar na classe 3ª da tarifa n. 3 os acidos de produção da industria nacional, em vez de na tabella de classe 1ª da tarifa n. 3.....                                                                         | 56    |
| N. 81 — Em 18 de Junho de 1886. — Autorisa a estabelecer-se na Estrada de Ferro D. Pedro II o convenio celebrado para a cobrança dos impostos provinciaes de Minas Geraes, mediante a commissão de 6 % para os cofres da estrada.....                           | 57    |
| N. 82 — Em 19 de Junho de 1886. — Resolve duvidas relativas á concessão de licenças a empregados de estradas de ferro que contarem menos de seis mezes de exercicio...                                                                                          | 57    |
| N. 83 — Em 19 de Junho de 1886. — Approva varias modificações no quadro do pessoal da estrada de ferro do Natal a Nova Cruz.....                                                                                                                                | 58    |

|                                                                                                                                                                                                                                                                        |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| N. 84 — Em 25 de Junho de 1886.— Recommenda a remessa á Secretaria de Estado de relações das companhias ou sociedades anonymas constituídas nas Provincias, tanto nacionaes como estrangeiras, depois da Lei de 4 de Novembro de 1881.....                             | 59 |
| N. 85 — Em 25 de Junho de 1886.— Requisita dos Presidentes das Juntas Commerciaes relações das companhias ou sociedades anonymas, quer nacionaes quer estrangeiras, cujos estatutos estejam archivados nas respectivas Secretarias.....                                | 59 |
| N. 86 — Em 30 de Junho de 1886.— Approva o acrescimo feito ao art. 95 <i>bis</i> das tarifas e condições regulamentares da Estrada de Ferro D. Pedro II sobre os serviços relativos á collocação dos volumes dos navios em descarga ou durante o seu carregamento..... | 60 |
| N. 87 — Em 30 de Junho de 1886.— Autorisa a redução das tarifas da Estrada de Ferro D. Pedro II sobre o transporte de carnes verdes acondicionadas em caixões frigoríferos.....                                                                                        | 60 |
| N. 88 — Em 30 de Junho de 1886.— Eleva a 18 mezes a prorrogação do prazo de 12 mezes concedido para conclusão de todas as obras de construcção do prolongamento da estrada de ferro da Bahia ao S. Francisco..                                                         | 61 |
| N. 89 — Em 8 de Julho de 1886.— Resolve duvidas sobre matricula de escravos e arrolamento de sexagenarios.....                                                                                                                                                         | 62 |
| N. 90 — Em 20 de Julho de 1886.— Declara que o representante da Companhia da estrada de ferro do Paraná só é obrigado a comparecer ás sessões designadas para as liquidações semestrais.....                                                                           | 62 |
| N. 91 — Em 20 de Julho de 1886.— Declara que qualquer modificação no tracado já approved de uma estrada de ferro deve ser previamente submettida ao Governo....                                                                                                        | 63 |
| N. 92 — Em 22 de Julho de 1886.— Autorisa a redução das estações de Bebedouro e Fernão Velho, da estrada de ferro Central das Alagoas, a pontos de parada, e a transformação da do Mercado em armazem de generos alimenticios.....                                     | 63 |
| N. 93 — Em 31 de Julho de 1886.— Determina aos Engenheiros fiscaes das estradas de ferro que remetam ás Presidencias de Provincias em que funcionarem cópia dos relatorios mensaes dirigidos ao Governo Geral.....                                                     | 64 |
| N. 94 — Em 14 de Agosto de 1886.— Declara que escrava casada com sexagenario deve ser classificada na ordem das familias e da preferencia estabelecida pela Circular de 19 de Janeiro de 1883.....                                                                     | 64 |
| N. 95 — Em 20 de Agosto de 1886.— Resolve duvida sobre sexagenarios classificados e alforriados.....                                                                                                                                                                   | 65 |
| N. 96 — Em 21 de Agosto de 1886.— Concede authorisação ao empreiteiro do prolongamento do ramal do Rio Bonito para, aproveitando os postes de linha telegraphica do Estado, estabelecer a que deve servir ao indicado prolongamento.....                               | 66 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Págs. |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 97 — Em 1.º de Setembro de 1886. — Approva as tabellas de frete e passagens da Companhia de navegação a vapor do Maranhão, nas linhas costeiras.....                                                                                                                                                                                              | 66    |
| N. 98 — Em 2 de Setembro de 1886. — Declara que as provas justificativas do custo de dormentos destinados à conservação da linha devem ser apresentadas à comissão liquidadora de contas da estrada, afim de ser contemplada no custo a respectiva despesa.....                                                                                      | 69    |
| N. 99 — Em 3 de Setembro de 1886. — Modifica as tarifas da estrada de ferro S. Paulo e Rio de Janeiro.....                                                                                                                                                                                                                                           | 69    |
| N. 100 — Em 11 de Setembro de 1886. — A simples declaração de um senhor, feita em inventario, de tencionar beneficiar um escravo não constitue acto de alforria e não pôde prejudicar o dito escravo em seu direito à classificação.....                                                                                                             | 71    |
| N. 101 — Em 27 de Setembro de 1886. — Declara, de conformidade com a decisão proferida pelo Thesouro, que nas expressões « Casas de caridade » de que trata o art. 42 do Regulamento n. 8775, não podem ser comprehendidos os hospitais das Ordens Terceiras, por terem fornecimento gratuito de agua.....                                           | 71    |
| N. 102 — Em 5 de Outubro de 1886. — Resolve duvida sobre a nova matricula de escravos, que na antiga tinham a nota de libertos.....                                                                                                                                                                                                                  | 72    |
| N. 103 — Em 5 de Outubro de 1886. — Declara como se deve proceder relativamente a escravo indevidamente arrolado como sexagenario.....                                                                                                                                                                                                               | 72    |
| N. 104 — Em 8 de Outubro de 1886. — Providencia sobre o pagamento à <i>Rio de Janeiro Gas Company</i> , por conta do deposito feito no Thesouro pela Sociedade anonyma do gaz do Rio de Janeiro, da importancia do material, de sobressalentes e dos varios objectos pertencentes ao serviço privilegiado que estava a cargo daquelle companhia..... | 73    |
| N. 105 — Em 12 de Outubro de 1886. — Resolve duvidas sobre matricula de escravos.....                                                                                                                                                                                                                                                                | 74    |
| N. 106 — Em 12 de Outubro de 1886. — O prazo para o pagamento das annuidades devidas pelo uso e gozo dos privilegios de invenção, conta-se da data de sua concessão.....                                                                                                                                                                             | 75    |
| N. 107 — Em 13 de Outubro de 1886. — Declara que a medida de ser suspenso o fornecimento do gaz não está de accordo com a clausula 25.ª do contrato de 26 de Junho de 1886, visto que semelhante medida só é autorisada em relação ao consumidor imputual.....                                                                                       | 76    |
| N. 108 — Em 19 de Outubro de 1886. — Declara ter sido deferido o requerimento de João Frick pedindo para sanar irregularidades encontradas no relatório de sua invenção.....                                                                                                                                                                         | 76    |
| N. 109 — Em 23 de Outubro de 1886. — Declara que não pôde ser adoptada a idéa suggerida com relação ao fio telegraphico da estrada de ferro S. Paulo e Rio de Janeiro.....                                                                                                                                                                           | 77    |
| N. 110 — Em 4 de Novembro de 1886. — Declara que telegrammas referentes a actos posteiros, participação de exercicios e                                                                                                                                                                                                                              |       |

|                                                                                                                                                                                                             |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| informações que não sejam de natureza urgente devem ser pagos pelos remetentes, embora tenham a nota de serviço publico.....                                                                                | 77 |
| N. 111 — Em 5 de Novembro de 1886. — Approva modificação feita nas tarifas da estrada de ferro do Carangola.....                                                                                            | 78 |
| N. 112 — Em 6 de Novembro de 1886. — Sobre a entrega de quantia depositada como peculio.....                                                                                                                | 78 |
| N. 113 — Em 12 de Novembro de 1886. — Declara qual o pagamento a que são obrigadas as Camaras Municipaes pelos padrões de pesos e medidas que lhes forem fornecidos...                                      | 79 |
| N. 114 — Em 13 de Novembro de 1886. — Resolve duvidas sobre matricula de escravos.....                                                                                                                      | 80 |
| N. 115 — Em 15 de Novembro de 1886. — Resolve duvidas sobre escravos indevidamente arrolados como sexagenarios...                                                                                           | 81 |
| N. 116 — Em 18 de Novembro de 1886. — Declara que os carros da Companhia carris urbanos, cujos bancos tiverem menos de 1m,65 de comprimento, só admittirão tres passageiros.                                | 81 |
| N. 117 — Em 26 de Novembro de 1886. — Manda empregar, de preferencia a outro combustivel e em igualdade de condições, o carvão de pedra das minas do Arroio dos Ratos, na Provincia de S. Pedro do Sul..... | 82 |
| N. 118 — Em 16 de Dezembro de 1886. — Os serviços de que trata o § 10 art. 3º da Lei n. 3270 devem ser contados da data da mesma lei.....                                                                   | 82 |
| N. 119 — Em 23 de Dezembro de 1886. — Resolve duvidas sobre classificação de escravos.....                                                                                                                  | 83 |
| N. 120 — Em 23 de Dezembro de 1886. — Resolve dous casos de competencia de Juiz de orphãos e exclusão de seu supplente.....                                                                                 | 84 |
| N. 121 — Em 28 de Dezembro de 1886. — Autorisa as Presidencias de Provincia a designar a localidade em que devem ser concedidos prazos de terras a voluntarios.....                                         | 84 |
| N. 122 — Em 28 de Dezembro de 1886. — Estabelece regras para a cobrança do imposto adicional de 5 % em relação ás taxas de transporte pelas estradas de ferro.....                                          | 85 |



## MINISTERIO DA AGRICULTURA

### N. 1 — EM 9 DE JANEIRO DE 1886

Manda observar o Aviso-Circular n. 108 de 13 de Julho de 1885 na remessa, para Londres, da renda liquida das estradas subvencionadas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 4. — Rio de Janeiro em 9 de Janeiro de 1886.

Do seu relatorio correspondente ao mez de Novembro ultimo consta que, na verba — Diferenças de cambio — figura a importancia ocasionada pela remessa da receita liquida dos quatro mezes findos em 31 de Outubro do anno proximo passado.

Sendo isto contrario ao que prescreve o Aviso-Circular deste Ministerio, sob n. 108 de 13 de Julho do mesmo anno, dirigido aos Engenheiros fiscaes das estradas que gozam de fiança ou garantia de juros do Estado, deve Vm. providenciar afim de tornar effectiva a regra ahí estabelecida, para a fiscalisação de tal despeza.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Rio Grande a Bagé.



### N. 2 — EM 11 DE JANEIRO DE 1886

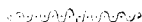
Faz extensivo o prazo de 60 horas para os bilhetes de ida e volta às estações de Maxambomba até Belém e no ramal de Santa Cruz, desde Realengo até Santa Cruz, e dá outras providencias.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 5. — Rio de Janeiro em 11 de Janeiro de 1886.

De accôrdo com a proposta constante de seu officio n. 419 de 29 de Dezembro ultimo, autoriso Vm. a tornar extensivo o prazo

de 60 horas para os bilhetes de ida e volta ás estações de Maxambomba até Belém, e no ramal de Santa Cruz desde Realengo até Santa Cruz, e alterado o art. 16 das condições regulamentares em vigor nessa estrada, fica ampliado para oito dias o prazo dos bilhetes de ida e volta ás estações de Barra do Pirahy até Porto Novo do Cunha, de Barra do Pirahy até Cachoeira e de Entre-Rios até Mariano Procópio; e para 15 dias aos mesmos bilhetes de todas as estações além de Mariano Procópio.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



### N. 3 — EM 12 DE JANEIRO DE 1886

Manda observar o Aviso de 20 de Agosto de 1884, nas concessões de gratificações por accumulo de funções.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 6. — Rio de Janeiro em 12 de Janeiro de 1886.

Em resposta ao officio de 21 de Novembro do anno proximo findo, em que refere-se Vm. ao do superintendente dessa estrada solicitando uma gratificação para o contador por ter accumulado as funções de chefe do trafego e superintendente, declaro a Vm., para os devidos effeitos, que deve ser applicada ao caso a regra estabelecida pelo Aviso deste Ministerio de 20 de Agosto de 1884.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Recife ao Limoeiro.



### N. 4 — EM 13 DE JANEIRO DE 1886

Declara os casos em que as despesas com indenizações são admittidas entre as de custo das estradas de ferro subvencionadas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 9. — Rio de Janeiro em 13 de Janeiro de 1886.

Suscitando-se duvidas acerca da intelligencia do Aviso deste Ministerio n. 131 de 23 de Outubro do anno proximo passado,

declaro a Vm., em additamento ao mesmo aviso, que, quando as indemnizações por avarias ou extravio de mercadorias ou por danos causados aos particulares forem devidas por motivos que razoavelmente não possam ser attribuidos a incuria dos agentes da companhia, mas constituam, ao contrario, casos de força maior, taes despesas devem ser incluídas nas do custeio da estrada, visto serem resultado natural do respectivo trafego. Cumpre, portanto, que Vm. não as admita sinão quando devidamente justificadas.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Paraná.



#### N. 5 — EM 14 DE JANEIRO DE 1886

Reduz de 5 % os fretes dos productos ceramicos de industria nacional, sempre que o peso exceder a 200 kilogrammas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 6.— Rio de Janeiro em 14 de Janeiro de 1886.

Attendendo á conveniencia de animar a industria nacional no fabrico de productos ceramicos, autoriso Vm. a fazer uma redução de 5 % nos fretes de semelhantes productos que tenham de ser transportados por essa estrada de ferro, quando o peso exceder a 200 kilogrammas.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



#### N. 6 — EM 16 DE JANEIRO DE 1886

Declara que as despesas provenientes da transmissão de poderes pela companhia a seus agentes e outros não podem ser consideradas comprehendidas nas de que trata a clausula 10ª do Decreto n. 6095 de 10 de Agosto de 1878.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 11.— Rio de Janeiro em 16 de Janeiro de 1886.

Tendo a Companhia da estrada de ferro do Paraná reclamado, em data de 20 de Novembro do anno proximo passado, contra as

decisões deste Ministerio constantes do Aviso n. 95 expedido a Vm. em 22 de Julho ultimo, declaro a Vm., para que o faça constar á mesma companhia, que julguei improcedente a alludida reclamação em todos os seus pontos, a saber : 1º, em relação ás despesas com indemnizações, porque taes despesas só deverão ser incluídas nas do custeio da estrada quando resultarem de accidentes que razoavelmente não possam ser attribuidos a culpa ou incuria da respectiva administração e, segundo consta da informação prestada por Vm., não estavam neste caso as que foram glosadas pela commissão liquidadora ; 2º, quanto ás despesas provenientes de transmissão de poderes pela companhia aos seus agentes, e bem assim aos gastos judiciarios não comprehendidos na hypothese do final do mencionado aviso, por deverem correr por conta daquelles aos quaes aproveitam, não podendo ser considerados incluídos nos de que trata a clausula 10ª das que baixaram com o Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878.

Deus Guarde Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Paraná.



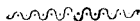
#### N. 7 — EM 16 DE JANEIRO DE 1886

Declara que aos proprietarios dos animaes esmagados pelos trens incumbe promover a indemnização competente.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 10. — Rio de Janeiro em 16 de Janeiro de 1886.

Em resposta ao officio do 1º do Dezembro de anno findo, em que Vm. occupa-se dos inconvenientes que resultam da falta de cercas que guardem o leito dessa estrada e das reclamações relativas ao esmagamento de animaes, declaro que aos proprietarios dos animaes esmagados pelos trens dessa ferro-via incumbe promover a indemnização competente, e que a Vm. cumpre intimar novamente a companhia para construíras referidas cercas, dentro do prazo marcado para a terminação das obras da estrada, sob as penas da lei.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro Central da Bahia.



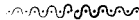
## N. 8 — EM 16 DE JANEIRO DE 1886

Faz extensiva aos Almojarifes das Repartições subordinadas a este Ministerio a regra estabelecida no Aviso do da Marinha n. 389 de 9 de Dezembro de 1859.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 8.— Rio de Janeiro em 16 de Janeiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Respondendo a uma consulta da Presidencia da Provincia de Pernambuco, declaro nesta data á mesma Presidencia que aos Almojarifes das Repartições subordinadas a este Ministerio deve ser applicada a regra estabelecida no Aviso do Ministerio da Marinha n. 389 de 9 de Dezembro de 1859; cabendo, portanto, ao ex-almojarife do prolongamento da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco, em quanto estiver assistindo ao inventario da entrega, a gratificação do emprego, descontados os dias em que por qualquer motivo não trabalhar; o que communico a V. Ex., rogando que se digne de expedir as convenientes ordens nesse sentido.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— A S. Ex. o Sr. Conselheiro Francisco Belisario Soares de Souza.



## N. 9 — EM 19 DE JANEIRO DE 1886

Manda incluir no custeio da estrada de ferro de Santos a Jundiaby a quantia de 1:158\$730, despendida em excesso da importancia autorizada para o augmento das suas officinas, e approva varias glosas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 12.— Rio de Janeiro em 19 de Janeiro de 1886.

Em solução ao que consta do parecer da Commissão encarregada da tomada de contas dessa ferro-via, correspondente ao mez de Outubro do anno findo, relativamente á inclusão condicional nas contas de seu custeio da quantia de 1:158\$730 despendida com as obras do augmento das officinas da mesma estrada em excesso da importancia autorizada para tal destino, declaro a Vm. que, attentas as circumstancias especiaes da companhia, de não pesar aos cofres publicos a garantia de juros de que goza,

fica approvedo o dispendio da referida quantia; mas cumpre que Vm. faça-lhe sentir que esta despesa devera ter sido préviamente autorisada pelo Governo.

Outrosim, declaro approvedas as glosas de que trata o referido parecer.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro de Santos a Jundiahy.



#### N. 10 — EM 23 DE JANEIRO DE 1886

Reduz o frete no transporte dos animaes classificados na 3ª classe da tarifa n. 6 da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 8. — Rio de Janeiro em 23 de Janeiro de 1886.

De accôrdo com o que propôz Vm. em officio n. 15 de 11 do corrente, fica approveda a seguinte modificação para redução no transporte dos animaes classificados na 3ª classe da tarifa n. 6 dessa estrada de ferro:

Por cabeça e por kilometro:

Até 100 kilometros, 8 réis.

Por kilometro excedente de 100 até 300, 5 réis.

Por kilometro excedente a 300, 3 réis.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



#### N. 11 — EM 6 DE FEVEREIRO DE 1886

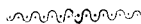
Autorisa a adopção de columna especial nas folhas de pagamento do pessoal da Estrada de Ferro D. Pedro II. para o desconto dos compromissos dos empregados associados da Sociedade Geral de Auxilio Mutuos alli existente.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 18. — Rio de Janeiro em 6 de Fevereiro de 1886.

De accôrdo com a ultima parte do officio dessa Directoria n. 11 de 9 de Janeiro proximo findo, autoriso Vm. a effectuar o des-

conto em columna especial nas folhas de pagamentos mensaes do pessoal dessa estrada de ferro, dos debitos daquelles empregados que, na qualidade de socios da associação Geral de Auxílios Mutuos da Estrada de Ferro D. Pedro II, tenham tal compromisso perante a caixa da dita associação, pela mesma forma por que se pratica na Imprensa Nacional com uma sociedade congenere; com tanto que não seja exercida nem tolerada nenhuma sorte de constrangimento ou coacção moral para effectividade desse desconto sobre o supradito pessoal, visto tratar-se de uma contribuição inteiramente voluntaria em proveito do proprio contribuinte.

Deus Guarde a Vm.—*Antonio da Silva Prado*.—Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



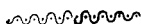
#### N. 12 — EM 11 DE FEVEREIRO DE 1886

Amplia para oito dias o prazo de 60 horas para serem válidos os bilhetes de ida e volta entre as estações da Corte e Palmeiras, da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Directoria das Obras Publicas.—2ª Secção.—N. 24.—Rio de Janeiro em 11 de Fevereiro de 1886.

Fica Vm. autorizado a ampliar para oito dias o prazo de 60 horas durante o qual são válidos os bilhetes de passagens de ida e volta entre as estações da Corte e Palmeiras.

Deus Guarde a Vm.—*Antonio da Silva Prado*.—Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



#### N. 13 — EM 11 DE FEVEREIRO DE 1886

Declara os termos em que fica a Companhia da estrada de ferro do Carangola autorizada a levantar um empréstimo de £ 150.000.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Directoria das Obras Publicas.—1ª Secção.—N. 24.—Rio de Janeiro em 11 de Fevereiro de 1886.

Em solução ao requerimento da companhia dessa estrada de ferro, que acompanhou o officio de Vm. de 26 de Dezembro do

anno proximo findo, em que solicita autorisação para levantar um empréstimo de £ 150.000 destinado á construcção do prolongamento de suas linhas, declaro a Vm., para os devidos effeitos, que fica concedida a autorisação pedida, nos termos das disposições legais em vigor, sem que do novo empréstimo possam provir para o Estado onus de qualquer natureza quanto á garantia de juros, quer com relação ao augmento do capital já garantido, quer com relação ás differenças de cambio e outros quaesquer encargos que jámais poderão ser levados á conta das despesas de custeio da parte da estrada que goza da garantia de juros; devendo, em tempo, Vm. providenciar no sentido de ser convenientemente feita a escripturação da estrada, quanto ás linhas garantidas e respectivo capital, afim de que fiquem acautelados os interesses do Estado, quanto á renda produzida e sua divisão pelas duas partes do capital empregado com e sem garantia de juros.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Carangola.



#### N. 14 — EM 13 DE FEVEREIRO DE 1886

Resolve a materia sujeita ao juizo arbitral sobre si cabe á Companhia *Rio de Janeiro City Improvements* o direito á cobrança do excesso da despeza com a limpeza das galerias de esgoto durante a noite.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 5. — Rio de Janeiro em 13 de Fevereiro de 1886.

Havendo recorrido ao arbitramento a Companhia *Rio de Janeiro City Improvements* para a cobrança do excesso de despeza com a limpeza das galerias de esgoto durante a noite, em alguns mezes dos annos de 1883 a 1885, offereceu para seu arbitro o Conselheiro Manoel da Silva Mafra, e por parte do Governo Imperial foi designado nessa qualidade o Engenheiro Firmo José de Mello, os quaes, considerando que, embora nos contratos approvados pelos Decretos ns. 1929 de 26 de Abril de 1857 e 6069 de 18 de Dezembro de 1875 não fossem estabelecidas as horas, em que se devia proceder á limpeza das galerias de esgoto, é evidente que a natureza daquelles contratos e os fins para que foram celebrados não podiam permittir que tal serviço se effectuasse com prejuizo da saude publica.

Considerando que, por esta razão, desde a primitiva execução dos referidos contratos, a limpeza fosse sempre realizada durante



a noite, com accôrdo tacito das partes contratantes, facto posterior áquelles contratos e relativo ao seu principal objecto, que explica a intenção dos contrahentes ;

Considerando que a companhia nenhuma opposição fez á intimação do Governo Imperial, no sentido de reduzir o serviço a cinco horas em vez de 10, e que, pelo contrario, não só mandou realisar-o e tem continuado a realisar-se de conformidade com aquella intimação, como até requereu a faculdade de exceder o prazo das cinco horas, quando a affluencia do serviço o exigisse, e a bem da salubridade publica ;

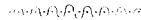
Considerando que esta annuencia a semelhante intimação exprime ainda a confirmação do intento das partes contratantes de ser a limpeza das galerias de esgoto feita em tempo que não prejudique a saude publica, fim principal dos citados contratos ;

Considerando ainda que na interpretação dos contratos deve-se attender mais á intenção dos contrahentes do que ás palavras ;

Julgam que nenhum direito tem a Companhia *Rio de Janeiro City Improvements* ao pagamento requerido, e que, indeferindo semelhante requerimento, procedeu o Governo Imperial de conformidade com os contratos vigentes.

O que communico a V. S. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. S.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro fiscal do Governo junto á Companhia *Rio de Janeiro City Improvements*.



#### N. 15 — EM 16 DE FEVEREIRO DE 1886

Dá regras para o pagamento provisório dos juros garantidos ás companhias de estradas de ferro.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 10.  
— Rio de Janeiro em 16 de Fevereiro de 1886.

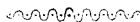
Por officios de 31 de Dezembro do anno proximo passado, sob os ns. 3032 e 3033, communicou Vm. a este Ministerio estar procedendo a uma liquidação provisoria, baseada nos relatorios e balancetes das companhias que gozam de garantia de juros, para obrigar-as a recolherem ao Thesouro Nacional os saldos que, á vista de taes documentos, se reconhecerem devidos ao Estado, comquanto sujeitos ás rectificações que resultarem da tomada das contas do semestre a que se referirem, por não ser justificavel que, fazendo-se a essas companhias semestralmente paga-

mento provisório dos juros garantidos, fique, entretanto, dependendo de liquidação definitiva o pagamento dos saldos alladidos.

Assim procedendo, já Vm. intimou a Companhia *The Minas and Rio Railway* a entrar para a Delegacia do Thesouro em Londres com a quantia de £ 5.823 — 6 — 3, sendo £ 4.463 — 5 — 5 a importancia que no seu relatório ella accusou como saldo do trafego no exercício de 1884-1885, e £ 4.358 — 0 — 1, a que indevidamente incluiu nas contas da despeza sob o titulo de quota para a formação do fundo de reserva; e negando-se ella a repór a segunda das mencionadas parcelas, Vm. fez-lhe constar que seria descontada no pagamento de juros garantidos, que no próximo mez de Janeiro tinha de lhe ser feito.

Em resposta a estas communicacões, declaro a Vm. que foi approvedo o seu procedimento exposto; devendo Vm., portanto, á medida que fôr concluindo os exames, communicar os respectivos resultados á Delegacia do Thesouro Nacional em Londres, de conformidade com o art. 14 das Instrucções de 5 de Março de 1884, para os effeitos que dependerem da mesma Delegacia, tendo sido nesse sentido expedido ao Ministerio da Fazenda em 5 do corrente mez o aviso junto por cópia.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro Antonio Augusto Fernandes Pinheiro.



#### N. 46 — EM 19 DE FEVEREIRO DE 1886

Approva instrucções sobre as relações entre os agentes das estradas de ferro do Estado e os exactores incumbidos de cobrança de impostos dentro das respectivas estações.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — Rio de Janeiro em 19 de Fevereiro de 1886.

Sua Magestade o Imperador, Attendendo á conveniencia de regular as relações entre os agentes das estradas de ferro do Estado e os exactores que forem incumbidos de cobrança de impostos geraes, provinciaes ou municipaes dentro das estações das mesmas estradas, Ha por bem Approvar para esse fim as instrucções que com esta baixam assignadas pelo Chefe interino da Directoria das Obras Publicas.

Palacio do Rio de Janeiro em 19 de Fevereiro de 1886. — *Antonio da Silva Prado*.

**Instrucções a que se refere a Portaria desta data**

**Art. 1.º** Os empregados que, quer pelo Governo Geral, quer pelos Governos Provincias, ou pelas Camaras Municipaes, forem incumbidos de cobrança de impostos nas estações das estradas de ferro do Estado:

1.º Ficarão sujeitos aos regulamentos e instrucções das respectivas estradas de ferro em tudo o que não contrariar o serviço especial de que estiverem incumbidos e lhes for applicavel;

2.º Terão suas mesas de trabalho nas salas, armazens ou qualquer outro local das estações que lhes forem designados pela administração da estrada de ferro;

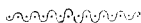
3.º Não terão ingerencia alguma no serviço interno ou externo das estações em que servirem, nem intervirão nos deveres do pessoal das mesmas;

4.º Não poderão residir nas estações.

**Art. 2.º** As mercadorias sujeitas a impostos geraes, provincias ou municipaes não poderão ser registradas, nem entregues aos destinatarios, sem que os expeditores ou destinatarios mostrem, em devida fórma, terem sido pagos os impostos a que estiverem sujeitas taes mercadorias.

**Art. 3.º** Os agentes das estações facilitarão aos ditos exactores os meios de que estes precisarem para o bom desempenho dos seus deveres e que dependerem dos mesmos agentes, taes como, o exame dos registros das mercadorias expeditas e recebidas, notas de expedição e outros quaesquer documentos que se referirem a esse serviço.

Directoria das Obras Publicas em 19 de Fevereiro de 1886.—  
*J. F. Parreiras Horta*, Director interino.

**N. 17 — EM 20 DE FEVEREIRO DE 1886**

Declara que as despesas judicarias só podem ser incluidas no custo das estradas de ferro subvencionadas no caso especificado no Aviso n. 38 de 20 de Abril de 1882, dirigido ao Engenheiro fiscal da estrada de ferro de Santos a Jundiahy.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1.ª Secção.— N. 31.— Rio de Janeiro em 20 de Fevereiro de 1886.

Em resposta ao officio de Vm. de 14 de Dezembro ultimo, que acompanhou a proposta do superintendente dessa ferro-via,

para contratar os serviços de um advogado e procurador por conta do custeio da mesma estrada, declaro a Vm., para os devidos effeitos, que a referida proposta não pôde ser approvada em vista das decisões anteriores proferidas por este Ministerio e que as despesas judiciais, inclusive honorários de advogados e procuradores, só poderão ser levadas á conta das despesas de custeio da estrada, no caso especificado no Aviso n. 38 de 20 de Abril de 1882, dirigido ao Engenheiro fiscal da estrada de ferro de Santos a Jundiáhy, o que se verificará á vista da questão judicial de que se tratar, por occasião da tomada de contas.

Importando, porém, a proposta da companhia na inclusão do advogado e procurador no quadro do pessoal da estrada, não pôde ser aceita por contraria ao estabelecido no aviso citado.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Recife ao Limoeiro.

—————

#### N. 48 — EM 22 DE FEVEREIRO DE 1886

Modifica a tarifa de transporte de mineraes na Estrada de Ferro  
D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 33. — Rio de Janeiro em 22 de Fevereiro de 1886.

Attendendo á conveniencia de animar a industria mineira, de accordo com a informação prestada por essa Directoria em officio n. 29 de 21 de Janeiro proximo findo sobre a pretensão do Engenheiro João Baptista de Castro, fica approvada a transferencia para a tarifa especial n. 5 das seguintes mercadorias, para cobrança do respectivo frete: pedras de alvenaria, calcareos e marmores brutos ou simplesmente serrados, phosphato de cal, pedras acorianas e pedras sabão, quando estes materiaes forem despachados para distancias superiores a 300 kilometros e em expedições de 500 kilos e mais, podendo ser computado para esse peso todas as expedições que provierem do mesmo remetente, taxadas pela 5ª classe da tarifa n. 3, quando despachadas no sentido de exportação, as pedras pomes, de afiar ou amolar, de filtrar e lithographicas, e os marmores não denominados em expedições superiores a 300 kilos; e ainda nas mesmas condições do sentido de exportação sejam taxados pela 3ª classe da tarifa n. 3 os marmores em objectos de arte, quando a expedição fór superior a 100 kilos.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.

—————

## N. 19 — EM 22 DE FEVEREIRO DE 1886

Autorisa o estabelecimento de uma estação entre as de Santa Fé e Chiador, da Estrada de Ferro D. Pedro II, no lugar denominado « Penha Longa ».

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 31. — Rio de Janeiro em 22 de Fevereiro de 1886.

Em vista do que expõe em seu officio n. 62 de 17 do corrente mez, fica Vm. autorizado a estabelecer uma estação entre as de Santa Fé e Chiador e no lugar denominado « Penha Longa », visto os moradores da referida localidade offerecerem não só a área do terreno necessario, mas ainda a contribuição de 6:000\$; devendo a construção dessa estação ser mui modesta.

Para prevenir duvidas futuras recommendo a Vm. que faça recolher aos cofres dessa estrada a quantia offerecida e que seja realizada com as formalidades legaes a doação da área do terreno promettido; bem assim providencie para que sejam supprimidos os desvios da estrada existentes naquella localidade.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



## N. 20 — EM 24 DE FEVEREIRO DE 1886

Autorisa modificações e substituições em alguns artigos das tarifas e condições regulamentares da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 35. — Rio de Janeiro em 24 de Fevereiro de 1886.

De accôrdo com a proposta feita por essa Directoria em officio n. 25 de 18 de Janeiro ultimo, fica Vm. autorizado a fazer as seguintes modificações e substituições nos artigos das tarifas e condições regulamentares da Estrada de Ferro D. Pedro II.

No art. 22 *bis*, diga-se — 10, em vez de 20 pessoas, e 50 %/ em vez de 40 %/.

Art. 36. Supprima-se o final — *« ou pelo numero dos viajantes, segundo for este numero inferior ou não áquella lotação, salva a disposição do art. 37 »* :

Art. 37. O aluguel minimo de um carro-salão sobre quatro rodas é fixado em 20\$ e o de um carro-salão, americano, sobre dous trucks, com poltronas e camas, em 50\$5000.

Pelo calculo do respectivo aluguel será considerada a lotação de 10 lugares para o primeiro e de 22 para o segundo, e cobrar-se-ha o frete respectivo com o acrescimo de 50 % sobre a importancia calculada, observando-se o que dispõe o art. 35 ;

O aluguel minimo de um carro-dormitorio, sobre trucks, é fixado em 100\$5000.

Para o calculo do seu aluguel será considerado como de 50 lugares, sem redução de especie alguma, e não se admittirá numero superior de viajantes ao de sua lotação propria.

Art. 38. Quem alugar integralmente um carro ordinario sobre quatro rodas, ou o compartimento de um carro americano de 1.<sup>a</sup> classe sobre dous trucks, terá abatimento de 25 % e quem alugar um carro americano sobre dous trucks, ou mais de um carro ordinario sobre quatro rodas, terá abatimento de 30 %, com os minimos respectivos de 20\$ e 30\$ para a 1.<sup>a</sup> classe e de 10\$ e 15\$ para a 2.<sup>a</sup> classe.

Art. 39 *bis*. O aluguel de um compartimento em um carro-dormitorio, no trem em que se achar, será calculado pelo numero de camas que se contiver no referido compartimento, mais 25 % sobre a importancia calculada.

Art. 40. A administração da estrada pôde conceder trens especiais de viajantes, sempre que julgar conveniente aos interesses da mesma estrada, assim como pôde recusar-os sob o mesmo fundamento.

O frete desses trens será sempre pago adiantadamente.

Art. 41. O pedido deve ser feito com a maior antecedencia possivel aos agentes das estações e mencionar:

- 1.<sup>o</sup> O numero de viajantes de cada classe ;
- 2.<sup>o</sup> O volume ou peso approximado das bagagens ;
- 3.<sup>o</sup> A quantidade de outros objectos a transportar, como cavallos, cães, carros, etc.

Art. 42. O preço do trem especial será determinado:

1.<sup>o</sup> Pela applicação dos preços da tarifa de viajantes ao numero de viajantes de cada classe ;

2.<sup>o</sup> Pela applicação das tarifas ás bagagens, cavallos, cães, carros, etc. que tenham de ser transportados.

Art. 43. O frete minimo de um trem especial será fixado em:

3\$500 por kilometro, até 100 kilometros.

2\$500 por kilometro, de 100 até 200 kilometros.

2\$000 por kilometro, de 300 kilometros em diante.

As distancias para a applicação das taxas kilometricas contam-se a partir de qualquer das estações Corte, Belem, Barra do Pirahy, Entre-Rios, Mariano Procópio, Lafayette, Santa Cruz, Rezende, Cachoeira e Porto Novo que ficar mais proxima, até

a estação em que fôr fretado o trem, e desta até á que so destinar o mesmo trem.

Art. 44. Quando os trens especiaes acarretarem accrescimo ás despesas ordinarias do trafego e da linha, os preços acima serão augmentados de 20 a 50 %, a juizo da Directoria.

Art. 45. A administração da estrada poderá, conforme o aproveitamento que tiver a lotação do trem ou si fôr utilizado na ida e na volta, fazer a redução de 20 a 50 % sobre o frete calculado pela forma estabelecida no art. 42.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.

~~~~~

#### N. 21 — EM 26 DE FEVEREIRO DE 1886

Declara que as despesas com a reparação de estragos devidos a desastres para os quaes não concorrer falta da companhia, devem ser levadas á conta do custeio: devendo, porém, ser punidos os responsáveis.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 33. — Rio de Janeiro em 26 de Fevereiro de 1886.

Em resposta ao officio de Vm. de 6 de Fevereiro corrente sobre os estragos do material rodante dessa ferro-via, occasionados pelo encontro de dous de seus trens, declaro que, á vista das informações prestadas pelo referido officio, não podendo ser levado á conta de nenhuma falta da companhia o desastre occorrido, deverão correr pelo custeio da estrada as despesas com os reparos do material estragado; cumprindo, porém, ser punidos, nos termos das leis em vigor, os responsaveis pelo mencionado acontecimento, para o que fará Vm. quanto lhe couber.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro Central da Bahia.

~~~~~



## N. 22 — EM 27 DE FEVEREIRO DE 1886

Declara os termos em que é feito o pagamento dos juros garantidos ao prolongamento da estrada de ferro Mogiana.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1.<sup>a</sup> Secção. — N. 33. — Rio de Janeiro em 27 de Fevereiro de 1886.

Communico a Vm., para seu conhecimento e fins convenientes, que tenho autorisado o pagamento da quantia de 115:573\$760 de juros do ultimo semestre do anno proximo findo, devidos á companhia dessa estrada, de conformidade com as contas apresentadas, reservando-se, porém, os interesses do Estado com relação á passagem para o Imperio do capital levantado em Londres, para quando se tiver de liquidar as contas da companhia, quanto ao capital effectivamente empregado no estabelecimento da estrada em construcção e que tem de gozar da garantia de juros.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro Mogiana.

*Antonio da Silva Prado*

## N. 23 — EM 4 DE MARÇO DE 1886

Declara que não pôde ser incluída nas contas das estradas de ferro subvencionadas a comissão paga ao Banco por quantias contra elle saccadas, para despeza das mesmas estradas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1.<sup>a</sup> Secção. — N. 37. — Rio de Janeiro em 4 de Março de 1886.

Em solução á consulta feita por Vm. a este Ministerio, em officio de 14 de Janeiro do corrente anno, sobre a inclusão nas contas de custeio dessa ferro-via da comissão de 1 % paga pela companhia ao Banco pelas quantias contra este saccadas para despeza da estrada, declaro a Vm. que tal despeza não pôde ser incluída nas referidas contas.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro de Natal a Nova Cruz.

*Antonio da Silva Prado*



## N. 24 — EM 8 DE MARÇO DE 1886

Determina como devem ser organizadas as folhas de pagamento do pessoal das estradas de ferro subvencionadas, e manda restituir ao Estado a importancia de despesas indevidamente feitas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 39.— Rio de Janeiro em 8 de Março de 1886.

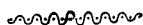
Em solução das duvidas suscitadas pelo exame das contas dessa estrada, declaro a Vm. que não podiam ser admittidas no custeio as quantias abonadas ao caixa e pagador a titulo de gratificação e que ao mesmo foram dadas sem autorização do Governo.

No mesmo caso se acham as despesas provenientes do pagamento do ordenado ao chefe da locomoção, em gozo de licença sem approvação do Governo ou da Presidencia, conforme determinam as disposições em vigor. Deve, portanto, Vm. providenciar para que o total de taes quantias seja restituído ao Estado, procedendo como se faz necessario para semelhante fim na proxima liquidação de contas.

Outrosim, communico a Vm. que a cópia do quadro do pessoal approved pelo Aviso n. 11 de 28 de Janeiro de 1884 que foi remettido a esta Secretaria pelo empregado de Fazenda, actual membro da Comissão liquidadora, não está de accordo com o que existe nos archivos da mesma Secretaria. Cumpre por isso que Vm. remetta, sem demora, e registrado pelo Correio, o original que acompanhou o referido Aviso n. 11 de 28 de Janeiro de 1884, para que se verifique a origem de semelhante discor-dancia.

Declaro, finalmente, a Vm. que, nas folhas de pagamento do pessoal da estrada, deve ser mantida a mesma designação dos cargos, constantes do respectivo quadro, com os vencimentos que effectivamente forem pagos até ao maximo estabelecido para cada um, afim de que se torne facil e possivel o exame do resultado das tomadas de conta.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Enge-nheiro fiscal da estrada de ferro Conde d'Eu.



## N. 25 — EM 8 DE MARÇO DE 1886

Resolve duvidas sobre libertação de escravos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 3.— Rio de Janeiro, em 8 de Março de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Foi-me presente o officio dessa Presidencia de 12 de Dezembro ultimo, participando que, feita a classificação A.— Decisões de 1886 2

de tres escravas no municipio de Catalão, para o fim de ser applicada a 6ª quota do fundo de emancipação, o Juiz de orphãos do termo consultára a V. Ex. si devia libertar as ditas escravas classificadas, visto haverem sido preteridos outros; e tendo V. Ex. declarado insubsistente a referida classificação, depois de ouvir a Thesouraria de Fazenda, não chegou a ter execução o seu despacho, porquanto o dito Juiz de orphãos, antes de o receber, decretára a liberdade das referidas escravas, entregando-lhes as suas cartas.

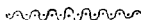
Declaro a V. Ex., ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa, Fazenda e Soberania Nacional:

1.º Que as tres alforrias devem ser consideradas irretrataveis, pelos motivos que decorrem do art. 43 do Regulamento n. 5135 de 13 de Novembro de 1872;

2.º Que em nenhuma responsabilidade incorreu o Juiz de orphãos por ter decretado as alforrias antes da decisão de V. Ex., porquanto nem mesmo lhe cabia fazer consulta alguma, desde que nada se reclamára contra a classificação das escravas. Assim o determina especialmente a Imperial Resolução de 27 de Setembro de 1886, e de modo geral o Aviso de 7 de Fevereiro de 1856, que declarou não ser licito aos Juizes demorar a administração da justiça, á espera de decisões do Governo Imperial, em casos que lhe não cabem.

Assim respondido o officio de V. Ex., convem que V. Ex. recomende á Junta classificadora do citado municipio de Catalão ponha todo o zelo em seus trabalhos, para que não sejam preteridos escravos que têm por si o direito legal.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Presidente da Provincia de Goyaz.



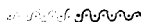
#### N. 26 — EM 11 DE MARÇO DE 1886

Manda regular a concessão de licenças aos empregados das estradas de ferro do Estado.

— N. 22. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. Circular. — Rio de Janeiro em 11 de Março de 1886.

Convindo estabelecer uniformidade de disposição que regule o modo de concessão de licenças aos empregados das estradas de ferro do Estado, declaro a Vm., para a fiel execução, que essa parte do regulamento em vigorahi fica substituida integralmente pelo que estabelece o Decreto n. 4484 de 7 de Março de 1870, constante do incluso exemplar impresso.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Director da estrada de ferro de...



## N. 27 — EM 16 DE MARÇO DE 1886

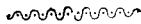
Declara que as liquidações das contas da estrada de ferro do Paraná são semestraes e que o representante da companhia deve assistir ás ditas liquidações.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 42.  
— Rio de Janeiro em 16 de Março de 1886.

Incluso devolvo a Vm. os documentos concernentes á liquidação das contas dessa estrada, relativas ao semestre de Janeiro a Junho do anno proximo findo, e que acompanharam o seu officio n. 4041 de 28 de Agosto ultimo, afim de que seja effectuada nova liquidação com assistencia do agente da companhia, conforme determina a clausula 12ª do Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878, ao qual a companhia está sujeita.

Cumpra, pois, que Vm. exija a presença do referido agente, declarando ao representante da companhia dessa ferro-via que as liquidações definitivas são semestraes, pelas razões constantes do Aviso n. 169 de 30 de Dezembro proximo passado, dirigido ao Engenheiro Antonio Augusto Fernandes Pinheiro, e que junto encontrará por cópia.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro da estrada de ferro do Paraná.



## N. 28 — EM 18 DE MARÇO DE 1886

Augmenta para 40 dias o prazo dos bilhetes de ida e volta entre as principaes estações da estrada de ferro *Minas and Rio* e a estação da Corte da de D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 45.  
— Rio de Janeiro em 18 de Março de 1886.

Autoriso Vm. a augmentar para 40 dias o prazo dos bilhetes de ida e volta entre as principaes estações da estrada de ferro *Minas and Rio* e a estação da Corte.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



## N. 29 — EM 19 DE MARÇO DE 1886

Resolve dvidas sobre idades de matriculandos e arrolandos e sobre valor dos escravos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria da Agricultura. — 2.<sup>a</sup> Secção. — N. 8. — Rio Janeiro em 19 de Março de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Tenho a honra de declarar a V. Ex., para que se deigne fazel-o ao Collector das rendas geraes no município do Carmo, cuja a consulta V. Ex. me transmittiu em seu Aviso de 25 do mez findo:

1.<sup>o</sup> Que nas relações apresentadas pelos interessados para a inscripção dos matriculandos e arrolandos, nos termos da Lei n. 3270 de 28 de Setembro e Regulamento n. 9517 de 14 de Novembro do anno findo, cabe aos mesmos interessados fazer a addição das idades determinadas nos §§ 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> do art. 2.<sup>o</sup> do Regulamento citado, competindo, todavia, á Collectoria examinar a regularidade e fidelidade das declarações, para nada inscrever contrario ás disposições legais.

2.<sup>o</sup> Sendo o valor do escravo dado pelo senhor, nos termos da lei e do regulamento, não ha accordo entre o senhor e a Collectoria, a qual deve aceitar o que fór designado na relação apresentada, segundo as prescripções da tabella constante do § 3.<sup>o</sup> art. 1.<sup>o</sup> da lei citada; e quando aconteça que o valor attribuido a um escravo exceda os limites definidos na dita tabella, a Collectoria advertirá o interessado, para que devidamente o rectifique.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — A S. Ex. o Sr. Conselheiro Francisco Belisario Soares de Souza.

*Antonio da Silva Prado*

## N. 30 — EM 20 DE MARÇO DE 1886

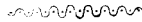
Declara que aos Engenheiros fiscaes falta competencia para nomearem Escripturarios da respectiva Repartição, mesmo interinamente.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1.<sup>a</sup> Secção. — N. 45. — Rio de Janeiro em 20 de Março de 1886.

Em resposta aos officios de Vm. de 14 de Novembro do anno proximo findo e 14 de Fevereiro ultimo, relativos ao preenchimento do lugar de Escriptuario desse fiscalisação, communico, para os fins convenientes, que, por portaria desta data, foi nomeado Manoel do Nascimento Milton para este cargo, observando que a Vm. falta competencia para fazer a referida nomeação, embora interinamente, como fel-a, sendo que, no caso de maior exi-

gencia do serviço sob a direcção de Vm., caber-lhe-hia ainda recorrer, por via telegraphica, a Presidencia da Provincia ou a este Ministerio, para ter logar a mencionada nomeação.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro Central da Bahia.



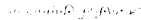
#### N. 31 — EM 20 DE MARÇO DE 1886

Manda que a Companhia da estrada de ferro Rio Claro execute o traçado adoptado pelo Decreto n. 9165 de 22 de Março de 1884, para o ramal do Jahú.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 47. — Rio de Janeiro em 20 de Março de 1885.

Communico a Vm., para seu conhecimento e devidos effeitos, que, considerando a variante proposta pela Companhia dessa ferro-via para certo trecho de seu ramal do Jahú, á qual refere-se seu officio de 26 de Dezembro do anno proximo findo, uma modificação da concessão feita pelo Decreto n. 7838 de 4 de Outubro de 1880, em virtude do qual a villa do Corrego é ponto obrigatorio do traçado deste ramal, e considerando, mais, que essa variante offende interesses respeitaveis de outras empresas de transporte que servem a zona productora que atravessam e onera com maior percurso o transporte do prolongamento do Jahú, não approvo a proposta da companhia, que deverá executar o traçado já adoptado pelo Decreto n. 9166 de 22 de Março de 1884.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Rio Claro.



#### N. 32 — EM 20 DE MARÇO DE 1886

Manda incluir no custo o a despeza com uma capa impermeavel fornecida ao empregado do desvio do Ypiranga, da estrada de ferro de Santos a Jundiaby, por não haver abrigo no dito desvio, e trata de varias glosas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 46. — Rio de Janeiro em 20 de Março de 1886.

Communico a Vm., para os fins convenientes, que ficam approvadas as glosas constantes do parecer da Commissão liquida-

dora dessa ferro-via, correspondente ao mez de Novembro ultimo, com excepção das que se referem á capa impermeavel fornecida ao empregado do desvio do Ypiranga e ás obras do armazem de inflammaveis, a primeira por não haver no logar do desvio abrigo para o respectivo guarda, conforme informa Vm., e a segunda, de accôrdo com o Aviso n. 26 de 13 do mez proximo passado, que autorizou para as referidas obras o dispendio de mais 1:523\$310, além do orçamento primitivo.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro de Santos a Jundiahy.



#### N. 33 — EM 23 DE MARÇO DE 1886

Declara que, sem pagamento do sello competente, não podem vigorar as tarifas e instrucções regulamentares das estradas de ferro.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— 1.<sup>a</sup> Secção.— N. 49.— Rio de Janeiro em 23 de Março de 1886.

Não tendo, até esta data, a Companhia da estrada de ferro sob sua fiscalisação pago o sello necessario para a promulgação do decreto que deve approvar as instrucções regulamentares e tarifas dessa linha ferrea, cumpre que Vm. reclame, com urgencia, da mesma companhia a satisfação dessa prescripção, sem a qual não podem vigorar as respectivas instrucções e tarifas, por faltar-lhes a approvação.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro Central das Alagôas.



#### N. 34 — EM 23 DE MARÇO DE 1886

Declara que os serviços dos sexagenarios libertos pela lei são devidos pessoalmente aos ex-senhores, e só transferiveis nos casos de successão necessaria.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2.<sup>a</sup> Secção.— N. 15.— Rio de Janeiro em 23 de Março de 1886.

Illm. e Exm. Sr.— Tendo sido consultada sobre a natureza do imposto devido pela transmissão de direitos aos serviços a que

são obrigados os sexagenarios libertos pela Lei n. 3270 de 28 de Setembro ultimo, solicitou essa Presidencia deste Ministerio, em officio de 4 do corrente, que a esclarecesse relativamente á legitimidade de transacções que tenham por objecto taes serviços.

Declaro a V. Ex., para sua intelligencia e devidos effeitos, que os serviços dos sexagenarios libertos pela lei, são devidos pessoalmente aos ex-senhores, e só transferiveis nos casos de successão necessaria.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.



### N. 35 — EM 24 DE MARÇO DE 1886

Revoga o Aviso de 2 de Outubro de 1882 sobre venda de terras.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria da Agricultura. — 2ª Secção. — N. 1. — Rio de Janeiro em 24 de Março de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Tenho presente o officio de V. Ex. de 10 de Dezembro ultimo, participando-me que resolvera suspender o uso da autorisação constante do Aviso deste Ministerio, de 2 de Outubro de 1882, não attendendo ás numerosas petições que existem nessa Presidencia, para a concessão de terras devolutas nas comarcas ao sul da Provincia.

O Governo Imperial, apreciando as razões de conveniencia publica, que determinaram V. Ex. a proceder daquelle modo, entende revogar a autorisação dada pelo dito Aviso de 2 de Outubro de 1882, visto como os intuitos que a aconselharam foram inteiramente burlados na pratica, não servindo as concessões obtidas mais que para devastação das mattas nas terras compradas e nas adjacentes.

Pelo que toca ao corte de madeiras, nas mattas do Estado, tem V. Ex. as providencias indicadas no art. 2º da Lei n. 601 de 18 de Setembro de 1850, nos arts. 87 a 89 do Regulamento n. 1318 de 30 de Janeiro de 1854, e na Circular de 19 de Agosto de 1882.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Presidente da Provincia da Bahia.



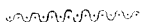
## N. 36 — EM 24 DE MARÇO DE 1886

Sobre remuneração pelo serviço do arrolamento dos sexagenários.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 10.  
— Rio de Janeiro em 24 de Março de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Tenho a honra de declarar a V. Ex., em resposta ao seu Aviso de 1 do corrente, que na parte relativa á remuneração pelo serviço do arrolamento dos sexagenários, creado pela Lei n. 3270 de 28 de Setembro ultimo, é applicavel a concessão feita em Aviso deste Ministerio de 3 de Julho de 1872 e constante da Ordem do Thesouro n. 15 de 12 do mesmo mez e anno.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— A S. Ex. o Sr. Francisco Belisário Soares de Souza.



## N. 37 — EM 27 DE MARÇO DE 1886

São isentos de sello os livros de que trata o art. 11, § 4º, do Regulamento de 14 de Novembro de 1885.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Gabinete.— Rio de Janeiro, em 27 de Março de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Em additamento ao meu Aviso de 17 de Fevereiro ultimo, faço saber a V. Ex., para os fins convenientes, que, segundo me declarou por Aviso de 13 do corrente o Ministerio dos Negocios da Fazenda, são isentos de sello, attendendo ao fim a que são destinados, e na forma do art. 13 n. 10 do Regulamento annexo ao Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883 e Aviso n. 624 de 30 de Dezembro de 1875, os livros em que têm de ser lavrados, para execução do art. 11, § 4º, do Regulamento approved pelo Decreto n. 9517 de 14 de Novembro do anno proximo passado, os autos da declaração judicial da liberdade dos escravos que houverem attingido a idade de 60 annos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.





## N. 38 — EM 27 DE MARÇO DE 1886

São isentos de sello os livros especiaes a que se refere o art. 11, § 4º, do Regulamento de 14 de Novembro de 1885.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Gabinete.— Circular.— Rio de Janeiro em 27 de Março de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., para que communique aos Juizes de orphãos :

I. Que o Ministerio a meu cargo fará distribuir opportunamente os livros especiaes a que se refere o art. 11, § 4º, do Regulamento approved pelo Decreto n. 9517 de 14 de Novembro do anno proximo passado, e nos quaes terão de ser lavrados os autos de declaração judicial da liberdade dos escravos que houverem attingido a idade de 60 annos.

II. Que, attendendo ao fim a que são destinados, e na fórma do art. 13, n. 10, do Regulamento annexo ao Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883 e Aviso n. 624 de 30 de Dezembro de 1875, são sentos de sello os mesmos livros.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia de.....



## N. 39 EM 27 DE MARÇO DE 1886

Accrescenta ás condições regulamentares da Estrada de Ferro

D. Pedro II disposições em favor da introdução de animaes de raça.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 48.— Rio de Janeiro em 27 de Março de 1886.

Convido animar-se a introdução de animaes de raças especiaes, destinados á procriação e cruzamento nas fazendas de criação, e de accôrdo com a informação prestada a semelhante respeito por Vm. em officio n. 96 de 10 do corrente mez, approvo o accrescimento seguinte ás condições regulamentares em vigor:

Art. 117. Os animaes de raças especiaes, quer cavallares, quer bovinos ou lanigeros, importados do estrangeiro e remet-

tidos da Côte para as estações do interior, pagarão, em trens de viajantes, taxa simples, da tarifa n. 6, e nos trens mixtos e de cargas, metade da mesma taxa. No trem expresso só se admittem os que se destinarem a localidades que estiverem a mais de sete horas por qualquer trem mixto.

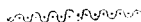
1.º Para se tornar effectiva a redução estabelecida neste artigo, os expedidores apresentarão, no acto do despacho dos animaes, uma via de conhecimento do navio que tiver transportado os ditos animaes, ou outro documento justificativo.

Estes documentos serão appensos ao despacho.

2.º Os pedidos para transporte desta natureza serão dirigidos á estação da Côte, que indicará o dia em que se deve effectuar o transporte, que será, sempre que não houver excesso na lotação dos trens, no dia immediato ao do pedido.

3.º A lotação do trem expresso não admittindo mais de dous carros de animaes em cada trem, terão preferencia para o transporte os animaes de raça.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



#### N. 40 — EM 31 DE MARÇO DE 1886

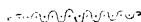
Sobre citação a ex-senhores dos sexagenarios.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria da Agricultura. — 2ª Secção. — N. 4. — Rio de Janeiro em 31 de Março de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., acerca da resposta dada á consulta do Juiz de orphãos da capital dessa Provincia, e constante do officio que acompanhou o de 12 do corrente, que este Ministerio approva a solução dada para o caso de faltarem informações positivas relativamente aos ex-senhores dos sexagenarios, quando se houver de cumprir o que determina o § 3º art. 11 do Regulamento de 14 de Novembro de 1885.

Essa solução, que V. Ex. encontrou na citação por meio de edital, pôde ser empregada simultaneamente com a citação nos termos do dito artigo e paragrapho, declarando-se nas cartas o que constar, para os fins do § 4º, segundo decidiu a Presidencia de Minas Geraes em caso identico, e este Ministerio approva nesta data.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.



## N. 41 — EM 31 DE MARÇO DE 1886

Resolve duvidas sobre sexagenarios declarados livres pela Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria da Agricultura. — 2ª Secção. — N. 5. — Rio de Janeiro em 31 de Março de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Consultada pelos Juizes Municipaes dos termos de Tamanduá e Queluz acerca dos sexagenarios declarados livres pela Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885, respondeu essa Presidencia, segundo me participa em officio de 16 do corrente :

1.º Que o primeiro de taes Juizes procedera regularmente fazendo discriminar e remetter ao Collector de Campo Bello as matriculas dos sexagenarios relacionados pela Collectoria do municipio de Tamanduá, ao qual aquelle estivera ligado.

2.º Que, sem embargo da falta de esclarecimentos acerca de alguns ex-senhores, devem ser feitas as intimações do art. 11, § 3º, do Decreto de 14 de Novembro de 1885, declarando-se nellas o que constar para o auto a que se refere o § 4º, sendo certo que a falta da intimação não traz prejuizo ao direito dos libertos.

3.º Que os libertos de 60 annos prestam serviços até 63, os de 61 até 64, e os de 62 em diante até 65 annos.

Declaro a V. Ex. que approvo as decisões dadas, recommendando-lhe porém, acerca da carencia de informações sobre ex-senhores, que a citação de que trata o art. 11, § 3º, do Regulamento de 14 de Novembro pode ser feita, em taes casos, simultaneamente com a citação por edital, nos termos da decisão que approvo nesta data, e foi dada em caso identico pela Presidencia da Provincia da Parahyba.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

## N. 42 — EM 1 DE ABRIL DE 1886

Resolve duvidas sobre valor de escravos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Gabinete. — Rio de Janeiro em 1 de Abril de 1886.

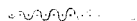
Ilm. e Exm. Sr. — Consultada essa Presidencia pelo Juiz de orphãos do termo de S. João, si cabia em sua competencia fixar o



valor de escravos classificados segundo os preços maximos estabelecidos pela tabella do § 3º, art. 1º, da Lei n.º 3270 de 28 de Setembro ultimo, declarou-lhe V. Ex. que os termos inequívocos do § 7º, art. 3º, da mesma lei, excluem a duvida, porquanto mantem em vigor até ao encerramento da nova matricula o processo actual da avaliação, com a unica limitação de não poderem os preços exceder dos limites estabelecidos pela sobredita tabella.

Dando por approvada esta decisão, da qual deu conta V. Ex. em officio n.º 21 de 12 de Março, aguardo o resultado das providencias expedidas por V. Ex. para que se ultime, sem perda de tempo, o arbitramento dos escravos que no referido termo têm de ser alforriados pelo fundo de emancipação, de maneira que não seja retardada por mais tempo a declaração da alforria dos libertandos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.



#### N. 43 — EM 1 DE ABRIL DE 1886

Nega provimento ao recurso interposto por Manoel Thomaz de Carvalho do despacho da Presidencia do Rio de Janeiro que indeferiu a reclamação do mesmo individuo para ser revogado o acto de desapropriação de um terreno.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — 3ª Secção. — N. 5. — Rio de Janeiro em 1 de Abril de 1886.

Hlm. e Exm. Sr. — Pela Secretaria dessa Presidencia foi remetida em 11 de Julho de 1884 a esta Secretaria de Estado a petição em que Manoel Thomaz de Carvalho recorreu para o Conselho de Estado do despacho da Presidencia, de 19 de Maio do indicado anno, que indeferiu a reclamação daquelle individuo no sentido de ser revogado o acto da Presidencia de 30 de Janeiro, tambem de 1884, que mandou desapropriar um terreno, que allegou o reclamante pertencer-lhe, em proveito de Jordao & Comp., representantes da Empreza de navegação a vapor da lagôa Araruama. E Sua Magestade o Imperador Conformando-se, por Sua Immediata Resolução de 27 de Março findo, com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado de 8 de Novembro de 1884. Houve por bem Negar provimento ao mencionado recurso de Manoel Thomaz de Carvalho, visto tratar-se de assumpto meramente provincial como seja a navegação em aguas internas de uma Provincia; e Manda outrossim declarar a V. Ex. para os fins convenientes;

1.º Que a competencia para tratar de questão vertente pertence á Assembléa Provincial (art. 9º § 8º do Acto Additional) e que a interferencia da respectiva Presidencia obedecer ás prescripções é a forma legal.

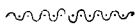
2.º Que a desapropriação contra a qual reclama o recorrente foi legal e de harmonia com o preceito das Leis provinciales n. 17 de 14 de Abril de 1835 e n. 1448 de 11 de Janeiro de 1869.

3.º Que o art. 45 do Regulamento do Conselho de Estado não refere-se ás questões privativas da Administração provincial, maxime em assumptos como o de que se trata, quando o Governo Geral não fór ouvido em qualquer dos tramites da questão.

4.º Que o recorrente tem meios para fazer valer o direito que allega ou podendo defendel-o perante o Poder Judiciario ou representando á Assembléa Provincial, pedindo a revogação de suas decisões anteriores sobre o assumpto.

5.º Finalmente que são uniformes as ultimas decisões não admittindo recurso para o Governo Geral das deliberações dos Presidentes de Provincia em cumprimento de leis provinciales.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.



#### N. 44 — EM 5 DE ABRIL DE 1886

Modifica os arts. 199 e 200 das tarifas e condições regulamentares da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 62.  
— Rio de Janeiro em 5 de Abril de 1886.

De accordo com a proposta constante do seu officio n. 98 de 12 de Março proximo findo, ficam approvadas as seguintes medidas :

Supressão das palavras — ao preço de 100 réis cada um — da ultima parte do art. 199 das tarifas e condições regulamentares em vigor, ficando assim redigido : « A declaração de responsabilidade será feita em impresso fornecido pela estrada. »

Inclusão nas mesmas tarifas e condições regulamentares da disposição consignada no art. 21 do regulamento provisório para arrecadação e fiscalização da receita, que baixou com a Portaria de 14 de Outubro de 1880.

Accrescimo ao art. 200 das supraditas, tarifas e condições regulamentares do seguinte : « As mercadorias que se destinarem a estação em trafego mutuo serão acompanhadas de mais de uma via de nota de expedição que tem de ser remettida á Contadoria da estrada destinataria. »

Quanto, porém, á duvida subsistente sobre si deve ser cobrado o sello, quer do aviso do frete a pagar no destino que deve ser

apresentado pelo destinatario da mercadoria para poder retirá-la, quer a declaração de despacho que deverá ser fornecida para supprir aquelle documento, seu objecto constituindo motivo exclusivo de interpretação do Regulamento para cobrança do imposto do sello que baixou com o Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883, nesta occasião é o assumpto submettido ao juizo do Ministerio dos Negocios da Fazenda para a devida deliberação, sendo que do seu resultado terá Vm. opportunamente conhecimento.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.

*Despacho do Sr. Ministro*

#### N. 45 — EM 5 DE ABRIL DE 1886

Precisa informaçoes acerca da isenção de direitos de que goza a Companhia Paulista.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1.ª Secção. — N. 69. — Rio de Janeiro em 5 de Abril de 1886.

Ilm. o Exm. Sr. — Em resposta ao Aviso desse Ministerio de 24 de Dezembro do anno proximo findo, em que V. Ex. pede diversas informações, affin de resolver sobre a pretensão da Companhia Paulista, relativa á isenção de direitos de importação de materiaes destinados ao custeio de sua estrada de ferro, declaro a V. Ex., para o que fór conveniente : que o trafego da ferro-via de Jundiahy a Campinas foi aberto a 11 de Agosto de 1872 ; que esta companhia não tem nenhum ramal em construcção ; que a isenção de direitos concedida pelo Decreto n. 4428 de 27 de Outubro de 1869 estende-se ao periodo da construcção da referida estrada e aos 10 annos subsequentes á abertura de seu trafego ; que a mencionada isenção, dentro do tempo já indicado, comprehende todo material destinado a qualquer construcção da estrada e a seu custeio, sendo que fóra deste prazo, já findo a 11 de Agosto de 1882, a companhia só pôde gozar da isenção de direitos quanto ao caryão de pedra ou outro combustivel importado para sua linha ferrea de Jundiahy a Campinas, durante 33 annos, contados de sua formação, isto é, de 28 de Novembro de 1868, data do Decreto n. 4283 que autorizou-a a funcionar no Imperio e approvou seus estatutos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — A S. Ex. o Sr. Conselheiro Francisco Belisario Soares de Souza.

*Despacho do Sr. Ministro*

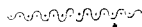
## N. 46 — EM 5 DE ABRIL DE 1886

Approva modificações nas tarifas da estrada de ferro D. Thereza Christina, relativamente a passageiros de imigrantes e ao transporte de sal.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 4ª Secção.— N. 58.— Rio de Janeiro em 5 de Abril de 1886.

Communico a Vm., para os fins convenientes, que tenho approved a proposta feita pelo representante da companhia dessa ferro-via, a que refere-se seu officio de 6 de Março ultimo, de ser gratuito o transporte dos imigrantes e suas bagagens até a estação de seu destino, mediante ordem do Governo Geral ou Provincial; e bem assim a redução, também proposta pelo mesmo representante, o frete estabelecido para o transporte do sal, devendo esta mercadoria ser comprehendida nas 5ª e 6ª classes da tarifa n. 6, em vez de ficar, como até agora, incluída unicamente na 5ª classe da referida tarifa, sendo também additada a esta 5ª classe a nota de que o sal em quantidade igual ou maior de 12.000 kilogrammas (dous vagões) será taxado pelo preço da 6ª classe.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro D. Thereza Christina.



## N. 47 — EM 6 DE ABRIL DE 1886

Os serviços prestados pelos sexagenarios depois dos tres annos da lei não são para indemnização da alforria, mas tão somente a compensação da parte do liberto pelo tratamento que recebe do ex-senhor.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 2.— Rio de Janeiro em 6 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— De accôrdo com a resposta dada por V. Ex. ao Juiz de Direito da comarca de Santa Cruz, e constante do officio de 11 do mez findo, declara este Ministerio que os serviços de que trata o art. 3º, § 13, da Lei n. 3270 de 28 de Setembro ultimo, prestados pelos sexagenarios, preenchido o prazo do § 10, não são para indemnização da alforria, mas tão somente a compensação da parte do liberto pelo tratamento que recebe do ex-senhor, si optar pela permanencia em casa deste ou não for julgado apto para por si mesmo obter os meios de subsistencia.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.



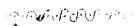
## N. 48 — EM 7 DE ABRIL DE 1886

Declara que o orçamento approved para a construção da 3ª secção da estrada de ferro do Carangola é o proposto pela companhia.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 61. — Rio de Janeiro em 7 de Abril de 1886.

Em resposta ao officio de 22 de Marco ultimo, pelo qual procura Vm. informar-se si o orçamento approved para a construção da 3ª secção dessa ferro-via foi o apresentado pela respectiva companhia, ou si o proposto por Vm., em substituição ao desta, declaro a Vm. que o Decreto n. 9496 de 12 de Setembro de 1885 em tempo publicado no *Diario Official*, referente á approvação do orçamento da mencionada secção, não deixa nenhuma duvida sobre o que Vm. ora consulta-me, visto declarar explicitamente approved os estudos definitivos e orçamento apresentados pela companhia, precisando ainda a cifra a que este monta, o que não permite nenhuma confusão com outro orçamento destinado á mesma construção de que se trata.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Carangola.



## N. 49 — EM 7 DE ABRIL DE 1886

Modifica as tarifas e condições regulamentares da Estrada de Ferro D. Pedro II para conceder-se o abatimento de 20 % em fretos dos transportes de machinas destinadas a estabelecimentos industriaes, e de assucar nacional e outros productos da lavoura, quando despachado do interior para a Corte.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 66. — Rio de Janeiro em 7 de Abril de 1886.

De accôrdo com as razões expostas em seu officio n. 4 de 4 de Janeiro ultimo, autoriso Vm. a fazer effectiva sua proposta de alteração nas tarifas e condições regulamentares em vigor na Estrada de Ferro D. Pedro II, como medida geral :

1º, que as machinas destinadas a estabelecimentos de diversos engenhos, quer centraes, como particulares, officinas, etc., tenham



um abatimento de 20 % no frete, uma vez que o expeditor apresente á Directoria da estrada uma relação especificada e prove o emprego que ellas vão ter ;

2º, que o assucar nacional, assim como os cereaes e em geral os productos de pequena lavoura, taxados pela tarifa especial n. 3, tenham um abatimento de 20 %, quando despachados do interior para a Corte, em expedições que completem as lotações dos vagões, isto é, de 8 a 10.000 kilos ou multiplos destes pesos ;

3º, que em vez de se cobrar para o frete do alcool ou aguardente pela 3ª classe da tarifa n. 3, sejam reduzidas as taxas desta classe, mantendo-se a que é cobrada nos primeiros 100 kilometros e passando-se a cobrar os fretes pelo seguinte modo :

|                            |                     |          |
|----------------------------|---------------------|----------|
| Por tonelada kilometro :   | até 100 kilometros. | 200 réis |
| Por kilometro excedente de | 100 até 300.....    | 100 »    |
| »                          | » 300               | 50 »     |

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado.* — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



# N. 50 — EM 7 DE ABRIL DE 1886

Providencia sobre a presteza na transmissão de despachos telegraphicos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — 3ª Secção. — N. 5. — Rio de Janeiro em 7 de Abril de 1886.

Sciende do que expõe V. S. em officio de 27 de Março proximo findo que informou o da Presidencia da Provincia de Minas Geraes de 13 de Janeiro deste anno, representando contra o acto dessa Directoria de 18 de Agosto de 1885, julgo conveniente recommendar a V. S. que promova um accôrdo com a Directoria da Estrada de Ferro D. Pedro II e as que com ella tiverem trafego mutuo para a transmissão dos despachos telegraphicos, de modo a não haver interrupção nas communicações entre as diversas estações das linhas telegraphicas do Estado, estações da Estrada de Ferro D. Pedro II. quaesquer outras que com aquella tiverem assentado as bases do alludido trafego mutuo. E igual accôrdo deverá, outrossim, ser promovido com todas as estradas de ferro cujas linhas telegraphicas possam ligar-se com as do Estado.

Deus Guarde a V. S. — *Antonio da Silva Prado.* — Sr. Director Geral dos Telegraphos.



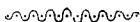
## N. 51 — EM 8 DE ABRIL DE 1886

Sobre o cumprimento da Circular de 23 de Dezembro de 1885.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Gabinete.— Rio de Janeiro em 8 de Abril de 1886.

Illm. e Exm. Sr.— Rogo a V. Ex. se digne de recommendar ao Juizo de orphãos da 1ª vara desta cidade que, tendo á vista o Aviso-Circular de 23 de Dezembro ultimo, junto por cópia impressa, procure acautelar pelo modo indicado no mesmo aviso o direito dos antigos escravos que, matriculados ou averbados neste municipio, houverem attingido a idade de 60 annos e, por tal, adquirido o estado de liberdade, sendo que nesta data solicito do Ministerio dos Negocios da Fazenda a expedição das ordens necessarias para que a Recebedoria do Rio de Janeiro faça chegar ás mãos do referido Juizo o rol dos individuos que se acharem naquellas condições.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— A S. Ex. o Sr. Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.



## N. 52 — EM 8 DE ABRIL DE 1886

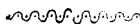
Sobre a execução da Circular de 23 de Dezembro de 1885.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Gabinete.— Rio de Janeiro em 8 de Abril de 1886.

Illm. e Exm. Sr.— Affim de que possa ter execução no municipio da Côrte a providencia recommendada pelo Aviso-Circular de 23 de Dezembro ultimo, junto por cópia impressa, rogo a V. Ex. se digne de dar suas ordens para que a Recebedoria do Rio de Janeiro remetta com urgencia ao Juizo de orphãos da 1ª vara a relação de todos os escravos matriculados e averbados que, domiciliados neste municipio, houverem completado, até a data da mesma relação, a idade de 60 annos.

Peço outrosim a V. Ex. se digne de ordenar á referida Repartição que, nos termos do precitado aviso-circular, effectue em cada trimestre remessa identica do rol dos escravos que nesse periodo houverem adquirido estado de liberdade por terem attingido aquellaidade, sendo que esta pratica deverá subsistir até que, encerrada a nova matricula, se faça applicavel a formalidade estabelecida pelos §§ 1º e 4º do art. 11 do Regulamento approved pelo Decreto n. 9517 de 14 de Novembro do anno proximo pasado.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— A S. Ex. o Sr. Francisco Belisario Soares de Souza.



## N. 53 — EM 10 DE ABRIL DE 1886

Resolve dvidas sobre o cumprimento de algumas das disposições do Regulamento de 14 de Novembro de 1885.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 5.— Rio de Janeiro em 10 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Accuso recebido o officio de V. Ex. de 16 de Fevereiro ultimo, ao qual acompanhou, por cópia, a decisão dada á consulta que a V. Ex. fez o Juiz de orphãos da capital, relativamente ao modo de cumprir algumas disposições do Regulamento n. 9517 de 14 de Novembro do anno passado.

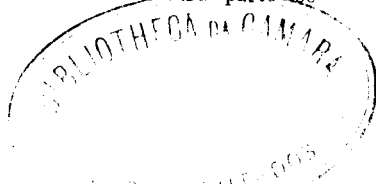
A decisão de V. Ex. foi:

1.º Que, enquanto não estiver ultimado o arrolamento, as intimações recommendadas aos Juizes de orphãos pela Circular de 23 de Dezembro, quanto aos ex-escravos maiores de 60 annos, serão apenas para que os ex-senhores fiquem inteirados do novo estado dos antigos escravos, sem necessidade de comparecimento de uns e de outros, porquanto, na conformidade do art. 4º, § 7º, da lei, ficarão isentos da prestação de serviços os sexagenarios não arrolados. Assim que, feitas as intimações em termos explicitos, reservar-se-ha o auto de que trata o § 4º do art. 41 do Decreto de 14 de Novembro para quando o arrolamento for encerrado.

2.º Que, para verificação da clausula a que se refere a segunda declaração da Circular de 23 de Dezembro ultimo, de accôrdo com o art. 3º, § 13, da lei, é indispensavel que compareçam perante os Juizes de orphãos os ex-escravos que forem actualmente maiores de 65 annos, acompanhados de seus ex-senhores, afim de que pela inspecção pessoal possam os mesmos Juizes decidir si aquelles são capazes de ganhar os meios de subsistencia, ou si deve prevalecer a obrigação imposta aos ex-senhores de os alimentar, vestir e tratar em suas molestias. O auto que se lavrar dessa conferencia será archivado no cartorio do Escrivão, até que esteja providenciado acerca dos livros do § 4º art. 41 do Decreto n. 9517.

3.º Não dependendo de nenhum titulo ou formalidade os direitos concedidos pela lei aos ex-escravos maiores de 60 annos, nenhuma carta de liberdade tem de ser passada pelos Juizes de orphãos, sendo que a intimação é a consequencia da liberdade decretada pela lei.

Declaro a V. Ex., pelo que respeita ao comparecimento dos maiores de 65 annos, para a inspecção pessoal por parte dos Juizes de orphãos, que, uma vez que a obrigação dos ex-senhores é anterior a qualquer inspecção daquelles Juizes, não sendo esta util sinão quando o liberto prefere obter em outra parte os



meios de subsistencia, tal comparecimento só se pôde dar na hypothese indicada no fim do § 13 art. 3.<sup>o</sup> da Lei n. 3270 de 28 de Setembro ultimo.

Outrosim, relativamente aos maiores de 60 annos, sujeitos a serviço pelo prazo da lei, não é essencial que compareçam perante os Juizes de orphãos, bem como é certo que a liberdade adquirida em razão da idade não depende de carta de alforria, nem de nenhuma outra formalidade.

Assim completada e approvada a decisão de V. Ex., cabe-me dizer-lhe que os livros de que trata o art. 11, § 4.<sup>o</sup>, do Regulamento n. 9517 de 14 de Novembro ultimo, a que se referiu o Juiz de orphãos, no officio que dirigiu a V. Ex. em 14 de Fevereiro, não são sujeitos a sello, segundo este Ministerio communicou a V. Ex. em Circular de 27 do mez findo.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Presidente da Provincia da Parahyba.

~~~~~

#### N. 54 -- EM 15 DE ABRIL DE 1886

Sobre applicação das multas do art. 11, § 3.<sup>o</sup>, do Regulamento de 14 de Novembro de 1885.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria da Agricultura. — 2.<sup>a</sup> Secção. — N. 3. — Rio de Janeiro em 15 de Abril de 1886.

Hlm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex. que, não sendo essencial que compareçam perante os Juizes de orphãos os libertos sexagenarios, sujeitos ao prazo de serviço, marcado na Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885, antes de encerrada a nova matricula e arrolamento, não são applicaveis ao caso as multas do art. 11, § 3.<sup>o</sup>, do Regulamento n. 9517 de 14 de Novembro. Fica assim respondido o officio de 26 do mez findo, em que me deu conta da consulta feita pelo Juiz de Direito da comarca de Louções.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

~~~~~

## N. 55 — EM 15 DE ABRIL DE 1886

Resolve duvidas sobre intimação a ex-senhores de sexagenarios, e sobre prazos para prestação de serviços.

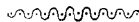
Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 6.— Rio de Janeiro em 15 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Accuso recebido o officio dessa Presidencia, de 24 do mez findo, ao qual acompanhou, por cópia, a decisão dada á consulta que lhe fez o Juiz de orphãos do termo do Mar de Hespanha, a saber :

1º, que a intimação mandada fazer pela Circular de 23 de Dezembro ultimo é apenas para que os ex-senhores dos sexagenarios fiquem inteirados do novo estado destes ; 2º, que o prazo de tres annos de serviços seja contado de modo que o liberto de 62 annos sirva até 65, e assim tambem os de 63 ou 64, sendo para aquelle o prazo de dous annos, e para este de um.

Declaro a V. Ex. que ambas as decisões ficam approvadas, sendo certo, em relação á primeira, que o comparecimento dos sexagenarios perante o Juiz de orphãos durante a nova matricula, não é essencial, conforme declarei em data de 31 de Março á Presidencia da Parahyba.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



## N. 56 — EM 15 DE ABRIL DE 1886

Approva o accôrdo entre as Companhias das estradas de ferro Santos a Jundiahy, Sorocabana, e S. Paulo e Rio de Janeiro, para a ligação das duas ultimas pela ferro-via da primeira.

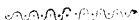
Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 12.— Rio de Janeiro em 15 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Em resposta ao officio dessa Presidencia de 22 de Março ultimo, declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que tenho approvado o accôrdo celebrado entre as Companhias *S. Paulo Railway*, Sorocabana, e S. Paulo e Rio de Janeiro, para a ligação das estradas de ferro das duas ultimas pela ferro-

via da primeira, entre as estações da Luz e do Braz, ao qual refere-se o citado officio de V. Ex., tendo nesta data expedido as necessarias ordens para que seja levada á conta do custeio da ferro-via de S. Paulo e Rio de Janeiro a parte que lhe cabe das despesas orçadas para o estabelecimento da referida ligação.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.

Por Aviso n. 65 da mesma data, deu-se sciencia ao Engenheiro fiscal da estrada de ferro S. Paulo e Rio de Janeiro.



### N. 57 — EM 16 DE ABRIL DE 1886

Resolve duvida sobre applicação de escravos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2.<sup>a</sup> Secção.— N. 4.— Rio de Janeiro em 16 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Tendo tomado conhecimento das considerações feitas por V. Ex. em seu officio de 3 do corrente, com o qual me remetten a relação de escravos libertados no municipio de S. Carlos do Pinhal, por conta da 6.<sup>a</sup> quota do fundo de emancipação, declaro a V. Ex. que as avaliações de taes escravos deviam ser, como foram, nos termos do Regulamento de 13 de Novembro de 1872, sem a limitação dos preços da tabella do art. 4.<sup>o</sup> § 3.<sup>o</sup>, da Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885, á vista da data em que taes escravos foram avaliados e libertados.

O art. 3.<sup>o</sup> § 7.<sup>o</sup>, da lei citada estabelece que, enquanto se não encerrar a nova matricula, continuará em vigor o processo actual de avaliação dos escravos para os diversos meios de libertação, com o limite fixado no art. 1.<sup>o</sup> § 3.<sup>o</sup>. Consultado este Ministerio pelo Procurador dos Feitos da Fazenda relativamente á data em que entraria em vigor a limitação da tabella, resolveu, pelo Aviso de 12 de Outubro, a que V. Ex. se refere, que tão sómente depois de começar a correr o prazo para a nova matricula. De então em diante, o limite constante da tabella de que se trata não poderá ser excedido, embora o processo da avaliação seja o actual até o encerramento da matricula, nos termos expressos do artigo citado.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



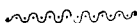
## N. 58 — EM 16 DE ABRIL DE 1886

Declara que os libertos de 63 annos estão sujeitos á prestação de serviços até que completem 65 annos de idade.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 4.— Rio de Janeiro em 16 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Tendo V. Ex. respondido ao Juiz de orphãos do termo de Itapemirim que os libertos de 63 annos não estão isentos da prestação de serviços a seus ex-senhores, e os devem até que completem 65 annos de idade, declaro a V. Ex., em solução ao seu officio de 2 do corrente, que a referida resposta está de accordo com a Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.



## N. 59 — EM 16 DE ABRIL DE 1886

Judica providencias para conciliar os interesses da Provincia do Paraná com os da estrada de ferro da mesma Provincia.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 4.— Rio de Janeiro em 16 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Communico a V. Ex. que, nesta data, tenho determinado ao Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Paraná, no sentido de satisfazer quanto solicitou essa Presidencia do Ministerio a meu cargo sobre a cobrança do imposto provincial de transito, que, no caso da companhia desta ferro-via recusar-se a tomar por seus agentes, com a Presidencia dessa Provincia, a incumbencia de cobrar o mencionado imposto, consulte-a si está disposta a aceitar para esse fim as Instruções approvadas por Portaria de 19 de Fevereiro ultimo e relativas á cobrança de impostos geraes, provinciaes e municipaes, dentro das estações das estradas de ferro do Estado, pelos respectivos exactores, para deste modo evitar embaraços á execução da lei provincial a que refere-se o imposto de transito. Com a providencia ora tomada tenho feito quanto ao meu alcance para bem conciliar os interesses dessa Provincia e os da Companhia da estrada de ferro do

Paraná, relativamente ao assumpto de que se trata, e, para complemento deste intuito, lembro a V. Ex. a conveniencia de serem modificadas as taxas do mesmo imposto de modo a não prejudicarem a renda da referida estrada de ferro pelo encarecimento dos preços de transporte, tanto mais quanto é certo que ella já soffre com a concorrência da estrada de rodagem da Graciosa.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.—Sr. Presidente da Provincia do Paraná.



#### N. 60 — EM 17 DE ABRIL DE 1886

Communica a negação de provimento ao recurso interposto pela Companhia da estrada de ferro do Natal a Nova Cruz, relativo ao pagamento do prejuizo de 125:235\$850, que a mesma companhia allegou ter tido no exercicio de 1883-1884.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 68.— Rio de Janeiro em 17 de Abril de 1886.

Em requerimento de 11 de Março do anno proximo passado, recorreu a companhia dessa estrada de ferro para o Conselho de Estado do despacho pelo qual foi indeferido o seu requerimento de 14 de Agosto do anno anterior, reclamando o pagamento do prejuizo de 125:235\$850, que allegou ter tido no exercicio de 1883-1884. Em solução desse recurso, tendo a Secção do Imperio do Conselho de Estado ponderado:

Que o art. 1º, § 2º, da Lei n. 2450 de 24 de Setembro de 1873 determina: havendo garantia provincial, o Governo se limitará a affiançar-a;

Que a concessão da estrada de ferro do Natal a Nova Cruz foi feita pela Administração provincial, que garantiu os juros de 7 % sobre o maximo de 6.000:000\$, autorizada pela Lei n. 682 de 8 de Agosto de 1873;

Que pelo Decreto n. 5877 de 20 de Fevereiro de 1875 o Governo Imperial, em virtude da Lei n. 2450 de 24 de Setembro de 1873, concedeu fiança daquella garantia e outros favores que constam do referido decreto;

Que pelo Decreto n. 7048 de 18 de Outubro de 1878 foi fixado o capital para construcção da dita estrada em 5.496:052\$544, tendo sido anteriormente approvados os estudos definitivos de toda a estrada pelo Decreto n. 6875 de 6 de Abril do mesmo anno;



Que á vista dos Decretos ns. 5877 de 20 de Fevereiro de 1875 e 6875 de 6 de Abril de 1878, é claro que, antes dos estudos relativos ao traçado da estrada, conceda o Governo Imperial a fiança da garantia de juros ; e que, portanto, nenhuma prova ainda tinha da renda provavel da estrada e só assim praticou em virtude da terminante disposição do § 2º art. 1º da Lei n. 2450 ;

Que, feitos os estudos do traçado, a supplicante deveria ter procurado os dados necessarios para verificar si contava ou não com uma renda de modo a não sacrificar a importancia da garantia ;

Que, nestas condições, compromettendo-se a custear a estrada, implicitamente aceitou a companhia a responsabilidade dos prejuizos occurrentes :

Houve Sua Magestade o Imperador por bem, Conformando-se por Sua Immediata Resolução de 6 de Março proximo passado com o parecer da referida Secção do Conselho de Estado, Negar provimento ao recurso interposto pela companhia, o que communico a Vm. para os devidos fins.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Natal a Nova Cruz.



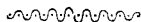
#### N. 61 — EM 26 DE ABRIL DE 1886

Manda que a Companhia carris urbanos liquide o debito que tem com a Fazenda Nacional, como cessionaria de varias emprezas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 31. — Rio de Janeiro em 26 de Abril de 1886.

Tendo os arbitros nomeados por este Ministerio e pela Companhia de carris urbanos, de conformidade com a clausula 22ª do Decreto n. 7007 de 24 de Agosto de 1878, para a decisão final da questão levantada pela referida companhia, acerca do pagamento de sello e emolumentos a que está sujeita como cessionaria de varias emprezas de viação urbana, opinado accordes que a mencionada companhia é devedora das respectivas quantias, communico a Vm. esta decisão para que intime a dita companhia que liquide o seu debito com a Fazenda Nacional.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro chefe da fiscalisação dos carris urbanos e suburbanos.



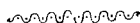
## N. 62 — EM 26 DE ABRIL DE 1886

Autorisa o estabelecimento de um ponto de parada na estrada de ferro do Natal a Nova Cruz.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 69. — Rio de Janeiro em 26 de Abril de 1886.

Communico a Vm., para os fins convenientes, que fica autorizado o estabelecimento de um ponto de parada, a quatro kilometros da cidade do Natal, conforme a proposta da companhia dessa ferro-via, a que refere-se o officio de Vm. de 30 de Março ultimo, devendo cobrar-se, entre o referido ponto e essa cidade, os mesmos fretes e passagens que entre o Sapé e S. João e daquelle mesa o ponto a outra qualquer estação ou parada os fretes e passagens cobrados d'ahi para o Natal.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Natal a Nova Cruz.



## N. 63 — EM 27 DE ABRIL DE 1886

Dá instruções para liquidação e pagamento dos juros garantidos e atiançados pelo Estado.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 35. — Rio de Janeiro em 27 de Abril de 1886.

No sentido de bem regularizar o processo necessario de que fica Vm. encarregado, como representante deste Ministerio na Europa, para liquidação e pagamento dos juros garantidos e atiançados pelo Estado a emprezas de estradas de ferro e outras, e de definir as funcções que lhe cabem no desempenho dessa incumbencia, resolveu o Governo Imperial expedir-lhe as seguintes Instruções :

## i

Para todas as questões que interessam o Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, na Europa, é Vm. o representante immediato e official do mesmo Ministerio.

Nessa qualidade deverá :

1.º Entender-se com as empresas garantidas em tudo quanto interessar o serviço da garantia de juros, trazendo ao conhecimento do Governo para este resolver as questões que se suscitarem ;

2.º Entender-se com as mesmas empresas, assim de informar ao Governo sobre as questões pendentes ou que se suscitarem entre o mesmo Governo e essas empresas.

3.º Attestar oficialmente ás empresas, de inteiro accôrdo com os decretos de concessão, o que por ellas fôr inquirido para seu regular funcionamento.

4.º Reclamar das mesmas empresas todas as informações e documentos que lhe forem necessarios para liquidação de contas da garantia de juros e da fixação definitiva do capital garantido.

5.º Organizar semestralmente de 1 a 15 de Janeiro e 1 a 15 de Julho os certificados para pagamento provisorio da garantia de juros, remettendo uma via a este Ministerio e outra á Delegacia do Thesouro Nacional em Londres, autorisando seu pagamento.

6.º Liquidar semestralmente, no correr do 2º e 4º trimestres de cada anno, as contas de garantias de juros do semestre anterior, devendo guiar-se :

a) quanto á receita e despesa effectuadas no Brazil, pelos balancetes de liquidação das respectivas commissões de contas que lhe serão remettidos por este Ministerio ;

b) e quanto ás rendas e despesas das empresas na Europa, pelos documentos que por ellas lhe serão apresentados, para seu exame e approvação, tendo Vm. em vista as decisões tomadas por este Ministerio, com relação ás despesas analogas feitas e liquidadas no Brazil ; sendo, portanto, necessaria a prévia approvação do Governo para o quadro do pessoal e respectivos vencimentos, mantido pelas referidas empresas na Europa, como acontece com todo o pessoal a seu serviço no Brazil, de accôrdo com os contratos em vigor.

7.º Organizar, á vista dessa liquidação, um balancete minucioso para cada empresa, remettendo uma via a este Ministerio e outra á Delegacia do Thesouro Nacional em Londres, autorisando o pagamento do saldo que fôr devido á empresa, ou a cobrar desta o que fôr devido ao Estado.

8.º Communicar regularmente a este Ministerio, não só uma relação das despesas e renda eventual na Europa, que houverem sido approvadas por Vm., como tambem, e com a sua informação, as reclamações que as empresas fizerem contra as glosas que pronunciar.

## II

No calculo das quantias a pagar por garantia de juros, observará Vm. os seguintes principios, salvo para cada caso as dispo-

sições em contrario que existirem nos decretos de concessão e decisões do Governo que lhe serão communicadas para seu governo :

1.º Nos pagamentos provisórios, isto é, sob a clausula de liquidação de contas da exploração, que devem ser feitos até o dia 15 de Janeiro e de Julho de cada anno, Vm. considerará :

Si a empresa ainda não estiver em completa exploração, o capital levantado dentro da autorização dada á empresa pelo Governo e cujo deposito deve constar na Delegacia do Thesouro Nacional em Londres por certificado dos banqueiros da empresa ;

Si a empresa já estiver toda em exploração, o pagamento do semestre anterior ;

Si, finalmente, a empresa ainda não tiver parte alguma em exploração, o capital levantado dentro da autorização do Governo e certificado na Delegacia do Thesouro Nacional em Londres, pela fórma acima dita : neste caso esse pagamento toma o caracter de definitivo.

2.º Para as empresas ainda não em exploração, ou que só tenham parte em exploração, os juros pagos pelo banqueiro sobre os depositos do capital e o producto da transferencia de acções devem ser creditados ao Estado.

3.º Para as empresas em completa exploração, aquelles juros e transferencias devem ser levados á conta da receita.

4.º Para as empresas em parte ou inteiramente em exploração as differenças de cambio nas remessas, do Brazil para a Europa, do excesso da renda sobre as despesas, e na remessa da Europa para o Brazil dos fundos para cobrir o *deficit* da exploração, devem ser levadas á conta de receita ou despesa da empresa, segundo ellas derem lucro ou prejuizo sobre o padrão monetario de 27 dinheiros por 1\$000.

5.º Para as empresas no caso precedente, os juros pagos por banqueiro, sobre o deposito da renda, devem ser levados á conta da mesma renda, salvo na parte do excesso da renda que couber ao Estado, caso em que os juros dessa parte pertencem tambem ao Estado.

6.º A conta de juros e a importancia das transferencias de que tratam os dois paragraphos precedentes serão attestadas, aquella pelo banqueiro da empresa e esta pelo secretario da empresa em nome da sua directoria. A firma do banqueiro será devidamente reconhecida. Esses documentos serão por Vm. remettidos a este Ministerio para terem o devido destino. As attestações de que trata este paragrapho não importam a exclusão do direito e dever de Vm. de verificar o allegado nos livros da empresa sempre que duvida lhe sobrevenha a respeito.

7.º Para as empresas que têm emissão de obrigações, autorizada pelo Governo, com clausula de só se pagar a garantia de juros do capital depois de provado que ellas têm cumprido o preceituado a respeito do resgate e juros dessas obrigações, essa prova lhe deve ser apresentada, para Vm. autorisar o pagamento de juros. Essa prova consistirá em certificado do banqueiro da empresa, attestando o pagamento e resgate das obrigações no

semestre anterior e declarando que as quantias, não reclamadas nesse effeito, ficam escripturadas em conta especial para serem satisfeitas á medida que os portadores dos titulos se apresentarem.

### III

Encerrado cada exercicio, Vm. organizará um balancete geral dos pagamentos feitos por conta de cada credito, com designação de cada estrada, o remetterá a este Ministerio e delle enviará copia á Delegacia do Thesouro Nacional em Londres.

### IV

Para que a Delegacia do Thesouro Nacional em Londres fique habilitada a pagar sem demora as suas requisições por garantia de juros, Vm. solicitará semestralmente, e com a precisa antecedencia, deste Ministerio os creditos necessarios para esse fins, fazendo acompanhar a sua proposta de uma tabella demonstrativa.

### V

Para o que respeita á liquidação de contas da garantia até hoje paga com a clausula de rectificação á vista da tomada de contas, ser-lhe-hão por este Ministerio remettidos os balancetes da tomada de contas das commissões fiscaes no Brazil, afim de Vm. fazer aquella liquidação nos termos dos §§ 6º e 7º do art. 4º destas Instruções, de modo a trancarem-se o mais breve possível essas contas.

### VI

Convindo liquidar quanto antes o capital garantido de cada empresa, Vm. deverá entender-se com ellas e solicitar deste Ministerio a apuração de contas nesse sentido feita no Brazil e mais informações de que carecer, afim de organizar a conta final do capital e submettel-a á approvação do Governo, tendo em vista que é de todo interesse para o Estado fazer aquella liquidação quanto antes para as estradas e empresas concluidas, assim como para as demais á medida que se forem concluindo, para se fixar de modo definitivo a responsabilidade do Estado por garantias de juros.

### VII

Convem que Vm. organize a escripturação do serviço de garantias de juros ; e, afim de que, para cada empresa, essa escri-

pturação abranja toda a sua existencia a contar do primeiro pagamento da garantia, Vm. solicitará deste Ministerio e da Delegacia do Thesouro Nacional em Londres as informações de que carecer, além do que directamente obtiver das proprias emprezas.

### VIII

No correr do serviço Vm. solicitará deste Ministerio quaesquer outras medidas que a experiencia lhe mostrar serem precisas para seu perfeito funcionamento, tendo sempre em vista o duplo fim de resguardar pela melhor fórma os interesses do Estado e de corresponder ao desejo que este tem de satisfazer com promptidão e justiça os compromissos que tomou para com as emprezas garantidas.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro Antonio Augusto Fernandes Pinheiro.



### N. 64 — EM 29 DE ABRIL DE 1886

Sobre publicação de editaes relativos a sexagenarios.

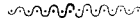
Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Gabinete. — Rio de Janeiro em 29 de Abril de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Por assim convir á segurança dos direitos dos libertos sexagenarios, aos quaes se refere a Lei n. 3270 de 28 de Setembro ultimo, rogo a V. Ex. se digne de recommendar aos Juizes de orphãos façam constar de editaes publicados na imprensa onde a houver, ou affixados nos logares convenientes, as relações dos antigos escravos que houverem attingido ou forem attingindo a idade de 60 annos, declarando nos mesmos editaes que os referidos individuos são livres desde já, sem dependencia de nenhum titulo ou formalidade, nos termos da mencionada lei, e mediante as clausulas por ella estabelecidas, quanto á prestação de serviços.

Esta providencia deverá ser considerada em vigor até que, encerrado o arrolamento dos libertos, seja a occasião de proceder pelo modo prescripto no art. 11, §§ 2, 3 e 4, do Regulamento approved pelo Decreto n. 9517 de 14 de Novembro proximo passado, devendo o primeiro edital conter os nomes de todos os antigos escravos que houverem attingido a idade de 60 annos, com todas as convenientes individuações, e referindo-se tão sómente os posteriores editaes aos escravos que, em cada trimestre, adquirirem direito de liberdade por terem chegado áquella idade.

Peço, outrosim, a V. Ex. se digne de fazer saber áquelles Juizes que a despesa com a sobredita publicação correrá por conta do Ministerio a meu cargo, devendo ser communicada ás Presidencias das Provincias a importancia da mesma despesa, para que seja esta satisfeita.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — A S. Ex. o Sr. Joaquim Dellino Ribeiro da Luz.



#### N. 65 — EM 3 DE MAIO DE 1886

Declara á Directoria da estrada de ferro do Sobral que as requisições de passagens feitas por autoridades constituidas devem ser satisfeitas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 40. — Rio de Janeiro em 3 de Maio de 1886.

Dando solução á consulta constante de seu officio n. 8 de 2 de Março ultimo sobre a verdadeira interpretação do art. 98 do Regulamento que baixou com o Decreto n. 8557 de 27 de Maio de 1882, declaro a Vm., para sua intelligencia, que esse artigo deve ser cumprido litteralmente, de modo a serem sempre concedidas as passagens, quando requisitadas por qualquer autoridade constituida e uma vez que o pedido mencione a natureza do serviço publico; convindo sómente, para evitar abusos, que o facto seja por Vm. communicado immediatamente a este Ministerio e ao Presidente da Provincia para ulterior apreciação.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Director da estrada de ferro do Sobral.



#### N. 66 — EM 3 DE MAIO DE 1886

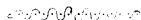
Declara que a exclusão dos impostos das despesas do custeio das estradas de ferro subvencionadas está resolvida administrativamente.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 7. — Rio de Janeiro em 3 de Maio de 1886.

Illm. e Exm. Sr. — Accusando o recebimento da carta do Presidente da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco, de 18 de

Março ultimo, reclamando contra a exclusão dos impostos das despesas de custeio, e que foi transmittida a este Ministerio com o officio de V. Ex. de 20 do mesmo mez. sob n. 6, declaro a V. Ex., para fazer chegar ao conhecimento do referido Presidente, que a questão está resolvida administrativamente pelo Governo Imperial, só me cumprindo manter essa decisão.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— A S. Ex. o Sr. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brazil em Londres.



#### N. 67 — EM 6 DE MAIO DE 1886

Amplia para oito dias o prazo dos bilhetes de ida e volta entre as estações da Côrte, Rodeio, Mendes e Sant'Anna, da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 79. — Rio de Janeiro em 6 de Maio de 1886.

Fica Vm. autorizado a ampliar para oito dias o prazo dos bilhetes de ida e volta na 2ª secção dessa estrada, entre as estações da Côrte e as de Rodeio, Mendes e Sant'Anna.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



#### N. 68 — EM 11 DE MAIO DE 1886

Declara que a diaria de que trata a ultima parte da Portaria de 30 de Setembro de 1884, só é devida quando o chefe da commissão estiver na sede da mesma.

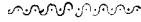
Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— 3ª Secção.— N. 10 — Rio de Janeiro em 11 de Maio de 1886.

Em officio de 2 de Janeiro proximo passado n. 3, consultou Vm. si ao chefe dessa commissão pôde ser abonada a diaria de que trata a ultima parte da Portaria de 30 de Setembro de 1884,



quando em trabalho de campo, e tambem quando em serviço no escriptorio central respectivo ; — declaro, para os fins convenientes, que o Aviso de 18 de Fevereiro proximo findo, incluso por cópia, já resolveu que a diaria de que se trata só é devida quando o chefe da commissão estiver na sede da mesma.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado.* — Sr. Chefe da Commissão de melhoramento da barra do Rio Grande do Sul.



N. 69 — EM 12 DE MAIO DE 1886

Resolve duvidas sobre libertação de escravos com clausula de prestação de serviços.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria da Agricultura. — 2ª Secção. — N. 24. — Rio de Janeiro em 12 de Maio de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo examinado a materia do officio de V. Ex. de 24 de Março ultimo, n. 793, e tomado conhecimento dos papeis que o acompanharam, declaro a V. Ex., ouvido o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Fazenda e Soberania Nacional:

1.º Quanto ao requerimento de Raymundo Breves de Oliveira Roxo, deve o Collector fazer as averbações, porque as cartas foram passadas e registradas antes da Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885, e o prazo da prestação dos serviços marcados aos sexagenarios, menor que o da lei, indica que não houve da parte do peticionario a intenção de burlar a disposição legal.

2.º Quanto ao requerimento do Barão de Santa Maria, cumpre verificar si as cartas de alforria foram registradas antes da Lei de 28 de Setembro ultimo, e si o prazo de prestação de serviços marcado nellas para os sexagenarios é superior ao da lei: no caso affirmativo deve prevalecer o prazo desta.

Já por diversas vezes, e ainda ultimamente em Aviso á Presidencia da Provincia da Parahyba (10 de Abril), declarei, relativamente aos maiores de 60 annos, que o seu comparecimento perante o Juiz de orphãos, antes de encerrado o prazo da nova matricula, não é essencial.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado.* — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.



## N. 70 — EM 13 DE MAIO DE 1886

Autorisa modificações nos carros de passageiros da estrada de ferro Central das Alagoas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 77. — Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1886.

Em solução do que propôz a superintendencia dessa ferro-via, quanto á supressão em seus trens dos carros de 1ª classe para passageiros, proposta a que refere-se o officio de Vm. de 10 de Abril ultimo, declaro, para seu conhecimento e fins devidos, que não approvo a referida supressão; julgando, entretanto, de cabimento as modificações por Vm. indicadas no dito officio, para estes carros, e bem assim o emprego alternado do carro mixto e do de bagagens com a divisão e arranjos convenientes para passageiros de 1ª classe, a que Vm. tambem refere-se no mesmo officio aqui citado.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado.* — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro Central das Alagoas.



## N. 71 — EM 14 DE MAIO DE 1886

Manda incluir no custeio da estrada de ferro Central das Alagoas a despesa com um girador e cruzamento completos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 78. — Rio de Janeiro em 14 de Maio de 1886.

Em solução da consulta constante da acta da tomada de contas do mez de Janeiro ultimo dessa estrada de ferro, relativa á despesa feita com um girador e cruzamento completos, a que refere-se o officio de Vm. de 31 de Março proximo findo, declaro, para os fins convenientes, que a mencionada despesa deve ser incluída nas de custeio da estrada, visto os referidos accessorios não estarem contemplados na relação das obras e fornecimentos a que a companhia ainda ficou obrigada, depois de inaugurada sua linha ferrea para complemento da construcção desta, conforme se verifica do respectivo relatorio dessa fiscalisação de 26 de Janeiro de 1885.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado.* — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro Central das Alagoas.



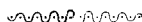
## N. 72 — EM 17 DE MAIO DE 1886

Manda observar as instruções constantes do Aviso n. 35 de 27 de Abril deste anno, nos pagamentos effectuados ás estradas de ferro que estão sob a dependência do Ministro Brasileiro em Londres.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — N. 8. — Rio de Janeiro em 17 de Maio de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — A vista do officio de 1 de Abril proximo passado, sob n. 9, com o qual transmittiu V. Ex. a este Ministerio as informações da Delegacia do Thesouro Nacional em Londres, acerca de pagamentos effectuados á Companhia da estrada de ferro da Bahia ao S. Francisco, resolveu o Governo Imperial recomendar a V. Ex. que, na authorisação dos pagamentos dos juros garantidos ás companhias das estradas de ferro que, em virtude de contratos respectivos, continuam sob a dependencia de V. Ex., sejam observadas as instruções constantes do incluso Aviso n. 35 de 27 de Abril ultimo, expedido ao Engenheiro Antonio Augusto Fernandes Pinheiro, salvo as disposições em contrario dos referidos contratos.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado.* — A S. Ex. o Sr. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brazil em Londres.



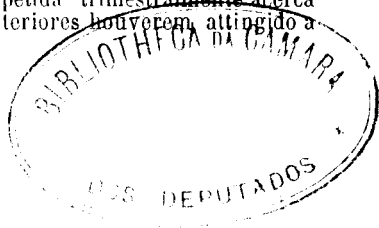
## N. 73 — EM 19 DE MAIO DE 1886

Sobre a publicação dos nomes dos sexagenarios e dos ex-senhores.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Gabinete. — Circular. — Rio de Janeiro em 19 de Maio de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Por Aviso de 30 de Abril ultimo solicitei do Ministerio dos Negocios da Justiça a expedição de suas ordens para que os Juizes de Orphãos, por bem da segurança dos direitos dos antigos escravos que, em razão de idade houverem adquirido direito de liberdade, façam publicar por editaes e pela imprensa, onde a houver, os nomes dos libertos e os dos ex-senhores, com a individuação conveniente a impedir erros e omissões, culposas ou não, quanto á identidade dos mesmos libertos.

Esta providencia deverá ser repetida trimestralmente acerca dos escravos que nos tres mezes anteriores houverem attigido a



idade de 60 annos, até que, encerrado o prazo marcado para o arrolamento, seja occasião de proceder pelo modo prescripto no art. 11, §§ 2º, 3º e 4º, do Regulamento approved pelo Decreto n. 9517 de 14 de Novembro ultimo.

Para occorrer á despesa necessaria á publicação dos referidos editaes pelo meio da imprensa, fica autorisada essa Presidencia para abrir por conta da verba — Fundo de emancipação — os creditos que se fizerem precisos ao pagamento das contas, vedando V. Ex., como é para esperar do seu zelo, pela regularidade das mesmas contas.

Tenho este objecto por muito recommendado a V. Ex. como tudo o mais que entender com a execução das leis referentes ao estado servil.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Presidente da Provincia de....

*Antônio da Silva Prado*

#### N. 74 — EM 25 DE MAIO DE 1886

Declara que as linhas telegraphicas de 2ª ordem não podem ser assentadas sem que os interessados concorram com a quantia necessaria para tal fim.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 3ª Secção. — N. 1. — Rio de Janeiro em 25 de Maio de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em relação á conveniencia manifestada pela Assembléa Legislativa dessa Provincia no sentido de se assentar uma linha telegraphica entre as cidades de Maroim e Propriá, villa da Capella e povoado Sitio do Meio, e a que se refere o officio dessa Presidencia de 9 de Abril proximo passado, declaro a V. Ex. que, tratando-se de uma linha de 2ª ordem, de cerca de 73 kilometros, cujo custo excederá de 40:000\$, e de 6:000\$ a conservação annual, não pôde este Ministerio realizar semelhante melhoramento sem que a Provincia ou os interessados concorram com as sommas necessarias para os indicados dispendios, conforme naquelle caso dispõe o art. 5º, § 1º, do Regulamento que baixou com o Decreto n. 8354 de 24 de Dezembro de 1881.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Presidente da Provincia de Sergipe.

*Antônio da Silva Prado*

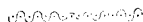
## N. 75 — EM 27 DE MAIO DE 1886

Declara o tempo pelo qual deve ser contada a multa de 1 % imposta á Companhia da estrada de ferro Central das Alagoas, sobre as sommas despendidas até 21 de Julho de 1884 com a garantia de juros.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 51.— Rio de Janeiro em 27 de Maio de 1886.

Em solução á consulta feita por Vm. em seu officio de 13 de Abril ultimo, relativamente ao tempo pelo qual deve ser contada a multa de 1 % sobre as sommas despendidas até 21 de Julho de 1884 com a garantia de juros, imposta á Companhia *The Alagoas Railway*, por mez de demora na conclusão das obras da respectiva estrada de ferro, declaro, para os devidos effeitos, que a referida multa deverá ser contada até a data da abertura da estrada ao trafego, 3 de Dezembro de 1884, visto que o complemento da respectiva construcção a que ainda ficou obrigada a companhia já não impedia a produção da renda que interessa a responsabilidade do Estado pelos juros que garantiu.

Deus Guarde a Vm.—*Antonio da Silva Prado*.—Sr. Engenheiro Antonio Augusto Fernandes Pinheiro.



## N. 76 — EM 27 DE MAIO DE 1886

Resolve duvidas sobre a execução da Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885 e do Regulamento de 14 de Novembro do mesmo anno.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura — 2ª Secção.— N. 10.— Rio de Janeiro em 27 de Maio de 1886.

Illm. e Exm. Sr.— Tendo essa Presidencia sido consultada sobre alguns pontos relativos á execução da Lei n. 3270 de 28 de Setembro e Regulamento n. 9517 de 14 de Novembro ultimo, deu as respostas que trouxe ao meu conhecimento com officios de 7 e 30 do mez findo.

A duvida constante do primeiro de taes officios, repetida no segundo, foi suscitada alli pelo Collector da cidade do S. Matheus, e aqui pelo Juiz de orphãos do termo da Barra de S. Matheus, e versa sobre o modo de proceder em relação a escravos, cuja matricula especial apresenta menor idade que a cortidão de

baptismo agora produzida, tendo V. Ex. respondido a ambos os funcionarios que, nos termos do art. 3º, § 2º, do Regulamento n. 9517, presumem-se certas para todos os effeitos da lei as declarações das antigas matriculas, e esta presumpção só cederá á vista de sentença passada em julgado anteriormente á data da mesma lei, nos termos do final do § 6º art. 10 do regulamento citado.

Cabe-me notar a V. Ex. que ha distincção nas disposições citadas. A do art. 10, § 6º, que trata especialmente do arrolamento dos sexagenarios, refere-se aos individuos que attingiram a idade de 60 annos pela matricula, feita ou não a addição do § 2º art. 2º do regulamento, a qual idade, assim estabelecida, não poderá ser alterada sinão por sentença passada em julgado anteriormente á lei que declarou livres taes individuos, embora sujeitos á clausula de serviços. A do § 2º art. 3º trata da matricula de escravos e não impõe nenhuma clausula de anterioridade, pelo que a sentença poderá passar em julgado em qualquer tempo e produzir os effeitos legaes.

Sobre a resposta dada por V. Ex. á Thesouraria de Fazenda, determinando que aos ex-senhores de escravos sexagenarios classificados anteriormente á Lei de 28 de Setembro ultimo, e libertados depois della, não póde ser pago o preço da avaliação, porquanto aquella lei os constituiu em estado de liberdade, com a obrigação de serviços até 65 annos, declaro a V. Ex. que fica approvada, salvo o que respeita ao tempo de serviços, a que a lei marcou tão sómente o prazo de tres annos, sendo a idade de 65 o limite de tal obrigação, quando ella comece aos 63 ou 64.

Pelo que respeita ao modo de remissão dos serviços dos sexagenarios, e de que trata a resposta de V. Ex. ao Juiz de orphãos de Itapemirim, declaro a V. Ex. que o Governo Imperial resolverá brevemente sobre a execução do art. 3º § 12 da Lei n. 3270.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.



#### N. 77 — EM 5 DE JUNHO DE 1886

Sobre um requerimento da Companhia *Royal Insurance*, declara não dever-se suspender a multa imposta a mesma companhia.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria do Commercio.— 2ª Secção.— N. 15.— Rio de Janeiro em 5 de Junho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Em resposta ao Aviso n. 67, que em data de 15 de Maio ultimo se dignou V. Ex. dirigir-me,

consultando sobre a conveniencia de ser attendido, não obstante a requisição deste Ministerio, constante do Aviso n. 6 de 7 de Abril proximo passado, o requerimento da Companhia *Royal Insurance*, no qual por intermedio de seus agentes nesta praça pede se suspenda os effeitos da intimação que recebeu para recolher ao Thesouro Nacional a quantia de 5:000\$, importancia da multa que lhe foi imposta por haver effectuado seguros de vida sem a necessaria authorisação, allegando depender de solução o recurso interposto para o Conselho de Estado; tenho a honra de declarar a V. Ex. que não é conveniente attender-se á pretensão da companhia, embora esteja dependente de recurso a imposição da sobre-dita multa, por não ter effeito suspensivo o recurso interposto.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — A S. Ex. o Sr. Conselheiro Francisco Belisario Soares de Souza.



#### N. 78 — EM 11 DE JUNHO DE 1886

Autorisa a acquisição deapparelhos para as officinas da estrada de ferro Minas e Rio e altera as respectivas tarifas.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 90. — Rio de Janeiro em 11 de Junho de 1886.

Communico a Vm., para os fins devidos, que autoriso a companhia dessa ferro-via a fazer acquisição dos apparelhos destinados as suas officinas, no valor de 591 libras e cinco soldos, de que trata seu officio de 29 de Abril proximo findo, e bem assim que approvo a redução proposta de 25%, isto é, de 1\$ para 750 réis, por tonelada kilometro, para as tarifas de encomendas e bagagens, ficando tambem approvada a alteração proposta pela respectiva superintendencia ao § 2º do art. 17 das instrucções regulamentares da estrada, e expressa nos seguintes termos: « para os despachos de pequenos volumes de encomendas fica estabelecido o peso de um kilogramma para o pagamento de 200 réis, e, sendo excedido este peso, seguir-se-ha o que determina o art. 54 das tarifas, sem que, entretanto, nenhum volume possa ser despachado por menos de 200 réis.»

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro Minas e Rio.



## N. 79 — EM 11 DE JUNHO DE 1886

**Declara** que é da competência do Ministério da Fazenda a fixação das taxas e a approvação do regulamento para o serviço de carga e descarga das mercadorias que procurarem a ponte marítima da estrada de ferro do Paraná.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 97.— Rio de Janeiro em 11 de Junho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Por Aviso n. 139, de 7 de Agosto do anno proximo findo, foi remettido a este Ministerio, para informar, um requerimento da Companhia da estrada de ferro do Paraná, acompanhado do projecto de regulamento, cuja approvação se pedia, para o serviço de carga e descarga dos navios que atracarem na ponte marítima D. Pedro II, de propriedade da dita companhia. Interessando mui de perto este assumpto á fiscalisação da Alfândega de Paranaguá, em additamento áquelle aviso passo a V. Ex. a informação prestada sobre a materia pelo Engenheiro fiscal da referida ferro-via, e ainda o incluso telegramma em que se propõe a adopção provisoria de certa taxa para a atracação dos navios á mencionada ponte, além de que V. Ex. resolva, como entender acertado, sobre a exposta pretensão da companhia, cujo objecto não está na competencia deste Ministerio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*.— A S. Ex. e Sr. Conselheiro Francisco Boissario Soares de Souza.

—————

## N. 80 — EM 15 DE JUNHO DE 1886

**Autorisa** a classificar na classe 3ª da tarifa n. 3 os acidos de produção da industria nacional, em vez de na tabella 6 e classe 1ª da tarifa n. 3.

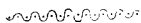
Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 90.— Rio de Janeiro em 15 de Junho de 1886.

De accordo com a informação constante do seu officio n. 458 do 20 de Maio ultimo, fica Vm. autorizado a classificar na classe 3ª da tarifa n. 3 os acidos de produção da industria nacional, em vez de na tabella 6 e classe 1ª da tarifa n. 3 em que se acham comprehendidos os acidos mineraes em geral e que continuarão a vigorar para os importados do estrangeiro; outrossim declaro a



Vm. que nesta data é a directoria da Companhia da estrada de ferro S. Paulo e Rio de Janeiro autorizada a fazer nas respectivas tarifas nova classificação para essa materia.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



#### N. 81 — EM 18 DE JUNHO DE 1886

Autoriza a estabelecer-se na Estrada de Ferro D. Pedro II o convenio celebrado para a cobrança dos impostos provinciaes de Minas Geraes, mediante a commissão de 6% para os cofres da Estrada.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 91.— Rio de Janeiro em 18 de Junho de 1886.

Sendo procedentes as razões expostas pela Presidencia da Provincia de Minas Geraes em officios ns. 6 e 8, de 26 de Março e 7 de Maio ultimos, para o restabelecimento do convenio celebrado em 16 de Dezembro de 1879 entre aquella Provincia e a Directoria da Estrada de Ferro D. Pedro II, para a arrecadação dos impostos provinciaes pelos agentes das estações da mesma estrada: autoriso Vm. a restabelecer o referido convenio, caso aquella Provincia annua a concorrer com a commissão de 6% para os cofres da mencionada estrada, conforme nesta data dou conhecimento á respectiva Presidencia.

Si for accito o accôrdo com a porcentagem firmada, resolver-se-ha opportunamente sobre o accrescimo de pessoal e augmento de vencimentos para regular o desempenho desse novo encargo ahi.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



#### N. 82 — EM 19 DE JUNHO DE 1886

Resolve duvidas relativas á concessão de licenças a empregados de estradas de ferro que contarem menos de seis mezes de exercicio.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 2ª Secção.— N. 2.— Rio de Janeiro em 19 de Junho de 1886.

Hlm. e Exm.— Sr. Tendo este Ministerio em Aviso Circular n. 22 de 11 de Março do corrente anno, recommendado aos Directores das estradas de ferro do Estado que, em relação á concessão de licença aos empregados das mesmas estradas, se regulassem

pelas disposições estabelecidas no Decreto n. 4484 de 7 de Março de 1870, por officio de 5 de Abril ultimo suggeriu o Director da estrada de ferro do Sobral duvidas quanto á faculdade que lhe dá o regulamento da estrada de conceder licenças até 30 dias, e si o empregado com menos de seis mezes de exercicio tem direito á licença com vencimentos e, finalmente, que, sendo as portarias de licenças remettidas directamente á administração da estrada, como executaria a disposição final do art. 5º das Instrucções de 7 de Março de 1870.

Em solução convem que V. Ex. declare ao referido Director que a decisão deste Ministerio não alterou as disposições do regulamento da mesma estrada que não contrariarem as do Decreto n. 4484 de 7 de Março de 1870, concernentes á licença por 30 dias, e a que obsta a concessão da licença com vencimentos ao empregado que contar menos de seis mezes de exercicio.

Quanto ao disposto no art. 5º das Instrucções de 7 de Março de 1870, que a essa Presidencia compete marcar o prazo que naquella estrada deve ser considerado para os effeitos da mesma disposição: fixado tal prazo, constituirá regra que á directoria da estrada cumpre observar.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Presidente da Provincia do Ceará.



#### N. 83 — EM 19 DE JUNHO DE 1886

Approva varias modificações no quadro do pessoal da estrada de ferro do Natal a Nova Cruz.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 93. — Rio de Janeiro em 19 de Junho de 1886.

Em resposta ao officio de 10 de Maio ultimo, em que Vm. comunica ter a companhia dessa ferro-via augmentado de 600\$ annuaes os vencimentos percebidos pelo mestre de linha, supprimindo o logar de ajudante do superintendente e reduzindo a 125\$ mensaes os vencimentos do de almoxarife da dita estrada, cujas funções eram accumuladas por um só empregado, nos termos do Aviso n. 14 de 20 de Outubro de 1884, declaro a Vm., para os devidos effeitos, que approvo aquelle augmento em virtude da suppressão e redução referidas, recommendando-lhe que, mesmo em casos semelhantes, solicite-se previamente a necessaria approvação do Governo para tudo que tiver de exceder a cada um dos vencimentos fixados no quadro do pessoal da estrada.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Natal a Nova Cruz.



## N. 84 — EM 25 DE JUNHO DE 1886

Recommenda a remessa á Secretaria de Estado de relações das companhias ou sociedades anonymas, constituídas nas Províncias, tanto, nacionaes como estrangeiras, depois da Lei de 4 de Novembro de 1882.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria do Commercio. — 2ª Secção. — N. 46. — Circular. — Rio de Janeiro em 25 de Junho de 1886.

Ilma. e Exm. Sr. — Sendo necessario estudar-se a influencia exercida no espirito de associação pela nova Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882 e proceder-se á respectiva estatística, recommendo a V. Ex. providencie além de que, por intermedio da Secretaria dessa Presidencia, seja com urgencia remittida a esta Secretaria de Estado a relação das companhias ou sociedades anonymas, constituídas nessa Provincia, e do archivamento de seus estatutos, depois da citada lei; e bem assim, semestralmente, das que de ora em diante se formarem, com a indicação do nome, fins, capital social e prazo de duração de cada uma. Outrossim, faço igual recommendação em relação ás companhias ou sociedades anonymas estrangeiras que, tendo obtido do Governo Imperial authorisação para funcionarem no Imperio, tenham dado ou deixado de dar cumprimento a todas as disposições legais a ellas referentes.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Presidente da Provincia de...



## N. 85 — EM 25 DE JUNHO DE 1886

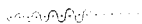
Requisita dos Presidentes das Juntas Commerciaes relações das companhias ou sociedades anonymas, quer nacionaes quer estrangeiras, cujos estatutos estejam archivados nas respectivas Secretarias.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria do Commercio. — 2ª Secção. — N. 47. — Circular. — Rio de Janeiro em 25 de Junho de 1886.

Querendo este Ministerio tomar conhecimento do movimento operado pela nova Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882 no espirito de associação, remetta V. S. com urgencia a esta Secretaria de Estado a relação das companhias ou sociedades anonymas que, organizadas depois da citada lei, tenham archivado seus estatutos na Secretaria dessa Junta, com a indicação de seus nomes, fins, capital social e prazo de duração de cada uma; bem

como das companhias ou sociedades anonymas estrangeiras, que, tendo obtido do Governo Imperial authorisação para funcionar no Imperio, tenham feito registrar nessa mesma Secretaria seus estatutos, exhibindo para tal fim a respectiva carta imperial.

Deus Guarde a V. S. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Presidente da Junta Commercial de...



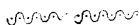
#### N. 86 — EM 30 DE JUNHO DE 1886

Approva o acrescimo feito no art. 96 *bis* das tarifas e condições regulamentares da Estrada de Ferro D. Pedro II sobre os serviços relativos á collocação dos volumes dos navios em descarga ou durante o seu carregamento.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 96. — Rio de Janeiro em 30 de Junho de 1886.

De accordo com as razões expostas por Vm. em officio n. 496 de 13 do corrente mez, fica approvedo o seguinte acrescimo ao art. 96 *bis* das tarifas e condições regulamentares em vigor nessa estrada: « Não se comprehende neste serviço a collocação dos volumes em logares convenientes para as ligadas nos navios em descarga, nem arrumação de volumes a bordo dos navios durante os carregamentos. Mediante requisição poderão estes serviços ser feitos por pessoal da estrada, cobrando-se por cada um delles mais a taxa de 100 réis por fracção indivisivel de 100 kilogrammas. »

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



#### N. 87 — EM 30 DE JUNHO DE 1886

Autorisa a redução das tarifas da Estrada de Ferro D. Pedro II sobre o transporte de carnes verdes acondicionadas em caixões frigoríficos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 97. — Rio de Janeiro em 30 de Junho de 1886.

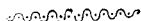
Conformando-me com o parecer constante do seu officio n. 50 de 6 de Fevereiro ultimo sobre a pretensão de diversos capita-

listas desta praça a favores do Governo para organizarem uma sociedade anonyma com o fim de explorar o commercio de carnes verdes pelo estabelecimento de matadouros de gado em um ponto da linha do centro da Estrada de Ferro D. Pedro II e nas proximidades da do Rio e Minas ; autoriso Vm. desde já a reduzir a tarifa de carnes verdes, quando transportadas em caixões frigoriferos, do seguinte modo:  
Por tonelada e por kilometro:

|                                             |         |
|---------------------------------------------|---------|
| Até 100 kilometros.....                     | 90 réis |
| Por kilometro excedente de 100 até 300..... | 45 »    |
| » » » » 300.....                            | 25 »    |

Quanto aos demais favores solicitados, somente depois de organizada a sociedade a que se referem os peticionarios, poderá o Governo resolver definitivamente.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado.* — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.



#### N. 88 — EM 30 DE JUNHO DE 1886

Eleva a 18 mezes a prorrogação do prazo de 12 mezes concedido para a conclusão de todas as obras de construção do prolongamento da estrada de ferro da Bahia ao S. Francisco.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 57. — Rio de Janeiro em 30 de Junho de 1886.

Em additamento ao Aviso n. 28 de 27 de Março ultimo, declaro a Vm., para os devidos effeitos, que fica elevada a 18 mezes a prorrogação do prazo de 12 mezes concedido aos empreiteiros das obras de construção do prolongamento da estrada de ferro da Bahia ao S. Francisco para conclusão de todas as obras empregadas, ficando o pagamento da multa dependente da não conclusão das ditas obras no fim desse prazo.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado.* — Sr. Engenheiro chefe Director do prolongamento da estrada de ferro da Bahia ao S. Francisco.





de 1878. As liquidações mensaes sendo apenas destinadas a facilitar a tomada das contas de cada semestre, Vm. só pôde exigir do mesmo representante que lhe forneça todos os esclarecimentos que julgar necessários para semelhante fim.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Paraná.



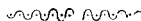
N. 91 — EM 20 DE JULHO DE 1886

Declara que qualquer modificação no tracado já approvedo de uma estrada de ferro deve ser previamente submettida ao Governo.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 74.— Circular.— Rio de Janeiro em 20 de Julho de 1886.

Declaro a Vm., para os fins convenientes, que, sempre que se fizer necessaria qualquer modificação no tracado já approvedo para a estrada de ferro sob a sua fiscalisação, deverá Vm. submettel-a previamente á approvação do Governo, ficando assim sem effeito o Aviso deste Ministerio, de 11 de Junho de 1884, dirigido ao Engenheiro fiscal da estrada de ferro Mogyana, e bem assim a doutrina dos anteriores em contrario do que ora determino.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro de...

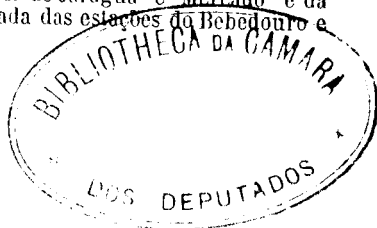


N. 92 — EM 22 DE JULHO DE 1886

Autorisa a redução das estações de Bebedouro e Fernão Velho, da estrada de ferro Central das Alagoas, a pontos de parada, e a transformação da do Mercado em armazem de generos alimenticios.

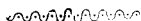
Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1ª Secção.— N. 105.— Rio de Janeiro em 22 de Julho de 1886.

Em solução ao que propôz a companhia dessa estrada de ferro e informou Vm. por officio de 6 de Março proximo findo, relativamente á supressão das estações de Jaraguá e Mercado, e da transformação em pontos de parada das estações do Bebedouro e



Fernão Velho, communico-lhe para os devidos fins que approvo a referida proposta na parte que reduz as estações de Bebedouro e Fernão Velho a pontos de parada, autorizando igualmente a dize companhia a transformar a do Mercado em armazem destinado a receber os generos alimenticias, devendo ser dispensado o pessoal dos cargos que ficam extinctos pelas alterações agora autorisadas.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro Central das Alagoas.



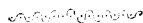
### N. 93 — EM 31 DE JULHO DE 1886

Determina aos Engenheiros fiscaes das estradas de ferro que remettam ás Presidencias de Provincias em que funcionarem cópia dos relatorios mensaes dirigidos ao Governo Geral.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 1.<sup>a</sup> Secção.— N. 80. Aviso-Circular.— Rio de Janeiro em 31 de Julho de 1886.

Cumpre que Vm. remetta, d'ora em diante, á Presidencia dessa Provincia cópias dos relatorios que deve mensalmente enviar ao Governo, em virtude das Instruções que baixaram com a Portaria, expedida por este Ministério em 22 de Agosto de 1861, dando instruções aos Engenheiros fiscaes das estradas de ferro.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro de...



### N. 94 — EM 14 DE AGOSTO DE 1886

Declara que escrava casada com sexagenario deve ser classificada na ordem das familias e da preferencia estabelecida pela Circular de 19 de Janeiro de 1883.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2.<sup>a</sup> Secção.— N. 12.— Rio de Janeiro em 14 de Agosto de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Participou-me V. Ex., em officio de 15 de Julho ultimo, haver respondido pela seguinte fórma a uma

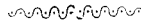


consulta da Junta classificadora de escravos do municipio do Bom-Fim:

• A escrava casada com escravo sexagenario, ainda mesmo obrigado a prestação de serviços, sendo elle considerado livre em virtude da nova lei, deve ser classificada na ordem das familias e da preferencia estabelecida pelo Aviso-Circular de 19 de Janeiro de 1883. •

Declaro a V. Ex. que fica approvada esta resposta.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado.* — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



N. 95 — EM 20 DE AGOSTO DE 1886

Resolve duvida sobre sexagenarios classificados e alforriados.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria da Agricultura. — 2ª Secção. — N. 17. — Rio de Janeiro em 20 de Agosto de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Examinada a materia dos officios dessa Presidencia, datados de 16 de Março, 31 de Maio e 7 de Junho ultimos, acerca de sexagenarios classificados e alforriados, cabe-me declarar a V. Ex., para os devidos effeitos :

1º, que os dous sexagenarios de S. Carlos do Pinhal, embora declarados livres pelo Juiz, uma vez que já o eram pela lei, estão nas condições desta, e, consequentemente, nullo se deve considerar o acto judicial ;

2º, que o mesmo se dá relativamente á sexagenaria Mathilde, do municipio de Tieté, e ao sexagenario Pedro, de Santa Cruz do Rio Pardo ;

3º, que não podem valer os actos da classificação e avaliação anterior á Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885, visto que os escravos sexagenarios classificados e avaliados adquiriram nova condição pela dita lei ; tendo este Ministerio declarado mais de uma vez que taes actos são meramente preparatorios da liberdade, e não a liberdade perfeita e definitiva.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado.* — Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



## N. 96 — EM 21 DE AGOSTO DE 1886

Concede autorisação ao empreiteiro do prolongamento do ramal do Rio Bonito para, aproveitando os postes de linha telegraphica do Estado, estabelecer a que deve servir ao indicado prolongamento.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — 3ª Secção. — N. 16. — Rio de Janeiro em 21 de Agosto de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — O empreiteiro do prolongamento do ramal do Rio Bonito, Diniz Noronha Castro, requereu a este Ministerio a necessaria permissão para, aproveitando os postes da linha telegraphica do Estado entre a villa do Rio Bonito e o cruzamento da estrada que passa pelo aterrado do Sampaio, estabelecer a linha que deve servir ao indicado prolongamento. Tendo ouvido o Director Geral dos Telegraphos, resolvo conceder a autorisação solicitada, indemnizando o peticionario qualquer despeza que se fizer e facilitando aos empregados da Repartição dos Telegraphos todos os meios de conservação. Em relação á materia de que se trata e no intuito de evitar irregularidades que se possam dar, chamo a attenção de V. Ex. para os arts. 20, § 2º, 8º e 171 do Regulamento que baixou com o Decreto n. 8354 de 24 de Dezembro de 1881 e bem assim para o que a respeito dispõem as Instruções de 21 de Abril de 1885.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.



## N. 97 — EM 1 DE SETEMBRO DE 1886

Approva as tabellas de fretes e passagens da Companhia de navegação a vapor do Maranhão, nas linhas costeiras.

Sua Magestade o Imperador Ha por bem Approvar as tabellas de fretes e passagens da Companhia de navegação a vapor do Maranhão, nas linhas costeiras.

Palacio do Rio de Janeiro em 1 de Setembro de 1886. — *Antonio da Silva Prado*.

**Tabella de fretes da Companhia de navegação a vapor do Maranhão, nas linhas costeiras**

| VOLUMES              | CONTEUDOS                                                   | QUANTIDADE        | LINHA DO SUL      |           |               |        |        | LINHA DO NORTE |          |          |        |        |
|----------------------|-------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|-----------|---------------|--------|--------|----------------|----------|----------|--------|--------|
|                      |                                                             |                   | BAHREIR-<br>NIHAS | PARANHARA | CABO DE<br>IM | AGRADE | CEARA  | QUIMARAS       | TUIVASSU | DIABANCA | VIGIA  | PARA   |
| Barricas.....        | com bacalhau, bolacha, garrafas, cigarros, vidros, etc..... | Uma.....          | 45000             | 45400     | 45500         | 45600  | 45800  | 5700           | 45100    | 45400    | 45500  | 45800  |
|                      | assucar, soda, sebo, cera, breu, farinha, etc.....          | 15 kilos.....     | 5220              | 5300      | 5320          | 5340   | 5350   | 5150           | 5210     | 5270     | 5320   | 5350   |
|                      | peixe ou alcatrão.....                                      | Um.....           | 15500             | 25300     | 25500         | 25700  | 25900  | 5700           | 45500    | 45700    | 25400  | 25800  |
| Barris.....          | polvora.....                                                | Idem.....         | 15400             | 25900     | 25900         | 25400  | 25300  | 5800           | 45300    | 45700    | 25000  | 25300  |
|                      | chumbo, aço, ferragens, etc.....                            | 15 kilos.....     | 5100              | 5310      | 5330          | 5340   | 5370   | 5100           | 5190     | 5250     | 5300   | 5360   |
| Caixas e fardos..... | liquidos.....                                               | Pipa.....         | 85000             | 95400     | 105000        | 115000 | 125000 | 58000          | 75000    | 85500    | 105000 | 125000 |
| Caixas.....          | fazendas e diversas mercadorias.....                        | Metro cubico..... | 175000            | 195000    | 215000        | 225000 | 235000 | 445000         | 155000   | 215000   | 225000 | 235000 |
|                      | sabão, passas, stearina, cera, borra, etc.....              | 15 kilos.....     | 5280              | 5300      | 5330          | 5370   | 5390   | 5180           | 5200     | 5330     | 5400   | 5480   |
| Corpos.....          | carne, peixe, buxo de peixe, etc.....                       | Idem.....         | 5280              | 5300      | 5330          | 5370   | 5390   | 5180           | 5200     | 5330     | 5400   | 5480   |
| Caixas.....          | alhos, etc.....                                             | Uma.....          | 5480              | 5700      | 5830          | 5870   | 5930   | 5300           | 5550     | 5700     | 5800   | 6000   |
| Couro em fardos..... | de vacado.....                                              | Um.....           | 6030              | 6040      | 6050          | 6060   | 6070   | 6030           | 6040     | 6050     | 6060   | 6070   |
| ou avulsos.....      | cabra.....                                                  | Idem.....         | 6020              | 6030      | 6040          | 6050   | 6060   | 6020           | 6025     | 6030     | 6040   | 6050   |
|                      | boi.....                                                    | Idem.....         | 6190              | 6230      | 6270          | 6290   | 6300   | 6160           | 6200     | 6250     | 6280   | 6300   |
| Fumo.....            | em folha.....                                               | 15 kilos.....     | 5290              | 5340      | 5390          | 5410   | 5590   | 5200           | 5320     | 5360     | 5520   | 5580   |
|                      | rolos ou molhos.....                                        | Idem.....         | 5230              | 5390      | 5410          | 5430   | 5470   | 5480           | 5270     | 5330     | 5380   | 5460   |
| Garrações.....       | chochos.....                                                | Litro.....        | 5020              | 5030      | 5040          | 5050   | 5070   | 5045           | 5025     | 5040     | 5050   | 5060   |
|                      | vazios.....                                                 | Um.....           | 5110              | 5190      | 5210          | 5230   | 5270   | 5080           | 5170     | 5200     | 5220   | 5260   |
|                      | vacuum e cavalhar.....                                      | Cabeça.....       | 95000             | 115000    | 125000        | 135000 | 145000 | 55000          | 75000    | 95000    | 115000 | 145000 |
| Gado.....            | sumo.....                                                   | Idem.....         | 45000             | 25900     | 35100         | 35300  | 35000  | 45300          | 25400    | 25800    | 35000  | 35800  |
|                      | caprino ou lanigero.....                                    | Idem.....         | 5700              | 5900      | 15000         | 15100  | 15300  | 5500           | 5800     | 15000    | 15100  | 15300  |
| Gados.....           | com lombo.....                                              | Metro cubico..... | 95000             | 125000    | 135000        | 145000 | 155000 | 75000          | 95000    | 115000   | 135000 | 155000 |
| Madeira.....         | Tábua de qualquer qualidade.....                            | Duzia.....        | 35200             | 45200     | 45800         | 55200  | 55800  | 25900          | 35600    | 45000    | 55000  | 55500  |
|                      | Bancas ou consolos.....                                     | Uma.....          | 45000             | 25200     | 25400         | 25500  | 25800  | 15000          | 15200    | 25500    | 25500  | 25900  |
| Mobiliã.....         | Cadeiras.....                                               | Idem.....         | 5300              | 5100      | 5300          | 5350   | 5350   | 5280           | 5350     | 5480     | 5580   | 5680   |
|                      | Commodas.....                                               | Idem.....         | 55000             | 65000     | 65500         | 75000  | 75800  | 35500          | 55800    | 65800    | 75000  | 75800  |
| Obras.....           | de zinco, cobre, chumbo, etc.....                           | 15 kilos.....     | 5180              | 5580      | 5680          | 5780   | 5880   | 5350           | 5500     | 5600     | 5730   | 5850   |
|                      | ferro.....                                                  | Idem.....         | 5380              | 5480      | 5540          | 5620   | 5680   | 5280           | 5380     | 5480     | 5580   | 5640   |
| Pegãs.....           | cabo de qualquer qualidade.....                             | Idem.....         | 5300              | 5480      | 5500          | 5550   | 5640   | 5340           | 5420     | 5500     | 5580   | 5640   |
| Pineiros.....        | com farinha, arroz, milho, etc.....                         | Um.....           | 5200              | 5380      | 5440          | 5480   | 5580   | 5180           | 5290     | 5350     | 5480   | 5580   |
|                      | café, arroz, pimenta, cominho, alfazema.....                | 15 kilos.....     | 5250              | 5290      | 5310          | 5330   | 5370   | 5200           | 5250     | 5280     | 5320   | 5360   |
| Saccos.....          | algodão e crina.....                                        | Idem.....         | 5290              | 5320      | 5370          | 5430   | 5470   | 5180           | 5310     | 5330     | 5400   | 5450   |
|                      | assucar bruto.....                                          | Idem.....         | 5170              | 5220      | 5260          | 5300   | 5340   | 5100           | 5190     | 5240     | 5290   | 5340   |
| Solla.....           | Meto.....                                                   | Idem.....         | 5090              | 5110      | 5120          | 5130   | 5150   | 5060           | 5090     | 5110     | 5130   | 5150   |

**Observações.**— 1.<sup>a</sup> Durante o transporte corre por conta do dono o risco que as cargas soffrerem, proveniente de vicio proprio, caso fortuito, força maior, fugi ou morte de qualquer animal.— 2.<sup>a</sup> Os volumes não comprehendidos na presente tabella pagarão um frete proporcional ao dos semelhantes.— 3.<sup>a</sup> Os animaes e madeiras serão recebidos e entregues a bordo.— 4.<sup>a</sup> A companhia não assigna conhecimentos por menos de 45000.

**Tabella das passagens nos vapores da Companhia  
de navegação a vapor do Maranhão, nas linhas  
costeiras.**

| LINHA DO NORTE |         |           |          |          |        |        |
|----------------|---------|-----------|----------|----------|--------|--------|
| PORTOS         | S. LUIZ | GUIMARÃES | TURYASSÚ | BRAGANÇA | YIGITA | PARÁ   |
| S. Luiz....    | 5       | 5000      | 48000    | 365000   | 485000 | 505000 |
| Guimarães...   | 5000    | 5         | 45000    | 285000   | 445000 | 465000 |
| Turyassú...    | 485000  | 445000    | 5        | 455000   | 245000 | 355000 |
| Bragança...    | 365000  | 285000    | 455000   | 5        | 95000  | 435000 |
| Yigia.....     | 485000  | 445000    | 245000   | 95000    | 5      | 95000  |
| Pará.....      | 505000  | 465000    | 355000   | 495000   | 95000  | 5      |

| LINHA DO SUL |         |           |         |         |        |
|--------------|---------|-----------|---------|---------|--------|
| PORTOS       | S. LUIZ | AMARRAÇÃO | CANOCIM | ACARAHÚ | CEARÁ  |
| S. Luiz....  | 5       | 245000    | 325000  | 405000  | 485000 |
| Amarração... | 245000  | 5         | 95000   | 485000  | 335000 |
| Canocim...   | 325000  | 95000     | 5       | 95000   | 285000 |
| Acarahú...   | 405000  | 485000    | 95000   | 5       | 485000 |
| Ceará.....   | 485000  | 335000    | 285000  | 185000  | 5      |

| Linha das Barreirinhas |         |              |
|------------------------|---------|--------------|
| PORTOS                 | S. LUIZ | BARREIRINHAS |
| S. Luiz.....           | 5       | 815000       |
| Barreirinhas.....      | 185000  | 5            |

| Frete de encomendas             |        |
|---------------------------------|--------|
| Até 50 centímetros cubicos..... | 45000  |
| " 100 " " ".....                | 25 000 |
| " 150 " " ".....                | 35000  |
| " 200 " " ".....                | 45000  |

**Frete de dinheiro em notas e de joias**

Até 8005000..... 25000 Joias e objectos de valor..... 1 %  
 De outros valores..... 1/2 % Não se assignando conhecimento de  
 menos de 2500, nem devendo os volumes ser maiores de 100 centímetros cubicos.  
 Dinheiro em cote (moeda antiga) pagará até 105000 25000; não se recebendo  
 volume que contenha mais dessa quantia; sendo moeda de nickel até 2050000 paga-  
 ndo mais 2 % pelo excesso dos 1005000.

**Observações**

- 1.ª Os passageiros de convey pagarão metade; as crianças até 3 annos, gratis.
- 2.ª Aos passageiros da camara é concedido um metro cubico para sua bagagem, metade aos de convey; pelo excesso pagarão um e outros 185 por metro cubico.
- 3.ª O passageiro que não seguir viagem perde metade da passagem e o que ficar em qualquer ponto de escala não tem direito a reclamação alguma.
- 4.ª As refeições terão lugar ás 9 1/2 horas da manhã, 4 1/2 da tarde e 9 da noite. A companhia não fornece bebidas espirituosas.
- 5.ª O bilhete tomado para um vapor não dá direito a passagem em outro.
- 6.ª Não são permitidos como bagagem volumes que contenham objectos estranhos ao uso privado do passageiro.
- 7.ª Para entrega das encomendas a companhia fornecerá conhecimento de talão, em troca do qual serão ellas entregues.
- 8.ª As joias e dinheiro só serão recebidos e entregues nas agencias da companhia.
- 9.ª Os passageiros de prua terão direito de levar nas malabagagens, e em tal caso, o preço da passagem se fará o dobro, proportional, na razão de 800 reis diarios.

Maranhão, 1 de Agosto de 1906. *— A. Lopes Pereira de Souza.*

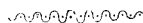
## N. 98 — EM 2 DE SETEMBRO DE 1886

Declara que as provas justificativas do custo de dormentes destinados á conservação da linha devem ser apresentadas á comissão liquidadora de contas da estrada, afim de ser contemplada no custeio a respectiva despesa.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1.<sup>a</sup> Secção. — N. 126. — Rio de Janeiro em 2 de Setembro de 1886.

Em resposta ao officio de 10 de Agosto ultimo, em que Vm. communica a deliberação do representante da companhia dessa estrada de ferro relativamente á apresentação das provas sobre o custo dos dormentes de que trata o Aviso deste Ministerio, de n. 53, de 14 de Julho proximo passado, declaro a Vm., para os devidos fins, que o exame das ditas provas referindo-se á liquidação das contas de custeio dessa estrada, só pôde caber á respectiva commissão, como é regular e de conveniencia para seu serviço, cumprindo a ella, entretanto, marcar á administração da estrada o tempo necessario para a apresentação das mencionadas provas, no caso de constarem de documentos a serem requisitados da directoria da companhia na Europa.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Paraná.



## N. 99 — EM 3 DE SETEMBRO DE 1886

Modifica as tarifas da estrada de ferro S. Paulo e Rio de Janeiro.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1.<sup>a</sup> Secção. — N. 120. — Rio de Janeiro em 3 de Setembro de 1886.

Communico a Vm., para os fins convenientes, que fica approvada provisoriamente a proposta feita pela Companhia da estrada de ferro S. Paulo e Rio de Janeiro a que refere-se o officio dessa directoria de 10 de Julho proximo passado, para modificação da tarifa especial de n. 1, em vigor nessa e naquella ferro-vias para o transporte de mercadorias, bagagens e encomendas

entre a Côrte e a estação do Norte, cujos fretes serão cobrados pelo seguinte modo:

Art. 1.º As mercadorias comprehendidas nas classes *D*, *E* e *H* da tarifa especial entre Norte e Côrte pagarão nas estradas de ferro D. Pedro II e S. Paulo e Rio de Janeiro as taxas assim estipuladas:

Por 1.000 kilogrammas

|                                           |         |
|-------------------------------------------|---------|
| Classe D — Estrada de Ferro D. Pedro II.. | 15\$000 |
| • E — Idem.....                           | 20\$000 |
| • H — Idem.....                           | 15\$000 |
| • D — S. Paulo e Rio de Janeiro .....     | 15\$000 |
| • E — Idem.....                           | 20\$000 |
| • H — Idem.....                           | 9\$000  |

Art. 2.º As bagagens e encomendas entre os mesmos pontos acima referidos pagarão em cada estrada 50\$ por 1.000 kilogrammas, observadas as disposições em vigor para os volumes que pesarem menos de 5 kilogrammas.

Art. 3.º A pauta em vigor para classificação das mercadorias sujeitas á mencionada tarifa especial será organizada de accordo com as modificações e acrescimos em seguida especificados:

§ 1.º As conservas alimenticias passarão da classe *F* para a classe *C*.

§ 2.º Saccos vazios para café e assucar serão comprehendidos na classe *C*.

§ 3.º Bacalhau, banha, carne secca e farinha de trigo passarão da classe *C* para a classe *D*.

§ 4.º Naphita e kerosene passarão da classe *E* para a classe *D*.

§ 5.º Cobre, chumbo, ferro e aço em vergalhões, barras e chapas serão comprehendidos na classe *D*.

§ 6.º Aguardente, vinho e bebidas espirituosas passam da classe *F* para a classe *E*.

§ 7.º Artigos de armariinho e tecidos de qualquer natureza passam da classe *F* para a classe *E*.

§ 8.º Louça, vidros e chapéus serão comprehendidos na classe *F*.

Art. 4.º Todas as mercadorias comprehendidas na pauta da tarifa especial pagarão o frete correspondente a ambas as estradas e calculado segundo o seu peso real.

Deus Guarde a Vm. — Antonio da Silva Prado. — Sr. Director da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Fez-se e expediente respectivo.

*Antonio da Silva Prado*

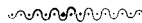
## N. 100 — EM 14 DE SETEMBRO DE 1886

A simples declaração de um senhor, feita em inventario, de tencionar beneficiar um escravo não constitue acto de alforria e não pôde prejudicar o dito escravo em seu direito á classificação.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 19.— Rio de Janeiro em 14 de Setembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Fica approvada a resposta dada por V. Ex. á Junta classificadora de escravos do municipio de Guaraçuva, e constante de seu officio de 25 de Junho ultimo; porquanto, a simples declaração de um senhor, feita em inventario, de tencionar opportunamente beneficiar um escravo, que fôra cria de sua fallecida mãe, não constitue acto de alforria e não pôde prejudicar o dito estravo em seu direito á classificação.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia do Espirito Santo.



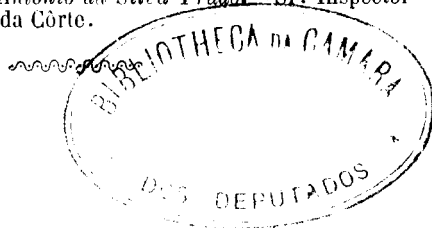
## N. 101 — EM 27 DE SETEMBRO DE 1886

Declara, de conformidade com a decisão proferida pelo Thesouro, que nas expressões «Casas de caridade» de que trata o art. 12 do Regulamento n. 8775, não podem ser comprehendidos os hospitaes das Ordens 3<sup>as</sup>, por terem fornecimento gratuito de agua.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3ª Secção.— N. 40.— Rio de Janeiro em 27 de Setembro de 1886.

Declaro a Vm. para os fins convenientes, em solução á materia de que trata o seu officio de 13 do mez proximo passado n. 397, que por despacho do Thesouro Nacional, de 26 de Junho findo, foi indeferido o recurso interposto pela Veneravel Ordem 3ª de Nossa Senhora do Monte do Carmo, da decisão da Recebedoria do Rio de Janeiro negando-lhe a restituição da quantia de 222,5480 que pagou nos exercicios de 1881-1883 e 1885-1886, por tres pennas d'agua de que goza o seu hospital da rua do Riachuelo n. 21, visto entender o mesmo Tribunal que nas expressões «Casas de caridade» de que trata o art. 12 do Regulamento n. 8775 de 25 de Novembro de 1882, não podem ser comprehendidos os hospitaes das Ordens 3<sup>as</sup> para terem o fornecimento gratuito de agua.

Deus Guarde a Vm.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Inspector Geral das Obras Publicas da Còrte.



## N. 102 — EM 5 DE OUTUBRO DE 1886

Resolve duvida sobre a nova matricula de escravos, que na antiga tinham a nota de libertos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 22.— Rio de Janeiro em 5 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio de 1 do mez findo, que este Ministerio approva a solução dada á consulta do Collector das rendas do municipio de Caldas, relativamente aos escravos José e Justino, que no livro da antiga matricula têm a nota de libertos, mandando V. Ex. que o dito Collector não aceite para a nova matricula os nomes de taes individuos, salvo si lhes fór contraria a sentença da Relação do districto, no processo de liberdade por elles intentado contra José Antonio Ferraz de Souza Osorio.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



## N. 103 — EM 5 DE OUTUBRO DE 1886

Declara como se deve proceder relativamente a escravos indevidamente arrolados como sexagenarios.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 19.— Rio de Janeiro em 5 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— No municipio de Jaboatão, segundo consta do officio de V. Ex. de 28 de Junho e mais papeis que o acompanharam, succedeu que o Juiz de Direito, havendo declarado livres os escravos cuja relação lhe fôra remettida pelo Collector das rendas, como tendo attingido a idade de 60 annos, appareceram os senhores de alguns destes e reclamaram contra o acto, juntando como prova as matriculas dos ditos escravos, por onde se via que estes não tinham ainda attingido a idade da lei.

A explicação desta divergencia, dada por elles, é que o Collector, feita a averbação de taes escravos, não transcreveu a idade sómente das matriculas originaes, accrescentou-lhe o tempo decorrido desde a data destas até a da averbação; e, ao relacionar agora os escravos, ajuntou á idade já assim accrescida mais 1/4 annos, d'onde resultou a duplicata do tempo e a consequente elevação da idade dos ditos escravos.



O Collector não contesta a allegação, sinão na parte em que lhe é attribuido o primeiro accrescentamento da idade que, segundo affirma, foi feito pelos proprios senhores; concorda em que alguns de taes escravos teriam realmente idade inferior á que lhes marcou, mas relacionou-os com os outros, considerando que aos senhores prejudicados caberia facil meio de provar a idade dos escravos com a apresentação das matriculas.

Consultando o Juiz de Direito e de orphãos si deve proceder administrativamente, tomando conhecimento das reclamações, e julgando-as procedentes ou não, á vista das provas, ou deixar que os prejudicados recorram aos meios ordinarios no Juizo contencioso, declaro a V. Ex. que o equívoco de que se trata deve ser rectificado administrativamente pelo dito Juiz, á vista das matriculas que o certifiquem da verdade do allegado.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



#### N. 104 — EM 8 DE OUTUBRO DE 1886

Providencia sobre o pagamento á *Rio de Janeiro Gas Company*, por conta do deposito feito no Thesouro pela Sociedade anonyma do gaz do Rio de Janeiro, da importancia do material, de sobresalentes e dos varios objectos pertencentes ao serviço privilegiado que estava a cargo daquelle companhia.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3ª Secção.— Rio de Janeiro em 8 de Outubro de 1886.

Tendo sido recebidos por este Ministerio o officio de 5 do corrente mez e os respectivos documentos, em que a Commissão presidida por V. S. expõe o resultado do objecto de que foi incumbida por Aviso de 23 de Agosto proximo passado, no sentido de promover a entrega á *Société Anonyme de Gas de Rio de Janeiro* do material pertencente á *Rio de Janeiro Gas Company Limited*, de modo a evitar reclamações futuras e proceder ao inventario do material e ás avaliações precisas afim de effectuar-se a indemnização devida a esta ultima companhia em virtude do disposto na clausula 29ª do contrato approved pelo Decreto n. 8736 de 18 de Novembro de 1882, declaro a V. S. em resposta, que, approvando as avaliações feitas, providencio na presente data para que seja paga á mesma companhia por conta do deposito effectuado no Thesouro Nacional pela *Société Anonyme de Gas de Rio de Janeiro* a quantia de 986:769\$209, importancia do material, de sobresalentes e dos varios objectos pertencentes ao serviço privilegiado

que estava a cargo da primeira e foi transferido á segunda das referidas companhias.

Este pagamento completa a indemnização pela qual o Governo Imperial é responsavel para com a *Rio de Janeiro Gas Company Limited* em conformidade com o contrato approved pelo Decreto n. 8736 de 18 de Novembro de 1882, com as condições do accordo celebrado na Secretaria de Estado deste Ministerio em 31 de Agosto e das que constam do termo da entrega á *Société Anonyme* da fabrica e suas dependencias no dia 1º de Setembro do corrente anno.

Relativamente ao material pertencente ao serviço da illuminação, não privilegiado, cuja importancia não está incluída na das avaliações feitas pela Comissão, com quanto o Governo Imperial não tenha assumido a responsabilidade da respectiva indemnização, que ainda é devida á antiga companhia, nenhuma duvida oppõe este Ministerio a que seja igualmente avaliado pela mesma comissão presidida por V. S., visto declarar o gerente desta companhia que na persuasão de que assim se procederia entregou o dito material juntamente com os mais que, por intermedio da comissão, a nova empresa recebeu no dia 1º de Setembro ultimo.

Convem, entretanto, que, antes de proceder-se ao trabalho fique bem explicito que as companhias interessadas se conformem com o resultado da avaliação que ellas proprias promoveram, e se responsabilisem pelo pagamento das despesas que forem indispensaveis para esse fim.

Cabe, finalmente, a este Ministerio a justa satisfação de, em nome do Governo Imperial, agradecer os valiosos serviços por ella prestados e pelos quaes, correspondendo plenamente á confiança do mesmo Governo, concorreu eficazmente para a boa solução que tiveram as graves questões de que foi incumbida.

Deus Guarde a V. S.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Conscelheiro Dr. Agostinho Victor de Borja Castro.



#### N. 405 — EM 12 DE OUTUBRO DE 1886

Resolve dvidas sobre matricula de escravos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 6.— Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Com o officio de V. Ex. de 15 do mez findo, foram presentes a este Ministerio os papeis relativos ás consultas dos Collectores do municipio de Campo Largo e do de

S. José da Boa Vista, e a solução que lhes deu a Thesouraria de Fazenda.

Declaro a V. Ex. que inteiramente approvo a solução dada ao primeiro daquelles Collectores, mandando que a matricula de tres escravos pertencentes a Domingos Antonio da Costa, ainda averbados em nome de outros possuidores, só póde ser admittida depois de prodazido o titulo de dominio e feita na matricula anterior a devida correção, nos termos do estylo.

Quanto á segunda solução, que tambem fica approvada, acrescentarei que a providencia ordenada para remediar a falta do numero da matricula, que se dá em algumas relações, deve sel-o integralmente, nos termos do Aviso de 4 de Agosto ultimo, isto é, provada a identidade do escravo, não só pela comparação das outras indicações da antiga matricula, como pelas da escriptura de compra.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Presidente da Provincia do Paraná.



#### N. 106 — EM 12 DE OUTUBRO DE 1886

O prazo para o pagamento das annuidades devidas pelo uso e gozo dos privilegios de invenção, conta-se da data de sua concessão.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria do Commercio. — 2ª Secção. — N. 23. — Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1886.

Ulm. e Exm. Sr. — Suscitando-se duvidas a respeito da data, da qual se deve contar o prazo para o pagamento das annuidades devidas pelo uso e gozo dos privilegios de invenção, na conformidade do § 4º do art. 3º da Lei n. 3129 de 14 de Outubro de 1882 e art. 51 do respectivo Regulamento approved pelo Decreto n. 8820 de 30 de Dezembro do mesmo anno, tenho a honra de declarar a V. Ex., para os devidos effeitos, que, como aliás se deduz dos termos das citadas disposições, o mencionado prazo conta-se da data da concessão do privilegio.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — A S. Ex. o Sr. Conselheiro Francisco Belisario Soares de Souza.



## N. 107 — EM 13 DE OUTUBRO DE 1886

Declara que a medida de ser suspenso o fornecimento do gaz não está de accôrdo com a clausula 25ª do contrato de 26 de Junho de 1886, visto que semelhante medida só é autorisada em relação ao consumidor impuntual.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 3ª Secção. — N. 20. — Rio de Janeiro em 13 de Outubro de 1886.

Tenho em vista o seu officio de 28 de Setembro proximo passado n. 2.

Sciende do que occorreu entre o administrador da Sociedade anonyma do gaz do Rio de Janeiro e o empresario do theatro « Sant'Anna », quanto ao pagamento do gaz alli consumido, declaro a Vm., para os fins convenientes, que o procedimento daquelle administrador, intimando o dito empresario para fazer o deposito prévio de que trata a clausula 25ª do contrato approvedo pelo Decreto n. 3278 de 26 de Junho de 1886, sob pena de lhe ser suspenso o fornecimento do gaz, não está de accôrdo com a mesma clausula, porquanto esta ultima medida só é autorisada em relação ao consumidor que não fór pontual, o que em virtude da clausula 19ª não poderia ser verificado sinão em occasião de effectuar-se o pagamento do gaz consumido durante o trimestre, salvo o caso, que aliás não se deu, de haver ajuste especial feito de conformidade com a ultima parte da clausula 18.ª

Deixa, entretanto, este Ministerio de applicar á referida sociedade anonyma a pena comminada na clausula 33ª do alludido contrato, por ser esta a primeira infracção que ella commette, e espera que semelhante caso jámais se reproduza.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Engenheiro fiscal do Governo junto á Sociedade anonyma de gaz do Rio de Janeiro.

*Antônio da Silva Prado*

## N. 108 — EM 19 DE OUTUBRO DE 1886

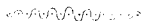
Declara ter sido deferido o requerimento de João Frick pedindo para sanar irregularidades encontradas no relatório de sua invenção.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria do Commercio. — 2ª Secção. — N. 90. — Rio de Janeiro em 19 de Outubro de 1886.

Havendo deferido o requerimento de João Frick pedindo permissão para sanar as irregularidades encontradas no relatório de

sua invenção por ocasião da abertura do involuero n. 342, não obstante a duvida levantada pela respectiva commissão e constante do seu officio n. 55 de 11 de Maio ultimo, porquanto o direito do inventor não fica prejudicado no Imperio pelo facto de haver solicitado garantia provisoria em paiz estrangeiro; assim o declaro a V. S. para os fins convenientes.

Deus Guarde a V. S.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Director do Archivo Publico.



N. 109 — EM 23 DE OUTUBRO DE 1886

Declara que não pôde ser adoptada a idéa suggerida com relação ao fio telegraphico da estrada de ferro S. Paulo e Rio de Janeiro.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— 3ª Secção.— N. 30.— Rio de Janeiro em 23 de Outubro de 1886.

Declaro a V. S., em solução á materia do seu officio de 16 de Agosto proximo passado n. 94, que não pôde ser adoptada a idéa suggerida com relação ao fio telegraphico da estrada de ferro S. Paulo e Rio de Janeiro, visto autorisar o contrato respectivo a transmissão de telegrammas particulares pelo mesmo fio.

A unica providencia regular seria o estabelecimento, por conta do Estado, de uma linha pertencente a este, collocada sobre os postes telegraphicos da referida estrada de ferro, si para isso o Governo actualmente dispozesse do necessario credito no organimento em vigor.

Deus Guarde a V. S.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Director Geral da Repartição dos Telegraphos.



N. 110 — EM 4 DE NOVEMBRO DE 1886

Declara que telegrammas referentes a actos pessoais, participação de exercicios e informações que não sejam de natureza urgente, devem ser pagos pelos remetentes, embora tenham a nota de— serviço publico.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3ª Secção.— N. 9.— Rio de Janeiro em 4 de Novembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio do 1º do corrente, n. 448, que merece a approvaçao

deste Ministerio a communicação feita por essa Presidencia aos Chefes das Repartições publicas da capital de que os telegrammas referentes a actos pessoais, participação de exercicios e informações que não sejam de natureza urgente e que possam ser prestadas em officios, devem ser pagos pelos remetentes, embora os mesmos telegrammas tenham a nota de — serviço publico.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Presidente da Província de Santa Catharina.

~~~~~

#### N. 111 — EM 5 DE NOVEMBRO DE 1886

Approva modificação feita nas tarifas da estrada de ferro do Carangola.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1.<sup>a</sup> Secção. — N. 160. — Rio de Janeiro em 5 de Novembro de 1886.

Communico a Vm., para os devidos effeitos, que fica approvada a proposta da companhia dessa ferro-via, a que referem-se o telegramma e o officio de Vm., datados de 29 de Outubro proximo findo, relativa á redução da taxa estabelecida na tabella especial, n. 1, de suas tarifas para o transporte do café, entre as estações do Poço Fundo e Campos, cujo frete por sacco de 60 kilos passará a ser de 1\$440 para o da Província do Rio de Janeiro, e de 840 réis para o procedente da Província de Minas Geraes.

Deus Guarde a Vm. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Carangola.

~~~~~

#### N. 112 — EM 6 DE NOVEMBRO DE 1886

Sobre a entrega de quantia depositada como pecúlio.

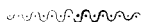
Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria da Agricultura. — 2.<sup>a</sup> Secção. — N. 21. — Rio de Janeiro em 6 de Novembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Bem procedeu o Collecter das rendas geraes do municipio de Bezerras, consultando a V. Ex. si podia entregar a quantia de 200\$, depositada como pecúlio do escravo Florencio, e reclamada por José Francisco Pinheiro dos Santos, que allega tel-a emprestado ao dito escravo.

O referido peculio não podia ser entregue sinão nos casos designados no Aviso de 25 de Setembro de 1877, isto é, a requerimento do senhor ou do curador do escravo, e para o fim de ser applicado á liberdade deste.

V. Ex., a cujo officio de 21 de Setembro ultimo estou respondendo, dará communicação desta minha decisão, não só ao Collector e ao Juiz de orphãos, como ao Juiz de Direito da comarca, que apoiou a consulta do Collector e expediu as ordens necessarias para a continuação do processo, interrompido, da libertação de Florencio.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



N. 113 — EM 12 DE NOVEMBRO DE 1886

Declara qual o pagamento a que são obrigadas as Camaras Municipaes pelos padrões de pesos e medidas que lhes forem fornecidos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria das Obras Publicas.— 3ª Secção.— N. 21.  
— Rio de Janeiro em 12 de Novembro de 1886.

Ulm. e Exm. Sr.— Por intermedio de V. Ex. consultou a Camara Municipal do Carmo do Rio Claro si lhe cabe a obrigação de pagar a importancia de um terno de pesos e medidas que lhe foi enviado e se acha na estação do Cruzeiro, da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Declaro a V. Ex., para os devidos fins, que a nenhuma indemnização são obrigadas as Municipalidades pelos padrões de pesos e medidas que lhes são fornecidos por este Ministerio, cumprindo-lhes apenas satisfazer a despeza do respectivo transporte desde o ponto do desembarque até o logar do seu destino.

No caso de que se trata, cabe áquella Camara pagar o transporte do referido terno de pesos desde a indicada estação do Cruzeiro até Carmo do Rio Claro.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.



## N. 114 — EM 13 DE NOVEMBRO DE 1886

Resolve duvidas sobre matricula de escravos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2.<sup>a</sup> Secção.— N. 7.— Rio de Janeiro em 13 de Novembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Examinados os papeis que acompanharam o officio dessa Presidencia de 1 do mez findo, acerca da matricula da escrava Maria, pertencente a Firmino Lourenço de Souza, do municipio de Campo Largo, a qual foi agora classificada para o fim de ser liberta por conta do fundo de emancipação, declaro a V. Ex.:

1.<sup>o</sup> Que nada constando dos livros de matricula, nem estando archivado na Collectoria o exemplar da relação a que se refere o art. 13 do Regulamento de 1 de Dezembro de 1871, nenhum valor tem, para o caso de que se trata, a relação apresentada pelo dito Firmino de Souza, com a nota do Escrivão de ficar matriculada aquella escrava em 29 de Abril de 1872; accrescendo que tal documento não tem rubrica do Collector, nem foi a este presente, e traz em si mesmo a prova contraria ao allegado, não indicando que numero da matricula coube á mencionada escrava;

2.<sup>o</sup> Que em igual caso se acham os escravos Candido, Benedicto e Catharina, incluídos na mesma relação, e não matriculados;

3.<sup>o</sup> Que todos os ditos escravos Maria, Candido, Benedicta e Catharina devem ser declarados livres desde já, nos termos do art. 19 do Regulamento n. 4835 de 1 de Dezembro de 1871, ficando ao interessado o recurso legal;

4.<sup>o</sup> Que, dado esse recurso, V. Ex. recommendará que se tenha em vista a Imperial Resolução de 20 de Setembro de 1876, a que se refere o Aviso-Circular de 10 de Dezembro do dito anno, mandando que a disposição do art. 7.<sup>o</sup> da Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871 seja applicada aos casos do art. 19 do Regulamento n. 4835, acima citado.

Devolve a V. Ex. a relação apresentada por Firmino Lourenço de Souza.

Deus Guarde a V. Ex.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.  
— Sr. Presidente da Provincia do Paraná.



## N. 115 — EM 15 DE NOVEMBRO DE 1886

Resolve duvidas sobre escravos indevidamente arrolados como sexagenários.

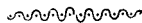
Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria da Agricultura. — 2ª Secção. — N. 24. — Rio de Janeiro em 15 de Novembro de 1886.

Hlm. e Exm. Sr. — Com officio de V. Ex. de 29 de Setembro ultimo, recebeu este Ministerio o requerimento em que o Dr. Antonio Machado da Cunha Cavalcante, ora residente no municipio de Ipojuca, reclama contra o facto de haver o Collector das rendas geraes incluído na relação dos sexagenarios os escravos Theodora, Benedicta, José, Generoso, Antonio e Damião.

Sendo o caso de que se trata identico ao de Jaboatão, resolvido pelo Aviso deste Ministerio de 5 do mez findo, V. Ex. ordenará que a mesma solução lhe seja dada.

Deferido assim o requerimento, convem proceder á justificação de identidade de pessoa somente quanto ao escravo Damião, averbado em 1874 como tendo 37 annos, e dando-se-lhe 55 na averbação de 1882, por engano do senhor, segundo este allega; e não só por isso, como pela differença da profissão do escravo, que é indicado por um modo na averbação e por outro na escriptura de compra lavrada em 21 de Agosto de 1873, differença aliás explicavel pela conveniencia do serviço a que parece havel-o sujeitado o actual senhor.

Deus Guarde a V. Ex. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.* — Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



## N. 116 — EM 18 DE NOVEMBRO DE 1886

Declara que os carros da Companhia carris urbanos, cujos bancos tiverem menos de 1<sup>m</sup>.65 de comprimento, só admittirão tres passageiros.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 1ª Secção. — N. 65. — Rio de Janeiro em 18 de Novembro de 1886.

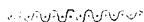
Em solução do requerimento da Companhia de carris urbanos, de 11 do mez proximo passado, pedindo para que fosse elevada a seis mezes a prorrogação do prazo que lhe fôra concedido para

A. — Decisões de 1886 6

pôr em execução o disposto na clausula 4.<sup>a</sup> do Decreto n. 8594, de 17 de Junho de 1882, determino a Vm. que, de accôrdo com o seu officio de 15 do mesmo mez, communicando a proxima extincção do mencionado prazo, providencie para que a dita companhia reduza a tres passageiros a lotação dos bancos que tiverem menos de 1.<sup>m</sup>65 (um metro e sessenta e cinco centímetros), conforme dispõe aquella clausula.

Outrosim, determino que sejam tomadas as necessarias providencias no sentido de ficar o publico bem inteirado de achar-se em vigor o disposto na referida clausula.

Deus Guarde a Vm. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*. — Sr. Engenheiro chefe da fiscalisação dos carris urbanos e suburbanos.



#### N. 117 — EM 26 DE NOVEMBRO DE 1886

Manda empregar, de preferencia a outro combustivel e em igualdade de condiciones, o carvão de pedra das minas do Arroio dos Ratos, na Provincia de S. Pedro do Sul.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 3.<sup>a</sup> Secção. — Rio de Janeiro em 26 de Novembro de 1886.

Achando-se a Companhia de minas de carvão de pedra do Arroio dos Ratos, Provincia do Rio Grande do Sul, habilitada para fornecer mensalmente tres a seis mil toneladas daquelle producto, bem como de tipos (briks) alli fabricados com o dito carvão; e convido promover o desenvolvimento de tão importante industria nacional, recomendo a Vm. que, de preferencia a outro combustivel empregado para os trabalhos dessa commissão, e em igualdade de condições, adopte o daquellas minas.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio de Silva Prado*. — Sr. Chefe da Commissão de melhoramentos da barra do Rio Grande do Sul.



#### N. 118 — EM 16 DE DEZEMBRO DE 1886

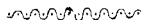
Os serviços de que trata o § 10.º Art. 3.<sup>o</sup> da Lei n. 3270 devem ser contractados da data da mesma lei.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria da Agricultura. — N. 23. — Rio de Janeiro em 16 de Dezembro de 1886.

Hm. e Exm. Sr. — Tenho a honra de declarar a V. Ex., em resposta ao seu Aviso de 30 de Outubro ultimo, que os serviços,

de que trata o § 10 do art. 3º da Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885, devem ser contados da data da mesma lei, conforme tem entendido o Collector das rendas geraes do municipio do Carmo, no officio que acompanhou o citado aviso de V. Ex.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— A S. Ex. o Sr. Conselheiro Francisco Belisario Soares de Souza.



#### N. 119 — EM 23 DE DEZEMBRO DE 1886

Resolve duvidas sobre classificação de escravos.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 16. — Rio de Janeiro em 23 de Dezembro de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.— Tendo o Presidente da Junta classificadora de escravos do municipio de Nazareth consultado a V. Ex.: 1º, si deviam ser incluídos na classificação escravos que, embora casados, tenham attingido a idade de 54 annos; 2º, si deviam igualmente ser incluídos escravos que, embora matriculados naquelle municipio, pertenciam ao de Santo Antonio de Jesus, d'elle desmembrado, e alli residiam; 3º, si deviam ser classificados escravos africanos que ainda não hajam attingido a idade de 54 annos, tenham ou não familia;

V. Ex. resolveu, segundo participa em officio de 13 de Novembro ultimo :

Quanto á 1ª duvida, que deviam ser incluídos na classificação, si a isto tiverem direito, os escravos de 54 annos, porquanto não era applicavel a elles a recommendação deste Ministerio constante do Aviso Circular de 6 de Abril do corrente anno;

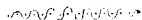
Quanto á 2ª, que, de conformidade com a doutrina do Aviso de 24 de Março de 1874, logo que foi installado o municipio de Santo Antonio de Jesus e creada nelle Repartição fiscal, se devia ter feito neste a averbação de todos os escravos a elle pertencentes que anteriormente haviam sido matriculados naquelle, d'onde fôra desmembrado, e si isto não se fez não deviam taes escravos ficar prejudicados pela omissão da Repartição fiscal ou de seus senhores ;

Quanto á 3ª, que, estando matriculados escravos africanos menores de 55 annos, deviam ser elles classificados pela Junta, pois que a competencia desta consiste apenas em organizar, na forma do art. 27 do Regulamento n. 5135 de 13 de Novembro de 1872, a classificação em vista da matricula feita pela estação fiscal, ficando entretanto salvo aquelles africanos o direito de allegar perante os

Tribunaes competentes a justiça que lhes assistir, fundada na Lei de 7 de Novembro de 1831.

O que tudo visto e examinado, mereceu a approvação deste Ministerio e assim o communico a V. Ex., em resposta ao citado officio.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia da Bahia.



#### N. 120 — EM 23 DE DEZEMBRO DE 1886

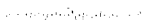
Resolve dous casos de competencia do Juiz de orphãos e exclusão de seu supplente.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 27.— Rio de Janeiro em 23 de Dezembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., relativamente á materia do seu officio de 30 de Setembro ultimo, que, em ambos os casos da consulta do Juiz de orphãos dos termos de Granito e do Exú, deve funcionar o mesmo Juiz, e não tambem o seu supplente em Exú, quando os escravos classificados pertencerem a este termo, uma vez que as matriculas e classificações dos escravos de ambos são feitas no termo do Granito, onde está a Collectoria.

Convem, entretanto, advertir que, si ao referido Juiz cabe declarar a liberdade dos escravos classificados para os fins da Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871, não cabe fazel-o em relação aos sexagenarios, antes do prazo do art. 11, § 4º, do Regulamento de 14 de Novembro do anno findo, mas simplesmente communicar aos ex-senhores o novo estado de taes escravos, nos termos da Circular de 23 de Dezembro e para os fins nella expressos.

Deus Guarde a V. Ex.— *Antonio da Silva Prado*.— Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



#### N. 121 — EM 28 DE DEZEMBRO DE 1886

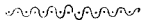
Autorisa as Presidencias de Provincia a designar a localidade em que devem ser concedidos prazos de terras a voluntarios.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.— Directoria da Agricultura.— 2ª Secção.— N. 1.— Circular.— Rio de Janeiro em 28 de Dezembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Para a boa execução da Circular de 19 de Setembro do anno findo, autoriso V. Ex., quando os voluntarios

do Exercicio pedirem o prazo de terras de que trata a Lei n. 2991 de 21 de Setembro de 1880, art. 2º, § 2º, a designar localidade em que o dito prazo seja concedido, visto acharem-se emancipadas as colonias do Estado.

Deus Guarde a V. Ex. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Presidente da Provincia de...



N. 422 — EM 28 DE DEZEMBRO DE 1886

Estabelece regras para a cobrança do imposto adicional de 5 % em relação ás taxas de transporte pelas estradas de ferro.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Directoria das Obras Publicas. — 2ª Secção. — N. 154. — Circular. — Rio de Janeiro em 28 de Dezembro de 1886.

Suscitando-se duvidas sobre o modo pratico por que, em relação ás taxas de transporte, se deveria proceder á cobrança do imposto adicional de 5 %, a que se refere o Decreto n. 9593 de 7 de Maio do corrente anno, e tendo sido submittidos á deliberação do Ministerio da Fazenda os quesitos formulados a semelhante respeito pelo Director da Estrada de Ferro D. Pedro II, resolveu aquelle Ministerio que o dito imposto só recaia sobre as taxas de 15000 para cima, sendo, por conseguinte, de 50 rs. o augmento minimo, e desprezando-se as fracções de 5 réis, sempre que ellas se apresentarem nos calculos.

O que lhe communico para os devidos effeitos.

Deus Guarde a Vm. — *Antonio da Silva Prado*. — Sr. Director Engenheiro chefe da estrada de ferro de...



# INDICE DAS DECISÕES

---

## MINISTERIO DA FAZENDA

|                                                                                                                                                                                                               | Pags. |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 1 — Em 2 de Janeiro de 1886.— Declara que as apolices da divida publica não podem ser consideradas como bens immoveis quando forem permutadas por bens dessa natureza .....                                | 1     |
| N. 2 — Em 11 de Janeiro de 1886.— Sobre um pedido de terreno feito pela Camara Municipal de Angra dos Reis....                                                                                                | 2     |
| N. 3 — Em 11 de Janeiro de 1886.— A exoneração de pagamento do imposto de industrias e profissões pelo motivo de acabar-se com o negocio, deve ser requerida perante a respectiva estação fiscal.....         | 2     |
| N. 4 — Em 12 de Janeiro de 1886.— Provimento de um recurso sobre multa imposta por falta de communicação da libertação de uma escrava.....                                                                    | 3     |
| N. 5 — Em 13 de Janeiro de 1886.— Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes no municipio de Regeneração, Provincia do Piahy.....                                                                  | 4     |
| N. 6 — Em 14 de Janeiro de 1886.— Autoriza a cunhagem de novas moedas de nikel de 100 rs.....                                                                                                                 | 4     |
| N. 7 — Em 16 de Janeiro de 1886.— Indeferimento do requerimento de um Administrador de Capatazias extincto, em que pede ser nomeado para emprego de vencimentos correspondentes aos do seu logar.....         | 5     |
| N. 8 — Em 16 de Janeiro de 1886.— Declara que, no caso de concessão de liberdade gratuita, não se póde exigir o pagamento de qualquer divida proveniente de infracção do Regulamento da taxa de escravos..... | 5     |
| N. 9 — Em 16 de Janeiro de 1886.— Indeferimento de um recurso contra multa de direitos em dobro por differença de quantidade verificada em um despacho de entremeios bordados a machina.....                  | 6     |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                           |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| N. 10 — Em 19 de Janeiro de 1886. — Determina que se remet-<br>tam á Secretaria da Agricultura relações dos concessio-<br>narios das patentes de invenção, que tiverem pago as an-<br>nuidades das mesmas patentes.....                                                                   | 7  |
| N. 11 — Em 19 de Janeiro de 1886. — Declara que não se deve<br>exigir manifesto da carga que os vapores da Companhia<br><i>Liverpool Brasil and River Plate</i> transportam para o<br>Rio de Janeiro para d'aquí remetterem para o Sul do<br>Imperio por cabotagem.....                   | 7  |
| N. 12 — Em 21 de Janeiro de 1886. — A faculdade de se poder<br>annullar dividas provenientes de taxa de escravos, nos<br>casos de morte ou manumissão, refere-se a qualquer mez<br>do exercicio.....                                                                                      | 8  |
| N. 13 — Em 21 de Janeiro de 1886. — Não se pôde permittir que<br>os Escrivães encarregados do registro civil indenizem<br>por prestações a importância do sello dos seus livros..                                                                                                         | 9  |
| N. 14 — Em 21 de Janeiro de 1886. — Manda entregar á Caixa<br>Economica do Paraná os emolumentos arrecadados em<br>virtude do art. 117 do Regulamento de 18 de Abril de<br>1871.....                                                                                                      | 9  |
| N. 15 — Em 26 de Janeiro de 1886. — Indeferimento do recurso<br>do empresario da illuminação a gaz do Recife contra o<br>despacho que lhe negou isenção de direitos de tijolos de<br>fogo.....                                                                                            | 10 |
| N. 16 — Em 26 de Janeiro de 1886. — Confirma a apprehensão de<br>um contabando, e declara que o pedido de certidão não<br>interrompe o prazo estabelecido para a interposição do<br>recurso.....                                                                                          | 10 |
| N. 17 — Em 28 de Janeiro de 1886. — Confirma a apprehensão de<br>uma caixa contendo, além da mercadoria declarada,<br>mais 10 duzias de collarinhos e 10 ditas de punhos<br>de linho.....                                                                                                 | 11 |
| N. 18 — Em 29 de Janeiro de 1886. — Manda responsabilisar um<br>Juiz por ter homologado uma partilha sem o prévio pa-<br>gamento do sello proporcional devido pelos respectivos<br>quinhões hereditarios.....                                                                             | 12 |
| N. 19 — Em 4 de Fevereiro de 1886. — Autoriza o despacho livre<br>dos objectos nacionaes que tiverem de ser enviados para<br>a Exposição de productos sul-americanos em Berlim...                                                                                                         | 13 |
| N. 20 — Em 5 de Fevereiro de 1886. — Indeferimento do recurso<br>do representante da <i>Western Brazilian Telegraph Com-<br/>pany, limited</i> , contra a decisão que o obrigou ao paga-<br>mento do imposto de industrias e profissões, por não<br>ter provado que não é remunerado..... | 13 |
| N. 21 — Em 9 de Fevereiro de 1886. — Declara que do vencimen-<br>to do Conselheiro de Estado Lafayette Rodrigues<br>Pereira, na qualidade de membro das Comissões inter-<br>nacionaes do Chile, é devido o sello de 5 %.....                                                              | 14 |
| N. 22 — Em 13 de Fevereiro de 1886. — Os Almoxarifes das Re-<br>partições subordinadas ao Ministerio da Agricultura<br>têm direito ás respectivas gratificações enquanto esti-<br>verem assistindo o inventarios de entrega.....                                                          | 14 |

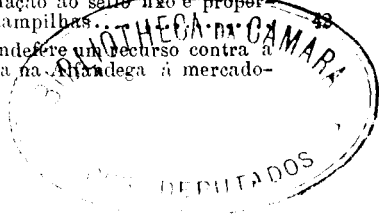
Pags.

|                                                                                                                                                                                                                                            |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| N. 23 — Em 15 de Fevereiro de 1886. — Declara que podem ser recolhidos á Caixa Economica de Pernambuco os peculios dos sentenciados residentes no Presidio de Fernando de Noronha, e dá instrucções regulando esses recolhimentos.....     | 15 |
| N. 24 — Em 16 de Fevereiro de 1886. — Para o calculo do sello, a que estão sujeitas as nomeações de Telegraphistas, deve-se levar em conta o que porventura se houver pago pelas anteriores.....                                           | 16 |
| N. 25 — Em 16 de Fevereiro de 1886. — Declara que, desde que não estejam annexas as Collectorias de rendas geraes e provinciaes, ha incompatibilidade no exercicio cumulativo das mesmas.....                                              | 17 |
| N. 26 — Em 23 de Fevereiro de 1886. — Provimto de um recurso sobre exigencia de direitos integros de latas de kerosene, que se extravasou.....                                                                                             | 17 |
| N. 27 — Em 26 de Fevereiro de 1886. — Só estão isentas dos direitos de expediente as mercadorias a que se referem o art. 7º das Preliminares da Tarifa e art. 575 da Consolidação.....                                                     | 18 |
| N. 28 — Em 27 de Fevereiro de 1886. — Approva a annexação temporaria da Collectoria de Campos Novos á de Lages, em Santa Catharina.....                                                                                                    | 18 |
| N. 29 — Em 4 de Março de 1886. — Deve pagar o sello fixo e não o proporcional, a nomeação de Ajudante do Inspector do Arsenal de Marinha de Pernambuco.....                                                                                | 19 |
| N. 30 — Em 6 de Março de 1886. — Sobre o sello a que estão sujeitas as nomeações de officiaes da Armada para empregos administrativos em Repartições ou estabelecimentos militares.....                                                    | 19 |
| N. 31 — Em 9 de Março de 1886. — Determina que não se continue a impôr multas por infracção das disposições da Lei n. 2040 de 1871 e Regulamento n. 7536 de 1879, visto já estar annuciado o prazo para a nova matrícula dos escravos..... | 20 |
| N. 32 — Em 11 de Março de 1886. — Só por meio de recurso poderão os Capellães de nucleos coloniaes obter dispensa do pagamento da revalidação do sello dos livros a seu cargo.....                                                         | 21 |
| N. 33 — Em 15 de Março de 1886. — São isentos do sello os livros em que têm de ser lavrados os autos da declaração judicial da liberdade dos escravos de 60 annos.....                                                                     | 21 |
| N. 34 — Em 23 de Março de 1886. — Indeferimento de um recurso sobre mercadoria não classificada e não assemelhavel a outra da Tarifa, e que foi considerada como filó, para pagar direitos <i>ad valorem</i> .....                         | 22 |
| N. 35 — Em 27 de Março de 1886. — Indeferi um recurso de decisão da Recebedoria do Rio de Janeiro, que exigiu o imposto de transmissão de quatro apolices da dívida publica deixadas á Ordem Terceira do Senhor Bom Jesus do Calvario..... | 22 |



|                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Pags. |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 36 — Em 2 de Abril de 1886. — Classifica na 1. <sup>a</sup> classe da tabella A, para pagamento do respectivo imposto, a profissão de Agrimensor.....                                                                                                                                  | 23    |
| N. 37 — Em 2 de Abril de 1886. — Autoriza a Thesouraria de Pernambuco para mandar arrecadar o imposto provincial de <i>gyro mercantil</i> .....                                                                                                                                           | 24    |
| N. 38 — Em 2 de Abril de 1886. — Trata do imposto de 2:000\$ sobre casas de commissão de escravos.....                                                                                                                                                                                    | 24    |
| N. 39 — Em 3 de Abril de 1886. — As estradas de ferro só gozam da isenção de direitos para os objectos necessarios ao seu primeiro estabelecimento.....                                                                                                                                   | 26    |
| N. 40 — Em 5 de Abril de 1886. — Manda incluir o arame de ferro na tabella 7. <sup>a</sup> do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, afim de poder ser despachado sobre agua....                                                                                                          | 26    |
| N. 41 — Em 5 de Abril de 1886. — Sobre empregados sorteados para o serviço do Jury.....                                                                                                                                                                                                   | 27    |
| N. 42 — Em 5 de Abril de 1886. — Nos concursos para provimento de empregos de Fazenda não se admittem individuos que queiram prestar exame somente em seu interesse particular.....                                                                                                       | 27    |
| N. 43 — Em 5 de Abril de 1886. — Approva a designação de um Agente do Correio para servir de Collector.....                                                                                                                                                                               | 28    |
| N. 44 — Em 8 de Abril de 1886. — Communica a emissão de novas estampilhas de 100 réis, e dá os respectivos signaes.....                                                                                                                                                                   | 29    |
| N. 45 — Em 9 de Abril de 1886. — Dá provimento a um recurso contra multa de direitos em dobro, visto ter sido accita a nota do despacho sem as precisas declarações; e observa que os papéis pertencentes a recursos encaminhados ao Thesouro devem vir em original, e não por cópia..... | 29    |
| N. 46 — Em 10 de Abril de 1886. — Por quem devem ser assignados os traspassos, por escripto particular, das cautelas do emprestimo de 50.000:000\$000.....                                                                                                                                | 30    |
| N. 47 — Em 12 de Abril de 1886. — Indeferimento do recurso da Companhia «Fabrica de tecidos <i>Rink</i> » contra a exigencia do pagamento do imposto de industrias e profissões no exercicio de 1883-1884.....                                                                            | 31    |
| N. 48 — Em 13 de Abril de 1886. — Divide em — soldo — e — etapa — os vencimentos dos patroes e remadores dos escaletes da Alfandega de Santos.....                                                                                                                                        | 31    |
| N. 49 — Em 14 de Abril de 1886. — E' da exclusiva competencia das Alfandegas a restituição dos direitos por ellas arrecadados.....                                                                                                                                                        | 32    |
| N. 50 — Em 15 de Abril de 1886. — A Caixa da Amortização não deve recusar os averbamentos requeridos pelos legitimos possuidores de apolices, em plena propriedade ou em usufructo.....                                                                                                   | 32    |
| N. 51 — Em 17 de Abril de 1886. — O Lente da Faculdade de Medicina, quando licenciado, não pode exercer qualquer outro emprego na mesma Faculdade.....                                                                                                                                    | 33    |

|                                                                                                                                                                                                                         | Pags. |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 52 — Em 21 de Abril de 1886. — Fixa o premio para os depósitos da Caixa Economica e o juro dos empréstimos do Monte de Soccorro do Espirito Santo.....                                                               | 34    |
| N. 53 — Em 28 de Abril de 1886. — Não se deve descontar a gratificação adicional concedida aos Lentes e Professores das Faculdades de Direito e cursos a ellas annexos, quando faltarem por motivo justificado.....     | 34    |
| N. 54 — Em 28 de Abril de 1886. — Os encarregados do arrolamento de escravos têm direito á quota de 120 réis, deduzidos dos emolumentos pagos pela matricula de cada um delles.....                                     | 35    |
| N. 55 — Em 30 de Abril de 1886. — Indeferimento de um recurso da Companhia Beberibe, contra a recusa de isenção de direitos para o respectivo material.....                                                             | 36    |
| N. 56 — Em 4 de Maio de 1886. — Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes na villa de Agua Preta, Provincia de Pernambuco.....                                                                              | 36    |
| N. 57 — Em 19 de Maio de 1886. — Manda restituir a importancia dos direitos pagos por 200 cobertores importados para o Collegio de caridade de Nossa Senhora do Bom Conselho, estabelecido na Provincia de Pernambuco.. | 37    |
| N. 58 — Em 20 de Maio de 1886. — As embarcações empregadas no commercio de cabotagem entre os portos do Imperio não precisam de novo passaporte para cada viagem que fizerem.....                                       | 38    |
| N. 59 — Em 20 de Maio de 1886. — Declara em que casos tem lugar o despacho livre de objectos importados para o uso, conservação e reparo de estradas de ferro.....                                                      | 38    |
| N. 60 — Em 21 de Maio de 1886. — O recurso para a revisão das contas de um responsavel da Fazenda Nacional deve ser interposto na forma prescripta no § 2º do art. 29 do Decreto n. 2548 de 1860.....                   | 39    |
| N. 61 — Em 21 de Maio de 1886. — Não se attende a declarações de differenças de qualidade das mercadorias, depois de distribuidas as notas dos respectivos despachos.....                                               | 40    |
| N. 62 — Em 24 de Maio de 1886. — As Mesas de rendas e Collectorias não têm competencia para substituir notas dilaceradas, mas somente para recebê-las em pagamento de impostos.....                                     | 40    |
| N. 63 — Em 24 de Maio de 1886. — Provimento de um recurso sobre multa de direitos dobrados, por differença de quantidade da mercadoria, visto ser tal differença devida a manifesto equívoco.....                       | 41    |
| N. 64 — Em 26 de Maio de 1886. — A expedição dos passaportes das embarcações nacionaes é da exclusiva competencia das Alfandegas.....                                                                                   | 42    |
| N. 65 — Em 28 de Maio de 1886. — Sobre a cobrança da taxa adicional de 5 % em relação ao sello fixo e proporcional pago por meio de estampilhas.....                                                                    | 43    |
| N. 66 — Em 5 de Junho de 1886. — Indeferê um recurso contra a classificação de alcool, dada na Alfandega á mercado-                                                                                                     |       |



|                                                                                                                                                                                                                                                           |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| ria submittida a despacho como — espirito de pão — ; e providencia sobre as declarações que devem conter as notas de despacho.....                                                                                                                        | 13 |
| N. 67 — Em 8 de Junho de 1886. — Para a cobrança do sello devido pelas nomeações de Juizes Municipaes, deve-se levar em conta o que os nomeados tenham pago pelas de outros empregos.....                                                                 | 14 |
| N. 68 — Em 8 de Junho de 1886. — Os Directores da Companhia Locomotora Pernambucana estão sujeitos ao imposto de indústrias e profissões.....                                                                                                             | 15 |
| N. 69 — Em 12 de Junho de 1886. — Declara que das decisões arbitraes não ha recurso para a instancia superior, salvo o caso do art. 764, n. 2, do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 ; e que tales decisões devem cingir-se ao caso controvertido..... | 16 |
| N. 70 — Em 15 de Junho de 1886. — As nomeações de Directores de Arsenaes estão sujeitas ao sello de 9 %.....                                                                                                                                              | 17 |
| N. 71 — Em 16 de Junho de 1886. — Declara que não se deve cobrar o imposto adicional de 5 % sobre a contribuição de penna d'agua.....                                                                                                                     | 17 |
| N. 72 — Em 17 de Junho de 1886. — Autoriza a cunhagem das moedas de nickel de 50 réis.....                                                                                                                                                                | 18 |
| N. 73 — Em 17 de Junho de 1886. — Communica a emissão de moedas de nickel de 50 réis.....                                                                                                                                                                 | 18 |
| N. 74 — Em 18 de Junho de 1886. — Declara que não ha substituição entre os Escripturarios das Repartições de Fazenda, embora sirvam em Repartição diversa daquella a que pertencem.....                                                                   | 19 |
| N. 75 — Em 23 de Junho de 1886. — Sendo de sesmaria os terrenos que forem cortados por estradas de ferro do Estado, nenhum direito tem o respectivo proprietario á indemnização do valor delles.....                                                      | 19 |
| N. 76 — Em 25 de Junho de 1886. — Determina que continuem em vigor durante os quatro primeiros mezes do exercicio de 1886 - 1887 as Leis ns. 3229 e 3230 de 3 de Setembro de 1884.....                                                                    | 50 |
| N. 77 — Em 26 de Junho de 1886. — Providencia a respeito das notas propositalmente cortadas ou estragadas.....                                                                                                                                            | 50 |
| N. 78 — Em 26 de Junho de 1886. — Não estão sujeitos a sello os documentos dados aos expeditores de mercadorias pela Estrada de Ferro D. Pedro II.....                                                                                                    | 51 |
| N. 79 — Em 3 de Julho de 1886. — Decisão sobre o despacho livre de direitos para objectos contidos em uma caixa, e que na nota do despacho figuram em tres.....                                                                                           | 52 |
| N. 80 — Em 6 de Julho de 1886. — Não está sujeita a novo sello a nomeação substitutiva de outra que, tendo-o pago, fôr declarada nulla por ter sido assignada por autoridade incompetente.....                                                            | 52 |
| N. 81 — Em 7 de Julho de 1886. — Declara o sentido da palavra — mesela — empregada indefinidamente no art. 561 e outros da Tarifa actual.....                                                                                                             | 53 |

|                                                                                                                                                                                                             |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| N. 82 — Em 13 de Julho de 1886.— Explica a disposição contida no art. 19 do Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, sobre diferenças entre adições da mesma nota de despacho.....                           | 54 |
| N. 83 — Em 14 de Julho de 1886.— As Collectorias nas Províncias só recebem e cumprem ordens directamente ou por intermedio das respectivas Thesourarias de Fazenda a que estão subordinadas.....            | 54 |
| N. 84 — Em 15 de Julho de 1886.— Da venda de estampilhas não é cobravel o sello adicional de 5 % e declara que as estações de arrecadação só escripturam o producto desse imposto por ellas arrecadado..... | 55 |
| N. 85 — Em 19 de Julho de 1886.— O imposto de praticagem da barra não está sujeito á taxa adicional de 5 %.....                                                                                             | 56 |
| N. 86 — Em 22 de Julho de 1886.— As substituições temporarias entre empregados da mesma Repartição não estão sujeitas ao pagamento de sello.....                                                            | 56 |
| N. 87 — Em 23 de Julho de 1886.— A assignatura do Juiz competente sobre a estampilha de uma preccatoria não é razão para que seja impugnado o cumprimento desta.....                                        | 57 |
| N. 88 — Em 23 de Julho de 1886.— Creação de uma Collectoria na villa de Tibagy e actos subsequentes.....                                                                                                    | 58 |
| N. 89 — Em 28 de Julho de 1886.— Declara a legislação que regula os casos dubios de diferenças de quantidade ou de qualidade.....                                                                           | 58 |
| N. 90 — Em 29 de Julho de 1886.— O art. 39 do Regulamento de 18 de Outubro de 1878 sobre imposto predial só se refere aos casos ordinarios de transmissão <i>inter vivos</i> ...                            | 59 |
| N. 91 — Em 7 de Agosto de 1886.— Ordena se remetta a cada um dos Ministerios os balanços e documentos das respectivas despesas, realizadas pelas Thesourarias de Fazenda.....                               | 60 |
| N. 92 — Em 10 de Agosto de 1886.— Os direitos de 60 % adicionais aos de consumo são passíveis da taxa de 5 % do Decreto de 7 de Maio de 1886.....                                                           | 60 |
| N. 93 — Em 12 de Agosto de 1886.— E' da exclusiva competencia dos Inspectores das Alfandegas a suspensão dos Comandantes dos respectivos cruzadores.....                                                    | 61 |
| N. 94 — Em 13 de Agosto de 1886.— Declara que continúa em vigor nos quatro primeiros mezes do corrente exercicio a distribuição de creditos feita para o anterior.....                                      | 62 |
| N. 95 — Em 14 de Agosto de 1886.— Os emolumentos ou percentagens a que tenham direito os funcionarios publicos não podem ser retidos ou sujeitos a encontro.....                                            | 62 |
| N. 96 — Em 14 de Agosto de 1886.— Sujeita a porte do Correio, pago pelos interessados, os recursos vindos das Províncias para o Tribunal do Thesouro ou para este Ministerio.....                           | 63 |
| N. 97 — Em 18 de Agosto de 1886.— O sello das certidões está sujeito á taxa adicional de 5 % do Decreto de 7 de Maio de 1886, não o estando, entretanto, a venda das estampilhas.....                       | 64 |

|                                                                                                                                                                                                         | Pags. |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 98 — Em 19 de Agosto de 1886. — A renda das apolices, ainda averbadas como bens dotaes, póde ser objecto de cessão.                                                                                  | 64    |
| N. 99 — Em 20 de Agosto de 1886. — Declara que a distribuição de credits para despezas com as estradas de ferro do Estado no exercicio de 1885-1886, deve vigorar nos quatro primeiros mezes do actual. | 65    |
| N. 100 — Em 20 de Agosto de 1886. — Transferencia de apolices constitutivas de uma herança, cujo direito fora penhorado por divida, na ausencia do herdeiro.                                            | 66    |
| N. 101 — Em 20 de Agosto de 1886. — Restabelece a Collectoria de Agua-Preta                                                                                                                             | 67    |
| N. 102 — Em 23 de Agosto de 1886. — Informações sobre relação e cunhagem das moedas de ouro e de prata do Imperio.                                                                                      | 67    |
| N. 103 — Em 23 de Agosto de 1886. — As distribuições das falencias de negociantes em estado de divida para com a Fazenda Nacional passam a ser remetidas á Recebedoria do Rio de Janeiro.               | 68    |
| N. 104 — Em 24 de Agosto de 1886. — A nomeação dos Directores dos Arsenalles de Guerra está sujeita ao pagamento do sello proporcional.                                                                 | 69    |
| N. 105 — Em 26 de Agosto de 1886. — Fixa a percentagem pela venda de estampilhas e providencia sobre o fornecimento das mesmas aos Administradores de Mesas de vendas e Collectorias.                   | 70    |
| N. 106 — Em 26 de Agosto de 1886. — Os titulos expedidos e licenças concedidas, cujo sello não foi pago até 1 de Julho de 1886, estão sujeitos á taxa adicional de 5 %.                                 | 71    |
| N. 107 — Em 30 de Agosto de 1886. — Remette exemplares do Decreto n. 9629 de 24 do corrente, para a devida execução.                                                                                    | 71    |
| N. 108 — Em 6 de Setembro de 1886. — As prestações do sello de nomeações pagas no exercicio de 1886-1887 estão sujeitas á taxa adicional de 5 %.                                                        | 72    |
| N. 109 — Em 11 de Setembro de 1886. — Approva a criação de uma Collectoria na villa de Brotal de Macahubas.                                                                                             | 72    |
| N. 110 — Em 11 de Setembro de 1886. — Approva a criação de uma Collectoria de rendas goraes na villa de Riachão de Jacupe.                                                                              | 73    |
| N. 111 — Em 13 de Setembro de 1886. — Os hospitaes das Ordens Terceiras não têm direito ao fornecimento gratuito d'agua.                                                                                | 73    |
| N. 112 — Em 15 de Setembro de 1886. — Manda assemelhar a — escriptorio de commissões — as casas de receber café dos fazendeiros, remettendo-o por conta destes ao commissario.                          | 74    |
| N. 113 — Em 16 de Setembro de 1886. — Explica o art. 8º do Regulamento de 14 de Novembro de 1885.                                                                                                       | 74    |
| N. 114 — Em 16 de Setembro de 1886. — Approva a criação de uma Collectoria de rendas goraes na villa da Serrinha.                                                                                       | 75    |

Pags.

|                                                                                                                                                                                                                                            |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| N. 115 — Em 18 de Setembro de 1886. — Determina a remessa de tabellas das porcentagens que devem perceber os empregados das Mesas de rendas e Collectorias, e o termo médio das rendas arrecadadas nos exercicios de 1883 a 1886.....      | 75 |
| N. 116 — Em 20 de Setembro de 1886. — Os empregados do Juizo dos Feitos da Fazenda não têm direito a custas por diligencias contra collectados insolvaveis.....                                                                            | 76 |
| N. 117 — Em 25 de Setembro de 1886. — Eleva o numero dos Despachantes geraes da Alfandega de Uruguayana.....                                                                                                                               | 77 |
| N. 118 — Em 25 de Setembro de 1886. — Não tem direito a vencimento algum o empregado suspenso por pronuncia em crime commum, do qual não foi absolvido.....                                                                                | 77 |
| N. 119 — Em 28 de Setembro de 1886. — Providencia sobre o modo de escripturar os valores recolhidos aos cofres de depositos e caucões.....                                                                                                 | 78 |
| N. 120 — Em 1 de Outubro de 1886. — Resolve duvidas sobre a imposição da taxa adicional de 5 %.....                                                                                                                                        | 78 |
| N. 121 — Em 2 de Outubro de 1886. — Estão em inteiro vigor por parte do Imperio as disposições aluaneiras de 1860 e actos posteriores sobre transito de mercadorias cujos donos pretendam reexportal-as para a Republica de Venezuela..... | 79 |
| N. 122 — Em 5 de Outubro de 1886. — A Circular n. 49 de 26 de Agosto ultimo, sobre fornecimento de estampilhas do sello adhesivo, não se refere ás Alfandegas nem á Recbedoria do Rio de Janeiro.....                                      | 80 |
| N. 123 — Em 6 de Outubro de 1886. — Declara o numero de manifestos que devem trazer os navios que conduzirem carga para os portos do Brazil.....                                                                                           | 80 |
| N. 124 — Em 8 de Outubro de 1886. — Permite a descarga, no porto do Descalvado, de mercadorias estrangeiras destinadas a Santa Cruz de la Sierra, na Republica da Bolivia.....                                                             | 82 |
| N. 125 — Em 12 de Outubro de 1886. — Declara que não é preciso que os Engenheiros apresentem seus titulos ou cartas de habilitação scientifica ás Repartições de Fazenda, para receberem seus vencimentos.....                             | 83 |
| N. 126 — Em 16 de Outubro de 1886. — Exige informações sobre o modo por que se procede á remessa e escripturação de notas trocadas e substituidas.....                                                                                     | 83 |
| N. 127 — Em 22 de Outubro de 1886. — Communica a emissão de novas estampilhas de 200 réis e 5\$000, e dá os respectivos signaes.....                                                                                                       | 84 |
| N. 128 — Em 23 de Outubro de 1886. — Remetti exemplares da Lei de orçamento para o exercicio de 1886-1887 e 2º semestre de 1887.....                                                                                                       | 85 |
| N. 129 — Em 25 de Outubro de 1886. — As cadernetas de Caixas Economicas não podem servir de garantia aos responsaveis da Fazenda Publica.....                                                                                              | 85 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                         | Pags. |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 130 — Em 26 de Outubro de 1886. — Declara como deve ser collectada a <i>Central Sugar Factories of Brasil Company limited</i> , de Pernambuco, para o pagamento dos impostos predial e de industrias e profissões relativos aos engenhos e edificios que possue..... | 86    |
| N. 131 — Em 28 de Outubro de 1886. — Estão isentos do pagamento do imposto de industrias e profissões os Directores não remunerados de companhias ou associações anonymas.....                                                                                          | 87    |
| N. 132 — Em 28 de Outubro de 1886. — Declara não estarem sujeitas ao sello proporcional pela transferencia a terceiro umas apolices em que foram convertidos bens deixados em usufructo.....                                                                            | 87    |
| N. 133 — Em 28 de Outubro de 1886. — Os individuos estabelecidos nas colonias do Estado ou de particulares não estão isentos do pagamento dos impostos geraes determinados em lei.....                                                                                  | 88    |
| N. 134 — Em 29 de Outubro de 1886. — Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes na villa de Penalva..                                                                                                                                                        | 89    |
| N. 135 — Em 29 de Outubro de 1886. — As amostras cujo valor official exceda de 100\$ estão sujeitas ao pagamento de direitos de consumo.....                                                                                                                            | 89    |
| N. 136 — Em 30 de Outubro de 1886. — Explica os arts. 14 e 19 da Lei n. 3313 de 16 do corrente mez.....                                                                                                                                                                 | 90    |
| N. 137 — Em 3 de Novembro de 1886. — Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes na villa da Arêa, Provincia da Bahia.....                                                                                                                                    | 90    |
| N. 138 — Em 4 de Novembro de 1886. — Explica a Ordem n. 212 de 30 de Junho de 1871 sobre direitos das mercadorias achadas fluctuando no mar ou arrojadas ás praias.....                                                                                                 | 91    |
| N. 139 — Em 8 de Novembro de 1886. — Estão sujeitas ao imposto de transmissão de propriedade as heranças e legados deixados em apolices, ainda que estas tenham de ser vendidas para cumprimento das disposições testamentarias.....                                    | 91    |
| N. 140 — Em 10 de Novembro de 1886. — A responsabilidade dos exatores da Fazenda Nacional não se extingue pelo facto da demissão.....                                                                                                                                   | 92    |
| N. 141 — Em 10 de Novembro de 1886. — Explica os casos de liberalidade de que tratam o Aviso de 8 e a Ordem de 15 de Junho de 1872.....                                                                                                                                 | 93    |
| N. 142 — Em 16 de Novembro de 1886. — Sobre a importação de diversos generos de procedencia argentina ou oriental..                                                                                                                                                     | 93    |
| N. 143 — Em 18 de Novembro de 1886. — Manda cumprir estritamente as medidas tomadas pelo Governo, relativamente á importação de diversos generos de procedencia argentina ou oriental.....                                                                              | 94    |
| N. 144 — Em 18 de Novembro de 1886. — Declara os casos em que se deve instaurar processo fiscal por cumplicidade em contrabando.....                                                                                                                                    | 96    |

Pags.

|                                                                                                                                                                                                                                                                  |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| N. 145 — Em 19 de Novembro de 1886. — Autoriza a designação de um empregado das The-sourarias para assistir ao recebimento dos volumes remetidos aos Arsenaes de Guerra e aos depositos de artigos bellicos das Provincias.....                                  | 97  |
| N. 146 — Em 20 de Novembro de 1886. — A concessão do meio soldo não invalida com a circumstancia de assentar praça o menor que está no gozo d'ella .....                                                                                                         | 97  |
| N. 147 — Em 24 de Novembro de 1886. — Declara só estar sujeita ao sello a transferencia de apolices inscriptas em nome de uns fidei-commissarios antes do Decreto de 4 de Março de 1868.....                                                                     | 98  |
| N. 148 — Em 27 de Novembro de 1886. — Declara que a prisão administrativa dos responsaveis alcançados para com a Fazenda Publica é admissivel ainda depois de demittidos os ditos responsaveis.....                                                              | 99  |
| N. 149 — Em 27 de Novembro de 1886. — Declara os impostos a que está sujeita a transferencia de umas apolices feita por testamenteiro e fidei-commissario com poderes dis-cionarios.....                                                                         | 99  |
| N. 150 — Em 27 de Novembro de 1886. — Deve ser pago integralmente, segundo o numero dos respectivos bilhetes, o sello das loterias, ainda que a extracção destas se verifique por series.....                                                                    | 100 |
| N. 151 — Em 29 de Novembro de 1886. — Não gozam do favor de certidão gratuita para effeito eleitoral os empregados que não têm direito a aposentadoria.....                                                                                                      | 101 |
| N. 152 — Em 30 de Novembro de 1886. — Resolve duvidas sobre a transferencia de umas apolices compradas pelos deposita-rios de uma somma, cujo rendimento devia ser entregue a determinadas pessoas.....                                                          | 101 |
| N. 153 — Em 4 de Dezembro de 1886. — Approva a creação de uma Collectoria de rendas geraes no municipio de S. João do Piahy.....                                                                                                                                 | 103 |
| N. 154 — Em 11 de Dezembro de 1886. — Dá regras para o paga-mento de bilhetes dilacerados das loterias geraes do Estado.....                                                                                                                                     | 104 |
| N. 155 — Em 17 de Dezembro de 1886. — Declara subsistente, para produzir todos os seus effeitos legais, uma decisão da Alfandega de Pernambuco sobre arrematação de farinha de trigo avariada, a qual fôra annullada pela respectiva Thesouraria de Fazenda..... | 104 |
| N. 156 — Em 18 de Dezembro de 1886. — Approva a creação de uma Collectoria de rendas geraes no municipio da villa do Brejo Alegre .....                                                                                                                          | 106 |
| N. 157 — Em 20 de Dezembro de 1886. — Proroga o prazo mar-cado para o recebimento, sem desconto, das notas de 2\$ da 5. <sup>a</sup> estampa, 5\$ da 7. <sup>a</sup> e 10\$ da 6. <sup>a</sup> .....                                                             | 106 |
| N. 158 — Em 21 de Dezembro de 1886. — A disposição do art. 59, § 1. <sup>o</sup> , do Regulamento de 14 de Fevereiro de 1885 com-prehendo quaesquer menores que possuam apolices.....                                                                            | 107 |



|                                                                                                                                                                   | Pags. |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| N. 159 — Em 22 de Dezembro de 1886. — Explica como se deve entender o art. 23 das Disposições preliminares da Tarifa em vigor.....                                | 108   |
| N. 160 — Em 27 de Dezembro de 1886. — Os predios adquiridos pela <i>Mitva</i> estão sujeitos á taxa de 4 %, além da de 6 %.                                       | 109   |
| N. 161 — Em 30 de Dezembro de 1886. — A subrogação de predios por apolices está sujeita ás taxas de 6 % pela transmissão do predio e de 10 % pela subrogação..... | 109   |

---

## MINISTERIO DA FAZENDA

N. 1 — EM 2 DE JANEIRO DE 1886

Declara que as apolices da divida publica não podem ser consideradas como bens immoveis quando forem permutadas por bens dessa natureza.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 2 de Janeiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso transmittido com o seu officio n. 247 de 18 de Setembro proximo passado, interposto por José Nogueira de Souza, da decisão da dita Thesouraria, confirmando a da Recebeloria das rendas internas, que negou-lhe a restituição da differença entre a quantia de 211\$999, proveniente do imposto de transmissão de propriedade que lhe foi cobrado, á razão de 6 %, na forma do art. 2º do Regulamento annexo ao Decreto n. 5581 de 31 de Março de 1874, sobre 3:533\$332, valor das partes do predio de sobrado n. 73 da rua do Imperador que pertenciam aos menores Gonçalo e Maria, herdeiros do Padre Antonio Jacome de Araujo, e o que pretendia pagar, á razão de 1/10 % sobre 3:400\$, valor de quatro apolices da divida publica, por que foram permutadas as mencionadas partes do dito predio, e 6 % sobre o excesso de 133\$332; — visto não poderem as apolices da divida publica ser consideradas bens immoveis, quando são permutadas por bens dessa natureza, e não ter applicação ao caso a Ordem n. 164 de 13 de Março de 1880, citada pelo recorrente, a qual declara ser necessaria licença do Juizo de Orphãos para a venda de uma apolice da divida publica pertencente a um menor.

*F. Belisario Soares de Souza.*

## N. 2 — EM 11 DE JANEIRO DE 1886

Sobre um pedido de terreno feito pela Camara Municipal de Angra dos Reis.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 11 de Janeiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em resposta aos seus officios de 29 de Abril e 1 de Novembro do anno proximo passado, com os quaes V. Ex. remetteu-me os papeis relativos ao pedido, que faz a Camara Municipal da cidade de Angra dos Reis, de serem restituídos ao seu patrimonio sete metros e cinco decimetros de terreno, onde está edificado um sobrado, com frente para as ruas do Commercio e de Santa Thereza, da mesma cidade, e fundos até ao mar, o qual foi por ella aforado em 17 de Agosto de 1839 a Joaquim José Rodrigues Guimarães; — tenho de declarar a V. Ex., para o fazer constar áquelle Camara Municipal, que, conforme acha-se resolvido por Aviso dirigido a essa Presidencia em 30 de Maio de 1840, a ella cabe provar que as marinhãs encravadas no mencionado terreno, e aforadas pelo Thesouro, foram incluídas nas concedidas para o seu patrimonio; ficando outrossim na intelligencia de que nos terrenos de marinha aforados pelo mesmo Thesouro se deve comprehender unicamente o espaço de 33 metros para a parte de terra, contados desde o ponto a que chegava o preamar médio; pertencendo-lhe o terreno restante, que não fôr de marinha, por fazer parte do seu patrimonio.

Deus Guarde a V. Ex. — *F. Belisario Soares de Souza*. — A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.



## N. 3 — EM 11 DE JANEIRO DE 1886

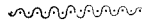
A exoneração de pagamento do imposto de industrias e profissões pelo motivo de acabar-se com o negocio, deve ser requerida perante a respectiva estacao fiscal.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 11 de Janeiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes, em resposta ao seu officio n. 47 de 14 de Novembro do anno passado, que não procedeu regularmente concedendo a D. Anna Maria de Jesus remissão do

pagamento do imposto de industrias e profissões, lançado pelo Collector do município do Pará, nos exercicios de 1883 a 1885, por ter fechado a casa de negocio que tinha no arraial de Matheus Leme; — pois que, nos termos do Regulamento n. 5690 de 15 de Julho de 1884, a exoneração do imposto devia ter sido requerida em tempo áquelle Collector, e comprehendendo sómente a segunda prestação do exercicio de 1883-1884, na hypothese de haver cessado o negocio antes de Janeiro de 1884; entretanto, á vista das allegações e documentos apresentados, é applicavel ao caso em questão o art. 30 do citado regulamento, devendo esta deliberação ser tomada depois dos necessários exames, e communicada ao Thesouro, conforme preceitua o mencionado artigo.

*P. Belisario Soares de Souza.*



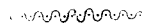
N. 4 — EM 12 DE JANEIRO DE 1886

Provimento de um recurso sobre multa imposta por falta de communicação da libertação de uma escrava.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 12 de Janeiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 290 de 19 de Novembro do anno proximo passado, interposto por Domingos Joaquim da Fonseca da decisão da dita Thesouraria, confirmando a da Recebedoria das rendas internas, que impóz-lhe a multa, na importancia de 40\$000, por não ter o recorrente communicado no prazo legal a alforria de sua escrava de nome Maria; — resolveu dar-lhe provimento, de conformidade com o art. 1º, § 3º, do Regulamento annexo ao Decreto n. 9517 de 14 de Novembro de 1885, para o fim de ser o recorrente alliviado da multa de que se trata.

*P. Belisario Soares de Souza.*



## N. 5 — EM 13 DE JANEIRO DE 1886

Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes no municipio de Regeneração, Provincia do Piahy.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 13 de Janeiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Piahy que fica approvada a deliberação que tomou, e de que deu conta em officio n. 59 de 9 de Novembro ultimo, de crear uma Collectoria de rendas geraes no municipio de Regeneração, bem como a porcentagem e fianças arbitradas para os respectivos empregados, e as nomeações de José Melins da Silveira Rios e Deolindo da Silva Soares, para Collector e Escrivão ; cumprindo que o mesmo Sr. Inspector, declarando a lotação da Collectoria, a data da prestação da fiança e o nome do fiador do Escrivão, complete as informações exigidas pela Circular n. 217 de 16 de Julho de 1873.

*P. Belisario Soares de Souza.*

## N. 6 — EM 14 DE JANEIRO DE 1886

Autoriza a cunhagem de novas moedas de nickel de 100 réis.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 14 de Janeiro de 1886.

Fica V. S. autorizado para mandar cunhar moedas de nickel de 100 réis do novo typo, constante da amostra que devolveo, conforme solicitou em seu officio n. 173 de 28 de Dezembro ultimo, visto que o melhoramento feito nesse typo sobre o que existe em circulação em nada contraria o que foi estabelecido pelo Decreto n. 4822 de 18 de Novembro de 1871 ; quanto aos valores, peso e modulo das referidas moedas, devendo V. S., quando for emitido o novo typo, dar conhecimento ao publico dos signaes que o distinguem do que está em circulação, por meio de annuncios publicados no *Diario Official* tantas vezes quantas julgar conveniente.

Deus Guarde a V. S.— *P. Belisario Soares de Souza.* — Sr. Conselheiro Director da Casa da Moeda.

## N. 7 — EM 16 DE JANEIRO DE 1886

Indeferimento do requerimento de um Administrador de Capatazias extinto, em que pede ser nomeado para emprego de vencimentos correspondentes aos do seu lugar.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 16 de Janeiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Sergipe que não pôde ser deferido o requerimento, transmittido com o seu officio n. 50 de 7 de Dezembro proximo passado, em que o Administrador das Capatazias, addido á Alfandega da mesma Provincia, Antonio Baptista Bittencourt, pede ser nomeado para um emprego cujos vencimentos correspondam aos do seu emprego; — porque, sendo sua primeira nomeação posterior ao Regulamento de 19 de Setembro de 1860, não lhe pôde aproveitar a excepção do art. 55 do Regulamento de 2 de Agosto de 1876, nem lhe são applicaveis as disposições dos arts. 190 do dito Regulamento de 1860, 23 do Decreto de 6 de Maio de 1868, 68 do de 2 de Agosto de 1876 e 21 da Lei n. 3018 de 5 de Novembro de 1880.

*F. Belisario Soares de Souza.*

~~~~~

## N. 8 — EM 16 DE JANEIRO DE 1886

Declara que, no caso de concessão de liberdade gratuita, não se pôde exigir o pagamento de qualquer divida proveniente de infracção do Regulamento da taxa de escravos.

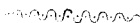
Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 16 de Janeiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagôas que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com o officio n. 98 de 6 de Outubro ultimo, interposto por José Gonçalves da Silva contra o despacho que lhe negou dispensa do pagamento da taxa de sua escrava Isabel nos exercicios de 1882 e 1884, e que alforriou em



1884, resolveu mandar declarar ao dito Sr. Inspector que, nos termos do art. 1º, § 1º, 2ª parte, não deve ser exigido do recorrente pagamento de qualquer divida relativa á referida escrava Isabel, no caso de ter sido a titulo gratuito a liberdade que lhe foi concedida.

*P. Belisario Soares de Souza*



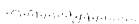
N. 9 — EM 16 DE JANEIRO DE 1885

Indeferimento de um recurso contra multa de direito em dobro por differença de quantidade verificada em um despacho de entremeios bordados a machina.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 16 de Janeiro de 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, transmittido com officio n. 361 de 12 de Outubro do anno proximo passado, interposto por H. Nuesch & C.<sup>a</sup> da decisão da Alfandega da dita Provincia que lhes impoz a multa de direitos em dobro, pelo acrescimo encontrado em uma caixa, marca KK, n. 33, submettida a despacho pela 1ª addição da nota n. 1611 de 25 de Agosto daquelle anno como contendo 8 kilogrammas de « entremeios de linho bordados a machina » e que verificou-se na conferencia terem o peso de 21 kilogrammas e 300 grammas; — visto estar a decisão recorrida de conformidade com o disposto no art. 501 da Consolidação das Leis das Alfandegas, e não ter cabimento a referencia feita pelos recorrentes no art. 606 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860.

*P. Belisario Soares de Souza.*



## N. 10 — EM 19 DE JANEIRO DE 1886

Determina que se remetam á Secretaria da Agricultura relações dos concessionarios de patentes de invenção, que tiverem pago as annuidades das mesmas patentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 19 de Janeiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, sendo indispensavel, para execução da Lei n. 3129 de 14 de Outubro de 1882, que na Secretaria do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas conste officialmente quaes os concessionarios de patentes de invenção que têm pago as annuidades das mesmas patentes, e bem assim a taxa de exercicio da industria privilegiada, davorão remetter directamente á mesma Secretaria de Estado, de tres em tres mezes, uma relação nominal dos concess-ionarios que tiverem satisfeito aquelles pagamentos, conforme de novo solicitou o dito Ministerio em Aviso n. 1 de 11 do corrente mez. E tendo-se já expedido nesse sentido ordem aos mesmos Srs. Inspectores em 12 de Março de 1884, determina-lhes que declarem si a receberem o que cumprimento lhe deram.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 11 — EM 19 DE JANEIRO DE 1886

Declara que não se deve exigir manifesto da carga que os vapores da Companhia *Liverpool Brasil and River Plate* transportam para o Rio de Janeiro para d'aqui remetterem para o Sul do Imperio por cabotagem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 19 de Janeiro de 1886.

Ilm. o Exm. Sr.— Com o Aviso n. 41 de 4 de Dezembro ultimo remetteu-me V. Ex. cópia do officio n. 19 do Consul Geral do Imperio em Braxellas de 15 de Outubro anterior, communicando a informação do Vice-Consul em Antuerpia, relativamente ao procedimento dos agentes da Companhia *Liverpool Brasil and River Plate*, Lamport & Holt, de deixarem, a partir de 23 de Abril do anno passado, de apresentar á legalisação consular os manifestos da carga que os vapores levam para o Sul do Imperio, sub-



mettendo apenas a essa formalidade o da carga destinada ao porto do Rio de Janeiro, onde, segundo consta-lhe, effectua-se a baldeação das mercadorias para os portos do Sul dos vapores transatlânticos para os de cabotagem que ella possui.

Deprehendendo-se do dito officio que aquelle Consul julga necessários, no caso de que se trata, manifestos parciaes, e carecendo de fundamento tal intelligencia, attenta a disposição do art. 399, n. 8, do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, em virtude da qual só é devida expressa menção das mercadorias, na forma alli indicada, nos manifestos para o Rio de Janeiro, assim o communico a V. Ex. em resposta ao citado aviso, e para que se dignar conhecimento aquelle Consul.

Deus Guarde a V. Ex. — *F. Belisario Soares de Souza.* —  
A S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe.

N. 12 — EM 21 DE JANEIRO DE 1886

A faculdade de se poder annullar dividas provenientes de taxa de escravos, nos casos de morte ou manumissão, refere-se a qualquer mez do exercicio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 21 de Janeiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, que a faculdade conferida pelo art. 23 do Regulamento n. 7536 de 15 de Novembro de 1879, de poder annullar-se a divida proveniente de taxa de escravos, nos casos de morte ou manumissão, refere-se a todo e qualquer mez do exercicio em que occorra algum dos ditos casos, e não somente ao primeiro semestre.

*F. Belisario Soares de Souza.*

## N. 13 — EM 21 DE JANEIRO DE 1886

Não se pôde permitir que os Escrivães encarregados do registro civil indenizem por prestações a importancia do sello dos seus livros.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 21 de Janeiro de 1886.

Illm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex. que, á vista do Regulamento que baixou com o Decreto n. 846 de 19 de Maio de 1883, não pôde ser adoptado, sem permissão do Poder Legislativo, o alvitre apresentado pela Presidencia da Provincia do Maranhão no officio que V. Ex. transmittiu-me por cópia com o seu Aviso n. 4901 de 15 de Dezembro do anno passado, de permitir-se que os Escrivães encarregados do registro civil, cujos rendimentos forem diminutos, indenizem por prestações marcadas pelas Presidencias da Provincia a importancia do sello dos respectivos livros.

Deus Guarde a V. Ex.—*F. Belisario Soares de Souza*.—  
A S. Ex. o Sr. Barão de Mamoré.

.....

## N. 14 — EM 21 DE JANEIRO DE 1886

Manda entregar á Caixa Economica do Paraná os emolumentos arrecadados em virtude do art. 117 do Regulamento de 18 de Abril de 1874.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 21 de Janeiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria da Fazenda da Provincia do Paraná, em resposta ao seu officio n. 77 de 21 de Julho proximo passado, que deve ser entregue á Caixa Economica da mesma Provincia, conforme requisita o respectivo gerente, a importancia dos emolumentos arrecadados em virtude do art. 117 do Regulamento de 18 de Abril de 1874, a qual podia ter logo passado ao Monte de Soccorro, em vez de ser remetida á Thesouraria, onde foi menos bem escripturada sob o titulo « Depósito das Caixas Economicas » quando, por não ser daquelles de que trata o art. 18 do citado regulamento, o devera ter sido como renda das ditas Caixas, sob o titulo « Depósitos de diversas origens ».

*F. Belisario Soares de Souza.*

.....

## N. 15 — EM 26 DE JANEIRO DE 1886

Indeferimento do recurso do empresario da illuminação a gaz do Recife contra o despacho que lhe negou isenção de direitos do tijolos do fogo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Janeiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 237 de 14 de Setembro proximo passado, interposto por Fielden Brothers, concessionarios da empresa de illuminação a gaz da capital, da decisão, confirmando a da Alfandega, que negou-lhes a restituição da quantia de 570\$124, proveniente de direitos que pagaram por 49.795 tijolos de fogo, importados no navio *Jane Paulie*, para o fabrico de gaz; — visto não estarem taes tijolos comprehendidos nos materiaes que gozam de isenção de direitos em virtude do art. 16, § 3º, da Lei n. 939 de 26 de Setembro de 1857 e da clausula 17ª do contrato celebrado, em 26 de Abril do anno anterior, entre a Presidencia da Provincia e a referida empresa.

*P. Belisario Soares de Souza.*

*(Assinatura)*

## N. 16 — EM 26 DE JANEIRO DE 1886

Confirma a apprehensão de um contrabando, e declara que o pedido de certidão não interrompe o prazo estabelecido para a interposição do recurso.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Janeiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 77 de 25 de Junho do anno proximo passado, interposto por José Julio Corrêa & C.ª da decisão da dita Thesouraria, confirmatoria da da Alfandega, que julgou procedente a apprehensão

hensão das mercadorias contidas em 5 caixas, marca CC, submettidas a despacho pela nota de 17 de Novembro de 1884, como contendo phosphoros, e que na conferencia se verificou conter cada uma seis outras de zinco, das quaes só duas com a mercadoria declarada, e as outras quatro, além dellas, diversos pacotes encerrando seda, fitas, rendas, leques, mantas de pellicia, manteletes de retroz, etc., prohibindo-lhes, outrossim, por esse motivo a entrada no edificio da Alfandega e suas dependencias;— resolveu inleforir o recurso, quanto á 1ª parte, porque a decisão recorrida está de perfeito accordo com o disposto no art. 503, § 5º, da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de rendas, porquanto, do processo se verifica que as mercadorias apprehendidas se achavam acondicionadas uniformemente em todas as caixas, como escondidas entre as que foram declaradas, e não procede a allegação de não se ter mencionado a contra-marca, circumstancia que, ao contrario, faz suppor ter sido proposital essa omissão para, no caso de descoberta, se pretender annullar o processo; e, quanto á segunda parte, porque, na forma do art. 205 e seus paragraphos da precitada Consolidação, é da attribuição do Inspector da Alfandega prohibir a entrada no edificio da mesma Repartição e suas dependencias a qualquer individuo, corretor, despachante, seu ajudante ou caixeiro despachante, que for encontrado commettendo fraude ou for disso convencido, e que se tornar suspeito, pelo seu comportamento, aos interesses da Fazenda, ou prejudicial á ordem e disciplina da Repartição.

Por esta occasião chama a attenção do referido Sr. Inspector para a Ordem n. 100 de 11 de Março de 1867, a qual declarou que o pedido de certidão de documentos não interrompe o prazo estabelecido para a interposição do recurso.

*F. Belisario Soares de Souza.*

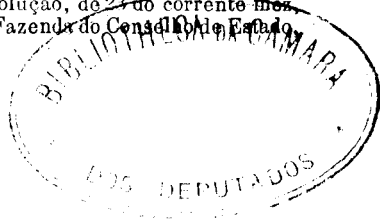
*Assinado e rubricado.*

N. 17 — EM 28 DE JANEIRO DE 1886

Confirma a apprehensão de uma caixa contendo, além da mercadoria declarada, mais 10 duzias de collarinhos e 10 ditas de punhos de linho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 28 de Janeiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia que Sua Magestade o Imperador Houve por bem, por Sua Imperial Resolução, de 23 do corrente mes, tomada sobre Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado,



Indeferir o recurso interposto por João Antonio Gomes da Costa, da decisão do referido Tribunal confirmando a da dita Thesouraria que sustentou o acto do Inspector da Alfandega julgando procedente a apprehensão de uma caixa, marca J. A. G. C. n. 80, submettida a despacho, em 16 de Janeiro do anno proximo passado, como contendo 20 duzias de camisas, entre as quizes foram encontradas na conferencia 10 duzias de collariinhos e 10 duzias de punhos de linho occultos nas dobras de algumas dellas; e impondo ao recorrente a multa de que tratam os arts. 556 e 751 do Regulamento de 19 de Setembro de 1860 e art. 6º do Decreto n. 4175 de 6 de Maio de 1868.

*F. Belisario Soares de Souza.*

#### N. 18 — EM 23 DE JANEIRO DE 1881

Manda responsabilizar o Juiz por ter homologado uma partilha sem o prévio pagamento do sello proporcional devido pelos respectivos quinhões hereditarios.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 29 de Janeiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Tendo chegado ao meu conhecimento pelo officio, que o Collecter das rendas geraes do municipio do Rio Claro, nessa Provincia, dirigiu á Directoria Geral das Rendas Publicas em 30 de Novembro do anno passado, que não foi pago o sello proporcional devido pelos quinhões hereditarios, partilhados no inventario dos bens do Alferes Bento Rodrigues de Souza, feito extrajudicialmente em 1870; e, como taes quinhões estavam sujeitos a esse imposto, nos termos do art. 40 do Regulamento n. 4851 de 17 de Abril de 1869, ou no art. 31 do de 9 de Abril de 1870, n. 4505, conforme o tempo em que o imposto devêra ter sido pago, não podia semelhante partilha ser homologada sem o prévio pagamento do dito imposto, sob pena de incorrer, como incorreu, o respectivo Juiz na multa comminada no art. 48, § 1º, do citado Regulamento de 17 de Abril de 1869.

O que communico a V. Ex. para que haja de dar as necessarias providencias no sentido de ser imposta ao Juiz que funcionou no feito a referida multa.

Deus Guarde a V. Ex. — *F. Belisario Soares de Souza.* — A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

## N. 19 — EM 4 DE FEVEREIRO DE 1886

Autoriza o despacho livre dos objectos nacionaes que tiverem de ser enviados para a Exposição de productos sul-americanos em Berlim.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 4 de Fevereiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com a requisição feita em Aviso n. 43 do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 26 de Janeiro proximo passado, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que providenciem para que sejam despachados livres de direitos de exportação todos os productos e objectos nacionaes que tenham de ser remettidos á Exposição de productos sul-americanos, que a Sociedade Central de Geographia Commercial de Berlim projecta abrir de Maio a Junho do corrente anno, naquella cidade.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 20 — EM 5 DE FEVEREIRO DE 1886

Indeferimento do recurso da representante da *Western Brazilian Telegraph Company, limited*, contra a decisão que o obrigou ao pagamento do imposto de industrias e profissões, por não ter provado que não é remunerada.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 5 de Fevereiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 304 de 25 de Novembro do anno proximo passado, interposto por Otto Fell da decisão da dita Thesouraria que não tomou conhecimento do que para ella interpuzera do despacho da Recebedoria das rendas internas exigindo-lhe o pagamento do imposto de industrias e profissões, relativo ao exercicio de 1883-1884, como representante da *Western Brazilian Telegraph Company, limited*, por não ter provado que nenhum vencimento percebe nessa qualidade; — porquanto, o recorrente está obrigado, como gerente da companhia, ás taxas estabelecidas nas tabellas **A** e **D**.

1ª classe, annexas ao Decreto n. 6980 de 20 de Julho de 1878, e não existe em nenhuma das clausulas a que se refere o Decreto n. 5545 de 7 de Fevereiro de 1874, como pretende, argumento algum que o exima do pagamento do referido imposto, cuja remissão só lhe poderá ser concedida de conformidade com o art. 30 do Regulamento de 15 de Julho desse anno, por deliberação da Thesouraria, dependente de approvação do Thesouro.

*F. Belisario Soares de Souza.*

*(assinado)*

#### N. 21 — EM 9 DE FEVEREIRO DE 1886

Declara que do vencimento do Conselheiro de Estado Lafayette Rodrigues Pereira, na qualidade de membro das Comissões Internacionais do Chile, é devido o sello de 5 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 9 de Fevereiro de 1886.

Declaro a V. S., em resposta ao seu officio n. 24 de 30 de Setembro ultimo, que do vencimento que percebe o Conselheiro de Estado Lafayette Rodrigues Pereira, na qualidade de membro, por parte do Brazil, das Comissões Internacionais no Chile, é com effeito devido o sello de 5 % do § 5º, n. 7, tabella A, annexa ao Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883: ficando, portanto, approvada a cobrança que por essa Delegacia se fez do referido imposto.

Deus Guarde a V. S.— *F. Belisario Soares de Souza.*— Sr. Conselheiro Delegado do Thesouro Nacional em Londres.

*(assinado)*

#### N. 22 — EM 13 DE FEVEREIRO DE 1886

Os Almojarifes das Repartições subordinadas ao Ministerio da Agricultura têm direito ás respectivas gratificações enquanto estiverem assistindo a inventarios de entrega.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 13 de Fevereiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso n. 8 do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 16 de

Janeiro proximo passado, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que aos Almoxarifes das Repartições subordinadas ao dito Ministerio deve ser applicada a regra estabelecida no Aviso do Ministerio da Marinha sob n. 389 de 9 de Dezembro de 1859; cabendo, portanto, ao ex-Almoxarife do prolongamento da estrada de ferro do Recife a S. Francisco, enquanto estiver assistindo ao inventario da entrega, a gratificação do emprego, descontados os dias em que por qualquer motivo não trabalhar.

*F. Belisario Soares de Souza.*

N. 23 — EM 15 DE FEVEREIRO DE 1886

Declara que podem ser recolhidos á Caixa Economica de Pernambuco os peculios dos sentenciados residentes no Presidio de Fernando de Noronha, e dá instrucções regulando esses recolhimentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 15 de Fevereiro de 1886.

Ulm. e Exm. Sr. — Em resposta ao seu officio n. 2 de 22 de Janeiro proximo passado, com o qual V. Ex. transmittiu-me por cópia as informações relativas á consulta feita pelo Director do Presidio de Fernando de Noronha, sobre o modo de se effectuar, na Caixa Economica dessa Provincia, o deposito do peculio dos sentenciados, existentes no dito Presidio, autorizo a V. Ex. para dar as necessarias providencias afim de serem entregues ao respectivo Almoxarife as quantias, provenientes de taes peculios, que se achem depositadas na Thesouraria de Fazenda, sendo recolhidos á Caixa Economica os pertencentes aos presos que o desejarem, e obtiverem para isso a necessaria licença do Director, na forma do art. 82 do Regulamento annexo ao Decreto n. 9336 de 10 de Janeiro de 1883, observando-se as seguintes instrucções:

1.º Para que o Almoxarife realize a entrega dos peculios de que se trata, de conformidade com o art. 5º do Regulamento de 18 de Abril de 1874, o Director enviará ao gerente da Caixa Economica uma relação mencionando, na primeira entrada, o nome, idade, estado, profissão, naturalidade, de cada um dos depositantes, e a quantia a depositar, e nas seguintes, sómente o nome, a quantia e o numero da caderneta.

2.º Recebidas as cadernetas, o Director fará assignar pelos ditos depositantes o resumo a que se refere o art. 4º do ultimo dos citados regulamentos, fazendo-se nas dos que não souberem escrever a necessaria declaração neste sentido.



3.º Cessando o degredo do depositante, e sendo-lhe entregue a respectiva caderneta, o Director o participará ao gerente da Caixa Economica, ao qual prestará os esclarecimentos que possam servir para a verificação da identidade de pessoa, quando elle pretender levantar o peculio.

Deus Guarde a V. Ex. — *F. Belisario Soares de Souza.* — A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de Pernambuco.



#### N. 24 — EM 16 DE FEVEREIRO DE 1886

Para o calculo do sello, a que estão sujeitas as nomeações de Telegraphistas, deve-se levar em conta o que porventura se houver pago pelas anteriores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 16 de Fevereiro de 1886.

Illm. o Exm. Sr. — Em Aviso n. 237 de 31 de Dezembro ultimo consultou V. Ex. qual o sello que deve pagar o titulo de nomeação do Telegraphista de 1.ª classe da estrada de ferro de Paulo Afonso. Antonio Cotias Brandão: si o do n. 1, § 5º, da tabella A do Regulamento n. 8946 de 19 de Maio de 1883, ou si o do n. 7 do mesmo § 5º, isto é, 12 e 8% sobre 1:200\$, como entende a Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagoas, ou 5%, como tem sido praxe sempre na mesma estrada, á vista do art. 75 do Regulamento n. 8482 de 15 de Abril de 1882, que considera os respectivos empregados da estrada em commissão temporaria; accrescendo que o dito Cotias já era Telegraphista de 1.ª classe e havia pago o sello respectivo quando foi reclassificada e voltou á 2.ª classe a categoria da estação de Jatobá, em que servia o mesmo Telegraphista, só ultimamente removido por accesso.

Em resposta á referida consulta, declaro a V. Ex. que, no presente caso, é devida a taxa do § 5º, n. 1, da tabella A junta ao Regulamento de 19 de Maio de 1883, tendo-se em conta o que já pagou o dito Telegraphista pela primeira nomeação, attenta a Decisão n. 120 de 28 de Junho de 1884.

Rogo, entretanto, a V. Ex. se digne providenciar para que questões identicas ás de que se trata somente sejam remettidas ao Thesouro Nacional por intermedio das Repartições fiscaes subalternas, ás quaes deverão ser apresentadas as respectivas reclamações, de conformidade com as disposições do citado regulamento.

Deus Guarde a V. Ex. — *F. Belisario Soares de Souza.* — A S. Ex. o Sr. Antonio da Silva Prado.



## N. 25 — EM 16 DE FEVEREIRO DE 1886

Declara que, desde que não estejam annexas as Collectorias de rendas geraes e provinciaes, ha incompatibilidade no exercicio cumulativo das mesmas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Fevereiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina que fica approvedo o acto de que dá conta em seu officio n. 149 de 17 de Dezembro do anno proximo passado, decidindo em sessão da Junta, sobre consulta do Collector das rendas provinciaes da cidade de S. José, que não podia exercer legalmente o cargo de Escrivão da respectiva Collectoria o Escrivão e Collector interino das rendas geraes da mesma cidade, desde que o Collector não serve em ambas as Collectorias.

*F. Belisario Soares de Souza.*

*— Repetição —*

## N. 26 — EM 23 DE FEVEREIRO DE 1886

Provimento de um recurso sobre exigencia de direitos integraes de latas de kerosene, que se extravasou.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 23 de Fevereiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 253 de 8 de Novembro de 1883, interposto por Ferreira, Rocha & C.<sup>ta</sup>, da decisão da dita Thesouraria confirmando a da Alfandega, que exigiu-lhes o pagamento integral dos direitos de 253 caixas com 506 latas contendo kerosene, submettidas a despacho pelas notas ns. 2684, 2685 e 251, de 28 e 31 de Março daquelle anno, não obstante ter-se extravasado parte do liquido; — resolveu dar-lhe provimento afim de ser restituída aos recorrentes a importancia dos direitos que de mais lhes foram cobrados além dos devidos sobre o peso liquido legal verificado, e mandar que seja exigida essa importancia do dono

F.—Decisões de 1886 2

ou proprietario do entreposto a que foi recolhida a mercadoria de que se trata, na forma do disposto no art. 13, § 2º, do Decreto n. 3217 de 31 de Dezembro de 1863, art. 248, § 2º, da Consolidação das Leis das Alfandegas.

*F. Belisario Soares de Souza.*

~~~~~

#### N. 27 — EM 26 DE FEVEREIRO DE 1886

São estão isentas dos direitos de expediente as mercadorias a que se referem o art. 7º das Preliminares da Tarifa e art. 575 da Consolidação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Fevereiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Alfandega de Corumbá, em resposta á consulta constante do seu officio n. 2 de 18 de Janeiro proximo passado, que sómente estão isentas dos direitos de expediente as mercadorias a que se referem o art. 7º das Disposições preliminares da Tarifa e art. 575 da Consolidação das Leis das Alfandegas.

*F. Belisario Soares de Souza.*

~~~~~

#### N. 28 — EM 27 DE FEVEREIRO DE 1886

Approva a annexação temporaria da Collectoria de Campos Novos á de Lages, em Santa Catharina.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 27 de Fevereiro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina que fica approvada a deliberação que tomou em sessão da Junta, segundo consta do seu officio n. 7 de 25 de Janeiro proximo passado, de annexar a Collectoria de Campos Novos á de Lages, até que o Escrivão ultimamente para ella nomeado preste a necessaria fiança, ou seja nomeado outro Collector em substituição de Sebastião Ferreira da Silva, que foi demittido.

Recommenda-lhe, porém, que dê conhecimento ao Thesouro de qualquer deliberação que tomar com relação á Collectoria extincta, e providencie de modo a acatular devidamente os livros e mais papeis da respectiva escripturação.

*F. Belisario Soares de Souza.*

~~~~~

## N. 29 — EM 4 DE MARÇO DE 1886

Deve pagar o sello fixo, e não o proporcional, a nomeação de Ajudante do Inspector do Arsenal de Marinha de Pernambuco.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 4 de Março de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu officio n. 391 de 23 de Novembro de 1885, que, á vista do disposto no art. 12, n. 5, do Regulamento annexo ao Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883, não é cobrável o sello proporcional do § 5º, n. 6, da tabella **A** desse regulamento, da nomeação do 1º Tenente da Armada Nacional Leopoldo Bandeira de Gouvêa para Ajudante do Inspector do Arsenal de Marinha da mesma Provincia, mas o sello fixo do § 8º, n. 9, da tabella **B** do citado regulamento — empregos não especificados.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 30 — EM 6 DE MARÇO DE 1886

Sobre o sello a que estão sujeitas as nomeações de officiaes da Armada para empregos administrativos em Repartições ou estabelecimentos militares.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 6 de Março de 1886.

Hlm. e Exm. Sr.—Em Aviso n. 1393 de 9 de Novembro ultimo solicita V. Ex. esclarecimentos acerca da cobrança do imposto do sello das nomeações de officiaes da Armada para empregos administrativos em Repartições ou estabelecimentos militares, visto haver a Contadoria da Marinha representado que, fixando o § 5º da tabella **A** do Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883 a taxa de 9% sobre o vencimento annual, excluido o soldo, o Thesouro apenas cobrou 24\$000 de sello fixo da nomeação do Chefe de Esquadra Arthur Silveira da Motta, hoje Barão de Jacaguay, para o logar de Inspector do Arsenal de Marinha da Corte.

Em resposta á referida consulta, communico a V. Ex. que o sello proporcional correspondente á dita taxa de 9% daquella

tabella só é applicavel ás nomeações para empregos, cujas gratificações não são substitutivas das vantagens militares, de que trata o art. 4º, § 4º, da Lei n. 1997 de 19 de Agosto de 1871; pois que, no caso contrario, taes gratificações são isentas de qualquer sello proporcional, na fórma do art. 12, n. 5. do Regulamento n. 8946 de 19 de Maio de 1883, e apenas obrigadas ao sello fixo de 2\$000 ou 400 réis, conforme a autoridade que fizer as nomeações, estabelecido na tabella 13, § 8º, n. 9, do mesmo regulamento, que é o que se devia ter cobrado da nomeação do mencionado Chefe de Esquadra, em virtude do despacho exarado em sua petição de 19 de Julho de 1883.

Deus Guarde a V. Ex.—*P. Belisario Soares de Souza*.—  
A S. Ex. o Sr. Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.

*Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*

### N. 31 — EM 9 DE MARÇO DE 1886

Determina que não se continue a impor multas por infração das disposições da Lei n. 2040 de 1871 e Regulamento n. 7536 de 1879, visto já estar annunciado o prazo para a nova matricula dos escravos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 9 de Marco de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que, estando já annunciado, de conformidade com o art. 1º e seu § 2º do Regulamento n. 9517 de 14 de Novembro de 1885, o prazo para a nova matricula dos escravos, devem providenciar, afim de que as estações, por onde corre esse serviço, não continuem, como está acontecendo, a impôr multas por infração das disposições da Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871 e consequentemente das do Regulamento n. 7536 de 15 de Novembro de 1879, como é de mister para que possa ser fielmente observado o preceito do art. 1º, § 1º, da Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885, e se facilitem as declarações de que depende a nova matricula.

*P. Belisario Soares de Souza*.

## N. 32 — EM 11 DE MARÇO DE 1886

Só por meio de recurso poderão os Capellães de nucleos coloniaes obter dispensa do pagamento da revalidação do sello dos livros a seu cargo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 11 de Março de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n. 2 de 4 de Fevereiro proximo passado, e para o fazer constar ao Vigario Geral Forense dessa Provincia, que, na fórma das disposições em vigor, só por meio de recursos interpostos pelas partes interessadas, para o Tribunal do Thesouro, dos despachos das Repartições fiscaes, poder-se-ha resolver sobre a dispensa do pagamento da revalidação do sello, que deixou de ser pago, dos livros de assentamento de baptismos, casamentos e obitos, a cargo dos Capellães de diversos nucleos coloniaes, os quaes, ainda no caso de serem attendidos, ficarão sujeitos ao pagamento do sello simples.

Deus Guarde a V. Ex. — *F. Belisario Soares de Souza*. — A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Paraná.



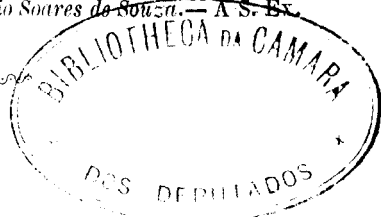
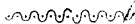
## N. 33 — EM 15 DE MARÇO DE 1886

São isentos do sello os livros em que têm de ser lavrados os autos da declaração judicial da liberdade dos escravos de 60 annos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 15 de Março de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso de 17 de Fevereiro ultimo, que, de conformidade com o disposto no art. 13. n. 10, do Regulamento annexo ao Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883 e Aviso n. 624 de 30 de Dezembro de 1875, devem ser isentos do sello, attendendo ao fim a que são destinados, os livros em que têm de ser lavrados, na fórma do § 4º, art. 11, do Decreto n. 9517 de 14 de Novembro do anno passado, os autos da declaração judicial da liberdade dos escravos que houverem attingido a idade de 60 annos, embora não se achem os ditos livros comprehendidos em nenhuma das especialisações a que se refere aquelle decreto.

Deus Guarde a V. Ex. — *F. Belisario Soares de Souza*. — A S. Ex. o Sr. Antonio da Silva Prado.



## N. 34 — EM 23 DE MARÇO DE 1886

Indeferimento de um recurso sobre mercadoria não classificada e não assemelhavel a outra da Tarifa, e que foi considerada como filo, para pagar direitos *ad valorem*.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 23 de Março de 1886.

Communico a V. S., para os devidos effeitos, que, tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto pela viuva Mounier da classificação e valor dados por essa Inspectoria ao tecido constante da amostra, que devolveo, vindo do Havre no vapor inglez *Neva*, e submettido a despacho pela nota n. 8486 de 7 de Janeiro do corrente anno, como renda de lã, e que depois da verificação foi considerado como filo, para pagar direitos *ad valorem*: o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, visto tratar-se de mercadoria não classificada e não assemelhavel a outra da Tarifa, conforme já foi decidido pela Ordem n. 3 de 1 de Fevereiro ultimo, relativamente a mercadoria igual á de que se trata.

Quanto, porém, ao preço da factura, não devia o Conferente acceptal-o, desde que o considerou lesivo á Fazenda: mas proceder de conformidade com os arts. 17 e 18 das Disposições preliminares da Tarifa, cabendo á parte o recurso do art. 19 das citadas disposições e art. 325 e paragraphos da Consolidação das Leis das Alfandegas.

Deus Guarde a V. S. — *E. Belisario Soares de Souza*, — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.

*Impressão de Aguiar*

## N. 35 — EM 27 DE MARÇO DE 1886

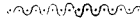
Indefere um recurso de decisão da Recebedoria do Rio de Janeiro, que exigiu o imposto de transmissão de quatro apolices da divida publica deixadas á Ordem Terceira do Senhor São Jesus do Calvário.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 27 de Março de 1886.

Communico a V. S., para seu conhecimento e fins convenientes, que foi indeferido pelo Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto pela Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da decisão de V. S. proferida nos autos de inventario de José Alves Corrêa, fallecido em 8 de Dezembro

de 1853, exigindo o imposto de transmissão de quatro apolices da divida publica, do valor nominal de 1:000\$ cada uma, deixadas á Ordem Terceira do Senhor Bom Jesus do Calvario, na qualidade de herdeira fiduciaria para pagar com o rendimento dellas diversas pensões, passando por morte dos pensionistas á recorrente, o que só agora se realizou; visto dever a instituição testamentaria, de que se trata, ser qualificada como *fidei commissio*, e não como *usufructo*, conforme pretende a recorrente.

Deus Guarde a V. S.— *F. Belisario Soares de Souza*.— Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro.



N. 36 — EM 2 DE ABRIL DE 1886

Classifica na 4ª classe da tabella **A**, para pagamento do respectivo imposto, a profissão de Agrimensor.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 2 de Abril de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os devidos effeitos, que não se achando comprehendida nas tabellas que acompanham o Decreto n. 6980 de 20 de Julho de 1878, nem nas isenções prescriptas no art. 9º do Regulamento de 15 de Julho de 1874, a profissão de Agrimensor, ficou ella sujeita á taxa fixa da 4ª classe da tabella **A**, junta áquelle decreto, conforme a decisão da Recebedoria do Rio de Janeiro, approvada por despacho de 29 de Março do corrente anno.

*F. Belisario Soares de Souza.*





## N. 37 — EM 2 DE ABRIL DE 1886

Autoriza a Thesouraria de Pernambuco para mandar arrecadar o imposto provincial de « *gyro mercantil* ».

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 2 de Abril de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, autoriza o Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco para mandar proceder pela Alfandega da mesma Provincia á cobrança do imposto provincial de « *gyro mercantil* », mediante o abono da commissão de 1,5% aos empregados incumbidos desse trabalho, e pela maneira indicada no seu officio n. 38 de 26 de Fevereiro proximo passado, excepto na parte relativa á escripturação, que, conforme propõe a Presidencia, será feita em livro especial, devendo os contribuintes, além das duas notas para o despacho, exigidas pela Alfandega, apresentar outra em que se lançará a verba do pagamento do imposto de que se trata.

*F. Belisario Soares de Souza.*

Deu-se conhecimento á Presidencia da Provincia.

*escriptura de Belisario*

## N. 38 — EM 2 DE ABRIL DE 1886

Trata do imposto de 2:000\$ sobre casas de commissão de escravos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 2 de Abril de 1886.

Tendo diversas decisões do Tribunal do Thesouro Nacional sustentado o principio de que o art. 18, § 3º, n. 8 da Lei n. 2940 de 31 de Outubro de 1879, sujeitando ao imposto annual de 2:000\$ as casas de commissão de escravos, comprehendia as de alugar e as de vender escravos, e suscitando-se duvidas sobre os seguintes pontos:

1.º Si a ordem expedida por este Ministerio á Thesouraria de Fazenda da Provincia do Piahy em 23 de Agosto de 1882 deve ser mantida, porquanto restringe a disposição da citada Lei n. 2940 aos depositos ou casas estabelecidas com caracter permanente, em que se recebem escravos para serem vendidos por conta de outrem, mediante a percepção da commissão, excluidos do imposto os individuos que, transitando pelos municipios, annunciam e effectuam a compra e venda de escravos por escriptura publica passada em seu nome ou de terceiro, aceitando

procuração dos vendedores para transferil-os ao comprador, e os que tendo residencia fixa no municipio compram e vendem escravos em seu nome, fazendo disso um ramo de negocio.

2.º Si a referida ordem, tratando somente das casas de commissão de vender escravos, pôde considerar-se como alteração ou revogação das decisões anteriores do Tribunal do Thesouro, que estabeleceram a doutrina de que a Lei n. 2940 comprehendia para o pagamento do imposto, tanto as casas de commissão de vender como as de alugar escravos.

3.º Si com effeito a doutrina estabelecida pelo Tribunal do Thesouro Nacional é a mais correcta, devendo por conseguinte estender-se o lançamento tanto a umas como a outras casas de commissão, visto como a lei creadora desse imposto não fez distincção, nem excepção alguma.

E tendo sido ouvida sobre as referidas duvidas a Secção de Fazenda do Conselho de Estado, foi decidido pela Imperial Resolução de 27 de Março ultimo :

Quanto ao 1.º quesito: Que a Ordem de 23 de Agosto acima mencionada deve ser mantida, porque manda executar disposições de lei em vigor, não cumprindo ao executor, a pretexto de completar ou aperfeiçoar o pensamento legislativo, afastar-se da sua determinação expressa e litteral, seja qual for a influencia, que taes additamentos possam ter sobre a solução de quaesquer questões, graves ou não. A lei deve ser executada tal qual se acha formulada no texto, e sem abranger casos que o legislador excluiu, desde que tratou de outros e deixou aquelles em silencio.

Quanto ao 2º quesito, no qual se acha comprehendido o 3º: Que não podem deixar de ser contempladas na disposição do art. 18, § 3º, n. 8 da Lei n. 2940 de 31 de Outubro de 1879, as casas de comissões de alugar escravos, porquanto a ordem citada não tratou da especie, nem podia revogar decisões do Thesouro Nacional, quando estas foram confirmadas diversas vezes por imperiaes resoluções de consulta que somente por outros decretos imperiaes podem ser cassadas, e os mesmos principios que fundamentaram a solução do 1º quesito militam para não se fazer restricção nem distincção no preceito do citado artigo da Lei do orçamento de 1879, que diz: — a casa de commissão de locação de escravos, — não distinguindo a commissão de locação da de venda, e não permitindo portanto a restricção de se isentar aquella para se deixar esta onerada.

A doutrina, portanto, estabelecida pelo Tribunal do Thesouro Nacional não é mais do que a intelligencia unica e irrecusavel da Lei de 1879, que, impondo genericamente sobre casas de comissões de escravos, não podia ter em mente só uma especie — as de comissões de venda.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S. — *F. Belisario Soares de Souza*. — Sr. Administrador da Recbedoria do Rio de Janeiro.



## N. 39— EM 3 DE ABRIL DE 1886

As estradas de ferro só gozam da isenção de direitos para os objectos necessarios ao seu primeiro estabelecimento.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 3 de Abril de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, transmittido com o seu officio n. 407 de 31 de Dezembro de 1885, interposto pelo representante da Companhia da estrada de ferro da dita Provincia, da decisão da Thesouraria mandando a Alfandega de Paranaguá — exigir a reposição da quantia de 1805000 que fôra restituída á referida companhia, proveniente dos direitos pagos por um cofre de ferro a ella destinado ;— porquanto, conforme já foi resolvido sobre identica reclamação da Companhia Mogiana, devem ser despachados livres de direitos de importação os objectos necessarios para o primeiro estabelecimento das estradas de ferro, e antes da abertura dellas ao trafego.

*F. Belisario Soares de Souza.*

*Francisco Belisario Soares de Souza*

## N. 40 — EM 5 DE ABRIL DE 1886

Manda incluir o arame de ferro na tabella 7.<sup>a</sup> do Regulamento de 19 de Setembro de 1860, affin de poder ser despachado sobre agua.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 5 de Abril de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os devidos effeitos, que, attendendo ao que lhe requerem a Companhia « Nova Industria » e ao que informou o Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro, resolveu mandar incluir na tabella n. 7, annexa ao Regulamento de 19 de Setembro de 1860 (II da Consolidação), o arame de ferro, affin de poder ser despachado sobre agua.

*F. Belisario Soares de Souza.*

*Francisco Belisario Soares de Souza*

## N. 41 — EM 5 DE ABRIL DE 1886

Sobre empregados sorteados para o serviço do Jury.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 5 de Abril de 1886.

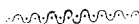
Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo, em solução ás duvidas propostas no final do seu officio n. 43 de 23 de Fevereiro proximo passado :

1.º Que o empregado deve participar por escripto, ou verbalmente, sempre que for notificado para servir no Tribunal do Jury.

2.º Que a notificação deve ser-lhe feita na casa de sua residencia, como está expresso no art. 332 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842 ; não se consentindo o abuso de fazerem os officios de justiça tal notificação no recinto da Repartição e durante as horas do expediente.

3.º Finalmente, que, á vista da doutrina constante da Circular n. 416 de 13 de Novembro de 1873, o empregado sorteado não pôde deixar de conformar-se com o pedido de sua dispensa do serviço de que se trata, porque deve preferir a elle o da respectiva Repartição.

*P. Belisario Soares de Souza.*



## N. 42 — EM 5 DE ABRIL DE 1886

Nos concursos para provimento de empregos de Fazenda não se admittem individuos que queiram prestar exame sómente em seu interesse particular.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 5 de Abril de 1886.

Ilhm. e Exm. Sr.— Communico a V. Ex. que não pôde ser attendido o pedido que, no requerimento a que V. Ex. se refere em seu officio n. 18 de 12 de Fevereiro proximo passado, faz Colinario Seixas, de ser admittido a exame das materias exigidas para o provimento dos logares de primeira entrancia, visto que nas Repartições deste Ministerio não são admittidos a exame os individuos que os queiram prestar sómente em seu interesse

particular; devendo, portanto, o supplicante, em occasião opportuna, inscrever-se no concurso a que se proceder para preenchimento das vagas, que occorrerem, dos logares de que se trata.

Deus Guarde a V. Ex.— *F. Belisario Soares de Souza*.— A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia do Piahy.

*Recebe-se*

### N. 43 — EM 5 DE ABRIL DE 1886

Approva a designação de um Agente do Correio para servir de Collector.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 5 de Abril de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagoas que fica approvado o seu acto encarregando o Agente do Correio de Quebrangulo, segundo dá conta em officio n. 126 de 23 de Dezembro de 1885, de assumir as funcções do logar de Collector, vago pelo fallecimento do respectivo serventuario, Sebastião Aureliano de Araujo Cabral, por não haver naquelle termo pessoa idonea para exercer o dito logar de Collector, e não ter o Escrivão fiança legal;— visto estar o referido acto de conformidade com o Aviso do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 10 de Março proximo passado, em virtude do qual os Agentes do Correio podem accumular provisoriamente empregos do Ministerio da Fazenda, enquanto para estes não fôr encontrado pessoal idoneo.

*F. Belisario Soares de Souza*.

*Recebe-se*

## N. 44 — EM 8 DE ABRIL DE 1886

Communica a emissão de novas estampilhas de 100 réis, e dá os respectivos signaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 8 de Abril de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, que vai ser emitido novo typo de estampilha da taxa de 100 réis de côr verde, tendo 21 millimetros de comprimento e 17 ditos e 75 centesimos de largura. No centro da estampilha e dentro de um circulo de perolas está o valor — 100 — em algarismos romanos brancos, e logo abaixo um — R — em letra romana branca sobre o fundo composto da repetição da palavra — Brazil — em letras miudas. No espaço comprehendido entre dous circulos concentricos e na parte superior está a palavra — Brazil — e na inferior a palavra — Thesouro — em letras romanas escuras e nas partes lateraes do mesmo espaço um pequeno ornato entre as palavras — Brazil e Thesouro. O contorno da estampilha é ornamentado. Esta estampilha deverá ser emitida sem prejuizo da de igual valor que existe em circulação.

*F. Belisario Soares de Souza.*

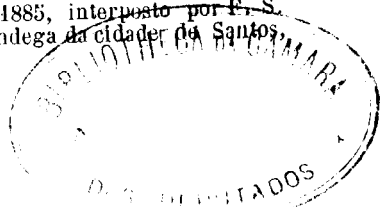
~~~~~

## N. 45 — EM 9 DE ABRIL DE 1886

Dá provimento a um recurso contra multa de direitos em dobro, visto ter sido aceita a nota do despacho sem as precisas declarações; e observa que os papeis pertencentes a recursos encaminhados ao Thesouro devem vir em original, e não por cópia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 9 de Abril de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso de revista, transmittido com o seu officio n. 181 de 30 de Julho de 1885, interposto por F. S. Hamspshi & Comp. da decisão da Alfandega da cidade de Santos.



que impôz-lhes a multa, na importância de 74\$720, proveniente de direitos em dobro de diversas mercadorias, sujeitas a direitos de consumo e expediente, encontradas em duas caixas, ns. 740 e 741, que, com outras, submeteram a despacho pela nota n. 25 de 22 de Maio daquelle anno, como contendo peças de machinas para lavoura e suas pertenças, isentas de taes direitos;— porquanto, tendo sido a nota do despacho apresentada sem conter as declarações exigidas pelo Regulamento das Alfandegas, cumpria á de que se trata ordenar que fossem corrigidos pela parte os erros ou equívocos havidos na classificação das mercadorias, na forma do disposto no art. 492, § 5º, da Consolidação das Leis das Alfandegas; devendo, portanto, ser restituída aos recorrentes a importância da multa que lhes foi imposta, cobrando-se sómente os direitos a que estão sujeitas as mercadorias em questão.

Outrosim, recommenda ao Sr. Inspector a execução do disposto no art. 672, § 1º, da citada consolidação, em virtude do qual devem vir em original, e não por cópia, todos os papéis relativos aos recursos que são encaminhados ao Fiscoiro.

*F. Belisário Soares de Souza.*

*(Assinatura)*

#### N. 46 — EM 10 DE ABRIL DE 1886

Por quem devem ser assignados os traspassos, por escripto particular, das cautelas do empréstimo de 50.000:000\$000.

Ministério dos Negocios da Fazenda, — Rio de Janeiro, em 10 de Abril de 1886.

Comunico a V. S. que os traspassos por escripto particular das cautelas do empréstimo de 50.000:000\$, ultimamente contratado, devem ser assignados, no caso de intervenção de Corretor, pelo vendedor, comprador e corretor intermediario; e, no caso contrario, pelo vendedor, comprador e duas testemunhas; convindo que, em ambas as hypothèses, sejam reconhecidas as firmas e pago o sello proporcional da importância da transacção.

Deus Guarde a V. S. — *F. Belisário Soares de Souza.* — Sr. Conselheiro Inspector da Caixa da Amortização.

*(Assinatura)*

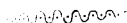
## N. 47 — EM 12 DE ABRIL DE 1886

Indeferimento do recurso da Companhia « Fabrica de tecidos *Rink* » contra a exigencia do pagamento do imposto de industrias e profissões no exercicio de 1883-1884.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 12 de Abril de 1886.

Communico a V. S., para os fins convenientes, que por Imperial Resolução de Consulta da Secção de Fazenda do Conselho de Estado de 20 de Março proximo passado, foi mantida a decisão do Tribunal do Thesouro Nacional, que confirmou a de V. S., sujeitando a Companhia « Fabrica de tecidos do *Rink* », sita á rua do Costa n. 31 A, ao imposto de industrias e profissões, no exercicio de 1883-1884 pelo armazem da rua do General Camara n. 36, onde a dita companhia vende seus productos.

Deus Guarde a V. S.— *F. Belisario Soares de Souza*.— Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro.



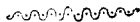
## N. 48 — EM 13 DE ABRIL DE 1886

Divide em — soldo — e — etapa — os vencimentos dos patrões e remadores dos escaleres da Alfandega de Santos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 13 de Abril de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo que, á vista do disposto no art. 37 e no final do art. 60 da Consolidação das Leis das Alfandegas, fica approvada a deliberação que tomou, em sessão da Junta, mandando, sobre proposta do Inspector da Alfandega da cidade de Santos, segundo dá conta em officio n. 69 de 23 de Março proximo passado, que do vencimento dos patrões e remadores dos escaleres ao serviço da mesma Alfandega sejam dous tercos considerados — soldo — e um terço — etapa.

*F. Belisario Soares de Souza*.





## N. 49 — EM 14 DE ABRIL DE 1886

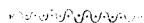
É da exclusiva competência das Alfandegas a restituição dos direitos por ellas arrecadados.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Abril de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o officio do Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, n. 39, de 26 de Fevereiro proximo passado, em que communica ter interposto o recurso, cujos papeis vieram annexos ao citado officio, interposto pelo representante da *Great Western of Brasil Railway Company, limited* da decisão da Alfandega que negou-lhe a restituição da quantia de 60\$000, proveniente do expediente de 5 % de oito caixas, despachadas livres de direitos, contendo peças de ferro sobressalentes, para locomotivas — declara-lhe que, conforme se acha explicado pela Circular n. 460 do 1º de Dezembro de 1874, é da exclusiva competência das Alfandegas a restituição dos direitos que arrecadam, quer a importancia delles esteja dentro das respectivas alçadas, quer as exceda; devendo neste ultimo caso, e quando a decisão for favoravel á parte interessada, ser essa decisão comprehendida na relação a que se refere o art. 6º do Decreto n. 4644 de 24 de Dezembro de 1870.

Na hypothese de ser-lhe desfavoravel, cabe o recurso de revista para o Tribunal do Thesouro quando a importancia dos direitos estiver dentro da alçada da Alfandega, e o recurso ordinario — para a Thesouraria, quando for excedente.

F. Belisario Soares de Souza.



## N. 50 — EM 15 DE ABRIL DE 1886

A Caixa da Amortização nao deve recusar os averbamentos requeridos pelos legitimos possuidores de apolices, em plena propriedade ou em usufructo.

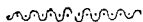
Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 15 de Abril de 1886.

Communico a V. S., para os devidos effeitos e em resposta ao seu officio de 4 de Novembro ultimo, que, á vista do disposto no officio n. 409 de 29 de Setembro de 1883 e art. 44 do Regulamento

approvado pelo Decreto n. 9370 de 24 de Fevereiro de 1885, não deve essa Repartição recusar-se aos averbamentos que lhe forem requeridos pelos legítimos possuidores de apolices e seus juros, tanto das pessoas em plena propriedade, como em usufructo, não obstante os abusos por V. S. apontados, que na verdade, a tornarem-se frequentes, annullarão os effeitos dos usufructos.

Recommendo, pois, a V. S. que tome nota destes factos para que em tempo possam ser evitados quando se houver de alterar o regulamento citado.

Deus Guarde a V. S.—*F. Belisario Soares de Souza*.— Sr. Conselheiro Inspector da Caixa da Amortização.



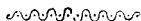
#### N. 51 — EM 17 DE ABRIL DE 1886

O Lente da Faculdade de Medicina, quando licenciado, não pôde exercer qualquer outro emprego na mesma Faculdade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 17 de Abril de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, para os devidos effeitos, que, conforme se acha resolvido por Aviso n. 1307 do Ministerio dos Negocios do Imperio de 31 de Março proximo passado, em solução á consulta feita por este Ministerio em Avisos de 19 de Setembro de 1883 e 16 de Abril de 1884, o Lente da Faculdade de Medicina, quando licenciado, não pôde exercer qualquer outro cargo na dita Faculdade; o que serve effectivamente o lugar de Director recebe os vencimentos integraes desses dous logares; e o que o serve interinamente, accumula aos seus vencimentos de Lente uma gratificação igual á do substituido, ou todos os vencimentos, quando o Director effectivo nada perceba, na fórma do disposto no art. 21 dos Estatutos das Faculdades de Medicina annexos ao Decreto n. 9311 de 25 de Outubro de 1884.

*F. Belisario Soares de Souza*.



## N. 52 — EM 21 DE ABRIL DE 1886

Fixa o premio para os depositos da Caixa Economica e o juro dos empréstimos do Monte de Soccorro do Espirito Santo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 21 de Abril de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Espirito Santo que é fixado em nove por cento o premio dos empréstimos do Monte de Soccorro, no corrente anno, continuando a ser de seis por cento a taxa do juro dos depositos da Caixa Economica, da qual se deduzirá, a contar do 1º de Julho do corrente anno em diante, um por cento para occorrer as despezas desses estabelecimentos, conforme propoz o respectivo Conselho Fiscal em officio de 19 de Dezembro de 1885.

Cumpre, porém, que no primeiro semestre seja ainda capitalizada na conta dos saldos recebidos da Caixa Economica toda a importancia do juro de 6 %, porque a Circular n. 54 de 22 de Dezembro daquelle anno, mandando escripturar a quota de 1 % na conta de — Depositos de diversas origens —, só é applicavel quando o Governo concede aos Conselhos Directores das Caixas Economicas e Montes de Soccorro autorização para deduzirem a mesma quota, como auxilio para as despezas dos estabelecimentos de que se trata.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 53 — EM 28 DE ABRIL DE 1886

Não se deve descontar a gratificação adicional concedida aos Lentes e Professores das Faculdades de Direito e cursos a ellas annexos, quando faltarem por motivo justificado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o Ministerio do Imperio, segundo declarou em Aviso n. 1130 de 20 de Março proximo passado, resolveu deferir o requerimento em que o

Dr. Paulo Antonio do Valle, Professor de rhetorica e poetica do curso annexo á Faculdade de Direito da mesma Provincia, reclamára contra o despacho, pelo qual a dita Thesouraria, fundando-se no disposto no Aviso n. 446 de 29 de Novembro de 1873, lhe negára restituição da gratificação adicional da 5ª parte de seus vencimentos, que lhe tem sido descontada nos dias em que deixa de comparecer para dar aula; visto estar aquella disposição revogada pelos Avisos de 11 de Agosto de 1881 e 27 de Janeiro de 1882: devendo-se, portanto, restituir ao reclamante o que de tal gratificação lhe tem sido descontado desde 11 de Agosto de 1881, e liquidar-se a parte pertencente a exercicios findos, a fim de ser concedido o necessario credito para o respectivo pagamento.

*F. Belisario Soares de Souza.*

Deu-se conhecimento á Thesouraria de S. Paulo.



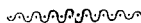
#### N. 54 — EM 28 DE ABRIL DE 1886

Os encarregados do arrolamento de escravos têm direito á quota de 120 réis, deduzidos dos emolumentos pagos pela matricula de cada um delles.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina que regularmente decidiu, em sessão da Junta, sobre consulta do Administrador da Mesa de rendas da cidade da Laguna e do Collector das rendas geraes da villa de S. Miguel, segundo deu conta em officio n. 28 de 2 do corrente mez, que os encarregados do arrolamento dos escravos têm direito á quota de 120 réis, deduzida do emolumento pago pela matricula de cada um delles, sendo  $\frac{2}{3}$  dessa quota para o Administrador ou Collector, e  $\frac{1}{3}$  para o Escrivão; visto estar a sua decisão de conformidade com as disposições em vigor sobre o assumpto de que se trata.

*F. Belisario Soares de Souza.*



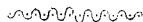
## N. 55 — EM 30 DE ABRIL DE 1886

Indeferimento de um recurso da Companhia Beberibe, contra a recusa de isenção de direitos para o respectivo material.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Abril de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que foi indeferido o requerimento transmittido com o seu officio n. 14 de 16 de Janeiro do corrente anno, em que a Companhia do Beberibe pedia isenção de direitos para o material importado, e que tiver de importar, para as obras do abastecimento de agua á capital da dita Provincia; — porquanto a Lei n. 3271 de 28 de Setembro de 1885, art. 1º, § 5º, que mandou continuar os favores concedidos á supplicante pelo art. 26 da de n. 243 de 30 de Novembro de 1841, só pôde ser entendida de accôrdo com as regras ultimamente estabelecidas pelo Thesouro para os casos de isenção de direitos em virtude das quaes tem sido excluído desse favor o material que é facilmente encontrado no mercado do logar em que funcionam as companhias ou empresas que o reclamam, e que, além disso, pôde ter applicação diversa daquella para que é reclamado.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 56 — EM 4 DE MAIO DE 1886

Approva a creação de uma Collectoria de rendas geraes na villa de Agua Preta, Provincia de Pernambuco.

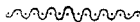
Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 4 de Maio de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que fica approvada a deliberação, que tomou em sessão da Junta, segundo deu conta em seu officio n. 55 de 23 de Março proximo passado, de crear uma Collectoria de rendas geraes na villa de Agua Preta; assim como de arbitrar em trinta e cinco por cento a por-

centagem que devem perceber os respectivos empregados, em 1:200\$000 a fiança do Collector e em 600\$000 a do Escrivão.

Recommenda-lhe, porém, que preste os demais esclarecimentos exigidos pela Circular n. 217 de 16 de Junho de 1873.

*F. Belisario Soares de Souza.*



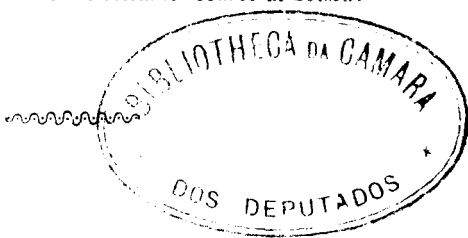
**N. 57 — EM 19 DE MAIO DE 1886**

Manda restituir a importancia dos direitos pagos por 200 cobertores importados para o Collegio de caridade de Nossa Senhora do Bom Conselho, estabelecido na Provincia de Pernambuco.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 19 de Maio de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, transmittido com o seu officio n. 60 de 29 de Março proximo passado, interposto por Frei Caetano de Messina, na qualidade de Director do Collegio de caridade de Nossa Senhora do Bom Conselho, em Papacaça, da decisão da dita Thesouraria confirmando a da Alfandega, que negára-lhe a restituição dos direitos pagos por duzentos cobertores de algodão importados para o uso do referido estabelecimento, e submettidos a despacho pela nota n. 764 de 15 de Setembro de 1885; devendo, portanto, restituir-se ao recorrente a importancia dos direitos de que se trata.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 58 — EM 20 DE MAIO DE 1886

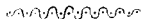
As embarcações empregadas no commercio de cabotagem entre os portos do Imperio não precisam de novo passaporte para cada viagem que fizerem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 20 de Maio de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que não competia-lhe tomar conhecimento e dar provimento ao recurso interposto por Manoel Joaquim Pessoa, proprietario do hyate nacional *Gerequiti II*, empregado na navegação entre os portos da mesma Provincia e outros do Imperio, do despacho da Alfandega que indeferiu o seu requerimento reclamando contra a exigencia por ella feita, de novo passaporte para pagar em cada viagem o sello de 6\$200, além de igual taxa devida pelo respectivo « passe »; — porquanto, estando a importancia do imposto de que se trata dentro da alçada da Alfandega, só era admissivel o recurso de revista para o referido Tribunal, á vista das disposições do Cap. 10 do Regulamento anexo ao Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883.

Campre, porém, que faça constar á Alfandega que de taes embarcações empregadas no commercio de cabotagem entre os portos do Imperio, só é cobravel o sello de 6\$200, de accôrdo com o § 4º, n. 2. da tabella 1º daquelle regulamento; servindo os passaportes enquanto ellas não mudarem de certificado de matricula, e haja espaço para as apostillas como dispõe o art. 448 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de rendas.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 59 — EM 20 DE MAIO DE 1886

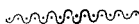
Declara em que casos tem logar o despacho livre de objectos importados para o uso, conservação e reparo de estradas de ferro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 20 de Maio de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Rio Grande do Norte, para os fins convenientes, que não pôde ser approvado o acto pelo qual, segundo

consta do seu officio n. 83 de 9 de Outubro de 1885, e papeis a elle annexos, a mesma Thesouraria deu provimento ao recurso interposto pelo Superintendente da Companhia da estrada de ferro do Natal a Nova Cruz, da decisão da Alfandega negando-lhe a restituição dos direitos de importação que pagou por diversos objectos importados para o uso, conservação e reparo da dita estrada, porquanto taes objectos só estariam isentos do pagamento de direitos, nos dous seguintes casos: 1º, si não estando ainda aberta ao trafego aquella estrada, se achassem elles comprehendidos em relação enviada com ordem do Thesouro, o que não se verificou no caso vertente, porque foram despachados em Agosto de 1885, quando já havia começado o trafego; 2º, em virtude de disposição da Tarifa, o que tambem não se verifica, porque o art. 1066 a que se referiu a companhia reclamante, e em que se baseou a decisão da Thesouraria, só concede despacho livre ás locomotivas, e nenhum dos objectos comprehendidos na relação apresentada pela mesma companhia é locomotiva ou peça que a compõe.

*F. Belisario Soares de Souza.*



#### N. 60 — EM 21 DE MAIO DE 1886

O recurso para a revisão das contas de um responsavel da Fazenda Nacional deve ser interposto na forma prescripta no § 2º do art. 29 do Decreto n. 2548 de 1860.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 21 de Maio de 1886.

Havendo o art. 29, § 1º, n. 1, do Decreto n. 2548 de 10 de Março de 1860 estabelecido o principio de que o recurso de revisão, por motivo de erro de calculo, omissão, duplicata de verba e apresentação de novos documentos poderá ser interposto pela parte interessada na forma prescripta no § 2º do referido artigo, torna-se necessario que o Official de Fazenda reformado, José da Silva Moreira, a quem se refere o Aviso de V. Ex. de 12 de Março do corrente anno, use desta faculdade para que sejam suas contas revistas no Thesouro e se possa tomar ulteriormente a semelhante respeito a deliberação que no caso couber.

Deus Guarde a V. Ex.— *F. Belisario Soares de Souza.*— A S. Ex. o Sr. Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.





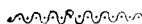
## N. 61 — EM 21 DE MAIO DE 1886

Não se attende a declarações de differença de qualidade das mercadorias, depois de distribuidas as notas dos respectivos despachos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 21 de Maio de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 29 de 26 de Fevereiro proximo passado, interposto por Arnaud Grumbach do despacho da Inspectoria da Alfandega da dita Provincia que impoz-lhe a multa de expediente, na razão de 5 %, pela differença de qualidade encontrada na mercadoria contida em 14 caixas que submetteu a despacho, pelas notas ns. 8 e 10 de 21 de Dezembro de 1885, como « morim branco », para pagar a taxa de 600 réis o kilogramma, e que depois de pagos os direitos declarou ser « morim estampado », sujeito á taxa de 1,200 ; — visto estar a decisão recorrida de accordo com o art. 503, § 6º, da Consolidação das Leis das Alfandegas, e não ser attendivel, na fórma do disposto no art. 498, a declaração do recorrente, porque foi feita quando já se achava distribuida a nota do despacho, e portanto iniciada a conferencia.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 62 — EM 24 DE MAIO DE 1886

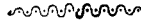
As Mesas de rendas e Collectorias não têm competencia para substituir notas dilaceradas, mas somente para receber-as em pagamento de impostos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 24 de Maio de 1886.

Illm. e Exm. Sr. — Declaro a V. Ex. que não pôde ser attendido o pedido, feito pela Camara Municipal da cidade de Campinas, no officio transmittido por essa Presidencia com o de n. 9 de 10 de Março proximo passado, de ser a Collectoria da mesma cidade autorizada a receber e trocar notas velhas e dilaceradas, quando os estragos não excedam os limites legais ; porquanto, como bem informou a Thesouraria de Fazenda em

officio n. 82 de 19 de Fevereiro do corrente anno, junto por copia ao dessa Presidencia, supracitado, as Mesas de rendas e Collectorias não têm competencia para substituir notas dilaceradas, mas sómente para recebê-las em pagamento de impostos, quando se acharem nos termos do art. 128 do Regulamento annexo ao Decreto n. 9370 de 14 de Fevereiro de 1885.

Deus Guarde a V. Ex.—*F. Belisario Soares de Souza.*— A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de S. Paulo.



### N. 63 — EM 24 DE MAIO DE 1886

Provimento de um recurso sobre multa de direitos dobrados, por differença de quantidade da mercadoria, visto ser tal differença devida a manifesto equívoco.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 24 de Maio de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo, para os devidos effeitos, que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, transmittido com o seu officio n. 42 de 22 de Fevereiro proximo passado, interposto por Augusto Leubá & C.<sup>a</sup>, na qualidade de Agentes da Companhia de Navegação *Chargeurs Réunis*, da decisão da dita Thesouraria confirmando a da Alfandega da cidade de Santos, que impôz ao Commandante do paquete *Ville de Rio de Janeiro* a multa de direitos em dobro, na importancia de 1:512\$, pela differença de quarenta e cinco barris com manteiga, de menos encontrada na conferencia do manifesto desse paquete entrado no dia 1º de Setembro de 1885;— porquanto, os conhecimentos de carga são a base para a organização dos manifestos dos navios, e pelo de n. 53 acha-se provado que houve equívoco na organização do de que se trata transferindo-se daquelle para este, não o numero de cento e cinco caixas com manteiga, alli expresso por extenso, mas a somma dellas com o numero de quarenta e cinco caixas contendo conservas, tambem repetido por extenso.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 64 — EM 26 DE MAIO DE 1886

A expedição dos passaportes das embarcações nacionaes é da exclusiva competência das Alfandegas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Maio de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Ceará — que nesta data recommenda á Presidencia da mesma Provincia que faça cessar a pratica, seguida na respectiva Secretaria, de serem por esta expedidos os passaportes das embarcações nacionaes, segundo informa o Sr. Inspector em officio n. 27 de 20 de Abril proximo passado; visto que a expedição de taes titulos é da exclusiva competência das Alfandegas, na fórma do disposto nos arts. 94, § 51, e 449 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de rendas.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 65 — EM 28 DE MAIO DE 1886

Sobre a cobrança da taxa adicional de 5 % em relação ao sello fixo e proporcional pago por meio de estampilhas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 28 de Maio de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, o exemplar junto do Decreto n. 9593 de 7 do corrente mez, que manda cobrar, do 1º de Julho proximo futuro em diante, 5 % dos impostos no mesmo Decreto mencionados, para ser o seu producto, livre de despesas de arrecadação, dividido e applicado de conformidade com o que se acha prescripto no art. 2º, § 3º, da Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885.

Outrosim:

Considerando, que a restricta execução do dito decreto ha de encontrar embaracos, no que respeita á cobrança daquella taxa adicional no sello fixo e no proporcional, sempre que se realizar o pagamento por meio de estampilhas, o se tiver de applicar o

adicional ás de 100 réis, ou ás de outro valor, do qual resulte fracção que não possa ser representada por alguma das estampilhas em circulação; e não sendo possível prover á remoção de semelhante difficuldade dentro do curto prazo que resta para a execução do sobredito decreto:

Ordena aos mesmos Srs. Inspectores, para que o façam constar a todas as Estações fiscaes suas subordinadas, emquanto o Poder Legislativo, a quem vai ser sujeita a resolução deste assumpto, não deliberar procedimento differente:

1<sup>o</sup>, que fique suspensa a cobrança da dita taxa adicional de 5%, nos casos de pagamento de sello fixo ou proporcional, em que se tiver de empregar estampilha que não represente valor de 2\$, pelo menos, para o qual já ha estampilha de 100 réis, que deverá ser apposta, observada a recommendação do art. 18 do Regulamento n. 8946 de 19 de Maio de 1883;

2<sup>o</sup>, que se proceda como na observação 3<sup>a</sup> do § 1<sup>o</sup> da tabella **B**, annexa ao mesmo regulamento, despresando-se as fracções quando o imposto a pagar, excedente á referida quantia de 2\$, terminar em fracção menor de 100 réis.

Nos balanços, que as Estações arrecadoras deste imposto são obrigadas a organizar e a enviar ao Thesouro e Thesourarias de Fazenda, se discriminará o producto da arrecadação correspondente á mencionada taxa adicional de 5%, alim de ter a applicação que lhe compete.

*F. Belisario Soares de Souza.*



#### N. 66 — EM 5 DE JUNHO DE 1886

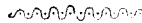
Indefere um recurso contra a classificação de alcool, dada na Alfândega á mercadoria submittida a despacho como — espirito de pão—; e providencia sobre as declarações que devem conter as notas de despacho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 5 de Junho de 1886.

Communico a V. S., para os fins convenientes, que foi indeferido pelo Tribunal do Thesouro Nacional o recurso que Richard Riechers & C.<sup>a</sup> interpuzeram da decisão dessa Inspectoria pela qual foi considerado comprehendido no art. 143 da Tarifa o alcool vindo de Hamburgo no vapor allemão *Valparaiso*, e submittido a despacho pela nota n. 9585 de 26 de Dezembro ultimo, como espirito de pão, para pagar a taxa estabelecida no art. 195 da mesma tarifa, visto não se ter dado circumstancia alguma das que podem justificar a revista da decisão recorrida.

Convem, entretanto, que se observe a maior conformidade entre as declarações das notas e aquellas que são consignadas na tarifa, sempre que a mercadoria sujeita a despacho tiver nella classificação expressa como o tem a da 2.<sup>a</sup> addição da nota junta afim de não se repetir o que com esta se dá, admittida como regular uma declaração que não só não indica a classificação rigorosa da mercadoria, como ainda difficulta, senão impossibilita a fiscalisação incumbida á revisão na parte que entende com a justa applicação da taxa, não sendo tambem exacta a nota da revisão concernente á armazenagem paga no despacho, porque a cobrança feita foi a devida, conforme as regras da tabella em vigor e Decreto de 26 de Novembro de 1879.

Deus Guarde a V. S. — *F. Belisario Soares da Souza*. — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.



#### N. 67 — EM 8 DE JUNHO DE 1886

Para a cobrança do sello devido pelas nomeações de Juizes Municipaes, deve-se levar em conta o que os nomeados tenham pago pelas de outros empregos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 8 de Junho de 1886.

Francisco Belisario Soares da Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagoas que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, transmittido com o seu officio n. 2 de 4 de Fevereiro proximo passado, interposto pelo Bacharel Antonio da Rocha Hollanda Cavalcanti da decisão da dita Thesouraria, que indeferiu o seu requerimento pedindo que se levasse em conta do sello a pagar pela sua nomeação de Juiz Municipal do termo de Atalaia, a que satisfez como Secretario da Presidencia; — porquanto, tendo o recorrente pago o sello sobre o vencimento de 1:500\$, deste ultimo lugar, na razão de 12 % até 1:000\$, e de 8 % do excedente, e havendo sido demittido delle afim de poder ser nomeado para o de Juiz Municipal, só está obrigado ao pagamento do sello da differença entre aquelle vencimento e o de 1:800\$, que passou a perceber, na forma do disposto no art. 6.<sup>o</sup> e seus paragraphos, do Regulamento annexo ao Decreto n. 8916 de 19 de Maio de 1883; e não tem applicação ao caso a decisão constante da Ordem n. 12 de 12 de Junho do anno proximo passado, expedida á Thesouraria da Provincia de Goyaz, em que se fundou a decisão recorrida porque refere-se a caso diverso.

Cumpre, portanto, que seja restituída ao recorrente a importância de 73\$734 que de mais lhe foi cobrada segundo o calculo feito pela Thesouraria no verso da petição a ella dirigida em 10 de Novembro do anno proximo findo.

*F. Belisario Soares de Souza.*



N. 68 — EM 8 DE JUNHO DE 1886

Os Directores da Companhia Locomotora Pernambucana estão sujeitos ao imposto de industrias e profissões.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 8 de Junho de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 259 de 9 de Outubro de 1885, interposto por Antonio Gomes de Miranda Leal, José da Silva Loyo Junior e Bernardino Gomes de Carvalho da decisão da dita Thesouraria, confirmando a da Recebedoria das rendas internas da capital, que negou-lhes a restituição da quantia de 263\$137, proveniente do imposto de industrias e profissões para que foram collectados, no exercicio de 1884-1885, na qualidade de directores da Companhia Locomotora Pernambucana; porquanto a circumstancia, allegada pelos recorrentes, de não terem percebido a porcentagem fixada no art. 19 dos estatutos da referida companhia, por não se ter verificado a condição, nelle estabelecida, de exceder a renda liquida a 5 %, não podia fundamentar a sua exclusão do lançamento para a cobrança das taxas das tabellas A e D annexas ao Decreto n. 6980 de 20 de Julho de 1878.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 69 — EM 12 DE JUNHO DE 1886

Declara que das decisões arbitraes não ha recurso para a instancia superior, salvo o caso do art. 764, n. 2, do Regulamento de 19 de Setembro de 1860; e que taes decisões devem cingir-se ao caso controvertido.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 12 de Junho de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo que o mesmo Tribunal deliberou mandar cumprir a decisão arbitral proferida no processo que acompanhou o officio do Sr. Inspector n. 178 de 25 de Junho do anno proximo passado, relativo á questão, levantada por Americo & F. Martins, sobre a qualificação de uma partida de rendas de algodão, que submeteram a despacho na Alfandega de Santos a 15 de Abril do mesmo anno, visto que, de conformidade com o disposto no art. 579 do Regulamento n. 2647 de 19 de Setembro de 1860, e nas deliberações do referido Tribunal constantes das Ordens n. 126 de 29 de Março de 1862 e n. 412 de 18 de Novembro de 1874, não ha recurso das decisões arbitraes para a instancia superior, além do permitido no art. 764, n. 2, do sobredito regulamento, isto é, o recurso de revista, por motivo de incompetencia, excesso de poder, e violação de lei ou de formulas essenciaes que possam ter occorrido no processo respectivo; pois que das questões que versarem sobre classificação e qualificação das mercadorias, boa ou má que seja a decisão arbitral, é ella definitiva e irrevogavel: e no caso de que se trata não se deu nenhuma daquellas hypotheses.

Outrosim, que não podendo taes decisões afastar-se do ponto controvertido, mas devendo cingir-se estritamente á solução mais justa da questão, dentro dos limites a que ella estiver reduzida no acto do julgamento arbitral, fica entendido que a do presente processo não abrange a quantidade de rendas, da taxa de quatro mil réis o kilogramma, sobre a qual o Conferente do despacho, a Comissão da Tarifa e o Despachante já estavam de accordo, segundo vê-se dos documentos annexos ao processo; em consequencia do que cabe aos recorrentes a restituição da differença dos direitos correspondentes a essa quantidade.

E porque deixou de acompanhar ao recurso o officio original do Inspector da Alfandega, informando-o, e se notasse que elle deixou de assignar o termo de juramento dos arbitros, e que, decidida a qualificação da mercadoria, contra os recorrentes, na instancia inferior, lhes foi concedida dispensa do pagamento de arcazenagem, além de um mez, contra o disposto no Decreto n. 7533 de 26 de Novembro de 1879, art. 3.º, — cumpre que o Sr. Inspector chame a attenção da Alfandega para a observancia dos regulamentos nesta parte.

*F. Belisario Soares de Souza.*

## N. 70 — EM 15 DE JUNHO DE 1886

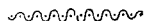
As nomeações de Directores de Arsenaes estão sujeitas ao sello de 9 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 15 de Junho de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso, que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 18 de 10 de Março proximo passado, interposto pelo Major Americo Rodrigues de Vasconcellos da decisão da dita Thesouraria que negou-lhe a restituição da importancia do sello de 9 %, por ella cobrado pela sua nomeação de Director do Arsenal de Guerra da referida Provincia ; — visto estar a nomeação do recorrente comprehendida no § 5º, n. 6, tabella A do Regulamento annexo ao Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883, por não ser a gratificação desse cargo substitutiva das vantagens militares do seu posto.

E, constando do officio da Thesouraria, n. 17 de 5 daquelle mez, ter ella mandado restituir ao Coronel Joaquim da Gama Lobo d'Eça, que anteriormente exerceu o dito cargo, a importancia do sello que pagára pela respectiva nomeação, cumpre que se exija delle a reposição dessa importancia.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 71 — EM 16 DE JUNHO DE 1886

Declara que não se deve cobrar o imposto adicional de 5 % sobre a contribuição de penna d'agua.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 16 de Junho de 1886.

Communico a V. S., em resposta ao seu officio n. 53 de 15 de Maio proximo passado, que não estando comprehendido no Decreto n. 9593 de 7 do mesmo mez, art. 2º, o imposto de penna d'agua, não deve ser cobrado o adicional de 5 % sobre as taxas respectivas, podendo portanto, ser feita a cobrança como até aqui se tem effectuado ; não servindo tambem de fundamento, para considerar-se a contribuição de penna d'agua comprehendida no imposto predial, o facto de se proceder simultaneamente á co-



branca das duas imposições, como determina o art. 13 do Regulamento expedido por Decreto de 25 de Novembro de 1882 para execução da Lei n. 2639 de 22 de Setembro de 1885.

Deus Guarde a V. S.— *F. Belisario Soares de Souza*.— Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro.



### N. 72 — EM 17 DE JUNHO DE 1886

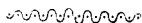
Autoriza a cunhagem das moedas de nickel de 50 réis.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 17 de Junho de 1886.

Fica V. S. autorizado, como solicitou em seu officio n. 79 de 19 do corrente mez, para mandar cunhar moedas de nickel de 50 réis, conforme a amostra que devolvo, devendo dar conhecimento ao publico dos signaes dessas moedas, quando forem emitidas, por meio de annuncios publicados no *Diario Official*, tantas vezes quantas julgar necessarias.

Quanto ás moedas de bronze de 10 réis existentes nessa Reparação na importancia de 315:312<sup>5</sup>, não tendo sido ainda desmonetizadas, poderão ter sahida, conforme V. S. declara no mesmo officio não sendo entretanto obrigatoria a aceitação dellas; e neste sentido expeço as necessarias ordens ás Thesourarias de Fazenda.

Deus Guarde a V. S.— *F. Belisario Soares de Souza*.— Sr. Conselheiro Director da Casa da Moeda.



### N. 73 — EM 17 DE JUNHO DE 1886

Communica a emissão de moedas de nickel de 50 réis.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 17 de Junho de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, que vão ser emitidas moedas de nickel de 50 réis, e ordena-lhes que não devolvam mais ao mesmo Thesouro as moedas de bronze de 10 réis existentes nas respectivas Thesourarias, as quaes poderão ter sahida, não sendo, contudo, obrigatoria a aceitação dellas.

*F. Belisario Soares de Souza*.



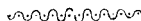
## N. 74 — EM 18 DE JUNHO DE 1886

Declara que não ha substituição entre os Escripturarios das Repartições de Fazenda, embora sirvam em Repartição diversa daquella a que pertencem.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 18 de Junho de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Espirito Santo que foi indeferido o requerimento, transmittido com o seu officio n. 24 de 18 de Maio proximo passado, em que o 2º Escriptuario da mesma Thesouraria José Affonso Martins de Queiroz reclamára contra o despacho pelo qual ella negou-lhe o abono do vencimento de 1º Escriptuario da Alfandega, em que se acha servindo como auxiliar do respectivo expediente, porquanto, não ha substituição entre os Escripturarios das Repartições deste Ministerio, embora sirvam em Repartição diversa daquella a que pertencem, como acontece com o supplicante.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 75 — EM 23 DE JUNHO DE 1886

Sendo de sesmaria os terrenos que forem cortados por estradas de ferro do Estado, nenhum direito tem o respectivo proprietario á indemnização do valor delles.

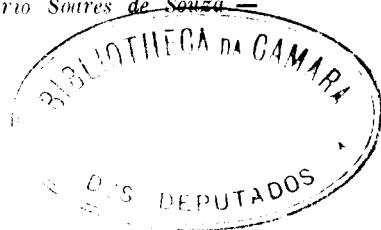
Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 23 de Junho de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex., para os devidos effeitos, que, em officio n. 164 de 9 do corrente mez, participou o Procurador dos Feitos ter José Bernardo da Costa Rodrigues, por sentença do Juizo dos Feitos de 1 do mesmo mez, sido julgado sem direito algum á indemnização que pedira, em acção promovida contra a Fazenda Nacional, do valor dos terrenos da sua fazenda de S. Bernardo á margem do rio Parahyba, municipio de Rezende, cortados e occupados pelo leito da Estrada de Ferro D. Pedro II, por serem taes terrenos de sesmaria; ficando assim reformada a anterior sentença que condemnou a mesma Fazenda á dita indemnização.

Deus Guarde a V. Ex. — *F. Belisario Soares de Souza* —  
A S. Ex. o Sr. Antonio da Silva Prado.



F. — Decisões de 1886 4



## N. 76 — EM 25 DE JUNHO DE 1886

Determina que continuem em vigor durante os quatro primeiros mezes do exercício de 1886-1887 as Leis ns. 3229 e 3230 de 3 de Setembro de 1884.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 25 de Junho de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmite aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para que tenha a devida execução, o Decreto n. 3277 (\*) desta data, constante dos exemplares juntos, determinando que as Leis ns. 3229 e 3230 de 3 de Setembro de 1884, que orçam a receita e fixam a despesa geral do Imperio para o exercício de 1884-1885, continuem em vigor durante os quatro primeiros mezes do exercício de 1886-1887.

*F. Belisario Soares de Souza.*

*Ante o Secretario de Estado*

## N. 77 — EM 26 DE JUNHO DE 1886

Providencia a respeito das notas propositalmente cortadas ou estragadas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 26 de Junho de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, que as notas propositalmente cortadas ou estragadas, cuja apreciação ficará ao prudente juizo do Thesoureiro e do Inspector das mesmas Thesourarias, não devem ser aceitas nem trocadas nas estações de Fazenda das Provincias; podendo, entretanto, os possuidores dessas notas requerer o pagamento ou substituição dellas dirigindo as petições directamente á Junta Administrativa da Caixa da Amortização ou por intermedio das mencionadas Thesourarias.

*F. Belisario Soares de Souza.*

---

(\*) O Decreto acha-se na 4ª parte da collecção das leis.

## N. 78 — EM 26 DE JUNHO DE 1886

Não estão sujeitos a sello os documentos dados aos expedidores de mercadorias pela Estrada de Ferro D. Pedro II.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 26 de Junho de 1886.

Illm. e Exm. Sr.— Em Aviso n. 68 de 5 de Abril ultimo, consulta V. Ex. si estão sujeitos ao imposto do sello, não só o documento impresso em pequeno formato que constitue recibo provisório de garantia do expedidor para provar o pagamento do frete da mercadoria expedida pela Estrada de Ferro D. Pedro II, ou tido por mero aviso de frete a pagar no destino, cujo documento tem de ser apresentado pelo destinatario da mercadoria, para que possa retirar-a, sendo então trocada pela 2ª via da nota da expedição, mas também o impresso, que acompanhou o dito aviso e que é uma simples declaração do despacho para servir em falta daquelle documento.

Em resposta á referida consulta communico a V. Ex. que o documento impresso em pequeno formato, que constitue recibo provisório de garantia, não está sujeito a sello:

1.º Por não ser um recibo passado á parte e sim um conhecimento de receita que a estação destinataria do volume remette á 1ª Sub-seccção de contabilidade da estrada para a prestação de suas contas, conforme se vê da nota infra escripta no alludido documento.

2.º Porque, quando ainda se quizesse considerar *recibo*, estes só estão sujeitos a sello quando a somma declarada recebida é de 25\$ ou mais (tabella B, § 5º, n. 2).

Quanto ao impresso em formato maior, sendo um mero documento da estrada, em que o expedidor declara responsabilisar-se pelo bom ou mau acondicionamento do volume que por meio della faz transportar, também não está sujeito a sello, por ser considerado como papel concernente ao expediente da Repartição. (Regulamento de 19 de Maio de 1883, art. 13, n. 31.)

Uns e outros, porém, quando forem juntos como documentos apresentados ás autoridades, para produzirem effeitos diversos do fim para que foram passados, estarão nesta hypothese sujeitos a sello, conforme dispõe o art. 14 do citado regulamento.

Deus Guarde a V. Ex.— *F. Belisario Soares de Souza*.—  
A S. Ex. o Sr. Antonio da Silva Prado.

## N. 79 — EM 3 DE JULHO DE 1886

Decisão sobre o despacho livre de direitos para objectos contidos em uma caixa, e que na nota do despacho figuram em tres.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.--- Rio de Janeiro em 3 de Julho de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 100 de 14 de Maio proximo passado, interposto pelo Director da colonia orphanologica *Isabel*, Frei Fidelis Maria de Tognano, da decisão da dita Thesouraria, que não tomou conhecimento, por estar na alçada da Alfandega, do que para ella interpuzera do despacho desta ultima Repartição negando-lhe a restituição da importância de 135\$780, proveniente de direitos de consumo e expediente pagos por duas caixas contendo objectos escolares destinados áquella colonia, resolveu dar-lhe provimento afim de se effectuar a restituição reclamada pelo recorrente, porquanto, embora este tivesse pedido o despacho livre de direitos de tres caixas, em lugar de uma, autorizado pela Ordem da Directoria Geral das Rendas Publicas de 27 de Março de 1885, não se precisou nella a quantidade dos objectos de que se trata.

*F. Belisario Soares de Souza.*

*Ass. do Insp. do Neg. de F.*

## N. 80 — EM 6 DE JULHO DE 1886

Não está sujeita a novo sello a nomeação substitutiva de outra que, tendo-se pago, fora declarada nulla por ter sido assignada por autoridade incompetente.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.--- Rio de Janeiro em 6 de Julho de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina que regularmente decidiu, segundo consta dos papeis que remetteram com o seu officio n. 56 de 28 de Maio proximo passado, que não estava sujeita a novo sello a nomeação do Bacharel Manoel Alvaro de Souza Sá

Vianna, para Curador geral dos orphãos, feita pelo Juiz Municipal da capital em substituição de outra que, depois de pago esse imposto, fôra declarada nulla, por ter sido incompetentemente assignada pelo Juiz de Direito ; visto estar aquella nomeação comprehendida no art. 6º, § 2º, parte final, do Regulamento annexo ao Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883.

*F. Belisario Soares de Souza.*

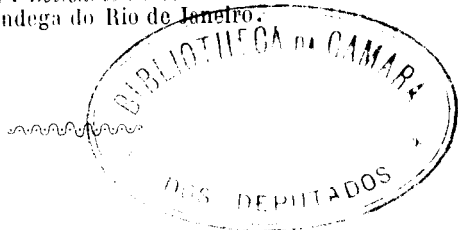
N. 81 — EM 7 DE JULHO DE 1886

Declara o sentido da palavra — *mescla* — empregada indefinidamente no art. 561 e outros da Tarifa actual.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 7 de Julho de 1886.

Tendo sido indeferido pelo Tribunal do Thesouro Nacional o recurso, que interpuzeram Rodrigues de Moraes & Comp. da decisão da Inspectoria da Alfandega da Bahia, que lhes negou o abatimento de 40 % dos direitos pagos, de accordo com o art. 561 da Tarifa vigente, pelos cobtores que submeteram a despacho pela nota n. 2004 de 17 de Dezembro de 1885, com a urdidura toda de lã e a trama de algodão ; visto terem taxa especial naquelle mesmo artigo os cobtores mixtos, ou com mescla de uma e outra das referidas materias, e ainda mais, por não dar-se, na qualidade da taxa com que são tributados os cobtores de uma ou de outra das mesmas materias, a condição indispensavel para o alludido abatimento, na hypothese prevista pelo art. 15 das Disposições preliminares da Tarifa: declaro a V. S., para harmonia na intelligencia e applicação deste ultimo artigo, não só ser aquelle o sentido da palavra — *mescla* —, empregada como quantidade indefinida no art. 561 e outros da mesma tarifa, mas tambem que, por materia prima mais ou menos tributada, se deve reputar a que na especie sujeita foi tarifada com maior ou menor taxa.

Deus Guarde a V. S. — *F. Belisario Soares de Souza.* — Sr. Conselheiro Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro.



## N. 82 — EM 13 DE JULHO DE 1886

Explica a disposição, contida no art. 19 do Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, sobre differenças entre addições da mesma nota de despacho.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro, em 13 de Julho de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Pará que o mesmo Tribunal resolveu deferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 158 de 15 de Novembro de 1882, interposto por Augusto Cesar dos Santos do despacho da Alfandega da mesma Provincia, que impoz-lhe a multa de direitos em dobro, na importancia de 1088000, pela differença de nove kilogrammas, para mais encontrada no peso da mercadoria constante da 4.<sup>a</sup> addição da nota n. 358 de 23 de Maio daquelle anno; porquanto, tendo-se encontrado a differença de dez kilogrammas, para menos, em identica mercadoria mencionada na 8.<sup>a</sup> addição, não houve infracção do disposto no art. 19 do Decreto n. 4510 de 20 de Abril de 1870, que considera caso de multa a differença para mais encontrada entre o peso declarado pela nota do despacho e o verificado, e não relativamente a cada addição, como praticou a Alfandega; cumprindo, portanto, que seja restituída ao recorrente a importancia da multa de que se trata.

*F. Belisario Soares de Souza.*

*(Assinatura)*

## N. 83 — EM 14 DE JULHO DE 1886

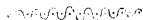
As Collectorias nas Provincias só recebem e cumprem ordens directamente ou por intermedio das respectivas Thesourarias de Fazenda a que estão subordinadas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 14 de Julho de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso que fica approvado o seu procedimento declarando ao Juiz de Direito e dos orphãos da capital

que, estando as estações fiscaes, nas Provincias, directamente subordinadas ás Thesourarias de Fazenda, só destas, ou por seu intermedio, recebem e cumprem ordens; e que, portanto, não tinha elle competencia para indicar aos Collectores de que modo deveriam proceder á nova matricula dos escravos.

*F. Belisario Soares de Souza.*



N. 84 — EM 15 DE JULHO DE 1886

Da venda de estampilhas não é cobravel o sello adicional de 5% e declara que as estações de arrecadação só escripturam o producto desse imposto por ellas arrecadado.

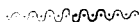
Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 15 de Julho de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina, em resposta á consulta constante do seu telegramma de 8 do corrente mez:

1.º Que, da venda de estampilhas não é cobravel a taxa adicional de 5%, porque esta só incide nos actos que estão sujeitos ao sello por verba, ou por estampilhas da taxa de 2\$000 para cima.

2.º Que as estações arrecadadoras do sello só têm de escripturar, em verba especial, o producto da dita taxa de 5%, quando o pagamento desta se verificar nas mesmas estações; e que, portanto, nada ha a escripturar, quanto aos documentos sellados por particulares, fóra dessas estações, limitando-se os exactores a verificar, quando taes documentos lhes sejam apresentados, si estão ou não sellados de conformidade com a doutrina da Circular n. 12 de 28 de Maio proximo passado.

*F. Belisario Soares de Souza.*





## N. 85 — EM 19 DE JULHO DE 1886

O imposto de praticagem da barra não está sujeito á taxa adicional de 5 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 19 de Julho de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina que regularmente decidiu, sobre consulta do Administrador da Mesa de rendas da cidade da Laguna, segundo deu conta em officio n. 64 de 28 de Junho proximo passado, que não está sujeito á taxa adicional de 5% o imposto de praticagem da barra, cobrado em virtude do Aviso do Ministerio dos Negocios da Marinha de 25 de Agosto de 1874; visto não se achar especificado no art. 2º do Decreto n. 9593 de 7 de Maio do corrente anno.

*F. Belisario Soares de Souza.*

*Assinado pelo Sr. ...*

## N. 86 — EM 22 DE JULHO DE 1886

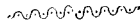
As substituições temporarias entre empregados da mesma Repartição não estão sujeitas ao pagamento de sello.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 22 de Julho de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagoas, para os devidos effeitos, que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, transmittido com o seu officio n. 37 de 11 de Maio proximo passado, interposto pelo 2º Escriptuario da Alfandega da cidade do Penedo Antonio Oscar Tavares da Costa, da decisão da dita Thesouraria, confirmando a daquella Alfandega, que negou-lhe a restituição da quantia de 735666, proveniente do sello de 5% cobrado sobre o vencimento que percebeu durante o periodo decorrido de 21 de Julho de 1884 a 13 de Fevereiro de 1885, em que serviu interinamente o logar de Thesoureiro da Repartição de que faz parte; visto estarem as substituições temporarias, entre empregados da mesma Re-

partição, isentas do pagamento do sello, na fôrma do art. 12, § 6º, do Regulamento annexo ao Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883, e não terem applicação ao caso vertente as Ordens n. 213 de 18 de Maio de 1834 e n. 140 de 7 de Abril de 1856, em que se fundou a decisão recorrida.

*F. Belisario Soares de Souza.*



N. 87 — EM 23 DE JULHO DE 1886

A assignatura do Juiz competente sobre a estampilha de uma precatória não é razão para que seja impugnado o cumprimento desta.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 23 de Julho de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia que fica approvada a deliberação que tomou, em sessão da Junta, mandando cumprir a precatória expedida pelo Juizo de orphãos da capital da mesma Provincia, para pagamento da quantia de 20,5000 á *Gazeta da Bahia*, proveniente de publicação de editaes para a venda dos bens do casal da finada Maria Julia da Motta, não obstante a impugnação feita pela Contadoria sob o fundamento de não ter sido a respectiva estampilha inutilizada de accôrdo com o disposto no art. 17, n. 12, do Regulamento annexo ao Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883, por estar a assignatura do Juiz escripta sobre a referida estampilha; visto achar-se ella competentemente inutilizada com a data, e com a assignatura do Escrivão, e não poder a assignatura do Juiz ser considerada « dizer estranho », de que trata o art. 19 do citado regulamento, como entendêra a dita Contadoria.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 88.— EM 23 DE JULHO DE 1886

Creação de uma Collectoria na villa de Tibagy e actos subsequentes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 23 de Julho de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná que fica approvada a deliberação que tomou, em sessão da Junta, segundo da conta em officio n. 44 de 2 de Junho proximo passado, de crear uma Collectoria de rendas geraes na villa de Tibagy, e de arbitrar em 30 % a percentagem que compete ao Collector e ao Escriptão, sendo  $\frac{3}{5}$  ao primeiro e  $\frac{2}{5}$  ao segundo.

Outrosim, fica inteirado de ter sido arbitrado provisoriamente em 5:000\$ o rendimento da dita Collectoria, nomeado Vicente Pinto Gonçalves para o logar de Collector e Anacleto Pereira Borges para o de Escriptão, e fixado em 600\$ a fiança deste, e em 1:250\$ a daquelle : devendo participar ao Thesouro a data da instalação da referida Collectoria e a da posse desses empregados.

*F. Belisario Soares de Souza.*

*محمد بن عبد الوهاب*

## N. 89 — EM 28 DE JULHO DE 1886

Declara a legislação que regula os casos dubios de differença de quantidade ou de qualidade.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 28 de Julho de 1886.

Tendo sido presente ao Tribunal do Thesouro Nacional o recurso interposto por Salgado Zenha & Comp. da decisão dessa Inspectoria, que os sujeitou ao pagamento de direitos em dobro na importancia de 140\$800, sob fundamento de acrescimo de mercadorias na 3ª addição da nota n. 19673 de 5 de Maio ultimo, para o despacho de uma caixa, vinda de Southampton no vapor inglez *La Plata*, o mesmo Tribunal, admitindo o recurso como de revista, e considerando:

1.º Que a differença de que se trata foi verificada só e unicamente na 2ª e não na 3ª addição, por isso que esta foi achada exacta, desde que se encontraram nella os 16 kilogrammas de barege e grenadine de lã declarados.



para pagamento da divida do imposto predial, relativo a exercicios atrasados, na importancia de 240\$000; porquanto, além de não se ter nos editaes da praça imposto ao arrematante a condição de solver essa divida, qualquer que fosse o preço da arrematação, o art. 39 do Regulamento de 18 de Setembro de 1878 só é applicavel aos casos ordinarios de transmissões *inter vivos*, cabendo, entretanto, á Fazenda Nacional o alvitro de mandar proseguir a execução contra seus devedores para completa solução da divida.

Deus Guarde a V. S.— *F. Belisario Soares de Souza*.— Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro.

*Ex. m. do Sr. Sr. Sr. Sr.*

#### N. 91 — EM 7 DE AGOSTO DE 1886

Ordena-se remetta a cada um dos Ministerios os balancos e documentos das respectivas despesas, realizadas pelas Thesourarias de Fazenda.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 7 de Agosto de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com a requisição feita pelo Ministerio da Guerra, em Aviso de 30 de Julho proximo passado, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que remetam com regularidade á Repartição Fiscal annexa á Secretaria de Estado daquelle Ministerio os balancos e documentos das despesas do mesmo Ministerio realizadas pelas ditas Thesourarias, procedendo de igual modo quanto aos outros Ministerios.

*F. Belisario Soares de Souza.*

*Ex. m. do Sr. Sr. Sr. Sr.*

#### N. 92 — EM 10 DE AGOSTO DE 1886

Os direitos de 60% addicionaes aos de consumo são passíveis da taxa de 5% do Decreto de 7 de Maio de 1886.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 10 de Agosto de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria

de Fazenda da Provincia do Pará, em resposta ao seu officio n. 417 de 3 de Julho proximo passado:

1.º Que proceda, a respeito da taxa adicional de 5%, nos actos sujeitos ao sello por verba ou por estampilhas, de conformidade com a Ordem n. 54 de 13 daquelle mez, dirigida á Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina e transcripta no *Diario Official* de 18 do mesmo mez.

2.º Que, por fazerem parte dos direitos de consumo, acham-se os additionaes de 60% comprehendidos nos arts. 2º e 4º do Regulamento annexo ao Decreto n. 9393 de 7 de Maio do corrente anno, para a cobrança da taxa de que se trata.

*F. Belisario Soares de Souza.*

~~~~~

#### N. 93 — EM 12 DE AGOSTO DE 1886

E' da exclusiva competencia dos Inspectores das Alfandegas a suspensão dos Commandantes dos respectivos cruzadores.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 12 de Agosto de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco, em resposta ao seu officio de 22 de Maio proximo passado, que não pôde ser approvado o seu acto suspendendo Fabio Rino do exercicio de Commandante do cruzador *Medusa*, ao serviço da Alfandega da mesma Provincia: 1º, porque, tendo sido o antecessor do nomeado demittido pelo seu irregular procedimento, e sendo da exclusiva competencia dos Inspectores das Alfandegas, na fórma do disposto no art. 39, § 6º, da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de rendas, a nomeação e demissão dos Commandantes dos cruzadores como o de que se trata, não cabia á Thesouraria suspender o nomeado do respectivo exercicio, mas sómente suggerir a conveniencia dessa medida, quando houvesse motivo para ella; 2º, porque não procede a razão de ser elle estrangeiro, visto estar provada a sua qualidade de cidadão brasileiro, desde que achase qualificado eleitor; 3º, porque a Ordem n. 463 de 24 de Setembro de 1880 não exige que taes Commandantes tenham carta de piloto, como entendem o Sr. Inspector, mas que o piloto seja pratico da costa; nem é applicavel á especie sujeita o Aviso n. 472 de 13 de Outubro de 1862 que refere-se a materia diversa; 4º, porque o nomeado já exerceu identico logar no enter *Parnahyba*, ao serviço da Alfandega do Rio de Janeiro, e já commandou outros na-

vios importantes nas aguas do Rio da Prata e nas do norte e sul do Imperio.

Cumpra, portanto, que o Sr. Inspector mande restituil-o ao exercicio do seu emprego, si estiver fóra delle, e pagar-lhe os vencimentos que tenham deixado de ser-lhe abonados durante o tempo da suspensão.

*F. Belisario Soares de Souza.*



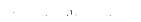
N. 94 — EM 13 DE AGOSTO DE 1886

Declara que continúa em vigor nos quatro primeiros mezes do corrente exercicio a distribuição de credito feita para o anterior.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 13 de Agosto de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, e em additamento á Circular n. 44 de 25 de Junho ultimo, que continúa em vigor, durante os primeiros quatro mezes do corrente exercicio, a distribuição de creditos, feita para o exercicio de 1885-1886 pelas Ordens de 28 de Novembro de 1885.

*F. Belisario Soares de Souza.*



N. 95 — EM 14 DE AGOSTO DE 1886

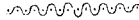
Os emolumentos ou percentagem a que tenham direito os funcionarios publicos nao podem ser petidos ou arpeitos a encontro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 14 de Agosto de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Ceará, que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 30 de 29 de Abril proximo passado, interposto pelo Procurador Fiscal da dita Thesouraria, Bacharel Francisco Barbosa de Paula Pessoa.

dos despachos pelos quaes o Sr. Inspector, sem ser ouvida a Junta, mandou pagar ao Escrivão do Juizo dos Feitos da Fazenda, Theodoro Nunes de Mello, a importancia das custas que lhe competiam pela cobrança executiva de impostos, não obstante achar-se em debito para com a Fazenda Nacional pelo imposto de industrias e profissões a que está sujeito; visto não procederem as allegações do recorrente, não só por ser o assumpto de que se trata da exclusiva competencia do Sr. Inspector, como de mero expediente, e não envolver questão de direito, mas tambem porque, conforme está decidido pela Ordem n. 43 de 22 de Fevereiro de 1849 e pelo Aviso n. 99 de 29 de Abril de 1859, não podem ser retidos e sujeitos a encontro os vencimentos dos funcionarios publicos, entre os quaes estão comprehendidos os emolumentos ou porcentagens como no caso vertente.

*F. Belisario Soares de Souza.*



**N. 96 — EM 14 DE AGOSTO DE 1886**

Sujeita a porte do Correio, pago pelos interessados, os recursos vindos das Provincias para o Tribunal do Thesouro ou para este Ministerio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 14 de Agosto de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Recommendo a V. Ex. que, depois de lançar o « Visto » nos officios da Thesouraria de Fazenda contendo recursos interpostos para o Tribunal do Thesouro, ou para este Ministerio, devolva-os áquella Repartição, afim de que faça pagar pelas partes interessadas o porte devido, e dê a taes officios o conveniente destino, evitando-se assim o extravio dos documentos a elles annexos, os quaes, depois de resolvidos os recursos, devem reverter ao archivo da Repartição por onde foram proferidas as decisões recorridas.

Deus Guarde a V. Ex.— *F. Belisario Soares de Souza.*— A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia d...





## N. 97 — EM 18 DE AGOSTO DE 1886

O sello das certidões está sujeito á taxa adicional de 5 % do Decreto de 7 de Maio de 1886, não o estando, entretanto, a venda das estampilhas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 18 de Agosto de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes, em resposta á consulta constante do seu officio n. 40 de 23 de Julho proximo passado:

1º, que só estão sujeitos á taxa adicional de 5 % os impostos e as rendas especificadas no Regulamento annexo ao Decreto n. 9393 de 7 de Maio do corrente anno; 2º, que, da venda das estampilhas não é devida essa taxa, conforme já foi decidido pela Ordem n. 54 de 15 daquelle mez, dirigida á Thesouraria da Provincia de Santa Catharina, e publicada no *Diário Officiál* de 18 do mesmo mez; 3º, que o sello das certidões, e não emolumentos, como se expressa, está sujeito á mencionada taxa.

*E. Belisario Soares de Souza.*



## N. 98 — EM 19 DE AGOSTO DE 1886

A venda das apolices, ainda averbadas como bens doaes, pôde ser objecto de cessão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 19 de Agosto de 1886.

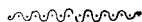
Em resposta ao officio do antecessor de V. S. de 29 de Julho ultimo, consultando si a mulher, sem a outorga do marido, pôde alienar os juros a vencer-se de apolices da divida publica, dadas ou legadas com a natureza de bens dotaes, que por sua morte tenham de passar a herdeiros ascendentes ou descendentes, declarou a V. S. que essa duvida já se acha resolvida pelo officio n. 409 de 29 de Setembro de 1883 e Aviso n. 22 de 15 de Abril ultimo, assim como pelo art. 44 do Regulamento n. 9370 de 14 de Fevereiro do anno passado, a menos que a respeito dos mesmos juros haja alguma condição de inalienabilidade.

Os bens dotaes são com effeito inalienaveis, embora possam ser subrogados em casos determinados e segundo a Lei de 22 de Se-

tembro de 1828, art. 2º, § 1º, mas a renda delles constitue usufructo, e o usufructuario pôde dispôr dos fructos e rendimentos como de cousa sua, não podendo sómente obrigar a propriedade. E como nas apolices os juros são a renda, a qual se communica no casal, si não ha clausula em contrario, é claro que a mulher casada, tendo bens dotaes em apolices, pôde, com autorização do marido, que é o administrador de taes bens, transferir a outrem a faculdade de receber os ditos juros. Esta faculdade, porém, não pôde ir além do tempo em que o cedente fór usufructuario, e portanto só pôde durar enquanto durar o usufructo; por isso, não obstante estipular-se nas escripturas da cessão que o cessionario perceberá os juros das apolices durante certo numero de mezes ou de annos, esta clausula caducará desde o momento que fallecer o usufructuario; de sorte que o registro da escriptura deve conter, ou presuppôr sempre implicitamente esta condição: — si o cedente não fallecer antes.

Portanto, na hypothese de que se trata, a renda das apolices, ainda que averbadas com a clausula de dotaes, constitue usufructo e como tal pôde ser objecto de cessão.

Deus Guarde a V. S. — *F. Belisario Soares de Souza*. — Sr. Inspector interino da Caixa da Amortização.



#### N. 99 — EM 20 DE AGOSTO DE 1886

Declara que a distribuição de creditos para despezas com as estradas de ferro do Estado no exercicio de 1885 - 1886, deve vigorar nos quatro primeiros mezes do actual.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 20 de Agosto de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, de accôrdo com o Aviso do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 17 do corrente mez, que a distribuição de credito, feita no exercicio de 1885 - 1886, para occorrer ás despezas com a construcção das estradas de ferro do Estado, deve vigorar, durante os quatro primeiros mezes do actual exercicio, de conformidade com o Decreto n. 3277 de 25 de Junho deste anno.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 100 — EM 20 DE AGOSTO DE 1886

Transferencia de apolices constitutivas de uma herança, cujo direito fôra penhorado por divida, na ausencia do herdeiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 20 de Agosto de 1886.

Em officio de 1 de Fyvereiro do corrente anno solicitou o antecessor de V. S. o parecer da Directoria Geral do Contencioso do Thesouro Nacional afim de poder resolver uma pretensão de Custodio José Vieira, concernente á transferencia, para seu nome, de duas apolices da divida publica, do valor nominal de 1:000\$ cada uma, que se acham averbadas em nome do finado João Antonio de Magalhães Calvet, e que no inventario e partilha dos bens deste foram separadas e adjudicadas para o pagamento do quinhão hereditario do ausente Dr. Guilherme de Paiva Magalhães Calvet, de quem o mesmo Vieira é credor, e que por isso, depois de proposta a competente acção na execução, fez penhora no direito e acção daquelle ausente e os arrematou em hasta publica, tendo o respectivo Juizo, depois de concluida a arrematação, expedido o competente alvará para a pretendida transferencia, alvará esse que a Repartição a seu cargo hesitou cumprir, por não conter o assentimento do possidor das apolices que a lei isenta de penhora.

De uma certidão apresentada pela parte interessada consta que, feita a penhora no rosto dos autos do inventario do sobredito finado, nenhuma opposição fez o Curador do devedor ausente, seguindo-se os demais termos da execução, até a expedição do alvará, como já ficou dito.

Considerando portanto :

1.º Que o caso é especial, pois trata-se de um devedor ausente em logar incerto e que por isso não era possível o seu consentimento ;

2.º Que na execução promovida contra o devedor foram observadas todas as formalidades e regras do processo, sendo o mesmo devedor representado por um Curador ;

3.º Que nenhuma opposição á penhora e arrematação fez o Curador, que era para isso o unico competente ;

4.º Finalmente, que o reconhecimento da divida por parte do Curador e o seu consentimento á penhora feita no direito á herança do ausente, representada em apolices, importa o assentimento que essa Repartição exige, tratando-se de titulos privilegiados por lei ;

Declaro a V. S. que pôde ter logar a transferencia pretendida e constante dos papeis que devolvo, visto não se tratar de uma penhora nas apolices, e sim da transferencia dellas a um cessionario que as obteve pela arrematação da herança cujo direito havia penhorado na qualidade de credor do herdeiro.

Deus Guarde a V. S. — *F. Belisario Soares de Souza*. — Sr. Inspector da Caixa da Amortização.

—————

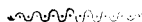
## N. 101 — EM 21 DE AGOSTO DE 1886

Restabelece a Collectoria de Agua-Preta.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 21 de Agosto de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que fica approvada a deliberação que tomou, em sessão da Junta, segundo deu conta em officio n. 177, de 5 do corrente mez, de restabelecer a Collectoria das rendas geraes do municipio de Agua Preta, assim como de arbitrar em 1:200\$ a fiança do Collector e em 600\$ a do Escrivão, e em 35 % a respectiva percentagem, sendo 3/5 para o primeiro e 2/5 para o segundo; cumprindo, porém, que informe, de accôrdo com a Circular n. 217, de 16 de Junho de 1873, em que data foi prestada a fiança de ambos.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 102 — EM 23 DE AGOSTO DE 1886

Informações sobre relação e cunhagem das moedas de ouro e de prata do Imperio.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 23 de Agosto de 1886.

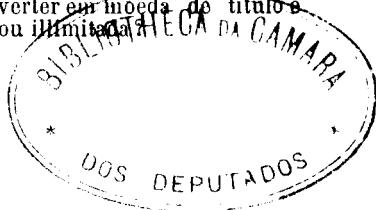
Ilm. e Exm. Sr.— Accuso o recebimento do Aviso n. 9 de 31 de Julho ultimo, no qual, em virtude de solicitação do Ministro Francez, em nome de seu Governo, requisita V. Ex. informações concernentes ás moedas de ouro e prata deste Imperio.

O pedido, segundo a nota que acompanhou o citado aviso de V. Ex., assenta em quesitos assim formulados:

1.º Ha no Brazil relação fixa entre os valores das moedas de ouro e de prata?

2.º Tenciona o Governo estabelecer essa relação, ou, si existe já, pretende modificá-la ou supprimil-a?

3.º A cunhagem desses dous metaes é livre, ou limitada prohibida? Por outra, a legislação brasileira permite aos particulares levar á Casa da Moeda barras de ouro ou de prata para, mediante a senhoriagem do Estado, fazel-as converter em moeda de título e peso legal, em quantidade limitada ou illimitada?



Pela mesma ordem em que ficam expostos responderei aos quesitos:

1.º A relação legal entre os dous metaes é de 14 2/9, tem, porém, variado muito pela alteração soffrida no valor relativo entre os mesmos metaes, ouro e prata.

Acitada relação de 14 2/9 dá-se entre o valor nominal da oitava de prata (3 1/2 grammas) que é de 281, 25 réis, e o da oitava de ouro que, ao cambio de 27, é de 4,5000 (Lei n. 401, de 11 de Setembro de 1846).

2.º Sendo o ouro a base do systema monetario no Brazil e a moeda de prata considerada simples auxiliar daquella, tanto que o seu recebimento só é obrigatorio para os particulares até á somma de 20,5000 (Decreto n. 4822 de 18 de Novembro de 1871, art. 4º), qualquer variação que venha a ter o valor da prata em relação ao ouro, não levará o Governo, ao menos por enquanto, a alterar a differença ora existente, entre o valor estimativo da unidade das duas moedas, porque, como já ficou explicado, essa variação é no Brazil sem importancia.

3.º A cunhagem do ouro para os particulares se faz sem limitação, pagando elles a taxa estabelecida pelo Regulamento da Casa da Moeda.

O Estado reserva para si exclusivamente a fabricação e emissão de moeda de prata: fazendo, entretanto, a cunhagem de prata de particulares, mediante a cobrança de uma taxa como senhoriagem, e com a unica condição de ser o serviço para elles regulado por forma que não demore a cunhagem da prata pertencente ao Estado.

São estas as informações que julgo dever prestar para que V. Ex. possa satisfazer á solicitação do Governo Francez por intermedio do seu responsavel nesta Corte.

Deus Guarde a V. Ex.— *F. Belisario Soares de Souza*.— A S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe.



#### N. 103 — EM 23 DE AGOSTO DE 1886

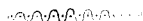
As distribuições das fallencias de negociantes em estado de divida para com a Fazenda Nacional passam a ser remettidas á Recebedoria do Rio de Janeiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 23 de Agosto de 1886.

Communico a V. S., para os fins convenientes, que na presente data solicito do Ministerio da Justiça as necessarias providencias para que o Distribuidor Geral, em vez de enviar a este Ministerio,

dentro do prazo de tres dias, as distribuições das fallencias de negociantes em estado de divida para com a Fazenda Nacional, como fazia até agora em virtude do Aviso deste Ministerio de 17 de Julho de 1872, as dirija d' ora em diante directamente á Repartição a cargo de V. S., conforme solicitou a 3ª Contadoria da Directoria Geral da Contabilidade do Thesouro Nacional em officio de 10 do corrente mez.

Deus Guarde a V. S.—*F. Belisario Soares de Souza*.— Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro.



#### N. 104 — EM 24 DE AGOSTO DE 1886

A nomeação dos Directores dos Arsenaes de Guerra está sujeita ao pagamento do sello proporcional.

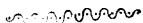
Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 24 de Agosto de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Com o Aviso de 1 de Abril ultimo remetteu-me o Ministerio a cargo de V. Ex. o officio n. 40 da Presidencia da Provincia de Pernambuco de 4 de Março do corrente anno ao qual acompanhou o requerimento do Major do corpo de estado-maior de 1ª classe Antonio Villela de Castro Tavares, Director do Arsenal de Guerra da mesma Provincia, reclamando contra o desconto a que está procedendo a respectiva Thesouraria de Fazenda do sello de 9 % sobre a gratificação de 3:600\$ annuaes de sua nomeação.

Em resposta ao mencionado aviso, declaro a V. Ex. que a gratificação que percebe o referido Director, e sobre a qual a Thesouraria cobrou aquelle sello de accôrdo com a tabella A, n. 6, do § 5º, do Regulamento de 19 de Maio de 1883, não está isenta do sello proporcional, por isso que não se trata de uma gratificação inherente ao seu posto militar, porém simplesmente retributiva do cargo de Director, que, sendo de mera commissão, pôde ser exercido por officiaes de patentes diversas, e portanto não tem fundamento a referida declaração.

Pondero a V. Ex. que é da maior conveniencia para a regularidade do serviço que, em materia de impostos e de sua cobrança os recursos sejam interpostos para o Ministerio a meu cargo, por intermedio das Repartições fiscaes subalternas, como é de lei, visto serem taes questões da competencia deste Ministerio.

Deus Guarde a V. Ex.—*F. Belisario Soares de Souza*.— A S. Ex. o Sr. Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.



## N. 105 — EM 26 DE AGOSTO DE 1886

Fixa a percentagem pela venda de estampilhas e providencia sobre o fornecimento das mesmas aos Administradores de Mesas de rendas e Collectorias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Agosto de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, tomando em consideração o que lhe tem sido representado sobre os abusos praticados na venda de estampilhas do sello, depois da Circular n. 64 de 17 de Março de 1883, que equiparou a percentagem devida aos exactores por esse serviço, revogando nessa parte a Circular n. 127 de 6 de Março de 1879, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução:

1.º Que, do 1º de Outubro proximo futuro em diante, a mesma percentagem será de 5 % nas Mesas de rendas geraes e Collectorias, que a estiverem percebendo mais avultada, em virtude das tabellas em vigor;

2.º Que, no fornecimento de estampilhas ás estações encarregadas de sua venda, se devera ter muito em vista o disposto na citada Circular de 6 de Março de 1879, quanto ás regras que cumpre observar no acto do mesmo fornecimento, de modo que este fique sempre dentro das forças das fianças prestadas pelos exactores e corresponda ás necessidades do consumo de cada localidade;

3.º Que, podendo acontecer que se reproduza o facto occorrido quando vigorava a referida Circular de 6 de Março de 1879, de não procurarem alguns exactores prover-se da quantidade necessaria de estampilhas, para assim substituil-as pelo sello de verba cuja percentagem lhes é mais vantajosa, fica entendido que, de toda a cobrança realizada por verba de sello, que devesse ser pago por estampilhas na fórma do regulamento vigente, os exactores não terão senão a mesma percentagem de 5 % agora fixada, si não fór menor a que lhes couber pelas demais rendas, cumprindo-lhes fazer nos livros de receita e nas guias de entrega a competente discriminação da renda de que só podem deduzir aquella percentagem, quando a tenham maior por outras verbas da arrecadação.

*F. Belisario Soares de Souza.*

## N. 106 — EM 26 DE AGOSTO DE 1886

Os títulos expedidos e licenças concedidas, cujo sello não foi pago até 1 de Julho de 1886, estão sujeitos á taxa adicional de 5 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 26 de Agosto de 1886.

Declaro a V. S., para o fazer constar ao Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro, em solução á representação do Recebedor do sello, sobre que informou o mesmo Administrador em officio dirigido a essa Directoria em data de 2 do corrente, que não tem applicação á taxa adicional de 5 %, de que trata o Decreto n. 9593 de 7 de Maio ultimo, a doutrina das Ordens n. 646 de 3 de Dezembro de 1879 e n. 183 de 1 de Agosto de 1883, porque a dita taxa deve recahir, de conformidade com a lei que a creou e decreto citado, sobre todos os impostos que se arrecadam desde a data da execução do mesmo decreto; salvo as provenientes de lançamentos feitos nos exercicios passados e que tiverem ficado por arrecadar, conforme já foi explicado por este Ministerio. Em consequencia, todos os títulos expedidos e licenças concedidas em datas anteriores ao 1º de Julho do corrente anno, cujo sello não tenha ainda sido pago, estão sujeitos á referida taxa.

Deus Guarde a V. S. — *F. Belisario Soares de Souza*. — Sr. Director Geral interino das Rendas Publicas.



## N. 107 — EM 30 DE AGOSTO DE 1886

Remette exemplares do Decreto n. 9629 de 21 do corrente, para a devida execução.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 30 de Agosto de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para seu conhecimento e devida execução, os incluzos exemplares do Decreto n. 9629 de 21 do corrente mez (\*), que faz extensivas á tarifa especial as disposições do Decreto n. 8944 de 15 de Maio de 1883.

*F. Belisario Soares de Souza*.

---

(\*) Vide o Decreto na 2ª parte da collecção de 1886.





## N. 108 — EM 6 DE SETEMBRO DE 1886

As prestações do sello de nomeações pagas no exercício de 1886-1887 estão sujeitas á taxa adiclional de 5 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 6 de Setembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina, em resposta ao seu officio n. 74 de 3 de Agosto proximo passado, que fica approved o seu acto decidindo, em sessão da Junta, sobre consulta do Collector das rendas geraes da cidade de Joinville, que estão sujeitas á taxa adiclional de 5 % as prestações do sello de nomeações pagas no exercício de 1886 - 1887, embora esse imposto começasse a ser cobrado no exercício anterior ; visto estar o seu procedimento de accôrdo com o Aviso deste Ministerio de 26 daquelle mez, endereçado á Directoria Geral das Rendas Publicas e publicado no *Diario Official* de 3 do corrente.

*F. Belisario Soares de Souza.*

*Francisco Belisario Soares*

## N. 109 — EM 11 DE SETEMBRO DE 1886

Approva a criação de uma Collectoria na villa de Brotal de Macahubas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 11 de Setembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n. 114 de 20 de Agosto proximo passado, que fica approved a deliberação que tomou, em sessão da Junta, de crear uma Collectoria de rendas geraes na villa de Brotal de Macahubas, cujo territorio foi desmembrado da de Macahubas, assim como de fixar em 30 % a commissão que devem perceber o Collector e o Escrivão, sendo 3/5 para o primeiro e 2/5 para o segundo ; e, inteirado das outras informações que prestou em cumprimento da Circular n. 217 de 16 de Junho de 1873, aguarda os que ainda faltam para completal-as.

*F. Belisario Soares de Souza.*

*Francisco Belisario Soares*

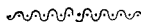
## N. 110 — EM 11 DE SETEMBRO DE 1886

Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes na villa de Riachão de Jacuipe.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 11 de Setembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n. 113 de 20 de Agosto proximo passado, que fica approvada a deliberação que tomou, em sessão da Junta, de crear uma Collectoria de rendas geraes na villa de Riachão de Jacuipe, cujo territorio foi desmembrado da da Feira de Sant'Anna, assim como de fixar em 30 % a commissão que devem perceber o Collector e o Escrivão, sendo  $\frac{3}{5}$  para o primeiro e  $\frac{2}{5}$  para o segundo; e, inteirado das outras informações que prestou em cumprimento da Circular n. 217 de 16 de Junho de 1873, aguarda as que ainda faltam para completal-as.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 111 — EM 13 DE SETEMBRO DE 1886

Os hospitaes das Ordens Terceiras não têm direito ao fornecimento gratuito d'agua.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Communico a V. Ex., em resposta ao seu Aviso n. 128 de 3 do corrente mez, ao qual acompanhou o incluso requerimento da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, que por despacho do Tribunal do Thesouro de 26 de Junho proximo passado, foi indeferido o recurso que a mesma Ordem Terceira interpôz da decisão da Recebedoria do Rio de Janeiro, negando-lhe a restituição da quantia de 222\$180, que pagou nos exercicios de 1884-1885 e 1885-1886, por tres pennas d'agua de que goza seu hospital da rua de Riachuelo n. 21, visto entender o dito Tribunal que nas expressões « Casas de caridade » de que usa o art. 12 do Regulamento n. 8775 de 25 de Novembro de 1882, não podem ser comprehendidos os hospitaes das Ordens Terceiras, para terem o fornecimento gratuito d'agua.

Deus Guarde a V. Ex. — *F. Belisario Soares de Souza.* — A S. Ex. o Sr. Antonio da Silva Prado.



## N. 112 — EM 15 DE SETEMBRO DE 1886

Manda assemelhar a — escriptorio de commissões — as casas de receber café dos fazendeiros, remettendo-o por conta destes ao commissario.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 15 de Setembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo, que fica approvada a deliberação que tomou, em sessão da Junta, segundo consta do seu officio n. 99 de 11 de Maio proximo passado e das cópias a elle annexas, de dar provimento ao recurso interposto por Seraphim Muniz Pimentel da decisão do Collector das rendas geraes da cidade de Guaratinguetá, para o fim de ficar assemelhada a escriptorio de commissão, e pagar o recorrente as taxas das tabellas A, 3.ª classe, e D, 2.ª classe, do Decreto n. 6980 de 20 de Julho de 1878, a casa que tem naquella cidade para receber café dos fazendeiros, e remettel-o por conta destes ao commissario, em logar das taxas para cujo pagamento havia sido lançado pelo dito Collector, como commissario de café.

*F. Belisario Soares de Souza.*

*(Assinatura)*

## N. 113 — EM 16 DE SETEMBRO DE 1886

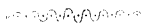
Explicita o art. 8.º do Regulamento de 14 de Novembro de 1885.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 16 de Setembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina, em resposta ao seu officio n. 53, sem data, de Abril proximo passado, que regularmente decidiu, em sessão da Junta, sobre consulta do Administrador da Mesa de rendas geraes da cidade da Laguna, que a identidade dos escravos matriculados deve ser verificada pelo modo indicado no art. 8.º do Regulamento de 14 de Novembro de 1885, e que no § 2.º do mesmo artigo está comminada a pena a que estão sujeitos aquelles que concorrem para que se effectue a matricula de pessoa livre ou já liberta pela posse da liberdade ou

por disposição da lei; assim como que as palavras « apresentada à matricula », constantes do final do modelo **A**, annexo ao citado regulamento, não significam que os matriculandos sejam apresentados à Repartição encarregada da respectiva matricula.

*F. Belisario Soares de Souza.*



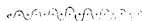
**N. 114 — EM 16 DE SETEMBRO DE 1886**

Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes na villa da Serrinha.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, em 16 de Setembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia, em resposta ao seu officio n. 115 de 20 de Agosto proximo passado, que fica approvada a deliberação que tomou, em sessão da Junta, de crear uma Collectoria de rendas geraes na villa da Serrinha, cujo territorio foi desmembrado da Purificação, assim como de arbitrar em 1:000\$ a fiança do Collector e em 500\$000 a do Escrivão, e de fixar em 20 % a commissão que devem perceber, sendo 3/5 para o 1º e 2/5 para o 2º; e, inteirado das outras informações que prestou, aguarda as que ainda faltam para completar as exigidas pela Circular n. 217 de 16 de Junho de 1873.

*F. Belisario Soares de Souza.*

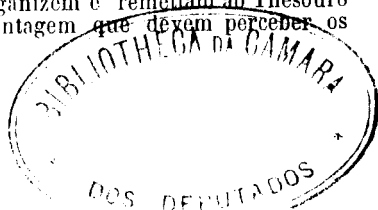


**N. 115 — EM 18 DE SETEMBRO DE 1886**

Determina a remessa de tabellas das porcentagens que devem perceber os empregados das Mesas de rendas e Collectorias, e o termo médio das rendas arrecadadas nos exercicios de 1883 a 1886.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 18 de Setembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que organizem e remetam ao Thesouro tabellas mencionando a porcentagem que devem perceber os



empregados de cada uma das Mesas de rendas geraes e Collectorias das respectivas Provincias, e o termo médio das rendas por ellas arrecadadas nos exercicios de 1883-1884 a 1885-1886, o qual servirá de base para fixar a dita porcentagem, excluidas as rendas de que se deduzem taxas especiaes e as de que nenhuma comissão é deduzida; afim de se proceder á revisão das tabelas da porcentagem que actualmente se abona aos referidos empregados.

*F. Belisario Soares de Souza.*

#### N. 116 — EM 20 DE SETEMBRO DE 1886

Os empregados do Juizo dos Feitos da Fazenda não têm direito a custas por diligencias contra collectados insolvaveis.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 20 de Setembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Ceará que foi indeferido o requerimento, transmittido com o seu officio n. 48 de 16 de Julho proximo passado, interposto pelos Officiaes de Justiça Raymundo Theodorico da Costa e Francisco Lopes Barroso, da decisão da dita Thesouraria que negou-lhes o pagamento das custas que reclamaram pelas intimações e mais diligencias a que procederam para a cobrança executiva de quantias pertencentes ao Estado, e que não se effectuou por se acharem os devedores em condições de insolvencia; visto estar a decisão recorrida de conformidade com a Ordem n. 419 de 7 de Novembro de 1874, Circular n. 89 de 18 de Fevereiro de 1875 e Avisos de 15 de Janeiro, 5 de Abril e 27 de Novembro de 1883, que são contrarios á 2.<sup>a</sup> parte da Circular n. 614 de 13 de Setembro de 1878, citada pelos reclamantes, os quaes dispõem que as custas dos empregados do Juizo dos Feitos da Fazenda são devidas sómente depois de realizada a cobrança e de feita a conta da execução; perdendo-as, portanto, quer o Juiz, quer o Escrivão e tambem os Officiaes de Justiça, que não têm melhor direito do que aquelles, quando os collectados são insolvaveis; como muy claramente dispõe o Regulamento de custas de 2 de Setembro de 1874, no art. 201, § 3.<sup>o</sup>

*F. Belisario Soares de Souza.*

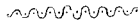
## N. 117 — EM 25 DE SETEMBRO DE 1886

Eleva o numero dos Despachantes geraes da Alfandega de Uruguayana.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 25 de Setembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul que fica elevado de tres a quatro o numero de Despachantes geraes da Alfandega de Uruguayana, conforme propõe o respectivo Inspector no officio transmittido pela mesma Thesouraria com o de n. 92 de 23 de Agosto proximo passado.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 118 — EM 25 DE SETEMBRO DE 1886

Não tem direito a vencimento algum o empregado suspenso por pronuncia em crime commum, do qual não foi absolvido.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 25 de Setembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Ceará que não pôde ser approvada a deliberação, que tomou em sessão de Junta, segundo dá conta em officio n. 47 de 12 de Julho proximo passado mandando abonar ao 2º Escripturario da Alfandega do Pará, Manoel do Carmo Fonseca Chaves, addido á mesma Thesouraria, a porcentagem que não recebera nos dias 1 a 11 de Dezembro de 1885, durante os quaes esteve suspenso do exercicio, em consequencia do processo que lhe movera Luiz Carlos da Silva Peixoto, pelo crime de injurias verbaes, e cuja desistencia foi julgada por sentença dada pelo Juizo competente no ultimo dos mencionados dias:

1.º Porque, na fórma das Decisões de 8 de Agosto de 1846 e 3 de Novembro de 1854, o funcionario publico de qualquer condição que seja fica inhibido de exercer as funções do respectivo logar, logo que fôr pronunciado em crime commum ou de responsabilidade, quer se livre preso ou solto.

2.º Porque, de conformidade com o art. 32 do Decreto n. 4453 de 6 de Abril de 1868, no caso de que se trata, de pronuncia por crime commum, a nenhum vencimento tinha direito aquelle empregado, durante o tempo em que esteve fôra do exercicio do seu emprego.

*F. Belisario Soares de Souza.*

*Francisco Belisario Soares de Souza*

#### N. 119 — EM 28 DE SETEMBRO DE 1886

Providencia sobre o modo de escripturar os valores recolhidos aos cofres de depositos e cauções.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 28 de Setembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que cumpram fielmente a Ordem n. 226 de 7 de Dezembro de 1850, passando para a caixa geral, depois de escripturar no competente livro, os valores, em notas e moedas nacionaes, recolhidos aos cofres de depositos e cauções.

*F. Belisario Soares de Souza.*

*Francisco Belisario Soares de Souza*

#### N. 120 — EM 1 DE OUTUBRO DE 1886

Resolve duvidas sobre a imposição da taxa adicional de 5%.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 1 de Outubro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Santa Catharina que fica approvado o seu acto decidindo, em sessão da Junta, sobre consulta da Alfandega da cidade do Besterro, segundo dá conta em officio n. 70 de 17 de Julho proximo passado :

1.º, que a divida activa, cobrada no exercicio de 1886-1887, não está sujeita á taxa adicional de 5%, não só por não se achar comprehendida nos impostos especificados no Decreto n. 9593 de 7 de Maio do corrente anno, como tambem porque refere-se a impostos que não foram pago sem exercicios anteriores áquelle ;

2º, que assim não se deve entender quanto aos impostos passíveis da referida taxa, pertencentes ao actual e aos subsequentes exercícos, e que no decurso delles deixarém de ser pagos; porque neste caso deve a importancia della ser addicionada á do imposto, afim de serem ambos cobrados como divida activa;

3º, finalmente, que as multas não pertencentes ao fundo de emancipação não estão sujeitas á mencionada taxa.

Observa-lhe, porém, que também as multas pertencentes ao fundo de emancipação, relativas á falta de pagamento em exercícos anteriores ao actual, não estão sujeitas á taxa de 5 %, porque esta deve recahir sómente sobre taes multas pelas faltas que se derem, da data da execução da lei em diante.

*F. Belisario Soares de Souza.*

~~~~~

### N. 121 — EM 2 DE OUTUBRO DE 1886

Estão em inteiro vigor por parte do Imperio as disposições aduaneiras de 1860 e actos posteriores sobre transito de mercadorias cujos donos pretendam reexportal-as para a Republica de Venezuela.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 2 de Outubro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Amazonas que fica approvedo o seu acto mandando, segundo consta do seu officio n. 40 de 6 de Agosto proximo passado, e papeis a elle annexos, á vista da reclamação de Manoel Francisco Fuentes, dar livre transito a diversas mercadorias que elle pretendia reexportar para S. Carlos, na Republica de Venezuela, e cujo despacho lhe fora negado pela Alfandega de Manaus, sob o fundamento de que a dita Republica tinha prohibido, por Decreto de 9 de Dezembro de 1880, a reexportação das mercadorias importadas para seu consumo, — visto não haver acto legislativo do Imperio que autorize tal excepção, a respeito daquella Republica, ao direito estabelecido pelo Regulamento de 19 de Setembro de 1860, pelo tratado promulgado por Decreto n. 2726 de 12 de Janeiro de 1861, e outras disposições em vigor.

Por esta occasião recommenda-lhe que informe qual o processo observado na referida Alfandega, relativamente aos despachos de que se trata, quaes as cautelas fiscaes nella adoptadas para garantia de que as mercadorias despachadas em transito ou reexportadas para S. Carlos não sejam introduzidas no consumo da Provincia; e si na fronteira de Cacuhy ha algum posto fiscal ou empregado que verifique a entrada de taes mercadorias no territorio daquella Republica.

*F. Belisario Soares de Souza.*

~~~~~





## N. 122 — EM 5 DE OUTUBRO DE 1886

A Circular n. 19 de 26 de Agosto ultimo, sobre fornecimento de estampilhas do sello adhesivo, não se refere ás Alfandegas nem á Recebedoria do Rio de Janeiro.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 5 de Outubro de 1886.

Em resposta ao officio de V. S. de 27 de Setembro proximo passado, concernente aos fornecimentos de estampilhas do sello adhesivo que devem ser feitos ao Recebedor do sello dessa Repartição, á vista da Circular n. 19 de 26 de Agosto ultimo, a qual determina que esses fornecimentos fiquem sempre dentro das forças das fianças prestadas pelos exactores, declaro a V. S., para os fins convenientes, que enquanto este Ministerio não tomar as medidas, de que se preoccupa, quer em relação ás fianças dos que são obrigados a prestal-as, quer em relação ás porcentagens das Mesas de rendas e Collectorias, convem manter-se a respeito do dito Recebedor o que está estabelecido e em pratica, sem necessidade de augmentar-se sua fiança nem de se regular por ella os mencionados fornecimentos, porquanto a alludida circular sómente se refere aos Administradores das Mesas de rendas e Collectores e teve por fim corrigir e obstar os seus abusos na execução da Circular de 17 de Março de 1883 que alterava a de 6 de Março de 1879, todas attinentes ás ditas Repartições e não á Recebedoria do Rio de Janeiro nem ás Alfandegas.

Deus Guarde a V. S. — *F. Belisario Soares de Souza*. — Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro.

## N. 123 — EM 6 DE OUTUBRO DE 1886

Declara o numero de manifestos que devem trazer os navios que conduzirem carga para os portos do Brazil.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 6 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr. — Em Aviso n. 23 de 19 de Julho ultimo submetten V. Ex. á consideração deste Ministerio a consulta que lhe dirigiu o Vice-Consul do Brazil em Antuerpia na cópia do extracto do officio de 13 de Março do corrente anno, relativamente á Legislação consular dos manifestos de carga que trazem os vapores com destino ao porto do Rio de Janeiro e a outros do Sul do Imperio.

Da exposição do alludido aviso e da consulta a que elle se refere, verifica-se que não foi devidamente comprehendida a doutrina do Aviso do Ministerio a meu cargo de 19 de Janeiro do corrente anno, expedido sobre o mesmo objecto, e que em nada alterando o que a respeito dispõe o Regulamento das Alfandegas de 19 de Setembro de 1860, teve apenas em vista explicar a intelligencia do art. 399 n. 8 do mesmo regulamento relativamente á carga de transitio.

Conforme a doutrina desse regulamento consubstanciada nos arts. 368 a 376 da Consolidação das Leis das Alfandegas, com a limitação apenas do paragrapho unico do art. 371 para os paquetes e vapores de linhas regulares em relação aos portos intermediarios de sua escala, em que tenham pequena demora, e recebam apenas alguns volumes e encomendas, são devidos tantos manifestos de carga ou tantos certificados de não haver-a recebido, quantos forem os portos de escala dos navios, que demandam os nossos portos, e em relação a cada porto de escala do Imperio, devendo cada um desses manifestos ser legalisado com as formalidades exigidas no mesmo regulamento.

O art. 399 n. 8 do regulamento (368 n. 8 da Consolidação) apenas estatue o procedimento consular em relação á carga do transitio ou destinada a entreposto, a qual, com as declarações nelle constantes, ou especificadas, deve ser consignada no manifesto destinado ao porto, em que tenha de ser baldeada para outras embarcações ou para entreposto, e essa parte da carga destinada ao porto da baldeação ou do entreposto, sendo o que constitue em phrase do Vice-Consul « les manifestes qui se trouvent après celui de Rio de Janeiro » deve, como parte integrante dos mesmos manifestos, sujeita á fiscalisação e responsabilidade da Alfandega reexportadora, ou da 1.<sup>a</sup> importação, ser legalisada com as mesmas formalidades exigidas para a carga propria do porto.

Em solução, portanto, á referida consulta, declaro a V. Ex., para que se digne fazer constar áquelle Vice-Consul:

Que os navios despachados para o Rio de Janeiro devem trazer tantos manifestos, quantos forem os portos brazileiros em que tenham de tocar para deixarem carga;

Si trouxerem para qualquer porto mercadorias destinadas a serem nelle recebidas em entreposto, ou para serem ahi baldeadas, devem ellas ser declaradas em separado no manifesto dirigido para esse porto;

Si demandarem outros portos, além do do Rio de Janeiro, para os quaes conduzam carga, devem trazer della para esses portos manifestos especiaes dirigidos ás respectivas Alfandegas.

Deus Guarde a V. Ex. — *F. Belisario Soares de Souza.* —  
A S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe.

~~~~~

## N. 124 — EM 8 DE OUTUBRO DE 1886

Permitte a descarga, no porto do Descalvado, de mercadorias estrangeiras destinadas a Santa Cruz de la Sierra, na Republica da Bolivia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 8 de Outubro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Alfandega de Corumbá, em deferimento á petição de Augusto Toledo e Vidal Sandivas, cidadãos bolivianos estabelecidos no Departamento de Santa Cruz de la Sierra, que lhes permitta despacharem na mesma Alfandega, por transitio ou reexportação, as mercadorias de procedencia estrangeira que pretenderem importar naquelle Departamento, observadas as regras e precauções prescriptas no Cap. IV Tit. VII da Consolidação das Leis e Regulamentos das Alfandegas.

E porque os peticionarios desejam que os seus generos sejam descarregados no porto do Descalvado, para dahi os dirigirem á fronteira boliviana, cumpre que, assim neste, como em casos identicos, que de futuro se derem, se observe o seguinte :

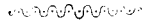
Em cada embarcação que conduzir mercadorias com igual destino, deverá seguir um empregado da inteira confiança do Sr. Inspector, observada a disposição do paragrapho unico, art 302, da Consolidação, para assistir no dito porto ao desembarque das mercadorias confiadas á sua guarda, averbar na 2ª via da nota do despacho feito na Alfandega, que levará consigo, as datas em que se effectuar a descarga e partida dos volumes para o interior, e transmitir officialmente esse documento pelos conductores das mercadorias ao Commandante do destacamento brasileiro estacionado na Corixa Grande.

Enquanto a corrente do commercio, que se estabelecer por esse ponto com a Republica vizinha, não tornar necessaria a criação de um posto fiscal no lugar do destacamento, ou outro que pareça mais conveniente, para impedir que os volumes descarregados no porto do Descalvado tomem, em seu trajecto pelo territorio brasileiro, destino differente, nesta data são solicitadas do Ministerio da Guerra suas ordens ao Commandante do referido destacamento para prestar esse serviço, visar as 2ªs vias das notas de despacho que lhe forem remettidas, e participar á Alfandega si os volumes que por ali passam conferem em tudo com os descarregados no porto do Descalvado, ou resentem-se de alguma falta ou divergencia.

Além destas precauções que o Sr. Inspector tomará, quer no que diz respeito a transitio de mercadorias pelo porto do Descalvado, quer em relação ás que se dirigirem á Republica pela bahia de Cáceres e Pedra Branca, cumpre que informe sobre as demais

cautelas fiscaes, cuja adopção se torne conveniente, dando conhecimento ao Thesouro dos abusos que occorrerem, e empregando a maxima solicitude para inpedir a realisação do contrabando.

*F. Belisario Soares de Souza.*



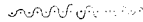
**N. 125—EM 12 DE OUTUBRO DE 1886**

Declara que não é preciso que os Engenheiros apresentem seus titulos ou cartas de habilitação scientifica ás Repartições de Fazenda, para receberem seus vencimentos.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso n. 136 do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 1 do corrente mez, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, que não é necessario que os Engenheiros apresentem seus titulos ou cartas de habilitação scientifica ás estações de Fazenda, para receberem seus vencimentos, bastando que a Secretaria de Estado daquelle Ministerio não expeca decretos nem portarias de nomeação antes que os nomeados tenham registrado os mesmos titulos, ou lhes marque prazo para este fim; ficando, portanto, revogada a Circular n. 598 de 7 de Dezembro de 1880.

*F. Belisario Soares de Souza.*



**N. 126—EM 16 DE OUTUBRO DE 1886**

Exige informações sobre o modo por que se procede á remessa e escripturação de notas trocadas e substituidas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que informem sobre o modo por que se procede, nas mesmas Repartições, á escripturação e remessa das notas por ellas trocadas e substituidas; além de se verificar si têm sido cumpridas as disposições que regulam esse serviço.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 127—EM 22 DE OUTUBRO DE 1886

Communica a emissão de novas estampilhas de 200 réis e 5\$000, e dá os respectivos signaes.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 22 de Outubro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os fins convenientes, que vão ser emitidos novos typos de estampilhas das taxas de 200 réis e 5\$000 com es seguintes signaes:

As de 200 réis, que são de côr roxa, têm vinte e seis millimetros de comprimento e dezeseite de largura. Na parte superior está a palavra — Thesouro — em letras romanas brancas em uma curva. No espaço comprehendido entre dous circulos concentricos estão as palavras — Imperio do Brazil — em letras romanas escuras.

No centro está o valor — 200 — em algarismos escuras em um rectangulo de fundo branco dentro de um circulo de perolas. O espaço entre o circulo e o rectangulo é composto da repetição da palavra — Brazil — em letras miudas. Logo abaixo a palavra — réis — em letras romanas escuras.

Na parte inferior está a palavra — sello — em letras romanas brancas entre duas estrellas em uma curva. O contorno da estampilha é ornamentado.

As de 5\$000, que são de côr violeta claro, têm quarenta e dous millimetros e setenta e cinco centesimos de comprimento, e vinte e um millimetros e meio de largura. Na parte superior estão as palavras — Imperio do Brazil — em letras romanas brancas em duas curvas, logo abaixo e n'uma almofada o valor — 5\$000 — em algarismos arabes brancos e entre dous filetes verticaes. No espaço comprehendido entre dous circulos concentricos estão vinte estrellas.

No centro está a Corôa Imperial sobre um ornato. Na parte inferior e n'uma almofada está a palavra — réis — em letras brancas entre dous filetes verticaes, e logo abaixo a palavra — sello — em letras romanas brancas entre dous pequenos circulos em uma curva. O fundo das almofadas é composto da repetição da palavra — cinco mil réis — em letras miudas. Nas partes lateraes da estampilha, entre dous filetes verticaes, está tanto na parte superior como na inferior o algarismo — 5 — em letra romana branca sobre o fundo de linhas ondantes cruzadas a traço branco. O contorno da estampilha tanto na parte superior como na inferior é ornamentado.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 128 — EM 23 DE OUTUBRO DE 1886

Remette exemplares da Lei de orçamento para o exercício de 1886-1887 e 2º semestre de 1887.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 23 de Outubro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, transmitta aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda os inclusos exemplares das Leis ns. 3313 e 3314 de 16 do corrente mez, orçando a receita e fixando a despesa do Imperio para o exercício de 1886-1887 e 2º semestre de 1887, as quaes deverão vigorar do 1º de Novembro proximo futuro em diante.

*F. Belisario Soares de Souza.*



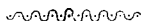
## N. 129 — EM 25 DE OUTUBRO DE 1886

As cadernetas de Caixas Economicas não podem servir de garantia aos responsaveis da Fazenda Publica.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 25 de Outubro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, ordena ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes que exija nova fiança do Carteiro da Administração do Correio da mesma Provincia, André Ferreira da Silva; visto não poder ser aceita a que por elle prestou Carlos Antonio de Santa Rosa, como procurador de sua mulher, D. Antonia de Paula Santa Rosa, não só por não poderem as mulheres servir de fiadoras de responsaveis á Fazenda Nacional, conforme já foi decidido e consta dos Avisos n. 285 de 29 de Setembro de 1858, n. 51 de 7 de Fevereiro de 1874, como tambem por ter sido garantida a fiança de que se trata com o deposito de uma caderneta da Caixa Economica da Provincia na importancia de 200\$, e não haver disposição alguma no Regulamento annexo ao Decreto n. 5594 de 18 de Abril deste ultimo anno que autorize a transferencia de taes cadernetas ou a averbação desse acto.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 130 — EM 26 DE OUTUBRO DE 1886

Declara como deve ser collectada a *Central Sugar Factories of Brasil Company Limited*, de Pernambuco, para o pagamento dos impostos predial e de industrias e profissões relativos aos engenhos e edificios que possue.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 26 de Outubro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 34 de 22 de Março proximo passado, interposto pela *The Central Sugar Factories of Brasil Company Limited* da decisão da dita Thesouraria confirmando as das Collectorias das rendas geraes dos municipios da Escada, de Palmares e do Cabo, que collectaram a recorrente para pagar o imposto predial, e as taxas do de industrias e profissões das tabellas **C** e **D** do Decreto n. 6980 de 20 de Julho de 1878, sobre os engenhos e os edificios a ella pertencentes — resolveu dar-lhe provimento, quanto ao imposto predial lançado sobre os seus engenhos e edificios situados no primeiro e no segundo daquelles municipios, por estarem fóra de cidade, villa ou povoação de cem casas pelo menos, e portanto isentos desse imposto, na forma do art. 2º, § 1º, do Regulamento annexo ao Decreto n. 7051 de 18 de Outubro de 1878; não estando tambem sujeitos ao pagamento da multa por ter sido o lançamento feito depois do prazo marcado para a cobrança: e indeferil-o quanto ao imposto predial dos edificios que possue na cidade do Cabo, visto acharem-se comprehendidos nos respectivos limites, e do de industrias e profissões lançado sobre seus engenhos, por estarem os engenhos centraes equiparados, para a cobrança deste ultimo imposto, ás fabricas de distillação, e sujeitos ás taxas fixas e proporcionaes das tabellas **C** e **D**, 3ª classe, do supracitado Decreto n. 6980 de 20 de Julho de 1878, as quaes, porém, deverão ser cobradas de accôrdo com o art. 6º do Regulamento de 15 de Julho de 1874, em razão de estar a recorrente comprehendida na hypothese prevista nesse artigo.

F. Belisario Soares de Souza.



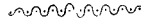
## N. 131 — EM 28 DE OUTUBRO DE 1886

Estão isentos do pagamento do imposto de industrias e profissões os Directores não remunerados de companhias ou associações anonymas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Outubro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão, para os devidos effeitos, que foi deferido o requerimento, transmittido com officio n. 80 de 2 de Setembro proximo passado, em que a Companhia « Confiança Maranhense » reclamára contra o despacho da mesma Thesouraria confirmando o da Alfandega da dita Provincia, que collectou os Directores da mesma companhia para pagarem o imposto de industrias e profissões, segundo as taxas das tabellas **A** e **D** do Decreto n. 6980 de 20 de Julho de 1878, não obstante não perceberem remuneração alguma pelos seus serviços; devendo, porém, a remissão do imposto de que se trata começar do 1º de Julho do corrente anno, em que os referidos Directores deixaram de receber gratificação nessa qualidade.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 132 — EM 28 DE OUTUBRO DE 1886

Declara não estarem sujeitas ao sello proporcional pela transferencia a terceiro umas apolices em que foram convertidos bens deixados em usufructo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 28 de Outubro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia que o mesmo Tribunal resolveu dar provimento ao recurso, transmittido com o seu officio n. 54 de 30 de Abril proximo passado, interposto por D. Felicidade Maria de Menezes, Pedro Notasco de Menezes e José de Souza Azevedo, da decisão da dita Thesouraria que exigiu o pagamento do imposto de transmissão de propriedade *causa mortis*, para a averbação em seus nomes das apolices da divida publica legadas em usufructo a D. Joanna Eduvigis da Conceição



Menezes por José Joaquim de Almeida, e que por morte della passaram aos recorrentes, de accordo com a verba testamentaria deixada por elle ;— porquanto, havendo satisfeito o imposto a que eram obrigados pela lei provincial competente, nada mais têm os recorrentes a pagar, a titulo de imposto de transmissão de propriedade das apolices de que se trata, em que foram convertidos, durante a vida da usufructuaria, alguns bens do testador, os quaes não existiam portanto no acervo quando elle falleceu, para se cobrar o imposto a que se referem os Regulamentos de 4 de Março de 1868 e de 31 de Março de 1874, art. 2º, § 2º, e art. 28, n. 4, mas sómente sello proporcional devido pela respectiva transferencia.

*F. Belisario Soares de Souza.*

—————

#### N. 133 — EM 28 DE OUTUBRO DE 1886

Os individuos estabelecidos nas colonias do Estado ou de particulares não estão isentos do pagamento dos impostos geraes determinados em lei.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 28 de Outubro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Declaro a V. Ex., em resposta ao seu officio n. 1994 de 31 de Agosto proximo passado, que os colonos residentes no nucleo colonial « Alfredo Chaves » e quaesquer outros colonos ou individuos estabelecidos nas colonias do Estado ou de particulares, ainda quando vivam sob o regimen colonial, devem pagar os impostos geraes a que estão sujeitos pelas leis em vigor ; devendo, porém, as estações fiscaes proceder com relação a elles de conformidade com a Ordem n. 396 de 22 de Outubro de 1872.

Quanto aos impostos municipaes, não compete ao Governo resolver, por ser assumpto da attribuição das Assembléas Provinciais, na fórma do art. 1º, § 5º, do Acto Adicional.

Deus Guarde a V. Ex.— *F. Belisario Soares de Souza.*— A S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

—————

## N. 134 — EM 29 DE OUTUBRO DE 1886

Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes na villa de Penalva.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 29 de Outubro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão que fica approvada a deliberação que tomou em sessão da Junta, segundo deu conta em officio n. 97 de 27 de Setembro proximo passado, de crear uma Collectoria de rendas geraes na villa de Penalva, cujo territorio foi desmembrado do de Vianna; assim como de fixar em 20 % a porcentagem do Collector, em 700\$ a respectiva fiança, e de reduzir a 1:282\$ a fiança do Collector da ultima dessas villas, em razão da redução do territorio della.

Recommenda-lhe, porém, que preste os demais esclarecimentos exigidos pela Circular n. 217 de 16 de Junho de 1873.

*F. Belisario Soares de Souza.*

~~~~~

## N. 135 — EM 29 DE OUTUBRO DE 1886

As amostras cujo valor official exceda de 100\$ estão sujeitas ao pagamento de direitos de consumo.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 29 de Outubro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão que o mesmo Tribunal resolveu indeferir o recurso, transmittido com o seu officio n. 64 de 24 de Julho proximo passado, interposto por Antonio Leonardo Gomes da decisão da dita Thesouraria, confirmando a da Alfandega, que exigiu-lhe o pagamento da taxa de 1\$200 cada kilogramma, marcada no art. 515 da Tarifa em vigor, por um fardo, marca A. G. L., n. 111, contendo retalhos de chita ou morim, que pretendia despachar livres de direitos, como « amostras », — visto estar a decisão recorrida de conformidade com o art. 20, n. 3, das Disposições preliminares da citada tarifa, por exceder de 100\$ o valor official dos retalhos de que se trata.

*F. Belisario Soares de Souza.*

~~~~~

## N. 136 — EM 30 DE OUTUBRO DE 1886

Explica os arts. 11 e 19 da Lei n. 3313 de 16 do corrente mez.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Outubro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para a devida execução, que o fim do art. 14 da Lei de orçamento n. 3313 de 16 do corrente mez, foi tornar bem claro que o imposto de 2 % deve abranger todas as vantagens feitas a funcionarios publicos até o minimo de 1:000\$, qualquer que seja a natureza dellas, fixas ou variaveis, por serviço effectivo ou de commissão, de actividade ou inactividade, e neste sentido, portanto, deve ser feita a cobrança. Outrosim, que o art. 19 refere-se aos empregados que não estão addidos em virtude de lei ou decreto; exceptuados os que já servem actualmente na Directoria de Estatistica do Thesouro, e os que já foram ou forem mandados servir provisoriamente em Repartições da mesma Provincia, por conveniencia do serviço publico.

*F. Belisario Soares de Souza.*

*Des. de 12 de Outubro de 1886*

## N. 137 — EM 3 DE NOVEMBRO DE 1886

Approva a creação de uma Collectoria de rendas geraes na villa da Arêa, Provincia da Bahia.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 3 de Novembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Bahia que fica approvada a deliberação que tomou em sessão da Junta, segundo dá conta em officio n. 143 de 12 de Outubro proximo passado, de crear uma Collectoria de rendas geraes na villa da Arêa, cujo territorio foi desmembrado do da Mesa de rendas de Valença, assim como de fixar em 1:500\$ a fiança do Collector e em 800\$ a do Escrivão, e marcar-lhes a porcentagem de 25 %, sendo 3/5 para o primeiro e 2/5 para o segundo.

Aguarda, porém, as informações que ainda faltam para completar as exigidas pela Circular n. 217 de 16 de Junho de 1873.

*F. Belisario Soares de Souza.*

*Des. de 12 de Outubro de 1886*

## N. 138 — EM 4 DE NOVEMBRO DE 1886

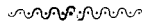
Explica a Ordem n. 212 de 30 de Junho de 1871 sobre direitos das mercadorias achadas fluctuando no mar ou arrojadas ás praias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 4 de Novembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso de revista, transmittido com o seu officio n. 24 do 1º de Fevereiro proximo passado, interposto por Manoel Joaquim Pessoa da decisão da Alfandega da dita Provincia que exigiu o pagamento dos direitos de consumo, na razão de 30 % sobre a quantidade de azeite de côco contido em um tonel achado pelo recorrente em alto mar, sem se descobrir a quem pertencia, e que por ordem da Inspectoria foi vendido em leilão, resolveu dar-lhe provimento afim de se cobrar pela referida mercadoria sómente a taxa de 10 %, na forma do art. 135 da Tarifa em vigor; porquanto, a Ordem n. 212 de 30 de Junho de 1871, em lugar de fundamentar a decisão recorrida, lhe é contraria, pois declara que as mercadorias fluctuando no mar ou arrojadas ás praias não se confundem com as provenientes de naufragio, e os arts. 310, 317 e 319 da Consolidação distinguem umas das outras.

Quanto ao abatimento autorizado pelo art. 11, § 7º, da Lei n. 2348 de 25 de Agosto de 1873, e consignado no art. 21, paragrapho unico, das Disposições preliminares da citada tarifa, e no art. 4º do Decreto n. 5865 de 6 de Fevereiro de 1875, só é applicavel aos salvados de naufragio; não tendo tambem applicação á mercadoria de que se trata o abatimento concedido pelo art. 468 da dita consolidação, por não se verificar nenhum dos casos nelle expressos.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 139 — EM 8 DE NOVEMBRO DE 1886

Estão sujeitos ao imposto de transmissão de propriedade as heranças e legados deixados em apolices, ainda que estas tenham de ser vendidas para cumprimento das disposições testamentarias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 8 de Novembro de 1886.

O Tribunal do Thesouro Nacional, tendo presente o recurso que Manoel Cardoso Toste interpôz da decisão de V. S. que, de



conformidade com o disposto no art. 2º, n. 2, do Regulamento n. 5581 de 31 de Março de 1874, sujeitou o recorrente ao pagamento do imposto de transmissão de propriedade na venda de 100 apolices da dívida publica, do valor nominal de 1:000\$, que faziam parte do acervo do subdito portuguez José de Castro Euzebio, de quem é testamenteiro, e para satisfação de diversos legados por elle deixados a pessoas residentes em Portugal :

Considerando que, qualquer que tenha sido o domicilio do defunto, pelas heranças e legados por elle deixados em apolices deve ser pago imposto de transmissão, como é expresso no art. 1º do Decreto n. 4113 de 4 de Março de 1868 :

Considerando não ser lícito converter taes apolices em dinheiro e deposital-o em um Banco do paiz, com o intuito de tornar-lhe applicavel a hypothese a que se refere o n. 3 do já citado art. 2º do Regulamento de 1874 ;

Considerando que, sendo classificados como moveis os bens em dinheiro de inventariados fallecidos no Brazil, estão sujeitos ao imposto, nos termos do n. 1 do precitado art. 2º, mandando a Ordem do Thesouro de 29 de Fevereiro de 1836 que, com este fundamento, fosse exigido o imposto de heranças e legados na compra de apolices, até então isentas :

Resolveu indeferir o recurso, sustentando a decisão recorrida, por estar ella de accordo com a legislação que regula a materia.

O que communico a V. S. para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S.— *F. Belisario Soares de Souza*.— Sr. Administrador da Recebedoria do Rio de Janeiro.

*Recebedoria do Rio de Janeiro*

#### N. 140 — EM 10 DE NOVEMBRO DE 1886

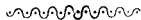
A responsabilidade dos exactores da Fazenda Nacional não se extingue pelo facto da demissão.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 10 de Novembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Província do Maranhão que fica approvado o seu acto requisitando do Juizo competente a prisão administrativa do ex-Escrivão da Collectoria das rendas geraes de Pinheiro, Francisco Hyppolito Martins Amado, por não ter recolhido aos cofres da mesma Thesouraria, no prazo que lhe foi marcado, os saldos da renda arrecadada na importancia de 2:336\$186, em um semestre do exercicio de 1884-1885, no 1º e 4º trimestres e no 1º e 2º addicionaes de 1885-1886, quando servia de Collector da dita villa ; assim como a quantia de 2\$480 de porcentagem indevidamente cobrada, e os juros de 9 % pela móra.

Recommenda-lhe, porém, que, verificada a prisão do referido responsável, proceda de conformidade com o disposto nos arts. 5º e 6º do Decreto n. 637 de 5 de Dezembro de 1849.

*F. Belisario Soares de Souza.*



**N. 141 — EM 10 DE NOVEMBRO DE 1886**

Explica os casos de liberdade de que tratam o Aviso de S e a Ordem de 15 de Junho de 1872.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 10 de Novembro de 1886.

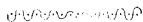
Illm. e Exm. Sr. — Respondendo ao Aviso de V. Ex. n. 7 do 19 de Agosto ultimo, tenho a declarar-lhe que a liberdade concedida *causa mortis* não pôde estar sujeita á regra estabelecida no Aviso de 8 e Ordem de 15 de Junho de 1872 do Ministerio da Fazenda, que mandam considerar isentos da matricula os escravos libertos com condição ou onus.

Os escravos a que o citado aviso se refere são os que, embora condicionalmente, têm adquirido direito, por elles conhecido e por isso irrevogavel, á liberdade, mediante certas condições e em tempo determinado, o que dá a esse acto a fórma de contrato bilateral.

A liberdade *causa mortis* constitue simples promessa, envolvida em segredo de testamento, desconhecida de quem se pretende beneficiar, e por isso revogavel a arbitrio do testador.

Nestes termos, julgo que deve esse Ministerio responder á consulta da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo, cujo officio restituo a V. Ex. acompanhado de todos os papeis que o instruem.

Deus Guarde a V. Ex. — *F. Belisario Soares de Souza.* — A S. Ex. o Sr. Antonio da Silva Prado.

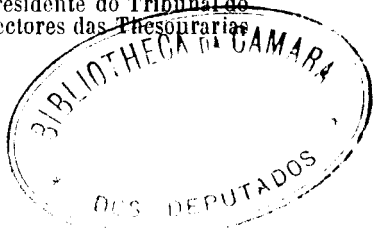


**N. 142 — EM 16 DE NOVEMBRO DE 1886**

Sobre a importação de diversos generos de procedencia argentina ou oriental.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 16 de Novembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias



de Fazenda, para a devida execução nas respectivas Alfandegas, a inclusa cópia do officio do Inspector Geral de saúde dos portos relativamente á importação de diversos generos de procedencia argentina ou oriental, conforme requisitou o Ministerio do Imperio em Aviso de 12 do corrente mez.

*F. Belisario Soares de Souza.*

Cópia.—Inspectoria Geral de saúde dos portos em 8 de Novembro de 1886.

Hm. e Exm. Sr.—Sendo do maior alcance para a saúde publica o emprego de todos os meios tendentes á suppressão da possibilidade de serem introduzidos, com as cargas dos navios, os germens de molestia pestilencial em nossos portos, tenho a honra de propôr a V. Ex.:

1.º Que seja absolutamente prohibida, até segunda ordem, a importação no Imperio de trapos, pelles, pellos, couros curtidos, tecidos animaes em bruto e carnes salgadas, em fardos ou em mantas, de procedencia argentina e oriental;

2.º Que os objectos dessa natureza, que já estiverem em viajem para este porto, bem como para outros portos nacionaes, correrão o risco de desinfecção rigorosa a que serão submettidos, si os respectivos donos não preferirem reexportal-os.

Deus Guarde a V. Ex.—Hm. e Exm. Sr. Conselheiro Barão de Mamoré, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.—O Inspector Geral, Dr. *Nuno de Andrade*.—Confere, *Franklin Tavora*.—Conforme, *A. Augusto da Silva Junior*.

*Impressão Typographica*

#### N. 143 — EM 18 DE NOVEMBRO DE 1886

Manda cumprir estrictamente as medidas tomadas pelo Governo, relativamente á importação de diversos generos de procedencia argentina ou oriental.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.—Rio de Janeiro em 18 de Novembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com o Aviso n. 5058 do Ministerio do Imperio, de 13 do corrente mez, remette aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para que sejam estrictamente cumpridas nas respectivas Alfandegas, na parte

que a ellas se referem, as medidas, constantes da cópia junta, relativas á importação de diversos generos de procedencia argentina ou oriental.

*F. Belisario Soares de Souza.*

Cópia.— 1.<sup>a</sup> Directoria.— Ministerio dos Negocios do Imperio.  
— Rio de Janeiro em 13 de Novembro de 1886.

Sendo do maior alcance para a saude publica o emprego de todos os meios tendentes a evitar que se introduzam com as cargas dos navios os germens de molestia pestilencial, resolveu o Governo, de accôrdo com o que V. S. propôz em seus officios de 8 e 12 do corrente mez :

1.<sup>o</sup> Que, até deliberação ulterior, seja absolutamente prohibida a importação, nos portos nacionaes, de trapos, pelles, pellos, couros curtidos, tecidos animaes em bruto e carnes salgadas, em fardos ou em mantas, de procedencia argentina ou oriental ;

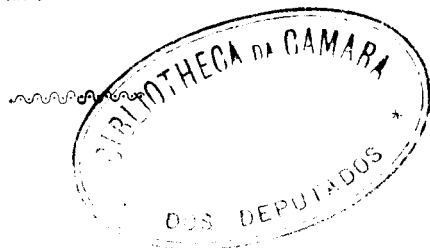
2.<sup>o</sup> Que os generos mencionados que já estiverem em viagem para este porto ou para os das Províncias, e cujos donos ou consignatarios não preferirem reexportal-os, sejam rigorosamente desinfectados, correndo o risco dos prejuizos provenientes da desinfeccão :

3.<sup>o</sup> Que destas medidas sejam tão sómente exceptuadas, á vista das providencias adoptadas na Republica do Uruguay relativamente ás communicções com o territorio argentino, as carnes existentes em deposito nos saladeiros orientaes, e preparadas antes do apparecimento do cholera na Republica Argentina, as quaes serão recebidas no Imperio, correndo sob a responsabilidade do Consul e Vice-Consules brazileiros a declaração, que deverão consignar, tanto nos manifestos de carregamento como nas cartas de saude, de que taes carnes : 1.<sup>o</sup> são de procedencia oriental ; 2.<sup>o</sup> foram preparadas antes da manifestação da epidemia em Buenos-Ayres e outras localidades argentinas.

Do Ministerio dos Negocios da Fazenda solicito a expedição das convenientes ordens, afim de que pelas Repartições aduaneiras sejam estrictamente cumpridas estas resoluções.

O que communico a V. S. para seu conhecimento e execução.

Deus Guarde a V. S.— *Barão de Mamoré.*— Sr. Inspector Geral de saude dos portos.— Confere, *Franklin Tavora.*— Conforme, *A. Augusto da Silva Junior.*





## N. 144 — EM 18 DE NOVEMBRO DE 1886

Declara os casos em que se deve instaurar processo fiscal por cumplicidade em contrabando.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 18 de Novembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia das Alagoas, para os devidos effeitos, que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 29 de 9 de Abril proximo passado, interposto por Alberto Vaz de Carvalho da decisão pela qual a dita Thesouraria confirmou a da Alfandega da cidade do Penedo, que, julgando procedente a apprehensão feita em 25 de Outubro de 1885, de oitenta e seis volumes de mercadorias que eram conduzidos na canôa *Flôr do Penedo*, por terem sido descarregadas, sem as formalidades fiscaes, do bordo do patacho allemão *Alwine*, impôz-lhe solidariamente com o dono de taes mercadorias, Luiz Cravo, e os conductores dellas, a multa na razão de 50 % do respectivo valor official, por considerá-lo protector ou defensor do contrabando; resolveu dar-lhe provimento, afim de ser o recorrente exonerado do pagamento da multa de que se trata, porquanto, falta a prova de ser elle interessado nas mercadorias apprehendidas, fundando-se apenas a condemnação que lhe foi imposta, como cumplice, em ter procurado defender o dono dellas, e por isso julgado incurso no disposto no art. 652 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de rendas, o qual refere-se a defesa por meio de actos materiaes ou positivos tendentes a impedir a apprehensão ou a fazel-a abandonar depois de effectuada, e que obriguem o apprehensor a redobrar de esforços ou a reagir para não ver frustrada a diligencia; e não simplesmente por meios suasorios de palavras e de promessas, que podem facilmente ser desprezadas ou repellidas, sem risco algum de mallogral-a; e ainda quando houvesse offerta de dinheiro, ficaria o offerante sujeito a processo pelo crime de peita ou suborno, nunca, porém, a processo fiscal.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 145 — EM 19 DE NOVEMBRO DE 1886

Autoriza a designação de um empregado das Thesourarias para assistir ao recebimento dos volumes remetidos aos Arsenaes de Guerra e aos depositos de artigos bellicos das Provincias.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 19 de Novembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, de conformidade com os Avisos do Ministerio da Guerra de 2 de Outubro findo e 9 do corrente mez, autoriza os Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda a designarem um empregado das respectivas Repartições, quando lhes for requisitado, afim de fazer parte das commissões nomeadas pelo dito Ministerio para assistir ao recebimento, abertura e exame dos volumes que são remetidos para os Arsenaes de Guerra das Provincias do Pará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, e para os depositos de artigos bellicos das outras Provincias.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 146 — EM 20 DE NOVEMBRO DE 1886

A concessão do meio soldo não invalida com a circumstancia de assentar praça o menor que está no gozo della.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 20 de Novembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso, em resposta á consulta constante do seu officio n. 62 de 6 de Setembro proximo passado, que ao menor João Pires de Camargo deve continuar a ser abonado até Dezembro de 1887, em que completará a idade de 18 annos, o meio soldo que percebe como filho do finado Tenente do Exercito Francisco Pires de Camargo, e que foi suspenso pela mesma Thesouraria, por ter o dito menor assentado praça em um dos corpos do Exercito; porquanto, conforme se acha decidido pela Ordem n. 156 de 12 de Setembro de 1882, a exclusão de que trata o art. 1.º da Lei de 6 de Novembro de 1827 só tem applicação quando se percebe vencimento ou exerce emprego publico na occasião em que é transmittido o direito ao meio soldo, salvo

F.— Decisões de 1886 7



determinação em contrario do Poder competente, na fôrma da Circular de 26 de Julho de 1877: estando, portanto, revogada a Ordem n. 11 de 7 de Fevereiro de 1844, em que se fundou o acto da Thesouraria.

*F. Belisario Soares de Souza.*

~~~~~

#### N. 147 — EM 24 DE NOVEMBRO DE 1886

Declara só estar sujeita ao sello a transferencia de apolices inscriptas em nome de uns fidei-commissarios antes do Decreto de 4 de Março de 1868.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 24 de Novembro de 1886.

Em resposta á consulta que V. S. fez, em officio de 29 de Setembro ultimo, relativa á isenção do imposto de transmissão de nove apolices da divida publica, que foram transferidas em 21 de Setembro de 1858 para os nomes de Joseph Collings Junior e outros, declaro a V. S. que, sendo estes testamenteiros fidei-commissarios, segundo se collige da informação do Corretor dessa Repartição, aos quaes pela lei ingleza é permittido disporem e fazerem venda dos bens moveis, fundos publicos ou acções de companhias pertencentes ao espolio, deve ser-lhes concedida a transferencia que pretender realizar das ditas apolices, pagando-se dessa transferencia sómente o sello, visto como as apolices da divida publica, ao tempo em que foram inscriptas no nome dos mesmos fidei-commissarios, não estavam sujeitas ao imposto de transmissão, o qual começou a ser-lhes applicavel depois do Decreto n. 4143 de 4 de Março de 1868, em virtude do art. 20 da Lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867.

Convem que V. S. faça reconhecer a firma do Vice-Consul do Brazil em Guernesey, constante da procuração annexa ao requerimento que devolvo, e que me foi remittido com o citado officio.

Deus Guarde a V. S. — *F. Belisario Soares de Souza.* — Sr. Inspector da Caixa da Amortização.

~~~~~

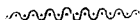
## N. 148 — EM 27 DE NOVEMBRO DE 1886

Declara que a prisão administrativa dos responsaveis alcançados para com a Fazenda Publica é admissivel ainda depois de demittidos os ditos responsaveis.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 27 de Novembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda que a prisão administrativa dos responsaveis alcançados para com a Fazenda Publica, e de que trata o Decreto n. 657 de 5 de Dezembro de 1849, é admissivel ainda depois de demittidos os ditos responsaveis, conforme explicaram as Ordens n. 33 de 3 de Abril e n. 90 de 30 de Julho de 1850, que devem ser fielmente observadas.

*F. Belisario Soares de Souza.*

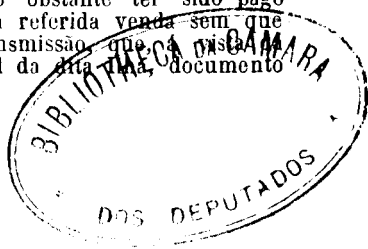


## N. 149 — EM 27 DE NOVEMBRO DE 1886

Declara os impostos a que está sujeita a transferencia de umas apolices feita por testamenteiro e fidei-commissario com poderes discretionarios.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 27 de Novembro de 1886.

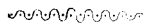
Devolvendo a V. S. o incluso requerimento que acompanhou o seu officio de 8 do corrente mez, no qual William Carey e William Utermack Busknell, testamenteiros e fidei-commissarios de João Saumarez Dobrée, fallecido em 25 de Janeiro de 1884 na Ilha de Guernesey, pedem para vender as trinta e quatro apolices da divida publica, do juro de 6 % ao anno, sendo 30 do valor nominal de 1.000\$, duas de 600\$ e duas de 400\$, que já foram transferidas para os nomes de Thomaz Saumarez Dobrée e Amelia Nicolls, filhos do mesmo finado, na qualidade de usufructuarios, do que foi pago o competente imposto, declaro a V. S., em resposta ao citado officio, no qual consulta si, não obstante ter sido pago aquelle imposto, pôde effectuar-se a referida venda sem que sejam satisfeitos os direitos de transmissão, que são documento certidão passada pelo Real Tribunal da ilha da Guernsey.



esse que está devidamente authenticado, e que, em virtude das leis inglezas e das faculdades concedidas por ellas aos testamenteiros e fidei-commissarios, pôde ser permittida a venda, mórmente tendo o testador lhes conferido poderes disericionarios *• para fazerem outra qualquer coisa ou cousas inteira e absolutamente pela forma e maneira que na sua discrição julgassem conveniente. •*

Mas, cessando deste modo o usufructo, para ser a venda feita como de mera propriedade, será preciso que primeiramente seja pago o respectivo imposto, na forma do art. 61 do Decreto n. 9370 de 14 de Fevereiro de 1885, e de conformidade com a tabella annexa ao Regulamento de 31 de Marco de 1874, sendo como de estranho, si a transferencia fôr feita em nome dos testamenteiros fidei-commissarios, e de 1/10 % si fôr em nome dos filhos herdeiros.

Deus Guarde a V. S.—*F. Belisario Soares de Souza.*— Sr. Inspector da Caixa da Amortização.



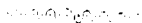
#### N. 150 — EM 27 DE NOVEMBRO DE 1886

Deve ser pago integralmente, segundo o numero dos respectivos bilhetes, o sello das loterias, ainda que a extracção destas se verifique por series.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 27 de Novembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Maranhão, em resposta ao seu officio n. 101 de 19 de Outubro proximo passado, que fica approvada a deliberação, que tomou em sessão da Junta, sobre consulta da Alfandega, mandando que, de accôrdo com a tabella **II**, 2ª classe, § 5º, n. 25, do Regulamento annexo ao Decreto n. 8946 de 19 de Maio de 1883, fosse cobrado o sello dos bilhetes da loteria concedida em beneficio da Santa Casa de Misericordia da capital da mesma Provincia, segundo o numero de taes bilhetes declarado no respectivo plano geral, embora seja extrahida em quatro series distinctas; devendo, porém, a importancia desse sello ser paga integralmente, como se pratica na Côrte, e não por parcelas, como é arrecadado na Provincia, visto não ser elle divisivel.

*F. Belisario Soares de Souza.*



## N. 131 — EM 29 DE NOVEMBRO DE 1886

Não gozam do favor de certidão gratuita para effeito eleitoral os empregados que não têm direito a aposentadoria.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 29 de Novembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Mato Grosso que, á vista da decisão constante do Aviso n. 232 de 16 de Maio de 1881, não pôde ser approvado o seu acto mandando, segundo informa em officio n. 69 de 5 de Outubro proximo passado, passar gratuitamente as certidões de vencimento pedidas por tres escreventes de segunda classe, um guarda da companhia de aprendizes artífices, pelo enfermeiro e respectivo ajudante, todos do Arsenal de Guerra da mesma Provincia, afim de serem alistados eleitores; porquanto estes empregados só vencem gratificações, e não têm direito a aposentadoria.

*F. Belisario Soares de Souza.*

*Assinada e rubricada*

## N. 132 — EM 30 DE NOVEMBRO DE 1886

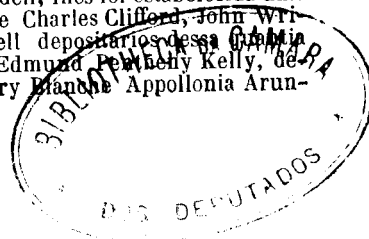
Resolve duvidas sobre a transferencia de umas apolices compradas pelos depositarios de uma somma, cujo rendimento devia ser entregue a determinadas pessoas.

Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro em 30 de Novembro de 1886.

Com o officio de V. S. de 29 de Setembro ultimo foi-me remettido o requerimento, que devolvo, no qual William Edmund Slaughter pede, como sobrevivente dos depositarios de uma somma existente em apolices da divida publica do Brazil, para vender as mesmas apolices.

Dos documentos juntos ao dito officio consta:

Que, por occasião do testamento de Edmund Pentheny Kelly com Mary Blanche Appollonia Arundell, lhes foi estabelecida uma dotação de 15.000 £, constituindo-se Charles Clifford, John Wright, George Kelly e Henry Arundell depositarios dessa somma para ser o seu rendimento pago a Edmund Pentheny Kelly, de pois de cuja morte teria a viuva Mary Blanche Appollonia Arun-



dell, durante sua vida, 400 £ por anno, passando aquelle capital a pertencer aos filhos do casal ;

Que em 1831 os mencionados depositarios empregaram a referida quantia na compra de apolices da divida publica do Brazil ;

Que, por fallecimento dos tres primeiros depositarios, ficou o dito capital a cargo de Henry Arundell com poderes não só de receber os respectivos juros, como de vender e transferir as apolices a qualquer pessoa, conforme a escriptura da dotação e o disposto em uma lei ingleza do reinado de Guilherme IV sobre abolição dos juramentos desnecessarios ;

Que este Henry Arundell em 1871 pediu concessão á Repartição a cargo de V. S. para vender 35 dessas apolices, que eram 210, e para serem inscriptas as restantes em nome delle e de George Leonel O' Kelly e William Edmund Slaughter, que associou a si como igualmente depositarios com o direito de sobrevivencia, o que lhe foi concedido ;

Que William Edmund Slaughter, apresentando-se ultimamente como o unico depositario sobrevivente, e exhibindo certidão de obito de Henry Arundell, fallecido em 14 de Março do corrente anno, e não a de George L. O' Kelly, pede concessão para vender as 175 apolices restantes, por ter, segundo diz, pleno e legal direito de propriedade ás mesmas, e o poder de vendel-as e transferil-as a qualquer, em todo ou em parte ;

Que pelo Consul Geral do Brazil em Londres, assim como pelo Consul de S. M. Britannica nesta Corte, é certificado estarem os mencionados documentos de conformidade com a lei ingleza, a qual, segundo o certificado pelo ultimo, autorizava aos executores testamentarios a venda dos bens moveis, acções de companhias e titulos de divida publica pertencentes aos espolios sob sua administração.

Em resposta ao mencionado officio declaro a V. S. que, si o peticionario é o unico depositario sobrevivente, daquelles em cujo nome tinham sido inscriptas ultimamente as apolices, pôde-se lhe conceder a venda e transferencia dellas, visto como aos depositarios da somma constituida em dotação deve ser permitido collocar-a conforme lhes parecer conveniente, não sendo o facto de a terem convertido em apolices da divida publica deste Imperio motivo para não poderem collocar-a de outro modo ; tanto mais que ao depositario sobrevivente não se pôde denegar o que pela Resolução de Consulta de 26 de Janeiro de 1876 já foi permitido a outros em condições analogas, e por decisão da Junta da Repartição a cargo de V. S. de 28 de Dezembro de 1871 a Henry Arundell.

Que, não se tendo então cobrado imposto algum de transmissão, no caso actual tambem nenhum direito ha a exigil-o, por não lhe ser applicavel nem o Regulamento de 31 de Março de 1874, nem o art. 61 do Regulamento n. 9370 de 14 de Fevereiro de 1885, visto não serem os depositarios, na especie sujeita, inventariantes ou executores testamentarios, porque não se trata de uma disposição *causa mortis*, não havendo razão para se considerar como tal a dotação das 15.000 £, depois convertidas em apolices, que

em sua essencia foi um acto *inter vivos*, embora se incluíssem clausulas para as eventualidades de morte dos usufructuarios da renda, dotação que ficou completa e acabada sem depender do fallecimento de seus instituidores e sem que estes podessem revogal-a. Si seus effeitos quanto ao pleno gozo do capital ficaram suspensos em consequencia do usufructo estabelecido em favor dos esposos dotados, um com a renda total, outro com certa e determinada parte dessa renda durante sua vida, nem por isso houve uma disposição *causa mortis*, a qual, para verificar-se, era preciso que apenas houvesse um beneficio promettido, e que este beneficio dependesse da morte do beneficiador. Sendo, pois, a especie de que se trata uma doação *inter vivos* ou a esta equiparavel, porquanto, como diz Domat, vol. 2º. Tit. 10, chamam-se doações entre vivos aquellas que têm seu effeito em vida do doador, para distinguil-as das que se fazem no caso de morte, e que não têm seu effeito senão depois da morte daquelle que dá, não ha imposto de transmissão a pagar pela transferencia requerida.

Deus Guarde a V. S. — F. Belisario Soares de Souza. — Sr. Inspector da Caixa da Amortização.



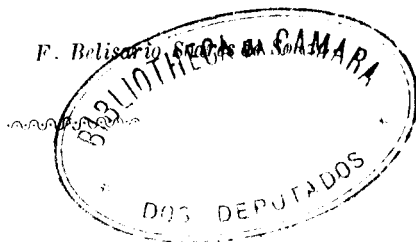
N. 153 — EM 4 DE DEZEMBRO DE 1886

Approva a creação de uma Collectoria de rendas geraes no municipio de S. João do Piahy.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 4 de Dezembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia do Piahy que fica approvada a deliberação, que tomou em sessão da Junta, de crear uma Collectoria de rendas geraes no municipio de S. João do Piahy, elevado á categoria de comarca, e de arbitrar em 30 % a commissão que devem perceber os respectivos empregados, sendo 18 % para o Collector e 12 % para o Escrivão; e, inteirado dos outros esclarecimentos prestados em cumprimento da Circular n. 217 de 15 de Junho de 1873, recommenda-lhe que faça o dito Escrivão prestar a necessaria fiança.

F. Belisario Soares de Souza





## N. 154 — EM 11 DE DEZEMBRO DE 1886

Dá regras para o pagamento de bilhetes dilacerados das loterias geraes do Estado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 11 de Dezembro de 1886.

Em officio de 5 de Julho ultimo, dirigido á Directoria Geral da Tomada de Contas do Thesouro Nacional, solicitou o Thesoureiro das loterias da Côrte autorização para prevenir o publico, por meio de annuncios, de que os bilhetes premiados que se apresentarem dilacerados só serão pagos no Thesouro Nacional, quando ahi recolhido o remanescente da respectiva loteria.

Em solução ao mencionado officio, declaro a V. S., para o fazer constar ao dito Thesoureiro, que os bilhetes de loterias premiados que se acharem dilacerados, mas forem apresentados em condição de se poder verificar que são verdadeiros, deverão ser pagos pelo mesmo Thesoureiro si os respectivos talões ainda estiverem em seu poder, ou pelo Thesouro, no caso contrario; sendo responsaveis pelos pagamentos indevidos que se fizerem aquelles que para isso concorrerem.

Quando se verificar que o bilhete é falsificado por meio de reunião de pedaços de outras differentes, não deve ser pago, ficando salvo ao prejudicado o direito de recorrer á autoridade judiciaria, conforme já foi resolvido pelo Aviso de 18 de Junho de 1872.

Deus Guarde a V. S. — *F. Belisario Soares de Souza*. — Sr. Fiscal das loterias da Côrte.

*Belisario Soares de Souza*

## N. 155 — EM 17 DE DEZEMBRO DE 1886

Declara subsistente, para produzir todos os seus effeitos legais, uma decisão da Alfandega de Pernambuco sobre arrematação de farinha de trigo avariada, a qual fora annullada pela respectiva Thesouraria do Estado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 17 de Dezembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Pernambuco que foram presentes ao

mesmo Tribunal os papeis remettidos pela dita Thesouraria com officio n. 127 de 11 de Junho proximo passado, relativos á decisão por ella proferida no recurso interposto por Domingos da Silva Torres, em virtude da qual, julgando nulla a arrematação por elle feita, de 551 barricas e uma caixa, com farinha de trigo avariada, salvadas do naufragio do vapor americano *Finance*, alliviou o recorrente da multa de 20 %, na importancia de 707\$200, que lhe fôra imposta pela Alfandega, por não ter recolhido dentro do prazo legal o producto da arrematação, na de 3:536\$; declarou subsistente a segunda praça de tal mercadoria, effectuada a 15 de Fevereiro do corrente anno, e mandou considerar em deposito o preço correspondente para ser levantado por quem de direito fosse.

Considerando que não era attendivel a reclamação do recorrente, de que a mercadoria tinha sido posta em praça sem prévio exame, afim de se verificar si o seu estado não era prejudicial á saúde publica; não só porque a falta desse exame foi supprida pela declaração feita pelo Conferente, a 30 e 31 de Dezembro de 1885 e 4 de Janeiro ultimo, de que estava avariada pela agua salgada, mas sem vicio que a tornasse nociva á saúde publica, declaração corroborada pelo Inspector de saúde publica, em officios de 26 de Janeiro e 6 de Fevereiro do corrente anno; como tambem porque a reclamação só foi apresentada depois de findo o prazo de 48 horas marcado no art. 296 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de rendas;

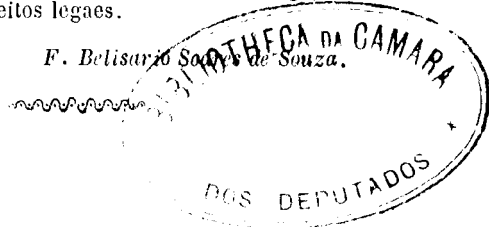
Considerando que o procedimento do Inspector da Alfandega está de accôrdo com o disposto no supracitado artigo, menos na parte em que não aceitou a prestação de fiança, pedida pelo arrematante para pagamento da multa em que incorrera; a qual era admissivel á vista do disposto no art. 658, a que se refere o § 1º daquelle artigo, e não ha fundamento para excluir-se da referencia o disposto no § 2º do ultimo dos citados artigos;

Considerando que o Inspector effectivo da Alfandega podia annullar o despacho dado pelo Chefe da 1ª secção na qualidade de Inspector interino, uma vez que tal despacho não tivera começo de execução, segundo foi ponderado á Thesouraria em officios de 18 de Fevereiro e 21 de Março ultimos;

Considerando que a Thesouraria exorbitou de suas attribuições aceitando a queixa que dera o reclamante contra o Inspector da Alfandega, pelo facto de não admittir a prestação da fiança para pagamento da multa; e perturbando assim a marcha regular do processo administrativo, do qual só podia conhecer por meio de recurso interposto nos termos dos arts. 666 e seguintes da citada consolidação;

Resolveu o referido Tribunal declarar nulla a decisão da Thesouraria, e subsistente o procedimento da Alfandega, afim de produzir todos os seus efeitos legais.

F. Belisario Soares de Souza.



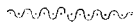
## N. 156 — EM 18 DE DEZEMBRO DE 1886

Approva a criação de uma Collectoria de rendas geraes no municipio da villa do Brejo Alegre.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 18 de Dezembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Minas Geraes que fica approvada a deliberação que tomou, em sessão da Junta, segundo dá conta em seu officio n. 78 de 6 do corrente mez, de crear uma Collectoria de rendas geraes no municipio da villa do Brejo Alegre, assim como de arbitrar em 5:000\$ a fiança do Collector, em 2:500\$ a do Escrivão e em 20 % a respectiva porcentagem, sendo 3/5 para o primeiro e 2/5 para o segundo; e inteirado das outras informações que prestou no citado officio, aguarda as que ainda faltam para completar as exigidas pela Circular n. 217 de 16 de Junho de 1873.

*F. Belisario Soares de Souza.*



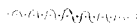
## N. 157 — EM 20 DE DEZEMBRO DE 1886

Proroga o prazo marcado para o recebimento, sem desconto, das notas de 2\$ da 5ª estampa, 5\$ da 7ª e 10\$ da 6ª.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 20 de Dezembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara aos Srs. Inspectores das Thesourarias de Fazenda, para os devidos effeitos, que foi prorogado até 31 de Março do anno proximo vindouro o prazo marcado para o recebimento, sem desconto, das notas de 2\$ da 5ª estampa, 5\$ da 7ª e 10\$ da 6ª.

*F. Belisario Soares de Souza.*



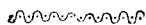
N. 158 — EM 21 DE DEZEMBRO DE 1886

A disposição do art. 59, § 1º, do Regulamento de 14 de Fevereiro de 1885 comprehende quaesquer menores que possuam apolices.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 21 de Dezembro de 1886.

Em resposta ao officio de V. S. de 3 do corrente mez, no qual consulta si a disposição do art. 59, § 1º, do Regulamento de 14 de Fevereiro do anno passado, que torna dependentes de autorização judicial devidamente motivada as transferencias, por venda ou caução de apolices pertencentes a menores e interdictos, deve entender-se com todos os menores, ou sómente com os orphãos, cumpre-me declarar a V. S. que, pela referencia que o citado artigo faz ao art. 9º da Lei n. 3229 de 3 de Setembro de 1884, e a Ordem n. 565 de 16 de Novembro de 1881, a qual está de accôrdo com a de n. 164 de 13 de Março de 1880, bem claro se deixa ver que o Regulamento expedido pelo Decreto n. 9370 de 14 de Fevereiro de 1885 no dito art. 59, § 1º, tratando dos menores, não quiz comprehender sómente os que são orphãos. O pai é o tutor nato, o administrador da pessoa e bens de seus filhos menores, e, exceptuados os que em Direito se denominam *peculio castrense* e *quasi castrense* que são exclusivamente do filho, e os denominados *peculios profecticios* que são propriamente do pai (uns e outros de pouco uso entre nós), têm nelles a administração e usufructo, na fórma da Ord. Liv. 1º Tit. 88 § 6º e Ord. Liv. 4º Tit. 97 § 19, sendo taes bens em geral qualificados pela nossa legislação, como eram pelo Direito Romano, *adventicios*. Mas, segundo as ordenações citadas, o pai não pôde vendel-os, graval-os ou hypothecal-os, porque o direito de administral-os, o patrio poder, não vai até o ponto de dispôr dos bens administrados como si fossem proprios; e quando haja necessidade ou conveniencia de fazel-o, estas devem ser justificadas para obter-se o competente decreto judicial, sem o que a transacção seria nulla, embora na pratica se costume ratificar-a *post factum*, provada a justa causa, sendo por isso que o art. 59, § 1º, do Regulamento de 14 de Fevereiro de 1885 exige a autorização judicial, devidamente motivada, para as transferencias por venda ou caução de apolices pertencentes a menores. A duvida, pois, levantada sobre sua interpretação não tem razão de ser, por estar o referido artigo de accôrdo com as ordenações e ordens já citadas, e não dever restringir-se aos orphãos por ser extensivo aos menores na sua lata accepção.

Deus Guarde a V. S. — F. Belisario Soares de Souza. — Sr. Inspector da Caixa da Amortização.



N. 159 — EM 22 DE DEZEMBRO DE 1886

Explica como se deve entender o art. 28 das Disposições preliminares da Tarifa em vigor.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 22 de Dezembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo que foi presente ao mesmo Tribunal o recurso de revista, transmittido com o seu officio n. 184 de 28 de Agosto proximo passado, interposto por Theophilo Aguiar da decisão da dita Thesouraria que confirmou a da Alfandega da cidade de Santos, exigindo-lhe o pagamento dos direitos de importação sobre o peso bruto de 111 duzias de gravatas de seda que submetten a despacho pela nota n. 1110 de 8 de Janeiro de 1885, por não se achar declarado nella o peso liquido.

Considerando que, na forma do art. 659 da Tarifa em vigor, a mercadoria de que se trata deve pagar direitos pelo peso liquido ;

Considerando que, á vista do § 5º do art. 46 das Disposições preliminares da citada tarifa, o qual dispõe que nos despachos de mercadorias sujeitas a direitos por peso, deve a parte declarar expressamente o peso bruto ou peso liquido, conforme estiverem sujeitas a direitos na razão de um ou outro desses pesos, não e regular a declaração do peso bruto em lugar do liquido, como acontece no caso em questão ;

Considerando que só procederia a razão, apresentada pela Alfandega, para não mandar corrigir a nota do despacho, afim de conformal-a com a tarifa, si prevalecesse a sua opinião de que o art. 28 deroga o citado § 5º ; a qual não é admissivel, porque esse artigo encerra apenas uma faculdade dependente da vontade ou do arbitrio da parte que tem, para exercel-a, pleno direito ;

Resolveu o referido Tribunal dar provimento ao recurso, afim de se restituir ao recorrente a importancia de 371\$186, proveniente da differença entre os direitos que lhe foram cobrados sobre o peso bruto de 62.300 grammas e os que deve pagar sobre o peso liquido de 33.600 grammas, ficando, porém, sujeito á multa de direitos de expediente, que será arbitrada pelo Inspector da Alfandega, pela omissão da declaração do peso liquido da mercadoria.

*F. Belisario Soares de Souza.*

## N. 160 — EM 27 DE DEZEMBRO DE 1886

Os predios adquiridos pela *Mitra* estão sujeitos á taxa de 4 %, além da de 6 %.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 27 de Dezembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, declara ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de Goyaz que fica approved o seu acto decidindo em sessão da Junta, sobre consulta do Collector das rendas geraes da capital, que os predios adquiridos pela *Mitra* estão sujeitos á taxa de 4 %, além da de 6 %, na forma dos ns. III e VI, 2ª parte, da tabella annexa ao Regulamento de 31 de Março de 1874; visto ser a *Mitra* considerada corporação de mão morta pela Ordem de 14 de Abril de 1835.

*F. Belisario Soares de Souza.*

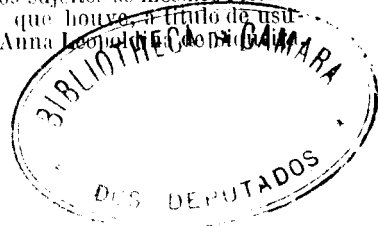


## N. 161 — EM 30 DE DEZEMBRO DE 1886

A subrogação de predios por apolices está sujeita ás taxas de 6 % pela transmissão do predio e de 10 % pela subrogação.

Ministerio dos Negocios da Fazenda. — Rio de Janeiro em 30 de Dezembro de 1886.

Francisco Belisario Soares de Souza, Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, communica ao Sr. Inspector da Thesouraria de Fazenda da Provincia de S. Paulo que o mesmo Tribunal, tendo presente o recurso, transmittido com o seu officio n. 301 de 17 de Dezembro de 1885, interposto por Joaquim Fernandes Coutinho Sobrinho da decisão da dita Thesouraria que confirmou a da Collectoria da capital, exigindo o pagamento do imposto de transmissão de propriedade, na razão de 6 %, além do de 2 % pela subrogação que effectuou de dous predios, a elle pertencentes e a sua mulher, D. Francisca Manoela de Siqueira Coutinho, no valor de 60:000\$ por 60 apolices da divida publica, do valor nominal de 1:000\$, e juro de 6 % ao anno, pertencentes a sua sogra, D. Maria Coutinho Gavião Peixoto, com a clausula de ficarem taes predios sujeitos ás mesmas restricções das apolices e dos demais bens que houve a título de usufructo, por fallecimento de sua filha Anna Leopoldina de Gama



nos termos da Ord. Liv. 4<sup>o</sup> Tit. 91, § 2<sup>o</sup>; e impòz ao recorrente e á referida sua sogra a multa de 10 %, na fórma do art. 42 do Regulamento annexo ao Decreto n. 5381 de 31 de Março de 1874, por falta de observancia do art. 33, resolveu confirmar a decisão recorrida, quanto á taxa de 6 % cobrada pela transmissão dos predios, e reformada quanto á taxa de 2 % exigida pela subrogação, por estar sujeita á de 10 %, de conformidade com a 2<sup>a</sup> parte do n. 9 da tabella do supracitado regulamento, visto não ter sido effectuada nas apolices e sim nos immoveis; ficando, porém, os contratantes dispensados do pagamento da multa que lhes foi imposta, por não haver prova ou indício de má fé, ou intenção por parte delles de defraudar a Fazenda Nacional, e subsistindo a multa de 25\$ applicada ao Tabellião que lavrou a escriptura, pela infracção do art. 38 do supradito regulamento.

*F. Belisario Soares de Souza.*